

**COMPILAÇÃO DE FICHAS
DESCRITIVAS DE 111 ESPAÇOS NA AMP**
DE QUE RESULTOU A SELEÇÃO DE 50 ESPAÇOS

50 espaços verdes
EM PERIGO * A PRESERVAR
Atualização 2014-2015

ESPAÇOS VERDES E VIVOS

UM FUTURO PARA A ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

RESULTADOS DE UMA CAMPANHA CAMPO ABERTO
50 ESPAÇOS VERDES EM PERIGO - 50 ESPAÇOS A PRESERVAR NA AMP
(2006-08)



AGRADECIMENTOS

Apresenta-se adiante uma compilação de fichas que remonta a 2006-2008, elaborada durante a fase inicial da Campanha Espaços Verdes em Perigo e a Preservar na Área Metropolitana do Porto. Tendo em vista a preparação de um livro com os resultados dessa campanha (publicado em 2017 com o título ***Espaços Verdes e Vivos - um futuro para a Área Metropolitana do Porto***), foi feita uma atualização parcial em 2014-2015 que contou, ao longo do ano de 2014, com a colaboração de Lúcia da Silva Magalhães, licenciada em geografia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2006), com mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território (2009-2010) também pela FLUP. A Campo Aberto pôde contar com essa colaboração graças à atribuição de uma bolsa de estágio ao abrigo da Medida Estágio Emprego (Portaria n.º 204 - B/2013, de 10 de junho), do Instituto de Emprego e Formação Profissional. Para ela, bem como para as entidades indicadas em logotipo na página seguinte, os nossos agradecimentos.

A Campo Aberto agradece ainda a Mafalda Amorim de Sousa e Luís Nuno Pacheco Quintal, que impulsionaram e coordenaram a campanha na qual se constituiu a compilação de 111 fichas (originariamente, 113, das quais 2 não foram consideradas por não corresponderem aos critérios da campanha), agora em parte atualizada, e que se dispuseram amavelmente a esclarecer algumas dúvidas que esta atualização nos suscitou. Agradecemos também a todos os proponentes de espaços verdes candidatados nessa mesma campanha, a todos os que colaboraram na recolha de dados das fichas de informação dos 111 espaços propostos, cujos nomes figuram ao longo desta compilação, bem como a todos os que aceitaram integrar os grupos de trabalho da campanha ou apoiaram o seu lançamento ou decurso, uns e outros de forma inteiramente benévola, pedindo desculpa de qualquer omissão involuntária. Agradecemos ainda aos cidadãos, associações e entidades públicas e privadas, que, ao longo de 2014 e parte de 2015 (e mesmo depois, sendo que a atualização prossegue de forma permanente para todos que possam e queiram para ela contribuir), colaboraram na atualização de informações (textos em fundo verde e amarelo) e cujos nomes figuram em agradecimento específico na abertura de cada um dos nove concelhos abrangidos pela campanha.

Tendo esta campanha sido feita com base em ampla participação livre de cidadãos e entidades, a tentativa de atualização procurou também alguma forma de participação embora sem ter podido dispor de condições idênticas às de 2006-2008. Em todo o caso, o relevo que damos por vezes à participação de cidadãos e associações não pretende privilegiar estas em relação a fontes oficiais, como por exemplo câmaras municipais. O leitor fará o seu próprio juízo. Certamente que uma atitude crítica perante toda a informação disponibilizada só poderá enriquecer a leitura. Contamos com a compreensão de todos os que colaboraram, mesmo quando discordem de opiniões aqui incluídas.

Campo Aberto - associação de defesa do ambiente



ESPAÇOS VERDES E VIVOS
UM FUTURO PARA A ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

**Compilação de fichas descritivas
atualizada em 2014-2015 - introdução**

Encontra neste documento uma compilação de todas as fichas descritivas dos 111 espaços verdes propostos em 2006-2008 nesta campanha. Foram originariamente ordenadas por concelho, freguesia (em cada concelho) e nome do espaço em causa (em cada freguesia). Nesta versão de 2014-2016 (cuja atualização prossegue), que, ao contrário da anterior, é posterior à seleção feita de entre os espaços propostos, em cada concelho surgem primeiro os espaços que foram selecionados como fazendo parte dos 50 a que o resultado da campanha deu prioridade e, em anexo, os restantes espaços propostos mas não selecionados. Dentro de cada uma dessas duas secções, foi mantida a ordenação já mencionada. Tenha-se em conta que a designação das freguesias pode ter mudado devido à reforma administrativa entretanto ocorrida. Toda a informação recolhida em 2006-2008 vai em fundo branco. Nesse fundo branco, em 2014-2015 foram feitos apenas pequeníssimos ajustamentos por razões de técnica editorial. Surgem, no início de cada uma das duas secções, advertências importantes, que devem ser lidas para evitar ambiguidades. Em fundo verde encontram-se adiante contributos recolhidos sobretudo em 2014-2015 junto de entidades oficiais públicas e privadas, ou equiparáveis, e em fundo amarelo junto de cidadãos individuais ou associações e organizações não governamentais. A forma como esses contributos estão redigidos e apresentados são no entanto de exclusiva responsabilidade da Campo Aberto. Em fundo azul encontram-se informações recolhidas em 2014-2015 pela própria Campo Aberto ou comentários igualmente de autoria desta. Destaques especiais de última hora vão em cor salmão.

Cor do Fundo	Data de recolha da informação	Fonte da Informação
Branco	2006-2008	Recolhida pela Campo Aberto na fase inicial da campanha
Verde	2014 (2015)	Recolhida junto de entidades oficiais públicas e/ou privadas
Azul	2014 (2015)	Recolhida pela ou de autoria da Campo Aberto
Amarelo	2014 (2015)	Recolhida por cidadãos individuais e associações

Para facilitar a navegação existe mais adiante um índice clicável. Pode facilmente regressar ao índice novamente através da ligação que encontra no final de cada ficha.

Existem na internet recursos adicionais sobre os espaços propostos:

- <http://picasaweb.google.com/mafaldamorim> (galeria com todas as imagens recolhidas);
- <http://maps.google.com/maps/ms?ie=UTF8&hl=pt-PT&msa=0&msid=113331594153643312961.00045090582dd3311a1a6&t=h&z=10> (cartografia aérea com as delimitações de todos os espaços propostos).

Existiu um portal com documentos da campanha que deixou há alguns anos de estar disponível na internet. Os documentos que continha, no entanto, estão a ser compilados para colocação no e-sítio da Campo Aberto de forma a poderem ser consultados.

NOTA SOBRE FONTES UTILIZADAS E SOBRE ATUALIZAÇÃO PERMANENTE

As fichas descritivas elaboradas em 2006-2008 para esta campanha não estavam destinadas a uma edição formal mas foram concebidas unicamente como instrumento de trabalho com vista a facilitar a participação pública e a servir de base à seleção das 50 propostas de espaços de preservação mais urgente. Por essa razão, haverá alguma informação transcrita de fontes escritas, por vezes identificadas, total ou parcialmente, outras vezes não identificadas. Agradecemos a quem queira contribuir para completar ou proporcionar a identificação das eventuais transcrições, que irá sendo integrada na atualização permanente desta compilação revista em 2014 (2015).

Apelo Importante

Gostaríamos que esta compilação revista, datada de 2014 (2015), continuasse a ser atualizada. Novas observações ou correções podem vir a ser aditadas, provenientes de entidades públicas ou privadas ou de cidadãos individuais, quer a nosso pedido quer por iniciativa espontânea. Os contributos devem ser enviados para o seguinte endereço eletrónico:

contacto@campoaberto.pt

tendo como assunto «50 espaços - atualização».

Desde já exprimimos a nossa gratidão a todos os que se dispuserem a colaborar.

Campo Aberto - associação de defesa do ambiente

Nota sobre a declaração a seguir: se é certo que a declaração que se insere adiante tinha como horizonte temporal o desenrolar da Campanha 50 Espaços até à seleção destes últimos, o teor dela mantém-se atual na medida em que, não tendo sido possível dar-lhe seguimento a partir de 2008, ficou por fazer uma verificação e despistagem de possíveis erros.

Com a atualização que se tentou fazer em 2014 (2015) a esta compilação (ver textos em fundo de cor), deu-se agora início a um esforço mais sistemático para correções e especificações. Esse esforço será em princípio de carácter permanente, estando no entanto dependente dos contributos que os cidadãos e instituições espontaneamente queiram enviar-nos.

No que se refere aos direitos de propriedade, a declaração mantém-se válida e é nesse espírito que a atualização procurada, quer ao nível da ação quer ao nível de possíveis intervenções, deve ser entendida.

DECLARAÇÃO DE EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Até à seleção final dos 50 espaços verdes – um dos primeiros objetivos da campanha atualmente em curso – a Campo Aberto não se responsabiliza nem garante a veracidade dos dados que constam na base de dados dos locais propostos. Por este motivo, a associação agradece o envio de dados adicionais e a correção de eventuais erros ou omissões, numa ótica de melhoria contínua da informação prestada.

A Campo Aberto desde já lamenta possíveis falhas, mas gostaria de chamar a atenção para o facto de que projetos colaborativos como o da campanha 50 espaços verdes – que, no fundo, são resultado de um esforço coletivo dos cidadãos – estão sempre sujeitos a erros, e que a participação ativa de um maior número de pessoas permite minimizá-los.

Embora a seleção final dos 50 espaços verdes possa colidir com eventuais interesses legítimos dos seus proprietários, a Campo Aberto gostaria de esclarecer que a sua ação de situa na área da cidadania, e que com esta campanha pretende lançar as bases de um esforço concertado da comunidade para salvaguardar a integridade paisagística de diversos locais da região. A decisão última, contudo, caberá sempre – como não poderia deixar de ser – ao poder político aos mais diversos níveis, e em particular às autarquias locais.

Por fim, não é objetivo desta campanha alterar os direitos de propriedade existentes, ou seja, não se pretende que os espaços futuramente selecionados ao abrigo desta campanha venham a ser expropriados. A atuação cinge-se ao condicionamento dos usos do solo e suas transformações, no sentido de evitar a sua degradação irreversível. Estes condicionalismos são já hoje regulados pelos planos municipais de ordenamento do território, e será a este nível que a Campo Aberto espera conseguir, em primeiro lugar, resultados.

Campo Aberto, 2007

Índice

Para encontrar a página de um espaço, clicar no número de página.

Espinho	9
Gruta da Lomba e Picadela.....	11
Barrinha de Esmoriz / Lagoa de Paramos	21
Castro de Ovil	29
OUTROS ESPAÇOS NÃO SELECIONADOS	35
Bicha das 7 Cabeças	36

Gondomar	39
Rio Torto.....	41
Rio Sousa	46
Rio Ferreira	54
Monte Crasto.....	67
Ribeira de Longras.....	70
Ribeira de Melres	72
Futuro Parque da Cidade de Rio Tinto.....	74
Terrenos do ex-Sanatório Montalto.....	78
Sorte da Lameira.....	81
OUTROS ESPAÇOS NÃO SELECIONADOS	84
Mata de sobreiros	85
Jardim dos Capuchinhos	87
Zona agrícola em São Cosme	89
Margem do Rio Douro entre o Parque de Campismo e o lugar da Varziela	91
Quinta da Formiga.....	93
Quinta do Carreiro	95
Ribeira de Vila Cova	97
Ribeira de Painçais	99
Mata da Acheira.....	101

Maia	104
Zona verde circundante ao rio Leça	106
Quinta dos Cónegos.....	111
Rio Leça e à Ribeira do Arquinho	114
Núcleo de Moinhos de Alvura	118
Monte de S. Miguel-o-Anjo	121
OUTROS ESPAÇOS NÃO SELECIONADOS	124
Monte da Caverneira	125
Quintas e campos agrícolas em Águas Santas	128
Mãe de Água.....	131
Núcleo rural de Cidadelha	134
Monte de Santa Cruz	136
Núcleo rural de Mandim	139
Monte Gonçalves	142
Terrenos florestais junto ao Aeródromo Municipal de Vilar da Luz	144
Parque Germano Vieira.....	146
Núcleo de moinhos do Arquinho	148
Monte Penedo	150
Parque da Vessada	152
Quinta do Mosteiro.....	155

Monte Senhora da Hora.....	158
Lugar de Taím.....	160
Matas da Rua de Friães.....	163
Monte de Santo António.....	165
Núcleo Rural de Frejufe.....	167
Núcleo de Moinhos da Várzea.....	170
Parque dos Maninhos.....	172

Matosinhos **175**

Espaço Centoecatorze.....	177
Envolvente do Largo da Ermida em São Mamede de Infesta.....	180
Zona agrícola em S. Mamede de Infesta.....	183
OUTROS ESPAÇOS NÃO SELECIONADOS.....	186
Zona rural do Monte Espinho.....	187
Espaço verde abandonado em S. Mamede de Infesta.....	189
Estrada da Circunvalação.....	191
Montes Caulinos.....	194

Porto **196**

Parque Oriental.....	198
Quinta da Bouça.....	203
Ribeira da Granja.....	208
Caminhos do Romântico.....	213
Antigos terrenos agrícolas em Aldoar e Nevogilde.....	218
Quinta agrícola perto da Prelada.....	221
Quinta da Prelada.....	224
OUTROS ESPAÇOS NÃO SELECIONADOS.....	227
Pinhal de Aldoar.....	228
Quinta da família Carneiro.....	230
Antiga quinta do Eng. Cunha-Lima.....	232
Monte do Forte.....	234
Morro das Mimosas.....	236
Quinta de Santo António de Águas Férreas.....	238
Quinta do Monte.....	240
Parque e cemitério da Igreja de Saint James.....	242
Quinta da família Botelho de Lacerda Lobo Vilares.....	244
Villa Monte Crasto.....	246
Jardins do Hospital Conde de Ferreira.....	248
Quinta dos Frades Menores Capuchinhos.....	251
Casa da Família Robinson.....	253
Jardim de Espaço Canal.....	255
Jardim junto à VCI.....	257
Pinheiros Mansos e logradouros adjacentes.....	260

Póvoa de Varzim **262**

Campos de Masseur.....	264
Monte de S. Félix.....	267

Valongo **270**

Margens do rio Leça em Alfena.....	272
Ribeira de Tabãos.....	277
Serras de Santa Justa, Pias e Castiçal.....	281

OUTROS ESPAÇOS NÃO SELECIONADOS	291
Quinta do Dr. Lage	292

Vila do Conde **294**

Monte Grande.....	296
Cavadas.....	299
Reserva Ornitológica do Mindelo	302
Monte de Santo Ovídeo.....	306
Quinta do Eng. Carvalho (Pinhal do Menéres).....	309
OUTROS ESPAÇOS NÃO SELECIONADOS	312
Monte da Pinta	313

Vila Nova de Gaia **315**

Quinta dos Ananases	317
Serra de Negrelos	320
Cabedelo.....	325
Quinta Marques Gomes.....	330
Encostas declivosas do Rio Douro	335
Rio Uíma	339
Dunas de Mira	343
Margem do rio Douro entre a Ponte D. Maria Pia e a Ponte do Freixo	346
Monte Murado.....	350
Quinta do Mosteiro de Pedroso.....	354
Monte da Virgem.....	358
Quinta do Soeime.....	362
Rio Febros.....	366
OUTROS ESPAÇOS NÃO SELECIONADOS	371
Arboreto da Escola EB2 de Canelas.....	372
Quinta dos Passais.....	374
Quinta do Mosteiro de Grijó.....	377
Quinta da Alemã	381
Quinta da Fonte Formosa	383
Vale das Devesas	386
Área adjacente ao Parque Biológico de Gaia	388
Espaço verde nas traseiras do Hospital Santos Silva	391
Quinta dos Condes Paço Vitorino	393

Espinho

ADVERTÊNCIA SOBRE A ATUALIZAÇÃO DAS FICHAS COMPILADAS

Advertimos que os textos adiante constantes sobre fundo branco foram redigidos no âmbito da Campanha 50 Espaços Verdes em Perigo e a Preservar, que decorreu entre 2006 e 2008, e são de responsabilidade exclusiva da Campo Aberto, com a reserva expressa na Declaração de Exoneração de Responsabilidade, no início desta compilação.

Decorridos alguns anos, só em 2014-2015 foi possível, a propósito da preparação para publicação de um pequeno livro sobre os resultados dessa campanha, tentar fazer alguma atualização dos dados então recolhidos, dado ter passado entretanto um período já prolongado. Os dados recolhidos nessa atualização constam adiante em fundo de cor, com a indicação da fonte onde foram recolhidos. No entanto, a formulação em que se encontram, adaptada a partir dos dados recolhidos junto dessa fonte, continua a ser de exclusiva responsabilidade da Campo Aberto.

Apesar disso, antes de ser disponibilizada publicamente nesta compilação, a nossa formulação foi submetida ao parecer da fonte originária, para eventual deteção de erros nossos e introdução de correções. O resultado é o que adiante se apresenta, continuando a ser nossa inteiramente a responsabilidade pela forma como vão apresentados.

Agradecemos a todos os que colaboraram para que tivesse sido possível visitar e atualizar de algum modo, embora obviamente não definitivo, a informação que se segue, e que vão identificados.

No caso particular do concelho de Espinho, a Campo Aberto agradece de modo especial a colaboração da Câmara Municipal de Espinho, incluindo a sua D.P.E. - Divisão Municipal de Planeamento Estratégico, chefiada pela Arq.^ª Sandra de Almeida e nela da Arq.^ª Marlene Soares, que reuniu e sistematizou grande parte da informação que nos foi prestada, e da Arq.^ª Liliana Correia; e ainda o apoio do Dr. Armando Bouçon, Chefe da Divisão de Cultura, do Dr. Abel Ribeiro e do Dr. José Salvador, da mesma divisão, a quem devemos auxílio e acompanhamento antes e durante visita feita pela associação ao Castro de Ovil, em 13 de junho de 2015. Agradecemos igualmente ao Eng. Joaquim Sá, Chefe da Divisão de Serviços Básicos e Ambiente, que nos acompanhou nesse mesmo dia em visita à Barrinha de Esmoriz, e à Eng.^ª Anna Kustra, técnica da mesma divisão que nos auxiliou na recolha de informação. A informação fornecida foi recebida pela Campo Aberto no início do mês de setembro de 2014. Agradecemos também aos cidadãos Paulo Petiz, Vítor Calé Solteiro, Lúcia Oliveira Fernandes, e de modo especial ao Movimento Cívico Pró-Barrinha, com destaque para o seu presidente, Arménio Moreira.

Campo Aberto - associação de defesa do ambiente



Gruta da Lomba e Picadela

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Margarida Coelho
Espaço proposto por Rosa Maria Reis

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1546
Nome do espaço Gruta da Lomba e Picadela
Freguesia Guetim
Concelho Espinho

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,01; -8,61.

Os dois espaços em questão localizam-se nos lugares da Lomba e da Picadela. Na saída do IC24 Espinho - Picoto, sair em Guetim, seguir pela Rua da Igreja, virar à esquerda na Rua General Humberto Delgado e logo depois na Rua da Quinta da Lomba. Na Rua da Igreja, virar à direita na Rua da Picadela e Travessa da Picadela.

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Espaço verde
Área aproximada 70 ha

Informações recolhidas em setembro de 2014 sobre delimitação e área, junto da Câmara Municipal de Espinho - Divisão de Planeamento Estratégico (CME-DPE)

Analisando as delimitações destes espaços propostas em 2006-2008 pela Campo Aberto, os serviços da CME apontaram algumas dúvidas e propuseram uma delimitação um pouco diferente, a qual vai representada em anexo, mais adiante. A delimitação assim proposta tem uma área de aproximadamente 95 ha. Por informação da mesma fonte, no que se refere ao espaço da Picadela, a área delimitada integra, além da parte situada no concelho de Espinho, uma parte situada no concelho de Santa Maria da Feira e outra no concelho de Vila Nova de Gaia.

Comentário da Campo Aberto sobre esta última informação

Do ponto de vista da Campo Aberto, sempre que um determinado espaço selecionado nesta campanha abranja território de vários concelhos, é desejável que seja otimizada a cooperação entre eles com vista à sua preservação e melhoria no sentido da sustentabilidade.

Visita da Campo Aberto ao local em 2 de outubro de 2014

A questão da área põe-se em relação a toda uma zona arborizada em volta dos pequeníssimos parques da Gruta da Lomba e da Picadela, sendo a restante área relativamente vasta pertença de diversos proprietários privados, embora de algum modo protegida pelos regimes indicados mais adiante na ficha elaborada na campanha e pelas informações de 2014 provenientes da Câmara Municipal de Espinho, que se podem ler adiante. A proposta feita pela campanha em 2008 visava a conservação de todo esse espaço vasto e não apenas a dos dois pequenos parques que foram usados como nome na proposta. Na Lomba, a água que sai da gruta é neste momento oficialmente considerada imprópria para consumo mas foi em tempos muito apreciada e concorrida. Habitantes locais informaram que o público retira regularmente as indicações colocadas que avisam ser a água imprópria para consumo e que esta continua a ser largamente utilizada, sem que se tenham notado consequências para a saúde local. O pequeno parque da Lomba está cercado por um muro baixo de onde se pode observar a Ribeira do Mocho e um vasto pinhal que não integra o parque. Ao lado dele, verificámos que ainda se encontra em funcionamento a fábrica de refrigerantes Gruta da Lomba. O espaço encontra-se bastante degradado e sem manutenção. Na Junta de Freguesia (ex-freguesia de Guetim, atual União de Freguesias de Anta e Guetim) informaram que há a intenção de contactar a Comissão Fabriqueira da Paróquia, dona do espaço, para se proceder a uma recuperação e reativação do mesmo. Quanto ao parque da Picadela, verificámos que se trata de um espaço de um pouco maior dimensão que já foi em tempos um parque de lazer informal, mas cuja área não é muito grande. Está hoje abandonado e degradado. O espaço foi-se deteriorando e mais tarde foi adquirido pela Câmara de Espinho que se encontra neste momento a elaborar um projeto que visa transformá-lo num parque de lazer, com infraestruturas adequadas e recuperação dos moinhos existentes. Sendo o único espaço verde público existente nesta zona do concelho de Espinho o Parque da Cidade (em construção), que integra parte das freguesias de Anta-Guetim e Silvalde, seria importante não abandonar a ideia de recuperar estes dois espaços em benefício tanto do ambiente como da população, dada a sua riqueza natural (flora e ribeira) e potencialidade para serem usufruídos pelo público, contribuindo para o seu bem-estar físico e mental. A proximidade do Parque da Cidade de Espinho, que desde setembro de 2013 conta com uma Ecovia, poderia servir de incentivo à constituição de uma rede de espaços verdes públicos que abrangessem esta união de freguesias.

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

Trata-se de dois pequenos parques na bacia hidrográfica da Ribeira do Mocho, separados pela Rua da Igreja, em Guetim. A Gruta da Lomba é um espaço de recreio, sobretudo parque de merendas e piqueniques, com algumas árvores centenárias e que possui uma gruta em pedra. De lá irrompe água que em tempos era límpida e própria para consumo da própria fábrica de refrigerantes da Gruta da Lomba (os conhecidos «pirolitos»). O outrora centro de convívios e piqueniques, ladeado por um vasto pinhal, encontra-se desde há alguns anos num estado de quase abandono. Na Picadela e ao longo da ribeira há um corredor com salgueiros, amieiros, choupos e carvalhos e, em seu redor, pinheiros, eucaliptos e acácias. Certos locais encontram-se já cobertos de silvas. A fauna representativa integra o coelho bravo, o melro, o pardal, o gaio, a pega, a enguia e os escalos, segundo informação de populares.

Relevância social

Os Parques da Picadela e Gruta da Lomba são atualmente dois parques de lazer, com utilização da população local. Na Lomba existe o Parque da Gruta da Lomba, delimitado por um muro, com vários plátanos frondosos, uma pequena gruta com uma fonte e a imagem de uma santa no interior, mesas, churrasqueiras e instalações de apoio (casas de banho, caixotes do lixo). A fábrica de refrigerantes da Gruta da Lomba foi fundada em 1950, por Fernando José Teixeira de Barros, e ainda se encontra em atividade. Na Picadela existe um espaço utilizado durante algumas festividades com mesas, um palco e

uma barraca de madeira. O local serve para ensaio do Grupo Recreativo de Bombos de São Estevão de Guetim.

Um outro aspeto importante a realçar nestes dois parques são os moinhos de água. Na Lomba, ao fundo da Rua da Gruta da Lomba, existe um moinho (já com o rodízio partido) com casa de apoio ainda habitada. Na Picadela, com frente para a Rua da Picadela, existe um moinho de água (segundo os proprietários funcionou durante mais de 300 anos) e um pouco mais a montante, junto ao parque de lazer, existe um outro moinho já em ruínas. Existe ainda um campo desportivo em cada um dos lugares.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

O Parque da Gruta da Lomba pertence à Comissão Fabriqueira da Igreja. O Parque da Picadela foi adquirido pela Câmara Municipal de Espinho. O campo desportivo incluído na Lomba pertence a uma associação do lugar da Idanha (Freguesia de Anta) e o da Picadela à Junta de Freguesia de Guetim. A restante área é propriedade privada.

No PDM de Espinho, os espaços verdes delimitados pertencem à categoria de «Estrutura Ecológica em Espaço Rural» e às subcategorias: «Áreas Agro-Florestais», «Áreas Ribeirinhas Rurais», «Espaços Rústicos de Usos Múltiplos» e «Áreas de Equipamentos Rurais». A zona que permitiria ligar as duas áreas pertence (à exceção de uma faixa muito estreita junto à ribeira) à categoria de «Espaços de Urbanização Programada». A faixa estreita ao longo do troço da Ribeira do Mocho está incluída em área de Reserva Ecológica Nacional.

Correção apontada pela CME-DPE em setembro de 2014, sobre o parágrafo anterior

No PDM em vigor desde 1994, estes espaços integram maioritariamente a categoria «Espaço de Ocupação Condicionada» o qual, no seu regulamento, refere que estas [áreas] «correspondem na generalidade a áreas agrícolas não incluídas na Reserva Agrícola Nacional e florestadas, com quase completa ausência de construção de qualquer tipo além das de apoio agrícola». Integram ainda as categorias «Espaço Urbano Dominante», «Espaço Urbano Dominante de Expansão», «Espaço de Equipamento» e duas pequenas áreas, com risco de erosão, que integram a Reserva Ecológica Nacional, a sul da Ribeira do Mocho, na proximidade do Parque de Merendas da Gruta da Lomba e na Picadela, junto ao limite do concelho.

Na carta da Reserva Ecológica Nacional em revisão, elaborada em simultâneo com o processo de revisão do Plano Diretor Municipal 2012, a área da Ribeira do Mocho irá integrar as tipologias «Leito dos Cursos de Água» e «Zonas Ameaçadas pelas Cheias», e as áreas mais declivosas a sul da ribeira do Mocho, na Picadela, irão integrar a tipologia «Áreas com Risco de Erosão». Estes espaços irão também integrar a Carta de Estrutura Ecológica em elaboração, dado que no PDM vigente era inexistente essa carta.

Interrogação da Campo Aberto sobre esta correção

A proposta feita em 2006-08, de que resultou esta ficha descritiva, preocupava-se com a ligação entre os dois espaços através da criação de um corredor verde que tornasse os lugares de Lomba e Picadela de algum modo uma unidade. A sua integração em Carta de Estrutura Ecológica em elaboração poderá contribuir para isso e evitar que outras formas de ocupação inviabilizem esse contínuo? Será essa proteção suficiente para manter protegidos os referidos 95 ha?

Informação recolhida em setembro de 2014 junto da CME-DPE sobre a ligação entre os dois espaços

Considera que a ligação entre os espaços deverá ser efetuada pela Ribeira do Mocho (ver também anexo).

Ameaças à preservação

Existem ameaças à preservação quer do espaço verde em si, quer dos moinhos de água que nele existem. A área verde está ameaçada pelo crescimento urbano desorganizado, pela poluição das águas da ribeira (sobretudo coliformes fecais) e pela propagação de espécies vegetais invasoras. Os moinhos de água estão ameaçados pela poluição das águas da ribeira, deposição de lixos e abandono devido à

idade avançada dos seus atuais proprietários ou falta de interesse dos seus herdeiros para a sua valorização.

Dinâmica local

A Junta de Freguesia de Guetim está a elaborar um plano de manutenção dos dois parques de lazer incluídos na área em questão, estando previsto o seu arranjo paisagístico e a construção de caminhos pedestres ao longo das margens. No moinho de água na Rua da Picadela, o antigo proprietário disponibiliza-se para mostrar e explicar os mecanismos do moinho e contar histórias a ele associadas durante visitas de escolas e a quem se mostrar interessado.

Na Gruta da Lomba, a zona florestal é utilizada para trilhos de BTT. Na Picadela, o espaço tem sido mantido em boas condições para a sua utilização em festividades por associações locais, nomeadamente o Grupo Recreativo de S. Estevão de Guetim. Em 2003, através de um protocolo com o clube de ambiente da Escola Secundária Gomes de Almeida, a Ribeira do Mocho era regularmente vistoriada.

Informação recolhida junto da CME-DPE em setembro de 2014

Existe um projeto para o Parque de Lazer da Picadela, elaborado pela Divisão de Obras Municipais da CME, segundo um programa proposto pela Junta de Freguesia de Guetim, atual Junta da União das Freguesias Anta e Guetim. No programa é proposto o seguinte: reorganizar o parque de merendas; prever instalações sanitárias de apoio; incluir o moinho na intervenção; prever uma área com água canalizada; demarcar o parque com vedação; tratar as margens e leito da ribeira; organizar a circulação e estacionamento automóvel; verificar a arborização existente; prever iluminação pública.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Como possíveis intervenções para a preservação destes espaços, sugerem-se a identificação e erradicação dos focos de poluição da Ribeira do Mocho, a criação de um corredor verde a ligar os espaços da Lomba e Picadela, a requalificação da floresta e controlo de espécies vegetais invasoras, a criação de um circuito de manutenção física, aproveitando as instalações dos campos desportivos já existentes para apoio, a definição de percursos pedonais e cicláveis ao longo da ribeira com criação de corredor de passagem até ao mar (extremo norte de Espinho), atualizar a carta de Património Arquitetónico e Arqueológico do PDM de Espinho assinalando a presença de todos os moinhos existentes em Espinho (dois dos três moinhos incluídos neste espaço já estão referidos), a atualização da base de dados que parece existir na Divisão de Património e Museologia da Câmara Municipal sobre os moinhos de água em Espinho e a elaboração urgente de um plano de recuperação dos mesmos de modo a evitar que os cerca de 20 moinhos que outrora existiram em funcionamento na região se percam irremediavelmente. Seria interessante a criação de uma Rota dos Moinhos de Água do concelho.

Informação recolhida junto da CME-DPE sobre património arquitetónico e arqueológico em setembro de 2014

A carta de Património Arquitetónico e Arqueológico do PDM de Espinho está em processo de revisão. No entanto, importa referir que segundo o estudo e levantamento efetuado em 2007 pela CME, existem seis moinhos hidráulicos, todos em bom estado de conservação e preservados a nível de integridade, apenas com uma exceção, conforme informação interna que se anexa (ANEXO II). A Divisão de Património e Museologia da Câmara Municipal de Espinho é a atual Divisão de Cultura. Relativamente aos moinhos em ruína ou em mau estado de conservação, a CME dispõe de informação diminuta sobre essas estruturas.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

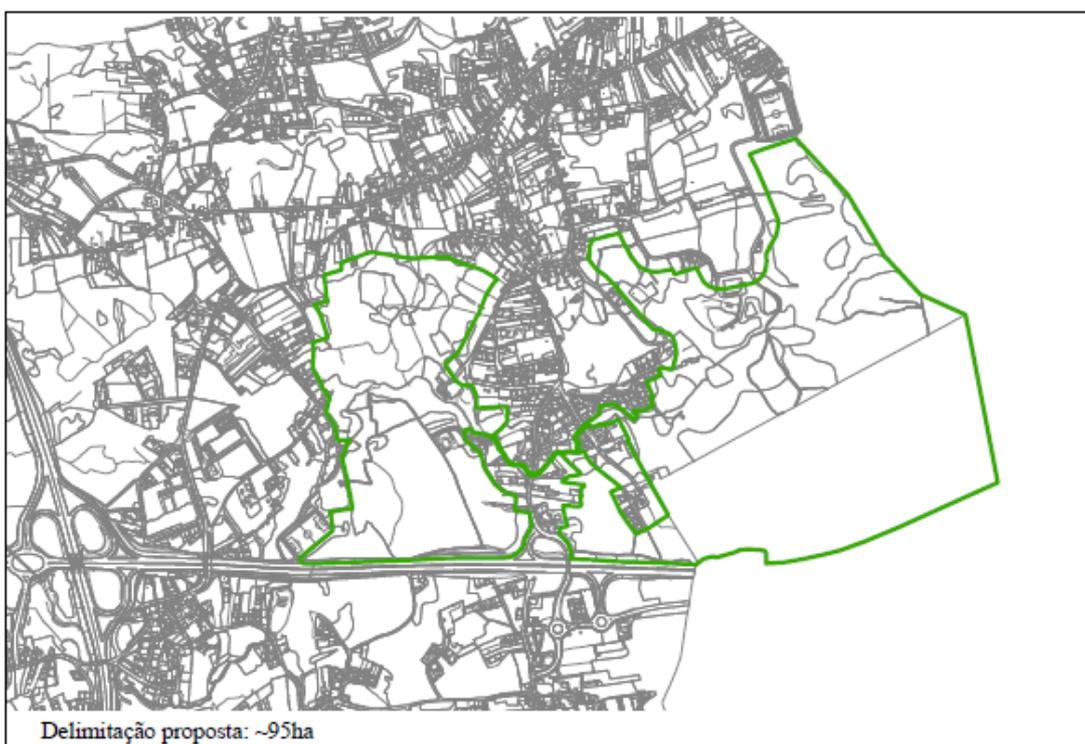
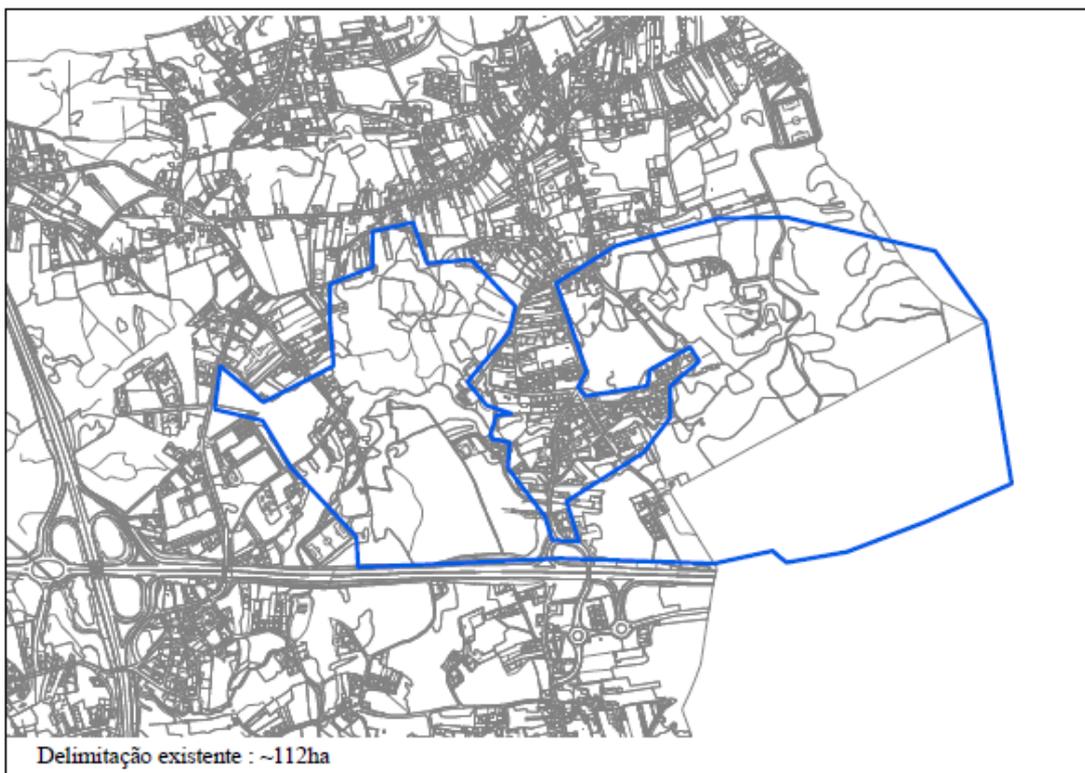
A Junta de Freguesia de Guetim, a Câmara Municipal de Espinho e as associações com dinâmica local poderiam ser parceiros na preservação destes espaços. O Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território poderia ter um papel fiscalizador no que diz respeito às descargas de efluentes na ribeira e na usurpação do domínio público hídrico.

**Informação recolhida junto da CME-DPE sobre linhas de água
em setembro de 2014**

A poluição das linhas de água é um problema que deverá ser solucionado de forma conjunta com os municípios envolventes, uma vez que as ribeiras trespassam os limites do concelho de Espinho, abrangendo os concelhos de Vila Nova de Gaia, Santa Maria da Feira e Ovar.

VER ANEXOS I E II, ADIANTE

[Ir para o índice](#)




CÂMARA MUNICIPAL DE ESPINHO
D.P.E. | Divisão de Planeamento Estratégico
 50 espaços verdes em perigo a preservar - Gruta da Lomba e Picadela


 Escala : 1:15.000
 julho 2014

Anexo I-a com a delimitação proposta pela D.P.E. da CME para a área verde a salvaguardar em volta da Gruta da Lomba e do lugar de Picadela, em comunicação à Campo Aberto recebida no início de setembro de 2014.



 **CÂMARA MUNICIPAL DE ESPINHO**
D.P.E. | Divisão de Planeamento Estratégico
50 espaços verdes em perigo a preservar - Gruta da Lomba e Picadela


Escala : 1:15.000
julho 2014

Anexo I-b com a delimitação proposta pela D.P.E. da CME para a área verde a salvaguardar em volta da Gruta da Lomba e do lugar de Picadela, em comunicação à Campo Aberto recebida no início de setembro de 2014.

Informação Superior Hierárquico:

Tomei conhecimento.

Decisão

Espinho, 20 / 05 / 2014

A chefe de Divisão Municipal


(Arq. Sandra F. de Almeida)

Espinho, ___ / ___ / 2014

O Presidente

(Dr. Joaquim José Pinto Moreira)

INF: (n.º 008A/2014)

Data: 19-05-2014

Assunto: Levantamento e caracterização dos Moínhos Hidráulicos

No seguimento do solicitado pela Arq.^a Sandra Almeida, serve a presente para informar as considerações sobre a existência, localização e conseqüente caracterização dos moinhos hidráulicos existentes no Concelho de Espinho.

Segundo o estudo e levantamento efetuado em 2007, pelo Professor Paulo Pinho, existem seis moinhos hidráulicos, todos em bom estado de conservação e preservados a nível de integridade, apenas com uma excepção.

Segundo o levantamento existente temos:

- a) Moinho Hidráulico de Rodízio do Carvalho de Baixo, localizado no Carvalho de Baixo, pertencente à União das Freguesias de Anta e Guetim;
- b) Moinho Hidráulico de Rodízio do Gavião, localizado no Gavião, pertencente à União das Freguesias de Anta e Guetim;
- c) Moinho Hidráulico de Rodízio do Praule, localizado no Praule, pertencente à União das Freguesias de Anta e Guetim;
- d) Moinho Hidráulico de Rodízio de Covelos, localizado em Covelos, pertencente à Freguesia de Silvalde;

e) Moinho Hidráulico de Rodízio das Escadas da Relva, localizado nas Escadas da Relva, pertencente à Freguesia de Silvalde. Foram inventariados como Património Arquitetónico Secular, e todos são propriedades particulares.

Assim, na União de Freguesias de Anta e Guetim existe :

O **Moinho Hidráulico de Rodízio do Carvalho de Baixo** (a), localizado na planície atravessada pela ribeira do Mocho. Foi construído em edifício próprio sobre a ribeira do Mocho. De construção retangular em pedra, com cobertura em telha vulgar de duas águas, tem no seu interior apenas uma divisão, onde se encontra a moenga com um casal de mós. Encontra-se atualmente desativado, ainda que o seu razoável estado de conservação permita intervenções ao nível de recuperação.

O **Moinho Hidráulico de Rodízio do Gavião** (b), localizado num vale atravessado pela ribeira de Silvalde tem uma construção retangular, com cobertura em telha vulgar de duas águas. Foi construído em edifício próprio, com uma pequena habitação adjacente e apesar de ter dois casais de mós, apesar uma está em funcionamento. Este moinho sofreu obras de recuperação mantendo um excelente estado de conservação.

O **Moinho Hidráulico de Rodízio do Praule** (c), está descrito como *uma pequena casa rural, com as respetivas dependências e implantada numa vertente sobre a Ribeira do Mocho*. Neste caso, o moinho hidráulico de rodízio situa-se na cave da habitação, tirando proveito do desnível topográfico. É constituído por uma levada e represa, tem uma moenga com dois casais de mós mas apenas uma está em funcionamento (apesar da idade avançada do moleiro).

O **Moinho Hidráulico de Rodízio da Picadela** (d), construído em edifício próprio sobre a ribeira do Mocho, tem planta retangular e cobertura em telha vulgar. No interior dispõe apenas de uma divisão, onde se encontrava a moenga com dois casais de mós. Está localizado num vale atravessado pela ribeira, onde existem também diversas construções recentes e pequenos campos agrícolas. Este moinho encontra-se atualmente desativado e em estado de abandono, constituindo a única exceção ao nível do estado de conservação acima mencionado.

Na Freguesia de Silvalde temos, por sua vez:

O **Moinho Hidráulico de Rodízio de Covelos** (e), localizado na planície atravessada pela ribeira de Silvalde. Foi construído em edifício próprio e é constituído por uma planta retangular, de construção em pedra e de cobertura em telha vulgar de duas águas. No interior tem apenas uma divisão, onde se encontra a moenga com um casal de mós em

pleno funcionamento. Tem também levada e represa. Apresenta alguns sinais de degradação.

O **Moinho Hidráulico de Rodízio das Escadas da Relva** (f), localizado num vale atravessado pela ribeira de Silvalde, é de pequena escala, foi construído em edifício próprio e adjacente a um tanque público. De planta retangular e com construção em pedra, tem a cobertura em telha vulgar de duas águas. O interior tem apenas uma divisão, onde se encontra a moenga com um casal de mós. Na área envolvente existem campos de cultivo de milho, forragens diversas e hortas. Está desativado desde 1999/2000, mas encontra-se em bom estado de conservação.

À consideração superior.



(Liliana Correia, Arq.^a)



Barrinha de Esmoriz / Lagoa de Paramos

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Mafalda Sousa
Espaço proposto por Paulo Petiz

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1745
Nome do espaço Barrinha de Esmoriz/Lagoa de Paramos
Freguesia Paramos
Concelho Espinho

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 40,96; -8,65.
Laguna costeira a Norte da Ria de Aveiro.

Limites



Observação recolhida junto da CME-DPE em 2014

Entendemos que esta delimitação não será a mais ajustada à realidade do espaço pelo que propomos uma nova definição de limites no anexo adiante.

Álbum fotográfico deste espaço colocado em 2014

Fotografias de Carlos Pardilha realizadas em 2010 e colocadas como álbum da campanha aqui:
<https://picasaweb.google.com/111435591575417445038/Campanha50EspacosBarrinhaDeEsmorizEm200910FotosDeCarlosFardilha>

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Área natural
Área aproximada 172,9 ha (inclui a área do concelho de Ovar)

Observação recolhida junto da CME-DPE em 2014

A delimitação que propomos apresenta uma área de aproximadamente 154 ha, incluindo a área do concelho de Ovar (ver anexo adiante).

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

A Barrinha de Esmoriz/Lagoa de Paramos (BELP) é a zona húmida mais significativa no litoral Norte de Portugal, entre a ria de Aveiro e o estuário do Rio Minho. É uma lagoa costeira de média dimensão, que apresenta uma cintura de vegetação ripícola bem desenvolvida e bancos de lodo, comunicando com o Atlântico através de um canal. Esta área é alimentada por águas de duas ribeiras – a vala de Paramos ou Ribeira de Rio Maior, que tem a sua foz no lado norte da lagoa, e a vala de Maceda, que desagua no seu lado sul –, águas que devido ao cordão dunar litoral originam o corpo central da lagoa. Na zona envolvente da Barrinha de Esmoriz existem áreas de pinhal (a sul), bosques ripícolas/húmidos (a este e sul), praia e dunas (a oeste), campos agrícolas (a norte, leste e sul), planície com vegetação rasteira/arbustiva (a norte) e construções (a norte, este e sul). Integra como principais habitats florestas e matas (floresta de coníferas, floresta aluvial, floresta com espécies de folhas persistente; matos (matos esclerófilos); prados (prados húmidos); zona húmida (bancos de vasa ou areia, dunas e praias, lagoa costeira, águas paradas doces, águas paradas salobras, cursos de água, vegetação ribeirinha); áreas marinhas (mar, zonas costeiras); zonas artificiais (terra arada, campos e pomares perenes, zona urbana e industrial); e vegetação exótica. Apresenta uma enorme biodiversidade: neste local estão recenseadas cerca de 80 espécies de flora (*Jasione lusitanica* é um endemismo) e 270 espécies animais, das quais 190 espécies de avifauna (águia-sapeira, que se encontra ameaçada), sendo uma importante área de nidificação, dispersão pós-reprodutiva, espaço de invernada e uma das principais rotas migratórias anuais de aves.

Nota da Campo Aberto em 2014

[A CME-DPE interroga-nos aqui, em 2014, sobre a fonte desta informação. A Campo Aberto recolheu na campanha de 2006-2008 numerosas informações de diferentes fontes (que nem sempre é hoje possível precisar), com critério e escrupulo, mas preveniu desde logo que as fichas elaboradas poderiam conter erros ou imprecisões e que se solicitava a colaboração de todos para eventuais correções e atualizações, o que de certa forma se faz ao longo da revisão efetuada em 2014 (e de que resulta o presente documento nas suas áreas marcadas a cor. Veja-se a advertência no início desta compilação.)

Para além do garçote, da garça vermelha, da águia-sapeira, do pernilongo e do pisco-de-peito-azul, é de destacar a nidificação do borrelho-de-coleira-interrompida e de passeriformes de caniçal como o rouxinol-grande-dos-caniços e o rouxinol-dos-caniços. A BELP tem grande importância para os passeriformes migradores transarianos, particularmente durante a migração outonal. Mais de 20 por cento das espécies que frequentam a Barrinha têm um estatuto de ameaça (ver livro vermelho dos vertebrados em Portugal).

Informação recolhida junto da CME-DPE em 2014

sobre toda a secção «Importância ecológica»

Segundo a ficha de caracterização do PSRN2000 (Plano Setorial da Rede Natura 2000) referente ao sítio Barrinha de Esmoriz, este integra os seguintes habitats naturais e semi-naturais constantes do anexo B-I do Dec. Lei nº 49/2005: Lagunas costeiras; Vegetação anual das zonas de acumulação de detritos pela maré; Prados de *Spartina* (*Spartinion maritimae*); Prados salgados atlânticos (*Glauco-Puccinellietalia maritimae*); Dunas móveis embrionárias; Dunas móveis do cordão litoral com *Ammophila arenaria* («dunas brancas»); Dunas fixas com vegetação herbácea («dunas cinzentas»); Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas de *Molinio-Holoschoenion*; Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior* (*Alno-Padion*, *Alnion incanae*, *Salicion albae*); Florestas mistas de *Quercus robur*, *Ulmus laevis*, *Ulmus minor*, *Fraxinus excelsior* ou *Fraxinus angustifolia* das margens de grandes rios (*Ulmion minoris*); Florestas-galerias de *Salix alba* e *Populus alba*.

Importa destacar a presença da *Jasione lusitanica*, um endemismo ibérico dos areais do litoral Noroeste, que devido à sua reduzida e fragmentada área de ocupação se encontra significativamente ameaçada. A

Barrinha de Esmoriz é ainda um dos poucos locais de ocorrência confirmada da lampreia-de-riacho (*Lampetra planeri*), uma espécie constante do anexo B-II do Dec.Lei nº 49/2005 de 24/2.

A BELP encontra-se classificada como IBA (International Birdwatch Area) e, tratando-se de uma zona húmida, é detentora de um conjunto de biótopos favoráveis à ocorrência de uma importante comunidade avifaunística. Segundo *Sá & Loureiro* (1995), nesta área ocorrem mais de 170 espécies de aves e segundo *Lobo et al.* (2003) existem mais de 130 espécies com ocorrência regular, das quais 28 teriam nidificação confirmada, 18 nidificação provável e 15 com nidificação possível.

Propomos que sejam integrados os nomes científicos: *Ixobrychus minutos* (garçote), *Ardea purpurea* (garça-vermelha), *Circus aeruginosus* (tartaranhão-ruivo-dos-pauis ou águia-sapeira), *Himantopus himantopus* (pernalonga ou pernilongo) e *Luscinia svecica* (pisco-de-peito-azul), *Charadrius alexandrinus* (borrelho-de-coleira-interrompida), *Acrocephalus arundinaceus* (rouxinol-grande-dos-caniços) e *Acrocephalus scirpaceus* (rouxinol-pequeno-dos-caniços).

Relevância social

A primeira referência à sua existência é do ano 897, sendo então designada como Lagoa de Ovil, tendo servido de coutada no século XII devido à abundância em caça e pesca. Durante os sucessivos séculos viu a sua dimensão alterada por movimentos naturais ou ações da população que vendo as suas culturas e casas alagadas iam vazando a lagoa para o mar. Em 1982, pela primeira vez a Barrinha secou.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

A BELP pertence à Rede Natura 2000 (PTCON0018) pela Resolução de Conselho de Ministros nº 76/2000, de 5 de Julho, à Reserva Ecológica Nacional (REN) e está classificada como IBA (Important Bird Area) pela Bird Life International.

A Resolução de Conselho de Ministros nº 176/2003 de 10 de Novembro declara a BELP área crítica de recuperação ambiental que carece de intervenções urgentes, declara o interesse público das intervenções a efetuar e cria uma Estrutura de Coordenação e Controlo das Intervenções na Área Crítica da BELP. Através de uma ação concertada, foi desenvolvido um plano de ações (ver outros documentos).

Informação recolhida junto da CME em 2014

A Barrinha de Esmoriz / Lagoa de Paramos integra a Rede Natura 2000 (PTCON0018), classificada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 76/2000, de 5 de julho, como sítio da Lista Nacional de Sítios, ao abrigo do nº 1 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 149/99, de 24 de abril. Integra a Reserva Ecológica Nacional, está classificada como biótopo Corine, como zona húmida no âmbito do Inventário das Zonas Húmidas em Portugal Continental e como uma IBA (*Important Bird Area*) pela Bird Life International (PT036). O PSRN2000 (Plano para o Sítio Rede Natura 2000) propõe uma série de orientações para a conservação desta zona costeira, dirigidas essencialmente à preservação da lagoa e ecossistemas dunares, que são basicamente retomadas pelo Programa POLIS Litoral Ria de Aveiro (ver mais adiante).

No PDM em vigor (1994), a Barrinha de Esmoriz/Lagoa de Paramos está classificada como «Espaço de Salvaguarda Estrita», a qual se insere em Reserva Ecológica Nacional, referindo no Artigo 42º do Regulamento do PDM que «As áreas da R.E.N. encontram-se delimitadas na Planta de Condicionantes (esc.1/10.000) de acordo com a legislação em vigor e estão, genericamente, incluídas neste Espaço» e parte em Reserva Agrícola Nacional, referindo no Artigo 41º que «As áreas da R.A.N. encontram-se delimitadas na Planta de Condicionantes (esc.1/10.000) de acordo com a legislação em vigor e estão, genericamente, incluídas neste Espaço».

Ameaças à preservação

As principais ameaças à preservação do espaço são o abandono/redução da gestão do terreno, a drenagem e colmatção de zonas húmidas, a artificialização do regime hidrológico (que leva ao insucesso reprodutor das espécies nidificadoras), a deposição ilegal de resíduos industriais e domésticos nos cursos de água que nela desaguam (especialmente a Ribeira de Silvalde), a pressão urbanística, a destruição do cordão dunar por viaturas todo-o-terreno e pelo pisoteio humano, a expansão das infra-

estruturas (campo de golfe e prolongamento da pista do aeródromo de Paramos), a proliferação de espécies exóticas (acácias e chorões), o recreio/turismo e a industrialização/urbanização.

Correção recebida da CME-DPE em 2014

Em vez de Ribeira de Silvalde, acima, deve ler-se Ribeira de Rio Maior.

Apesar de a Barrinha de Esmoriz estar integrada na segunda fase da Rede Natura 2000, não existe a nível oficial qualquer plano para a gestão da área numa ótica de conservação da natureza. Sendo a Barrinha de Esmoriz uma lagoa costeira, atualmente não se encontra sob a influência das marés. A comunicação com o mar não é permanente pois a abertura e fecho do canal dependem da ação do mar e/ou da intervenção humana. Em virtude deste facto, verificam-se flutuações importantes do nível de água, que prejudicam a reprodução das aves que nidificam na barrinha. Desde a construção da ETAR de Esmoriz verificou-se uma significativa melhoria da qualidade da água da vala de Maceda (zona Sul). A situação na vala de Silvalde (lado Norte) [Ribeira de Rio Maior] mantém-se inalterada, continuando esta ribeira muito poluída, daí resultando a péssima qualidade da água na Barrinha de Esmoriz.

Informação recolhida junto da CME-DPE em 2014

[Sobre a referência à ETAR de Esmoriz] ETAR de Esmoriz ou ETAR de Paramos no concelho de Espinho. A ETAR de Esmoriz está desativada há já alguns anos. A ETAR de Espinho, em funcionamento desde 1998, foi projetada para satisfazer as necessidades de tratamento dos efluentes provenientes dos concelhos de Espinho, Ovar (parte) e Santa Maria da Feira. Após a sua entrada em funcionamento, a ETAR de Esmoriz/Cortegaça deixou de cumprir funções.

[Sobre o Programa POLIS] Para a BLP existe em curso o Projeto de Requalificação e de Valorização do «Sítio» da Barrinha de Esmoriz – POLIS Litoral Ria de Aveiro que integra os municípios de Espinho e Ovar. De acordo com as orientações de gestão para esse «Sítio», estas estão dirigidas para a preservação da Lagoa e dos ecossistemas dunares através das seguintes medidas: * Melhoria de qualidade da água da Barrinha e das linhas de água que a ela afluem – a despoluição da Barrinha e das linhas de água deve ser efetuada em concomitância com o tratamento dos efluentes industriais a montante; * Dragagem e abertura da barra – devem ser previamente sujeitas a uma avaliação de impacto ambiental que permita planificar uma futura gestão do sítio; * Recuperação do sistema dunar pelo ordenamento dos acessos pedonais e interdição do acesso de veículos; * Recuperação da vegetação ripícola nas margens da lagoa e eliminação das espécies exóticas infestantes.

Dinâmica local

Existe um plano de recuperação que já está na fase de implementação e que visa intervenções que se destinem a eliminar a poluição na barrinha de Esmoriz, atendendo aos riscos existentes para os ecossistemas desta área e para as populações. O projeto de despoluição da Barrinha de Esmoriz/Lagoa de Paramos envolve a ligação dos subsistemas de drenagem de Espinho (Espinho), Ovar (Barrinha de Esmoriz e Cortegaça) e de Santa Maria da Feira (bacia que drena para a Barrinha de Esmoriz/ Lagoa de Paramos) à ETAR de Espinho pela SIMRIA. No global, a intervenção na Barrinha de Esmoriz / Lagoa de Paramos inclui a construção de 28 km de coletores e 6 Estações Elevatórias, a Remodelação e Ampliação da ETAR de Espinho, e uma intervenção na ETAR da Remolha, ascendendo a um investimento total de 23 Milhões de Euros comparticipada em 59 por cento pelo Fundo de Coesão, em 2005. O conjunto de infraestruturas visa reduzir os efeitos negativos no ambiente e saúde pública resultantes da eliminação das águas residuais e aumentar o nível de atendimento das populações servidas com drenagem e tratamento de águas residuais, e pretende ainda corrigir a atual situação nesta bacia drenante (bacia hidrográfica das ribeiras da Costa e Barrinha de Esmoriz entre os rios Douro e Vouga) que apresenta deficiências e graves problemas de poluição.

A Campo Aberto, a Quercus Núcleo de Aveiro, a Sociedade Portuguesa do Estudo das Aves, o Palheiro Amarelo, Movimento Cívico Pró-Barrinha, Escuteiros de Esmoriz e o Clube de Ambiente da Escola Secundária Gomes de Almeida são exemplos de associações cívicas ou ambientalistas que têm realizado ações de sensibilização ambiental na Barrinha de Esmoriz.

[Observação da Campo Aberto em 2014

A CME-DPE interroga-nos, em 2014, sobre o plano de recuperação referido no início desta secção, que plano é esse e quem o está a executar. Na verdade não dispomos atualmente de dados para responder a essa pergunta.]

Informação recolhida em 2014 junto da CME-DPE

A CM Espinho dispõe de um Plano de Pormenor, o Plano Parcial da Zona a Sul de Espinho de 1984, e tem também em curso, desde março de 2013, o Plano de Pormenor da Orla Litoral Sul de Espinho onde prevê, entre outros objetivos, a preservação da BELP e dos ecossistemas dunares através de medidas que visem melhorar a qualidade da água, a manutenção da lagoa, a recuperação do sistema dunar, a recuperação da vegetação ripícola nas margens da lagoa e a eliminação das espécies exóticas infestantes.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Como possíveis intervenções para a preservação da BELP, seria importante melhorar a qualidade da água (a ligação à SIMRIA pode ser uma solução neste aspeto), manter a lagoa através de dragagens consonantes/abertura da barra com a preservação do ecossistema, recuperar o sistema dunar através do ordenamento dos espaços pedonais, etc., recuperar a paisagem ripícola nas margens e eliminar as espécies exóticas, incentivar o ecoturismo e turismo rural na região, potenciar a diversidade de produtos regionais e apoiar a sua certificação, implementar programas de formação e educação ambiental para a cidadania, apoiar a investigação, etc.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

As Câmaras Municipais de Espinho e Ovar, as freguesias de Paramos e Esmoriz, o Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade, o Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território e a SIMRIA deveriam ser parceiros na gestão e preservação deste ecossistema.

Informação recolhida em 2014 junto da CME-DPE

Já somos parceiros. Consideramos que o concelho de Santa Maria da Feira deverá também ser incluído, no âmbito da despoluição das linhas de água que alimentam a BELP.

Informação recolhida na imprensa pela Campo Aberto em 2014

O atual presidente do concelho de Ovar, segundo o jornal Público de 23-03-2014, tinha colocado durante as eleições autárquicas a intervenção na Barrinha de Esmoriz como uma das 16 ações prioritárias para a cidade, no âmbito do projeto Polis da Ria de Aveiro, que deverá arrancar e ficar concluído em 2015 para não perder os fundos comunitários. O seu antecessor, Manuel Oliveira, segundo uma notícia do Diário de Aveiro datado de 20 de março de 2012, ter-se-ia então indignado por, segundo ele, a empresa pública Polis da Ria de Aveiro não ter respeitado os compromissos assumidos ao não realizar as intervenções previstas com que se comprometera, apesar de a Câmara de Ovar, através da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, ter já realizado a sua parte do capital social, no valor de 1,6 milhões de euros. Em 14 de junho de 2013, o Diário de Aveiro noticiou que «a Junta de Freguesia de Esmoriz vai lançar um ultimato ao Governo Português de forma a exigir o tratamento prometido da Barrinha de Esmoriz. Caso contrário, estará disponível para avançar para as instâncias europeias.» A despoluição da Barrinha de Esmoriz tem sido anunciada várias vezes ao longo dos anos, como refere por exemplo informação da TSF (no sítio www.tsf.pt). «A Barrinha de Esmoriz vai ser despoluída. O Governo e as Câmaras de Ovar, Feira e Espinho assinam dia 22 [de novembro] um contrato-programa para a despoluição da Barrinha de Esmoriz, [informa] o movimento cívico que defende a recuperação daquela lagoa costeira.» O movimento cívico a que alude a TSF é o MCpB – Movimento Cívico Pro Barrinha (<http://movimentocvicoprobarrinha.yolasite.com/>), cujo presidente de direção, e porta-voz, é Arménio Alves Moreira, e que se define como uma associação cultural, apolítica e inconfessional de defesa do ambiente, regida por estatutos e regulamentos próprios. Entre outros objetivos mais gerais, «o MCpB visa pugnar civicamente pela barrinha de Esmoriz / Lagoa de Paramos, vigiar e cuidar da defesa da mesma, zelar pelos interesses ambientais e gerais de Esmoriz e do concelho de Ovar.» As referências ao concelho de Ovar justificam-se na medida em que, não pertencendo à AMP, tem no entanto contiguidade geográfica e ecológica com outros concelhos no que diz respeito à Barrinha e Lagoa. Para informações sobre o Plano Sectorial da Rede Natura 2000, sítio «Barrinha de

Esmoriz», código PTC0018, constante do então ICNB, veja-se acesso por www.icnf.pt/portal. Sobre o Polis da Ria de Aveiro, que abrange a Barrinha e Lagoa, o sítio <http://www.polisriadeaveiro.pt> fornece uma lista de todos os projetos, entre os quais o projeto relativo à BERP. Encontram-se nesse endereço outras informações sobre a Barrinha de Esmoriz. Pode ver-se informação sobre uma visita realizada pela Campo Aberto em 13 de junho de 2015 a este espaço: <http://www.campoaberto.pt/?p=1711200> Um álbum fotográfico dela resultante pode ver-se em: <https://picasaweb.google.com/111435591575417445038/13JunhoCASTRODEVILEBARRINHADEESMORIZ>

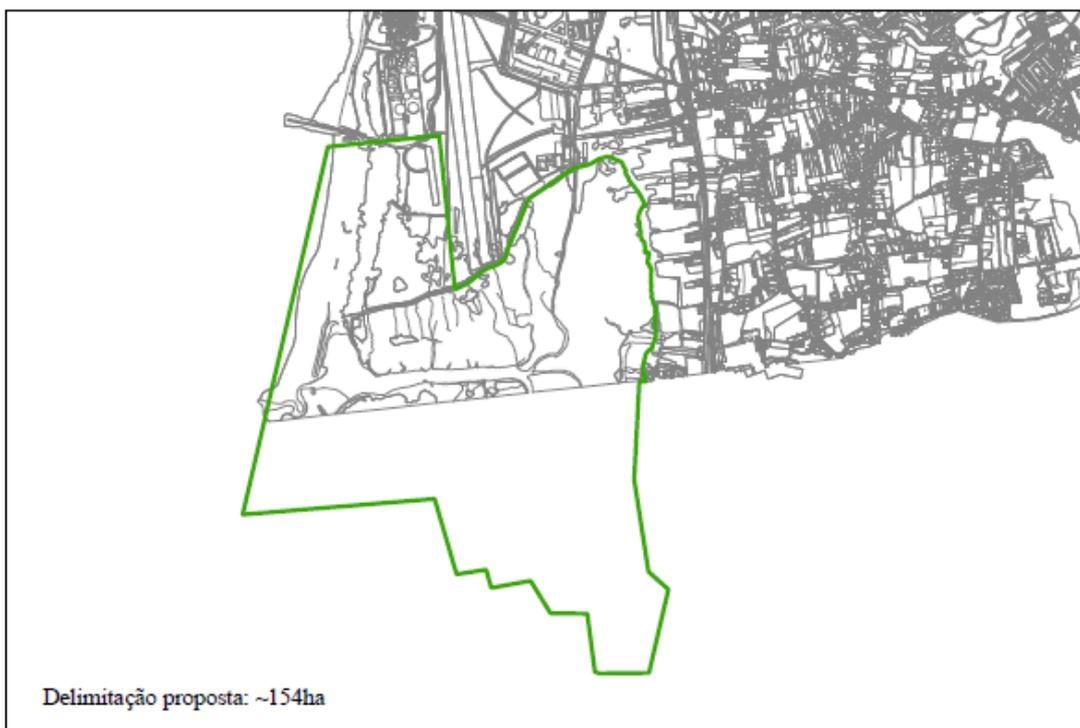
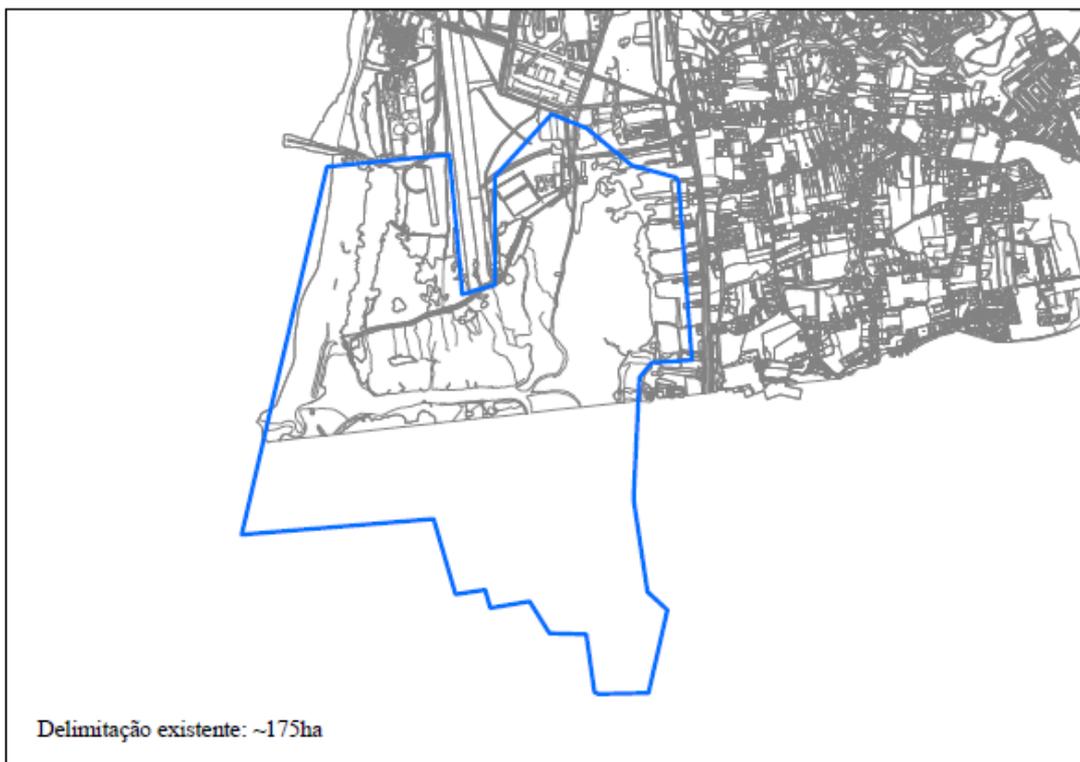
Todas as associações cívicas e ambientalistas com atividades regulares na BERP deveriam constituir uma plataforma para definir e implementar um programa de educação ambiental de forma integrada e regular, orientada para a população em geral.

Outras informações recolhidas pela Campo Aberto junto de cidadãos em 2014

O proponente deste espaço na campanha em 2006-2008, Paulo Petiz, chamou em 2014 a nossa atenção para o agravamento da proliferação de acácias. Observou ainda que, não obstante a existência de um passadiço que permite percorrer o canal que bordeja a lagoa do lado norte, esta encontra-se algo esquecida pela população. Considerou ainda que as ameaças referidas na ficha inicial da campanha se mantêm na íntegra e que se verifica um acréscimo de construção na zona nascente, a par de proliferação de exóticas. Verificou que a zona do aeródromo se encontra vedada e infestada de acácias e que continuam a verificar-se elevados níveis de poluição e lixo.

VER ANEXOS, ADIANTE

[Ir para o índice](#)



 **CÂMARA MUNICIPAL DE ESPINHO**
D.P.E. | Divisão de Planeamento Estratégico
50 espaços verdes em perigo a preservar - Barrinha de Esmoriz / Lagoa de Paramos Escala : 1:20.000
julho 2014 

Anexo com a delimitação proposta pela D.P.E. da CME para a área a salvaguardar na Barrinha de Esmoriz/Lagoa de Paramos, em comunicação à Campo Aberto recebida no início de setembro de 2014.



 **CÂMARA MUNICIPAL DE ESPINHO**
D.P.E. | Divisão de Planeamento Estratégico
50 espaços verdes em perigo a preservar - Barrinha de Esmoriz / Lagoa de Paramos Escala : 1:20.000
julho 2014 

Anexo com a delimitação proposta pela D.P.E. da CME para a área a salvaguardar na Barrinha de Esmoriz/Lagoa de Paramos, em comunicação à Campo Aberto recebida no início de setembro de 2014.



Castro de Ovil

ENQUADRAMENTO DA CAMPANHA

Ficha preenchida por Nuno Costa
Espaço proposto por Vítor Calé Solteiro

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1762
Nome do espaço Castro de Ovil
Freguesias Paramos
Concelho Espinho

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 40,98; -8,62.

O Castro de Ovil, está situado no lugar do Monte, próximo do apeadeiro da Linha do Vouga, na freguesia de Paramos (Espinho). Seguir a EN109 até ao cruzamento da Capela Nossa Senhora da Guia, virar à esquerda e novamente à esquerda no cruzeiro (EN109-4). Virar na primeira rua à direita antes da linha do Vouga. Seguir caminho em terra batida paralelo à linha (Rua Fonte da Pedra).

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Espaço verde, Área natural

Aditamento recebido da CME-DPE em 2014 quanto à tipologia: Sítio arqueológico

Área aproximada 2 ha (sítio arqueológico), mas com a área adjacente o sítio alcança os 25 ha.

Sugestão recebida da CME-DPE em 2014

Entendemos que deveriam apresentar também o limite da área referente ao sítio arqueológico do Castro de Ovil, conforme ANEXO adiante.

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

Situado no sopé de uma colina sobranceira à ribeira de Rio Maior ou de Paramos, curso de água que desagua na Barrinha de Esmoriz/Lagoa de Paramos, o Castro de Ovil é uma área de floresta e vegetação ripícola, em terreno xistoso e argiloso, onde predominam choupos, amieiros, sobreiros, salgueiros, ulmeiros, carvalhos, pinheiro-bravo e eucalipto como espécies de flora predominantes, e onde crescem espontaneamente os fetos e os tojos. Estas zonas de floresta em Espinho desempenham uma importante função ecológica, nomeadamente pela proteção das zonas interiores em relação aos ventos dominantes de Noroeste. Os passeriformes comuns são a fauna mais significativa do local.

Relevância social

Esta é uma zona de ruínas arqueológicas de uma aldeia habitada do período castrejo da Idade do Ferro (séc. III A.C.) e do período Pré-romano (séc. I D.C.) e com vestígios de arqueologia industrial, como a Fábrica de papel do Castelo, datada de 1836. Na Idade do Ferro e no período Pré-Romano, as povoações do noroeste da Península Ibérica viviam em castros, aldeias fortificadas e situadas nas colinas de onde tinham boa visibilidade, sendo amuralhados e protegidos com profundos fossos que dificultavam o seu acesso. Este castro não parece ter sistema defensivo constituído, quer por muralhado, quer por taludes, tendo apenas usufruído das condições naturais de defesa conferidas pelo próprio leito cavado da ribeira e pelos rochedos aí existentes. A única preocupação terá residido nas vertentes voltadas a Norte e a Este, onde se construiu um fosso bastante profundo no afloramento xistoso.

Correção recolhida em 2014 junto da CME-DPE

Deve ler-se «(...) povoado da idade do ferro com origem provável no século IV/III A.C. e abandonado durante a intensificação do processo de romanização da região ocorrido entre o final do século I A.C. e o início do século I D.C.» Deve ler-se também: «A Norte e a Este do povoado, o menor declive do terreno obrigou à construção de um sistema defensivo constituído por fossos e dois taludes concêntricos.»

O Castro de Ovil é referido em documentos da Idade Média, tendo-lhe sido atribuídos vários nomes: Obil, Lagona de Auille e Ubile. Em 1897, Pedro Azevedo propõe a sua localização na freguesia de Mozelos, Vila da Feira, e, em 1963, Arlindo de Sousa admite, pela primeira vez, a sua localização em Paramos, Espinho. Apoiados em observações de alguns estudiosos, uma equipa do Grupo de Estudos para a Defesa do Ambiente e Património Cultural de Espinho e Carlos Jorge Alves Ferreira, procederam a pesquisas de campo que culminaram com a identificação do Castro de Ovil na freguesia de Paramos, em Fevereiro de 1981.

As investigações identificaram uma série de estruturas habitacionais de planta circular assentes diretamente sobre o afloramento, posteriormente dotadas de vestíbulo. As escavações conduzidas noutros setores do recinto revelaram a presença de outras edificações de caráter industrial, especialmente uma lagareta que poderia ter sido utilizada para a produção vinícola, oleícola ou até mesmo para a conserva e salga de alguns alimentos. Do espólio recolhido até ao momento, destaca-se a abundante presença de fragmentos cerâmicos característicos do universo castrejo, como talhas, painéis e vasos, de perfil em S e decorados por incisão, perfazendo triângulos preenchidos por linhas paralelas, oblíquas e reticuladas, assim como por impressão, configurando círculos, SSS e escudetes. Além da cerâmica, foram exumados materiais decorrentes das atividades desenvolvidas pelos habitantes do povoado, a exemplo de pesos de tear e de cossoiros, pesos de rede, mós e escórias de fundição, não tendo sido detetados elementos suficientemente consistentes que permitam falar de uma ocupação romana no local, como ocorre em parte expressiva destes povoados de altura, balizando-se a sua existência entre o século II A.C. e o início do I D.C.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

É propriedade pública. Adquirido pela Câmara Municipal de Espinho em 1985, a área de implantação do Castro de Ovil foi classificada como Imóvel de Interesse Municipal em 17 de Julho de 1990 (pelo Dec. nº 29/90, DR nº 163 de 17 de Julho de 1990). O Castro de Ovil não está incluído em Reserva Ecológica Nacional ou Reserva Agrícola Nacional, mas encontra-se próximo da Barrinha de Esmoriz, ecossistema integrado na lista europeia de sítios Rede Natura 2000, na Rede IBA (Important Bird Area) e na Reserva Ecológica Nacional (REN).

Especificações recolhidas em 2014 junto da CME-DPE

– Adquirido pela CME em 1986, a área de implantação do Castro de Ovil foi classificada como Imóvel de Valor Concelhio, pelo decreto n.º 29/90, publicado no Diário da República - I Série, n.º 163, de 17 de Julho de 1990.

– A área de delimitação apresentada do Castro de Ovil encontra-se classificada no Plano Diretor Municipal em vigor (1994) como «Espaço de salvaguarda estrita», o qual abrange áreas de Reserva Ecológica Nacional, Reserva Agrícola Nacional e Espaço Florestal a preservar. O Castro de Ovil está classificado como «Elemento arquitectónico a salvaguardar», no qual refere o Artigo 35º, nos pontos 1 e 2, do Regulamento do PDM que:

«1 – Nesta área, com a observância do disposto nas secções do presente Regulamento, na perspectiva de salvaguardar a importância do elemento ou conjunto arquitectónico, qualquer construção, reconstrução, recuperação, ampliação, instalações, alteração de uso, destaque de parcelas, loteamento e ou obra de urbanização apenas será admitida após apreciação de uma comissão técnica a nomear pela Câmara Municipal para o efeito.»

«2 – Pode a Câmara Municipal, em função do seu interesse e valor, impor regras urbanísticas específicas a conjuntos e elementos arquitectónicos não classificados.»

Ameaças à preservação

Existem ameaças reais à preservação deste local como a poluição da Ribeira de Rio Maior por efluentes industriais e domésticos, o abate de árvores, a deposição ilegal de lixos, a utilização indevida do espaço para atividades de lazer (*paintball*, merendas, etc.), a usurpação do património arqueológico, os fogos florestais e a presença de espécies invasoras (eucalipto).

Contributo em 2014 da CME-DPE

Para além do *Eucalyptus globulus* (eucalipto), acrescentar a espécie invasora *Acacia melanoxylon* (Acácia-austrália).

Dinâmica local

A Câmara Municipal de Espinho aprovou em 2000 um projeto que previa a musealização do Castro de Ovil e a construção de um centro interpretativo, obras que já deveriam estar prontas desde 2004. Em 2005, foi realizada uma avaliação do impacto arqueológico do Centro Interpretativo do Castro de Ovil (CICO) da autoria do arqueólogo Jorge Salvador em que se propunha a instalação do CICO no local onde se encontrava edificada uma Casa da Eira, conjuntamente com aspetos essenciais como a sinalética e a instalação de um centro interpretativo nas ruínas da antiga Fábrica de Papel, dotado de uma área de exposição.

Atualmente, decorrem ainda obras de restauro das ruínas arqueológicas para futura instalação do CICO. A Câmara Municipal de Espinho tem dinamizado visitas escolares guiadas (a partir do 2º ciclo) à estação arqueológica do Castro de Ovil, das 9:00h às 15:30, cujo responsável técnico é o Dr. Abel Ribeiro. Este castro é referenciado como um dos locais turísticos de visita obrigatória no concelho de Espinho. O Castro de Ovil foi também alvo de estudo em teses de pós-graduação, nomeadamente a tese intitulada «Conservação e restauro de faianças arqueológicas do Castro de Ovil (Santa Maria da Feira). Estudo comparativo entre cerâmica comum vermelha e faiança arqueológica» da autoria de Luzia Paula Baptista da Silva e orientação de Eduarda Moreira da Silva da Universidade Portucalense.

Atualização recolhida em 2014 junto da CME-DPE

– O projeto que previa a musealização da estação do Castro de Ovil encontra-se em fase de reformulação. As visitas guiadas são organizadas quando solicitadas. A Câmara Municipal de Espinho continua a promover as visitas escolares guiadas (a partir do 2º ciclo) cujo responsável técnico é o Dr. Abel Ribeiro, incluindo ainda o acompanhamento a grupos de turistas que visitam o nosso concelho.

– Atualmente não decorrem obras de restauro.

– Quanto a estudos e teses, bastaria apenas dizer que «O Castro de Ovil tem sido referido em vários estudos e teses universitárias.»

– Do ponto de vista ambiental, a Autarquia de Espinho iniciou um programa de erradicação das monoculturas florestais e infestantes da Estação Arqueológica do Castro de Ovil e o favorecimento do

crescimento de carvalhos e sobreiros. Em 2013, o Castro de Ovil passou a integrar as áreas «FUTURO – projeto 100.000 árvores na Área Metropolitana do Porto», coordenado pelo Centro Regional de Excelência em Educação para o Desenvolvimento Sustentável da Área Metropolitana do Porto (CRE_PORTO), que pretende recuperar aproximadamente 100 hectares de floresta urbana através da plantação e cuidado de 100.000 árvores e arbustos nativos da região. Esta parceria vai permitir plantar no Castro de Ovil várias espécies de árvores e arbustos nativos, como o carvalho-alvarinho, o sobreiro, o medronheiro, o azevinho, entre outras. As áreas de floresta nativa são espaços de elevada qualidade paisagística, importantes na manutenção da biodiversidade, na retenção de carbono (contribuindo para uma economia de baixo carbono), diversificam a paisagem e funcionam como barreiras naturais em caso de incêndio.

Possíveis intervenções futuras de preservação

São sugestões de intervenções futuras, para a preservação, a valorização ambiental e do património existente, a despoluição de ribeiros e margens da Ribeira de Rio Maior, a criação de um parque público utilizando as condições naturais do terreno, a definição de percursos pedonais e cicláveis com sinalética apropriada desde a Barrinha de Esmoriz/Lagoa de Paramos, a criação de um centro de interpretação arqueológico mas também industrial e ambiental associado à importância da Ribeira de Rio Maior, a dinamização do turismo rural/arqueológico/industrial na freguesia de Paramos. Seria também interessante dinamizar a linha do Vouga contígua a este local, elevando o potencial de exploração pedagógica, cultural e turística do local.

Informação recolhida em 2014 junto da CME-DPE

- As possíveis intervenções referidas encontram-se em fase de projeto.
- As intervenções arqueológicas foram enquadradas no projeto de investigação «O Castro de Ovil e o povoamento da região de Espinho da proto-história à romanização», da responsabilidade de Jorge Fernando M. D. Salvador e António Manuel S. P. Silva, aprovado pelo IPPAR em 1994 e integrou o PNTA (Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos) do IPA (Instituto Português de Arqueologia) a partir de 1998.
- Na terceira linha da secção anterior, deveria ler-se: Despoluição, valorização e recuperação da Ribeira de Rio Maior.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

O futuro Centro de Interpretação do Castro de Ovil arrancará, para já, apenas com verbas da Câmara Municipal de Espinho, mas a equipa responsável pelos trabalhos de arqueologia prevê atrair verbas de fundos comunitários e nacionais, nomeadamente via Ministério da Cultura para a gestão e preservação do espaço. O IPPAR deveria ser também um parceiro privilegiado na preservação do local. As escolas do concelho poderiam contribuir para a dinamização com visitas e atividades orientadas para a importância arqueológica e ecológica do Castro de Ovil.

Informação recolhida em 2014 junto da CME-DPE

- Deve ler-se «DGPC - Direção Geral do Património Cultural».
- Do ponto de vista ambiental, ver mais acima, secção «Dinâmica local» na atualização de 2014.

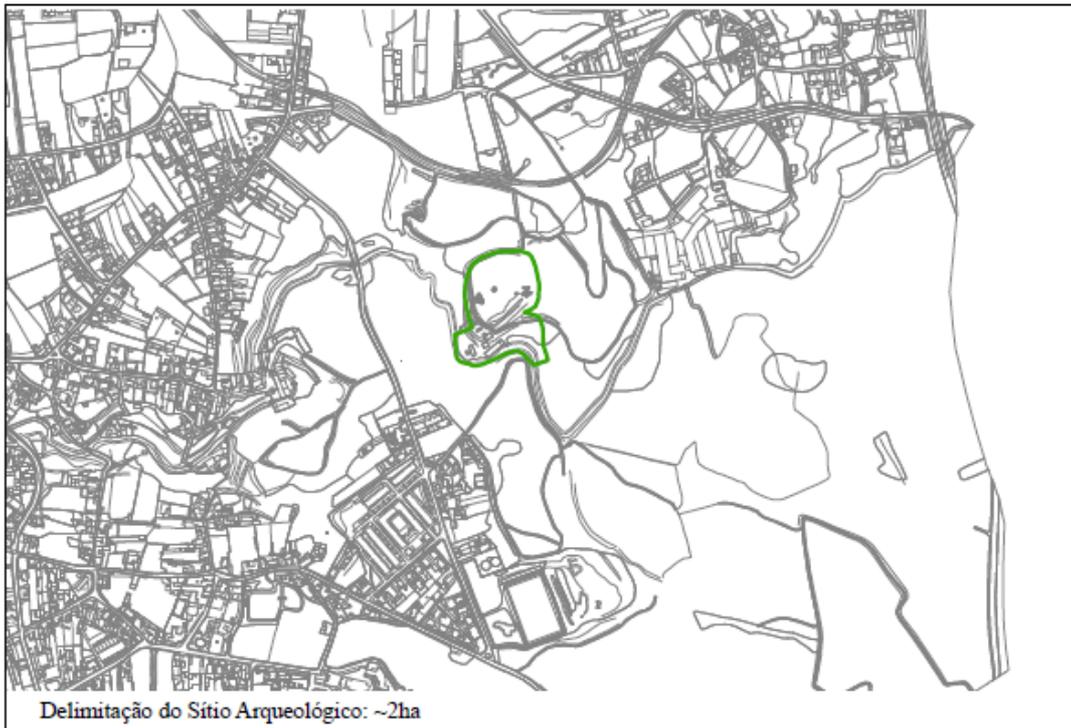
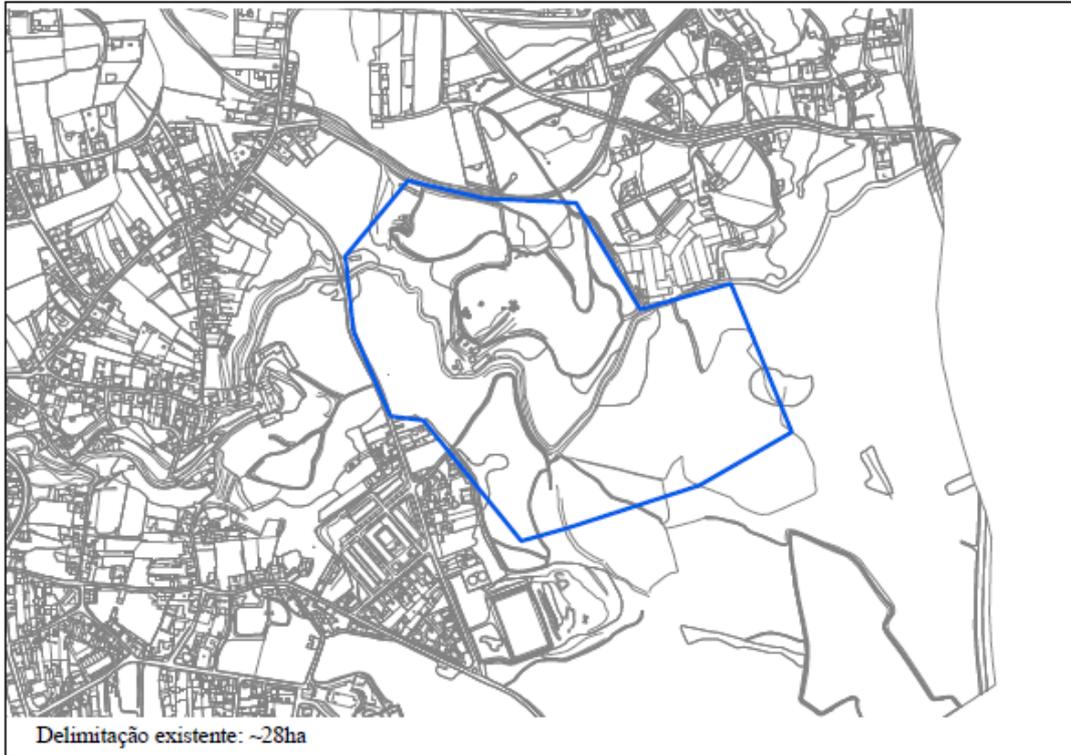
Informação recolhida pela Campo Aberto em 2014-2015

Pode ver-se informação sobre uma visita realizada pela Campo Aberto em 13 de junho de 2015 a este espaço: <http://www.campoaberto.pt/?p=1711200> Um álbum fotográfico dela resultante pode ver-se em:

<https://picasaweb.google.com/111435591575417445038/13JunhoCASTRODEOVILEBARRINHADEESMORIZ>

VER ANEXOS ADIANTE

[Ir para o índice](#)




CÂMARA MUNICIPAL DE ESPINHO
D.P.E. | Divisão de Planeamento Estratégico
 50 espaços verdes em perigo a preservar - Castro de Ovil


 Escala : 1:10.000
 julho 2014

Anexo com a delimitação proposta pela D.P.E. da CME para a área a salvaguardar no Castro de Ovil, em comunicação à Campo Aberto recebida no início de setembro de 2014.



Delimitação existente: ~28ha



Delimitação do Sítio Arqueológico: ~2ha



CÂMARA MUNICIPAL DE ESPINHO
D.P.E. | Divisão de Planeamento Estratégico
50 espaços verdes em perigo a preservar - Castro de Ovil



Escala: 1:10.000
julho 2014

Anexo com a delimitação proposta pela D.P.E. da CME para a área a salvaguardar no Castro de Ovil, em comunicação à Campo Aberto recebida no início de setembro de 2014.

OUTROS ESPAÇOS NÃO SELECIONADOS

Foi proposto mas não selecionado o espaço seguinte. O facto de não ter sido selecionado não pode de forma alguma interpretar-se como significando ausência de importância ecológica ou de valores ecológicos dignos de preservação.

Embora a atualização de informação sobre espaços não incluídos nos 50 selecionados não seja um objetivo imediato, haverá a possibilidade de introduzir novas informações por pessoas que conheçam ou venham a conhecer esses espaços e a confrontar o seu estado atual com o descrito na ficha respetiva.

A Campo Aberto incluirá com muito gosto as informações atualizadas que qualquer cidadão ou entidade lhe queira fazer chegar sobre algum dos outros espaços. A enviar para: contacto@campoaberto.pt

Se bem que utilizando as informações fornecidas, e quando identificada a sua fonte, a forma com que figuram nesta compilação em processo de atualização é sempre e somente de responsabilidade da Campo Aberto. Isso será válido apesar de, sempre que nos for possível, ser nossa intenção apresentar a quem nos informou a versão que tencionamos inserir aqui, e corrigi-la e adaptá-la segundo as recomendações que recebermos.

Campo Aberto - associação de defesa do ambiente



Bicha das 7 Cabeças

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Margarida Coelho
Espaço proposto por Victor Calé Solteiro

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1865
Nome do espaço Bicha das 7 Cabeças e zona envolvente
Freguesia Silvalde
Concelho Espinho

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,00, -8,63.

Lugar de Silvalde, junto ao Largo da Bicha das 7 Cabeças, entre a Rua do Novo e a Rua do Figueiredo. O melhor acesso é chegar às Bombas da Repsol na EN109, logo a seguir virar à esquerda no cruzamento, e logo novamente à esquerda. Subir até à Igreja de Silvalde e à Junta de Freguesia de Silvalde e virar à esquerda. Descer essa estrada e no fundo encontra-se uma placa a indicar o lugar (Largo da Bicha das 7 Cabeças).

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELECÇÃO

Tipologia Quinta agrícola, Área natural
Área aproximada 20 ha.

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

A zona conhecida como Bicha das 7 Cabeças é uma zona agrícola com bosque inserida em vale ripícola. A Ribeira de Silvalde, que margina o terreno, corre a poucos metros da Casa-Moinho lá existente. De um

dos meandros da ribeira parte uma levada que fornece água a um açude anexo à casa (que funcionou como lavadouro e fazia mover os rodízios do moinho de água existente na parte inferior do edifício) e que vai depois desaguar na dita ribeira alguns metros abaixo. Em redor da casa há um campo agrícola com pomar na parte mais alta e vegetação extremamente densa própria das zonas ribeirinhas (choupous, plátanos, amieiros, salgueiros, etc) ladeando os cursos de água. A Norte e Nascente do terreno existem pinhais e eucaliptais. A fauna observada (por moradores) inclui raposas, doninhas, milhafres, galinhas d'água, patos bravos, coelhos bravos, rolas bravas, pintassilgos, pardais, piscos e lugres. Há cerca de 10 anos atrás era ainda possível pescar enguias e outros peixes na ribeira.

Relevância social

Este lugar tem uma lenda popular associada ao imaginário coletivo. Reza assim a lenda da Bicha das 7 Cabeças: «Junto à Ribeira de Silvalde, nas proximidades de uma ponte que foi romana e que já não o é por obras e vontade da gente de outros tempos, existia um campo e dele tirava sustento uma mulher, com a força do seu suor e trabalho. E assim ela estava, como era hábito dos dias, quando viu em sua direção aproximar-se bicho nunca visto, que só de cabeças tinha muitas, e de cujas intenções a mulher fez tal juízo que logo deitou a correr no meio de grande gritaria. E porque estas coisas do susto se pegam como pestes e maleitas, com ela fugiram todos os que por ali mourejavam, sem causa ou nome de tamanho alvoroço.

Com a noite ficou maior a canseira e, apesar do acontecimento ter perturbado o sono de muitos mais que alguns, acabaram todos por adormecer sobre os seus receios. Assim estava o povoado quando, altas horas da noite, o despertou súbito alarido, feito de balidos e cacarejos e tudo quanto é fala e canto de animais de criação, com mostras de grande medo. Acorreram todos a currais e capoeiras, mas nada mais viram que os despojos da confusão, entre animais degolados e feridos de morte certa, além de muito sangue espalhado pelo chão. Foi assim que decidiram os camponeses que um deles ficaria a vigiar durante a noite, enquanto esperavam pelo nascer do sol para ver o que melhor conviria fazer. E porque se lembravam ainda do que a mulher tinha visto e contado, mais decidiram que o que fosse escolhido para vigiar tocaria uma corneta para toda a gente chamar se algo de novo acontecesse.

Começava a aurora a render a noite, quando se ouviu a corneta e, como estava combinado, todos acorreram ao chamado. Então, o que de entre eles tinha sido escolhido para vigiar o sono de todos, lhe contou que vira uma bicha que só de cabeças tinha muitas, e que lhe tinha batido com um ancinho, mas que ela tinha logo fugido para a floresta vizinha, destruindo hortas e cultivos. Ouvindo o que hora se contou, ajustaram os camponeses matar o monstro, pelo que se armaram de paus, varapaus, fouchinhas, ancinhos e o mais que à mão encontraram; e pelos campos fizeram batidas e no povoado esperaram dias e noites até que lhes aparecesse a bicha, o que veio a acontecer numa tarde cinzenta e chuvosa. Uns fugiram logo, mas outros atacaram com redobrada força, golpeando-a em vários sítios e órgãos, só se detendo quando a julgaram muito morta. Então um dos homens dela se aproximou. Mas a bicha o fez pagar com a vida o seu atrevimento, golpeando-o no pescoço. Desta feita sobre ela de novo caíram os camponeses e com outros tantos golpes a mataram de vez. Contaram-lhe as cabeças e acharam com número de sete. Em seguida enterraram-na junto a um pilar da velha ponte romana e ali construíram uma capela para celebrar o acontecido. Uma cheia do rio terá levado a capela. Hoje, resta uma pequena placa em azulejo a contar a lenda aos que ali passam».

Existe naquele lugar um moinho de água que constitui o rés-do-chão da casa existente no terreno, um outro moinho mais antigo em ruínas, um fontanário de água corrente, eira, canastro e currais, e ainda uma ponte romana (já muito descaracterizada) próximo do terreno.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

É propriedade privada de dois irmãos: Luís e Fernando Barbosa. Encontra-se para arrendar. Segundo testemunho de vizinhos, os proprietários não aceitaram o negócio de venda proposto pela Câmara Municipal de Espinho no âmbito do alargamento do Parque da Cidade. No PDM de Espinho, está integrado na categoria de Estrutura Ecológica em Espaço Urbano, subcategoria Áreas Ribeirinhas Urbanas. Faz fronteira com o Parque da Cidade (ver UOPG16 em «B7C PDM em revisão»). Uma faixa estreita ao longo do troço da Ribeira de Silvalde está incluída em área de Reserva Ecológica Nacional.

Ameaças à preservação

Este local está ameaçado pela poluição da ribeira e dos solos devido ao lançamento de detritos e águas residuais a montante e pelo abandono do moinho de água.

Dinâmica local

Não tem associações ou actividades de dinâmica local. As escolas do concelho de Espinho têm usado a lenda da Bicha das 7 Cabeças como tema para algumas das suas actividades, nomeadamente desfiles de Carnaval, peças de teatro, etc. O Rancho Folclórico de S. Tiago de Silvalde promove as tradições locais e difunde as lendas populares da freguesia.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Como intervenções futuras, sugerem-se a identificação e erradicação dos focos de poluição da ribeira, a inclusão dos moinhos na Carta de Património Arquitectónico e Arqueológico do PDM de Espinho, a atualização do inventário de moinhos existente na Divisão de Património e Museologia da Câmara Municipal de Espinho, a definição e implementação de um plano de recuperação dos cerca de 20 moinhos existentes outrora em funcionamento na região, a criação de uma Rota dos Moinhos de Água da região, o arrendamento da casa/terreno para a criação de um Museu Vivo da Indústria de Moagem e Agrícola, a definição de percursos pedonais e cicláveis ao longo da ribeira com a criação de corredor de passagem até ao mar (junto da Barra dos Pescadores). O espaço tem também potencial para a instalação de uma quinta pedagógica, com actividades de agricultura biológica, ao serviço da comunidade local, estimulando uma relação mais equilibrada entre o homem e o ambiente, e potenciando os recursos naturais/patrimoniais existentes.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A Câmara Municipal de Espinho e a Junta de Freguesia de Silvalde poderiam ser parceiras na gestão e preservação deste espaço.

[Ir para o índice](#)

Gondomar

ADVERTÊNCIA SOBRE A ATUALIZAÇÃO DAS FICHAS COMPILADAS

Advertimos que os textos adiante constantes sobre fundo branco foram redigidos no âmbito da Campanha 50 Espaços Verdes em Perigo e a Preservar, que decorreu entre 2006 e 2008, e são de responsabilidade exclusiva da Campo Aberto, com a reserva expressa na Declaração de Exoneração de Responsabilidade, no início desta compilação.

Decorridos alguns anos, só em 2014-2015 foi possível, a propósito da preparação para publicação de um pequeno livro sobre os resultados dessa campanha, tentar fazer alguma atualização dos dados então recolhidos, dado ter passado entretanto um período já prolongado. Os dados recolhidos nessa atualização constam adiante em fundo de cor, com a indicação da fonte onde foram recolhidos. No entanto, a formulação em que se encontram, adaptada a partir dos dados recolhidos junto dessa fonte, continua a ser de exclusiva responsabilidade da Campo Aberto.

Apesar disso, antes de ser disponibilizada publicamente nesta compilação, a nossa formulação foi submetida ao parecer da fonte originária, para eventual deteção de erros nossos e introdução de correções. O resultado é o que adiante se apresenta, continuando a ser nossa inteiramente a responsabilidade pela forma como vão apresentados.

Agradecemos a todos os que colaboraram para que tivesse sido possível visitar e atualizar de algum modo, embora obviamente não definitivo, a informação que se segue, e que vão identificados.

No caso particular do concelho de Gondomar, a Campo Aberto agradece de modo especial a colaboração da Câmara Municipal de Gondomar, em especial do Vereador do Ambiente, José Fernando Moreira, do Chefe da Divisão de Desenvolvimento Ambiental, Dr. José Dias, e da Técnica Superior Iva Rodrigues Ferreira. Agradece ainda à Junta de Freguesia de Baguim do Monte e ao seu colaborador Arq. Bruno Tavares, e aos cidadãos Manuel Bento, José Alberto Rio Fernandes e Nelson Vidal.

Campo Aberto - associação de defesa do ambiente



Rio Torto

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Mafalda Sousa

Espaço proposto por Junta de Freguesia de Baguim do Monte

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1661

Nome do espaço Rio Torto

Freguesia Baguim do Monte, Fânzeres, São Cosme, Valbom (1), Campanhã (2)

Concelho Gondomar (1) e Porto (2)

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,19; -8,53.

Existem vários troços de interesse ao longo do rio Torto. Destacam-se aqui dois em Baguim do Monte, indicados pelo proponente: vale de Ferreiros (localizado a 300 metros da Junta de Freguesia de Baguim do Monte, junto à EN) e o lugar de Insua (localizado a 300 metros, a montante, do anterior local, junto à Associação Cultural de Baguim do Monte).

Limites





CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Campos agrícolas, área natural, vale de rios e ribeiras
Área aproximada 16,5 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

O rio Torto, um afluente na margem direita do rio Douro, nasce em Baguim do Monte, passa por Fânzeres, São Cosme, Valbom e desagua no esteiro de Campanhã, no lugar do Freixo, onde também desagua o rio Tinto. A orientação no seu troço mais a montante é de Norte-Sul, enquanto no troço mais a jusante tem a direção predominante Este-Oeste. O rio Torto era conhecido no passado por «rio de Campanhã», embora tenha outras designações ao longo do seu percurso. O monte de Azevedo separa as bacias dos rios Torto e rio Tinto.

O rio Torto, no troço final, apresenta alguns trechos de vegetação ribeirinha e bosquetes de vegetação autóctone junto da linha de água. Nas margens do rio Torto em Fânzeres, onde era praticada a agricultura, abundavam no passado os amieiros, os salgueiros, os castanheiros e os carvalhos (com videiras de enforcado). Por todo o vale de Campanhã, graças à abundância de água e à fertilidade do solo, produzia-se essencialmente milho, batata e feijão e diversas frutícolas, culturas ainda hoje praticadas. No troço final do rio Torto, as leiras e socalcos que marginam a linha de água ainda hoje são cultivadas hortícolas e pequenos pastos, que alimentam o gado. Restam ainda no vale de Campanhã áreas arborizadas, com pinheiro-bravo, eucalipto, pinheiro-manso, castanheiro, carvalhos e figueiras.

O rio Torto, apesar de na maior parte da sua extensão não possuir qualquer galeria ripícola, possui, nas faixas que ainda resistem, amieiros, salgueiros e choupos, e nas suas encostas, em alguns locais, como perto da Ponte do Gato (Campanhã), o azevinho, o medronheiro e o sobreiro marcam presença. Em alguns locais, as espécies exóticas como as acácias e eucalipto invadiram as margens do rio, e devido ao abandono a que foram votadas as parcelas de terreno, os matos e os silvados invadiram o vale do rio Torto. Na vegetação natural, dominavam no estrato arbóreo os carvalhos, os castanheiros e sobreiros. Nos montes e zonas de matos abundavam os matos de tojo, urze, carqueja, os fetos e as giestas, que eram recolhidos para servirem de cama para o gado e fazer estrume que depois era aplicado nos terrenos agrícolas. Junto das linhas de água, além dos castanheiros e carvalhos, os choupos, amieiros, salgueiros e freixos surgiam na galeria ripícola e na divisória dos campos. Com a pressão humana e urbanística, houve a introdução de espécies florestais mais produtivas como o pinheiro-bravo e o eucalipto, bem como a destruição do coberto natural e a impermeabilização de solo.

Relevância social

Apesar do avanço das construções e urbanizações no vale do rio Torto, existem espaços agrícolas, mais representativos em São Cosme, enquanto no troço final deste rio o vale é mais encaixado e a agricultura de subsistência (pequenas hortas) marca presença nos socalcos das suas margens. No rio Torto, ainda resistem alguns dos muitos moinhos que funcionavam com a força motriz das águas, mas na maioria apenas restam os edifícios, fruto do abandono. No vale do rio Torto, há interessantes núcleos de casas agrícolas (seiscentistas, setecentistas) e quintas históricas, principalmente em Fânzeres e Gondomar. Em Campanhã, num vale comum aos rios Tinto e Torto, existem quintas e edifícios históricos como o Palácio do Freixo, a Quinta de Villar d'Allen, etc.

Com o avanço da urbanização de solos, antes pertencentes a quintas agrícolas, e com o abandono de atividades características (agricultura, moagem, linho, etc), há o risco de perder a identidade do território. Os moinhos e pontes são uma constante no rio Torto, quer para a mobilidade entre margens, quer no aproveitamento da energia hidráulica para moer as mós que moíam os cereais. A moagem, em moinhos que funcionavam no rio Torto, é uma atividade económica já referida nas memórias paroquiais de 1758. A primeira referência documental à moagem no vale de Campanhã remonta ao ano 1200 tendo perdurado até à década de 60 do século XX. O uso da água do rio e dos seus afluentes para o regadio dos campos agrícolas era feito através de presas e levadas e as noras foram utilizadas para retirar água dos açudes do rio Torto para a rega dos campos.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

No PDM do Porto, o vale do rio Torto está classificado maioritariamente, em todo o seu percurso, como área de «proteção de espaços naturais», «verdes mistas», e no seu troço mais a jusante as margens são «áreas de frente urbana contínua em consolidação», segundo a carta de qualificação do solo.

A carta de condicionantes define várias áreas de «matas de sobreiros» para proteção, ao longo do percurso do rio Torto neste concelho, incluindo leito de cheia. A carta de património identifica zonas ZEP/ZAP (de proteção arqueológica) no troço final do rio Torto, junto à Marina do Freixo e do Palácio do Freixo. O troço mais a montante inclui-se em Reserva Ecológica e Reserva Agrícola Nacional.

Ameaças à preservação

O rio Torto atravessa zonas menos urbanizadas e industrializadas do que o rio Tinto e por isso apresenta melhor qualidade da água do que aquele, nomeadamente em relação à carga orgânica resultante do despejo de efluentes domésticos e industriais. Para além disso, é ameaçado pelo entubamento, a deposição de aterros e lixos, o desvio de troços do rio, a construção próxima do curso de água e do seu leito de cheia, a destruição da vegetação ribeirinha e a invasão de espécies exóticas.

A despoluição da bacia hidrográfica do rio Torto é considerada como um dos maiores objetivos estratégicos dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais na Área Metropolitana do Porto.

Na qualidade da água, Reis (2002), em amostragens realizadas no concelho do Porto, assinalou uma carga orgânica média no rio Torto de 1,7 ton/dia (oscilando os valores entre 0,65 e 4,7 ton/dia). Já o IQG (Índice de Qualidade Global da Água) do rio Torto, nos mesmos pontos de amostragem, tem a classificação péssima ou má (Reis, 2002).

Informação recolhida pela Campo Aberto em 2014

Por intermédio da Junta de Freguesia de Baguim do Monte, tivemos conhecimento de um relatório elaborado em 2013-2014 por Andreia Sofia Félix Testa, aluna da Universidade Fernando Pessoa (orientada pelo Professor Nelson Barros, da Faculdade de Ciências e Tecnologias daquela Universidade, no âmbito do Curso de Especialização Tecnológica em Qualidade Ambiental), o qual incide sobre o leito do Rio Torto junto à Rua das Lavadeiras.

[A indicação no texto que se segue nesta secção, a azul, segundo comunicação de 23 de março de 2016 do Dr. José Dias, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Ambiental da Câmara Municipal de Gondomar, não possui qualquer fundamento técnico.]

Segundo esse relatório, o leito do Torto contém uma enorme quantidade de resíduos, o que atribui à inexistência de contentores na envolvente e ao descuido dos cidadãos. Refere-se que em ambas as margens existem no percurso normal do rio vastas quantidades de arbustos ou ervas de dimensões elevadas, dificultando a identificação do leito. Refere ainda análises de águas, cuja data não é indicada, e que coincidem com as que nesta compilação (ver acima) estão datadas de 2002. Na ausência de datação, é impossível concluir se o estado detetado em 2002 se mantém em 2013-2014, ou se houve alguma alteração neste período de cerca de 12 anos.

Informações recolhidas pela Campo Aberto em 2014 junto de cidadãos e associações

De José Alberto Rio Fernandes:

Rio parcialmente ainda próximo do estado natural. O tramo final entre Campanhã e Valbom está maltratado pelo aterro da Cooperativa dos Funcionário Judiciais e por despejos.

Dinâmica local

Os órgãos das autarquias locais (câmaras municipais e juntas de freguesia) têm mostrado grande interesse na valorização ambiental do rio Torto, mas com ações pontuais e não integradas.

Possíveis intervenções futuras de preservação

O PDM do Porto prevê para o local a criação de um agroparque, que articulado com o Parque Oriental formará um sistema conjunto. O futuro agroparque poderá contemplar várias tipologias de recreio (clareiras, corredores pedonais, quintas pedagógicas, etc). No entanto, a criação de ciclovias poderá ficar confinada a determinados espaços, devido à orografia do local. O Parque Oriental do Porto, abrangendo o troço final dos rios Tinto e Torto, com uma área de cerca de 85 ha, distribuindo-se pelos concelhos do Porto e de Gondomar, poderá criar um espaço de lazer, com o aproveitamento e recuperação dos corredores de vegetação ripícola dos rios, bem como com a criação de outras valências lúdicas e educativas. Está em elaboração o Plano de Pormenor do Parque Oriental, existindo também um grupo de trabalho que está a estudar o prolongamento do Parque para Gondomar.

[Segundo informação da Técnica Superior Iva Rodrigues, da Câmara Municipal de Gondomar, de 12 de fevereiro de 2016, as linhas seguintes nesta secção, em fundo branco, são informação desatualizada.]

A Câmara Municipal de Gondomar atribuiu uma verba de 50 000 euros para o ano de 2008 para a limpeza das linhas de água, nomeadamente os rios Tinto e Torto. A Câmara Municipal de Gondomar prevê ainda a criação de vários parques urbanos ao longo do rio Torto em Baguim do Monte, Fânzeres e Valbom.

Informações recolhidas pela Campo Aberto em 2014

No Relatório Final da Rede de Parques Metropolitanos na Grande Área Metropolitana do Porto, datado de fevereiro de 2009, encontra-se definido um Parque do Tinto e Torto com 973 ha. Nesta Rede, são considerados apenas sítios considerados de dimensão metropolitana e que foram designados por Parques e Corredores. Em termos de tipologia (que discrimina os tipos Monte, Vale, Paisagem Cultural e Litoral), ao Parque do Rio Torto é atribuída a tipologia «Vale». Ambos os rios, Tinto e Torto, estão incluídos na categoria «Corredor do Rio Torto» (capítulo 3, página 75). Realça-se que existem ainda espaços agrícolas e que no troço final dos rios, em que o vale é mais encaixado, a agricultura de subsistência (hortas) marca presença nos socalcos que os marginam. As áreas silvestres são raras e muito fragmentadas, ocupadas principalmente por espécies arbóreas de rápido crescimento e por matos. Identificaram-se como polos a integrar no Parque do Tinto e Torto: Polo Azenha de Cima (Gondomar) e Polo Parque Oriental (Porto), Polo Agro Parque (Porto) e Polo Zona Cultural do Freixo (Porto, freguesia de Campanhã). Apontam-se alguns nichos ecológicos de interesse, como por exemplo a galeria ripícola e Paul do Rio Torto.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

As Câmaras Municipais do Porto e Gondomar, as Juntas de Freguesia de Baguim do Monte, Fânzeres, São Cosme, Valbom e Campanhã, as Águas do Porto, as Águas de Gondomar e a Grande Área Metropolitana do Porto poderiam ser parceiras na gestão e preservação deste curso de água.

[Esta sugestão, feita pela Campo Aberto em 2006-2008 na Campanha, deve ser, segundo comunicação de 14 de março de 2016 recebida de parte do Dr. José Dias, da Divisão de Desenvolvimento Ambiental da CMG, substituída pelo seguinte texto: «Municípios do Porto e de Gondomar, Junta de Freguesia de Baguim do Monte, União de Freguesia Fânzeres e S. Pedro da Cova, União de Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim, Junta de Freguesia de Campanhã, Águas de Gondomar, Águas do Porto e Agência Portuguesa do Ambiente.»]

[Ir para o índice](#)



Rio Sousa

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Mafalda Sousa
Espaço proposto por Manuel Bento

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

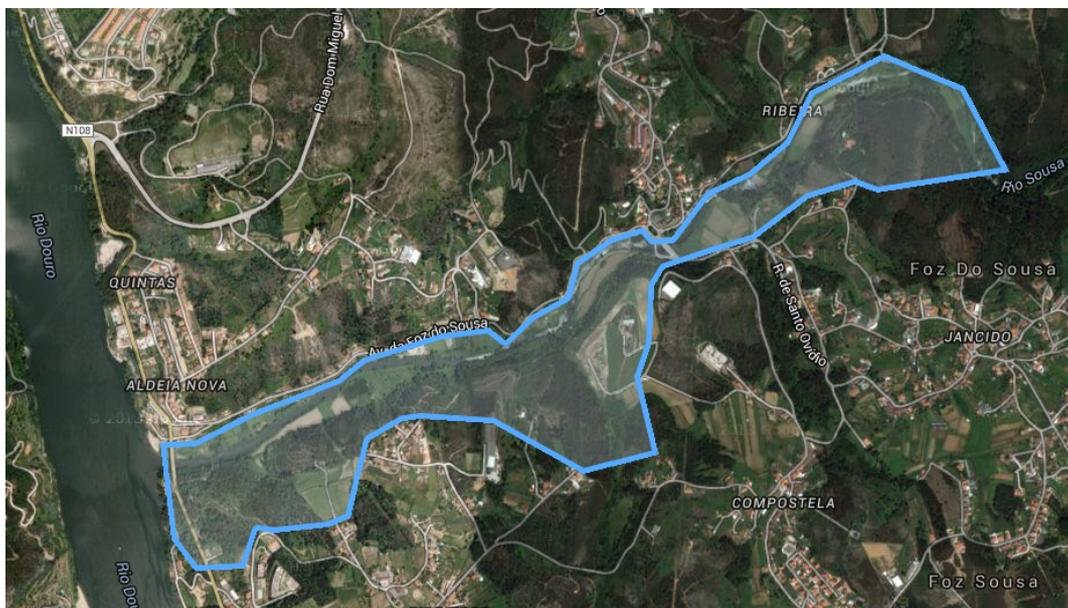
Código ID 1728
Nome do espaço Rio Sousa
Freguesias Covelo e Foz do Sousa
Concelho Gondomar

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,09; -8,51.

O proponente deste espaço destaca dois troços interessantes do rio Sousa: a confluência do Rio Sousa e o seu afluente Rio Ferreira, neste último a partir da Ponte de Ferreirinha até à Ponte de Travassos e, no rio Sousa propriamente dito, a partir de Midões, com aproveitamento da antiga Central Elevatória da Foz do Sousa na freguesia com o mesmo nome.

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Rios e ribeiras
Área aproximada 60 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

O rio Sousa é um afluente da margem direita do rio Douro, tem nascente em Friande (Felgueiras) e desagua em Foz do Sousa (Gondomar). No seu trajeto, atravessa os concelhos de Felgueiras, Lousada, Penafiel, Paredes (freguesias de Castelões de Cepêda, Cête, Parada de Todeia, Recarei e Aguiar de

Sousa) e Gondomar (freguesias de Covelo e Foz do Sousa). Desde a nascente até à foz, estende-se ao longo de 64,7 km, medidos a partir das cartas militares. O Rio Sousa tem como afluentes principais na margem esquerda o rio Cavalum e na margem direita os rios Mezio e Ferreira, este último de maior significância e que nele desagua em Foz do Sousa (Gondomar). Os afluentes secundários do rio Sousa incluem, na margem esquerda e desde a nascente, a Ribeira de Caíde, a Ribeira de Outeiro e a Ribeira de Santa Comba e na margem direita, a Ribeira da Longra, a Ribeira de Barrosas, a Ribeira de Pontarrinhas, a Ribeira de Centiais, a Ribeira de Bustelo e a Ribeira de Fontão.

ASSOCIAÇÃO DE TRÊS MUNICÍPIOS CRIA O PARQUE DAS SERRAS DO PORTO

Parte da bacia hidrográfica do rio Sousa ficou abrangida no Parque das Serras do Porto com a criação deste em 15 de março de 2017:

O território abrangido pelas Serras de Santa Justa, Pias, Castiçal, Santa Iria, Flores e Banjas, num total de cerca de 6000 hectares e que inclui o Sítio da Rede Natura 2000 «Valongo» (num total de 2553 hectares, englobando área dos concelhos de Gondomar, Paredes e Valongo) está classificado como Paisagem Protegida Regional, tendo o respetivo aviso sido publicado em Diário da República a 15 de março de 2017.

Os antecedentes e o processo de criação deste Parque estão resumidos na secção seguinte, relativa ao Rio Ferreira, em enquadramento com fundo de cor idêntico ao desta informação.

A bacia dos rios Sousa e Ferreira apresenta, em alguns troços, importantes representações de **habitats naturais**, sendo as **galerias ripícolas** dos principais rios, as **florestas naturais** (carvalhais, sobreirais, loureirais), as **comunidades dos afloramentos rochosos**, os **matos rasteiros** e as **zonas húmidas** associadas a pequenos cursos de água os elementos significativos no que se refere à flora.

O pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*) difundiu-se de forma extraordinária nas últimas décadas, substituindo num ritmo avassalador as florestas autóctones de carvalho (*Quercus robur*), soutos (*Quercus suber*) e pinheiro-manso (*Pinus pinea*), cultivados desde há milhares de anos. O mesmo se passou com o eucalipto (*Eucalyptus globulus*), espécie totalmente deslocada da mata original, mas de ciclo vegetativo muito curto e de fácil adaptação a solos ácidos. Os pinhais com eucaliptais são hoje dominantes na paisagem e ganham cada ano maior área de implantação, trepando as encostas de mato, envolvendo terras e povoações.

Grande parte do rio Sousa e dos seus principais afluentes possui **galerias ripícolas arbóreas** (habitat 91E0* do Anexo I da Diretiva Habitats, considerado prioritário no contexto comunitário) relativamente bem estruturadas mas ruralizadas por diversos processos de humanização da paisagem (agricultura, silvicultura, expansão urbana). Estas galerias ripícolas são tipicamente dominadas pelo amieiro (*Alnus glutinosa*), pelo salgueiro-negro (*Salix atrocinerea*) e pelo freixo (*Fraxinus angustifolia*). O narciso endémico *Narcissus cyclamineus* (espécie listada no anexo II da Diretiva Habitats), cuja presença ainda não foi confirmada na sub-bacia do rio Sousa (mas é conhecida no seu afluente rio Ferreira), constituirá o elemento florístico de maior importância neste ambiente. Além dos Rios Sousa e Ferreira, também os rios Cavalum e Mezio e a Ribeira de Santa Comba possuem, em alguns troços, galerias ripícolas de grande valor. Além dos rios principais, assumem também importância em termos de conservação as pequenas linhas de água que desaguam nos Rios Sousa e Ferreira. Aí podemos encontrar vegetação de ambientes húmidos de carácter oligotrófico (habitat 7150 do Anexo I da Diretiva Habitats), cada vez mais rara em zonas de baixa altitude, como as comunidades com esfagnos (*Sphagnum sp. pl.*) e plantas insetívoras (*Pinguicula lusitanica*, *Drosera sp. pl.*) (ADER-SOUSA, 2007; ADER-SOUSA, 2008).

As formações vegetais naturais mais comuns das áreas serranas na sub-bacia do rio Sousa são os **matos rasteiros** (habitat 4030 do Anexo I da Diretiva Habitats), particularmente na Serra de Santa Justa e Pias. A composição da comunidade vegetal nestas formações rochosas é muito estável e formada por um pequeno número de espécies: sobre xistos predominam a carqueja (*Pterospartum tridentatum subsp.*

Cantabricum), torga (*Erica umbellata*) e um tojo endémico (*Ulex micranthus*); sobre granitos, os matos são dominados por outras espécies de tojo: o tojo-arnal (*Ulex europaeus subsp. latebracteatus*) e o tojo molar (*Ulex minor*). Nas clareiras destes matos rasteiros, ocorre um endemismo de distribuição (*Succisa pinnatifida*) e são comuns os tomilhões de *Thymus caespitius* (habitat 8230 do Anexo I da Diretiva Habitats) que na Primavera apresentam uma floração rosácea extremamente chamativa. Em alguns locais, os matos evoluem para matagais dominados pela giesta-negral (*Cytisus striatus*) ou pelo medronheiro (*Arbutus unedo*) e pela urze-vermelha (*Erica australis*). Quando se instalam em zonas húmidas nas proximidades das linhas de água, os matos são dominados pela lameirinha (*Erica ciliaris*), tojo-molar (*Ulex minor*) e um arbusto espinhoso endémico do Noroeste da Península Ibérica, o arranha-lobos (*Genista berberidea*), constituindo um habitat prioritário do Anexo I da Diretiva Habitats (4020*) (ADER-SOUSA, 2007; ADER-SOUSA, 2008).

Os **carvalhais** (Habitat 9230 do Anexo I da Diretiva Habitats), que outrora teriam dominado a paisagem vegetal do território, encontram-se atualmente limitados aos fundos de vale e ocorrem, de forma dispersa e muito fragmentada, um pouco por toda a bacia, geralmente em contacto com as galerias ripícolas. Estas formações, apesar de escassas, são, no entanto, muito interessantes do ponto de vista biogeográfico porque se encontram repletas de elementos característicos das florestas mediterrânicas. Para além do sobreiro (*Quercus suber*) que acompanha o carvalho-alvarinho (*Quercus robur*) no estrato arbóreo, podemos encontrar no estrato arbustivo o aderno (*Philyrea latifolia*), a murta (*Myrtus communis*), o folhado (*Viburnum tinus*) e a recama (*Smilax aspera*). Na parte terminal do rio Sousa, estes carvalhais são orlados por bosquetes de loureiro (*Laurus nobilis*), típicos de zonas declivosas e com alguma humidade. Estes loureirais possuem um elevado valor para conservação, pelo seu carácter relíquia e pelo seu estatuto de habitat prioritário do Anexo I da Diretiva Habitats (5230*) (ADER-SOUSA, 2007; ADER-SOUSA, 2008).

Nas **escarpas e afloramentos rochosos** (como acontece na Senhora do Salto, uma das zonas com maior potencial de conservação), estão registadas algumas plantas importantes como o feto relíquia *Davallia canariensis*, com ocorrência muito pontual no País, e o endemismo do Noroeste Ibérico *Silene marizii* (Habitat 8220 do Anexo I da Diretiva Habitats). É altamente provável a ocorrência na sub-bacia do Sousa de outros endemismos ibéricos de flora rupestre como a *Silene acutifolia*, *Anarrhinum duriminium*, *Leucanthemopsis flaveola* e *Dianthus laricifolius* (ADER-SOUSA, 2007; ADER-SOUSA, 2008).

Nas bacias dos rios Sousa e Ferreira, uma fração importante da **comunidade piscícola** é constituída por várias espécies de ciprinídeos, sendo menos frequente a presença de outras famílias. Dentro desta família, destaca-se a boga-do-Norte (*Chondrostoma duriensis*) e o góbio (*Gobio gobio*), com percentagens relativas de ocorrência de 41 por cento e 38 por cento no caso do Sousa e 76 por cento e 15 por cento no caso do Ferreira, respetivamente. Numa percentagem bastante menor, é possível encontrar o ruivaco (*Chondrostoma oligolepis*) e enguia (*Anguilla anguilla*). Espécies como a perca-sol (*Lepomis gibbosus*), achigã (*Micropterus salmoides*) e a truta arco-íris (*Oncorhynchus mykiss*) foram apenas detetadas no troço inicial do rio Sousa. Das espécies não piscícolas, o lagostim-vermelho-da-Louisiana (*Procambarus clarkii*) é uma das mais abundantes na bacia do Sousa, seguida de anfíbios e cobras-de-água (*Natrix sp.*) (ADER-SOUSA, 2007; ADER-SOUSA, 2008).

Dos **mamíferos** identificados na bacia dos rios Sousa e Ferreira, destaca-se a lontra (*Lutra lutra*), com distribuição generalizada de Norte a Sul do País, mas cujo estatuto de conservação está definido como pouco preocupante, estando ameaçada pela destruição da vegetação ripícola, a poluição da água, a regularização dos sistemas hídricos, a mortalidade acidental por atropelamento, a perseguição direta, a sobrexploração dos recursos hídricos, o impacto das barragens e a presença humana (ICN, 2006). Para além da lontra, foram também encontradas raposas (*Vulpes vulpes*), esquilo (*Sciurus vulgaris*), coelho (*Oryctolagus cuniculus*), fuinha (*Martes foina*), geneta (*Genetta genetta*), javali (*Sus crofa*) e texugo (*Meles meles*). É provável a presença de toirão (*Mustela putorius*) e doninha (*Mustela nivalis*). Embora não observado, também se refere a presença do visão-americano (*Mustela vison*). Dos micromamíferos, e com incidência em alguns troços do rio Ferreira, destaca-se a predominância do género *Pitymys sp.* com uma percentagem de cerca de 43 por cento (rato-lusitânico (*Putymys lusitanicus*) e rato-dos-prados-mediterrânicos (*Pitymys duodecimcostatus*)) e o musaranho-de-dentes-brancos (*Crociodura sp.*) com cerca de 29 por cento. As restantes espécies encontradas foram rato-das-hortas (*Mus spretus*), rato caseiro (*Mus musculus*), rato-dos-bosques (*Apodemus sylvaticus*), ratazana (*Rattus sp.*), rato-do-campo

(*Microtus agrestis*), ouriço-cacheiro (*Erinaceus europaeus*) e toupeira-de-água (*Galemys pyrenaicus*), esta última encontrada no rio Mezio e no rio Ferreira.

Nas bacias do Sousa e do Ferreira, os **reptéis e anfíbios** estão bem representados: rã-verde (*Rana perezi*), rã-ibérica (*Rana iberica*), sapo-comum (*Bufo bufo*), sapo-parteiro-comum (*Alytes obstetricans*), tritão-marmorado (*Triturus marmoratus*), tritão-de-ventre-laranja (*Triturus boscai*), salamandra-lusitânica (*Chioglossa lusitanica*), lagartixa-ibérica (*Podarcis hispanica*), lagartixa-de-Bocage (*Podarcis bocagei*), lagartixa-do-mato-comum (*Psammodromus algirus*), sardão (*Lacerta lépida*), cobra-de-água-de-colar (*Natrix natrix*), cobra-de-água viperina (*Natrix maura*), cobra-rateira (*Malpolon monspessulanus*), cobra-de-escada (*Elaphe scalaris*) e lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*) (ADER-SOUSA, 2007; ADER-SOUSA, 2008). Há ainda referência a outras espécies como a salamandra-de-pintas-amarelas (*Salamandra salamandra*), rã-de-focinho-pontiagudo (*Discoglossus galganoi*), víbora-cornuda (*Vipera latastei*), sapo-corredor (*Bufo calamita*), cobra-lisa-meridional (*Coronella girondica*) (ADER-SOUSA, 2007; ADER-SOUSA, 2008). A rã-ibérica, o tritão-de-ventre-laranja, a salamandra-lusitânica, a lagartixa-de-Bocage, o lagarto-de-água e a rã-de-focinho-pontiagudo são endêmicas da Península Ibérica, logo têm grande importância de conservação.

As **aves** estão bem representadas na região do vale do Sousa e Ferreira, tendo sido observadas 58 espécies, o que corresponde a 52 por cento das aves florestais nacionais. As zonas de bosque misto e de orla, associadas a campos agrícolas tradicionais ou matos rasteiros, são os habitats com maior diversidade. Nos bosques melhor conservados, em especial carvalhais, podem ser observadas espécies como o chapim-real (*Parus major*), o chapim-preto (*Parus ater*), o chapim-de-poupa (*Parus cristatus*), a carriça (*Troglodytes troglodytes*), o gaio-comum (*Garrulus glandarius*), a toutinegra-de-cabeça-preta (*Sylvia melanocephala*), o cartaxo-comum (*Saxicola torquata*), a trepadeira-comum (*Certhia brachydactyla*), o tentilhão (*Fringilla coelebs*), o melro-preto (*Turdus merula*), a rola-brava (*Streptopelia turtur*), o pombo-toraz (*Columba palumbus*), a gralha-preta (*Corvus corone corone*), o corvo (*Corax corax*), o estorninho-preto (*Sturnus unicolor*), o estorninho-malhado (*Sturnius vulgaris*) e a perdiz (*Alectoris rufa*). Em zonas rochosas e escarpas, podem encontrar-se espécies como a andorinha-das-rochas (*Ptyonoprogne rupestris*) e o rabirivo-preto (*Phoenicurus ochrurus*). Outras espécies não aparecem associadas a habitats específicos, sendo facilmente observadas como a poupa (*Upupa epops*), a toutinegra-de-barrete-preto (*Sylvia atricapilla*), o pisco-de-peito-ruivo (*Erithacus rubecula*), o cuco (*Cuculus canorus*), a andorinha-dos-beirais (*Delichon urbica*), a andorinha-das-chaminés (*Hirundo rustica*), o verdilhão-comum (*Streptopelia decaocto*), o pardal-comum (*Passer domesticus*), andorinha-das-barreiras (*Riparia riparia*), o trigueirão (*Miliaria calandra*) e o introduzido bico-de-lacre (*Estrilda astrild*) (ADER-SOUSA, 2007; ADER-SOUSA, 2008).

As aves de rapina noturnas podem ser encontradas nas bacias do rio Sousa e Ferreira. Foi detetada a presença de coruja-das-torres (*Tyto alba*), mas é provável a ocorrência de outras, como a coruja-do-mato (*Strix aluco*) ou o mocho-galego (*Athene noctua*). Quanto às rapinas diurnas, são frequentes o peneireiro-comum (*Falco tinnunculus*) e o gavião (*Accipiter nisus*) e o açor (*Accipiter gentilis*) e nas zonas abertas de campos e matos, a água-cobreira (*Circaetus gallicus*). Devido à sua importância em termos de conservação, é de referir a presença de um casal nidificante de falcão-peregrino (*Falco peregrinus*) na Senhora do Salto (ADER-SOUSA, 2007; ADER-SOUSA, 2008). Algumas espécies de aves que se deslocam verticalmente e procuram os insetos que furam a madeira e as suas larvas também estão presentes como a trepadeira-comum (*Certhia brachydactyla*), o peto-verde (*Picus viridis*), o pica-pau-malhado-grande (*Dendrocopus major*) e o pica-pau-malhado-pequeno (*Dendrocopus minor*); outros aparecem em zonas ripícolas alimentando-se nas margens como o chapim-rabilongo (*Aegithalos caudatus*), alvéola-cinzenta (*Motacilla cinerea*), alvéola-amarela (*Motacilla flava*), a alvéola-branca (*Motacilla alba*) e a garça-real (*Ardea cinerea*); outras mergulham na água à procura de pequenos peixes, como o guarda-rios (*Alcedo atthis*).

A sub-bacia do rio Sousa, apesar de menos bem explorada do ponto de vista botânico do que a sub-bacia do rio Ferreira, seu afluente, em particular o troço incluído no Sítio da Rede Natura 2000 – Valongo, inclui alguns locais de assinalável valor botânico e com um considerável potencial para fins de conservação e promoção ecoturística. Em termos faunísticos e florísticos e tendo em conta a existência de vegetação autóctone e reduzida pressão humana, podem destacar-se as margens da Ribeira de Fontão. Afluente da margem direita do rio Sousa, a ela tem-se acesso pela Rua de Travassos, seguindo

pelo Parque de Lazer de Foz do Sousa. O percurso começa com uma casa agrícola e na margem direita do rio os campos agrícolas encontram-se cultivados. A estrada é interrompida junto a uma construção abandonada e segue depois em terra batida e pedra de xisto, marginal aos campos agrícolas e acompanhando de perto o percurso do rio, até infletir para NE. Aqui, a vegetação é marcadamente autóctone e ripícola, muito exuberante, com densos e jovens choupos-híbridos (*Populus x canadensis*), carvalhos jovens e maduros (*Quercus robur*), amieiros (*Alnus aglutinosa*), freixos (*Fraxinus angustifolia*) matos e coberto herbáceo abundante. Os umbigos-de-vénus e os fetos são particularmente bem desenvolvidos. Encontram-se vestígios de moinhos abandonados no caminho pedestre, marginal à ribeira. O caminho segue em direção a Gens. Outros locais afiguram-se como potenciais espaços de valorização e recuperação paisagística, através da eliminação de espécies exóticas, repovoamento com espécies autóctones e tratamento e valorização de águas e solos, evitando a contaminação de águas superficiais e subterrâneas drenantes das bacias dos rios Sousa e Ferreira. São os casos das minas de S. Pedro da Cova, Midões e Montalto (mais concretamente as lagoas resultantes das escombrelas) no concelho de Gondomar, atualmente desativadas e infestadas por eucaliptos e acácias.

Relevância social

A história do Vale do Sousa está ligada à história da nobreza portuguesa e das ordens religiosas, pois é a partir destes grupos sociais que se pode traçar a evolução destas terras e das suas gentes. Estes concelhos surgem na Idade Média como domínios da nobreza (honras) ou das ordens religiosas (coutos), não se podendo detetar um núcleo populacional que não estivesse integrado neste regime feudal. Esta região deve a sua importância e crescimento ao facto de estar ligada, desde o século X, aos senhores de Riba Douro (Paço de Sousa) e aos Sousas ou Sousões (Pombeiro), duas das cinco famílias que constituíam a primeira nobreza portuguesa, referidas no Livro Velho de Linhagens de D. Pedro, e que apoiaram D. Afonso Henriques. Egas Moniz, o célebre aio do rei, fazia precisamente parte da família de Riba Douro. Estas duas famílias contribuíram com os seus filhos segundos (infanções) para o povoamento e reconquista do território português, para além do papel fundamental que detinham na eleição de abades e administradores dos bens da Igreja, colocando em mosteiros e conventos alguns dos seus filhos. As grandes famílias protegiam as comunidades religiosas, constituindo-se como seus patronos, pois numa época em que a cultura se encontrava nas mãos dos clérigos, eram estes os responsáveis pelo enaltecimento destas famílias e dos seus feitos. A família dos Sousas tem um grande peso na história da região.

As raras referências a membros da família Sousa (documentos da Corte e da Arquidiocese de Braga) podem ser interpretadas como uma certa modéstia da Casa de Sousa, entre 1070-90. Nos anos seguintes a Casa de Sousa inicia uma trajetória que a levará até ao topo da escala social. Um novo chefe de linhagem, Mem Viegas, aparece referenciado nas Cortes desde 1094, com D. Raimundo, D. Henrique (1106, 1110-11), D. Teresa (1112, 1116 e 1120) e com D. Afonso Henriques, provavelmente com as funções de governador das terras de Sousa e de Bastos. Mantendo, no entanto, os seus interesses no mosteiro de Pombeiro, obtém para este a carta de couto em 1112. Da sua descendência destaca-se o seu filho Gonçalo Mendes de Sousa, O Sousão (morre em 1133), personagem que após a morte de Egas Moniz se destacou ao lado de D. Afonso Henriques e que desempenhou durante dez anos as funções de mordomo-mor. Outro filho de Mem Viegas, Soeiro Mendes, O Grosso, que participou na Batalha de S. Mamede, foi governador de Aguiar de Sousa. A partir de 1120, ano em que D. Teresa lhe faz uma doação, desconhece-se o seu percurso.

A importância dos Sousas manteve-se ainda nos primeiros anos do século XIII, pois Gonçalo Mendes II herdou o cargo de mordomo-mor, desempenhado até ao final do reinado de D. Sancho I. No entanto, as relações entre os Sousas e o rei nem sempre foram cordiais, existindo uma certa rivalidade entre as famílias do Norte e o rei na disputa pelo poder. De realçar que embora por linha bastarda, os Sousas têm sangue real. Os Riba Douro foram outra das famílias que dominaram nesta região. O primeiro dos seus representantes, Monio Viegas, figura em documentos régios a partir de 1054. Segundo estes documentos seria originário da Gasconha, fazendo-se acompanhar por dois irmãos, um dos quais bispo do Porto, D. Sisnando, que realmente se pode documentar para os anos de 1055 a cerca de 1075, e de D. Énego, que é mais difícil de identificar. A família de Riba Douro tem uma forte presença neste período, na região do Vale do Douro, principalmente na região de Entre-os-Rios, antiga Anegia. Aí fundam ou apropriam-se de vários mosteiros, alguns dos quais tornam-se muito importantes como Paço de Sousa, Alpendorada, Tuías e Vila Boa do Bispo (www.valedosousa.pt).

As mineralizações de ouro, antimónio, chumbo, zinco, prata, estanho e tungsténio que ocorrem na região do Vale do Sousa fazem parte do Distrito mineiro Dúrico-Beirão, que se prolonga por uma faixa de cerca de 90 km, com orientação NW-SE, entre Esposende e Castro Daire. Nele ocorrem mais de uma dezena de jazigos, alguns lavrados desde a época de ocupação romana da Península Ibérica. Este distrito mineiro foi muito importante, tendo sido o segundo maior produtor de ouro em Portugal com a produção de cerca de 5,6 t de ouro e 12000 t de antimónio. Salienta-se a importância do couro mineiro das Banjas através de vários estudos da autoria do Centro de Geologia da Universidade do Porto (ADER-SOUSA *et al.*, 2007; ADER-SOUSA *et al.*, 2008). Os mais importantes vestígios no Norte do País das explorações auríferas durante a ocupação romana são bem patentes na Serra de Santa Justa (concelhos de Valongo e Gondomar) e na Serra das Banjas (concelhos de Gondomar e Paredes). Vários autores clássicos fazem referências concretas às explorações mineiras na Península, tais como Plínio O Antigo (anos 23 D.C. a 79 D.C.) e Estrabão (anos aprox. 58 A.C. a 23/24 D.C.) (Câmara Municipal de Gondomar, 1999).

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

Os terrenos das margens do rio Sousa são públicos e privados. As propriedades privadas estão destinadas à utilização agrícola com uma franca predominância das culturas forrageiras anuais, dos cereais, das leguminosas secas para grão e batata. O território da Bacia do Sousa combina aspetos da genética tradicional das paisagens rurais desta região com a fragmentação impulsionada pela expansão urbana e suburbana, associada ao crescimento das atividades transformadoras, comerciais e de serviços. O rio Sousa atravessa terrenos classificados como Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional e delimita a Sul o Sítio Rede Natura 2000 – Valongo, o qual integra as Serras de Santa Justa e Pias e o vale do seu afluente, o rio Ferreira. Existe uma continuidade natural entre estes dois ecossistemas fluviais (o Sousa e o Ferreira).

Ameaças à preservação

Os afluentes dos rios Sousa e Ferreira são de grande importância em termos de contribuição para a qualidade das suas águas. O Ribeiro de Midões desce do lugar com o mesmo nome para Além do Rio, cujas águas eram nocivas aos campos quando eram exploradas as minas de carvão. Desagua na margem direita do rio Sousa. A Ribeira de Silveirinhos nasce em Valongo e desagua no lugar de Belói, no rio Ferreira, junto a um açude ali existente. As suas águas apresentam-se muito férreas, com a tonalidade amarelo-acastanhada característica da escorrência das minas por onde atravessa. Os casos de poluição são mais significativos a montante da bacia hidrográfica do Sousa (Paredes, Penafiel, Lousada).

No que se refere à monitorização da qualidade das águas superficiais, a bacia hidrográfica do rio Sousa caracteriza-se pela elevada degradação das águas superficiais, em consequência da grande densidade populacional e da intensa atividade industrial. Com efeito, esta bacia é das que apresenta superiores cargas em azoto, fósforo e carência bioquímica de oxigénio, a que crescem concentrações importantes em metais pesados (INAG, 2001). A presença de unidades industriais na envolvente dos cursos de água da bacia potencia a degradação da qualidade da água e da paisagem, e prejudicando os seus usos recreativos, nesse local e a jusante. Adquire particular importância a existência de áreas industriais no Vale do Sousa, assim como a expansão urbana, que coloca diversos problemas ao equilíbrio dos recursos naturais, que se traduzem na artificialização das margens, no aumento dos pontos de conflito com os recursos hídricos, na impermeabilização e contaminação de áreas de recarga de aquíferos, no aumento das dificuldades e dos custos da infraestruturação. Um outro problema a destacar na bacia do rio Sousa é a proliferação de espécies invasoras como o eucalipto e a acácia, invadindo as margens e as encostas mais declivosas primitivamente ocupadas por carvalhos e vegetação ripícola, assim como a pressão urbanística e industrial que tem proliferado nas suas margens. De salientar ainda a antiga estação de captação de águas de Foz do Sousa, devoluta, com potencial para recuperação como museu, assim como os inúmeros moinhos e azenhas ao longo do seu curso, fazendo jus à tradição de moagem de cereais da região de Gondomar e Valongo e que se encontram abandonados e em mau estado de conservação.

Informações recolhidas pela Campo Aberto em 2014 junto de cidadãos e associações

Da APRISOF

A principal observação que nos foi feita pela APRISOF- Associação de Proteção dos Rios Sousa e Ferreira (sobre esta associação ver mais adiante nota de atualização) refere-se ao provável aumento de poluição do Rio Sousa entretanto ocorrido, alertando para que, enquanto não forem instaladas todas as infraestruturas relativas ao saneamento, os rios continuarão poluídos, causando atentados à saúde pública dos gdomarenses.

De José Alberto Rio Fernandes

De lamentar o uso de parte da margem direita para depósito de materiais de construção (em zona de REN e RAN).

Em comunicação recebida pela Campo Aberto, datada de 14 de março de 2016, a Técnica Superior da CMG Iva Rodrigues interroga-se sobre a que terreno se refere a observação inserida nas duas linhas anteriores, considerando ainda que, caso se refira a um terreno perto do edifício da Junta de Freguesia, este contributo não seria talvez relevante nesta compilação.

Dinâmica local

Não existem associações com dinâmica local no concelho de Gondomar relacionadas com o rio Sousa, mas elas existem e merecem referência em outros concelhos abrangidos por esta bacia. A associação AARIS – Associação dos Amigos do Rio Sousa tem uma larga experiência em atividades de sensibilização das populações locais para a defesa e preservação do rio Sousa e seus afluentes (aaris.blogspot.com/), como por exemplo o Percurso Pedestre em Vale do Sousa «Rota do Ouro e da Água» realizado em Setembro de 2006. Com atividade desde 2004 e sede em Penafiel, a VALSAQ – Associação do Ambiente e da Qualidade de Vida do Vale do Sousa tem por objetivo a preservação do ambiente, da qualidade de vida, lazer e prática de desporto e aventura no Vale de Sousa (valsaq.blogspot.com, www.valsaq.org).

Informações recolhidas pela Campo Aberto em 2014 junto de cidadãos e associações

Não referenciada na compilação feita em 2006-2008, surgiu entretanto uma nova associação que se debruça especialmente sobre a preservação e recuperação dos rios Sousa e Ferreira, a APRISOF - Associação de Proteção dos Rios Sousa e Ferreira, fundada em 2010. Da presidente da APRISOF, Manuela Faria, recebemos informações segundo as quais essa associação tem organizado atividades no sentido de sensibilizar a população para a proteção dos rios e ecossistemas ribeirinhos por meio de caminhadas, plantação de árvores, reflorestação de zonas ardidas, e outras. Realizou também um curso de formação de guarda-rios para educar os jovens e consequentemente os familiares, chamando a atenção para a importância dos rios e seus ecossistemas. Apresentou uma candidatura a um apoio camarário com um projeto de um parque ambiental nas margens dos rios Sousa e Ferreira. Participou na Embaixada da Água, entre outras ações, e tem mantido contactos com as câmaras municipais de Gondomar, Valongo e Paredes no sentido de integrar no Projeto Pulmão Verde dessas câmaras a proteção dos rios, incluindo o Sousa, bem como as árvores autóctones. Ver também: www.aprisof.org. A associação AARIS, consultado o seu blogue em 5 de maio de 2015, mostra manter atividade atual. Quanto à VALSAQ, o endereço do blogue acima indicado remete para um novo endereço que, no entanto, não se conseguiu localizar. No Relatório Final da Rede de Parques Metropolitanos na Grande Área Metropolitana do Porto, datado de fevereiro de 2009, alude-se aos corredores dos rios Sousa e Ferreira e à criação de um futuro Parque Urbano do Rio Ferreira (a instalar em Lordelo e Rebordosa), no concelho de Paredes, e ainda ao sítio conhecido como Senhora do Salto (páginas 116 e seguintes no capítulo 4 do mesmo relatório).

Possíveis intervenções futuras de preservação

A necessidade da criação de espaços sustentáveis de lazer, utilizando o potencial dos vales dos rios Sousa, tem sido defendida pelas Câmaras Municipais dos concelhos por ele atravessados, como é bom exemplo a recuperação do moinho e arranjos exteriores, convertido em museu, no lugar da Ponte de Novelas, em Penafiel, sobre o rio Sousa.

No concelho de Gondomar apontam-se algumas intervenções significativas no sentido de potenciar o rio Sousa como espaço de lazer e recreio e que deveriam ser implementadas, como a valorização e

requalificação do património construído associado ao rio (moinhos, azenhas, estação de captação de águas, pontes, etc.), a progressiva eliminação de espécies invasoras do coberto arbóreo e substituição por espécies autóctones, a dinamização dos espaços agrícolas evitando o abandono das propriedades, a promoção de atividades de desporto e lazer (desportos aquáticos, escalada, etc.) e de atividades de educação ambiental; a despoluição do rio e seus afluentes, mais notória a montante, mas especialmente grave neste concelho, devido às escorrências de minas desativadas e a deficiências do tratamento e drenagem de águas residuais; a expansão da rede de espaços verdes nas margens, a criação de praias fluviais com a implantação de equipamentos, etc.

Informação recolhida pela Campo Aberto em 2014

O Rio Sousa corre em vale circunscrito pelas chamadas Serras de Valongo, sendo pois abrangido pelos esforços de proteção destas últimas. Envolvendo os concelhos de Gondomar, Valongo e Paredes, está a ser implementado o projeto «Pulmão Verde da Área Metropolitana do Porto», com acompanhamento e apoio técnico da CCDR-N (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte). Tem como objetivos a valorização integrada do património geológico, mineiro e biológico, a promoção da diversidade na composição da cobertura florestal e a redução do risco de incêndio nas Serras de Santa Justa, Pias e Castiçal, promovendo a sua qualidade ambiental. Esperam-se deste projeto repercussões na dinamização da economia local, sem prejuízo das funções produtivas do espaço florestal. Haverá coordenação com o ICBF-Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas e outras entidades públicas que venham a ser implicadas. Acresce que a foz do Sousa, enquanto integrando a zona ribeirinha do Rio Douro, está abrangida pelo programa Polis de Gondomar (ver: www.cm-gondomar.pt/pages/125).

Segundo informação datada de 12 de fevereiro de 2016, recebida de parte da Técnica Superior Iva Rodrigues, da CMG, a informação nas últimas três linhas antecedentes, em fundo azul, está desatualizada: a obra do programa Polis não se estendeu à Foz do Sousa, tendo terminado no lugar de Gramido, Valbom.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A Câmara Municipal de Gondomar, o ICNB, o Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, as Águas de Douro e Paiva poderiam ser parceiras na gestão e preservação do rio Sousa.

Esta sugestão da Campo Aberto na Campanha de 2006-2008 deveria ser substituída, segundo comunicação de 14 de março de 2016 recebida de parte do Dr. José Dias, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Ambiental da CMG, pelo seguinte: Município de Gondomar, ICNF, CCDR-N, Águas do Norte, Águas de Gondomar.

Informações recolhidas junto da Câmara Municipal de Gondomar em 22 de janeiro de 2015

«A Foz do Sousa apresenta uma galeria ripícola enquadrada no habitat de conservação prioritária» 91E0pt1 – amiais ripícolas, com grau de conservação intermédia. Há a destacar a presença do loureiro (*Laurus nobilis*), amieiros (*Alnus glutinosa*), gilbardeira (*Ruscus aculeatus*), espécie protegida pelo anexo B-V do decreto-lei nº 140/99. Foram encontradas, na margem esquerda do rio Sousa, manchas de urjais-tojais mediterrânicos não litorais (habitat 4030pt3). Em relação à fauna, o rio apresenta uma galeria ripícola muito importante como habitat. Para a área estão descritas mais de 131 espécies de vertebrados, divididas por diferentes grupos faunísticos. As aves apresentam cerca de 70 espécies, das quais algumas delas fazem parte do Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal. Quanto aos mamíferos, estão descritas para a área 25 espécies. Relativamente à herpetofauna estão descritas 14 espécies de répteis e 10 anfíbios [segundo guia elaborado pelo CIBIO]. Pela carta de condicionantes pertence à REN e zona de regadio. Continuam a desenvolver-se inúmeras atividades de sensibilização pelo município, escolas e APRISOF - Associação de Proteção dos Rios Sousa e Ferreira. Está a ser equacionada a breve prazo a aplicação de estudos existentes com vista à valorização do vale do Sousa pela Câmara Municipal de Gondomar e autarquias a montante.

[Ir para o índice](#)



Rio Ferreira

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Mafalda Sousa
Espaço proposto por Manuel Bento

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1730
Nome do espaço Rio Ferreira

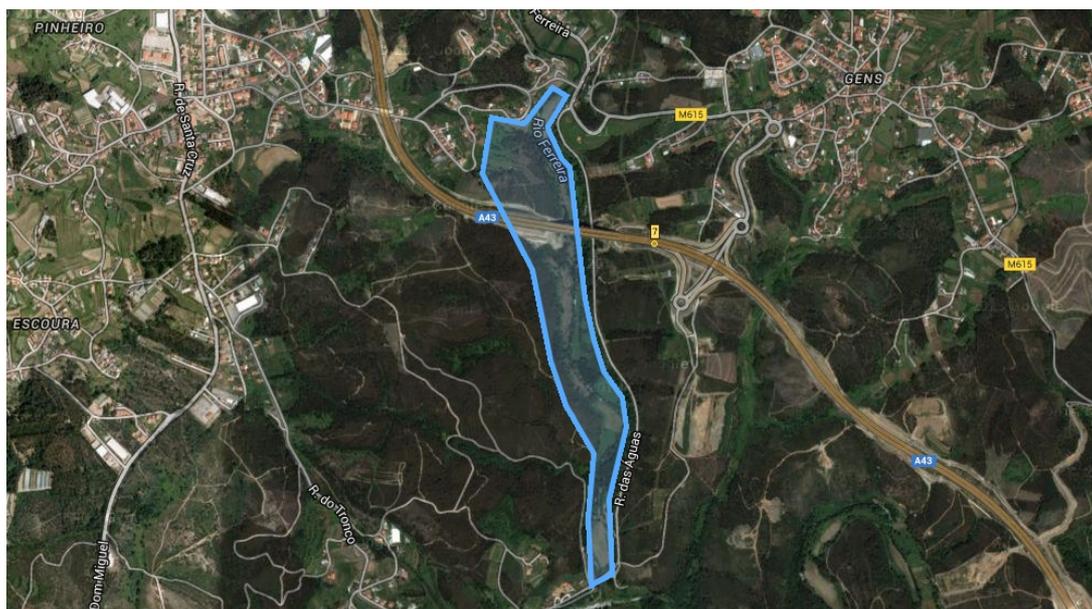
Freguesias Sobrado, Campo e Valongo (1), Jovim, São Pedro da Cova e Foz do Sousa (2)
Concelho Valongo (1) e Gondomar (2)

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,11; -8,50.

Existem alguns locais de particular destaque no rio Ferreira, como a sua confluência com o rio Sousa, e a zona integrada no Parque Paleozóico de Valongo entre as Serras de Santa Justa e Pias. De beleza singular, refira-se ainda a aldeia de Couce, sobre as margens do rio Ferreira. Outros troços se destacam como a zona de Ponte Ferreira (Campo, Valongo) e Ponte Santo André (Sobrado, Valongo).

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Rios e ribeiras
Área aproximada 21 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

O rio Ferreira é o afluente principal do rio Sousa, nasce em Raimonda (Paços de Ferreira) e desagua no lugar da Ribeira de Cima, na freguesia de Foz do Sousa, no concelho de Gondomar. No seu trajeto, atravessa os concelhos de Paços de Ferreira, Paredes (Lordelo e Rebordosa), Valongo (Sobrado, Campo e Valongo) e Gondomar (freguesias de Jovim, S. Pedro da Cova e Foz do Sousa). O rio Ferreira

desenvolve-se ao longo de, aproximadamente, 43 km, possui um módulo de 5,17 m³/s e uma inclinação média de 0,89 por cento (Rodrigues *et al.*, 2006). Tem como principais afluentes o rio Eiriz e o rio Simão (na margem direita) e a Rio da Carvalhosa (na margem esquerda).

Da margem esquerda e desde a nascente, incluem-se como afluentes secundários do rio Ferreira o Ribeiro de Vilarinho e a Ribeira de Fervença e, na margem direita, a Ribeira da Feteira, a Ribeira de Fontelhas, a Ribeira de Silveirinhos e a Ribeira de Parada. O rio Ferreira atravessa a zona central do concelho de Paços de Ferreira, cujo território coincide praticamente com a zona de montante da respetiva bacia hidrográfica. Este rio é meandrizado ao longo de todo o seu percurso e conflui com o rio Sousa no concelho de Gondomar. Entre os concelhos de Valongo, Gondomar e Paredes, as denominadas Serras de Valongo, constituídas por uma série de elevações orientadas na direcção NW-SE e formadas essencialmente por cristas de rochas quartzíticas que correspondem a uma dobra anticlinal – Santa Justa (367 m), Pias (385 m) e Castiçal (324 m) –, dão corpo a um maciço montanhoso de grande valor natural e paisagístico, caracterizado pela presença do rio Ferreira (na área das Serras de Valongo corre num vale encaixado onde se evidenciam algumas gargantas apertadas, como no Alto do Castelo e nas Fragas do Diabo) e por um complexo sistema de fojos, minas, pequenas nascentes e linhas de água. O rio Ferreira, ao atravessar as cristas quartzíferas da Serra de Santa Justa e Pias, originou os chamados Saltos do Ferreira (FCG, 1985).

A bacia hidrográfica do Rio Ferreira apresenta a área de 184 km² e o perímetro de 83 km, onde residem cerca de 200 mil habitantes (Rodrigues *et al.*, 2006). Na área de influência da bacia hidrográfica do rio Ferreira estão abrangidas áreas pertencentes aos concelhos de Paços de Ferreira (89 por cento), Paredes (31 por cento), Valongo (60 por cento) e Gondomar (16 por cento). De referir ainda que Lousada é também influenciada por esta bacia, sendo, no entanto, uma área muito reduzida e pouco significativa (apenas 4 por cento) (FEUP, 2005).

O rio Ferreira desagua no rio Sousa na freguesia de Foz do Sousa (Gondomar), com as suas margens ainda pouco urbanizadas e ocupadas predominantemente com campos agrícolas, existindo também alguns troços de galeria ripícola. Nas margens mais escarpadas a ocupação dominante é a floresta de pinheiros e eucaliptos, com a invasão de outras espécies infestantes. Em alguns pontos das suas margens observam-se áreas ocupadas por atividades como a indústria de extração de inertes e empresas de produção de papel, assim como por construções desordenadas. No Parque Paleozóico de Valongo, que integra parte do vale do Rio Ferreira entre as Serras de Santa Justa e Pias, o clima, a orografia do terreno e a constituição dos solos condicionam de forma notável a distribuição dos seres vivos que povoam a região. Os ventos dominantes de Nordeste, o regime de chuvas típico da região, e a grande humidade do ar durante todo o ano são os fatores climáticos mais importantes. Os vales encaixados, as encostas íngremes e os abundantes afloramentos rochosos são os fatores orográficos relevantes. A abundância de minas e fojos tem também um papel relevante. A constituição do solo, dominado por componentes xistosas, é fundamental para explicar a composição e distribuição da comunidade vegetal (Santos e Silva, 2001).

A bacia dos rios Sousa e Ferreira apresenta, em alguns troços, importantes representações de **habitats naturais**, sendo as **galerias ripícolas** dos principais rios, as **florestas naturais** (carvalhais, sobreirais, loureirais), as **comunidades dos afloramentos rochosos**, os **matos rasteiros** e as **zonas húmidas** associadas a pequenos cursos de água os elementos significativos no que se refere à flora.

O pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*) difundiu-se de forma extraordinária nas últimas décadas, substituindo num ritmo avassalador as florestas autóctones de carvalho (*Quercus robur*), sobreiro (*Quercus suber*) e pinheiro-manso (*Pinus pinea*), cultivados desde há milhares de anos. O mesmo se passou com o eucalipto (*Eucalyptus globulus*), espécie totalmente deslocada da mata original, mas de ciclo vegetativo muito curto e de fácil adaptação a solos ácidos. Os pinhais com eucaliptais são hoje dominantes na paisagem e ganham cada ano maior área de implantação, trepando as encostas de mato, envolvendo terras e povoações.

Grande parte do rio Sousa e dos seus principais afluentes possui **galerias ripícolas arbóreas** (habitat 91E0* do Anexo I da Diretiva Habitats, considerado prioritário no contexto comunitário) relativamente bem estruturadas mas ruralizadas por diversos processos de humanização da paisagem (agricultura,

silvicultura, expansão urbana). Estas galerias ripícolas são tipicamente dominadas pelo amieiro (*Alnus glutinosa*), pelo salgueiro-negro (*Salix atrocinerea*) e pelo freixo (*Fraxinus angustifolia*). O narciso endémico *Narcissus cyclamineus* (espécie listada no anexo II da Diretiva Habitats), cuja presença ainda não foi confirmada na sub-bacia do rio Sousa, é conhecida aqui neste seu afluente, o rio Ferreira, e constituirá o elemento florístico de maior importância neste ambiente. Além dos rios principais, assumem também importância em termos de conservação as pequenas linhas de água que desaguam nos Rios Sousa e Ferreira. Aí podemos encontrar vegetação de ambientes húmidos de carácter oligotrófico (habitat 7150 do Anexo I da Diretiva Habitats), cada vez mais rara em zonas de baixa altitude, como as comunidades com esfagnos (*Sphagnum sp. pl.*) e plantas insetívoras (*Pinguicula lusitanica*, *Drosera sp. pl.*) (ADER-SOUSA, 2007; ADER-SOUSA, 2008).

As formações vegetais naturais mais comuns das áreas serranas na sub-bacia do rio Sousa são os **matos rasteiros** (habitat 4030 do Anexo I da Diretiva Habitats), particularmente na Serra de Santa Justa e Pias. A composição da comunidade vegetal nestas formações rochosas é muito estável e formada por um pequeno número de espécies: sobre xistos predominam a carqueja (*Pterospartum tridentatum subsp. Cantabricum*), torga (*Erica umbellata*) e um tojo endémico (*Ulex micranthus*); sobre granitos, os matos são dominados por outras espécies de tojo: o tojo-arnal (*Ulex europaeus subsp. latebracteatus*) e o tojo molar (*Ulex minor*). Nas clareiras destes matos rasteiros, ocorre um endemismo de distribuição (*Succisa pinnatifida*) e são comuns os tomilhões de *Thymus caespitius* (habitat 8230 do Anexo I da Diretiva Habitats) que na Primavera apresentam uma floração rosácea extremamente chamativa. Em alguns locais, os matos evoluem para matagais dominados pela giesta-negral (*Cytisus striatus*) ou pelo medronheiro (*Arbutus unedo*) e pela urze-vermelha (*Erica australis*). Quando se instalam em zonas húmidas nas proximidades das linhas de água, os matos são dominados pela lameirinha (*Erica ciliaris*), tojo-molar (*Ulex minor*) e um arbusto espinhoso endémico do Noroeste da Península Ibérica, o arranha-lobos (*Genista berberidea*), constituindo um habitat prioritário do Anexo I da Diretiva Habitats (4020*) (ADER-SOUSA, 2007; ADER-SOUSA, 2008).

Os **carvalhais** (Habitat 9230 do Anexo I da Diretiva Habitats), que outrora teriam dominado a paisagem vegetal do território, encontram-se atualmente limitados aos fundos de vale e ocorrem, de forma dispersa e muito fragmentada, um pouco por toda a bacia, geralmente em contacto com as galerias ripícolas. Estas formações, apesar de escassas, são, no entanto, muito interessantes do ponto de vista biogeográfico porque se encontram repletas de elementos característicos das florestas mediterrânicas. Para além do sobreiro (*Quercus suber*) que acompanha o carvalho-alvarinho (*Quercus robur*) no estrato arbóreo, podemos encontrar no estrato arbustivo o aderno (*Phillyrea latifolia*), a murta (*Myrtus communis*), o folhado (*Viburnum tinus*) e a recama (*Smilax aspera*). Na parte terminal do rio Sousa, estes carvalhais são orlados por bosquetes de loureiro (*Laurus nobilis*), típicos de zonas declivosas e com alguma humidade. Estes loureirais possuem um elevado valor para a conservação, pelo seu carácter relíquia e pelo seu estatuto de habitat prioritário do Anexo I da Diretiva Habitats (5230*)(ADER-SOUSA, 2007; ADER-SOUSA, 2008).

Nas **escarpas e afloramentos rochosos**, estão registadas algumas plantas importantes como o feto relíquia *Davallia canariensis*, com ocorrência muito pontual no País, e o endemismo do Noroeste Ibérico *Silene marizii* (Habitat 8220 do Anexo I da Diretiva Habitats). É altamente provável a ocorrência na sub-bacia do Sousa de outros endemismos ibéricos de flora rupestre como a *Silene acutifolia*, *Anarrhinum duriminium*, *Leucanthemopsis flaveola* e *Dianthus loricifolius* (ADER-SOUSA, 2007; ADER-SOUSA, 2008).

O Parque Paleozóico de Valongo integra parte do vale do Rio Ferreira entre as Serras de Santa Justa e Pias. Esta zona pode caracterizar-se pela introdução de espécies como a mimosa (*Acacia dealbata*) e o eucalipto (*Eucalyptus globulus*). O flagelo dos fogos tem sido, foi e provavelmente continuará a ser responsável pelas extremas mudanças verificadas na paisagem. No passado, a paisagem seria bastante diferente da atual, em que as cumeadas das serras seriam cobertas por densos matos de tojos, urzes e musgos que seriam progressivamente substituídos, descendo o relevo, por densas manchas verdes de carvalho-alvarinho (*Quercus robur*), aqui e ali interrompidas pelas diferentes tonalidades dos castanheiro (*Castanea sativa*), medronheiros (*Arbutus unedo L.*) ou sobreiros (*Quercus suber*). Já nos vales e especialmente junto às linhas de água, a diversidade vegetal aumentaria e rios e ribeiras seriam bordejados por choupos (*Populus sp.*), carvalhos (*Quercus rubra*), freixos (*Fraxinus sp.*), salgueiros (*Salix sp.*) e amieiros (*Alnus glutinosa*), e onde os medronheiros (*Arbutus unedo L.*) também ressaltariam. Hoje

o estrato arbóreo dominante nas serras é constituído por eucaliptos (*Eucalyptus sp.*), plantados para exploração de madeira, bem como manchas de pinhal. Nestas áreas, especialmente nos eucaliptais, a diversidade e riqueza vegetal são mínimas. No entanto, de uma forma irregular, podemos encontrar elementos isolados, como carvalhos-alvarinho, sobreiros e azinheiras (*Quercus ilex*), resquícios de uma floresta desaparecida. Nos locais mais húmidos, com maior intensidade, predominam os restos da referida vegetação autóctone, em que os salgueiros, os medronheiros e os amieiros ainda podem ser encontrados. Nas zonas mais degradadas, quer por incêndios, quer pela pressão humana, são frequentes as mimosas ou acácias (*Acacia sp.*) e os ailantos (*Ailanthus altissima*) que começaram já a invadir o ecossistema.

A área do vale do rio Ferreira, na zona de Couce, é um local particularmente relevante em termos de património botânico, salientando-se, de entre as comunidades permanentes, as formações palustres, onde vegetam várias espécies de plantas carnívoras, as formações ripícolas, como os choupais (*Populus alba*), os salgueirais (*Salix alba*), e os freixiais (*Fraxinus angustifolia* subsp. *angustifolia*), e os bosquetes mistos de carvalho-roble (*Quercus robur*), sobreiro (*Quercus suber*) e pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*), particularmente exuberantes nas bordaduras das áreas de cultivo, onde ainda é possível encontrar pequenos núcleos de azevinho (*Ilex aquifolium*) (www.naturlink.pt). Os principais arbustos presentes são as giestas (*Genista sp.*), a urze-das-vassouras (*Erica lusitanica*), o tojo (*Ulex sp.*) e as carquejas (*Pterospartum tridentatum*), que se encontram nas áreas mais despidas da serra ou em zonas afetadas por incêndios. Rente ao chão, todo o ano podemos observar muitas espécies de herbáceas, como por exemplo o cravo-do-monte (*Simethis planifolia*) e o trevo (*Trifolium sp.*) e, na Primavera, muitas espécies com pequenas flores são particularmente visíveis por toda a serra, dando-lhe um colorido característico. Também se observam numerosas plantas da flora mediterrânica como o folhado (*Viburnum tinus*) e a gilbardeira (*Ruscus aculeatus*) (ADER-Sousa *et al.*, 2007). No denominado tapete herbáceo, ou estrato inferior, são de salientar as plantas carnívoras e os musgos.

Como **plantas carnívoras** mais características, predominam nas zonas húmidas ou pantanosas as rorelas ou orvalhinhas (*Drosera rotundifolia* e *Drosera intermedia*) e a pinguícola-lusitânica (*Pinguicula lusitanica*), espécie que costuma surgir associada às orvalhinhas, uma vez que possui as mesmas exigências ecológicas. Nas charnecas secas e xistosas sobranceiras ao vale de Couce, é possível encontrar ainda uma outra espécie de planta-carnívora, esta bem mais rara e altamente ameaçada: o pinheiro-baboso (*Drosophyllum lusitanicum*). Trata-se de um endemismo ibero-marroquino de distribuição altamente localizada em Portugal. Contudo, apesar de constituir um dos *ex-libris* ambientais deste maciço montanhoso, tal parece não obstar à ameaça de extinção que sobre ela paira. De facto, alguns dos preciosos e reduzidos núcleos desta espécie conhecidos nas Serras de Valongo têm sido de tal modo afetados – atividade florestal intensa e desregrada, com recurso, sobretudo, à monocultura do eucalipto (*Eucalyptus sp.*), sucessivos fogos florestais, deposição de entulho, perturbação humana (atividades todo-o-terreno, etc.), pressão urbanística – que se crê estarem atualmente em vias de desaparecer nesta região (www.naturlink.pt).

Os **musgos** desempenham um papel importante ao reduzirem a erosão ao longo dos cursos de água, ao reciclarem a água e nutrientes e ao providenciarem importantes fontes de energia – a turfa. Dos musgos, salientam-se o esfagno (*Sphagnum sp.*) e a funária (*Funaria sp.*) (Santos e Silva, 2001). Os **fetos** constituem motivo de interesse para quem visita a região, uma vez que aqui se encontram em grande número e têm elevado valor para futura conservação. Para além deste facto, algumas espécies bastante raras no país e/ou na Europa encontram na boca das minas e dos fojos, e ainda, nas fendas das rochas, nos troncos das árvores e na margem dos ribeiros, condições ideais para se desenvolverem (Câmara Municipal de Valongo, 2001). Os fojos e um pequeno troço do vale do rio Ferreira são os únicos locais do nosso país onde é possível encontrar algumas espécies protegidas como a *Culcita macrocarpa*, um feto ripícola, considerado uma verdadeira preciosidade pelos botânicos, cujos únicos núcleos conhecidos vegetam nos respiradouros e galerias das antigas minas auríferas romanas; a *Trichomanes speciosum*, uma relíquia paleotropical que hoje se encontra confinada a alguns locais húmidos e pouco iluminados da serra de Santa Justa; e a *Lycopodiella cernua*, um pequeno feto de aspeto arborescente, que tem nos terrenos alagadiços e parte inundada dos caminhos próximos do rio Ferreira o único local conhecido de ocorrência em toda a Europa continental. Para além destas espécies, vale a pena realçar igualmente a presença da *Dicksonia antarctica*, um feto arbóreo originário da Austrália e Nova Zelândia, que tem nesta região a única população naturalizada que se conhece em Portugal, e ainda a ocorrência da espécie

Dryopteris guanchica, um pteridófito macaronésio muito raro em Portugal, que apenas vegeta em pequenas ravinas húmidas e sombrias das Serras de Valongo (www.naturlink.pt). Podem ainda encontrar-se minúsculos fetos arbóreos como *Cheilantes* (Santos e Silva, 2001).

Nas bacias dos rios Sousa e Ferreira, uma fração importante da **comunidade piscícola** é constituída por várias espécies de ciprinídeos, sendo menos frequente a presença de outras famílias. Dentro desta família, destaca-se a boga-do-Norte (*Chondrostoma duriensis*) e o góbio (*Gobio gobio*), com percentagens relativas de ocorrência de 41 por cento e 38 por cento no caso do Sousa e 76 por cento e 15 por cento no caso do Ferreira, respetivamente. Numa percentagem bastante menor, é possível encontrar o ruivaco (*Chondrostoma oligolepis*) e a enguia (*Anguilla anguilla*) (ADER-SOUSA, 2007; ADER-SOUSA, 2008). Nos locais menos poluídos do rio Ferreira, dentro do Parque Paleozóico de Valongo, sobrevivem alguns peixes como os barbos (*Barbus bocagei*), os escalos (*Leuciscus cephalus*) e as enguias (*Anguilla spp.*) e ainda espécies piscícolas listadas no Anexo II da Diretiva Habitats, como a boga (*Chondrostoma polylepis*) e o bordalo (*Rutilus alburnoides*), ambos endemismos ibéricos, ou o ruivaco (*Rutilus macrolepidotus*), um endemismo português. O regresso dos peixes ao rio Ferreira, em particular os barbos, após a desativação de algumas fábricas a montante que poluíam o rio, tem sido uma evidência. A truta (*Salmo trutta*), animal bastante sensível, devido à poluição do rio desapareceu até quase aos nossos dias.

Dos **mamíferos** identificados na bacia dos rios Sousa e Ferreira, destaca-se a lontra (*Lutra lutra*), com distribuição generalizada de Norte a Sul do País, mas cujo estatuto de conservação está definido como pouco preocupante, estando ameaçada pela destruição da vegetação ripícola, a poluição da água, a regularização dos sistemas hídricos, a mortalidade acidental por atropelamento, a perseguição direta, a sobreexploração dos recursos hídricos, o impacto das barragens e a presença humana (ICN, 2006). Para além da lontra, foram também encontrados raposa (*Vulpes vulpes*), esquilo (*Sciurus vulgaris*), coelho (*Oryctolagus cuniculus*), fuinha (*Martes foina*), geneta (*Genetta genetta*), javali (*Sus crofa*) e texugo (*Meles meles*). É provável a presença de toirão (*Mustela putorius*) e doninha (*Mustela nivalis*). Embora não observado, também se refere a presença do visão-americano (*Mustela vison*). Dos micromamíferos, e com incidência em alguns troços do rio Ferreira, destaca-se a predominância do género *Pitymys sp.* com uma percentagem de cerca de 43 por cento [rato-lusitânico (*Putymys lusitanicus*) e rato-dos-prados-mediterrânicos (*Pitymys duodecimcostatus*)] e o musaranho-de-dentes-brancos (*Crocidura sp.*) com cerca de 29 por cento. As restantes espécies encontradas foram rato-das-hortas (*Mus spretus*), rato caseiro (*Mus musculus*), rato-dos-bosques (*Apodemus sylvaticus*), ratazana (*Rattus sp.*), rato-do-campo (*Microtus agrestis*), ouriço-cacheiro (*Erinaceus europaeus*) e toupeira-de-água (*Galemys pyrenaicus*), esta última encontradas no rio Mezio e no rio Ferreira. Na Serra de Santa Justa e Pias, os mamíferos mais abundantes são o coelho-bravo (*Oryctolagus cunicula*) e a raposa (*Vulpes vulpes*), de hábitos noturnos ou crepusculares. Outros pequenos mamíferos estão também presentes como ouriços-cacheiros (*Erinaceus europaeus*), ratos do campo (*Apodemus sylvaticus*) e toupeiras (*Talpa caeca*), texugos (*Meles meles*) e mesmo doninhas (*Mustela nivalis*) (Santos e Silva, 2001). Verifica-se um acentuado declínio em algumas populações, designadamente entre determinadas espécies de mustelídeos, como a lontra (*Lutra lutra*) ou o toirão (*Mustela putorius*), provavelmente devido ao aumento exponencial de fatores de perturbação causados por acção antrópica nas áreas, até aqui, mais isoladas das Serras de Valongo. Os fojos constituíram locais de abrigo fundamentais para algumas espécies de quirópteros cavernícolas, nomeadamente o morcego-de-ferradura-grande (*Rhinolophus ferrumequinum*) e o morcego-de-ferradura-pequeno (*Rhinolophus hipposiderus*), ambas espécies consideradas em perigo (www.naturlink.pt).

Nas bacias do Sousa e do Ferreira, os **reptéis e anfíbios** estão bem representados: rã-verde (*Rana perezi*), rã-ibérica (*Rana iberica*), sapo-comum (*Bufo bufo*), sapo-parteiro-comum (*Alytes obstetricans*), tritão-marmorado (*Triturus marmoratus*), tritão-de-ventre-laranja (*Triturus boscai*), salamandra-lusitânica (*Chioglossa lusitanica*), lagartixa-ibérica (*Podarcis hispanica*), lagartixa-de-Bocage (*Podarcis bocagei*), lagartixa-do-mato-comum (*Psammodromus algirus*), sardão (*Lacerta lépida*), cobra-de-água-de-colar (*Natrix natrix*), cobra-de-água viperina (*Natrix maura*), cobra-rateira (*Malpolon monspessulanus*), cobra-de-escada (*Elaphe scalaris*) e lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*) (ADER-SOUSA, 2007; ADER-SOUSA, 2008). Há ainda referência a outras espécies como a salamandra-de-pintas-amarelas (*Salamandra salamandra*), rã-de-focinho-pontiagudo (*Discoglossus galganoi*), víbora-cornuda (*Vipera latastei*), sapo-corredor (*Bufo calamita*), cobra-lisa-meridional (*Coronella girondica*) (ADER-

SOUSA, 2007; ADER-SOUSA, 2008). A rã-ibérica, o tritão-de-ventre-laranja, a salamandra-lusitânica, a lagartixa-de-Bocage, o lagarto-de-água e a rã-de-focinho-pontiagudo são endémicas da Península Ibérica, logo têm grande importância de conservação. Nas minas, pequenas nascentes e linhas de água do Parque Paleozóico de Valongo, criam-se condições particularmente favoráveis para a herpetofauna associada a ambientes húmidos, destacando-se a presença do lagarto-de-água, do tritão-de-ventre-laranja, da rã-ibérica e da salamandra-lusitânica (www.naturlink.pt). Entre os arbustos ou aquecendo-se nas pedras ao sol, ocorrem também as lagartixas, bastante comuns, tal como já o foram os lagartos ocelados (*Lacerta ocellata*) ou várias espécies de cobras. A cobra d'água-viperina é difícil de ver, habitando junto aos cursos de água e alimentando-se de rãs-verdes e outros pequenos animais. Já a cobra-rateira pode ser observada nos muros, onde caça pequenos roedores. Os tritões-de-ventre-laranja (*Triturus boscai*) e as rãs-verde (*Rana perezi*) habitam poços e charcas. Os sapos podem ver-se nos poucos campos de cultivo, junto ao rio Ferreira, onde se alimentam de insetos (Santos e Silva, 2001).

As aves estão bem representadas na região do vale do Sousa e Ferreira, tendo sido observadas 58 espécies, o que corresponde a 52 por cento das aves florestais nacionais. As zonas de bosque misto e de orla, associadas a campos agrícolas tradicionais ou matos rasteiros, são os habitats com maior diversidade. Nos bosques mais bem conservados, em especial carvalhais, podem ser observadas espécies como o chapim-real (*Parus major*), o chapim-preto (*Parus ater*), o chapim-de-poupa (*Parus cristatus*), a carriça (*Troglodytes troglodytes*), o gaio-comum (*Garrulus glandarius*), a toutinegra-de-cabeça-preta (*Sylvia melanocephala*), o cartaxo-comum (*Saxicola torquata*), a trepadeira-comum (*Certhia brachydactyla*), o tentilhão (*Fringilla coelebs*), o melro-preto (*Turdus merula*), a rola-brava (*Streptopelia turtur*), o pombo-torcaz (*Columba palumbus*), a gralha-preta (*Corvus corone corone*), o corvo (*Corax corax*), o estorninho-preto (*Sturnus unicolor*), o estorninho-malhado (*Sturnus vulgaris*) e a perdiz (*Alectoris rufa*). Em zonas rochosas e escarpas, podem encontrar-se espécies como a andorinha-das-rochas (*Ptyonoprogne rupestris*) e o rabiruiivo-preto (*Phoenicurus ochruros*). Outras espécies não aparecem associadas a habitats específicos, sendo facilmente observadas, como a poupa (*Upupa epops*), a toutinegra-de-barrete-preto (*Sylvia atricapilla*), o pisco-de-peito-ruivo (*Erithacus rubecula*), o cuco (*Cuculus canorus*), a andorinha-dos-beirais (*Delichon urbica*), a andorinha-das-chaminés (*Hirundo rustica*), o verdilhão-comum (*Streptopelia decaoto*), o pardal-comum (*Passer domesticus*), a andorinha-das-barreiras (*Riparia riparia*), o trigueirão (*Miliaria calandra*) e o introduzido bico-de-lacre (*Estrilda astrild*) (ADER-SOUSA, 2007; ADER-SOUSA, 2008).

As aves são os animais vertebrados mais abundantes e com maior diversidade na área do Parque Paleozóico de Valongo. De manhã ou ao fim da tarde, podem observar-se nas árvores chapins (*Parus major*, *Parus ater*), toutinegras-de-barrete-preto (*Sylvia atricapilla*), piscos-de-peito-ruivo (*Erithacus rubecula*), verdilhões (*Carduelis chloris*) e serezinóis (*Serinus serinus*), entre outros. Nos ramos mais baixos, podem encontrar-se as carriças (*Troglodytes troglodytes*), e mais perto da água, as alvéolas (*Motacila alba*, *Motacila cinerea*). Um pouco por todo o lado, melros-pretos (*Turdus merula*) soltam o seu canto enquanto voam rente ao solo. Por vezes, um gaio (*Garrulus glandarius*) lança os seus sons graves. Principalmente na Primavera, andorinhas-das-chaminés (*Hirundo rustica*) e andorinhões-pretos (*Apus apus*) chilreiam sem parar. Também existem rolas-turcas (*Streptopelia decaoto*) e gralhas (*Corvus corone*), rabirruivos-pretos (*Phoenicurus ochruros*), pegas-rabudas (*Pica pica*), pica-paus-verdes (*Picus viridis*) (Santos e Silva, 2001), o guarda-rios (*Alcedo atthis*), a cotovia-pequena (*Lullula arborea*) e a felosa-do-mato (*Sylvia undata*), listadas no Anexo I da Directiva Aves (79/409/CEE) (www.naturlink.pt).

Com o desaparecimento de muitos peixes, o guarda-rios ou pica-peixe (*Alcedo atthis* L.) deixou de aparecer, embora surjam agora relatos de que esta ave começa a reaparecer, vinda do rio Sousa (www.naturlink.pt). As aves de rapina noturnas podem ser encontradas nas bacias do rio Sousa e Ferreira. Foi detetada a presença de coruja-das-torres (*Tyto alba*), mas é provável a ocorrência de outras, como a coruja-do-mato (*Strix aluco*) ou o mocho-galego (*Athene noctua*). Quanto às rapinas diurnas, são frequentes o peneireiro-comum (*Falco tinnunculus*), o gavião (*Accipiter nisus*) e o açor (*Accipiter gentilis*) e nas zonas abertas de campos e matos a água-cobreira (*Circaetus gallicus*). Algumas aves de rapina (noturnas e diurnas) estão presentes no Parque Paleozóico de Valongo (o qual integra o vale do rio Ferreira), como a águia-de-asa-redonda (*Buteo buteo*), o peneireiro, a coruja-das-torres, a coruja-do-mato, o mocho-galego, listadas no Anexo I da Directiva Aves (www.naturlink.pt), após o desaparecimento quase total de gaviões (*Accipiter nisus*) (Santos e Silva, 2001). Algumas espécies de

aves que se deslocam verticalmente e procuram os insetos que furam a madeira e as suas larvas também estão presentes como a trepadeira-comum (*Certhia brachydactyla*), o peto-verde (*Picus viridis*), o pica-pau-malhado-grande (*Dendrocopus major*) e o pica-pau-malhado-pequeno (*Dendrocopus minor*); outros aparecem em zonas ripícolas alimentando-se nas margens como o chapim-rabilongo (*Aegithalos caudatus*), a alvéola-cinzenta (*Motacilla cinerea*), a alvéola-amarela (*Motacilla flava*), a alvéola-branca (*Motacilla alba*) e a garça-real (*Ardea cinerea*); outras mergulham na água à procura de pequenos peixes, como o guarda-rios (*Alcedo atthis*).

Relevância social

A história do Vale do Sousa (que inclui o rio Ferreira) está ligada à história da nobreza portuguesa e das ordens religiosas, pois é a partir destes grupos sociais que se pode traçar a evolução destas terras e das suas gentes. Estes concelhos surgem na Idade Média como domínios da nobreza (honras) ou das ordens religiosas (coutos), não se podendo detetar um núcleo populacional que não estivesse integrado neste regime feudal. Esta região deve a sua importância e crescimento ao facto de estar ligada, desde o século X, aos senhores de Riba Douro (Paço de Sousa) e aos Sousas ou Sousões (Pombeiro), duas das cinco famílias que constituíam a primeira nobreza portuguesa, referidas no Livro Velho de Linhagens de D. Pedro, e que apoiaram D. Afonso Henriques. Egas Moniz, o célebre aio do rei, fazia precisamente parte da família de Riba Douro. Estas duas famílias contribuíram com os seus filhos segundos (infações) para o povoamento e reconquista do território português, para além do papel fundamental que detinham na eleição de abades e administradores dos bens da Igreja, colocando em mosteiros e conventos alguns dos seus filhos.

As grandes famílias protegiam as comunidades religiosas, constituindo-se como seus patronos, pois numa época em que a cultura se encontrava nas mãos dos clérigos, eram estes os responsáveis pelo enaltecimento destas famílias e dos seus feitos. A família dos Sousas tem um grande peso na história da região. As raras referências a membros da família Sousa (documentos da Corte e da Arquidiocese de Braga) podem ser interpretadas como uma certa modéstia da Casa de Sousa, entre 1070-90. Nos anos seguintes a Casa de Sousa inicia uma trajetória que a levará até ao topo da escala social. Um novo chefe de linhagem, Mem Viegas, aparece referenciado nas Cortes desde 1094, com D. Raimundo, D. Henrique (1106, 1110-11), D. Teresa (1112, 1116 e 1120) e com D. Afonso Henriques, provavelmente com as funções de governador das terras de Sousa e de Bastos. Mantendo, no entanto, os seus interesses no mosteiro de Pombeiro, obtém para este a carta de couto em 1112.

Da sua descendência destaca-se o seu filho Gonçalo Mendes de Sousa, O Sousão (morre em 1133), personagem que após a morte de Egas Moniz se destacou ao lado de D. Afonso Henriques e que desempenhou durante dez anos as funções de mordomo-mor. Outro filho de Mem Viegas, Soeiro Mendes, O Grosso, que participou na Batalha de S. Mamede, foi governador de Aguiar de Sousa. A partir de 1120, ano em que D. Teresa lhe faz uma doação, desconhece-se o seu percurso. A importância dos Sousas manteve-se ainda nos primeiros anos do século XIII, pois Gonçalo Mendes II herdou o cargo de mordomo-mor, desempenhado até ao final do reinado de D. Sancho I. No entanto, as relações entre os Sousas e o rei nem sempre foram cordiais, existindo uma certa rivalidade entre as famílias do Norte e o rei na disputa pelo poder. De realçar que embora por linha bastarda, os Sousas têm sangue real. Os Riba Douro foram outra das famílias que dominaram nesta região. O primeiro dos seus representantes, Monio Viegas, figura em documentos régios a partir de 1054. Segundo estes documentos seria originário da Gasconha, fazendo-se acompanhar por dois irmãos, um dos quais bispo do Porto, D. Sisnando, que realmente se pode documentar para os anos de 1055 a cerca de 1075, e de D. Énego, que é mais difícil de identificar. A família de Riba Douro tem uma forte presença neste período, na região do Vale do Douro, principalmente na região de Entre-os-Rios, antiga Anegia. Aí fundam ou apropriam-se de vários mosteiros, alguns dos quais se tornam muito importantes como Paço de Sousa, Alpendorada, Tuías e Vila Boa do Bispo (www.valedosousa.pt).

As mineralizações de ouro, antimónio, chumbo, zinco, prata, estanho e tungsténio que ocorrem na região do Vale do Sousa fazem parte do Distrito mineiro Dúrico-Beirão, que se prolonga por uma faixa de cerca de 90 km, com orientação NW-SE, entre Esposende e Castro Daire. Nele ocorrem mais de uma dezena de jazigos, alguns lavrados desde a época de ocupação romana da Península Ibérica. Este distrito mineiro foi muito importante, tendo sido o segundo maior produtor de ouro em Portugal com a produção de cerca de 5,6 t de ouro e 12000 t de antimónio. Salienta-se a importância do couto mineiro

das Banjas através de vários estudos da autoria do Centro de Geologia da Universidade do Porto (ADER-Sousa *et al.*, 2007; ADER-Sousa *et al.*, 2008). Os mais importantes vestígios no Norte do País das explorações auríferas durante a ocupação romana são bem patentes na Serra de Santa Justa (concelhos de Valongo e Gondomar) e na Serra das Banjas (concelhos de Gondomar e Paredes). Vários autores clássicos fazem referências concretas às explorações mineiras na Península, tais como Plínio o Antigo (anos 23 D.C. a 79 D. C.) e Estrabão (anos aprox. 58 a. C. a 23/24 D. C.) (Câmara Municipal de Gondomar, 1999).

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

Os terrenos das margens do rio Ferreira são públicos e privados. As propriedades privadas estão destinadas à utilização agrícola com uma franca predominância das culturas forrageiras anuais, dos cereais, das leguminosas secas para grão e batata. O território da Bacia do Ferreira combina aspetos da genética tradicional das paisagens rurais desta região, com a fragmentação impulsionada pela expansão urbana e suburbana, associada ao crescimento das atividades transformadoras, comerciais e de serviços.

Os terrenos das margens do rio Ferreira estão integrados em Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional. Devido à sua riqueza biológica, as Serras de Santa Justa, Pias e Castiçal, separadas entre si pelo vale do rio Ferreira, afluente do rio Sousa e delimitadas por este a sul, integram o Sítio Valongo (PTCON0024), que foi classificado como Sítio de Importância Comunitária (SIC) pela Decisão da Comissão de 7 de Dezembro de 2004. O sítio abrange uma área de 2 553 ha de Rede Natura 2000 localizada aproximadamente a 12 km NE da cidade do Porto.

O substrato xistoso, a presença de um sistema de minas e fojos e a existência de nascentes e pequenas linhas de água fornecem a este local boas condições para acolher importantes espécies de fauna e de flora, particularmente os fojos, sendo este Sítio o único em Portugal Continental onde «podem ser observados os fetos reliquiais *Culcita macrocarpa* e *Trichomanes speciosum*, espécies de distribuição restrita, sob elevado grau de ameaça». No Sítio, ocorre ainda o *Narcissus cyclamineus*, um endemismo ibérico raro e em perigo de extinção, e *Lycopodium cernuum*, o único local de ocorrência em toda a Europa Continental. É também um dos sítios mais importantes para a salamandra-lusitânica (*Chioglossa lusitanica*), incluindo vários locais de reprodução confirmados para esta espécie endémica na Península Ibérica (www.icn.pt).

Com base no reconhecimento nacional e europeu da importância do património natural existente nas Serras de Santa Justa, Pias e Castiçal através da inclusão de parte do seu território na Lista Nacional de Sítios da Rede Natura 2000, surgiu o projeto «Conservação de quatro espécies raras em Valongo» (1999-2003) que resultou num protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Valongo e o Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos da Universidade do Porto (CIBIO/ICETA-UP), cofinanciado pelo programa comunitário LIFE-Natureza. Este projeto teve como principal objetivo a implementação de uma série de ações de gestão e conservação do habitat da salamandra-lusitânica (*Chioglossa lusitanica*) e três plantas pteridófitas (*Culcita macrocarpa*, *Trichomanes speciosum*, *Lycopodium cernua*), espécies raras e de elevada importância sob o ponto de vista científico, que se encontram vulneráveis e fortemente ameaçadas no Sítio Valongo.

Ameaças à preservação

Os afluentes dos rios Sousa e Ferreira são de grande importância em termos de contribuição para a qualidade das suas águas. O Ribeiro de Fontelhas ou Ribeiro de São Gonçalo nasce em Quintarei, entre Alfena e Valongo, e era no passado particularmente importante porque nele eram descarregados os efluentes da Companhia Industrial de Fibras Artificiais SARL (CIFA), em Sobrado (Valongo), onde desaguava no rio Ferreira. O Rio Simão nasce em Valongo e desagua no rio Ferreira, já em área de Rede Natura 2000. Este rio encontrava-se no passado fortemente poluído pelas indústrias e esgotos domésticos, no qual descarregavam os seus afluentes. Atualmente têm sido feitos esforços para a despoluição do rio Simão pela Câmara Municipal de Valongo e pelas Águas de Valongo. A Ribeira de Fervença, afluente da margem esquerda do Ferreira, passa pelos lugares da Corredoura e Fervença. Está poluída por pó de ardósia e a sua nascente ocorre junto a antigas minas de ouro.

No que se refere à monitorização da qualidade das águas superficiais, a bacia hidrográfica do rio Sousa caracteriza-se pela elevada degradação das águas superficiais, em consequência da grande densidade populacional e da intensa atividade industrial. Com efeito, esta bacia é das que apresentam superiores cargas em azoto, fósforo e carência bioquímica de oxigénio, a que acrescem concentrações importantes em metais pesados (INAG, 2001).

[Em comunicação datada de 12 de fevereiro de 2016, a Técnica Superior Iva Rodrigues, da CMG, informa que a informação contida no parágrafo anterior está desatualizada, devendo encontrar-se informação atual junto da APA - Agência Portuguesa de Ambiente.]

Admite-se que os principais focos de poluição resultam da indústria, fortemente implantada na bacia do rio Ferreira. Existem diversas indústrias potencialmente danosas para a qualidade da água do rio nas quais se incluem fábricas de polimento de móveis, ferragens e serralharias mecânicas, exploração e corte de lousa, assim como indústrias de produtos e construções metálicas. Historicamente, existem alguns marcos importantes relativos à presença de indústrias poluidoras, nomeadamente a fábrica da CIFA (Companhia Industrial de Fibras Artificiais S.A.R.L.) que encerrou a atividade em 1983 e a UNITECA, tendo esta encerrado a atividade em 1984, consideradas então como as principais origens dos focos de poluição do rio Ferreira.

[As duas últimas linhas devem ser consideradas incorretas, e a suprimir, segundo informação comunicada em 12 de fevereiro de 2012 pela Técnica Superior Iva Rodrigues, da CMG.]

Após o encerramento destas indústrias de grande dimensão, ganharam preponderância outras de menor dimensão, cuja ação se faz sentir de forma direta sobre o rio Ferreira e os seus afluentes.

Pode citar-se ainda que no Plano de Bacia Hidrográfica do rio Douro, volume III, de 1999, o rio Ferreira encontra-se classificado como «extremamente poluído», sendo também neste caso os parâmetros que mais contribuem para esta classificação os bacteriológicos, designadamente coliformes totais e coliformes fecais, o que evidencia a carência existente na região em infraestruturas de saneamento básico (FEUP, 2005).

[Em comunicação datada de 12 de fevereiro de 2016, a Técnica Superior Iva Rodrigues, da CMG, assinala que a informação contida no parágrafo anterior está desatualizada, devendo encontrar-se informação atual junto da APA - Agência Portuguesa de Ambiente, existindo documentos recentes sobre este ponto.]

Um outro problema a destacar na bacia do rio Ferreira é a proliferação de espécies invasoras como o eucalipto e as acácias, invadindo as margens e as encostas mais declivosas primitivamente ocupadas por carvalhos e vegetação ripícola, assim como a pressão urbanística e industrial que tem proliferado nas suas margens. De salientar ainda os inúmeros moinhos e azenhas ao longo do seu curso, fazendo jus à tradição de moagem de cereais da região de Gondomar e Valongo e que se encontram abandonados e em mau estado de conservação.

Informações recolhidas pela Campo Aberto em 2014 junto de cidadãos e associações

Da APRISOF

A principal observação feita pela APRISOF - Associação de Proteção dos Rios Sousa e Ferreira refere-se ao provável aumento de poluição do Rio Ferreira entretanto ocorrido, alertando para que, enquanto não forem feitas todas as infraestruturas relativas ao saneamento, os rios continuarão poluídos, causando atentados à saúde pública dos gondomarenses.

Dinâmica local

Não existem associações com dinâmica local no concelho de Gondomar ou Valongo relacionadas com o rio Ferreira. O Centro de Interpretação Ambiental, localizado em Rede Natura 2000 e aberto ao público desde maio de 2004, é o centro de acolhimento do Parque Paleozóico e dedica-se à promoção do património natural das Serras de Santa Justa e Pias. Delimitado a Norte pela cidade de Valongo, o parque inclui a Serra de Santa Justa, parte da Serra de Pias e parte do vale do Rio Ferreira entre as duas serras. Existem três entradas para o parque: pela Estrada Nacional nº 15, num desvio à direita em

direção a Couce, próximo da desembocadura do rio Simão no rio Ferreira ou pela Estrada Nacional nº 209 que liga Valongo a S. Pedro da Cova (www.paleozoicovalongo.com). O Parque Paleozóico tem visitas guiadas sobre a sua biologia à sexta-feira de tarde; uma visita generalista à quinta-feira de manhã e geologia do parque à quarta-feira e primeiro domingo do mês, organizadas pela Câmara Municipal de Valongo e Posto de Turismo.

[Segundo comunicação datada de 12 de fevereiro de 2016, a Técnica Superior Iva Rodrigues, da CMG, informa que, ao contrário do que a Campo Aberto encontrou em 2006-2008, atualmente, tanto em Gondomar como em Valongo, existem associações e entidades que dinamizam o rio Ferreira, citando como exemplos o CMLA (Centro de Monitorização e Informação Ambiental) de Valongo (sendo que o património das Serras não exclui o rio), a Alto Relevo, a APRISOF, e o Centro de Educação Ambiental da Quinta do Passal da Câmara Municipal de Gondomar.]

Informações recolhidas pela Campo Aberto em 2014 junto de cidadãos e associações

Não referenciada na compilação feita em 2006-2008, surgiu entretanto uma nova associação que se debruça especialmente sobre a preservação e recuperação dos rios Sousa e Ferreira, a APRISOF - Associação de Proteção dos Rios Sousa e Ferreira, fundada em 2010. Da presidente da APRISOF, Manuela Faria, recebemos informações segundo as quais essa associação tem organizado atividades no sentido de sensibilizar a população para a proteção dos rios e ecossistemas ribeirinhos por meio de caminhadas, plantação de árvores, reflorestação de zonas ardidas, e outras. Realizou também um curso de formação de guarda-rios para educar os jovens e consequentemente os familiares, chamando a atenção para a importância dos rios e seus ecossistemas. Apresentou uma candidatura a um apoio camarário com um projeto de um parque ambiental nas margens dos rios Sousa e Ferreira. Participou na Embaixada da Água, entre outras ações, e tem mantido contactos com as câmaras municipais de Gondomar, Valongo e Paredes no sentido de integrar no Projeto Pulmão Verde dessas câmaras a proteção dos rios, incluindo o Sousa, bem como as árvores autóctones. Ver também: www.aprisof.org

Possíveis intervenções futuras de preservação

A necessidade da criação de espaços sustentáveis de lazer, utilizando o potencial do vale do rio Ferreira, tem sido defendida pelas Câmaras Municipais dos concelhos por ele atravessados, como é bom exemplo a requalificação da margem e criação de um Núcleo Museológico da Panificação a partir de um antigo moinho recuperado, junto à Ponte Ferreira em Campo, resultando num aprazível parque de lazer, ou a criação de percursos pedonais na Serra de Santa Justa e Pias, abrangendo a aldeia de Couce e os moinhos do Ferreira.

Nos concelhos de Gondomar e Valongo apontam-se algumas intervenções significativas no sentido de potenciar o rio Ferreira como espaço de lazer e recreio e que deveriam ser implementadas, como a valorização e requalificação do património construído associado ao rio (moinhos, azenhas, pontes, etc.), a progressiva eliminação de espécies invasoras do coberto arbóreo e substituição por espécies autóctones, a dinamização dos espaços agrícolas, evitando o abandono das propriedades, a promoção de atividades de desporto e lazer (desportos aquáticos, escalada, etc.) e de atividades de educação ambiental; a despoluição do rio e seus afluentes, mais notória a montante, mas especialmente grave neste concelho, devido às escorrências de minas desativadas e a deficiências do tratamento e drenagem de águas residuais; a expansão da rede de espaços verdes nas margens, a criação de praias fluviais com a implantação de equipamentos, etc.

[Segundo comunicação datada de 12 de fevereiro de 2016, a Técnica Superior Iva Rodrigues, da CMG, refere que se aplicam aqui as mesmas considerações efetuadas para o Rio Sousa, em particular no caso das Minas desativadas.]

Informação recolhida pela Campo Aberto em 2014

Sobre o Rio Ferreira, aplica-se praticamente tudo o que ficou dito na ficha anterior a respeito do Rio Sousa. Tal como ele, o Rio Ferreira corre em vales circunscritos pelas chamadas Serras de Valongo, sendo pois abrangido pelos esforços de proteção destas últimas. Envolvendo os concelhos de Gondomar, Valongo e Paredes, está a ser implementado o projeto «Pulmão Verde da Área Metropolitana do Porto», com acompanhamento e apoio técnico da CCDR-N (Comissão de Coordenação

e Desenvolvimento Regional do Norte). Tem como objetivos a valorização integrada do património geológico, mineiro e biológico, a promoção da diversidade na composição da cobertura florestal e a redução do risco de incêndio nas Serras de Santa Justa, Pias e Castiçal, promovendo a sua qualidade ambiental. Esperam-se deste projeto repercussões na dinamização da economia local, sem prejuízo das funções produtivas do espaço florestal. Haverá coordenação com o ICBF-Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas e outras entidades públicas que venham a ser implicadas. De forma mais específica, refira-se o programa «Corrente do Rio Ferreira», para a valorização e recuperação deste rio, objeto de um documento com o mesmo título (ver: <http://www.cm-gondomar.pt/pages/85>). Em 2010, ao abrigo dessa iniciativa, foi realizado o levantamento cadastral de todos os proprietários marginais ao longo da extensão do rio Ferreira no concelho de Gondomar, e o levantamento das ligações ilegais à rede de saneamento e águas pluviais, trabalho feito pelas equipas da empresa Águas de Gondomar e pelo Departamento do Ambiente. No Relatório Final da Rede de Parques Metropolitanos na Grande Área Metropolitana do Porto, datado de fevereiro de 2009, alude-se aos corredores dos rios Sousa e Ferreira e à criação de um futuro Parque Urbano do Rio Ferreira (a instalar em Lordelo e Rebordosa), no concelho de Paredes, e ainda ao sítio conhecido como Senhora do Salto (páginas 116 e seguintes no capítulo 4 do mesmo relatório).

ASSOCIAÇÃO DE TRÊS MUNICÍPIOS CRIA O PARQUE DAS SERRAS DO PORTO

O território abrangido pelas Serras de Santa Justa, Pias, Castiçal, Santa Iria, Flores e Banjas, num total de cerca de 6000 hectares e que inclui o Sítio da Rede Natura 2000 «Valongo» (num total de 2553 hectares, englobando área dos concelhos de Gondomar, Paredes e Valongo) está classificado como Paisagem Protegida Regional, tendo o respetivo aviso sido publicado em Diário da República a 15 de março de 2017.

Os antecedentes e o processo de criação deste Parque estão a seguir resumidos:



Gondomar é um dos três municípios que, em 2016, criaram a Associação de Municípios Parque das Serras do Porto, de que fazem parte igualmente os concelhos de Valongo (ver nesta compilação a secção dedicada a Valongo) e de Paredes (que não figura nesta compilação já que, quando em 2006 foi lançada a nossa campanha «50 Espaços Verdes», não integrava ainda a Área Metropolitana do Porto).

A associação resulta da necessidade de criar uma entidade com personalidade jurídica capaz de agir em nome dos três municípios envolvidos e surge na sequência de diversos passos preparatórios nos anos anteriores, tendo em vista a classificação como paisagem protegida de âmbito regional das serras de Santa Justa, Pias e Castiçal, que passou também a incluir as serras de Flores, Santa Iria e Banjas. Estas serras apresentam unidade geológica pois estão abrangidas pelo anticlinal de Valongo onde constituem uma «ilha de xisto», entre os maciços rochosos que caracterizam a região. Do ponto de vista da conservação da natureza e da biodiversidade assumem importância internacional, nomeadamente a nível da União Europeia, já que parte significativa deste território integra a Rede Natura 2000.

O projeto tem em vista constituir o Parque das Serras do Porto e conta com o apoio e participação da Área Metropolitana do Porto, da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Norte, do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas e de outras entidades. No projeto têm desempenhado papel importante técnicos dos três municípios, incluindo obviamente Gondomar. Preparado por uma equipa técnica intermunicipal das três autarquias, é coordenado pela Arq.^a Paisagista Teresa Andresen. Na página internet do município de Gondomar pode ler-se, com data de 18 de abril de 2016: «O projeto teve um grande impulso há pouco mais de dois anos, quando os atuais presidentes de Câmara dos três municípios assumiram que aquele «pulmão verde» teria de ser «muito mais do que um conjunto de intenções, ou um somatório de vontades».

Considera-se que o Parque virá trazer uma maior proteção de zonas verdes que têm estado sujeitas a formas de poluição e desequilíbrio ambiental, incluindo fogos florestais recorrentes. Com uma área de cerca de 5700 hectares, poderá constituir um verdadeiro «pulmão verde» na região do Porto, designação a que os municípios promotores têm recorrido com frequência.

Segundo o presidente da Câmara de Gondomar, eleito em 2013, Marco Martins, referindo-se ao período preparatório, o processo que fundamenta a criação desta área de paisagem protegida começou por ser organizado tendo em vista um pedido de parecer do ICNF, que viria a ser favorável. Ainda segundo Marco Martins, este «pulmão verde» tem em vista promover a utilização sustentável do território através de atividades ligadas à natureza, desporto e lazer. Em reunião do Conselho Metropolitano do Porto que se debruçou sobre o assunto, declarou que o projeto «não é de três câmaras, mas de um território, e só assim merece ser visto».

A criação da associação intermunicipal, decidida em 10 de abril de 2015, foi aprovada por cada um dos três municípios. A aprovação pelo executivo municipal gdomarense, por unanimidade, ocorreu em meados de fevereiro de 2016. Em 29 de fevereiro do mesmo ano, também por unanimidade, a aprovação foi confirmada pela Assembleia Municipal. Em informação constante do sítio eletrónico do município, afirma-se que «o Parque das Serras pode ainda promover políticas conjuntas de turismo, lazer, animação, competitividade e internacionalização da economia».

A escritura pública que cria a associação ocorreu em 18 de abril de 2016 no Museu Mineiro de São Pedro da Cova, no concelho de Gondomar, na presença dos presidentes dos três municípios. «O futuro, agora, depende de nós, do empenhamento e da dedicação de cada um de nós», segundo o presidente gdomarense, Marco Martins, que defendeu a necessidade de «passar à ação», no entanto «sem ilusões: nada deste trabalho terá efeitos práticos daqui a meio ano, ele só será visível daqui a 10, 15 anos».

Referências eletrónicas:

1. <http://www.cm-gondomar.pt> (pesquisar em «Notícias» a expressão «Parques das Serras do Porto»)

2. Artigo «Serras de Valongo - um património natural a descobrir e conservar», <http://natura-link.pt/article.aspx?menuid=2&cid=4695&bl=1>

3. Nas Serras do Porto há um sonho de meio século que começa a ser cumprido, jornal Público, 14 de fevereiro de 2016

<https://www.publico.pt/local/noticia/nas-serras-do-porto-ha-um-sonho-de-meio-seculo-que-comeca-a-ser-cumprido-1723207>

Campo Aberto, abril de 2016

Informação colocada em 11 de setembro de 2017

Depois de um processo de consulta pública que decorreu de 5 de julho a 5 de agosto de 2016, o processo de classificação como paisagem protegida regional foi concluído em setembro do mesmo ano. No Parque ficam integradas as seguintes freguesias nos três concelhos: Valongo e União de Freguesias de Campo e Sobrado, no concelho de Valongo; União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova, Foz do Sousa e Covelo, Medas e Melres, no concelho de Gondomar; Aguiar de Sousa, Recarei e Sobreira, no concelho de Paredes. A Paisagem Protegida Regional Parque das Serras do Porto é gerida pela

Associação Parque das Serras do Porto, o que dá a essa gestão um caráter claramente intermunicipal. O órgão de gestão é o Conselho Executivo, de direção do Parque, composto por três membros, que são os presidentes dos executivos municipais de Gondomar, Paredes e Valongo. A presidência desse órgão é exercida de forma rotativa, por períodos de um ano, entre os três presidentes. O primeiro Presidente do Conselho Executivo foi o Presidente da Câmara Municipal de Paredes, Celso Ferreira; após um ano, conforme previsto nos Estatutos, esse cargo transitou para o Presidente da Câmara Municipal de Valongo, José Manuel Ribeiro. Uma representante do Município de Gondomar preside à Assembleia Geral da Associação de Municípios. A sede do Parque é em Valongo, provisoriamente no edifício do Museu Municipal, futuramente na rua do Padrão. *(Dados recolhidos em julho de 2017)*

Possíveis parceiros na gestão e preservação

As Câmaras Municipais de Gondomar e Valongo, o ICNB, o Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, as Águas de Douro e Paiva poderiam ser parceiras na gestão e preservação do rio Ferreira.

Informações recolhidas junto da Câmara Municipal de Gondomar em 22 de janeiro de 2015

Os níveis de poluição decresceram, devido à implementação de infraestruturas de saneamento básico. A pressão industrial e urbanística na bacia não é acentuada no concelho de Gondomar, tendo as freguesias de S. Pedro da Cova e Foz de Sousa um cariz essencialmente rural. Um protocolo regional para a recuperação e despoluição do Rio Ferreira foi assinado a 22 de Abril de 2009 pelas Câmaras Municipais de Gondomar, Paços de Ferreira e Valongo, e pelas Águas de Gondomar, S.A. O projeto Corrente Rio Ferreira teve como objetivo intervir na preservação do rio ao longo da sua extensão, procurando direcionar as águas residuais domésticas e industriais, efetuar a limpeza e recuperação das margens e a monitorização da qualidade da água. Quanto a novos parceiros na gestão e preservação, mencionem-se a ARH-Norte (Administração de Recursos Hídricos do Norte) e AMP. Como pontos menos positivos, registaram-se algumas alterações pontuais relacionadas com intervenção humana nas margens. [Aditamento datado de 12 de fevereiro de 2016, comunicado pela Técnica Superior Iva Rodrigues, da CMG: «A Junta de Freguesia de Gondomar não abrange este território. Neste momento apenas a APA - Agência Portuguesa de Ambiente efetua a monitorização da linha de água. A limpeza das margens e leito é coordenada pelo Município em interligação com a União de Freguesias de Foz de Sousa e Covelo.»]

[Ir para o índice](#)



Monte Crasto

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Luís Oliveira

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1718
Nome do espaço Monte Crasto
Freguesias São Cosme
Concelho Gondomar

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,14; -8,54.

A norte localiza-se a Câmara Municipal de Gondomar; a nascente, o Monte Calvário e outras serranias; a sul, uma extensão de povoaamentos até ao Rio Douro; e a poente, a vila de Valbom. Localiza-se perto do Tribunal e da Escola Secundária de Gondomar.

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Espaço verde

Área aproximada 6,6 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

Este é um espaço destacado na cidade de Gondomar (194 metros de altitude), com uma bela panorâmica, central numa «cidade suburbana». Na sua geomorfologia, corresponderá a uma forma dita de «inselberg», ou monte-ilha, testemunhando tempos geológicos de clima quente e seco. Trata-se de um espaço «verde» de recreio com elementos românticos (grutas e canteiros) e árvores de diversos tipos (carvalho-alvarinho *Quercus robur*, sobreiro *Quercus suber*, ciprestes, *Pinus sp.*, etc). A fauna é constituída maioritariamente por passeriformes ubiquestas.

[A Técnica Superior Iva Rodrigues, da CMG, em comunicação de 12 de fevereiro de 2016, assinala-nos que falta aqui adicionar a fonte do texto e a data. A Campo Aberto agradece qualquer colaboração de leitores que permita identificar esses dados.]

Relevância social

O Monte Crasto está localizado numa elevação no centro da cidade, transformada em miradouro e espaço de lazer/convívio/merendas pela sua tradição religiosa. Foi local de passagem dos romanos e primeiro desenvolvimento da região, pelos sinais de fortificação do Monte Crasto e pelos vestígios aí encontrados (três moedas de prata, uma delas grega, e cento e setenta e três médios bronzes e pequenos bronzes, e outros objetos de olaria). O Monte Crasto foi, durante alguns anos do século XVIII, local de extração de saibro e granito, o que provavelmente pode ter feito desaparecer os vestígios da fortificação romana. Há referências documentais a minas auríferas neste local, do tempo dos romanos e dos árabes. A capela (do século XVIII), em cujo terreiro existem cruzeiros datados de 1757 e 1759, e o parque envolvente com residência e café-restaurante, são pertença da Confraria de Santo Isidoro e Nossa Senhora da Lapa, geridas e administradas por esta. Celebram-se neste local as Festas de São Vicente, Santo Isidoro, Senhora da Hora e Santa Bárbara.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

É um espaço privado, fruto de uma doação de proprietários do século XVIII e atualmente pertença da Confraria de Santo Isidoro, Nossa Senhora da Lapa e Santa Bárbara da paróquia de São Cosme desde há 250 anos, com acesso público. Integra a Reserva Ecológica Nacional em toda a sua extensão. No PDM de Gondomar, está previsto manter-se como espaço verde.

Ameaças à preservação

Apesar de relativamente protegido e preservado pela Confraria, as ameaças mais prementes são a infestação de plantas invasoras (mimosas, acácias) nas encostas do Monte Crasto e alguma pressão urbanística existente na envolvente nos últimos anos, com diminuição da sua área e sobretudo intrusões de grandes volumes construídos.

Dinâmica local

A Confraria tem desenvolvido vários melhoramentos no Monte Crasto, entre os quais se destacam a plantação de centenas de novas árvores de diversas espécies e o arruamento de canteiros floridos. As escolas do concelho desenvolvem atividades de educação ambiental no Monte Crasto (por exemplo, atividades dos Dias Mundiais da Floresta e da Árvore em 2007).

[Segundo comunicação da Técnica Superior Iva Rodrigues, da CMG, datada de 18 de fevereiro de 2016, a última frase e período do parágrafo anterior estão desatualizados. Existem intervenções mais recentes, em 2014, para reflorestação e manutenção do espaço, concretizadas pela Câmara Municipal ao abrigo de um novo protocolo com a Confraria. Protocolo esse referido mais adiante.]

Possíveis intervenções futuras de preservação

Tem grandes potencialidades para usufruto como espaço de recreio e de visita, dada a excelente

perspetiva sobre o Rio Douro e a cidade do Porto. Poderia constituir-se como parque desportivo e de manutenção, com a criação de percursos pedonais e cicláveis e de um centro de interpretação ambiental.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

Como parceiros na sua gestão e preservação e dinamizadores de iniciativas locais, sugerem-se a Câmara Municipal de Gondomar, a Junta de Freguesia de São Cosme e a Confraria de Santo Isidoro, Nossa Senhora da Lapa e Santa Bárbara, a Associação Desportiva do Bairro do Monte Crasto, a Universidade Sénior de Gondomar, o Clube Ornitológico de Gondomar e a Portucalea — Associação Florestal do Grande Porto, entre outros.

[Em vez de «Junta de Freguesia de São Cosme» deve ler-se «União de Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim», de acordo com comunicação de 18 de fevereiro de 2016 recebida da Técnica Superior Iva Rodrigues da CMG.]

Informações recolhidas pela Campo Aberto em 2014

Em 16 de julho de 2014, a Câmara Municipal de Gondomar e a Confraria de Santo Isidoro e Nossa Senhora da Lapa assinaram um protocolo de colaboração e desenvolvimento que visa a utilização pública, a conservação e a dinamização do Monte Crasto, símbolo de Gondomar, estando previstas para breve as primeiras obras. De realçar a colaboração que já está a ser prestada ao Pelouro do Ambiente pelo CIBIO – Centro de Investigação em Biodiversidade e em Recursos Genéticos da Universidade do Porto para o inventário da estrutura arbórea e do coberto vegetal com interesse ecológico do Monte Crasto, tendo sido estabelecida uma parceria entre as duas entidades. Também a Paróquia de São Cosme foi associada como novo parceiro a este projeto.

[A colaboração do CIBIO referida no parágrafo anterior deve ser entendida, segundo comunicação de 12 de fevereiro de 2016 da Técnica Superior Iva Rodrigues da CMG, como «uma prestação de serviço contratualizada pela Divisão de Desenvolvimento Ambiental da Câmara Municipal de Gondomar ao CIBIO».]

[Ir para o índice](#)



Ribeira de Longras

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Luís Oliveira

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1723

Nome do espaço Ribeira de Longras (ou Campelos). A designação é controversa.

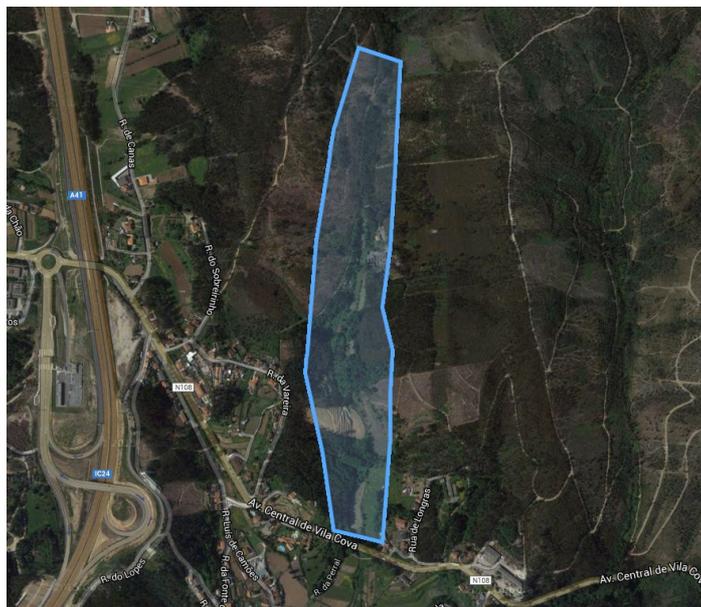
Freguesia Medas

Concelho Gondomar

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,07; -8,44.

Limites



Álbum fotográfico deste espaço colocado em 2014

Fotografias de Carlos Pardilha realizadas em 2010 e colocadas como álbum da campanha aqui:
<https://picasaweb.google.com/111435591575417445038/Campanha50EspacosRibeiraDeLongrasEm200910FotosDeCarlosFardilha>

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Rios e ribeiras

Área aproximada 18 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

A Ribeira de Longras é um curso de água permanente, onde predominam carvalhos, amieiros, salgueiros e eucaliptos que invadiram antigas zonas agrícolas.

Relevância social

A Ribeira de Longras localiza-se num vale agrícola abandonado pelos seus proprietários. Não tem moinhos ao longo do seu percurso.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

Os terrenos que circundam a ribeira têm vários proprietários privados. Parte é Reserva Agrícola Nacional.

Ameaças à preservação

A Ribeira de Longras encontra-se ameaçada pela deposição de resíduos, eucaliptação e incêndios florestais.

Dinâmica local

Informação recolhida pela Campo Aberto em 2014

Nesta rubrica «Dinâmica local» nada fora encontrado a incluir aqui durante o trabalho de pesquisa feito em 2006-2008. Este apontamento que agora aqui inserimos refere acontecimentos verificados em 2012. Em comunicação, acompanhada de numerosas fotos, divulgada em outubro desse ano pela APRISOF - Associação de Proteção dos Rios Sousa e Ferreira, fundada em 2010, refere-se o restauro de uma ponte sobre a ribeira no Lugar de Longras, que havia ruído, realizado por iniciativa popular espontânea na freguesia de Jancido, em Gondomar. Na ausência de resposta por parte das «autoridades competentes», o restauro estava a ser realizado por um grupo de amigos, na sua maioria naturais ou residentes em Jancido. A mensagem da APRISOF apela a quem pudesse comparecer para «ajudar, dado que este grupo trabalha aos sábados e precisa de toda a colaboração (mão de obra, cimento, gasóleo e... combustível para humanos.» E comenta: «Como se pode observar pelas fotos o espaço está a ser recuperado e não é preciso nenhum projeto megalómano. Seria ótimo que as levadas, junto ao Parque de Merendas da Ribeira, também fossem restauradas». A inauguração da ponte viria a ser noticiada na imprensa e na televisão ainda antes de terminado esse mesmo mês de outubro. As fotografias que acompanhavam a comunicação da APRISOF (colhidas por Manuela Faria) documentam aspetos paisagisticamente interessantes da Ribeira das Longras, além da construção da ponte, e podem agora ser vistas no sítio Picasa do Campo Aberto, no álbum «Ribeira das Longras»:

<https://picasaweb.google.com/111435591575417445038/Campanha50EspacosRibeiraDeLongrasEm06102012FotosDeManuelaFaria>

Note-se que a Campo Aberto tomou conhecimento de que a intervenção acima referida foi considerada por algumas fontes como prejudicial à integridade da galeria ripícola existente no local e logo ecologicamente negativa.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Como intervenções futuras de preservação, a Ribeira de Longras poderia ser alvo de despoluição e requalificação das suas margens.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

Como possíveis parceiros na gestão e preservação do local, deveriam envolver-se a Junta de Freguesia de Medas e a Câmara Municipal de Gondomar.

[Ir para o índice](#)



Ribeira de Melres

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Luís Oliveira

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1442
Nome do espaço Ribeira de Melres
Freguesia Melres
Concelho Gondomar

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,07; -8,40.

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Área natural e agrícola
Área aproximada 21,9 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

A Ribeira de Melres apresenta características agrícolas imemorialmente. É uma área relativamente extensa, ripícola, de cariz predominantemente agrícola na margem direita do Douro, sobretudo cultivo de milho, vinha e hortícolas. Em termos de fauna, observa-se a presença de guarda-rios, poupas, corvos, raposas, lontras e inúmeros passeriformes. Em termos de flora, predominam os amieiros, choupos, salgueiros, nojeiras e castanheiros. Existem vários ribeiros.

Relevância social

É uma área agrícola muito antiga e de grande referência para as populações. É sobretudo conhecida pela produção das nozes de Melres. A Ribeira de Melres é também conhecida como zona balnear e pela prática de desportos náuticos (futuras instalações do Centro Náutico de Melres).

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

A Ribeira de Melres encontra-se em zona de Reserva Agrícola e Reserva Ecológica Nacional e pertence ao domínio público hídrico (50 metros a partir da margem). Abrange terrenos públicos e privados.

Ameaças à preservação

Destacam-se o abandono recente das práticas agrícolas, a proliferação de espécies invasoras (eucalipto), a pressão urbanística (construções ilegais), a poluição da água, a usurpação de antigos carreiros de passagem e de terrenos de domínio público hídrico, a erosão das margens e leitos de ribeiros e a deposição de resíduos (pneus, por exemplo).

Dinâmica local

Na zona envolvente à Ribeira de Melres, pratica-se agricultura intensiva de pequena propriedade. No rio Douro, observa-se a prática de canoagem. Existe um fórum virtual para discussão sobre problemas da freguesia, onde se tem dado especial destaque à Ribeira de Melres (<http://www.melresforum.net>).

Informação recolhida na imprensa pela Campo Aberto em 2014 e 2015

Segundo notícia de 9 de julho de 2014, a Câmara Municipal de Gondomar quer candidatar os areais de Melres e de Zebreiros a praias fluviais, tendo iniciado já alguns melhoramentos. O objetivo é torná-los praias classificadas e dotadas de segurança. O processo vai ser analisado pela APA – Agência Portuguesa de Ambiente e pela Capitania do Douro e Porto, incluindo no que se refere à qualidade da água. (portocanal.sapo.pt/noticia/31416/). Em 20 de julho de 2015 foi noticiada a classificação das praias fluviais de Lomba e Zebreiros e para 2016 a de Melres (<http://public.vivacidade.org/informacao/praias-fluviais-de-gondomar-prontas-para-receber-turistas-na-epoca-balnear/>).

Possíveis intervenções futuras de preservação

Poderiam ser realizadas ações de fiscalização nomeadamente de construções ilegais, despoluição de solos e ribeiros, criação de percursos pedonais, reintrodução de espécies autóctones adequadas ao ecossistema ribeirinho para a manutenção de uma paisagem natural, criação de um parque desportivo, ações de sensibilização e educação ambiental, implantação da marca «Nozes de Melres» e incentivo às práticas agrícolas.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

Como parceiros na gestão e preservação da Ribeira de Melres, poderiam envolver-se a Junta de Freguesia de Melres e a Câmara Municipal de Gondomar, assim como os proprietários dos terrenos adjacentes.

[Informação recebida da CMG em 18 de fevereiro de 2016 sobre a designação da Junta de Freguesia de Melres: a designação atual é União de Freguesias de Medas e Melres.]

[Ir para o índice](#)

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Quinta agrícola, Espaço verde

Área aproximada 14,3 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

O futuro Parque Urbano de Rio Tinto envolveria a atual Quinta das Freiras, o leito do rio Tinto (antigo e atual), o leito da Ribeira da Castanheira e as áreas envolventes. Corresponderia ao espaço que liga o entubamento do Rio Tinto e a Rua da Ranha. Apresenta duas realidades distintas. A primeira refere-se à área da atual Quinta das Freiras, um espaço público considerado mal aproveitado e mal equipado. A Quinta das Freiras é atravessada por um troço entubado do Rio Tinto. A restante área relaciona-se com os leitos e margens do rio Tinto e um seu afluente – a Ribeira da Castanheira, nomeadamente a zona envolvente anexa ao espaço do atual Mercado/Feira de Rio Tinto. As espécies de fauna predominantes são passeriformes ubíquistas, gaios e herpetofauna vulgar na Ribeira da Castanheira. As espécies de flora predominantes são exóticas ornamentais (penachos-brancos *Cortaderia selloana* na Quinta das Freiras) e salgueiros (*Salix* spp.) na Ribeira da Castanheira.

Relevância social

A Quinta das Freiras funciona atualmente como parque desportivo, com *court* de ténis, circuito de manutenção, espaço de lazer e parque de merendas. A proximidade do Mercado/Feira e Igreja de Rio Tinto cria uma dinâmica social na envolvente ao espaço em causa. Após o troço entubado do Rio Tinto, encontram-se algumas casas e moinhos abandonados, como elementos arquitetónicos relevantes.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

Pensa-se que será propriedade pública. Pertence ao Domínio Público Hídrico e à Junta de Freguesia de Rio Tinto. A Junta de Freguesia de Rio Tinto possui um esboço muito interessante deste espaço, elaborado pelo Sr. Varela, antigo colaborador do Jornal de Notícias, o qual terá sido a base de um Plano de Pormenor por parte da Câmara Municipal de Gondomar (aguarda apenas o resultado de uma inspeção do IGAT, segundo informações do proponente). Parte do espaço está enquadrada em Reserva Ecológica Nacional.

[Em comunicação de 18 de fevereiro de 2016 da Técnica Superior Iva Rodrigues da CMG, esclarece-se que o espaço considerado é público e encontra-se sob a tutela e gestão da Câmara Municipal de Gondomar. As linhas seguintes sobre o esboço atribuído ao Sr. Varela são nessa comunicação consideradas como devendo ser suprimidas por inexatas.]

Ameaças à preservação

O espaço encontra-se ameaçado pela deposição ilegal de lixo, abandono, proliferação de espécies invasoras ornamentais, perda de terrenos caso avance o projeto de alargamento da linha férrea, e pela possível deslocação do mercado/feira para outro local e construção de um pavilhão multiusos nesta área.

[Segundo a CMG, em comunicação de 2016, a situação descrita no parágrafo anterior, de 2006-2008, terá sido totalmente superada, com o que a Campo Aberto só pode congratular-se.]

Dinâmica local

Existem atividades desportivas regulares na Quinta das Freiras, um Espaço Internet e uma biblioteca/café. O Movimento em Defesa do Rio Tinto (<http://moveriotinto.blogspot.com/> e <http://moveriotinto.no.sapo.pt/>) é um movimento cívico criado em 2006 para a defesa do Rio Tinto que tem realizado inúmeras atividades de sensibilização das populações locais e exercido forte pressão sobre a autarquia local para esta questão.

[Segundo a CMG, em comunicação de 2016, a primeira frase não tem atualidade, devendo ser suprimida. Na mesma comunicação, assinala-se que, diferentemente do que a Campo Aberto refere em

2006-2008, a dinâmica local conta hoje com numerosas atividades promovidas pela Autarquia, Junta de Freguesia e Associações locais.]

Informações recolhidas pela Campo Aberto junto da Câmara Municipal de Gondomar em 5 de novembro de 2014

Este espaço continua classificado como Espaço Verde e mantém a mesma área. A Quinta das Freiras e envolvente pertence à Câmara Municipal de Gondomar, sendo a gestão destes espaços verdes da responsabilidade da Divisão de Espaços Públicos e Dinamização. A Câmara Municipal de Gondomar está a elaborar um projeto para requalificação desta área. O Movimento em Defesa do Rio Tinto é o rosto de debates e caminhadas anuais ao longo do rio, com o objetivo de sensibilização da população para a defesa do Rio Tinto. No entanto, outras ações com mais impacto têm sido desenvolvidas por outras entidades locais, como é o caso do Protocolo de monitorização do estado ecológico do Rio Tinto, com vista à sua requalificação, promovido pela Lipor e municípios que integram a bacia do Rio Tinto, e a Faculdade Fernando Pessoa do Porto, que permite uma caracterização constante da evolução desta massa de água com vista à sua requalificação. O Futuro Parque Urbano de Rio Tinto encontra-se em fase de projeto.

Informações recolhidas pela Campo Aberto em 2014

As autarquias atravessadas pelo Tinto assinaram, em 29 de maio de 2013, um protocolo com a LIPOR no contexto do Programa de Monitorização da Qualidade da Água no Rio Tinto, como aconteceu com o Município de Valongo, de Gondomar, da

e do Porto. Esse protocolo foi ainda assinado pela Águas do Porto (Empresa de Águas do Município do Porto, EMM), pela Universidade Fernando Pessoa e pela APA, IP - Agência Portuguesa de Ambiente/Administração da Região Hidrográfica do Norte. Avulta em outras informações recolhidas a presença ativa ao longo de vários anos e na atualidade do Movimento em Defesa do Rio Tinto. O Movimento não se conforma com o avolumar do betão na sua cidade: «Mais betão no Centro Cívico de Rio Tinto? Não!». Defende o ajardinamento e arborização da Zona Superior à Avenida do Rio (Quinta do Cristóvão), «fundamentais para que o Parque do Centro Cívico assuma o potencial necessário [...]» e pugna por «reverter erros do passado e impedir a implantação de mais betão», justificando que «historicamente esta zona era um espaço agrícola e deverá ser um espaço verde». Fala ainda do antigo terreno da feira de Rio Tinto, do espaço entre a linha do Metro e a Avenida do Rio, e do espaço entre os moinhos da Vitória e os moinhos de Vila Cova. Não se limitando à questão do Futuro Parque da Cidade, o Movimento está presente na defesa da recuperação do rio e da qualidade ambiental local em geral. No seu blogue (<http://moveriotinto.blogspot.pt>) e no seu Facebook, o Movimento denuncia a ETAR do Meiral em Rio Tinto como grande agressão e perturbação para o rio (<https://facebook.com/movimentoemdefesadoriotinto/info>). O Rio Tinto foi considerado pela Agência Portuguesa de Ambiente como o rio mais poluído do Norte do país. Persistem nele ligações ilegais de esgotos com despejo direto nas suas águas. [A água que sai da ETAR nunca vem totalmente desinfetada. Sendo o caudal do rio muito reduzido, falta-lhe capacidade para regenerar a água. Não sendo feita a desinfecção final da água, muitos microrganismos são nele depositados, como acontece ao longo dele às próprias lamas provenientes da ETAR, impedindo a sua atividade biológica normal. O Movimento defende como alternativa um emissário ao Rio Douro. A Campo Aberto interroga-se sobre se evitar o lançamento de esgotos tanto no Tinto como no Douro, obrigando à depuração das águas em circuito fechado nos locais de origem, não seria a solução mais apropriada.]

[Em comunicação de 2016 recebida da CMG, as últimas frases da secção anterior em fundo azul, que agora colocamos entre parêntesis retos, são consideradas como devendo ser suprimidas por inadequadas.]

Possíveis intervenções futuras de preservação

A cidade de Rio Tinto tem assistido a um crescimento urbano acelerado que tem prejudicado a qualidade de vida de cerca de 50 000 pessoas, sem um verdadeiro espaço verde digno desse nome. Esta proposta, encaixada no coração da cidade, permitiria no futuro criar um verdadeiro pulmão verde onde a população pudesse usufruir de um espaço de lazer. O Parque Urbano de Rio Tinto poderia também consolidar um corredor verde nas margens do rio fazendo a ligação ao futuro Parque Oriental da cidade do Porto.

Um grande espaço verde enriquecido por um rio que até dá o nome à cidade, e por isso também ele património natural e cultural da população local. Propõe-se assim a despoluição (e desentubamento) do Rio Tinto e da Ribeira da Carvalheira, assim como a valorização paisagística das suas margens, através por exemplo da criação de percursos pedonais e cicláveis, assim como a melhoria dos equipamentos já existentes na Quinta das Freiras, ao serviço da população. As casas e moinhos abandonados poderiam ser recuperados e aproveitados para criar um Centro de Educação Ambiental dedicado ao Rio Tinto.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

Como possíveis parceiros na gestão e preservação do local, poderiam ser envolvidos a Câmara Municipal de Gondomar, a Junta Freguesia de Rio Tinto, o Movimento pela Defesa do rio Tinto, assim como escolas e associações recreativas locais.

[Ir para o índice](#)



Terrenos do ex-Sanatório Montalto

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Mafalda Sousa
Espaço proposto por Jorge M. Neves Pereira

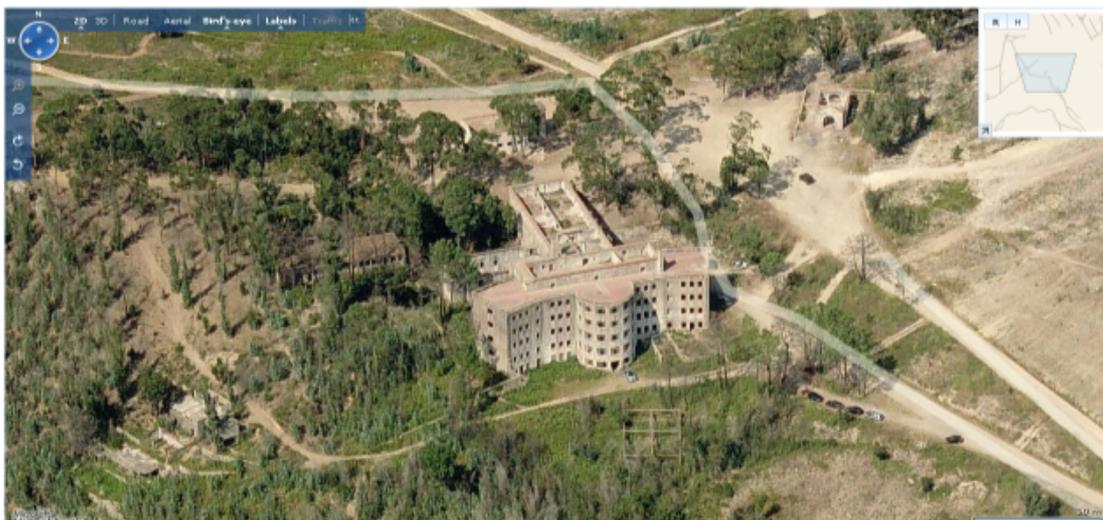
ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1549
Nome do espaço Terrenos do ex-Sanatório Montalto
Freguesia São Pedro da Cova
Concelho Gondomar

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,18; -8,51.
Zona do antigo Sanatório de S. Pedro da Cova

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Área natural

Área aproximada 80 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

Os terrenos do ex-Sanatório de Montalto situam-se na cumeada da Serra de Santa Justa, a cerca de 300 metros de altitude, no limite NE do concelho de Gondomar na transição para o concelho de Valongo. Localizam-se no extremo NO da Serra, desenvolvendo declives moderados a acentuados. Aqui nascem linhas de água afluentes da Ribeira da Parada (a Sul, afluente do Rio Ferreira) e do Rio Torto (a Sudoeste). Caracteriza-se essencialmente pela presença de vegetação rasteira e um emaranhado de caminhos em terra batida, formando uma clareira no topo da Serra, onde as encostas são dominadas pelo eucalipto. Destacam-se na paisagem as ruínas do edifício principal do ex-Sanatório Montalto e uma antiga capela localizada a cota superior. Este espaço já foi verde mas infelizmente nestes últimos anos tem sido devastado por incêndios florestais.

Relevância social

É uma zona degradada onde outrora funcionou um hospital para tuberculosos; ainda existem as ruínas desse hospital e de algumas infraestruturas que lhe serviram de apoio, tendo encerrado após o 25 de Abril de 1974. Na mesma zona, existe a capela da Senhora dos Chãos que tem uma história muito antiga e o seu dia festivo no primeiro domingo de Setembro. Tem também um moinho em ruínas localizado mesmo no topo da serra, de onde se alcança uma vista fabulosa sobre as cidades de Valongo, Rio Tinto, Porto, Vila Nova de Gaia e até se pode ver o mar.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

Desconhece-se o proprietário deste espaço. A área está incluída em Reserva Ecológica Nacional, pela proximidade com a Serra de Santa Justa. Não se conhecem propostas da Câmara Municipal de Gondomar para a valorização deste espaço, nem a sua classificação quanto ao PDM de Gondomar.

[Em comunicação recebida da CMG em 2016, este parágrafo é assinalado como incorreto, devendo ser suprimido, sem que se refiram outras informações.]

Ameaças à preservação

É um espaço devoluto, propício a prostituição e toxicodependência. Foi local de um homicídio em 2005 e de vários incêndios nas últimas décadas. Para além das instalações em mau estado de conservação e limpeza, há a invasão de espécies exóticas nas encostas (eucaliptos).

Dinâmica local

A zona é frequentada para atividades de lazer e ar livre, como *paintball*, *rappel*, *airsoft*, BTT, desportos motorizados. O PCP propôs a recuperação do edifício do sanatório de Montalto para a instalação de uma pousada da juventude, que foi recusada pela Assembleia Municipal de Gondomar.

Informações recolhidas pela Campo Aberto em 2014

Existe uma página Facebook, criada em 11 de outubro de 2012, sobre este antigo sanatório (<https://facebook.com/sanatorio.valongo/timeline>). O local tem atraído a curiosidade de interessados em assuntos paranormais, de cineastas e artistas como cenário invulgar até mesmo da indústria da moda, de praticantes de *paintball* (www.geracaoaventura.com), e ainda de montanha e escalada (www.montanhaescalada.com). Segundo o e-sítio do jornal Público (em artigo de Sara Sampaio, de 20 de outubro de 2014), a história do edifício é algo lúgubre: começou a construir-se em 1932 a ritmo tão acidentado que só em 1950 estaria concluído. Esteve ativo como sanatório de 1958 a 1975, tendo chegado a albergar 350 pacientes para uma capacidade de 50 camas, tendo ali morrido alguns de forma horripilante nesse contexto de sobrelotação. Após o encerramento em 1975, o edifício foi pilhado, vandalizado e danificado por incêndios. A ele estão ligadas lendas e rumores relacionados com fantasmas, tráfico de droga e rituais satânicos. É mencionado no livro *Histórias de Portugal Assombrado*, de Vanessa Fidalgo. Outros sítios eletrónicos que o mencionam: <http://ruinarte.pt>, <http://monumentosdesaparecidos.blogspot.pt>

Possíveis intervenções futuras de preservação

A área tem potencial para se transformar numa pousada da juventude através da requalificação do edifício principal do ex-sanatório, com espaços para desportos radicais e outras atividades de lazer, o que poderia ser realizado após a requalificação ambiental do local, com eliminação do eucalipto e substituição por espécies típicas do coberto arbóreo autóctone.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A Câmara Municipal de Gondomar e a Câmara Municipal de Valongo poderiam ser parceiras na gestão e preservação deste espaço, com usufruto das populações de ambos os concelhos. Empresas privadas poderiam colaborar na requalificação ambiental e patrimonial do local, através de ações de mecenato.

[Ir para o índice](#)



Sorte da Lameira

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Luís Oliveira

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 2049
Nome do espaço Sorte da Lameira
Freguesia Melres
Concelho Gondomar

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,05; -8,38.

Vertente Sudoeste da Serra de Açores (ou Serra das Flores), próxima da nascente da Ribeira de Corgas.

Limites



Álbum fotográfico deste espaço colocado em 2014

Fotografias de Carlos Pardilha realizadas em 2010 e colocadas como álbum da campanha aqui:
<https://picasaweb.google.com/111435591575417445038/Campanha50EspacosSorteDaLameiraEm200910FotosDeCarlosFardilha>

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Área natural e agrícola
Área aproximada 212 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

A Sorte da Lameira contém uma área florestal constituída por carvalhos, medronheiros, sobreiros (a maior fração existente na Serra de Açores), azevinhos, pinheiro bravo e algumas espécies invasoras (acácias e eucaliptos, em menor extensão).

Relevância social

É também uma área agrícola ainda em exploração, com uma mina de água desativada e canais de rega de antigos consortes. Em tempos, foi uma zona de exploração de minério (antimónio), atualmente desativada. Ainda subsistem ruínas de habitações ligadas à exploração mineira.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

A Sorte da Lameira está classificada como área florestal de produção não condicionada no PDM de Gondomar. É propriedade pública da Junta de Freguesia de Melres. Estatuto REN ou RAN.

Informações recolhidas pela Campo Aberto em 2014

Como área florestal de produção não condicionada são nela permitidas plantações ou sementeiras de espécies de rápido crescimento, além de outras, não havendo pois restrições a espécies como o eucalipto e o pinheiro bravo, embora sujeitas à legislação específica em vigor. Quanto a construções, existem diferentes condicionalismos nas que servem de apoio à atividade florestal, nas construções destinadas à indústria agroflorestal, em construções destinadas à habitação e em equipamentos públicos ou privados de interesse municipal. Em todos os casos, aplicam-se apenas a áreas iguais ou superiores a 10 000 m² (área de implantação igual ou inferior a 1 por cento da área da parcela e máximo de 500 m², no primeiro caso; semelhante no segundo caso, com exigências suplementares; igual ou inferior a 2 por cento, com um máximo de 300 m², no terceiro caso; igual ou inferior a 1 por cento da parcela, no último caso (artigos 41.º, 42.º e 43.º do Regulamento do PDM de 1994).

Ameaças à preservação

Como principais ameaças à preservação do espaço, destacam-se os incêndios florestais e a invasão de espécies infestantes (eucaliptos e acácias).

Dinâmica local

Na Sorte da Lameira, têm sido realizadas ações de limpeza e combate a espécies infestantes (iniciadas em 2003).

[Segundo comunicação da CMG de 2016, o projeto Futuro 100 mil árvores na AMP tinha agendado para fevereiro de 2016 a plantação de 400 novas árvores e arbustos autóctones neste terreno e a remoção de exóticas, em ação dinamizada pela Divisão de Desenvolvimento Ambiental da CMG e pela Portucalea, com o apoio da União de Freguesias e de voluntários.]

Possíveis intervenções futuras de preservação

Poderia propor-se a criação de um horto municipal, o aproveitamento dos recursos hídricos do local e recuperação dos canais de rega existentes, a instalação de um centro de interpretação ambiental ou quinta pedagógica com envolvimento das escolas locais em atividades de educação ambiental e a criação de uma reserva de água na floresta para combate aos fogos florestais.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

Poderiam envolver-se a Junta de Freguesia de Melres (com interesse já declarado na recuperação e gestão do espaço), a Câmara Municipal de Gondomar, o Parque Biológico de Gaia, a LIPOR e o Centro Distrital do Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil.

[Ir para o índice](#)

OUTROS ESPAÇOS NÃO SELECIONADOS

Foram propostos mas não selecionados os espaços seguintes. O facto de não terem sido selecionados não pode de forma alguma interpretar-se como significando ausência de importância ecológica ou de valores ecológicos dignos de preservação.

Embora a atualização de informação sobre espaços não incluídos nos 50 selecionados não seja um objetivo imediato, haverá a possibilidade de introduzir novas informações por pessoas que conheçam ou venham a conhecer esses espaços e a confrontar o seu estado atual com o descrito na ficha respetiva.

A Campo Aberto incluirá com muito gosto as informações atualizadas que qualquer cidadão ou entidade lhe queira fazer chegar sobre algum dos outros espaços. A enviar para: contacto@campoaberto.pt

Se bem que utilizando as informações fornecidas, e quando identificada a sua fonte, a forma com que figuram nesta compilação em processo de atualização é sempre e somente de responsabilidade da Campo Aberto. Isso será válido apesar de, sempre que nos for possível, ser nossa intenção apresentar a quem nos informou a versão que tencionamos inserir aqui, e corrigi-la e adaptá-la segundo as recomendações que recebermos.

Campo Aberto - associação de defesa do ambiente



Mata de sobreiros

ENQUADRAMENTO DA CAMPANHA

Ficha preenchida por Luís Oliveira
Espaço proposto por Vitor Pereira

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1450
Nome do espaço Mata de sobreiros
Freguesia Fânzeres
Concelho Gondomar
Outras referências

Coordenadas WGS84: 41,16; -8,52.

Localiza-se no Alto de Barreiros, próximo da Praceta dos Heróis do Ultramar, em direcção ao Alto da Serra e a São Pedro da Cova, junto à estrada por onde circulam os autocarros 14, 69 e 801 da STCP.

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Área natural
Área aproximada 2,1 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

Trata-se de um amplo espaço de mata que está completamente abandonado e degradado, onde abundam sobreiros, eucaliptos e acácias. A fauna é constituída por passeriformes ubiqüistas. Não existem outros elementos relevantes de paisagem. O proponente deste espaço salienta a presença de azinheiras no local, mas não foram encontradas na visita que fizemos. A importância deste espaço reside na elevada quantidade de sobreiros localizados em área periurbana que seria importante preservar.

Relevância social

Não existem espaços de lazer ou património construído a destacar.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

Pensa-se que seja propriedade privada. Não está integrada em Reserva Ecológica Nacional ou Reserva Agrícola Nacional.

Ameaças à preservação

Encontra-se ameaçada pelo abandono, a especulação imobiliária, o abate de árvores (sobreiros), a deposição ilegal de lixos e a invasão de espécies exóticas (acácias).

Dinâmica local

Não existem atividades ou associações que traduzam dinâmica local.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Sugere-se a valorização ambiental, a criação de percursos pedonais e cicláveis e de um parque desportivo e de manutenção/parque público.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A Câmara Municipal de Gondomar e a Junta de Freguesia de Fânzeres poderiam ser parceiros na gestão e preservação deste espaço, em articulação com o respetivo proprietário. O Clube de Ar Livre da Escola E.B. 2.3 de Fânzeres poderia colaborar em ações de educação ambiental, desenvolvendo entre a população escolar a sensibilidade para as questões do ambiente.

[Ir para o índice](#)



Jardim dos Capuchinhos

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Luís Oliveira

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1490
Nome do espaço Jardim dos Capuchinhos
Freguesias São Cosme
Concelho Gondomar

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,15; -8,53.

Junto da casa principal dos Frades Menores Capuchinhos (de S. Francisco).

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Quinta agrícola, Jardim privado

Área aproximada 4,5 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

A Quinta dos Frades Menores Capuchinhos (ou Quinta da Bouça Cova) tem uma área reservada à exploração agrícola (de hortícolas e frutícolas) e dois espaços ajardinados – um deles considerado um jardim do tipo francês, o outro, a poente, é um jardim que terá sido um projeto do arquiteto paisagista inglês do século XVIII Humphry Repton e como tal é considerado um jardim de tipo inglês. Este último é um jardim romântico do século XIX (um dos primeiros no Norte de Portugal, pelo que consta), nas traseiras da antiga casa senhorial. Da fauna predominante destacam-se passeriformes ubiquistas, algumas rapinas noturnas e corvos. Da flora destacam-se por exemplo azevinhos e diversas árvores de jardim (*Ginkgo biloba* e um exemplar de tulipeiro-da-Virginia *Liriodendrum tulipifera* com cerca de 300 anos, típico da flora mediterrânea). Como elementos de paisagem importantes, existem ainda lagos e fontes.

Relevância social

A Quinta da Bouça foi adquirida pela Congregação dos Frades Menores Capuchinhos em 1958 para instalarem o seu seminário. Anteriormente, a Quinta foi pertença da família Crasto Pereira e, apesar das incertezas, acredita-se que foi José de Crasto Pereira o proprietário que deu início à construção da casa, onde faleceu no ano de 1746. Contudo, as primeiras referências conhecidas a Bouça-Cova remontam a 1327 e às Inquirições de D. Dinis.

Para além dos jardins e dos campos agrícolas, existem na Quinta da Bouça uma capela reconstruída em 1726 (dedicada a Nossa Senhora da Mãe dos Homens), uma igreja, fontes e chafarizes (do século XVIII) e uma casa senhorial (primeira metade do século XVIII). A casa apresenta planta em L e uma série de características próprias da arquitetura civil da época, entre as quais se destaca a escadaria, de dois lanços, e a simetria na abertura dos vãos com molduras recortadas, mais cuidadas ao nível do andar nobre, reservado para habitação enquanto o rés-do-chão se destinava a armazéns e ao apoio de atividades agrícolas. O seu interior, objeto de várias intervenções e adaptações, encontra-se bastante modificado, embora ainda subsistam alguns tetos em estuque e lambris de azulejo. Junto a esta edificação, surge uma outra, mais recente, a que se veio reunir a nova igreja, edificada entre 1972 e 1974 (e remodelada em 2001). No muro que define o pátio, o portão, de verga reta, é coroado por um brasão de armas. Na sua continuação encontra-se a primitiva capela, cuja fachada denota uma contenção e uma austeridade decorativas, apenas quebradas pelo óculo e pelo nicho com a imagem de Santo Onofre. Esta quinta funciona agora como convento mas também como seminário.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

É propriedade privada do Seminário dos Frades Menores Capuchinhos. Integra área de Reserva Agrícola Nacional. O conjunto formado pela Casa, Capela, Jardins e Portais da Quinta da Bouça dos Capuchinhos está em «Vias de Classificação (Homologado - IIP Imóvel de Interesse Público)» pelo IPPAR desde 1983.

Ameaças à preservação

A maior ameaça referenciada pelos frades capuchinhos é o atravessamento de condutas de águas pluviais na quinta que provoca pequenas inundações em determinadas alturas do ano, com alguns estragos. Toda a área envolvente tem vindo a ser ameaçada pela construção: nos anos 1970 com uma urbanização na parte Oeste e uma escola (Colégio Paulo VI) a Este da quinta; nos anos 1990 com expansões do colégio (o pavilhão coberto). A área agrícola, para Noroeste, junto ao Rio Torto, deveria manter-se agrícola, tal como prevê o PDM. Mas encontra-se sob ameaça pela eventual passagem da linha de metro entre Rio Tinto-Gondomar pelo local.

Dinâmica local

A congregação tem mostrado interesse pela preservação do edificado e das fontes, o tratamento e manutenção dos jardins e a dinamização do espaço com visitas de grupos religiosos.

Possíveis intervenções futuras de preservação

A congregação franciscana tem como projetos para a preservação deste espaço o desenvolvimento do turismo religioso com a construção de um hotel e a abertura do local à comunidade, nomeadamente escolas. Há também o projeto para um lar de idosos e de uma biblioteca, cujas obras estão já a decorrer. Relativamente ao jardim seria muito interessante a sua classificação como património natural do concelho. Outras ideias poderiam ainda sugerir-se como a cedência da casa senhorial ao município para a sua recuperação e valorização através da instalação de equipamentos públicos (por exemplo, arquivo municipal, museu da ourivesaria, etc.), com os jardins de enquadramento e visita aberta ao público.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A Câmara Municipal de Gondomar, o IPPAR e a Ordem Franciscana dos Capuchinhos poderiam ser parceiros na gestão e manutenção do espaço proposto.

[Ir para o índice](#)



Zona agrícola em São Cosme

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Luís Oliveira

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1476
Nome do espaço Zona agrícola em São Cosme
Freguesias São Cosme
Concelho Gondomar

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,14, -8,53.

O local abrange uma área agrícola adjacente ao IC29 e que termina em frente do Pingo Doce de Gondomar, próximo do recinto da Feira, da Igreja Matriz de São Cosme, do Auditório Municipal, da Escola EB 2,3 de Gondomar e da Biblioteca Municipal.

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Área natural (agrícola)
Área aproximada 4 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

A área abrange uma faixa mais ou menos contínua, adjacente ao IC29, que inclui campos agrícolas com plantação de espécies hortícolas. Da fauna predominante incluem-se passeriformes ubíquistas, herpetofauna comum e alguns micromamíferos. Alguns dos campos agrícolas que este espaço inclui pertenceram à antiga Quinta de Gondomar.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

Os campos agrícolas pertencem a vários proprietários privados. Parte dos campos agrícolas estão integrados em Reserva Agrícola Nacional. Existe o Plano de Urbanização de São Cosme e Valbom (Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2001 de 20-06-2001), mas não se conhece a situação relativa ao espaço em questão. O terreno em frente ao Pingo Doce de Gondomar encontra-se à venda para lotes de apartamentos.

Ameaças à preservação

As ameaças à preservação deste espaço são o abandono da prática agrícola, e a pressão urbanística e industrial, dada a existência de bons acessos.

Dinâmica local

Não existem atividades ou associações com dinâmica local.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Estando localizado numa zona densamente urbana e com infraestruturas rodoviárias de grande importância para o concelho, este espaço poderia ser aproveitado para várias finalidades. A área mais urbana, localizada junto aos equipamentos desportivos e de lazer, deveria ser valorizada com um jardim ou parque urbano. Faria todo o sentido dada a falta de jardins do concelho e a centralidade que um espaço verde poderia proporcionar às portas da cidade. Uma outra utilização possível poderia ser a criação de quintas ou hortas pedagógicas, com particular interesse e incentivo à prática da agricultura biológica.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A Câmara Municipal de Gondomar e a Junta de Freguesia de São Cosme poderiam ser parceiras na gestão e preservação deste espaço.

[Ir para o índice](#)



Margem do Rio Douro entre o Parque de Campismo e o lugar da Varziela

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Luís Oliveira

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1727

Nome do espaço Margem do Rio Douro entre o Parque de Campismo e o lugar da Varziela

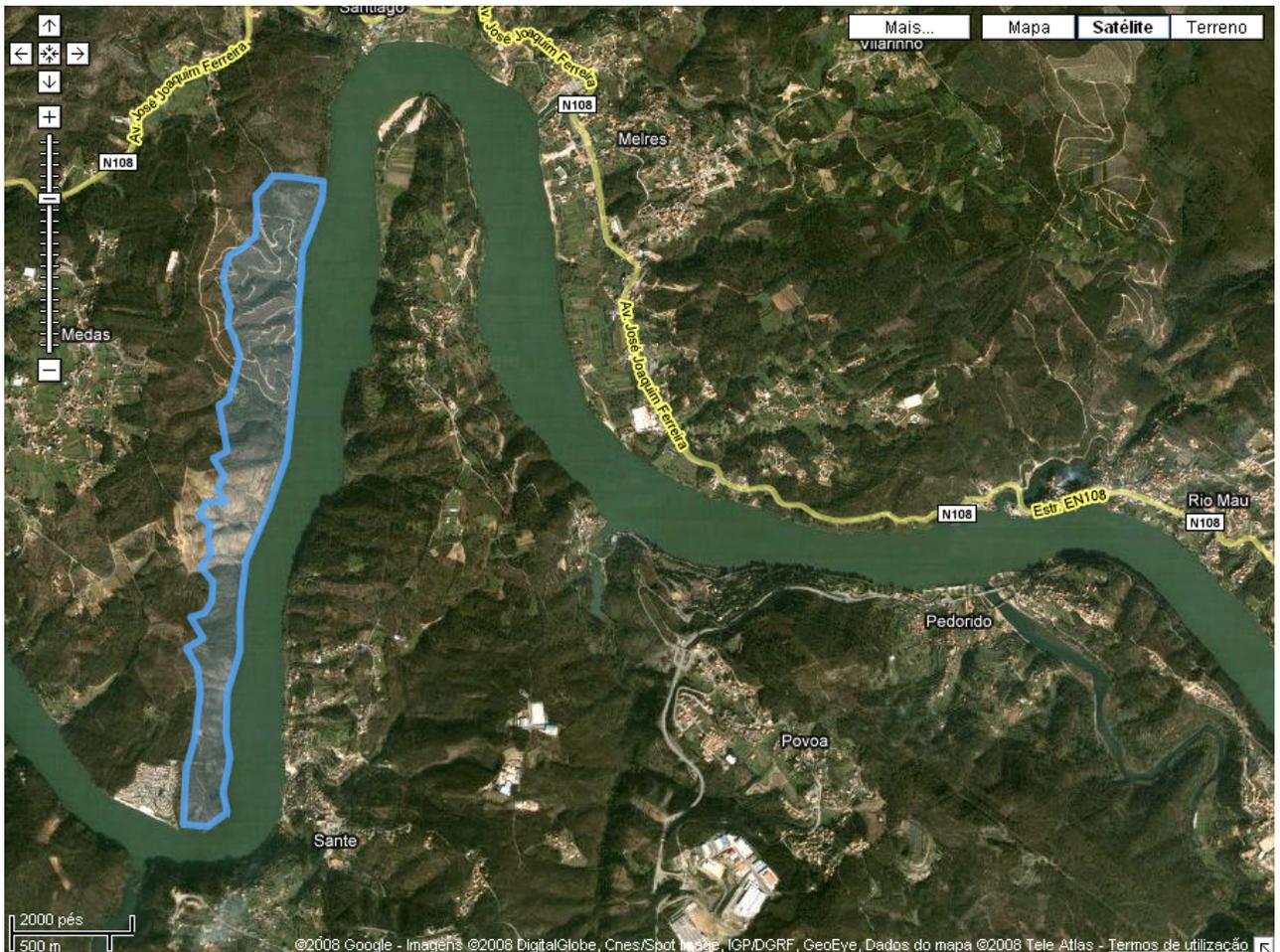
Freguesia Medas e Melres

Concelho Gondomar

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,06; -8,42.

Limites Serra da Varziela (a montante) e Parque de Campismo CampiDouro (a jusante).



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Área natural, Espaço verde

Área aproximada 87,5 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

A margem do Rio Douro entre a Serra da Varziela e o Parque de Campismo CampiDouro é florestada e de difícil acesso. O eucalipto é a espécie arbórea predominante em toda a escarpa, com algumas espécies ripícolas junto ao Rio Douro.

Relevância social O espaço é de difícil acesso (exceto por barco). Existe um moinho na Quinta da Póvoa (em ruínas).

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

A margem referida é propriedade privada. A maior parte é Reserva Ecológica Nacional com uma pequena zona classificada como Reserva Agrícola Nacional, mais a jusante. Está incluída na área de proteção definida no Plano de Ordenamento da Albufeira de Crestuma-Lever (500 m de margem).

Ameaças à preservação

Omisso.

Dinâmica local

Omisso.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Como intervenções futuras de preservação, esta margem poderia ser alvo de requalificação para turismo de habitação/rural com melhoria dos acessos ao local.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

Como possíveis parceiros na gestão e preservação do local, deveriam envolver-se as Juntas de Freguesia de Medas e Melres, a Câmara Municipal de Gondomar e os proprietários dos terrenos.

[Ir para o índice](#)



Quinta da Formiga

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Luís Oliveira

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1725
Nome do espaço Quinta da Formiga
Freguesia Medas
Concelho Gondomar

Outras referências Coordenadas geográficas WGS84: 41,04; -8,43.

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Quinta agrícola
Área aproximada 3,1 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

A Quinta da Formiga integra uma antiga zona agrícola e uma área florestal não condicionada. A parte florestal é de dimensão significativa e nela predominam os eucaliptos e um pequeno número de amieiros, carvalhos e salgueiros. A zona agrícola de pequena dimensão encontra-se abandonada e localiza-se no vale da linha de água (Ribeira da Porqueira).

Relevância social

A quinta possui um moinho em bom estado de conservação, mas inativo. Não tem edificado de interesse a registar.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

A Quinta da Formiga é propriedade privada. Parte é Reserva Agrícola e Reserva Ecológica Nacional. Está incluída em área de proteção, segundo o Plano de Ordenamento da Albufeira de Crestuma-Lever (POACL) (500 m a partir da margem do Rio Douro).

Ameaças à preservação

A Quinta da Formiga encontra-se ameaçada pela eucaliptização.

Dinâmica local**Possíveis intervenções futuras de preservação**

Como intervenções futuras de preservação, a Quinta da Formiga poderia ser alvo de requalificação para turismo de habitação/rural com ligação ao Rio Douro.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

Como possíveis parceiros na gestão e preservação do local, deveriam ser envolvidas a Junta de Freguesia de Medas, a Câmara Municipal de Gondomar e os proprietários da quinta.

[Ir para o índice](#)



Quinta do Carreiro

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

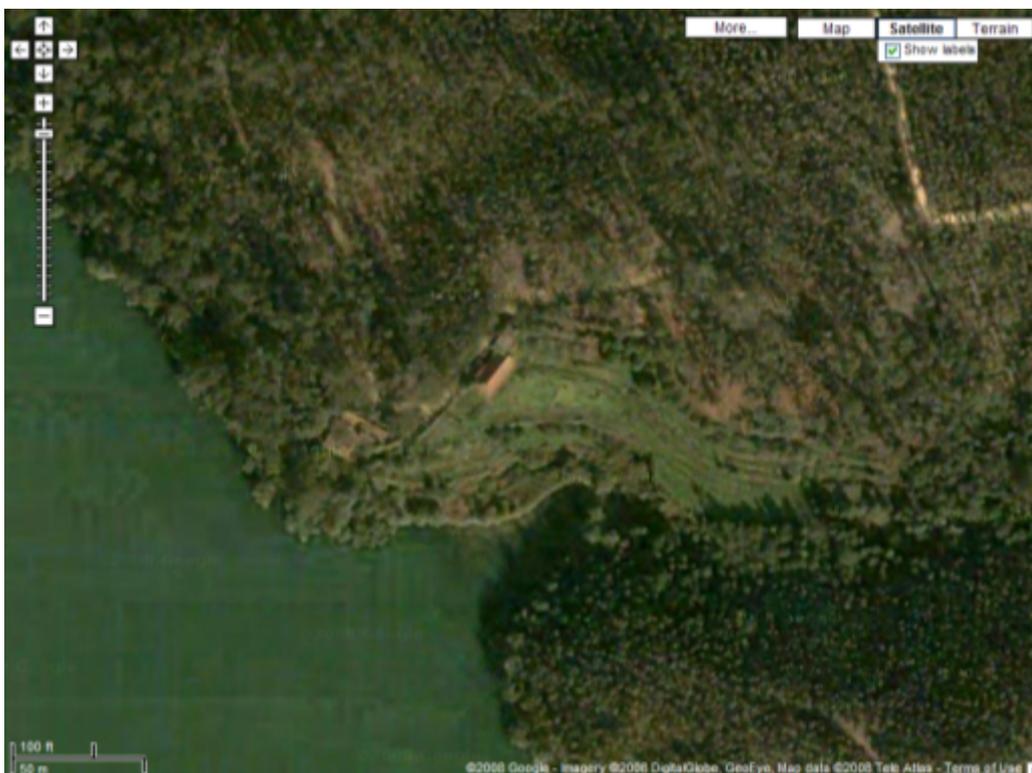
Ficha preenchida por Luís Oliveira

Elementos de localização

Código ID 1724
Nome do espaço Quinta do Carreiro
Freguesia Medas
Concelho Gondomar

Outras referências Coordenadas geográficas WGS84: 41,06; -8,45.

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Quinta agrícola
Área aproximada 1,7 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

A Quinta do Carreiro é uma quinta agrícola com componente florestal. Possui ainda uma ribeira intermitente (visível no Inverno). Predominam espécies ripícolas (na proximidade da linha de água), pinheiro-bravo e eucalipto.

Relevância social

Não tem áreas agrícolas em atividade. Dentro da quinta, existia um antigo porto fluvial até meados do século XX.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

É propriedade privada. Está incluída na área de proteção, definida no Plano de Ordenamento da Albufeira de Crestuma-Lever (500 metros a partir da margem do Rio Douro). Parte da quinta é Reserva Ecológica Nacional.

Ameaças à preservação

A Quinta do Carreiro encontra-se ameaçada pelo abandono dos seus proprietários e pela eucaliptação.

Dinâmica local

Omisso.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Como intervenções futuras de preservação, a Quinta do Carreiro poderia ser alvo de requalificação para turismo de habitação/rural.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

Como possíveis parceiros na gestão e preservação do local, deveriam ser envolvidas a Junta de Freguesia de Medas, a Câmara Municipal de Gondomar e os proprietários da quinta. Podem ser esperados alguns problemas por causa de heranças.

[Ir para o índice](#)



Ribeira de Vila Cova

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

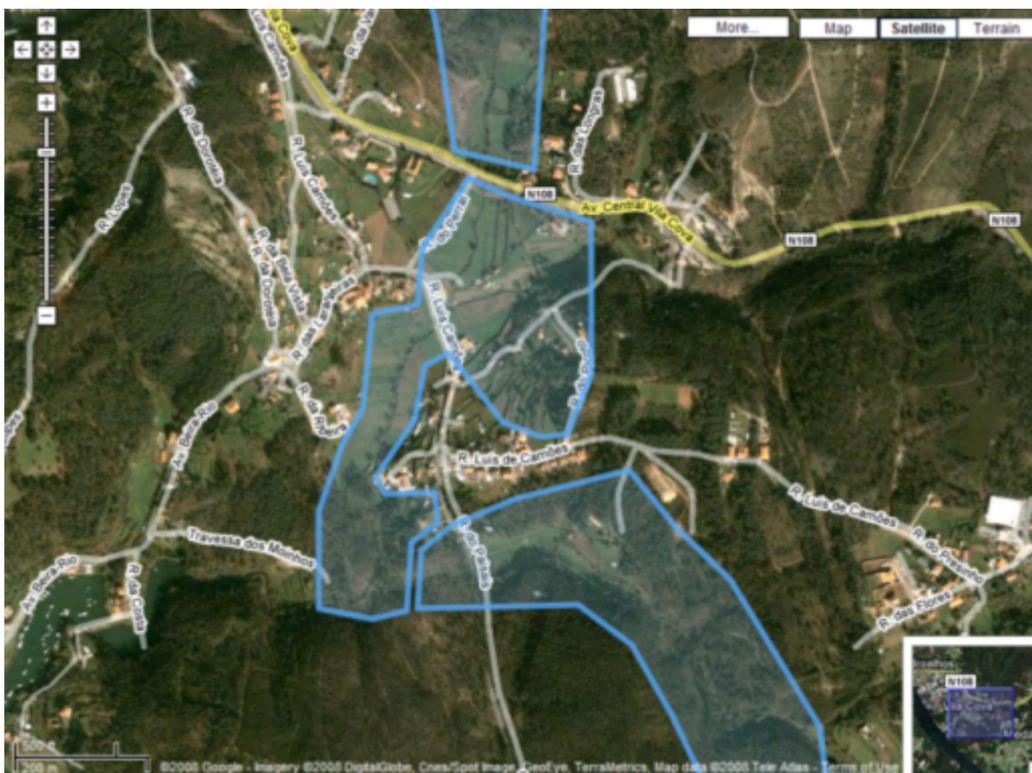
Ficha preenchida por Luís Oliveira

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1721
Nome do espaço Ribeira de Vila Cova (ou de Rebentão)
Freguesia Medas
Concelho Gondomar

Outras referências Coordenadas geográficas WGS84: 41,07; -8,45.

Limites (Espaço central)



Critérios de avaliação e seleção

Tipologia Rios e ribeiras
Área aproximada 12,8 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

A Ribeira de Vila Cova é uma linha de água permanente envolvida por terrenos agrícolas e que atravessa a freguesia de Medas. Em termos de flora, predominam carvalhos, choupos, salgueiros, amieiros e sanguinhos-de-água, enquanto em termos de fauna predominam guarda-rios, gaios, melros e outros passeriformes comuns.

Relevância social Existem moinhos de água abandonados ao longo da ribeira.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

Os terrenos que circundam a ribeira têm vários proprietários privados. O espaço é parcialmente Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional. No PDM de Gondomar, está classificada como «área florestal de produção condicionada» (informação por confirmar).

Ameaças à preservação

A Ribeira de Vila Cova encontra-se ameaçada pela deposição de resíduos e pela rejeição de efluentes domésticos não-tratados para o meio aquático.

Dinâmica local Existe um clube *motard* na proximidade do espaço.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Como intervenções futuras de preservação, a Ribeira de Vila Cova poderia ser alvo de despoluição e requalificação das suas margens.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

Como possíveis parceiros na gestão e preservação do local, deveriam envolvidas a Junta de Freguesia de Medas e a Câmara Municipal de Gondomar.

[Ir para o índice](#)



Ribeira de Painçais

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Luís Oliveira

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1722
Nome do espaço Ribeira de Painçais
Freguesia Medas
Concelho Gondomar

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,06; -8,44.
Próximo da Rua de Painçais.

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Rios e ribeiras
Área aproximada 14 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

A Ribeira de Painçais é uma linha de água permanente envolvida por terrenos agrícolas e que atravessa a freguesia de Medas. Em termos de flora, predominam choupos, salgueiros, amieiros e sanguinhos-de-

água, enquanto em termos de fauna, predominam guarda-rios, gaios, melros e outros passeriformes comuns.

Relevância social

Existem dois moinhos de água em ruínas ao longo da ribeira.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

Os terrenos que circundam a ribeira têm vários proprietários privados. Parte é Reserva Ecológica Nacional.

Ameaças à preservação

A Ribeira de Painçais encontra-se ameaçada pela deposição de resíduos e a rejeição de efluentes domésticos não tratados para o meio aquático.

Dinâmica local

Omisso.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Como intervenções futuras de preservação, a Ribeira de Vila Cova poderia ser alvo de despoluição e requalificação das suas margens.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

Como possíveis parceiros na gestão e preservação do local, deveriam envolver-se a Junta de Freguesia de Medas e a Câmara Municipal de Gondomar.

[Ir para o índice](#)



Mata da Acheira

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Mafalda Sousa
Espaço proposto por Conceição Moreira

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1752
Nome do espaço Mata da Acheira
Freguesia Valbom e São Cosme
Concelho Gondomar

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,13; -8,55.

Quem percorre a EN118, ao chegar ao lugar de Gramido, em Valbom, deve olhar à sua esquerda; aí encontrará a ETAR de Gramido e atrás dela a Mata da Acheira.

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Área natural
Área aproximada 43,7 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

Trata-se de uma mata situada entre as encostas do Vale de Gramido, junto à ETAR de Gramido. No fundo do vale corre uma pequena ribeira que desagua no Rio Douro – a Ribeira da Acheira ou de Gramido. Além da abundância de eucaliptos, a mata da Acheira tem bastantes choupos e alguns (poucos) pinheiros bravos; o resto é vegetação rasteira. [Na Ribeira da Acheira, são descarregados os efluentes tratados da ETAR de Gramido (6000 m³/dia), da responsabilidade das Águas de Gondomar, pelo que está em elevado estado de poluição e encontra-se degradada nas suas margens e leito.] Junto às margens da ribeira, podem observar-se pequenos campos agrícolas com a plantação de hortícolas.

[Em comunicação de 2016 recebida da CMG assinala-se que as informações nas linhas entre parêntesis retos, por nós agora colocados, estão desatualizadas, devendo ser suprimidas.]

Relevância social

A Mata da Acheira localiza-se junto à zona ribeirinha da margem direita do rio Douro, pelo que a relevância social deste local prende-se com o potencial turístico e ambiental associado ao rio e à proximidade do Núcleo Histórico de Gramido.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

Parte da área em causa está classificada como Reserva Ecológica Nacional. Desconhecem-se as disposições relativas a este espaço tendo em conta o PDM de Gondomar.

Ameaças à preservação

A pressão urbanística, a deposição ilegal de lixos, a proliferação de espécies exóticas e a poluição das águas e solos da Ribeira da Acheira são ameaças à preservação deste espaço.

Dinâmica local

Em 2008, foi proposta a reabilitação da Ribeira de Gramido (ou Ribeira da Acheira), a criação de um parque de estacionamento junto à ETAR de Gramido e do futuro Parque Urbano do Vale de Gramido, no âmbito do Polis Gondomar. A área de implantação prevista para o parque de estacionamento consiste numa depressão, limitada a Sul pela EN108, a Norte pela ETAR de Gramido, a Oeste pela ribeira da Acheira emparedada e a Este pelo acesso viário à ETAR, a partir da EN. A área a intervir deverá ser constituída por zonas de estacionamento, zonas de circulação automóvel, zonas de circulação pedonal, locais de estadia e zonas verdes de enquadramento. É ainda criada uma zona de interface entre carreiras de autocarros locais e interurbanas. A intervenção prevista visa ainda o estabelecimento de ligações pedonais e cicláveis entre o Vale de Gramido e o Passeio Ribeirinho, localizados a Norte e Sul respetivamente. Em termos de intervenção do Polis de Gondomar, será também criado o futuro Centro de Educação Ambiental de Gondomar – Quinta do Passal localizado numa zona central que funciona como rótula entre a requalificação da margem do Rio Douro e o futuro Parque Urbano do Vale de Gramido, que permitirá a ligação à cota alta onde se localiza a sede do concelho. O objetivo é assim que esta quinta funcione como centro de educação ambiental (incluindo a valência das hortas biológicas) e quinta pedagógica, mas que se assuma também como o «portão» de entrada no futuro parque urbano do Vale de Gramido. Para além da recuperação do conjunto rural para centro de educação ambiental, pretendem-se conjugar nesta quinta três áreas distintas: área de lazer; área para hortas biológicas e área para a quinta pedagógica. A área de lazer permitirá a conexão com o percurso de acesso ao Vale (a área superior da Quinta já se encontra abrangida pelo projeto do vale de Gramido, que prevê aqui um circuito de manutenção). Prevê-se também a renaturalização da ribeira da Gramido, na continuidade da prevista no projeto do parque de estacionamento.

[Segundo comunicação recebida da CMG em 2016, as intervenções referidas nas primeiras três linhas do parágrafo anterior, escrito em 2006-2008, foram entretanto realizadas e concluídas.]

Informação recolhida pela Campo Aberto em 2014-2015

A Quinta do Passal está já a funcionar como Centro de Educação Ambiental. É uma obra construída pela Câmara Municipal de Gondomar ao abrigo do programa Polis, e localiza-se na margem direita do rio Douro, em Valbom (<https://www.facebook.com/CEA-Quinta-do-Passal>).

Possíveis intervenções futuras de preservação

Os projectos existentes para o Polis de Gondomar poderão valorizar e requalificar a zona envolvente da ETAR de Gramido que se tem vindo a degradar ao longo dos anos. No entanto, seria de recomendar a manutenção dos espaços florestais ainda existentes na Mata da Acheira para manter o equilíbrio natural do ecossistema, através da eliminação das lixeiras ilegais, a eliminação das espécies exóticas e a plantação de espécies autóctones. Recomenda-se também a despoluição da Ribeira da Acheira, com maior fiscalização e eliminação das descargas ilegais das efluentes em todo o seu percurso.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

As entidades que poderiam e deveriam contribuir para a manutenção e gestão do local depois de intervencionado seriam a Câmara Municipal de Gondomar, as Juntas de Freguesia de Valbom e de S. Cosme e as Águas de Gondomar. As freguesias em questão dispõem de pequenas associações culturais e desportivas que também poderiam dar algum apoio, até porque poderiam utilizar o espaço para algumas das suas actividades.

[Segundo comunicação recebida da CMG em 2016, considera-se que, sendo privado o terreno referido neste espaço, a Câmara não pode intervir.]

[Ir para o índice](#)

Maia

ADVERTÊNCIA SOBRE A ATUALIZAÇÃO DAS FICHAS COMPILADAS

Advertimos que os textos adiante constantes sobre fundo branco foram redigidos no âmbito da Campanha 50 Espaços Verdes em Perigo e a Preservar, que decorreu entre 2006 e 2008, e são de responsabilidade exclusiva da Campo Aberto, com a reserva expressa na Declaração de Exoneração de Responsabilidade, no início desta compilação.

Decorridos alguns anos, só em 2014-2015 foi possível, a propósito da preparação para publicação de um pequeno livro sobre os resultados dessa campanha, tentar fazer alguma atualização dos dados então recolhidos, dado ter passado entretanto um período já prolongado. Os dados recolhidos nessa atualização constam adiante em fundo de cor, com a indicação da fonte onde foram recolhidos. No entanto, a formulação em que se encontram, adaptada a partir dos dados recolhidos junto dessa fonte, continua a ser de exclusiva responsabilidade da Campo Aberto.

Apesar disso, antes de ser disponibilizada publicamente nesta compilação, a nossa formulação foi submetida ao parecer da fonte originária, para eventual deteção de erros nossos e introdução de correções. O resultado é o que adiante se apresenta, continuando a ser nossa inteiramente a responsabilidade pela forma como vão apresentados.

Agradecemos a todos os que colaboraram para que tivesse sido possível visitar e atualizar de algum modo, embora obviamente não definitivo, a informação que se segue, e que vão identificados.

No caso particular do concelho da Maia, a Campo Aberto agradece em especial à Câmara Municipal da Maia, e concretamente à Eng.^a Marta de Miranda Pereira, do Departamento de Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana, e ao Eng. Artur Branco, do mesmo departamento. Agradecemos ainda ao cidadão José Luís Araújo, professor e educador ambiental, grande conhecedor do Rio Leça e seus problemas

Campo Aberto - associação de defesa do ambiente



Zona verde circundante ao rio Leça

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Mafalda Sousa
Espaço proposto por Nuno Proença, Câmara Municipal da Maia

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1893
Nome do espaço Zona verde circundante ao rio Leça
Freguesia Águas Santas
Concelho Maia

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,20; -8,60.

Esta proposta inclui os lugares de Parada e Venal (área a jusante da Ponte de Parada, atravessada pela Rua do Venal), Boi-Morto e o Parque de Infesta. Para chegar ao local, seguir o IP4/A4 em direção a Matosinhos, saída para o lugar de Parada. Estes lugares localizam-se junto à fábrica da Milaneza.

Limites



Álbum fotográfico deste espaço colocado em 2014

Fotografias de Carlos Pardilha realizadas em 2010 e colocadas como álbum da campanha aqui:
<https://picasaweb.google.com/111435591575417445038/Campanha50EspacosZonaVerdeCircundanteAoRioLecaMaiaEm200910FotosDeCarlosFardilha>

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Área natural, espaço verde

Área aproximada 20 ha

Informação recolhida em abril de 2014 junto da CMM

- DAPGU - Departamento de Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana - Divisão de Ambiente

Segundo o PDM de 2009, a tipologia deste espaço é de «áreas verdes de proteção de recursos naturais».

Quanto à área, se se incluir a parte do vizinho concelho de Matosinhos, pode considerar-se de 20 ha.

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

O rio Leça nasce no Monte de Santa Luzia, na freguesia de Monte Córdova, concelho de Santo Tirso, a uma altitude de cerca de 420 metros. Desde a sua nascente passa por quatro concelhos: Santo Tirso, Valongo (Alfena e Ermesinde), Maia (Águas Santas, Milheirós, Gueifães, Maia, Moreira), Matosinhos (S. Mamede de Infesta, Leça do Balio, Custóias, Santa Cruz do Bispo, Guifões, Matosinhos e Leça da Palmeira). É em Leça da Palmeira, no Porto de Leixões, que desagua no Oceano Atlântico, após um percurso de cerca de 48 Km. O rio Leça possui uma bacia hidrográfica com uma área de cerca de 190 km². Possui uma extensão de 46,8 km desde a nascente até à foz do rio Leça, no Porto de Leixões.

Durante o século XIX e princípios do século XX, o rio Leça era considerado um dos mais belos rios do Norte de Portugal. A partir da década de 60 do século XX, o rio Leça começou a ficar cada vez mais industrializado, tendo os primeiros protestos surgido dos pescadores, devido à mortalidade e desaparecimento dos peixes, que anteriormente eram abundantes no rio. Até aos anos 1990, não foram tomadas medidas quanto à despoluição do rio Leça, sendo considerado como um dos rios mais poluídos da Europa. De uma paisagem *bucólica* com funções não apenas ecológicas mas também funcionando como local de lazer, o rio Leça e suas margens sofreram um processo de construção anárquica que, aliada à deposição de lixos e poluição, provocaram a alteração deste cenário para o que se verifica hoje em dia. O troço final que vai até à foz do rio é maior e mais extenso, localizando-se aqui os núcleos urbanos e periurbanos dos concelhos da Maia e Matosinhos, com bastante industrialização, e com uma paisagem desqualificada.

Neste troço, entre Alfena e Leça do Balio o rio Leça entra numa zona com forte pressão urbanística e elevada densidade populacional. Observa-se uma desorganização do território, em que as áreas mais urbanizadas coexistem com zonas mais rurais, como as que se veem em Águas Santas, onde ainda se mantêm explorações agrícolas. As áreas agrícolas são compostas por pequenos espaços fragmentados, principalmente localizados junto ao leito do rio, enquanto as áreas florestais ocorrem principalmente em pequenas manchas no concelho da Maia, estreitas faixas descontínuas ao longo do leito do rio, fragmentadas por áreas urbanas e industriais. Em Águas Santas, a ocupação dominante do solo agrícola são as pastagens de inverno para alimentar o gado, algumas hortícolas e árvores de fruto dispersas (como nespereiras, macieiras, castanheiros, oliveiras e loureiros), batatas, centeio e, no Verão, milho para fazer silagem para o gado bovino. No concelho da Maia, a principal cultura agrícola é o milho, cultura extremamente produtiva que ocupa boa parte dos terrenos com aptidão agrícola. Encontra-se principalmente nos vales de aluvião, nas margens dos cursos de água. Alguns campos agrícolas surgem compartimentados por ramadas com vinha. As maiores áreas florestais são constituídas principalmente por povoamentos mistos irregulares de eucalipto e pinheiro-bravo.

Relativamente à flora, encontram-se presentes mosaicos de matos (urzes, tojos), alguma vegetação ripícola e palustre com salgueiros e/ou amieiros e bosquetes de folhosas (carvalhos), que podem estar associados a outras espécies como sobreiros, castanheiros e/ou salgueiros. Apesar da baixa qualidade biológica da água e de haver ainda margens degradadas, os corredores ripícolas constituem um suporte importante de estrutura ecológica. No concelho da Maia os corredores ripícolas cobrem um total de 8,7 km. No estrato arbóreo destacam-se os choupos, os freixos e os amieiros, encontrando-se por vezes carvalhos; já ao nível do estrato subarbóreo existem salgueiros, vimeiros e as borrazeiras, entre outras espécies. O lugar do Venal e o Monte de Infesta incluídos nesta proposta caracterizam-se como terrenos de encosta do rio Leça, sendo atravessados por esta linha de água, na freguesia de Águas Santas. O Lugar do Boi-Morto apresenta um elevado valor patrimonial e paisagístico. Inclui património edificado, campos agrícolas e áreas florestais. O terreno acompanha uma pequena linha de água – Ribeiro do Boi-

Morto – que desagua no rio Leça. O lugar de Parada inclui terrenos marginais do rio Leça, com bosque de carvalhos, sobreiros, eucaliptos e algumas espécies ripícolas. Alberga uma fauna ornitológica rica, inclusivamente espécies aquáticas.

Relevância social

Em Águas Santas, a ocupação do solo agrícola, principalmente nos vales de aluvião, nas margens dos cursos de água é uma atividade muito importante para a economia local. Junto ao Leça existem campos cultivados e pequenas hortas, compostas principalmente por hortícolas (em grande quantidade, para vender), como cebolas, couves, nabos, etc., com bordaduras constituídas por ramadas de videiras. Surgem também as árvores de fruto dispersas, como nespereiras, macieiras, castanheiro e oliveiras, assim como loureiros. Mas a cultura agrícola mais dominante é o milho. Existe um património construído riquíssimo associado à agricultura constituído por celeiros, espigueiros, muros de compartimentação, casas rurais, etc, com maior expressão nas freguesias mais rurais do concelho da Maia (como é o caso do Lugar de Boi Morto).

Existe um vasto património religioso nas margens do rio Leça na freguesia de Águas Santas. Perto da zona em causa, existe a capela de Nossa Senhora de Guadalupe, sendo datada de 1633 a construção da primeira ermida de Guadalupe e de 1722 a da atual capela, de traça barroca, composta por nave única e capela-mor retangulares. O interior é integralmente revestido com pintura mural e as paredes são autoportantes. Está em meio urbano, isolada com adro murado e arborizado, e implantada no alto de um morro, que constitui um miradouro sobre São Mamede, Leça do Balio e Maia. A Ponte de Parada serve de ponto de passagem do Caminho Português de Santiago entre Porto, Braga e Ponte de Lima.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

Desconhece-se o tipo de propriedade dos terrenos marginais do rio Leça, junto à Ponte de Parada. Os corredores verdes associados ao rio Leça, no concelho da Maia, estão integrados em Reserva Ecológica e Reserva Agrícola Nacional, assim como em domínio público hídrico. O Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável para o concelho da Maia estabelece a criação de corredores ecológicos ao longo do rio Leça. Esta zona verde está classificada na carta florestal e de uso do solo do PDM da Maia como área florestal e agro-florestal.

Informação recolhida em abril de 2014 junto da CMM

- DAPGU - Departamento de Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana - Divisão de Ambiente

Segundo o PDM de 2009, a tipologia deste espaço é de «áreas verdes de proteção de recursos naturais», a qual substitui a do anterior PDM na qual era «área florestal e agro-florestal».

Ameaças à preservação

Estes terrenos estão ameaçados pela elevada carga orgânica das águas (sobretudo CBO₅, azoto amoniacal, oxigénio dissolvido, coliformes fecais e sólidos suspensos totais), deposição ilegal de lixos nas margens e pressão urbanística e industrial. Outras ameaças são o corte de árvores, e o abandono da propriedade agrícola e do património rural existente.

Informação recolhida em abril de 2014 junto da CMM

- DAPGU - Departamento de Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana - Divisão de Ambiente

A qualidade da água permanece baixa, e mantêm-se em geral as ameaças já identificadas.

Dinâmica local

O programa «Corrente Rio Leça – Limpo por todos. Limpo para todos», uma parceria das Águas de Valongo, Câmara Municipal de Valongo, CCDR-Norte, Junta de Freguesia de Alfena, Junta de Freguesia de Ermesinde e Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, pretende a despoluição deste curso de água no concelho de Valongo, tendo a Câmara Municipal da Maia aderido ao mesmo em julho de 2007, numa tentativa de esforço integrado para este objetivo. O Complexo de Educação Ambiental da Quinta da Gruta (Maia) promove ações de educação ambiental nas margens do rio Leça e da Ribeira do Arquinho, para o 1º, 2º e 3º ciclo e ensino secundário. A limpeza e manutenção das margens do rio Leça, assim como a requalificação de todo o seu percurso, é o grande objetivo do protocolo entre a Câmara Municipal da Maia e mais de uma dezena de instituições, assinado em Junho de 2007 e com fim em 2011, o chamado Projeto de Despoluição do Rio Leça no Concelho da Maia.

Informação recolhida em abril de 2014 junto da CMM

- DAPGU - Departamento de Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana - Divisão de Ambiente

Relativamente às linhas de água, têm sido feitos trabalhos de manutenção e desobstrução. Foram entretanto definidos no PDM de 2009, no âmbito da Estrutura Ecológica Municipal (alteração em 2013), corredores ecológicos preconizados no Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Município da Maia, abrangidos em «áreas verdes de proteção aos recursos naturais» no PDM e como tal protegidos.

Informações recolhidas pela Campo Aberto em 2014 junto de cidadãos e associações

A intervenção pública cívica de combate ao estado de degradação do Rio Leça já vem de longe. Nos anos 1990 foi criada com sede em Leça do Balio, Matosinhos, a AMILEÇA - Associação dos Amigos do Rio Leça, em que se destacou a ação de Ricardo Jorge Teixeira. No âmbito do Projeto Mil Escolas, promovido pela empresa Águas do Douro e Paiva, a Escola EB Passos José, de Guifões, Matosinhos, com coordenação do Professor José Luís Araújo, desenvolveu projetos anuais e bianuais a partir de 2005 e até 2013: os três primeiros, sob a designação «Do Rio Que Temos ao Rio Que Queremos», o quarto designado «O Leça que nos Atravessa da Nascente até à Foz a uma só Voz». Em cada ano letivo o trabalho culminava com uma apresentação pública final. A partir do segundo ano, a apresentação final passou a encontro intermunicipal, procurando envolver todas as autarquias da bacia hidrográfica do Leça. Os municípios ribeirinhos de Valongo, Maia e Matosinhos foram convidados a exporem o que cada um estava a fazer para melhorar a qualidade da água do rio. Na primeira apresentação intermunicipal, o município de Valongo anunciou o seu programa «Corrente Rio Leça» e os resultados já alcançados. Em anos seguintes, os municípios de Maia e Matosinhos anunciaram a sua adesão ao programa que tinha sido iniciado por Valongo. Segundo José Luís Araújo, esse programa, que implicou diretamente as autarquias ribeirinhas e outras entidades sob a forma de uma rede de múltiplos organismos, desenvolveu-se paralelamente a esta movimentação cívica em torno da Escola Passos José e do Projeto Mil Escolas, com influências e cooperações recíprocas. O mesmo ativista considera que há ainda muito a fazer em termos intermunicipais para despoluir e reabilitar o Leça e florestar as suas margens com árvores autóctones.

Informação recolhida em 2016 junto da CMM

- DAPGU - Departamento de Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana - Divisão de Ambiente

Segundo o departamento de ambiente da CMM, no contexto específico do concelho da Maia, houve uma miríade de ações concretas, conversas, grupos de trabalho e outras realizações que contribuíram para a despoluição do Rio Leça. Segundo o mesmo departamento, o Município colaborou e colabora no Projeto Futuro – 100 000 árvores, aqui direcionado para a plantação de espécies autóctones ripícolas em terrenos marginais da rede hídrica municipal, contribuindo para a reabilitação dos ecossistemas fluviais na bacia hidrográfica do Rio Leça. Ao nível da AMP, foi criado em 2016 um grupo de trabalho específico que encara o Leça como prioridade e envolve os principais municípios da sua bacia hidrográfica, para requalificação de todo o corredor ecológico, desde a nascente até à foz.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Sendo áreas integrantes da Estrutura Ecológica Municipal, correspondentes a cursos de água com singularidades ambientais e paisagísticas, a proteção é indispensável pelo seu inquestionável valor. É prioritária a requalificação e renaturalização das margens do rio Leça no concelho da Maia. Algumas medidas são especialmente recomendadas: a fiscalização e controlo das descargas de águas residuais, a eliminação das ligações clandestinas às linhas de água, a limpeza de leitos e margens, a monitorização da qualidade da água, etc. Após estas intervenções, sugere-se ainda a utilização do corredor natural fluvial para a criação de novas áreas verdes e corredores ecológicos, através da plantação de espécies autóctones, por exemplo. É também importante implementar ações de sensibilização da população, ações pedagógicas de educação ambiental nas escolas e promover o voluntariado, em torno da despoluição do rio Leça.

Existe uma proposta da consultora WSAtkins para a valorização do rio Leça no concelho da Maia, que inclui a recuperação da galeria ripícola, criação de percursos pedonais e cicláveis e construção de uma ludoteca no lugar de Parada. Está ainda previsto, caso seja possível, a ampliação da área do parque através da demolição de uma frente residencial. Este projeto encontra-se em avaliação pela autarquia.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

Todos os parceiros envolvidos no programa «Corrente Rio Leça – Limpo por todos. Limpo para todos» têm obtido bons resultados na despoluição desta linha de água no concelho de Valongo, com repercussão e replicação agora no concelho da Maia. O município da Maia tem mostrado interesse neste programa, intervindo sobretudo nos afluentes principais: a Ribeira do Arquinho e a Ribeira de Leandro. Todos os parceiros envolvidos neste programa (Câmara Municipal da Maia, Juntas de Freguesia) serão importantes para a gestão e preservação dos corredores fluviais associados a estes cursos de água.

Informação recolhida em abril de 2014 junto da CMM**- DAPGU - Departamento de Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana - Divisão de Ambiente**

O Município da Maia, que tinha já aderido empenhadamente ao programa «Corrente Rio Leça», que entretanto terminou noutros municípios, continua ativamente a mantê-lo, com uma forte componente de participação pública. Pode consultar-se:

<http://ambiente.maiadigital.pt/projecto-corrente-rio-leca>

[Ir para o índice](#)



Quinta dos Cónegos

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Mafalda Sousa
Espaço proposto por Rui Rodrigues

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1779
Nome do espaço Quinta dos Cónegos
Freguesia Maia
Concelho Maia

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,23; -8,63.
Localiza-se na Rua do Souto, nº 363.

Limites



Álbum fotográfico deste espaço colocado em 2014

Fotografias de Carlos Pardilha realizadas em 2010 e colocadas como álbum da campanha aqui:
<https://picasaweb.google.com/111435591575417445038/Campanha50EspacosQuintaDosConegosEm200910FotosDeCarlosFardilha>

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Jardim privado, quinta, espaço verde
Área aproximada 22 ha

Informação recolhida em abril de 2014 junto da CMM

- DAPGU - Departamento de Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana - Divisão de Ambiente

Abrangida pela RAN fundamental e RAN complementar, esta Quinta está abrangida na tipologia «áreas verdes de utilização coletiva, áreas de habitação unifamiliar e áreas de habitação coletiva a consolidar».

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

Era a quinta de recreio dos Bispos do Porto, de que faz parte um solar do século XVIII com magníficos jardins, fontes monumentais e ermidas. Os chafarizes são da autoria de Nicolau Nasoni. Está envolvida por uma formosa moldura de arborização e verdura com tufo de tílias, pomares, espaçosos relvados e biombos de arvoredos.

Relevância social

A quinta de recreio dos Bispos do Porto é considerada uma das mais belas moradias dos arredores do Porto, segundo o Guia de Portugal, integrada nos chamados Jardins da Maia. Na quinta, existem fontes monumentais e ermidas, com o fundo brasonado, em declives relvados tratados pelos seus proprietários, e a que hoje crescem os campos de ténis e piscina. A estatuária e exterior (e talvez a casa) são possivelmente da autoria de Nicolau Nasoni. Segundo o Guia de Portugal, a casa é constituída por andar térreo e piso nobre, destacando-se, a nascente, a capela particular em invocação à Sagrada Família, adossada ao edifício habitacional e datada de 1781, a escadaria, a varanda e, do lado Norte, nove janelas com balcões de granito de balaústres e uma fonte com um dragão, possivelmente de autoria de Nasoni.

No interior, destacam-se a saleta do limiar, as salas de receção, a sala de fumo e a sala de jantar. Na saleta do limiar, de teto de madeira, apainelado e pintado, há diversos móveis antigos. Na capela, visível da saleta, há um valioso retábulo de talha dourada, do século XVII. Nas duas salas de receção, de tetos de castanho, expõem-se, além de muitas peças de mobiliário do século XVII e XVIII, esmaltes, louças, bronzes, esculturas, uma tapeçaria mural francesa, um tapete persa, um quadro de Thomas Wyck (século XVII), um bom retrato – Jovem Aristocrata – do século XVIII, duas obras de mármore, porcelanas orientais. Na sala de fumo, expõe-se outra tapeçaria, um quadro de Jan Dirks-Both (1618-1658), outro tapete persa, contadores, boiões de faiança oriental e cadeiras do século XVII. Na sala de jantar, de teto de madeira, valiosas louças e pratos, cadeiras joaninas, um centro de mesa, pinturas e esculturas, um enorme tapete de estilo oriental. No longo corredor (O-E), voltado para o pomar, sucedem-se as peças de mobiliário antigo, esculturas, arcas, vasos e bronzes. Na área da conservação e restauro, a Fundação Ricardo Espírito Santo Silva realizou em 2004 a recuperação do retábulo em talha dourada e policromada da Quinta dos Cónegos.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

É propriedade privada, gerida através de uma sociedade imobiliária, pertencente ao grupo BES. Segundo o Guia de Portugal, foi no passado propriedade de herdeiros de um milionário e amante de arte do Porto, que a converteu numa verdadeira casa-museu. Na carta de uso do solo do PDM da Maia, a Quinta dos Cónegos está integrada em área habitacional. Não está integrada em REN ou RAN.

Ameaças à preservação

Sendo um espaço privado, de difícil visita, desconhecem-se as ameaças potenciais a este espaço.

Informação recolhida em abril de 2014 junto da CMM

- DAPGU - Departamento de Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana - Divisão de Ambiente

Não se identificam ameaças à preservação deste local.

Comentário da Campo Aberto em 2014 depois de recolhidas algumas informações

O facto de a Quinta pertencer a uma sociedade imobiliária, segundo a Campo Aberto, pode legitimar a interrogação sobre se o destino que lhe irá ser dado por esta será compatível com a sua necessária preservação como área verde, tanto mais que a tipologia atual em que se situa inclui «áreas de habitação unifamiliar e áreas de habitação coletiva a consolidar». Tendo colocado a pergunta ao Departamento de Planeamento e Gestão Urbana - Divisão de Ambiente, soubemos que «está prevista a requalificação do edificado da quinta dos Cónegos, dotando-a de nova capacidade de uso que não habitacional.»

Dinâmica local

Existe a Quinta dos Cónegos - Sociedade Imobiliária, S.A. para a gestão do património desta quinta, pertencente ao grupo BES. Tem uma boa acessibilidade de transportes: Metro (Parque, Forum), TUM e 10, 11, 12, 13, 14, 18, 20, 25, 27, 30, 35 (Maia Transportes). Existe um percurso pedonal urbano que inclui esta quinta, entre outros pontos de interesse.

Atualização com base em informação recolhida em abril de 2014 junto da CMM

- DAPGU - Departamento de Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana - Divisão de Ambiente

Refere-se uma intervenção da Metro do Porto, cujo ano não foi indicado, e a criação de um ecocaminho, ou seja, de uma rede de ciclovias urbanas, tendo o concurso para o troço entre a Via Periférica e as Vias Paralelas, numa extensão de 2,8km, sido lançado em fevereiro de 2014. A uma pergunta da Campo Aberto para especificação deste ponto, foi-nos referido o seguinte: «Entre 2007 e 2009 foi executado o projeto de execução de inserção urbana e integração paisagística no Viaduto Maia Sul da Metro do Porto, que visou o enquadramento das áreas confrontantes, quer da linha de água a norte contígua à Quinta de Cónegos, quer a sul, dos espaços verdes periféricos à urbanização residencial. Essa intervenção contempla ligação ao ecocaminho, cuja obra está em curso.»

Atualização com base em informação recolhida 2016 junto da CMM

- DAPGU - Departamento de Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana - Divisão de Ambiente

Entre 2007 e 2009 foi executado o projeto de execução de inserção urbana e integração paisagística do viaduto do Metro do Porto, com o intuito de enquadrar as áreas confrontantes quer da linha de água a norte, contígua à Quinta dos Cónegos, quer a sul dos espaços verdes periféricos à urbanização residencial. Mais tarde, em 2015 foi executado o projeto de um ecocaminho e garantida a ligação desta área verde às vias de acesso à A41 (Zona Industrial).

Possíveis intervenções futuras de preservação

Pelo que foi possível apurar, a quinta tem sido bem preservada pelos seus proprietários ao longo dos anos, relativamente ao património natural e arquitetónico, definindo também utilizações como espaço de lazer (campos de ténis, piscina).

Possíveis parceiros na gestão e preservação

Os proprietários desta quinta, a Câmara Municipal da Maia e o IPPAR podiam ser parceiros na preservação deste espaço.

[Ir para o índice](#)

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Área natural, espaço verde
Área aproximada 11,5 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

O rio Leça nasce no Monte de Santa Luzia, na freguesia de Monte Córdova, concelho de Santo Tirso, a uma altitude de cerca de 420 metros. Desde a sua nascente passa por quatro concelhos: Santo Tirso, Valongo, Maia e Matosinhos. No concelho da Maia, atravessa as freguesias de Águas Santas, Milheirós, Gueifães, Maia e Moreira. Tem, como principais afluentes, a Ribeira do Arquinho e a Ribeira de Leandro. O rio Leça possui uma bacia hidrográfica com uma área de cerca de 190 km², enquadrando-se entre as bacias dos rios Ave e Douro. Possui uma extensão de 47 km desde a nascente até à foz no Porto de Leixões. Durante o século XIX e princípios do século XX, o rio Leça era considerado um dos mais belos e poéticos rios do Norte de Portugal. A partir da década de 60 do século XX, o rio Leça começou a ficar cada vez mais industrializado, tendo os primeiros protestos surgido dos pescadores, devido à mortalidade e desaparecimento dos peixes, que anteriormente eram abundantes no rio.

Até aos anos 1990, não foram tomadas medidas quanto à despoluição do rio Leça, sendo então considerado como um dos rios mais poluídos da Europa. De uma paisagem bucólica com funções ecológicas e de espaço de lazer, o rio Leça e suas margens sofreram um processo de construção anárquica que, aliada à deposição de lixo e poluição, provocaram a alteração deste cenário para o que se verifica hoje em dia. O troço final do rio Leça localiza-se em núcleos urbanos e periurbanos dos concelhos da Maia e Matosinhos, com bastante industrialização, forte pressão urbanística e elevada densidade populacional, com uma fraca qualidade paisagística, coexistindo com zonas mais rurais, como as existentes em Alfena, Milheirós e Águas Santas, onde ainda se mantêm explorações agrícolas. O uso florestal é o que domina a bacia do rio Leça, estando as maiores áreas florestais, constituídas principalmente por povoamentos mistos irregulares de eucalipto e pinheiro-bravo, localizadas no interior do território, como é o caso do concelho da Maia, junto à Ribeira do Arquinho. As áreas agrícolas são compostas por pequenos espaços fragmentados, principalmente localizados junto ao leito do rio, enquanto as áreas florestais ocorrem principalmente em pequenas manchas no concelho da Maia. Neste concelho, a principal cultura agrícola é o milho, cultura extremamente produtiva que ocupa boa parte dos terrenos com aptidão agrícola. Encontra-se principalmente nos vales de aluvião, nas margens dos cursos de água. Alguns campos agrícolas surgem compartimentados por ramadas com vinha. A partir de Alfena, e nos restantes troços para jusante do rio Leça, os espaços florestais existentes resumem-se a pequenas manchas ocupadas com eucaliptos e pinheiros-bravos, disseminadas na paisagem mais urbana e industrializada, ocupando essencialmente o cume de pequenas elevações e encostas com maior declive e, por vezes, compartimentando parcelas agrícolas.

A Ribeira do Arquinho, com uma bacia hidrográfica de 33 km² e um percurso de 11 km, também conhecida por Ribeira de Avioso ou Rio Almorode, nasce em S. Pedro de Avioso, passa pelas freguesias de Santa Maria de Avioso, Gondim, Barca, Vermoim, Nogueira, Gueifães, Milheirós e Águas Santas e é o maior afluente do Leça e o maior curso de água que nasce no concelho da Maia. Até há umas dezenas de anos, a ribeira do Arquinho tinha uma biodiversidade de fauna e flora notável. As cheias de Inverno tornavam os campos agrícolas das margens ainda mais produtivos, havendo um número significativo de moinhos ao longo do seu percurso. Outra atividade que girava à volta desta ribeira era a das lavadeiras da Maia, que lavavam as roupas nas águas do rio, antes do uso generalizado da máquina de lavar roupa. A partir de finais da década de 1960, a industrialização e a pressão urbanística poluíram e afetaram negativamente o rio. Com o encerramento de algumas indústrias poluidoras e as melhorias no saneamento básico na sua bacia, parece existir uma recuperação dos ecossistemas, com o regresso dos peixes e de outra vida selvagem. No passado preponderariam os bosques dominados por carvalhos (com destaque para o carvalho-alvarinho, sobreiros, salgueiros e/ou amieiros). Em solos inundáveis, preponderariam os bosques palustres dominados pelo amieiro e pelo salgueiro-negro. As galerias ripícolas dos principais cursos de água da Maia (rio Leça e ribeira do Arquinho) representam importantes espaços para o equilíbrio dos ecossistemas. Apesar da baixa qualidade biológica da água e de haver ainda margens degradadas, os corredores ripícolas constituem um suporte importante de estrutura ecológica. No concelho da Maia os corredores ripícolas cobrem um total de 8,7 km; no estrato arbóreo

destacam-se os choupos, os freixos e os amieiros, encontrando-se por vezes carvalhos; já ao nível do estrato subarbóreo existem salgueiros, vimeiros e as borrazeiras, entre outras espécies.

Relevância social

Existe um vasto património religioso nas margens do rio Leça, no concelho da Maia: a capela de São Miguel-o-Anjo (São Pedro Fins), a capela de Nossa Senhora de Guadalupe (Águas Santas), que data de 1722; a Igreja de Nossa Senhora do Ó (Águas Santas) fundada pelos Cavaleiros do Santo Sepulcro antes da formação da nacionalidade. É um dos mais insólitos monumentos românicos portugueses, uma vez que a sua forma final, no século XIII, apresentava duas naves, desiguais entre si, caso único no contexto da arte nacional. No interior, existem retábulos de talha dourada barroca e neoclássica, dos séculos XVII e XVIII. É monumento nacional desde 1910. Destacam-se ainda a capela de Nossa Senhora do Bom Despacho (Maia), a capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens (Moreira), a capela do Senhor dos Amarrados (Moreira da Maia) e a Quinta do Mosteiro (Moreira) pertencente ao mosteiro desde 1060.

As Terras da Maia eram terras férteis, onde predominavam os moinhos de rodízio para utilizar a força motriz da água. A atividade de moagem era muito importante desde os tempos medievais. Nos séculos mais recentes, a fertilidade do solo do concelho da Maia manteve em funcionamento dezenas de moinhos, com importância decisiva para a economia da época. Os moinhos de Ardegães, na Maia, constituem um conjunto de edificações em granito, ao longo do rio Leça, sendo que a grande maioria deles se encontra em ruínas. Foram aqui edificados bastantes moinhos, devido às condições que o rio aqui oferecia. O núcleo de Moinhos de Alvura, localizado em Águas Santas, constitui um grupo de edificações que data dos séculos XVIII – XIX. Neste momento, estão a ser usados como habitação, existindo uma placa que os identifica como Moinhos da Casa do Jericota, embora em estado de degradação e verificando-se a presença de lixo e entulho no local. Os moinhos situavam-se maioritariamente no rio Leça, embora os houvesse também na ribeira do Arquinho/Almorode. Os moinhos do rio Leça eram os maiores, chegando a ter 15 rodas, ou seja 15 pares de mós. Os moinhos de rodízio nos rios Leça e Almorode já foram contabilizados em número superior a 60. Os núcleos rurais de Mandim (Barca), Calquim (Gondim), Fundevila (Milheirós), Casal (Nogueira) e Sá (Silva Escura) são alguns dos testemunhos da forte identidade agrícola das terras da Maia.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

Desconhece-se o tipo de propriedade dos terrenos marginais ao rio Leça e à Ribeira do Arquinho na Maia. As propriedades agrícolas serão possivelmente privadas. Os corredores verdes associados ao rio Leça e à Ribeira do Arquinho, no concelho da Maia, estão integrados em Reserva Ecológica e Reserva Agrícola Nacional, assim como em domínio público hídrico. O Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável para o concelho da Maia estabelece a criação de corredores ecológicos ao longo do rio Leça e Ribeira do Arquinho. Os corredores fluviais atravessam áreas agrícolas, florestais e residenciais e equipamentos.

Ameaças à preservação

Estão ameaçados pela elevada carga orgânica das águas (sobretudo CBO₅, azoto amoniacal, oxigénio dissolvido, coliformes fecais e sólidos suspensos totais), deposição de lixos nas margens e pressão urbanística e industrial, pelo abandono do património arquitetónico rural e das propriedades agrícolas.

Dinâmica local

O programa «Corrente Rio Leça – Limpo por todos. Limpo para todos», uma parceria das Águas de Valongo, Câmara Municipal de Valongo, CCDR-Norte, Junta de Freguesia de Alfena, Junta de Freguesia de Ermesinde e Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, pretende a despoluição deste curso de água no concelho de Valongo, tendo a Câmara Municipal da Maia aderido ao mesmo em julho de 2007, numa tentativa de esforço integrado para este objetivo. O Complexo de Educação Ambiental da Quinta da Gruta (Maia) promove ações de educação ambiental nas margens do rio Leça e da Ribeira do Arquinho, para o 1º, 2º e 3º ciclo e ensino secundário. A limpeza e manutenção das margens do rio Leça, assim como a requalificação de todo o seu percurso, é o grande objetivo do protocolo entre a Câmara Municipal da Maia e mais de uma dezena de instituições, assinado em junho de 2007 e com fim em 2011, o chamado Projeto de Despoluição do Rio Leça no Concelho da Maia.

Informação recolhida em abril de 2014 junto da CMM

- DAPGU - Departamento de Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana - Divisão de Ambiente

O Município da Maia, que tinha já aderido ativamente ao programa «Corrente Rio Leça», entretanto encerrado noutros municípios, continua ativamente a mantê-lo, com uma forte componente de participação pública. Pode consultar-se:

<http://ambiente.maiadigital.pt/projecto-corrente-rio-leca>

Neste e-sítio, refere-se que, em 2011, foi feita uma adenda ao projeto para inclusão de quatro novos parceiros: Empresa Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M., Zoo da Maia, Projeto Rios e CIBIO-Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos.

No âmbito do Corrente do Rio Leça, existem três projetos complementares: Projeto Corrente Rotas de Reabilitação de Rios, criado em 2009, Projeto Rio Leça Corrente Social, criado em 2010, e Projeto Viagens no Tempo, criado em 2013. O primeiro destes projetos incide especificamente sobre a Ribeira do Arquinho, e visa a criação de um percurso interpretativo da natureza, a reabilitação do ecossistema incluindo as margens e o escoamento da linha de água.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Sendo áreas integrantes da Estrutura Ecológica Municipal, correspondentes a cursos de água com singularidades ambientais e paisagísticas, a proteção é indispensável pelo seu inquestionável valor. É prioritária a requalificação e renaturalização de toda a bacia do rio Leça e da Ribeira do Arquinho. Algumas medidas são especialmente recomendadas: a fiscalização e controlo das descargas de águas residuais, a eliminação das ligações clandestinas às linhas de água, a limpeza de leitos e margens, a monitorização da qualidade da água, etc. Após estas intervenções, sugere-se ainda a utilização do corredor natural fluvial para a criação de novas áreas verdes e corredores ecológicos, através da plantação de espécies autóctones, recuperação de pontes e moinhos, abandonados e em avançado estado de degradação. É também importante implementar ações de sensibilização junto da população, ações pedagógicas de educação ambiental nas escolas e promover o voluntariado, em torno da despoluição do rio Leça e da Ribeira do Arquinho.

Informações recolhidas pela Campo Aberto em 2014

Em 2012, a Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Fernando Pessoa, do Porto, programou para 18 de julho de 2012 uma ação de monitorização desta ribeira, com alunos do curso de especialização tecnológica em Qualidade Ambiental, de colaboração com a Quercus. Uma ação de limpeza das margens desta Ribeira foi desenvolvida pela Quercus em 13 de setembro de 2014, com base em voluntários. Esta zona é também, desde 2011, espaço de intervenção do Projeto Futuro - 100 000 árvores autóctones na Área Metropolitana do Porto com ações de plantio perto das margens da ribeira.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

Todos os parceiros envolvidos no programa «Corrente Rio Leça – Limpo por todos. Limpo para todos» têm obtido bons resultados na despoluição desta linha de água no concelho de Valongo, com repercussão e replicação agora no concelho da Maia. O município da Maia tem mostrado interesse neste programa, intervindo sobretudo nos afluentes principais: a Ribeira do Arquinho e a Ribeira de Leandro. Todos os parceiros envolvidos neste programa serão importantes para a gestão e preservação dos corredores fluviais associados a estes cursos de água.

[Ir para o índice](#)



Núcleo de Moinhos de Alvura

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Joana Vieira e Catarina Leitão
Espaço proposto por Rui Rodrigues

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1776
Nome do espaço Núcleo de Moinhos de Alvura
Freguesia Águas Santas
Concelho Maia

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,21; -8,59.
Junto ao Restaurante Casa do Arco e Ponte do Arco (Rua do Rio Leça).

Limites



Álbum fotográfico deste espaço colocado em 2014

Fotografias de Carlos Pardilha realizadas em 2010 e colocadas como álbum da campanha aqui:
<https://picasaweb.google.com/111435591575417445038/Campanha50EspacosNucleoDeMoinhosDeAlvuraEm200910FotosDeCarlosFardilha>

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Área natural, espaço verde
Área aproximada 10,1 ha

Informação recolhida em abril de 2014 junto da CMM

- DAPGU - Departamento de Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana - Divisão de Ambiente

A tipologia é de áreas verdes de proteção de recursos naturais (de acordo com o PDM de 2009), RAN complementar e áreas florestais de proteção.

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

O núcleo de moinhos de Alvura é uma zona verde, com pontes, açudes e moinhos fluviais, nas margens do Rio Leça. Desconhecem-se as espécies de fauna predominante. Junto ao Rio Leça, a galeria ripícola, constituída por amieiros (*Alnus glutinosa*), freixos (*Fraxinus sp.*), salgueiros (*Salix sp.*), choupos (*Populus sp.*), associada aos carvalhos-alvarinhos (*Quercus robur*), encontra-se relativamente bem representada. Podem também encontrar-se figueiras (*Ficus carica*), figueiras-do-diabo (*Datura stramonium*), azinheira (*Quercus ilex spp rotundifolia*). Nas encostas florestadas surgem espécies como: eucalipto (*Eucalyptus globulus*), mimosa (*Acacia dealbata*) e pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*).

Relevância social

Constitui um grupo de edificações que data dos séculos XVIII - XIX. Neste momento, os moinhos estão a ser usados como habitação, existindo uma placa que os identifica como Moinhos da Casa do Jericota, embora em estado de degradação e verificando-se a presença de lixo e entulho no local. Na malha urbana envolvente, existe habitação unifamiliar e algumas construções abandonadas, subsistindo ainda a presença de campos agrícolas e muros de pedra de granito. Neste local, o rio Leça corre com ajuda de açudes, levando um caudal acentuado. Junto encontra-se a Ponte de Alvura ou Ponte do Arco, uma estrutura em granito cujo tabuleiro se encontra assente sobre um único arco redondo. Os moinhos e açudes eram outrora utilizados para moer o milho e outros cereais cultivados nos campos agrícolas vizinhos. Alguns moinhos estão em ruínas abandonadas, outros foram restaurados e estão semi-ocupados.

Informação recolhida pela Campo Aberto em 2014

O Núcleo de Moinhos de Alvura integra a Rede Portuguesa de Moinhos.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

Os terrenos e os moinhos são propriedade privada. Relativamente aos PDM ou outros planos, este núcleo de moinhos está classificado como património municipal a preservar. Este espaço está integrado em Reserva Ecológica Nacional.

Informação recolhida em abril de 2014 junto da CMM

- DAPGU - Departamento de Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana - Divisão de Ambiente

Os moinhos continuam a ser propriedade privada, estando em curso a realização de um protocolo entre os proprietários e a Câmara Municipal tendo em vista o usufruto público.

Atualização com base em informação recolhida 2016 junto da CMM

- DAPGU - Departamento de Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana - Divisão de Ambiente

De acordo com o PDM de 2009, a tipologia é de «áreas verdes de proteção de recursos natrais, RAN complementar e áreas florestais de proteção». Para um dos moinhos foi realizado em 2014 um

protocolo com o proprietário no sentido de manter o estado de conservação do moinho e possibilitar a sua visitação por parte do público, efetuada perante marcação no Turismo da Maia.

Ameaças à preservação

As ameaças à preservação do espaço são a poluição do rio Leça e das suas margens e o estado de abandono e degradação dos moinhos. A poluição da água tornou inoperacionais os moinhos. Observa-se ainda a deposição de lixos nas margens e leito do rio.

Dinâmica local

Alguns dos moinhos foram recuperados pelos seus proprietários.

Informação recolhida em abril de 2014 junto da CMM

- DAPGU - Departamento de Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana - Divisão de Ambiente

Foi implementado o projeto de criação de um caminho pedonal e de um parque urbano. Têm sido promovidas ações de participação pública e dinamização com vista à preservação do local tais como limpeza da margem e leito, reativação do moinho e visitação do caminho pedonal. Situando-se este núcleo de moinhos nas margens do rio Leça, é de notar que o Município da Maia, que tinha já aderido ativamente ao programa «Corrente Rio Leça», entretanto encerrado noutros municípios, continua ativamente a mantê-lo, com uma forte componente de participação pública. Pode consultar-se: <http://ambiente.maiadigital.pt/projecto-corrente-rio-leca>

Informação recolhida em 2016 junto da CMM

- DAPGU - Departamento de Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana - Divisão de Ambiente

Também no âmbito do Projeto Corrente Rio Leça foram promovidas em 2013 três iniciativas complementares denominadas «Viagens no Tempo», que permitiram a visitação de um percurso ao longo do Rio Leça, e a interpretação do património cultural e natural das suas margens. Foi pedido aos participantes para identificarem pontos fortes e fracos ao longo do percurso, para posterior intervenção municipal. Foi ainda efetuada uma ação de voluntariado para limpeza dos moinhos «Gericota» e um percurso final para reconhecimento das melhorias implementadas. Na área adjacente aos núcleos molinológicos, em terreno municipal na margem do Leça, foi projetado um Parque Fluvial Linear, no qual se pretende uma construção e reabilitação ecológica participativa. Neste sentido foram removidas plantas exóticas infestantes e reposto o estrato arbóreo e arbustivo autóctone, em colaboração com o Projeto Futuro – 100 000 árvores na AMP. Foram igualmente realizadas operações de manutenção e remoção de detritos através de equipa municipal criada em 2013, exclusivamente dedicada à boa conservação dos recursos hídricos.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Como possíveis intervenções futuras, sugerem-se a despoluição das margens e do leito do Rio Leça, a valorização ambiental da zona, a criação de percursos pedonais e cicláveis, a recuperação dos moinhos com a criação de um (ou vários) centro(s) de interpretação ambiental.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A gestão e conservação do local deveriam ser articuladas entre os proprietários e a Câmara Municipal da Maia. A dinamização do espaço poderia ser da responsabilidade da Câmara Municipal da Maia e das escolas do concelho, através de ações de educação ambiental.

Informação recolhida em abril de 2014 junto da CMM

- DAPGU - Departamento de Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana - Divisão de Ambiente

Como novo parceiro assinala-se o CRE-Centro Regional de Excelência em Educação para o Desenvolvimento Sustentável da Área Metropolitana do Porto.

[Ir para o índice](#)



Monte de S. Miguel-o-Anjo

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Mafalda Sousa
Espaço proposto por Câmara Municipal da Maia

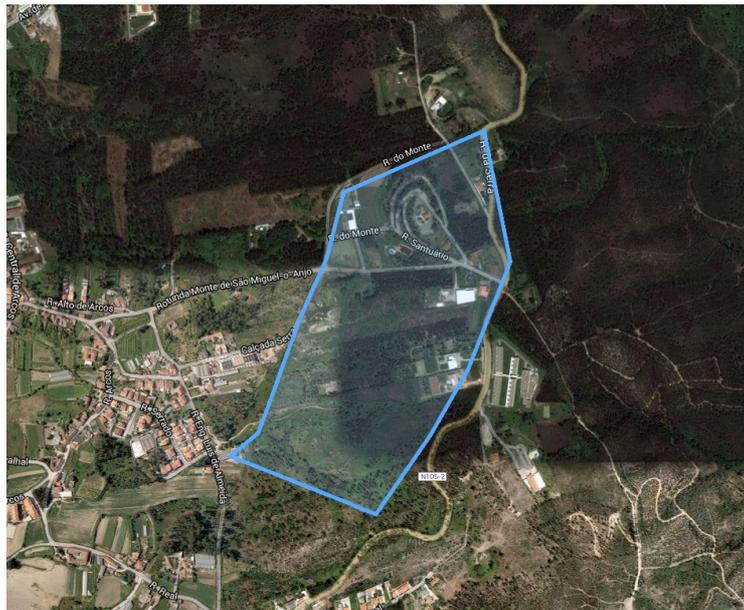
ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1786
Nome do espaço Monte de S. Miguel-o-Anjo
Freguesia S. Pedro de Fins
Concelho Maia

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,25; -8,53.
Com acesso pela Av. de São Miguel-o-Anjo (em São Pedro de Fins), seguindo pela Rua do Santuário.

Limites



Álbum fotográfico deste espaço colocado em 2014

Fotografias de Carlos Pardilha realizadas em 2010 e colocadas como álbum da campanha aqui:
<https://picasaweb.google.com/111435591575417445038/Campanha50EspacosMonteDeSMiguelOAnjoEm200910FotosDeCarlosFardilha>

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Área natural
Área aproximada 10 ha

Informação recolhida em abril de 2014 junto da CMM

- DAPGU - Departamento de Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana - Divisão de Ambiente

Quanto à tipologia, refira-se REN, RAN complementar, áreas florestais de proteção e áreas de habitação unifamiliar.

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

O Monte de São Miguel-o-Anjo é o ponto mais alto do concelho da Maia, situando-se numa elevação de geologia xistosa, a 255 metros de altitude. O Monte encontra-se florestado com povoamentos onde domina o eucalipto. O topo do Monte é um espaço de clareira em cujo ponto mais alto se encontra a Capela de São Miguel-o-Anjo, orientada a poente, com o respetivo adro que funciona como miradouro. O Monte de São Miguel-o-Anjo é um espaço florestal com dominância do eucalipto (*Eucalyptus globulus*) e do pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*). Surgem também mimosas e austrálias (*Acacia dealbata* e *Acacia melanoxylon*), espécies invasoras em Portugal. A vegetação autóctone está bastante presente e inclui o sobreiro (*Quercus suber*) e, em algumas áreas, observa-se o carvalho-alvarinho (*Quercus robur*), em regeneração, e o padreiro (*Acer pseudoplatanus*). Ao nível do estrato arbustivo, há a presença do loureiro (*Laurus nobilis*) e do azevinho (*Ilex aquifolium*).

No topo do monte, em redor da capela de São Miguel-o-Anjo, estão presentes inúmeras espécies de plantas ornamentais, entre elas, o plátano (*Platanus orientalis* var. *acerifolia*), tília (*Tilia tomentosa*), robínia (*Robinia pseudoacacia*), abrunheiro-dos-jardins (*Prunus cerasifera* var. *pissardi*), liquidâmbar (*Liquidambar styraciflua*), bordo-negundo (*Acer negundo*), choupo-negro (*Populus nigra*), alfenheiro (*Ligustrum lucidum*), pitosporo-da-china (*Pittosporum tobira*), criptoméria-do-japão (*Criptomeria japonica* 'elegans'), oleagno (*Elaeagnus pungens*), tuia-gigante (*Thuja plicata*), deutzia (*Deutzia* sp.), *Watsonia borbonica*, escalheiro (*Pyrus cordata*), carvalhos (*Quercus rubra* e *Quercus palustris*), abeto-da-noruega (*Picea abies*), romãzeira (*Punica granatum*), palmeira-das-canárias (*Phoenix canariensis*), teixo (*Taxus baccata*) e cedro-branco (*Chamaecyparis lawsoniana*).

Relevância social

É um local de culto religioso e romaria (primeiro domingo de julho), espaço de lazer e miradouro. Existem mesas com bancos de pedra para piqueniques, um palco para festividades, elementos de água e a estátua de São Miguel-o-Anjo. Localiza-se próximo do Aeródromo Municipal de Vilar da Luz. Na envolvência, existe a Quinta de São Miguel-o-Anjo, situada na encosta do monte, vocacionado para diversos eventos. Aqui são também organizadas festas como o Carnaval, a Matança do Porco e o São João.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

Segundo a carta de espaços verdes do PDM da Maia, é uma mata pública. É uma área florestal, de acordo com a carta florestal e de uso do solo. A Câmara Municipal da Maia pretende criar um parque urbano de recreio e lazer no Monte de São Miguel-o-Anjo. Esta é uma intenção do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável para o concelho da Maia. Na sua quase totalidade, o Monte de São Miguel-o-Anjo está integrado em Reserva Ecológica Nacional.

Informação recolhida em abril de 2014 junto da CMM

- DAPGU - Departamento de Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana - Divisão de Ambiente

Não foi entretanto criado o parque urbano de recreio e lazer referido na secção acima, previsto pela Câmara Municipal.

Ameaças à preservação

Este espaço encontra-se ameaçado pela presença de infestantes (acácias), o abandono e mau estado de conservação.

Informação recolhida em abril de 2014 junto da CMM

- DAPGU - Departamento de Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana - Divisão de Ambiente

Os incêndios são também uma ameaça.

Dinâmica local

Desconhecem-se atividades ou associações com dinâmica local.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Possíveis intervenções para este espaço poderiam ser a criação de percursos pedonais e cicláveis e de um parque de manutenção/lazer.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A Câmara Municipal da Maia e a Junta de Freguesia de São Pedro de Fins poderiam ser parceiros na gestão e preservação deste espaço.

[Ir para o índice](#)

OUTROS ESPAÇOS NÃO SELECIONADOS

Foram propostos mas não selecionados os espaços seguintes. O facto de não terem sido selecionados não pode de forma alguma interpretar-se como significando ausência de importância ecológica ou de valores ecológicos dignos de preservação.

Embora a atualização de informação sobre espaços não incluídos nos 50 selecionados não seja um objetivo imediato, haverá a possibilidade de introduzir novas informações por pessoas que conheçam ou venham a conhecer esses espaços e a confrontar o seu estado atual com o descrito na ficha respetiva.

A Campo Aberto incluirá com muito gosto as informações atualizadas que qualquer cidadão ou entidade lhe queira fazer chegar sobre algum dos outros espaços. A enviar para: contacto@campoaberto.pt

Se bem que utilizando as informações fornecidas, e quando identificada a sua fonte, a forma com que figuram nesta compilação em processo de atualização é sempre e somente de responsabilidade da Campo Aberto. Isso será válido apesar de, sempre que nos for possível, ser nossa intenção apresentar a quem nos informou a versão que tencionamos inserir aqui, e corrigi-la e adaptá-la segundo as recomendações que recebermos.

Campo Aberto - associação de defesa do ambiente

Monte da Caverneira

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Mafalda Sousa
Espaço proposto por Câmara Municipal da Maia

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1915
Nome do espaço Monte da Caverneira
Freguesia Águas Santas
Concelho Maia

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,20; -8,58.

Rua do Mosteiro (Mosteiro de Águas Santas - Património Nacional Classificado) - direção da Rua Dr. António dos Santos

Limites





CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Área natural, Espaço verde
Área aproximada 20 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

O Monte da Caverneira é uma área que inclui uma antiga pedreira e conjuntos arbóreos. Constitui-se como uma importante área de suporte biofísico e paisagístico (ainda existem lebres no local). A Quinta da Caverneira situa-se num terreno elevado (o Monte da Caverneira), de onde se usufrui de ampla vista para a Serra da Agrela a nascente e sobre o vale do Leça a poente. O terreno da propriedade é um afloramento granítico por excelência. Situavam-se na sua envolvente imediata pedreiras de extração de granito amarelo. Os conjuntos arbóreos dentro da quinta incluem carvalhos, pinheiros mansos, loureiros, choupos, eucaliptos de jardim, camélias, azáleas, giestas, ericas, alfazemas, menta, rosmaninho, santolina, cidreira, camomila e salva.

Relevância social

As construções da Quinta da Caverneira estão localizadas numa plataforma à cota mais alta da propriedade e simultaneamente da freguesia, onde se encontra um marco geodésico assinalando 165 m de altitude. A casa que se crê da última década do século XIX é claramente exemplo da «Casa de brasileiro». Sabe-se ter sido construída por um industrial ligado ao têxtil. À data de aquisição da propriedade pela Câmara Municipal da Maia a casa encontrava-se desabitada há cerca de 10 anos e em avançado estado de degradação, quer pelo abandono quer pelo vandalismo. Foi decidido que aqui se iria implantar um centro cultural pluridisciplinar e da área contígua restante decidiu-se criar um parque verde de dimensões razoáveis para compensar o elevado índice de construção da envolvente.

A organização original da propriedade com um percurso central ladeado por camélias, a desembocar na Rua D. Afonso Henriques e descendo em escadaria pelos socalcos, com tanques de rega, moinho de vento e estufa, encontrava-se irreversivelmente perdida. Não havendo vestígios vegetais suficientes para recriar o jardim e quintal originais, optou-se por desenhar um jardim contemporâneo com referências ecléticas. A solução para vencer o terreno acidentado e granítico prende-se novamente com a criação de socalcos. Os novos muros de suporte têm capeamento de granito amarelo irregular de demolição.

Foi desenhado um novo percurso central que parte da casa da eira, descendo pelos socacos à imagem do anterior, detendo-se num espaço de estadia com bancos, que funciona como miradouro sobre o jardim mais extenso. Perpendicularmente a este, outros caminhos foram traçados, organizando todo o espaço e acedendo aos vários terraços ajardinados. Os jardins desenvolvem-se segundo dois conceitos: os jardins formais em frente às construções e estendendo-se até à via e as matas laterais de reminiscências românticas. Os terraços fronteiros são grandes espaços relvados.

A Quinta da Caverneira é já um espaço de lazer, onde funciona o Centro de Estudos da Ruralidade, o núcleo de investigação, a biblioteca/centro de documentação, auditório e sala de exposições. Está prevista na segunda fase da obra, ainda não executada, a criação de um parque infantil e de um parque de estacionamento.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

É propriedade pública, da Câmara Municipal da Maia (o monte e a quinta). Não pertence à Reserva Agrícola Nacional nem à Reserva Ecológica Nacional. É considerada uma área florestal atualmente degradada e zona limite de aglomerados dispersos, pelo que a CMM prevê a criação de um parque urbano neste local. No PDM da Maia, na carta de uso do solo, está classificado como «área florestal» e «espaço educativo».

Ameaças à preservação

O abandono dos terrenos, a pressão urbanística e industrial, a invasão de espécies exóticas, a deposição de lixos são as ameaças mais significativas.

Dinâmica local

O Monte da Caverneira é local para a prática recorrente de BTT.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Como possíveis utilizações propõe-se a requalificação do espaço pela transformação em parque público que inclua área de recreio e espaço desportivo (piscinas, por exemplo), cuidando, todavia, da preservação das suas qualidades enquanto ecossistema natural.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A Câmara Municipal da Maia e a Junta de Freguesia de Águas Santas poderiam ser parceiras na preservação deste espaço.

[Ir para o índice](#)

Quintas e campos agrícolas em Águas Santas

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Mafalda Sousa
Espaço proposto por Vasco Alexandre Lopes Bessa Soares

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1851
Nome do espaço Quintas e campos agrícolas em Águas Santas
Freguesia Águas Santas
Concelho Maia

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,20; -8,57.

A proposta inclui a Quinta da Granja situada a Norte da A4. Os outros campos agrícolas situam-se a Sul da A4, entre a Rua Manuel Francisco Araújo e a Rua dos Coriscosos.

Limites





CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Campos agrícolas, quintas
Área aproximada 19,4 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

São áreas agrícolas com manchas arborizadas, atravessadas por redes viárias estratégicas (A4) e inseridas em densa malha urbana. As áreas agrícolas são compostas por pequenos espaços fragmentados por bouças. As principais culturas agrícolas são o milho e o trigo, culturas extremamente produtivas que ocupam boa parte dos terrenos com aptidão agrícola. Alguns campos agrícolas surgem compartimentados por ramadas com vinha. Os espaços florestais existentes resumem-se a pequenas manchas ocupadas com eucaliptos e pinheiros-bravos, disseminadas na paisagem mais urbana e industrializada, compartimentando parcelas agrícolas. A Quinta do Castelo da Granja possui um belo jardim de buxo com japoneiras e azáleas seculares.

Relevância social

O milho e o trigo representavam, no passado, a tradição e a riqueza agrícola das terras de Águas Santas. Em algumas dessas terras ainda surgem os esqueletos do que foram grandes casas de quintas agrícolas. Um bom exemplo é a Quinta da Granja ou do Castelo da Granja, uma residência nobre rural do século XVIII. O núcleo inicial tem origens no século XVII. Possui uma capela barroca e um belo jardim de buxo com japoneiras e azáleas seculares. A referência mais antiga desta propriedade de Águas Santas é a data de 1793, que se encontra gravada na padieira de granito de uma das portas da casa. Depois de passar por diversos proprietários, a Quinta é comprada em 1877 pelo comerciante da baixa portuense Manuel Francisco d'Araújo, permanecendo desde então na posse da família dos atuais proprietários. Com a sua morte, o filho Manuel Francisco d'Araújo herda a propriedade, construindo mais tarde o torreão anexo à casa. Na sala de jantar abre o janelão envidraçado que comunica com a nova varanda de madeira e ferro, sendo o desenho das ferragens de Arte Nova, ao gosto da época.

Para a sua filha mais velha passar férias, constrói um edifício junto ao portão de entrada, em forma de castelo, onde não faltam as ameias em granito bem como janelas e portões ogivais, projetado pelo seu amigo e pintor portuense Xavier Pinheiro. Helena de Araújo Rosas da Silva, em 1948, herda de seus pais a propriedade onde já vivia há anos com o marido, Mário Rosas da Silva, e os seus nove filhos. No ano de 1965, a pedido do Bispo do Porto e face à extensão e densidade populacional da freguesia de Águas Santas, é aberta ao público a capela de S. Domingos, adaptada e aumentada utilizando para esse fim o piso térreo do Castelo. Adjacente ao Solar da Quinta da Granja, está uma capela particular construída no

século XVIII como devoção a Nossa Senhora da Piedade. O seu altar-mor, ladeado pelas imagens de S. Sebastião e do Sagrado Coração (em cujo lugar estava anteriormente a de Santo António, do século XVII), alberga no seu centro uma imagem de Nossa Senhora da Piedade, do século XVII, esculpida em castanho e em tamanho natural. É de autoria de Frei Cipriano da Cruz, mestre entalhador, cuja obra mais conhecida é a Pietá que se encontra no Museu Machado de Castro em Coimbra.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

Os terrenos agrícolas estão definidos como Reserva Agrícola Nacional. Na carta de uso do solo e carta florestal, estão classificados predominantemente como áreas de floresta, agrícolas ou agro-florestais, entremeadas com algumas áreas habitacionais.

Ameaças à preservação

O abandono da propriedade agrícola e a pressão urbanística são as principais ameaças a este espaço.

Dinâmica local

A Quinta do Castelo da Granja dedica-se a turismo rural e organização de festas e eventos.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Sendo a envolvente fortemente urbanizada e atravessada por redes viárias e ferroviárias importantes, a manutenção do carácter agrícola destes espaços ainda rurais seria fundamental para garantir o equilíbrio natural da paisagem, através por exemplo de hortas pedagógicas, incentivando desta forma a prática da agricultura biológica e a perpetuação das tradições rurais do concelho da Maia. A Quinta da Granja, sendo um espaço em bom estado de conservação, poderia ser aberto ao público, através de parceria com o município, em horário e condições a definir.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A Câmara Municipal da Maia e a Junta de Freguesia de Águas Santas poderiam ser parceiras na preservação deste espaço natural, mantendo-o longe da construção.

[Ir para o índice](#)



Mãe de Água

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Mafalda Sousa
Espaço proposto por Câmara Municipal da Maia

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1843
Nome do espaço Mãe de Água
Freguesia São Pedro de Avioso
Concelho Maia

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,29; -8,62.

A Norte do Parque de São Pedro de Avioso, seguir pela Rua do Património e EN318 e cortar na primeira à direita. Seguir o caminho de terra batida com atenção ao lado esquerdo.

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Área natural
Área aproximada 24 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

Numa encosta abrigada pelo Monte Grande ou Palmazão, nasce o Rio Almorode/Ribeira do Arquinho, no local denominado Mãe de Água, no extremo norte do Concelho da Maia. A água é puríssima, rebenta ali em borbulhões de areia por entre raízes dum carvalho secular. É um local de fácil observação de fauna e flora, típicas destes locais frescos e húmidos. Atualmente, esta Mãe d'Água está coberta por espécies infestantes. Estamos aqui na nascente da Ribeira do Arquinho. Os povoamentos florestais contínuos de maiores dimensões encontram-se com maior expressão nesta freguesia a norte do

concelho da Maia, por apresentar um relevo mais acentuado e solos de aptidão marcadamente florestal, sendo propriedade privada e encontrando-se em regime de monocultura intensiva. Constituem matéria-prima para as indústrias de papel, madeira e derivados.

A Ribeira do Arquinho, com uma bacia hidrográfica de 33 km² e um percurso de 11 km, também conhecida por Ribeira de Avioso ou Rio Almorode, nasce em S. Pedro de Avioso, passa pelas freguesias de Santa Maria de Avioso, Gondim, Barca, Vermoim, Nogueira, Gueifães, Milheirós e Águas Santas, e é o maior afluente do Leça e o maior curso de água que nasce no concelho da Maia. Até há umas dezenas de anos, a ribeira do Arquinho tinha uma biodiversidade de fauna e flora notável. As cheias de inverno tornavam os campos agrícolas das margens ainda mais produtivos, havendo um número significativo de moinhos ao longo do seu percurso. Outra atividade que girava à volta desta ribeira era a das lavadeiras da Maia, que lavavam as roupas nas águas do rio, antes do uso generalizado da máquina de lavar roupa.

A partir de finais da década de 1960, a industrialização e a pressão urbanística poluíram e afetaram negativamente o rio. Com o encerramento de algumas indústrias poluidoras e com as melhorias no saneamento básico na sua bacia, parece existir hoje uma recuperação dos ecossistemas, com o regresso dos peixes e de outra vida selvagem. No passado preponderariam os bosques dominados por carvalhos, com destaque para o carvalho-alvarinho, sobreiros, salgueiros e amieiros. Em solos inundáveis, preponderariam os bosques palustres dominados pelo amieiro e pelo salgueiro-negro.

As galerias ripícolas da ribeira do Arquinho representam importantes espaços para o equilíbrio dos ecossistemas. Apesar da baixa qualidade biológica da água e de haver ainda margens degradadas, os corredores ripícolas constituem um suporte importante de estrutura ecológica. No concelho da Maia os corredores ripícolas cobrem um total de 8,7 km. No estrato arbóreo destacam-se os choupos, os freixos e os amieiros, encontrando-se por vezes carvalhos; já ao nível do estrato subarbóreo existem salgueiros, vimeiros e as borrazeiras, entre outras espécies. No Parque de Avioso, atravessado pelo rio Almorode, observa-se a existência de aves como o cartaxo, o chapim, o gaio, o pisco-de-peito-ruivo, o corvo, o melro, a carriça, a pega e o verdelhão; de mamíferos como o coelho bravo; de répteis como o tritão, o lagarto de água e a salamandra; de peixes como o pimpão existente no lago do Parque; de insetos como o alfaiate, a libélula, o saltitão e a borboleta; de anfíbios como a rã-verde e o sapo comum. Há uma grande variedade de flora como o salgueiro, o carvalho, o sobreiro, o choupo, o chorão, o amieiro, o feto, a tábua, o sanguinho-de-água, o junco, a giesta, o tojo, a hera e os líquens.

Relevância social

Situado na freguesia de S. Pedro de Avioso, o corredor estratégico do Arquinho levou à criação do Parque de Avioso, numa extensão total de 30 hectares de espaço verde, composto por zonas de prado (45 000 m²) e zonas de relva (60 000 m²), atualmente aberto ao público.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

Desconhece-se o tipo de propriedade dos terrenos da nascente da Ribeira do Arquinho. Os corredores verdes associados à Ribeira do Arquinho, no concelho da Maia, estão integrados em Reserva Ecológica e Reserva Agrícola Nacional, assim como em domínio público hídrico. O Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável para o concelho da Maia estabelece a criação de corredores ecológicos ao longo do rio Leça e Ribeira do Arquinho. A nascente não está incluída em Reserva Ecológica Nacional ou Reserva Agrícola Nacional. O Parque de Avioso é um dos parques públicos da Câmara Municipal da Maia. Segundo a carta de usos do solo e a carta florestal do PDM da Maia, este local está abrangido por uma zona florestal na envolvente do Parque de Avioso.

Ameaças à preservação

Por ser o troço junto à nascente do rio Almorode, não está ameaçada pela elevada carga orgânica das águas existente em outros troços deste rio. A deposição de lixos junto à nascente é a ameaça mais premente.

Dinâmica local

O Complexo de Educação Ambiental da Quinta da Gruta (Maia) promove ações de educação ambiental nas margens da Ribeira do Arquinho, para o 1º, 2º e 3º ciclo e ensino secundário, especialmente nos troços mais a jusante. A limpeza e manutenção das margens da Ribeira do Arquinho (afluente do rio

Leça), assim como a requalificação de todo o seu percurso, é o grande objetivo do protocolo entre a Câmara Municipal da Maia e mais de uma dezena de instituições, assinado em junho de 2007 e com fim em 2011, enquadrado no Projecto de Despoluição do Rio Leça no Concelho da Maia.

Informação recolhida em abril de 2014 junto da CMM

- DAPGU - Departamento de Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana - Divisão de Ambiente

O projeto Corrente Rio Leça, que implica a despoluição do rio, prosseguiu para além de 2011 e mantém-se ativo.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Sendo áreas correspondentes a cursos de água com singularidades ambientais e paisagísticas, a proteção é indispensável pelo seu inquestionável valor. É prioritária a requalificação e renaturalização da Ribeira do Arquinho, desde a sua nascente. É também importante implementar ações de sensibilização junto da população, ações pedagógicas de educação ambiental nas escolas e promover o voluntariado em torno da despoluição da Ribeira do Arquinho.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

O município da Maia tem mostrado interesse no programa «Corrente Rio Leça – Limpo por todos. Limpo para todos», intervindo sobretudo no seu afluente principal: a Ribeira do Arquinho. Todos os parceiros envolvidos neste programa serão importantes para a gestão e preservação dos corredores fluviais associados a este curso de água.

[Ir para o índice](#)

para alimentar o gado. Existem algumas propriedades agrícolas de referência como a Quinta do Paço, entre outras.

Relevância social

O núcleo rural de Cidadelha é constituído por um conjunto de casas de lavoura que datam dos séculos XVIII e XIX. O topónimo de Cidadelha existe desde 1258 e deriva de Cividade (onde existiu um castro). A norte da freguesia de Santa Maria de Avioso, no lugar de Ferreiró, no monte do Senhor da Agonia, encontra-se uma capela setecentista com o mesmo nome. Desta capela, durante as festas do Senhor da Agonia, parte a procissão das velas do primeiro sábado de setembro até ao alto de Cidadelha e a procissão de domingo até à capela de S. José. A arte sacra é o cartaz de visita da freguesia e também deste lugar, representada pelos escultores Amálio Maia, José Ferreira Thedim e Filho, Martinho Sousa de Sá e Manuel Sá, entre muitos outros.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

Na carta de uso do solo do PDM da Maia, o local está classificado como área agrícola e área habitacional, com algumas áreas florestais. Parte dos terrenos incluídos neste núcleo rural e agrícola estão incluídos em área de Reserva Agrícola Nacional.

Ameaças à preservação

A maior ameaça é o abandono da propriedade agrícola e do património rural existente.

Dinâmica local

A Câmara Municipal da Maia, numa iniciativa do Pelouro do Turismo, organiza, desde 2003, vários circuitos de turismo interno, especialmente dedicados aos novos residentes, todos os terceiros sábados de cada mês, de manhã, acompanhados por um técnico do Turismo da Maia e num mínimo de 15 participantes. Os cidadãos podem assim conhecer diversos locais nobres do Concelho, como o núcleo de casas rurais de Cidadelha em Santa Maria de Avioso, entre muitos outros.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Pretende-se a preservação do valor paisagístico e patrimonial desta paisagem rural e agrícola, através por exemplo do restauro das casas agrícolas e prática da agricultura biológica como forma de manutenção dos espaços agrícolas e naturais e dinamização do turismo rural.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A Câmara Municipal da Maia e a Junta de Freguesia de Santa Maria de Avioso poderiam ser parceiros na gestão e preservação deste espaço.

[Ir para o índice](#)



Monte de Santa Cruz

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Fernando Dionísio
Espaço proposto por Câmara Municipal da Maia

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1788
Nome do espaço Monte de Santa Cruz
Freguesia Barca
Concelho Maia

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,25; -8,60.
Av. do Senhor de Santa Cruz.

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Área natural
Área aproximada 25,5 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

O monte de Santa Cruz é um lugar bastante edificado, de raiz antiga. A sua ascensão inicia-se do lado poente da encosta na Capela do Calvário até ao alto do monte pela Avenida Senhor Santa Cruz. A capela está envolvida por um adro pavimentado a cubinho de granito com alinhamentos de plátanos, carvalhos, plátanos e acer e enquadrada por um espaço relvado pontuado de árvores de porte

considerável. Do lado nascente do recinto domina a paisagem envolvente, sobre áreas agrícolas e florestais e sobre a malha habitacional. Os eucaliptos predominam na encosta íngreme do monte. No sopé, corre o rio Almorode.

Relevância social

É um local de culto e de romaria e espaço de lazer e miradouro. A Capela de Santa Cruz, datada de 1693, localiza-se já do lado nascente, na meia encosta (110 metros), numa cota inferior à rua, sendo que se acede a esta por um escadório descendente a partir da rua. A Capela de Santa Cruz caracteriza-se pela simplicidade neoclássica misturada com elementos tardo-barrocos na fachada principal (capitéis duplos nos cunhais e remates contracurvados do frontão e sineira).

A Capela possui uma planta longitudinal composta por nave e capela-mor retangulares, não existindo coincidência entre interior e exterior. Disposição horizontal das massas, com volumes escalonados e coberturas de duas águas. A fachada principal orientada a oeste é de um só pano, com pilastras nos cunhais encimados por pináculos. Embasamento marcado não proeminente, portal de verga reta, encimado por um frontão interrompido e sobrepujado por um óculo octagonal; ladeia-o vãos retangulares. A fachada é revestida a azulejo padronizado e rematada em empena truncada por campanário coroado por cruz latina. A fachada sul de dois panos apresenta a Capela do Calvário adossada. Ao centro do pano correspondente à nave, inscreve-se porta de verga reta sobrepujada por vão retangular. O pano da capela-mor apresenta porta de menores dimensões e vão de iluminação retangular. A Capela do Calvário apresenta fachada de granito com portal de arco pleno fechado por gradeamento estruturado em duas folhas. É rematada por medalhão profusamente decorado. Na fachada norte, de três panos, tem vãos de iluminação nos dois primeiros, e no terceiro porta de verga reta. A fachada este, com embasamento, é de dois panos correspondentes à capela-mor e à Capela do Calvário. No primeiro pano inscrevem-se dois vãos de iluminação sobrepostos, retangulares, de diferentes dimensões. As pilastras que delimitam o pano são rematadas por pináculos. Cruz latina no vértice. Na nave coro-alto com acesso por escadaria no subcoro do lado da Epístola, lambril de azulejos padronizados, e destituída de altares. Na capela-mor lambril de azulejos, andor com representação do Senhor dos Passos e altar-mor inscrito em capela que se encontra tratado como arco triunfal. Teto de perfil curvo com painéis de madeira representativos da Via Sacra e colocados simetricamente.

O Calvário é composto por seis capelas, situadas em ambiente periurbano, em destaque: 1 - Capela da Oração no Horto, a primeira do calvário, próxima da igreja matriz e inscrita em plataforma de cota mais elevada, à qual se acede através de escadas a este e sul; 2 - Capela da Prisão de Jesus, em planície, à face da estrada, tendo a oeste edifícios de habitação e a este campos agrícolas; 3 - Capela da Flagelação de Jesus, em destaque no sopé do Monte de Santa Cruz em elevação relativamente à cota da rua; 4 - Capela da Coroação de Espinhos, em outeiro, assente em soco, adossada a norte por muro; 5 - Capela da Condenação de Jesus, situada na plataforma mais elevada do Monte de Santa Cruz, isolada em destaque; 6 - Capela da Crucificação, sexta e última das capelas do Calvário, adossada à fachada sul da Capela do Senhor de Santa Cruz.

As capelas apresentam a mesma estrutura: planta quadrada, com coincidência entre o interior e o exterior, massa simples, cobertura de três águas rebocadas. Fachadas principais em granito aparente, com vão em arco de volta perfeita formando frontão interrompido por cartela com elementos decorativos; ladeiam-no dois plintos quadrangulares, encimados por elemento terminal em fogaréu (Capela de Oração no Horto) ou pinha (Capelas da Prisão de Jesus, da flagelação, da coroação e condenação). Porta de duas folhas, em ferro chapeado com vãos de iluminação gradeados. As restantes fachadas são de um só pano, rebocadas e com cornija em granito aparente. Os interiores das capelas são abobadados. A Capela da Oração no Horto apresenta escadaria de acesso a sul de forma circular, e rectangular a de este. No muro que flanqueia a fachada principal inscrevem-se duas pilastras rematadas por fogaréis. Na cartela insere-se um cálice de alto relevo, sobrepujado por uma concha e ornamento de motivos vegetais. Interior integralmente preenchido por supedâneo sobre o qual assentam três imagens de barro figurando Cristo orando e dois Apóstolos dormindo.

Na Capela da Prisão de Jesus, orientada a norte, a cartela é sobrepujada por uma concha, inserida em acrotério. Interior integralmente preenchido por supedâneo sobre o qual assentam três imagens de barro figurando Jesus preso, um centurião romano e Judas representado com a bolsa das trinta moedas.

A Capela da flagelação, orientada a norte, possui a cartela sobrepujada por uma concha, inserida em acrotério. No interior, assentam sobre supedâneo cinco imagens de barro figurando Jesus flagelado e quatro centuriões romanos. A Capela da Coroação de Espinhos, orientada a oeste, possui cartela sobrepujada por uma concha, inserida em acrotério. Interior integralmente preenchido por supedâneo sobre o qual assentam quatro figuras em barro figurando Jesus coroado de espinhos, em escultura de pequenas dimensões, e três centuriões romanos de grandes dimensões. A Capela da Condenação de Jesus, orientada a este, possui igualmente cartela sobrepujada por uma concha, inserida em acrotério. Interior integralmente preenchido por supedâneo sobre o qual assentam duas figuras de barro figurando Jesus e Pilatos. A Capela da Crucificação é diferente, tendo planta retangular, adossada a norte à capela do Senhor de Santa Cruz. Fachada orientada a sul, composta em portal de arco pleno fechado por gradeamento de duas folhas. Remate em cartela profusamente decorada. Interior com imagem de barro figurando Cristo Crucificado, São João e a Virgem.

Duas semanas antes da Páscoa, celebra-se o Senhor dos Passos, com a procissão a sair da Igreja Matriz em direção ao cimo do Monte. No percurso, atravessa as diversas capelinhas dos passos do século XVIII, que vão conduzindo os fiéis pela encosta acima. Durante a caminhada, dá-se o encontro entre o Senhor dos Passos e a Nossa Senhora do Encontro, na capelinha do Encontro, juntando-se as duas imagens em direção à capela do Senhor de Santa Cruz, que já conta três séculos. A outra festividade, o Senhor de Santa Cruz, ocorre na segunda semana de Setembro. A procissão sai da capela com o mesmo nome, desce a encosta e inverte o seu percurso no largo do Gestalinho, voltando à capela de Santa Cruz. Esta romaria estende-se ao longo de quatro dias, com animação. O Senhor dos Passos veste-se de roxo, enquanto o Senhor da Santa Cruz, de vermelho. Ambos recolhem as «arreguas» no fim da procissão. Diz a lenda que, se assim não for, os povos da freguesia vizinha de Vermoim podem vir «roubá-lo». Esta tradição tem origem no tempo em que Barca ainda não era freguesia e pertencia a Vermoim. A sul da capela, adossada a ela, encontra-se uma Estação do Calvário.

O Monte de Santa Cruz constitui um local de culto e romaria popular. Durante as festas do Senhor dos Passos promove-se a Procissão do Encontro entre a Capela de Nossa Senhora do Encontro e a capela de Santa Cruz. Existem vestígios arqueológicos no local. Trata-se de um possível povoado de altura (um crasto). Neste local foi recolhida parte de um dormente de uma mó de reboło, depositada no Museu de História e Etnologia da Terra da Maia.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

O povoado do Monte de Santa Cruz tem um perímetro de proteção arqueológica estabelecido. Parte dos terrenos encontra-se em Reserva Agrícola Nacional.

Ameaças à preservação

Encontra-se ameaçado pela presença de infestantes (acácias) e pela pressão urbanística, com construções na encosta.

Dinâmica local

Na envolvência, existem o Bar S.C. Sr. Santa Cruz, Escola EB1/JI de Santa Cruz e Lions Club. No acesso à capela, existem algumas casas rurais, abastadas mas descaracterizadas. Realizaram-se neste monte festivais de folclore integrados nas Festas do Senhor de Santa Cruz (2005 e 2007).

Possíveis intervenções futuras de preservação

Como intervenções possíveis para a sua preservação, sugerem-se a eliminação das espécies exóticas (acácias e eucaliptos), plantação de espécies autóctones (folhosas), despoluição do rio Almorode, fiscalização mais eficiente da construção ilegal na envolvente do monte.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

Como parceiros na preservação deste espaço, sugerem-se a Câmara Municipal da Maia e a Junta de Freguesia de Barca.

[Ir para o índice](#)



Núcleo rural de Mandim

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Fernando Dionísio e Mafalda Sousa
Espaço proposto por Câmara Municipal da Maia

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1913
Nome do espaço Núcleo rural de Mandim
Freguesia Barca
Concelho Maia

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,25; -8,62.

Seguir pela EN14 na direção Matosinhos/Maia, chegar à Rotunda da EN14 junto à Decathlon, virar à esquerda e seguir na direção de Mandim.

Limites





CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Quintas e campos agrícolas
Área aproximada 53,2 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

É um antigo núcleo rural remanescente do processo de expansão urbana, com casas agrícolas, de lavoura e campos agrícolas. Encontra-se próximo de uma linha de água, o Ribeiro do Chiolo/Ribeira de Mandim que nasce em Gemunde, associada a alguma vegetação ripícola remanescente, apesar das margens mal conservadas. A par da Ribeira de Silva Escura, é dos principais afluentes do rio Almorode/Ribeira do Arquinho. Ainda subsistem alguns caminhos rurais, mas as ramadas desapareceram.

Relevância social

Existem várias casas rurais, algumas restauradas e descaracterizadas. As mais genuínas em estilo arquitetónico estão abandonadas e em acelerada ruína. Os campos só em parte estão cultivados, outros estão em avançado estado de abandono. A origem desta povoação remonta, pelo menos, ao século XVI. Pelas características naturais do local, a ocupação humana pode ser mais antiga, talvez do período romano: em Mandim, há passagem de uma via romana que ligava Braga (Bracara) ao Porto (Cale) e seguiria depois pelos limites das freguesias de Barca e Moreira, atravessando a EN Porto-Braga. A povoação tem acesso à Linha Verde do Metro do Porto, através de uma estação.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

São terrenos de propriedade privada. O núcleo rural de Mandim inclui áreas agrícolas e florestais, segundo a Carta Florestal e a planta de uso do solo do PDM da Maia. Parte dos campos agrícolas do núcleo rural de Mandim estão incluídos em Reserva Agrícola Nacional.

Ameaças à preservação

Está ameaçado pelo abandono/descaracterização da propriedade agrícola e património rural e pela pressão urbanística.

Dinâmica local

Desconhecem-se atividades ou associações com dinâmica local.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Pretende-se a preservação do valor paisagístico e patrimonial desta paisagem rural e agrícola, através por exemplo do restauro das casas agrícolas, prática da agricultura biológica como forma de manutenção dos espaços agrícolas e naturais. Preserva-se assim como espaço verde natural inserido em tecido urbano consolidado.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A Câmara Municipal da Maia e a Junta de Freguesia de Barca poderiam ser parceiros na gestão e preservação deste espaço.

[Ir para o índice](#)



Monte Gonçalão

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Ana Rita Assunção e Vítor Silva
Espaço proposto por Câmara Municipal da Maia

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

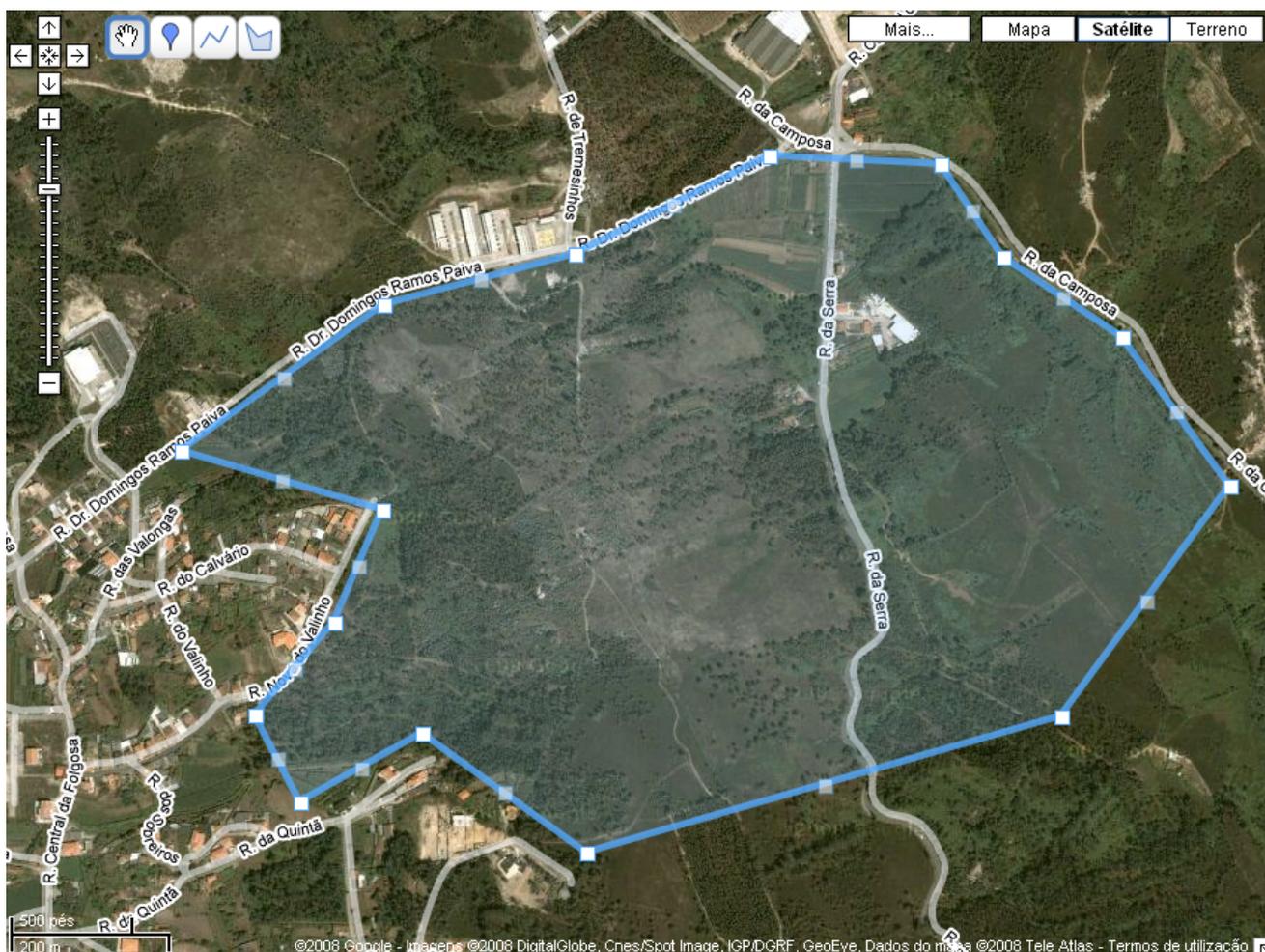
Código ID 1781
Nome do espaço Monte Gonçalão
Freguesias Folgosa e S. Pedro de Fins
Concelho Maia

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,27; -8,54.

Na proximidade do Monte S. Miguel-o-Anjo. É delimitado pela Rua da Serra e Rua Dr. Domingos Paiva.

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Mata
Área aproximada 70 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

É uma zona elevada (220 metros de altitude) de manchas florestais, dominadas pelo eucalipto e pelo pinheiro-bravo com outras espécies (folhosas) junto a várias linhas de água. Este monte situa-se a nascente do núcleo urbano de Folgosa e a Norte do Monte S. Miguel-o-Anjo, formando o conjunto um maciço rochoso contínuo. O monte Gonçalão integra o antigo Vale do Coronado, entre Maia e Trofa, sendo este formado por terrenos de aluvião e atravessado pela Ribeira da Mamoá, especialmente vocacionados para a prática da agricultura. Sendo o monte Gonçalão uma elevação de terreno na proximidade de um vale agrícola, poderia ter tido no passado a função de barreira natural de proteção ao vale do Coronado. Atualmente é abundante a vegetação rasteira e evidente a pouca diversidade de espécies arbóreas.

Relevância social

É um espaço de referência turística da freguesia, embora não haja evidências de ser utilizado como espaço de lazer e convívio pelas populações ou ter uma função religiosa.

Direitos de propriedade e condicionalismo dos planos de ordenamento do território

São terrenos privados e baldios. No PDM da Maia, está classificado como área de «Transportes e Comunicações e Espaço Florestal». Está integrado na Reserva Ecológica Nacional em toda a sua extensão.

Ameaças à preservação

Encontra-se ameaçado pelo abate de árvores, a proliferação das espécies exóticas (como o eucalipto), a deposição ilegal de lixos e os fogos florestais.

Dinâmica local

Não se conhecem atividades ou associações de dinâmica local.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Este espaço poderia ser valorizado através da eliminação das espécies exóticas, plantação de espécies autóctones, criação de zonas pedonais e ciclovias e depois reconversão num grande espaço verde de utilização pública em conjunto com o Monte S. Miguel-o-Anjo, dada a localização próxima de um núcleo urbano. A função de barreira natural à prática agrícola deverá ser mantida e conservada. Existe uma proposta da Câmara Municipal da Maia para a criação de um espaço verde de utilização coletiva, com carácter de recreio e lazer, no Monte Gonçalão, na linha do que tem vindo a ser desenvolvido pela Câmara Municipal. Propõe-se a concretização de alguns dos projetos já elaborados de espaços verdes.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A Câmara Municipal da Maia, as Juntas de Freguesia de S. Pedro de Fins e Folgosa deveriam ser parceiros na gestão e preservação deste espaço.

[Ir para o índice](#)



Terrenos florestais junto ao Aeródromo Municipal de Vilar da Luz

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Ana Rita Assunção e Vítor Silva
Espaço proposto por Câmara Municipal da Maia

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1931
Nome do espaço Terrenos florestais junto ao Aeródromo Municipal de Vilar da Luz
Freguesia Folgosa
Concelho Maia

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,27; -8,52.
EN105-2 entre Vilar da Luz (onde se designa Rua de Vilar da Luz) e Guimarei (Santo Tirso). Esta estrada dá acesso ao Aeródromo Municipal de Vilar da Luz.

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Área natural, Espaço verde
Área aproximada 220 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

Esta área inclui grandes manchas florestais na envolvente do Aeródromo Municipal de Vilar da Luz, importantes na unidade de paisagem envolvente, sobretudo do ponto de vista orográfico. A vegetação predominante é o eucalipto (90 por cento), pinheiro (10 por cento), silvas, fetos, vegetação rastejante diversa. Alguns baldios não têm qualquer utilização. Existem caminhos corta-fogo e pequenas linhas de água.

Relevância social

A área é utilizada para produção florestal, servidão do aeródromo municipal e prática de desportos motorizados, nomeadamente Moto4. Confirmou-se no local que os percursos em terra batida são também utilizados por ciclistas. A zona é um local de prostituição assídua.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

Os terrenos são públicos e privados. Alguns são baldios. No PDM da Maia, a área está reservada a «Transportes e Comunicações» e «Espaço Florestal», pertencente em parte à Reserva Ecológica Nacional. No Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Maia prevê-se a criação de espaços verdes de enquadramento e integração paisagística de equipamentos como o aeródromo municipal, mas não se referem prazos quanto à sua execução.

Ameaças à preservação

Este vasto espaço florestal está ameaçado pelo abandono dos terrenos, pela poluição da água ou do solo devido a eventuais contaminações devido às operações de manutenção das aeronaves (oficinas, etc.), abate de árvores, pela deposição ilegal de resíduos e sobretudo pelos fogos florestais.

Dinâmica local

Excetuando a utilização do aeródromo, desconhecem-se outras atividades ou associações de dinâmica local.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Para intervenções futuras, sugerem-se a valorização dos espaços interiores do aeródromo que se encontram semi-abandonados, sem locais propícios de lazer, com excepção do espaço envolvente ao parque das aeronaves e do café/escritórios; a criação de um parque público ou de manutenção para a prática de desporto, aproveitando equipamentos já existentes (parque de merendas, café, parque de estacionamento) e a definição de percursos pedonais e cicláveis, conciliando diferentes atividades de lazer e de contacto com a natureza compatíveis com a manutenção da densidade arbórea e a utilização do aeródromo existente. O aeródromo poderia funcionar assim como elemento dinamizador de toda a área envolvente, pelo que, em conjunto com a implementação de estratégias de desenvolvimento e valorização do aeródromo, faria sentido realizar ações de melhoria do espaço envolvente, desde a limpeza do entulho até ao arranjo e marcação dos caminhos de terra existentes para percursos pedonais.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A Câmara Municipal da Maia, a Junta de Freguesia de Folgosa e empresas de exploração das atividades de lazer no espaço do aeródromo deveriam ser parceiras na gestão e preservação daquele espaço florestal.

[Ir para o índice](#)



Parque Germano Vieira

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por António Castro Machado Pereira
Espaço proposto por Câmara Municipal da Maia

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1912
Nome do espaço Parque Germano Vieira
Freguesia Gueifães
Concelho Maia

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,21; -8,61.

Seguir pela Rua de Santana, contornar a Rotunda de Gueifães (Praceta D'El Espinar) e seguir depois pela Avenida Germano Vieira. O espaço localiza-se do lado direito, na Rua do Arco.

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Espaço verde, área natural, campos agrícolas
Área aproximada 8 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

Apesar da designação de «parque», este espaço não se encontra (ainda) constituído como tal. A designação foi usada pelo proponente para indicar possivelmente a intenção da sua criação a curto/médio prazo.

Inclui terrenos com conjuntos arbóreos, sobretudo pinhal, e alguns campos agrícolas. É atravessado por uma linha de água que desagua na Ribeira do Arquinho, com terrenos pantanosos na sua envolvência. As espécies de fauna predominantes incluem aves (melro-preto, tordeia, pica-pau-malhado, estorninho-preto, gaio-comum, poupa, pega-rabuda, pisco-de-peito-ruivo, rabirruivo-preto, coruja do mato, mocho galego, pardal-comum, carriça, cartaxo-comum, toutinegra-dos-valados, toutinegra-de-barrete, andorinha-dos-beirais, garça-boieira, pombo-doméstico, rola-turca, verdilhão), anfíbios (rã-verde, sapo-parteiro-comum, rã-ibérica, salamandra-de-pintas-amarelas), répteis (lagartixa-dos-muros, licranço), mamíferos (raposa), insetos (inseto-pau, grilos, borboleta-da-couve, borboleta-almirante-vermelho). As espécies de flora predominantes incluem eucaliptos, pinheiros-bravos, fetos, carvalhos, tábuas, plátanos e choupos.

Relevância social

Não existem elementos de património ou relevância social.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

Pensa-se que é propriedade privada, dos Sr. Quelhas e Sr. Campaínhas (proprietário da Casa do Arco). De acordo com o proponente, possui um importante valor paisagístico e ambiental, estando, por isso, atualmente, integrado em áreas de RAN e REN.

Ameaças à preservação

Este espaço está ameaçado pela pressão urbanística, a poluição das águas e solos, a deposição ilegal de lixos e a presença de espécies invasoras.

Dinâmica local

Não se conhecem atividades ou associações de dinâmica local.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Propõem-se a valorização ambiental do local, a despoluição de ribeiros e margens, a criação de um parque de lazer, a definição de percursos pedonais e cicláveis, a criação de um parque de manutenção, a instalação de uma quinta pedagógica com incentivo à agricultura biológica. O proponente refere-se à sua utilização futura como parque verde de uso coletivo com áreas de recreio, espaço lúdico e desportivo, que inclui pista de bicicleta, parques infantis, polidesportivos de rua e mini-campo de futebol.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A Câmara Municipal da Maia e a Junta de Freguesia de Gueifães poderiam ser parceiros na preservação deste espaço.

[Ir para o índice](#)



Núcleo de moinhos do Arquinho

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Mafalda Sousa
Espaço proposto por Câmara Municipal da Maia

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1842
Nome do espaço Núcleo de Moinhos do Arquinho
Freguesia Milheirós
Concelho Maia

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,21; -8,60.

Seguir pela Via Norte, Av. Dr. Germano Vieira (Gueifães), seguindo a Av. Comendador Carlos Ferreira da Silva (Gueifães), até à Rua do Arco e Rua Nova do Arquinho. Uma outra panorâmica pode ser vista da Rua Luís da Silva Neves (Milheirós).

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Área natural
Área aproximada 11,5 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

A Ribeira do Almorode, com uma bacia hidrográfica de 33 Km² e 11 km de percurso, nasce na freguesia de S. Pedro de Avioso (no atual Parque de Avioso) e passa pelas freguesias de Santa Maria de Avioso, Gondim, Barca, Vermoim, Nogueira, Gueifães, Milheirós e Águas Santas, onde vai desaguar no rio Leça. A ribeira de Almorode, ao longo do seu percurso, toma o nome das localidades por onde passa. Assim, as populações locais conhecem-na como o rio do Moutelo, o rio de Calquim, o rio de Porto Bom ou

Varredouro, o rio das Levadas e o rio do Arquinho. Segundo relatos de alguns habitantes, esta ribeira encontrava-se cheia de peixes há 40 anos atrás, que foram desaparecendo devido a descargas feitas por algumas indústrias. A ribeira, ainda hoje bastante poluída, mantém, mesmo assim, uma boa galeria ripícola, composta essencialmente por amieiros e salgueiros. Nas margens da linha de água existem baldios com vegetação rasteira e terrenos agrícolas seguidos de manchas de eucaliptais. Ao longo de todo o percurso da ribeira, podem ainda encontrar-se carvalhos, sobreiros, choupos, salgueiros-chorões, fetos, tábuas, sanguinhos-de-água, juncos, giestas, tojos, heras e líquenes. Da fauna existente, destaca-se ao longo desta ribeira, a presença de aves como o cartaxo, o chapim, o gaio, o pisco-de-peito-ruivo, o corvo, o melro, a carriça, a pega e o verdelhão; de mamíferos como o coelho bravo; de répteis como o tritão, o lagarto de água e a salamandra; de peixes como o pimpão; de insectos como o alfaiate, a libélula, o saltitão e a borboleta; de anfíbios como a rã-verde e o sapo comum.

Relevância social

O Núcleo do Arquinho é formado por um conjunto de moinhos e casas rurais, localizados no lugar do mesmo nome, atravessados pela ribeira de Almorode (aqui designada por ribeira do Arquinho), uma nascente de água e um lavadouro público. Existem duas pontes (pedonal e viária), entre outros pormenores de interesse. Os moinhos não são característicos apenas da freguesia de Milheirós. Ao longo de todo o percurso da ribeira, para montante, encontram-se vários moinhos que estão desativados, como por exemplo, o de Moutelo (S. Pedro de Avioso), os de Calquim e Porto Bom (Gondim) e os da Várzea (Vermoim).

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

Está integrado em área agroflorestal e também residencial, segundo a carta florestal e de uso do solo do PDM da Maia. Parte dos terrenos está incluída em Reserva Ecológica e Reserva Agrícola Nacional.

Ameaças à preservação

A malha urbana de grande concentração de habitação, comércio e indústria cresceu em direção à ribeira do Arquinho, dispondo-se muito próxima do núcleo de moinhos e casas rurais ali existente. É evidente a poluição das águas e margens da ribeira, a deposição de lixos e a degradação das casas rurais e dos próprios moinhos.

Dinâmica local

Têm decorrido várias ações de limpeza e educação ambiental nas margens da Ribeira de Almorode, em toda a extensão do seu percurso.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Existe já um projeto para a requalificação da envolvente aos moinhos do lugar do Arquinho na ribeira com o mesmo nome, da responsabilidade da consultora WSAtkins e da Câmara Municipal da Maia. Pretende-se a recuperação dos moinhos e do pontão, associado a um conjunto de socacos e taludes, a requalificação ambiental da ribeira através de ações de limpeza e desassoreamento, a despoluição das águas, assim como estabilização e restabelecimento da galeria ripícola associada. Está ainda prevista a construção de uma área de estacionamento, de acesso ao local. Outras intervenções seriam a aposta na agricultura biológica como sistema de apoio à agricultura tradicional, a criação de percursos pedonais temáticos, numa perspetiva de valorização dos recursos paisagísticos e biofísicos (bacia do ribeiro do Arquinho, pontos de vista panorâmicos, parques verdes urbanos); do património edificado (moinhos, engenhos de água, quintas pedagógicas e agrícolas); do ambiente rural (recuperação dos caminhos tradicionais), como descreve o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do concelho da Maia.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A Câmara Municipal da Maia, a Junta de Freguesia de Milheirós (e de todas as freguesias atravessadas pela Ribeira de Almorode/Ribeira do Arquinho) deveriam ser parceiras na gestão e preservação integradas desta linha de água.

[Ir para o índice](#)

Monte Penedo

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Joana Vieira e Catarina Leitão
 Espaço proposto por Câmara Municipal da Maia

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

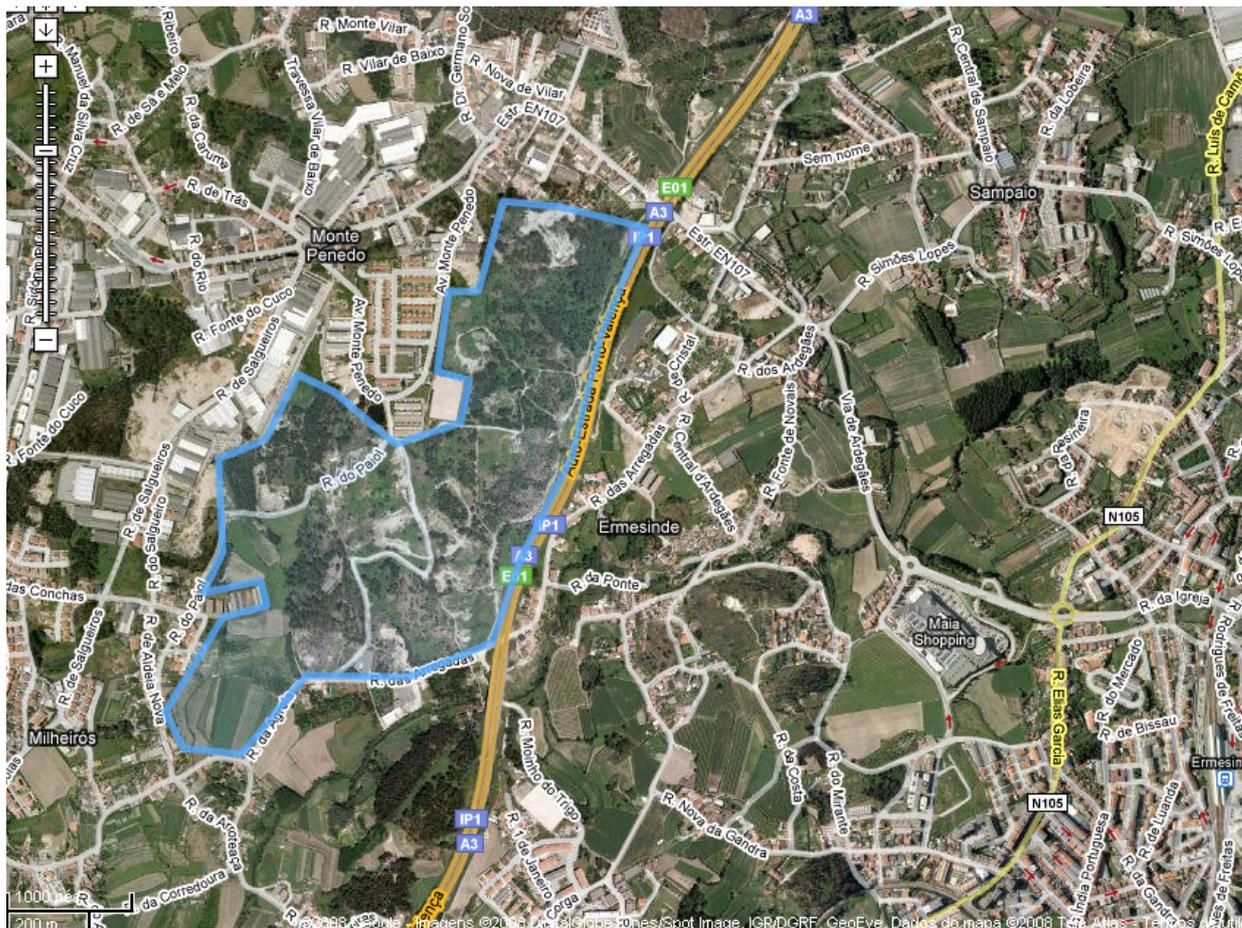
Código ID 1916
 Nome do espaço Monte Penedo
 Freguesia Milheirós
 Concelho Maia

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,22; -8,58.

Seguir pela EN107 em direção a Ermesinde e na rotunda com a Rua Dr. Joaquim Nogueira dos Santos seguir em direção à Avenida Monte Penedo.

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Área natural, espaço verde

Área aproximada 58,4 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

É uma área muito extensa e atualmente degradada como resultado da antiga exploração mineira. Inclui áreas arborizadas (sobretudo de pinheiro e eucalipto) e de significativo impacto junto a infra-estruturas existentes (A3).

Relevância social

Os terrenos têm sido utilizados para a exploração de pedreiras. O Monte Penedo tem sido frequentemente invadido por cães vadios. Nele, há cerca de dois anos, instalou-se um canil ilegal, que ameaçava a saúde pública na imediação do espaço em causa. Em Maio de 2008, o canil foi desmantelado e transplantado para outro terreno, por intermédio da Câmara Municipal da Maia. Os pedreiros do Monte Penedo eram uma das profissões mais importantes e tradicionais da freguesia de Milheirós.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

É mata de propriedade pública. Está classificada como «área agro-florestal» de acordo com o PDM da Maia. Parte está integrada em Reserva Ecológica Nacional.

Ameaças à preservação

Este espaço tem sido ameaçado pelo abandono, deposição de lixo e entulhos, pressão urbanística e poluição de solos devido à exploração dos granitos em pedreiras.

Dinâmica local

É utilizado como espaço de lazer e convívio por causa de um campo de futebol existente. É local para uma festa da «francesinha» e de provas regulares do campeonato de BTT dos Jogos Interfreguesias da Câmara Municipal da Maia. Algumas escolas têm realizado ações de educação ambiental no local.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Tendo sido um local de exploração de pedreiras, a área precisa de ser requalificada ambientalmente para depois ser criado um parque verde público. Propõe-se ainda a criação de um parque desportivo que inclua percurso pedonal, circuito de manutenção, campo de futebol, etc. para dinamização do espaço depois de intervencionado.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A Câmara Municipal da Maia e a Junta de Freguesia de Milheirós poderiam ser parceiras na gestão e preservação do espaço em causa.

[Ir para o índice](#)



Parque da Vessada

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Mafalda Sousa
Espaço proposto por Câmara Municipal da Maia

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1919
Nome do espaço Parque da Vessada
Freguesia Milheirós e Gueifães
Concelho Maia

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,22; -8,59.

EN 14 direcção Sul/Norte. Sair na primeira entrada para a Maia, em direcção à Rotunda do Lavrador. Seguir pela Rua 5 de Outubro, dirigindo-se para o lugar de Enxinhães.

Limites





CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Área natural, Espaço verde
Área aproximada 60 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

É uma área natural atravessada pela Ribeira do Arquinho, localizando-se aí um antigo moinho (parcialmente em ruínas). O espaço do parque apresenta uma elevada importância paisagística. É composto por terrenos agrícolas, eucaliptais e baldios, atravessados pela Ribeira do Arquinho (limitada em partes do seu troço, por muros de pedra de granito) e sua frondosa galeria ripícola (amieiros, salgueiros, freixos e choupos brancos), existindo também no local um moinho em ruínas. Existem alguns carvalhos.

Relevância social

Existem alguns moinhos abandonados. A travessia da linha de água realiza-se através de uma pequena ponte de pedra, que permite a passagem da clareira agrícola para a zona florestada e vice-versa. Na envolvente destaca-se essencialmente uma zona industrial.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

Atualmente, integra áreas de Reserva Ecológica Nacional e maioritariamente Reserva Agrícola Nacional. Desconhece-se a situação deste espaço em relação ao PDM da Maia.

Ameaças à preservação

Encontra-se ameaçado pela poluição da Ribeira do Arquinho e abandono de campos agrícolas que favorecem atualmente a deposição de lixo nas margens.

Dinâmica local

Neste momento, os terrenos são aproveitados para uso agrícola, mas pretende-se que no futuro tenha uso recreativo, cultural e desportivo, de acordo com as intenções da Câmara Municipal da Maia.

Possíveis intervenções futuras de preservação

A Câmara Municipal da Maia e a consultora WSAtkins realizaram um estudo para a Regularização Fluvial e Valorização Paisagística e Ambiental do Rio Leça e da Ribeira do Arquinho, no qual se inclui o Parque da Vassada. Prevê-se a utilização pública do parque que também inclui a requalificação das margens do Ribeiro, para além dos usos recreativo, cultural e desportivo. A zona desportiva integra percursos pedonais, pista de cicloturismo, campos de futebol, parque infantil, etc. Preveem-se ainda a

implementação de hortas pedagógicas, a recuperação dos moinhos, a gestão e manutenção da mata existente, e o aproveitamento da linha de água para a criação de um lago.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A Câmara Municipal da Maia, as Juntas de Freguesia de Milheirós e Gueifães podem ser parceiros na gestão e preservação deste espaço. As escolas locais poderão integrar programas de educação ambiental e de incentivo à prática de agricultura biológica.

[Ir para o índice](#)



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Quinta, jardim privado, espaço verde
Área aproximada 21,2 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

A Quinta do Mosteiro, situada no Alto do Padrão da Maia, a uns escassos 100 metros da EN13 em Moreira, é um exemplo das grandes propriedades com tradições agrícolas do concelho da Maia, aliadas à religiosidade imposta pelo mosteiro na sua envolvência. A quinta centenária do Mosteiro de Moreira da Maia alberga relvados, japoneiras, buxos, laranjeiras, canteiros floridos, lagos e um imponente tanque de pedra.

Relevância social

Os primeiros registos históricos relativos ao Mosteiro de S. Salvador de Moreira, fundado pela Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, datam de há mais de mil anos. Nos primeiros tempos, o Mosteiro foi misto de frades e freiras mas essa situação terminou em 1162, quando as freiras foram transferidas para o Convento de São Cristóvão, em Rio Tinto.

Nos finais do século XVI, estando o Mosteiro primitivo já muito degradado, deu-se início à construção dos atuais edifícios da Igreja de S. Salvador de Moreira e da Casa da Quinta do Mosteiro, trabalhos que se dariam por terminados em 1622. No século XIX, a Casa e a Quinta do Mosteiro foram separadas da Igreja (hoje Igreja Paroquial de Moreira da Maia) e vendidas à família do Desembargador Vieira de Castro, cuja viúva as vendeu por sua vez em 1874 a D. Rita de Moura Miranda, viúva do tribuno liberal, José Estevão Coelho de Magalhães. Seu filho, o Conselheiro Luís de Magalhães, estadista e um dos intelectuais da «geração de 70», aí viria a estabelecer a sua residência nos últimos anos do século XIX, e durante a sua vida muitos vultos da vida cultural e política portuguesa passaram pela Quinta do Mosteiro, que foi mesmo imortalizada por Eça de Queirós numa das Cartas de Fradique Mendes, sob o nome de Quinta de Refaldes. A Casa e a Quinta do Mosteiro são hoje propriedade de descendentes.

A Igreja de S. Salvador de Moreira encontra-se ao fundo de uma alameda, à esquerda, de face voltada para um espaçoso terreiro com árvores ornamentais de ambiente repousante. A fachada barroca da igreja, de talha análoga à igreja do Mosteiro de Grijó, da mesma ordem, é regrada e insípida, mas o interior tem relativa grandeza e dignidade. O valor da obra vê-se na cobertura de pedra da galilé e sobretudo no amplo arco abatido que suporta o coro. A nave, de abóbada cilíndrica, de caixotões de

granito (162), tem apreciável envergadura e altura (mais ou menos 12 por 20 metros). A cabeceira da abóbada também cilíndrica é toda revestida de azulejos. O cadeiral, o retábulo de talha do altar e o teto de castanho da sacristia acusam a passada riqueza dos cônegos.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

É propriedade privada das famílias Sottomayor e Vanzeller. Na carta de usos do solo do PDM da Maia, a Quinta do Mosteiro está definida como equipamento religioso (a área do Mosteiro) e áreas agrícolas e agroflorestais (a quinta propriamente dita). A Câmara Municipal da Maia define a Quinta do Mosteiro como um jardim/parque a propor, segundo a carta dos espaços verdes do concelho. A prática e a tradição agrícola desta quinta justificam a sua integração em Reserva Agrícola Nacional. O conjunto constituído pela Igreja e Casa do Mosteiro de S. Salvador de Moreira está em vias de classificação pelo IPPAR desde 1995.

Ameaças à preservação

Sendo uma propriedade de grande extensão, há o risco do abandono da prática agrícola. Existe também a ameaça da pressão imobiliária, evidente sobretudo nas imediações da quinta e do seu mosteiro.

Dinâmica local

A quinta serve para a realização de eventos empresariais e sociais.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Esta quinta poderia manter o seu carácter rural, com prática da agricultura tradicional da região e incentivo à agricultura biológica. A abertura ao público poderia ser considerada, em horário a definir, para visitas a grupos, enquadrada nos percursos pedonais urbanos do concelho da Maia.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

Os atuais proprietários da Quinta do Mosteiro, a Câmara Municipal da Maia, a Junta de Freguesia de Moreira da Maia e o IPPAR poderiam ser parceiros na preservação desta quinta.

[Ir para o índice](#)



Monte Senhora da Hora

ENQUADRAMENTO DA CAMPANHA

Ficha preenchida por Fernando Dionísio
Espaço proposto por Câmara Municipal da Maia

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1785
Nome do espaço Monte Senhora da Hora
Freguesia Nogueira da Maia
Concelho Maia

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,24; -8,58.

Situa-se no lugar de Barroso. Acede-se ao monte seguindo pela estrada de Parada/São Romão do Coronado, pela Rua Prof. Dra Laurinda Dias da Silva e por um escadório que apontam para a escola e para a capela.

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Área natural, espaço verde
Área aproximada 9,5 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

Constitui um espaço de miradouro e romaria a Nossa Senhora da Hora, situado à cota de 100 m, num espaço sobranceiro à A42. Antigamente, era uma extensa zona de mato, tojo e giestas. Em 2005 foi alvo

de um projeto de requalificação, os espaços foram devidamente ordenados, com caminhos de pedra, vegetação criteriosamente escolhida para as características do terreno, bancos para as pessoas desfrutarem dos espaços e pequenos jardins geometricamente traçados. O escadório é ladeado por uma alameda de choupos com plantações herbáceo-arbustivas que surgem alternadamente com cruzeiros e capela alusivos aos últimos passos da Via Sacra. Culmina o escadório no adro da igreja, pavimentado a cubo de granito e rodeado por *Magnolia soulangeana*. Existe ainda uma plataforma pavimentada com bancos que funciona como miradouro em direção ao mar, com áreas habitacionais e resquícios de áreas agrícolas em primeiro plano. O cimo do monte mantém ainda o seu aspeto natural; entre os afloramentos rochosos existe vegetação rasteira na qual prevalecem nomeadamente urzes e tojos. Regista-se a recente plantação de *Pinus pinea*. Presença de eucalipto na envolvente da escola primária. Na encosta a nascente (não visível na imagem), havia extensos campos agrícolas num pequeno vale onde nasce um regato (o Regato da Pena), mas foram destruídos pela construção de habitações.

Relevância social

É um espaço de culto, zona de lazer e miradouro com parque de estacionamento. A capela, datada de 1869 e restaurada posteriormente, virada a Sul, tem um adro que é simultaneamente um miradouro sobre o concelho da Maia. Tem romaria dedicada a Nossa Senhora da Hora. Neste sítio, para além da capela, localiza-se uma Unidade de Saúde, os Correios, a Junta de Freguesia de Nogueira, a Escola Primária e habitações unifamiliares. Existe um circuito pedonal, bancos, papeleiras e iluminação em redor da capela. Há muitos anos atrás, fazia-se ali uma feira.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

São terrenos públicos e privados. Está na envolvente de terrenos em Reserva Agrícola Nacional.

Ameaças à preservação

É um espaço potencialmente ameaçado pela invasão de espécies exóticas, nomeadamente eucalipto, apesar do seu atual bom estado de conservação. A proximidade da A42 e presença de linhas de alta tensão podem trazer o risco de incêndios florestais. O crescimento habitacional na bordadura do monte é também um fator de ameaça.

Dinâmica local

Realizou-se neste monte um festival de folclore organizado pela Junta de Freguesia de Nogueira da Maia (2005).

Possíveis intervenções futuras de preservação

Uma vez que foi recentemente intervencionado para ser um espaço de lazer, não se sugerem futuras intervenções, mas aconselha-se a manutenção e limpeza regular, assim como a eliminação das espécies exóticas na envolvente por parte da Câmara Municipal da Maia.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A Junta de Freguesia de Nogueira da Maia e a Câmara Municipal da Maia podiam ser parceiras na preservação deste sítio.

[Ir para o índice](#)



Lugar de Taím

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Fernando Dionísio e Mafalda Sousa
Espaço proposto por Câmara Municipal da Maia

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

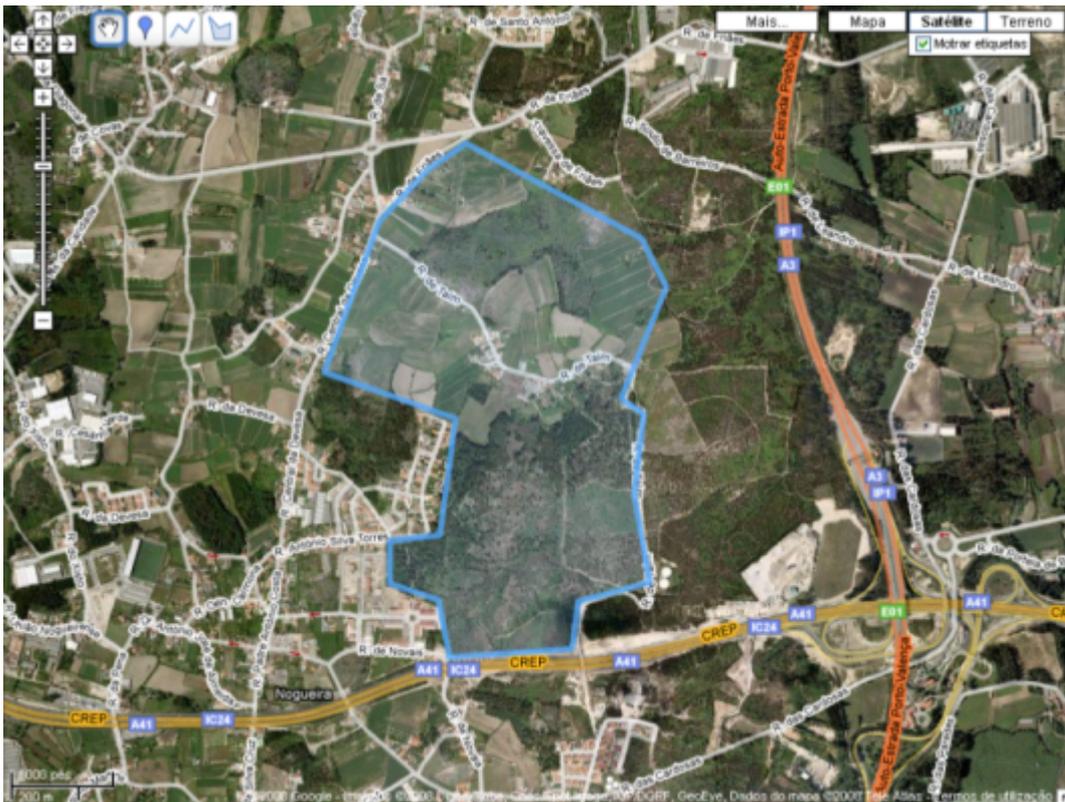
Código ID 1920
Nome do espaço Lugar de Taím
Freguesia Silva Escura
Concelho Maia

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,25; -8,58.

Seguir pela EN14 na direção Matosinhos/Maia, depois pela EN107 na direção Ermesinde, chegando ao cruzamento da EN318-1, toma-se a direção para Silva Escura, Lugar de Taím (numa rua sem saída). A área encontra-se próxima à EN 318-1 e à Via Diagonal.

Limites





CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Quintas e campos agrícolas
Área aproximada 75 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

A freguesia de Silva Escura foi, no passado, uma densa zona florestal, com predominância para o pinheiro e o castanheiro, como demonstram o seu brasão e o topónimo «Silva» que tem o sentido antigo de «bosque», aludindo o adjetivo «Escura» à densidade da cobertura vegetal. O lugar de Taím é formado por um extenso vale de campos agrícolas, com prados de forragem para o gado no inverno e milho no verão. Nos terrenos à cota superior impera uma mata de eucaliptos, mas nos limites extremos dos campos, à cota baixa, existem pequenos bosques de carvalhos, com raros exemplares de castanheiros. As ramadas existentes nos terrenos agrícolas deixaram de ser vistas neste lugar. Existe um moinho pequeno. O Monte de Santo António e os lugares de Friães, Devesa, Taím e Frejufe fazem parte de um mesmo ecossistema que se estende sobre as margens da Ribeira de Silva Escura (que se encontra encanada), um dos principais afluentes da Ribeira de Almorode/Ribeira do Arquinho, pelo que pode considerar-se como parte de uma área mais vasta do que aquela que aqui se descreve.

Relevância social

O lugar é dominado por algumas casas de lavoura, duas delas de grande dimensão. Estão bem restauradas. Existe ainda uma outra casa, muito antiga e em ruínas, escondida da via pública. Na envolvência deste lugar, encontram-se algumas vivendas, desenquadradas do ponto de vista arquitetónico em relação às antigas casas rurais. Uma referência histórica ao lugar de Taím: o documento mais antigo referente a Silva Escura é um diploma do ano de 906, que se refere a um contrato de divisão de bens da Igreja de Silva Escura entre os bispos D. Nausto de Coimbra e D. Sismando de Iria. De instituição paroquial anterior ao século XII, Silva Escura era nesta época constituída pelas *villas* rústicas de Devesa, Friães, Frejufe, Sá, Silva Escura e Taím, todas elas com os respetivos casais, mencionadas nas Inquirições de 1258. O senhorio destas *villas* pertencia em geral a fidalgos e cavaleiros-fidalgos, e no caso de Devesa e Friães era repartido com aqueles e com o Mosteiro de Santo Tirso e o cónego da Sé do Porto (Pedro Mendes), respetivamente. No lugar de Taím, existem vestígios de uma mamoa, do período neocalcolítico, com um diâmetro de cerca 2,5 metros de altura e 20 metros de diâmetro, com sinais evidentes de violação com a finalidade de retirar os esteios, o que prova o povoamento antigo desta zona.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

Os terrenos agrícolas e casas rurais devem ser propriedade privada. O núcleo rural de Mandim inclui áreas florestais, segundo a Carta Florestal e a planta de uso do solo do PDM da Maia. Estes terrenos incluem-se em Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional.

Ameaças à preservação

Está ameaçado pelo abandono/descaraterização da propriedade agrícola e património rural e pela pressão urbanística. No lugar de Taím, existe um projeto já aprovado para a construção de um motel, campos de golfe e vivendas de luxo. Os proprietários agrícolas têm sido pressionados a vender os terrenos e muitos já foram vendidos. As maiores propriedades têm-se mantido intactas, por força das vacarias existentes.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Pretende-se a preservação do valor paisagístico e patrimonial desta paisagem rural e agrícola, através por exemplo do restauro das casas agrícolas, e da prática da agricultura biológica como forma de manutenção dos espaços agrícolas e naturais.

[Ir para o índice](#)



Matas da Rua de Friães

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Fernando Dionísio e Mafalda Sousa
Espaço proposto por Câmara Municipal da Maia

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1780
Nome do espaço Matas da Rua de Friães
Freguesia Silva Escura
Concelho Maia

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,25; -8,57.
Rua de Friães ou Zona Industrial de Friães

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Área natural
Área aproximada 43,8 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

A freguesia de Silva Escura foi, no passado, uma densa zona florestal, com predominância para o pinheiro e o castanheiro, como demonstram o seu brasão e o topónimo «Silva» que tem o sentido antigo de «bosque», aludindo o adjetivo «Escura» à densidade da cobertura vegetal. As matas da Rua de Friães ficam situadas no sopé do Monte de Santo António e fariam parte primitivamente do mesmo

espaço natural. A vegetação hoje predominante inclui o pinheiro-bravo e o eucalipto, nas imediações de uma zona residencial e outra industrial. Friães tem também várias áreas de campos onde se pratica a agricultura tradicional. Os castanheiros abundam nas cercas limite dos campos e outras folhosas existem nos extremos das bouças. São abundantes os coelhos bravos. As bouças de Friães são uma vasta área verde contínua em direção a Folgosa, a Leandro (S. Pedro de Fins) e a Taím. Em Friães, nasce um regato que conflui em Taím com outro, formando o Ribeiro da Devesa, tributário da Ribeira da Silva Escura, esta por sua vez afluente do rio Almorode/Ribeiro do Arquinho que é dos principais afluentes de toda a bacia do rio Leça. O Monte de Santo António e os lugares de Friães, Devesa, Taím e Frejufe fazem parte de um mesmo ecossistema que se estende sobre as margens da Ribeira de Silva Escura, um dos principais afluentes da Ribeira de Almorode/Ribeira do Arquinho, pelo que pode considerar-se como parte de uma área mais vasta do que aquela que aqui se descreve.

Relevância social

Este espaço encontra-se na envolverência de uma área residencial, uma zona industrial e da A3. Na povoação de Friães, localiza-se uma casa rural muito antiga (1719). Uma última referência histórica ao lugar de Friães: o documento mais antigo referente a Silva Escura é um diploma do ano de 906, que se refere a um contrato de divisão de bens da Igreja de Silva Escura entre os bispos D. Nausto de Coimbra e D. Sismando de Iria. De instituição paroquial anterior ao século XII, Silva Escura era nesta época constituída pelas *villas* rústicas de Devesa, Friães, Frejufe, Sá, Silva Escura e Taím, todas elas com os respetivos casais, mencionadas nas Inquirições de 1258. O senhorio destas *villas* pertencia em geral a fidalgos e cavaleiros-fidalgos, e no caso de Devesa e Friães era repartido com aqueles e com o Mosteiro de Santo Tirso e o cónego da Sé do Porto (Pedro Mendes), respetivamente.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

Alguns terrenos são privados. As matas de Friães estão classificadas como «área florestal» na Carta Florestal da Maia e na planta de uso do solo do PDM da Maia. Não integra áreas de REN ou RAN. No Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Concelho da Maia, está previsto, para a área que envolve o Monte de Santo António e Friães, o Parque Millenium, na zona de Silva Escura, o qual agregaria campo de golfe, centro polidesportivo, áreas de equipamento comercial e pequenos áreas de bairro e hortas. O arquiteto Javier Rosa idealizou um parque de grandes dimensões, à escala regional, com um conjunto de percursos para a contemplação da paisagem e zonas para desporto informal. Na área de implantação do projeto, destacam-se, por exemplo, a zona recreativa do Monte de Santo António e a parcela do hipódromo. Sublinha-se ainda a hipótese de interligação com equipamentos noutras áreas, como a Quinta da Gruta. Este plano ainda não está em implementação.

Ameaças à preservação

Está ameaçado pela invasão do eucalipto e espécies invasoras, a deposição de lixo, o abate de árvores, o abandono da propriedade agrícola, a pressão urbanística e industrial e os fogos florestais.

Dinâmica local

Desconhecem-se actividades ou associações com dinâmica local.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Propõe-se a manutenção deste espaço como área natural, com a substituição do eucalipto e espécies invasoras por espécies autóctones ou a criação de um parque público, com valências desportivas, à semelhança do previsto no Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Concelho da Maia.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A Câmara Municipal da Maia e a Junta de Freguesia de Silva Escura poderiam ser parceiros na gestão e preservação deste espaço.

[Ir para o índice](#)



Monte de Santo António

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Fernando Dionísio e Mafalda Sousa
Espaço proposto por Câmara Municipal da Maia

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1787
Nome do espaço Monte de Santo António
Freguesia Silva Escura
Concelho Maia

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,26; -8,58.

Estrada Parada/S. Romão do Coronado, na rotunda vira-se à direita em direção a Friães, que fica na encosta do monte. Seguir depois pela Rua João Paulo II.

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Área natural
Área aproximada 21 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

A freguesia de Silva Escura foi, no passado, uma densa zona florestal, com predominância para o pinheiro e o castanheiro, como demonstram o seu brasão e o topónimo «Silva» que tem o sentido antigo de «bosque», aludindo ao adjetivo «Escura» à densidade da cobertura vegetal. O Monte Santo António (156 metros) situa-se no Lugar da Cavadinha, encontrando-se sobre a linha de cumeeada que

separa as bacias da ribeira do Arquinho e da ribeira de Leandro, que coincide com a linha de separação dos concelhos da Maia e Trofa. O monte encontra-se densamente arborizado, prevalecendo os eucaliptos nesta área fortemente florestada, com a presença de outras espécies vegetais, nomeadamente exemplares notáveis de sobreiros e carvalhos que se revelam como a vegetação autóctone primitiva. Surgem também mimosas e austrálias, robínias, todas consideradas plantas invasoras em Portugal, e ainda, choupos-negros e abrunheiro-dos-jardins. Para Poente, é possível avistar o centro da cidade da Maia cada vez mais urbanizado através do miradouro. O Monte de Santo António e os lugares de Friães, Devesa, Taím e Frejufe fazem parte de um mesmo contínuo natural que se estende sobre as margens da Ribeira de Silva Escura, um dos principais afluentes da Ribeira de Almorode/Ribeira do Arquinho, pelo que pode considerar-se como parte de uma área mais vasta do que aquela que aqui se descreve.

Relevância social

Na envolvência do espaço, existe um cruzeiro e a capela de Santo António, um campo de jogos, um parque de merendas, um miradouro e um parque de estacionamento, funcionando atualmente como lugar de culto e lazer assim como para a prática de desporto. Acede-se à capela de Santo António por uma escadaria. A capela está envolvida por um adro pavimentado e delimitado por muro de pedra. Sofreu um incêndio há alguns anos, tendo sido restaurada posteriormente. Atualmente, está a ser alvo de um projeto de requalificação na sua envolvência. O adro constitui um amplo espaço de romaria. No Monte de Santo António, realizam-se as festas a ele dedicadas a 13 de Junho. Adjacente a esta área, existe um hipódromo.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

É uma mata de propriedade pública. Está classificada como «área florestal» na Carta Florestal da Maia. Uma ínfima parte do Monte de Santo António está incluída em Reserva Ecológica Nacional.

Ameaças à preservação

O espaço está ameaçado pela pressão urbanística que tem vindo a ser significativa nas suas encostas, retirando-lhe a sua beleza natural. O abate de árvores e a invasão do eucalipto e outras espécies exóticas invasoras (acácia, austrália, etc.) são também problemas a considerar.

Dinâmica local

É lugar de culto e de lazer e espaço para atividades desportivas.

Possíveis intervenções futuras de preservação

É um local de potencial interesse turístico que poderia ter melhores infraestruturas para usufruto da população. A Câmara Municipal da Maia prevê a plantação de diversas espécies autóctones em grande quantidade no Monte de Santo António. O campo de futebol será convertido, a breve prazo, em diversos campos desportivos (ténis, polidesportivo e espaço radical), envolvidos por um talude relevado, aproveitando o acentuado declive natural do terreno, com a função de bancada naturalizada. Será também instalado um parque infantil junto da área pavimentada localizada mais a Poente.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A Câmara Municipal da Maia e a Junta de Freguesia de Silva Escura poderiam ser parceiros na gestão e preservação deste espaço.

[Ir para o índice](#)



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELECÇÃO

Tipologia Quintas e campos agrícolas
Área aproximada 25 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

A freguesia de Silva Escura foi, no passado, uma densa zona florestal, com predominância para o pinheiro e o castanheiro, como demonstram o seu brasão e o topónimo «Silva» que tem o sentido antigo de «bosque», aludindo o adjetivo «Escura» à densidade da cobertura vegetal. O núcleo rural/agrícola de Frejufe é uma paisagem rural bastante extensa, desde sempre ligada à atividade agrícola, característica do concelho da Maia. Os campos agrícolas são cultivados com milho e forragem para alimentar o gado. Existem por perto algumas vacarias. O Monte de Santo António e os lugares de Friães, Devesa, Taim e Frejufe fazem parte de um mesmo ecossistema que se estende sobre as margens da Ribeira de Silva Escura (que se encontra encanada), um dos principais afluentes da Ribeira de Almorode/Ribeira do Arquinho, pelo que pode considerar-se como parte de uma área mais vasta do que aquela que aqui se descreve.

Relevância social

Este núcleo rural inclui várias casas agrícolas, de lavoura, com o tempo descaracterizadas pelos seus proprietários. Só uma mantém a traça original das casas agrícolas deste concelho, porque está abandonada, não tendo sido ainda restaurada. No largo central de Frejufe, existia uma bela presa em pedra de dimensão razoável, povoada por rãs e outros anfíbios e plantas aquáticas, tendo sido destruída. No caminho que liga o largo de Frejufe à igreja de Silva Escura, estendem-se uma série de lotes e urbanizações, com o desaparecimento dos elementos de arquitetura rural maiata. Uma última referência histórica ao lugar de Frejufe: o documento mais antigo referente a Silva Escura é um diploma do ano de 906, que se refere a um contrato de divisão de bens da Igreja de Silva Escura entre os bispos D. Nausto de Coimbra e D. Sismando de Iria. De instituição paroquial anterior ao século XII, Silva Escura era nesta época constituída pelas *villas* rústicas de Devesa, Friães, Frejufe, Sá, Silva Escura e Taim, todas elas com os respetivos casais, mencionadas nas Inquirições de 1258. O senhorio destas *villas* pertencia em geral a fidalgos e cavaleiros-fidalgos, e no caso de Devesa e Friães era repartido com aqueles e com o Mosteiro de Santo Tirso e o cônego da Sé do Porto (Pedro Mendes), respetivamente.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

Os terrenos agrícolas e casas rurais devem ser propriedade privada. O núcleo rural/agrícola de Frejufe inclui áreas, agrícolas, florestais e habitacionais, segundo a Carta Florestal e a planta de uso do solo do PDM da Maia. Parte dos campos agrícolas do núcleo rural de Frejufe estão incluídos em Reserva Agrícola Nacional.

Ameaças à preservação

Está ameaçado pelo abandono/descaraterização da propriedade agrícola e património rural e pela pressão urbanística.

Dinâmica local

Desconhecem-se atividades ou associações com dinâmica local.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Pretende-se a preservação do valor paisagístico e patrimonial desta paisagem rural e agrícola, através por exemplo do restauro das casas agrícolas, e da prática da agricultura biológica como forma de manutenção dos espaços agrícolas e naturais.

[Ir para o índice](#)



Núcleo de Moinhos da Várzea

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Mafalda Sousa
Espaço proposto por Rui Rodrigues

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1777
Nome do espaço Núcleo de Moinhos da Várzea
Freguesia Vermoim
Concelho Maia

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,24; -8,60.

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Área natural, espaço verde, campos agrícolas
Área aproximada 13,4 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

O núcleo de moinhos da Várzea é um conjunto de dois moinhos numa zona de várzea (veiga agrícola) e área envolvente com galerias ripícolas, em alguns troços bem desenvolvidas e preservadas, nas margens da Ribeira do Arquinho/rio Almorode, que atravessa Vermoim de norte para sul. A Ribeira do Almorode, com uma bacia hidrográfica de 33 km² e 11 km de percurso, nasce na freguesia de S. Pedro de Avioso (no atual Parque de Avioso) e passa pelas freguesias de Santa Maria de Avioso, Gondim, Barca, Vermoim, Nogueira, Gueifães, Milheirós e Águas Santas, onde vai desaguar no rio Leça. A ribeira de

Almorode, ao longo do seu percurso, toma o nome das localidades por onde passa. Assim, as populações locais conhecem-na como o rio do Moutelo, o rio de Calquim, o rio de Porto Bom ou Varredouro, o rio das Levadas e o rio do Arquinho. Segundo relatos de alguns habitantes, esta ribeira encontrava-se cheia de peixes há 40 anos atrás, que foram desaparecendo devido a descargas feitas por algumas indústrias. A ribeira, ainda hoje bastante poluída, mantém, mesmo assim, uma boa galeria ripícola, composta essencialmente por amieiros e salgueiros. Nas margens da linha de água existem baldios com vegetação rasteira e terrenos agrícolas seguidos de manchas de eucaliptais. Ao longo de todo o percurso da ribeira, podem ainda encontrar-se carvalhos, sobreiros, choupos, salgueiros-chorões, fetos, tábuas, sanguinhos-de-água, juncos, giestas, tojos, heras e líquenes. Da fauna existente, destaca-se ao longo desta ribeira a presença de aves como o cartaxo, o chapim, o gaio, o pisco-de-peito-ruivo, o corvo, o melro, a carriça, a pega e o verdelhão; de mamíferos como o coelho bravo; de répteis como o tritão, o lagarto de água e a salamandra; de peixes como o pimpão; de insetos como o alfaiate, a libélula, o saltitão e a borboleta; de anfíbios como a rã-verde e o sapo comum.

Relevância social

Há uma tradição antiga em Vermoim: os mancebos que eram convocados para prestar provas para o serviço militar obrigatório tinham por tradição, na noite anterior à partida, percorrer as ruas da cidade a rufar bombos. A noite terminava, madrugada alta, com um banho coletivo, em pelote, no rio Almorode.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

Os terrenos e os moinhos são propriedade privada. Relativamente aos PDM ou outros planos, este núcleo de moinhos está classificado como património municipal a preservar. Este espaço está integrado em Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional.

Ameaças à preservação

As ameaças à preservação do espaço são a poluição da Ribeira do Arquinho e das suas margens e o estado de abandono e degradação dos moinhos. A poluição da água tornou inoperacionais os moinhos. Observa-se ainda a deposição de lixos nas margens e leito do rio.

Dinâmica local

Tem havido algumas campanhas de limpeza do rio Almorode/Ribeira do Arquinho, com a retirada de toneladas de lixo do seu leito e margens, na freguesia de Vermoim.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Como possíveis intervenções futuras, sugerem-se a despoluição das margens e do leito da Ribeira do Arquinho, a valorização ambiental da zona, a criação de percursos pedonais e cicláveis, a recuperação dos moinhos com a criação de um (ou vários) centro(s) de interpretação ambiental. Desconhece-se a existência de projetos de recuperação deste núcleo de moinhos pela Câmara Municipal da Maia.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A gestão e conservação do local deveriam ser articuladas entre os proprietários e a Câmara Municipal da Maia. A dinamização do espaço poderia ser da responsabilidade da Câmara Municipal da Maia e da Junta de Freguesia de Vermoim e das escolas do concelho, através de ações de educação ambiental.

[Ir para o índice](#)



Parque dos Maninhos

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Joana Gomes Campos
Espaço proposto por Câmara Municipal da Maia

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

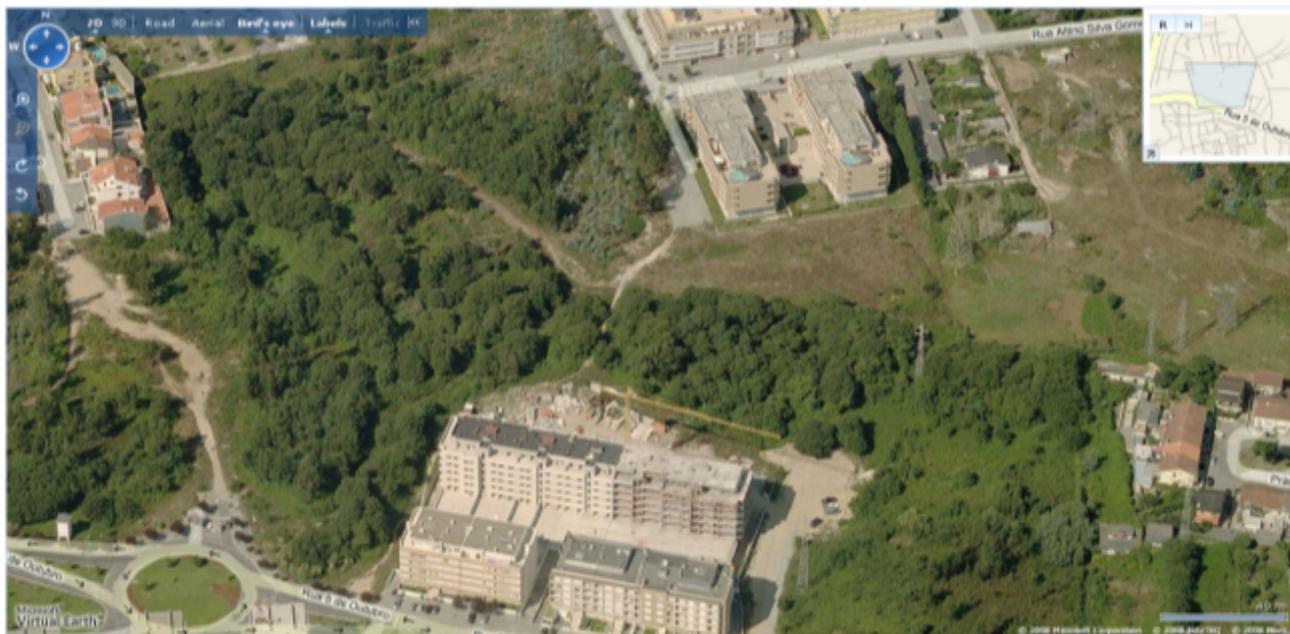
Código ID 1914
Nome do espaço Parque dos Maninhos
Freguesia Gueifães
Concelho Maia

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,23; -8,61.

EN 14 direção sul/norte - primeira entrada para a Maia - direção Rotunda do Lavrador - seguir pela Rua 5 de Outubro - na direção do Lugar dos Maninhos. Tem uma entrada seguindo pela Rua São Romão e na rotunda virar na primeira rua à direita (rua de Fernando Almeida). A norte, Rua de Fernando Almeida; a este, Rua Manuel Gonçalves Ramos; a sul a Rua 5 de Outubro.

Limites





CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Área Natural, Espaço Verde.
Área aproximada 12,4 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

O Parque dos Maninhos atualmente existente é uma zona ajardinada com entrada pelas Ruas de Fernando Almeida e Rua de Manuel Gonçalves Ramos, constituída por conjunto arbóreo e atravessada por uma linha de água afluente ao Ribeiro do Arquinho. Os carvalhos e outra vegetação ripícola predominam como flora mais representativa. Este espaço tem um grande potencial de expansão ou alargamento, inserido numa zona densamente urbanizada.

Relevância social

Existem dois cafés e um parque infantil no Parque.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

É propriedade pública. Não está integrada em Reserva Ecológica Nacional nem Reserva Agrícola Nacional. O Parque dos Maninhos está definido como «jardim e parques propostos» e «Área florestal» na carta de uso do solo do PDM da Maia.

Ameaças à preservação

Destacam-se como ameaças potenciais a pressão urbanística e a poluição das águas do ribeiro.

Dinâmica local

Foi local para a realização do Vermudi-Festival Cultural de Vermoim em 2006.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Como sugestões de intervenções futuras para a preservação deste espaço, refiram-se a valorização ambiental, a despoluição do ribeiro, a criação de um parque de lazer/recreio com usos desportivos, a definição de percursos pedonais e cicláveis e de um parque de manutenção. No estudo previsto para o local (Plano de Pormenor) ainda é considerada para esta área a criação de hortas pedagógicas e o tratamento da linha de água.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A Câmara Municipal da Maia, a Junta de Freguesia de Vermoim, a Quercus e a Lipor poderiam ser parceiros na preservação deste espaço depois de intervencionado.

[Ir para o índice](#)

Matosinhos

ADVERTÊNCIA SOBRE A ATUALIZAÇÃO DAS FICHAS COMPILADAS

Advertimos que os textos adiante constantes sobre fundo branco foram redigidos no âmbito da Campanha 50 Espaços Verdes em Perigo e a Preservar, que decorreu entre 2006 e 2008, e são de responsabilidade exclusiva da Campo Aberto, com a reserva expressa na Declaração de Exoneração de Responsabilidade, no início desta compilação.

Decorridos alguns anos, só em 2014-2015 foi possível, a propósito da preparação para publicação de um pequeno livro sobre os resultados dessa campanha, tentar fazer alguma atualização dos dados então recolhidos, dado ter passado entretanto um período já prolongado. Os dados recolhidos nessa atualização constam adiante em fundo de cor, com a indicação da fonte onde foram recolhidos. No entanto, a formulação em que se encontram, adaptada a partir dos dados recolhidos junto dessa fonte, continua a ser de exclusiva responsabilidade da Campo Aberto.

Apesar disso, antes de ser disponibilizada publicamente nesta compilação, a nossa formulação foi submetida ao parecer da fonte originária, para eventual deteção de erros nossos e introdução de correções. O resultado é o que adiante se apresenta, continuando a ser nossa inteiramente a responsabilidade pela forma como vão apresentados.

Agradecemos a todos os que colaboraram para que tivesse sido possível visitar e atualizar de algum modo, embora obviamente não definitivo, a informação que se segue, e que vão identificados.

No caso particular do concelho de Matosinhos, a Campo Aberto agradece de modo especial à Câmara Municipal de Matosinhos, Departamento de Ambiente, Divisão de Espaços Verdes, e particularmente à Eng.^a Fátima Margarida Bento Pinto. Agradece ainda aos cidadãos Joaquim Torcato Pombal e João Moura.

Campo Aberto - associação de defesa do ambiente



Espaço Centoecatorze

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Ana Filipa Almeida
Espaço proposto por Joaquim Torcato da Silva Pombal

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1929
Nome do espaço Espaço centoecatorze
Freguesia Leça do Balio
Concelho Matosinhos

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,21; -8,63.
Rua D. Frei Lourenço Esteves de Goyos, 114, 4465-672 Leça do Balio (próximo dos Bombeiros)

Limites



Fotografias recolhidas pela Campo Aberto em 2014

<https://picasaweb.google.com/111435591575417445038/Campanha50EspacosAtualizacaoMatosinhosEspacoCentocatorze>

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Campo agrícola, Quinta, Espaço verde

Área aproximada 2,3 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

O Espaço Centocatorze, para além da sua vocação como espaço de criação e promoção artística, engloba uma área verde com um lago (piscina biológica), uma horta biológica e uma estação de tratamento através de plantas (ETAP). A necessidade de reciclar as águas do ateliê e não poluir os solos, assim como de dispor de um espaço de lazer onde a água isenta de químicos é condição primordial, levou ao contacto com Claudia Schwarzer, arquiteta paisagista, e Udo Schwarzer, biólogo – pioneiros em Portugal neste tipo de projetos. A tecnologia da ETAP faz uma verdadeira reciclagem de todas as águas usadas no ateliê e residências ligadas a este espaço. Assim, quando a água volta ao meio natural não compromete as utilizações ulteriores, aproveitando-se para fins de rega. Com a abundância de água e a erradicação de adubos químicos e pesticidas na agricultura, a vida neste meio tornou-se muito rica favorecendo o reaparecimento de espécies de fauna como mochos, corujas, rãs, tritões, ouriços-cacheiros, pirilampos, borboletas, para além de uma fauna ornitológica muito numerosa. Para esta biodiversidade, contribuem também muitas espécies arbóreas e arbustivas, como a faia, o salgueiro, o ginkgo, o castanheiro, a ameixoeira, a macieira, a pereira, a oliveira, o loureiro, o azevinho, o carvalho, o choupo, entre dezenas de outras.

Informações recolhidas pela Campo Aberto em 2014 junto de cidadãos

– do proponente e proprietário, Joaquim Pombal, e de João Moura

A piscina biológica, que funciona também como ETAP (estação de tratamento de águas por plantas) foi completada, favorecendo e enriquecendo a biodiversidade do espaço, com a qual alguns vizinhos têm dificuldade em conviver. Uma parte dos terrenos vai ser afetada ao projeto Bio em Casa para produção de hortícolas em modo biológico e entrega em casa dos clientes.

Relevância social

É um lugar de sensibilização e fruição da ecologia, para além de um espaço de criação e promoção artística.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

É propriedade privada de Joaquim Pombal (proponente do espaço). O espaço propriamente dito não está incluído em Reserva Agrícola Nacional ou Reserva Ecológica Nacional, mas encontra-se próximo de terrenos abrangidos por estes estatutos de proteção, localizados junto ao Rio Leça. Segundo o proponente, no PDM de Matosinhos está projetada uma rua que dividiria a propriedade favorecendo no seu entender, futuramente, a investida quer dos privados, quer da expropriação por entidades oficiais para construções de caráter público. Nos anos 1980, houve a ameaça da expropriação deste espaço para a construção de um equipamento camarário que acabou por ser construído em terrenos abandonados em zona habitacional, salvando assim este reduto de vida natural e agrícola.

Ameaças à preservação

Segundo o proponente e proprietário do espaço, existe a ameaça da construção de um novo arruamento, o que potencia a especulação imobiliária para o local.

Informações recolhidas pela Campo Aberto em 2014 junto de cidadãos

– do proponente e proprietário, Joaquim Pombal, e de João Moura

Verificou-se diminuição da pressão urbanística devido à crise financeira mas a afetação no PDM não parece ter sido alterada. Como este se encontra em revisão, seria conveniente tentar obter através dele

a necessária proteção legal para salvaguarda deste espaço, evitando assim a desfiguração através de abertura de novas ruas.

Dinâmica local

O Espaço Centoecatorze, sendo um espaço para criação artística, é um projeto multifacetado que tem como missão acolher, procurar parcerias e desenvolver projetos artísticos. O espaço exterior está vocacionado para receber instalações, performances, concertos ou outras formas de expressão artística respeitando todo o ambiente natural envolvente. Podem consultar-se informações de divulgação de oficinas de cerâmica, escultura e azulejaria, promovidas pelos proprietários do espaço, em <http://centoecatorze.blogspot.com/>.

Informações recolhidas pela Campo Aberto em 2014 junto do proponente e proprietário, Joaquim Pombal

Apesar de redução de frequência e dimensão de iniciativas devido ao contexto de crise económica, foram iniciados alguns novos projetos, incluindo oficinas de cozinha crudívora.

Possíveis intervenções futuras de preservação

O Espaço Centoecatorze deveria ser alvo de uma valorização ambiental, com a definição de percursos pedonais e cicláveis, a criação de uma quinta pedagógica ou de um centro de interpretação ambiental, com incentivo à prática da agricultura biológica desenvolvida pelos seus proprietários. Este espaço poderia ser alargado aos terrenos circundantes que se encontram livres.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A Câmara Municipal de Matosinhos, a Junta de Freguesia de Leça do Balio e os proprietários poderiam constituir-se como possíveis parceiros na gestão e preservação do espaço, envolvendo ainda as escolas do concelho e associações locais interessadas nas iniciativas de educação ambiental (por exemplo, a Associação dos Amigos do Rio Leça). O interesse dos proprietários é evidente porque foram também eles os proponentes do espaço manifestando a sua preocupação «pela proteção deste ambiente natural com um elevado grau de biodiversidade e que ao mesmo tempo serve de acolhimento a várias atividades humanas, nomeadamente a agricultura biológica e a componente artística e cultural.»

[Ir para o índice](#)



Envolvente do Largo da Ermida em São Mamede de Infesta

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Mafalda Sousa

Espaço proposto por Vítor Quelhas

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1935

Nome do espaço Envolvente do Largo da Ermida em S. Mamede de Infesta

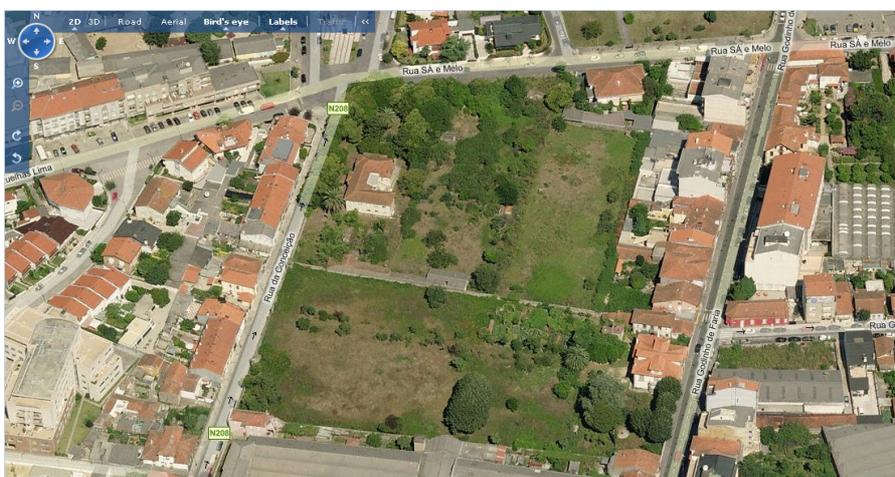
Freguesia S. Mamede de Infesta

Concelho Matosinhos

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,20; -8,61. Largo da Ermida

Limites



Álbum fotográfico deste espaço colocado em 2014

Fotografias de Carlos Pardilha realizadas em 2010 e colocadas como álbum da campanha aqui:
<https://picasaweb.google.com/111435591575417445038/Campanha50EspacosEnvolventeDoLargoDaEr midaEm200910FotosDeCarlosFardilha>

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Jardim privado, quinta agrícola, espaço verde
Área aproximada 2,2 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

A paisagem rural e agrícola na envolvente do largo da Ermida é muito interessante, com antigas quintas agrícolas e jardins.

Relevância social

A proposta inclui vários espaços na envolvente do Largo da Ermida em S. Mamede de Infesta: um jardim e capela, presumivelmente do século XVII; um palacete do início do século XX onde atualmente funciona o Externato de S. Mamede (antigo Colégio Lúmen - S. Mamede), e respetivo jardim; a quinta designada por Quinta do Marques Pinto, sita no lado norte do Largo da Ermida e que inclui um palacete dos finais do século XIX/início do séc. XX (300 m²); e a quinta designada por Quinta do Eduardinho, sita no lado sul do Largo da Ermida (300 m²). As quintas e o palacete têm interesse arquitetónico a preservar. A existência do Largo da Ermida induz a interpretações equívocas quanto à designação da Vila e da Capela que nele existe. Na Ermida, existe hoje a Capela de Nossa Senhora da Conceição que se julga datar de 1643 e que as *Memórias Paroquiais de 1758* dizem pertencer ao «Venerando Balio de Leça, a qual reedificaram os moradores à sua custa», tendo sido reconstruída em 1804 e que foi Igreja Matriz durante a edificação da Igreja atual. A festa celebra-se no dia 8 de Dezembro. É um templo de fachada setecentista e torre (posterior) a destoar. Nas traseiras, está um jardim admirável, recanto repousante, com chalés das férias do tempo do paraíso dos subúrbios. Daqui partem várias ruas a explorar. Na entrada da Rua da Nossa Senhora da Conceição, incrustado num muro, pode ver-se o cruzeiro de 1717, com a legenda: «Bendito e Louvado o Santo Sacramento». À direita da ermida, sai a Rua da Estrada Velha, descendo através de muros até Leça do Balio, com alguns dos últimos campos de S. Mamede e fábricas a romper a paisagem. Esta estrada é trecho da via romana de Lisboa a Braga que atravessava S. Mamede e que ligava à Arca d'Água, no Porto, por um caminho aberto em 1808. O Largo da Ermida é, apesar de tudo, um mosaico de arvoredos, quintais e quintas.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

Este espaço não está incluído em Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional. Na carta de Ordenamento do PDM de Matosinhos, a área está classificada como residencial e de equipamentos (do futuro Parque Recreativo e Desportivo Nascente).

Informações recolhidas em 2014 junto do departamento de ambiente da Câmara Municipal de Matosinhos

Não há intenção de construir o hipotético «Parque Recreativo e Desportivo Nascente» mencionado acima.

Ameaças à preservação

A ameaça mais premente, em função da classificação do PDM de Matosinhos, é a pressão urbanística para construção de mais habitações e equipamentos, o abandono das propriedades agrícolas, a degradação do património construído e do seu interesse cultural.

Informações recolhidas pela Campo Aberto em visita ao local realizada em julho de 2014

A situação global nas adjacências do Largo da Ermida não parece ter sofrido alterações significativas, mantendo-se a possibilidade e a necessidade de salvaguardar o melhor que nela há, desviando quanto possível a construção de mais habitação e equipamentos. Desejável a preservação do património rural construído e de alguns terrenos ainda existentes não impermeabilizados nas proximidades. Um álbum fotográfico realizado com base nesta visita pode consultar-se em:

<https://picasaweb.google.com/111435591575417445038/Campanha50EspacosAtualizacaoMatosinhosEnvolventeDoLargoDaErmidaEmSMamedeDeInfesta>

Dinâmica local

A Associação Académica de S. Mamede de Infesta teve a sua origem numa das quintas do Largo da Ermida.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Este espaço deverá manter as suas características rurais e agrícolas, importantes para conservar o equilíbrio da paisagem, numa zona em expansão urbana crescente. A preservação do património rural construído é também um objetivo a ter em conta neste núcleo rural.

Informações recolhidas em 2014 junto do departamento de ambiente da Câmara Municipal de Matosinhos

Sendo estes espaços privados, a CMM no entanto disponibiliza-se a colaborar na sua preservação através de apoio técnico, divulgação de atividades e aconselhamento sobre projetos, desde que tal não envolva custos acrescidos.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A Câmara Municipal de Matosinhos, o IPPAR e a Junta de Freguesia de S. Mamede de Infesta poderão ser parceiros na preservação da envolvente rural do Largo da Ermida, evitando a construção nesta área ainda com características rurais e património edificado a preservar.

[Ir para o índice](#)

Álbum fotográfico deste espaço colocado em 2014

Fotografias de Carlos Pardilha realizadas em 2010 e colocadas como álbum da campanha aqui:
<https://picasaweb.google.com/111435591575417445038/Campanha50EspacosZonaAgricolaEmSMamedeDeInfestaEm200910FotosDeCarlosFardilha>

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Campos agrícolas, espaço verde
Área aproximada 64,5 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

Esta proposta inclui os campos agrícolas a nascente e poente da Rua de Santo António do Telheiro, entre a linha de caminho de ferro e a Rua das Flores. É uma extensa área de campos agrícolas atravessada pela ribeira de Picoutos com potencial para se transformar num grande espaço verde, e localização privilegiada entre as cidades do Porto e Matosinhos numa área com elevada densidade populacional, podendo funcionar como corredor ecológico. Pode ali observar-se um grande número de aves.

Relevância social

Antigamente, era um lugar de características rurais e agrícolas muito tradicionais, com quintas, campos e gado a pastar nas margens do ribeiro de Picoutos, que por vezes provocava grandes inundações, e onde em tempos se lavava roupa. Hoje, o ribeiro foi encanado e a vegetação das margens arrasada, os campos estão encolhidos, quase todos abandonados e com várias ocupações «clandestinas». Situada no Largo do mesmo nome no Lugar do Telheiro, está associada à lenda que assinala a passagem de Santo António por aquele local. Também nesse local se realizam as festas anuais de Santo António do Telheiro que são das mais importantes que se realizam em S. Mamede de Infesta. Prolongam-se por mais de uma semana e decorrem no princípio do mês de Setembro. Por aquele lugar passava a estrada do Porto no caminho da Ermida (também em S. Mamede de Infesta). Diz a lenda que no sítio – sob um telheiro – dormiu Santo António em peregrinação. Primeiro, fizeram-lhe um nicho; depois, em 1788, construíram um templo, interessante, cuidado, revestido de azulejo e rodeado por um ambiente lembrando o bucolismo de outros tempos.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

Estes terrenos agrícolas estão incluídos em Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional. Na carta de Ordenamento do PDM de Matosinhos, a área está classificada como de interesse arquitetónico/paisagístico.

Ameaças à preservação

As ameaças são a pressão urbanística para construção de mais habitações e equipamentos na envolvente, o abandono das propriedades agrícolas e a poluição/degradação do leito e margens da Ribeira de Picoutos, provocados pelas descargas ilegais de efluentes domésticos e industriais.

Informações recolhidas pela Campo Aberto em visita ao local realizada em julho de 2014

Nesta visita, recolhemos algumas imagens que podem ser consultadas em:
<https://picasaweb.google.com/111435591575417445038/Campanha50EspacosAtualizacaoMatosinhosZonaAgricolaEmSMamedeDeInfesta>

Informações recolhidas em 2014 junto do departamento de ambiente da Câmara Municipal de Matosinhos

A ribeira de Picoutos que atravessa este espaço encontra-se hoje, em geral, em melhor estado. Continuando a haver produção agrícola, a biodiversidade mantém-se mas poderia ser melhorada se houvesse mudança do modo de produção convencional para o biológico. A pressão urbanística e a

poluição estão a diminuir devido à crise económica, embora não seja claro o que se passará em caso de retoma não acompanhada de medidas de recuperação e salvaguarda.

Dinâmica local

O local já foi alvo de visitas escolares para sensibilização ambiental (nas margens do Ribeiro de Picoutos), a 9 de Maio de 2008, no âmbito do Projeto Rios de Portugal, com alunos do 5º ao 8º ano da Escola Básica de Maria Manuela de Sá.

Informações recolhidas em 2014 junto do departamento de ambiente da Câmara Municipal de Matosinhos

As visitas escolares no âmbito do projeto «Rios de Portugal» deixaram de ser feitas. Não muito longe deste espaço, mas sem ligação com ele, na proximidade da ribeira, foi entretanto criado em terreno municipal um parque de lazer de 7 ha (parque urbano e hortas), na zona de Mainça, com o nome oficial de Parque de Picoutos. No Monte de S. Brás foi criado um ecomuseu e centro de educação ambiental.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Este espaço deverá manter as suas características rurais e agrícolas, importantes para conservar o equilíbrio da paisagem, numa zona em expansão urbana crescente. Existe a ideia de uma intervenção municipal junto às margens do Ribeiro de Picoutos, transformando uma zona que é, atualmente, profundamente degradada, e que tem, hoje, problemas ambientais a resolver, num futuro parque de lazer. Será também importante a criação de um ecomuseu ou centro de educação ambiental, com atividades regulares, com vista à sensibilização da população para a preservação daquele ecossistema.

[Ir para o índice](#)

OUTROS ESPAÇOS NÃO SELECIONADOS

Foram propostos mas não selecionados os espaços seguintes. O facto de não terem sido selecionados não pode de forma alguma interpretar-se como significando ausência de importância ecológica ou de valores ecológicos dignos de preservação.

Embora a atualização de informação sobre espaços não incluídos nos 50 selecionados não seja um objetivo imediato, haverá a possibilidade de introduzir novas informações por pessoas que conheçam ou venham a conhecer esses espaços e a confrontar o seu estado atual com o descrito na ficha respetiva.

A Campo Aberto incluirá com muito gosto as informações atualizadas que qualquer cidadão ou entidade lhe queira fazer chegar sobre algum dos outros espaços. A enviar para: contacto@campoaberto.pt

Se bem que utilizando as informações fornecidas, e quando identificada a sua fonte, a forma com que figuram nesta compilação em processo de atualização é sempre e somente de responsabilidade da Campo Aberto. Isso será válido apesar de, sempre que nos for possível, ser nossa intenção apresentar a quem nos informou a versão que tencionamos inserir aqui, e corrigi-la e adaptá-la segundo as recomendações que recebermos.

Campo Aberto - associação de defesa do ambiente



Zona rural do Monte Espinho

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Mafalda Sousa
Espaço proposto por Miguel Barbosa

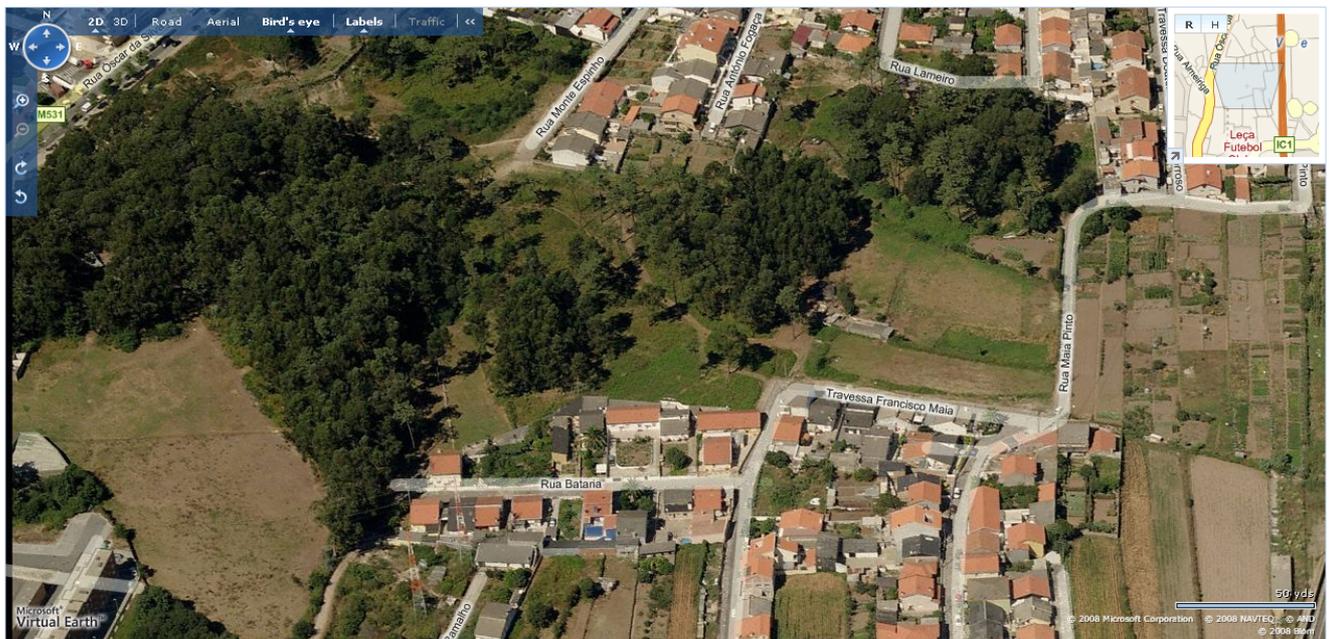
ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1927
Nome do espaço Zona rural do Monte Espinho
Freguesia Leça da Palmeira
Concelho Matosinhos

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,21; -8,69. Perto do Complexo Desportivo da Bateria, da Petrogal e do lado oposto ao Ikea no IC1 (depois do bairro social).

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Campos agrícolas, área natural
Área aproximada 7,9 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

Esta é uma área ainda agrícola e verdejante, talvez o único espaço rural de Leça da Palmeira, entre a densa envolvente urbana, rodoviária e industrial do local. Tem alguns campos agrícolas, abandonados, com pastagens para o gado (sobretudo ovino e caprino) que por vezes ali se apascenta. Em termos de vegetação arbórea, existem algumas bouças na bordadura dos campos agrícolas, com a predominância de pinheiros-bravos e eucaliptos.

Relevância social

A urbanização do Monte Espinho tem vindo a crescer exponencialmente nos últimos anos, em parte devido ao crescimento da área industrial envolvente, relacionada com a Petrogal, a Exponor e a instalação de armazéns e outras empresas, e a exploração da área comercial, potenciada com a instalação da IKEA e de um novo centro comercial.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

Uma pequena parte dos terrenos agrícolas está incluída em Reserva Ecológica Nacional. Na carta de Ordenamento do PDM de Matosinhos esta área está classificada como residencial e de serviços de armazenagem. Há uma área verde muito pequena, quase vestigial, comparada com a anteriormente existente.

Ameaças à preservação

A ameaça mais urgente e mais significativa é a pressão urbanística e industrial para construção de habitações, indústrias, armazéns e superfícies comerciais, dada a facilidade de transporte e acessos rodoviários.

Dinâmica local

Existe um núcleo provisório da Amnistia Internacional na Urbanização do Monte Espinho, em Matosinhos, que tem como visão promover a investigação e ação destinadas à prevenção e combate dos graves abusos à integridade física e mental, à liberdade de consciência e de expressão, sobre o direito à não discriminação, no contexto de uma promoção de todos os direitos humanos.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Este espaço deveria ser mantido nas suas atuais dimensões, como espaço livre de construção numa zona já por si excessivamente urbanizada e industrializada, servindo de corredor ecológico para a fauna e flora locais. Poderia ser mantido através de iniciativas de promoção da agricultura tradicional como as hortas biológicas.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A Câmara Municipal de Matosinhos e a Junta de Freguesia de Leça da Palmeira podem ser parceiros na preservação deste espaço, sobretudo mantendo o seu estado natural como corredor ecológico, evitando a potencial construção e conseqüentemente, a sua destruição e perda irreversível.

[Ir para o índice](#)



Espaço verde abandonado em S. Mamede de Infesta

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Daniel Carvalho
Espaço proposto por Nuno Ricardo Carvalho Matos de Almeida

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1900
Nome do espaço Espaço verde abandonado em S. Mamede de Infesta
Freguesia S. Mamede De Infesta
Concelho Matosinhos

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,19; -8,63.

Localiza-se no sentido Monte dos Burgos - Padrão da Légua, do lado direito a seguir ao Lidl. A área é delimitada a sul pela Estrada da Circunvalação, a este por um conjunto de casas alinhadas pela Rua de Oliveira de Gaio, a norte pela linha de caminho de ferro do Porto de Leixões e a oeste pela Rua de Silva Brinco e um aglomerado de casas.

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Campos agrícolas, espaço verde
Área aproximada 2,9 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

Trata-se de uma área dividida por três ou quatro proprietários, antigos lavradores, a nascente e a poente da Rua de Santo António. Rodeada por um imenso dormitório, é dos poucos locais onde ainda impera algum verde, ainda que ao abandono. Nos últimos anos, aquela área tem sido alvo de construção desenfreada. Situado numa zona que até aos anos 1970/80 viveu da exploração agrícola (sobretudo plantação de batata), inclui ainda algumas casas de lavoura em sinais do passado rural. Sem fauna ou flora significativa, trata-se de um espaço bastante extenso com uma localização privilegiada. Parte dos terrenos são atravessados pela Ribeira de Picoutos, regularizada em muros de cimento.

Relevância social

A linha de comboio delimita a zona e funciona apenas para transporte de mercadorias para o Porto de Leixões. Existem muitos planos de aproveitamento desta linha para transporte de passageiros. Algumas delas propõem que o metropolitano aproveite o canal. A linha outrora serviu para transporte de passageiros. Perto do local (a oeste, junto à rua da Estação) existe uma antiga estação. Na parte noroeste, existe uma zona rural com casas, caminhos de terra e muros de pedra.

A zona de S. Mamede de Infesta era rica em gado vacum, devido às boas pastagens regadas pelos vários ribeiros que entrecortavam a freguesia. Estes ribeiros também serviam para outra das atividades, típicas das mulheres de S. Mamede de Infesta: as lavadeiras. A Ribeira de Picoutos nasce algures no monte de Lamas, um outeiro portuense a crescer pela travessa e Rua de Lamas, pela Ruas Fonte do Outeiro, Honório de Lima, Júlio de Matos e Rua do Salgueiral. Tem vários nomes, dependendo por onde passa. Em Paranhos, rego das Consortes, em S. Mamede de Infesta, ribeiro de Picoutos e em Leça do Balio, ribeiro dos Queirões. Pelo caminho, recebe as águas do Ribeiro das Avestas. Na Ribeira de Picoutos, existiram vários e antigos moinhos. Apenas um cumpre hoje a sua missão. Muito bem conservado, aproveita a água do ribeiro para moer o grão que é consumido exclusivamente pelos seus donos.

Uma referência ainda à capela de Santo António do Telheiro na envolvência deste espaço verde. Situa-se no largo do mesmo nome no Lugar do Telheiro e está associada à lenda que assinala a passagem de Santo António por aquele local. Também nesse local se realizam as festas anuais de Santo António do Telheiro que são das mais importantes que se realizam em S. Mamede de Infesta. Prolongam-se por mais de uma semana e decorrem no princípio do mês de setembro.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

São terrenos privados. Não estão classificadas como REN ou RAN.

Ameaças à preservação

Estes terrenos estão ameaçados pelo abandono da prática agrícola, poluição das águas do Ribeiro de Picoutos (com efluentes de curtumes e efluentes domésticos sem tratamento), deposição ilegal de lixo e intensa pressão urbanística na sua envolvência.

Dinâmica local

O local já foi visitado por escolas em atividades de educação ambiental.

Possíveis intervenções futuras de preservação

A dimensão do espaço em causa e a proximidade a zonas densamente urbanizadas, assim como a existência de uma ribeira, tornaria interessante o desafio de recuperar o espaço como zona verde de proximidade para atividades de lazer, associado a um ecomuseu ou agromuseu, incentivando a prática da agricultura biológica.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A Câmara Municipal de Matosinhos e a Junta de Freguesia de São Mamede de Infesta poderiam ser parceiros na gestão e preservação deste espaço, depois de intervencionado.

[Ir para o índice](#)



Estrada da Circunvalação

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Mafalda Sousa

Espaço proposto por Jorge Braga

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1488

Nome do espaço Estrada da Circunvalação

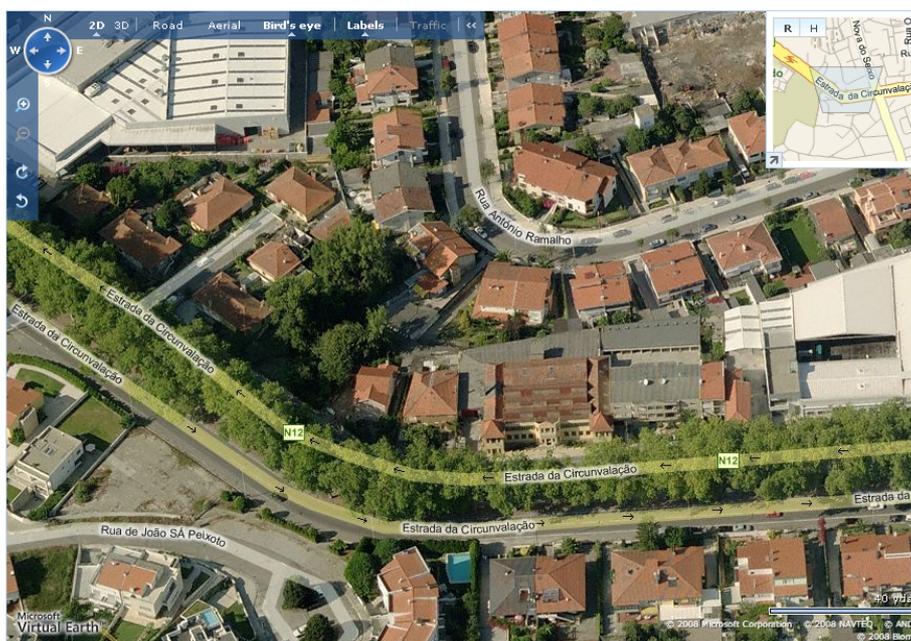
Freguesia Aldoar, Paranhos, Ramalde, Campanhã (1), Matosinhos, Senhora da Hora, Custóias, S. Mamede de Infesta (2), Águas Santas (3), Ermesinde (4), Rio Tinto (5)

Concelho Porto (1), Matosinhos (1), Maia (3), Valongo (4) e Gondomar (5)

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,18; -8,63.

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Espaço verde

Área aproximada 123 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

A Estrada da Circunvalação (EN12) é uma via de comunicação fundamental para a cidade do Porto e abrange um percurso de 16 km. Na maior parte do seu percurso serve de fronteira terrestre entre o Porto e os concelhos de Matosinhos, Maia, Valongo e Gondomar. É uma estrada com intenso tráfego

automóvel, acima da capacidade de circulação para que foi projetada. Entre as faixas de rodagem em sentidos diferentes e os passeios, existem alguns exemplares arbóreos a preservar, servindo de pulmão verde e cortina arbórea a esta via estruturante. São espaços que devem ser mantidos para manter a coesão, a sobrevivência e a continuidade das espécies verdes existentes neste corredor ecológico, simultaneamente rodoviário, ao longo dos seus 16 km de extensão.

Relevância social

A estrada da Circunvalação nasceu no final do século XIX na fronteira do Porto como barreira fiscal para salvaguarda do pagamento dos impostos municipais sobre alguns produtos de consumo para a população. No entanto, a ideia de construção de uma «circunvalação da cidade para melhor e mais fácil arrecadação dos direitos dos consumos» data de 1847. É expressa num decreto da «junta provisória do Governo Supremo do Reino». Reza a história, imortalizada nas páginas do livro *As Barreiras da Cidade do Porto*, de autoria do capitão Paulo Emílio de Figueiredo Garcia, que o Governo e a Câmara do Porto celebraram, a 20 de Dezembro de 1888, um «contrato provisório» para a construção da Estrada da Circunvalação – o contrato foi retificado em fevereiro de 1889. Assim, a autarquia contraiu um empréstimo de 400 contos para executar a nova via, ficando com o direito de cobrar impostos municipais naquela estrada que se prolongava de Campanhã até à frente marítima, a norte do Castelo do Queijo. A obra só ficou concluída no final de 1897. A nova estrada ladeava um «largo fosso ou vala, com extensão de 16,345 metros, cavado em volta da cidade, com o objetivo de dificultar o contrabando das mercadorias sujeitas a imposto». Com o passar dos anos, a tributação de impostos cessou, o fosso desapareceu e a estrada foi sofrendo alterações. Apesar de fortemente ocupada por habitações, fábricas e outros equipamentos, não perdeu ainda uma vocação de fronteira do Porto, em relação aos concelhos vizinhos.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

Segundo a carta de hierarquia rodoviária do PDM do Porto, concelho com maior área territorial atravessado pela Estrada da Circunvalação, esta encontra-se classificada como «eixo urbano estruturante e de articulação Intermunicipal». Segundo a carta de condicionantes do mesmo documento, atravessa várias zonas de proteção, sobretudo do Hospital da Prelada e do Quartel do Viso. Existem algumas matas de sobreiros na envolverência da Circunvalação e do Parque da Cidade, no limite com o concelho de Matosinhos. A carta de qualificação do solo define esta via estruturante como parte do sistema de circulação e mobilidade, atravessando áreas de diferente tipologia. Os espaços verdes ao longo da via não foram considerados para classificação no PDM do Porto e PDM de Matosinhos. Desconhecem-se as disposições relativas a outros PDM (Valongo, Gondomar, Maia).

Ameaças à preservação

As ameaças são a poluição do ar e do solo que afetam a sobrevivência das espécies arbóreas existentes, o estacionamento desregrado, a intensificação do tráfego rodoviário, o corte de árvores, a deficiente manutenção e limpeza da vegetação e a construção excessiva em torno desta via estruturante dos concelhos por ela atravessados.

Dinâmica local

A Estrada da Circunvalação foi convertida em pista para o Grande Prémio do Porto-Circuito da Boavista, em 2005, resultando no abate de algumas árvores. Em 2007, a Junta Metropolitana do Porto (JMP) abriu um concurso público para a requalificação da Estrada de Circunvalação e solicitou candidatura a fundos europeus do QREN (Quadro de Referência e Estratégia Nacional) para intervenção nesta via. Em Abril de 2007, foi assinado com a Sociedade Barbosa e Guimarães Lda o contrato de prestação de serviços para a coordenação do projeto e dos trabalhos de reabilitação da Estrada da Circunvalação, tendo por base uma filosofia que promova a requalificação do território e a interconexão dos municípios envolventes desta via estruturante. No âmbito desta ação, em 2008, serão elaborados os cadernos de encargos e lançados os respetivos concursos para a reabilitação de alguns troços da Estrada da Circunvalação nomeadamente os compreendidos entre a Rotunda da Cidade do Salvador e a Rotunda dos Produtos Estrela e respetivas envolventes e o troço do H.G. S. João incluindo as articulações com a rede viária e rede de transportes colectivos, considerando os interfaces intermodais.

Informação recolhida em 2014-2015 pela Campo Aberto

O projeto de requalificação referido acima não avançou e ficou gravemente comprometido com a decisão da Câmara Municipal de Matosinhos, concretizada em 2013, de permitir a construção de uma estrutura empresarial relacionada com atividades de aeronáutica na zona do Parque de Real. A ideia de uma ligação entre o Parque da Cidade Ocidental do Porto e a zona a libertar de contentores de combustíveis situada no Real fiocu assim empobrecida e quase impossibilitada. A Campo Aberto elaborou uma informação sobre este tema, que pode ser consultada na seguinte ligação:

<http://www.campoaberto.pt/?p=10111>

Possíveis intervenções futuras de preservação

O projeto de reabilitação da Estrada da Circunvalação pretende transformar esta via numa alameda urbana, alterando as suas articulações com a rede viária e a rede de transportes, mas é omissa relativamente ao futuro das espécies arbóreas dispostas em toda a sua extensão. Espera-se que este projeto traga a manutenção/aumento da área plantada com estas espécies, possivelmente com a introdução de mais e variadas espécies autóctones e/ou mais resistentes à poluição automóvel, não se consubstanciando o habitual corte de árvores para justificar novos enquadramentos paisagísticos que este tipo de reabilitação urbana geralmente acarreta, e reforçando o seu papel de corredor ecológico. Sendo esta via de múltipla jurisdição administrativa, julga-se também necessário considerar as espécies vegetais plantadas ao longo da Estrada da Circunvalação como «áreas verdes de espaço canal» a ter em conta para efeitos dos PDM.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

O Instituto das Estradas de Portugal, a Área Metropolitana do Porto, as Câmaras Municipais do Porto, Maia, Matosinhos, Valongo e Gondomar seriam os parceiros para a preservação destes espaços verdes sobre a Estrada da Circunvalação.

[Ir para o índice](#)



Montes Caulinos

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Mafalda Sousa
Espaço proposto por João Branco

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1653
Nome do espaço Montes Caulinos
Freguesia Senhora da Hora e Custóias
Concelho Matosinhos

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,19; -8,65. Por trás das urbanizações envolventes do Centro Comercial Londres.

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Área natural
Área aproximada 10,6 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

Os Montes Caulinos, na Senhora da Hora, são um espaço atualmente abandonado e degradado, resultante da exploração de caulinos que se realizava no Monte de São Gens, um afloramento granítico donde se fez a extração de cantaria para os molhes do porto de Leixões e que constitui um apreciável jazigo de caulino, principalmente utilizado para o fabrico de porcelana de Vila Nova de Gaia (eletrocerâmica) e para a Companhia Anglo-Saxónica de Caulinos. Os resíduos deste material,

acumulados junto à exploração, formaram os conhecidos Montes Caulinos (visíveis de muitos pontos da cidade do Porto) e um grande lago artificial e perigoso, que se encontra hoje plenamente urbanizado e em crescente expansão. O lugar do Padrão da Légua, nas proximidades dos Montes Caulinos, era assim chamado por se encontrar a uma légua de distância da cidade do Porto, era até há menos de 20 anos uma zona rural, habitada por grandes lavradores, algumas unidades fabris (curtumes, têxtil) e alguns armazéns que se estendiam ao longo da antiga estrada da Póvoa. Hoje, a prática agrícola praticamente desapareceu e deu lugar a um dormitório periférico da cidade de Matosinhos. A par deste incremento habitacional, constata-se o aumento significativo do número de indústrias, no âmbito da eletromecânica e construção civil, zonas comerciais e outros serviços. Em termos de fauna e flora, os matos são a vegetação mais predominante. Já lá foram vistas raposas.

Relevância social

A exploração de caulinos na Senhora da Hora era no passado uma atividade muito importante para a economia local, atestada pela sua representação na bandeira da freguesia. No passado, foi a maior jazida de caulinos existente em Portugal. Os caulinos são explorados desde o início do século, estando datados os primeiros trabalhos do ano de 1900, com vista ao seu aproveitamento para aplicação em diversos meios de fabrico de peças de cerâmica, para o branqueamento de papel e para componentes de produtos industriais. Embora as suas reservas estejam longe do esgotamento, o desenvolvimento urbano da região onde se situa acabou por paralisar a sua exploração. Durante o Cerco do Porto, o Monte de São Gens serviu de posto de observação do estado maior do exército miguelista. Foi daí que o Marechal Bourmont dirigiu contra a cidade o desesperado e famoso ataque de 25 de Julho de 1833.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

Na planta de ordenamento do PDM de Matosinhos, a área está classificada como área residencial e de equipamentos, com áreas verdes residuais. Os Montes Caulinos não estão integrados em Reserva Ecológica Nacional ou Reserva Agrícola Nacional.

Ameaças à preservação

As ameaças a este local são a poluição de águas e solos, derivadas da antiga exploração dos caulinos, e a intensa pressão urbana e industrial

Dinâmica local

Para além de ser uma zona densamente urbanizada e com uma dinâmica social muito própria, os montes caulinos encontram-se a poucos metros do Centro Comercial Londres, na Rua do Sobreiro, mesmo perto da estação de metro da Fonte do Cuco. O Centro Comercial Londres é um dos primeiros centros comerciais da zona norte de Portugal, com mais de 25 anos de existência. A Câmara Municipal de Matosinhos está a estudar uma nova centralidade para a zona dos Caulinos, na Senhora da Hora. O Museu de Jazigos Minerais Portugueses, em S. Mamede de Infesta, dá particular relevo à exploração de caulino da freguesia da Senhora da Hora no seu acervo museológico.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Sugere-se a requalificação ambiental e paisagística dos Montes Caulinos, enquadrada na criação de um futuro e extenso parque verde de proximidade, dada a envolvimento de uma área urbana e residencial, assim como a criação de um ecomuseu ligado à exploração dos caulinos naquela zona.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A Câmara Municipal de Matosinhos, a Junta de Freguesia da Senhora da Hora e o Instituto Geológico e Mineiro deverão constituir-se parceiros para a gestão e preservação deste espaço.

[Ir para o índice](#)

Porto

ADVERTÊNCIA SOBRE A ATUALIZAÇÃO DAS FICHAS COMPILADAS

Advertimos que os textos adiante constantes sobre fundo branco foram redigidos no âmbito da Campanha 50 Espaços Verdes em Perigo e a Preservar, que decorreu entre 2006 e 2008, e são de responsabilidade exclusiva da Campo Aberto, com a reserva expressa na Declaração de Exoneração de Responsabilidade, no início desta compilação.

Decorridos alguns anos, só em 2014-2015 foi possível, a propósito da preparação para publicação de um pequeno livro sobre os resultados dessa campanha, tentar fazer alguma atualização dos dados então recolhidos, dado ter passado entretanto um período já prolongado. Os dados recolhidos nessa atualização constam adiante em fundo de cor, com a indicação da fonte onde foram recolhidos. No entanto, a formulação em que se encontram, adaptada a partir dos dados recolhidos junto dessa fonte, continua a ser de exclusiva responsabilidade da Campo Aberto.

Apesar disso, antes de ser disponibilizada publicamente nesta compilação, a nossa formulação foi submetida ao parecer da fonte originária, para eventual deteção de erros nossos e introdução de correções. O resultado é o que adiante se apresenta, continuando a ser nossa inteiramente a responsabilidade pela forma como vão apresentados.

Agradecemos a todos os que colaboraram para que tivesse sido possível visitar e atualizar de algum modo, embora obviamente não definitivo, a informação que se segue, e que vão identificados.

No caso particular do concelho do Porto, a Campo Aberto agradece de modo especial à Câmara Municipal do Porto, Divisão Municipal de Gestão Ambiental, em particular à Dra Marta Duarte da Silva, à Divisão Municipal de Parques Urbanos, em particular ao Eng. Rui Prior Afonso, e à Divisão Municipal de Jardins, em particular à Eng.ª Teresa Serrano. Agradece ainda à empresa Águas do Porto, em especial a Rita Cunha, da área de Praias e Ribeiras. E ainda aos cidadãos Daniel Carvalho Silva, Silvino Bacelar e Jaime Prata.

Campo Aberto - associação de defesa do ambiente



Parque Oriental

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Nuno Quental
Espaço proposto por Luís Miguel Amorim

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1443
Nome do espaço Parque Oriental
Freguesias Campanhã
Concelho Porto

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,16; -8,57.

Limites





CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Espaço verde
Área aproximada 80 ha

Informações recolhidas junto da Câmara Municipal do Porto em 2014

Situa-se na freguesia de Campanhã, encaixado entre grandes eixos viários (Circunvalação, VCI, IC 29/A 43) e tem 100 000 m² de área aproximada. Abrange o vale do Rio Tinto.

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

Pelo Parque Oriental corre ainda livremente o rio Tinto e subsistem flora e fauna de grande valor ecológico, nomeadamente nas suas margens. Há terrenos agrícolas cultivados, separados por vezes por sebes vivas. Essas valências – únicas numa cidade que entubou quase todos os seus cursos de água, impermeabilizou uma parte significativa dos seus solos e quase banuiu a atividade agrícola – deveriam ser cuidadosamente preservadas enquanto fatores de diferenciação possuidores de uma identidade própria, conferindo à cidade uma paisagem mais diversa, alegre e estimulante. Existem ainda bosques de sobreiros, espécie protegida por lei.

Informações recolhidas junto da Câmara Municipal do Porto em 2014

Assim que se proceder à despoluição do Rio Tinto, à sua regularização e integração na paisagem do Parque, bem como à modelação e plantação deste, a cidade beneficiará de uma significativa valorização do seu ecossistema urbano. A estrutura do Parque dará suporte a uma biodiversidade florística e faunística, proporcionará um agradável espaço de contemplação, recreio e lazer, e qualificará a vida da população da cidade.

Relevância social

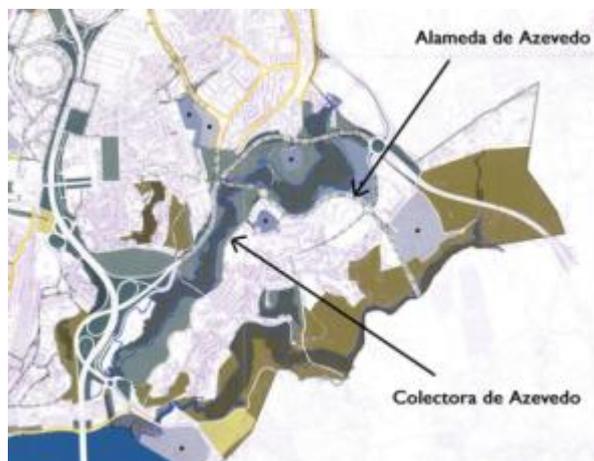
A agricultura ainda é praticada em algumas zonas. A proximidade de áreas residenciais como o Bairro do Lagarteiro faz com que a área seja frequentada por muitos residentes. O parque poderá funcionar como âncora do desenvolvimento da zona oriental do Porto.

Informações recolhidas junto da Câmara Municipal do Porto em 2014

Este Parque, com a sua primeira fase já realizada, tem um efeito de gentrificação na zona oriental da cidade. A população de Azevedo, do Bairro do Lagarteiro e de outros bairros vizinhos utiliza o Parque regularmente, e com agrado.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

Só uma pequena parte dos terrenos é propriedade municipal (cerca de 22 ha). Os restantes são propriedade privada e por isso terão de ser expropriados. No PDM do Porto a maior parte da área está consignada a verde público, exceptuando-se as zonas já urbanizadas (ver figura em baixo).



Informações recolhidas junto da Câmara Municipal do Porto em 2014

O Parque Oriental decorre de uma ideia e vontade expressas no PDM datado de 1992. Uma parte significativa dos terrenos é já propriedade do município. As parcelas de terreno que ainda são de particulares poderão vir à posse da Câmara Municipal do Porto com base numa gestão fundiária baseada na perequação compensatória.

Ameaças à preservação

A maior ameaça já concretizada foi a construção da Alameda de Azevedo, que dividiu e segmentou desnecessariamente o parque. Uma análise custo-benefício revelaria que se tratou de uma opção errada, visto que as funções de mobilidade pretendidas poderiam ter sido supridas com um impacto ambiental muito menor. Está ainda prevista a construção da Coletora de Azevedo. Há ainda a referir a construção prevista de vários empreendimentos imobiliários que se destinam a custear parcialmente a criação do parque. Os pormenores desta operação são ainda desconhecidos, visto que não foi dado seguimento à primeira versão, que previa uma densidade de ocupação excessiva.

Informações recolhidas junto da Câmara Municipal do Porto em 2014

A maior dificuldade que se apresenta ao desenvolvimento do Parque centra-se na despoluição do Rio Tinto. A elaboração do Plano de Pormenor da UOPG 23 é também um fator crítico, na medida em que deste depende a implementação de uma gestão fundiária que liberte os terrenos para a execução do Parque. A qualidade do projeto e da obra são também determinantes para que o Parque tenha uma expressão paisagística esteticamente conseguida pois essa é a sua essência.

Possíveis intervenções futuras de preservação

O município do Porto vai avançar durante o ano de 2009 com a criação de uma pequena parte do Parque Oriental (cerca de 10 ha) (segundo notícias divulgadas em Janeiro de 2009). Para os restantes 71 ha não há uma data prevista. No terreno, contudo, as obras não são ainda visíveis.

Informações recolhidas junto da Câmara Municipal do Porto em 2014

Em 2001 foi constituída uma equipa de projeto e coordenação de obra para o Parque Oriental. A primeira fase, abrangendo uma superfície de cerca de 10 ha, foi concluída em 2009. Em resultado de uma profunda reconfiguração do sítio, que tinha sido paisagisticamente ferido com os aterros das plataformas da Alameda de Azevedo e de outras vias com taludes abruptos a vencer desníveis que chegavam aos 30 metros, foi possível, graças à modelação do terreno e à construção de panos de muro

cénicos, criar uma paisagem acolhedora e esteticamente expressiva. A realização de um Parque, como se constata, é um processo paciente alimentado por uma política com visão de longo prazo, clarividente e persistente.

Informações recolhidas em 2014 pela Campo Aberto

Uma equipa da Campo Aberto, com vista à revisão da compilação de 2006-2008, visitou o local em maio de 2014, tendo observado a parte já construída, com cerca de 10 hectares, e colhido diversas fotos que podem ser vistas em:

<https://picasaweb.google.com/111435591575417445038/Campanha50EspacosAtualizacaoPortoParqueOriental>

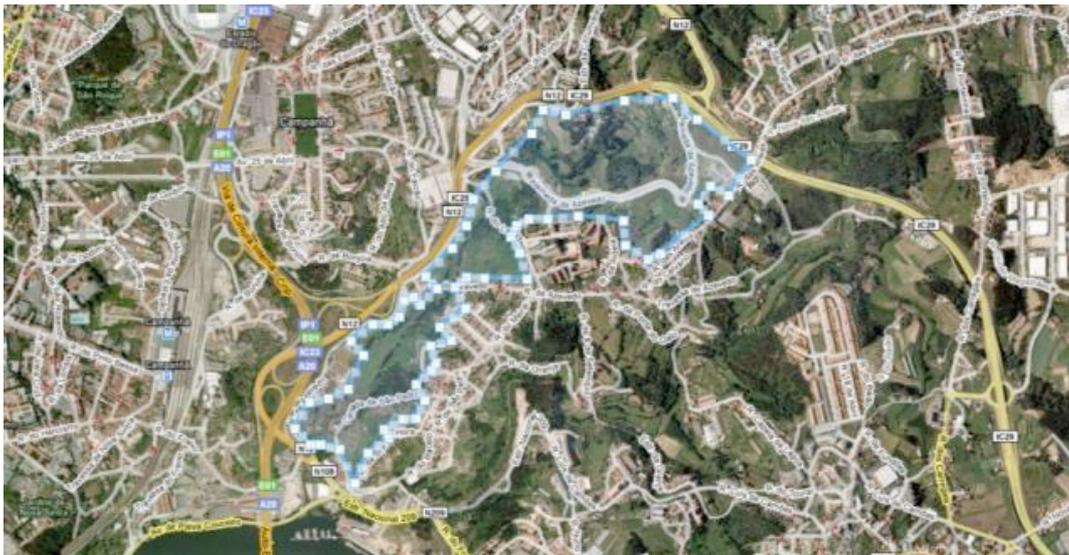
Possíveis parceiros na gestão e preservação

A Câmara Municipal do Porto, a Junta de Freguesia de Campanhã e associações cívicas dos bairros do Lagarteiro e do Cerco.

Informações recolhidas junto da Câmara Municipal do Porto em 2014

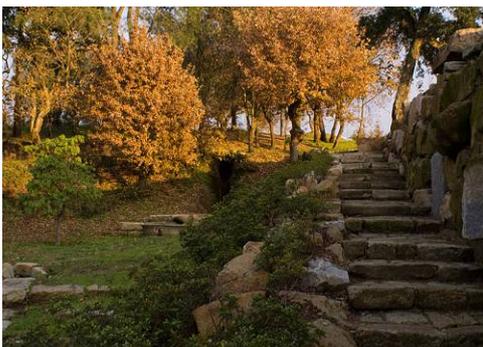
Acrescenta-se a União Europeia e os proprietários dos terrenos da UOPG 23.

Fotografias recolhidas em 2014 sobre o Parque Oriental junto da Divisão Municipal de Gestão Ambiental da Câmara Municipal do Porto :



Vista aérea com delimitação da área

Abaixo: quatro imagens da parte já construída em 2010





Em 2010 foi inaugurada a primeira fase de construção do Parque Oriental, num total de 10.000 m2.

[Ir para o índice](#)



Quinta da Bouça

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Rui Afonso
Espaço proposto por Daniel Carvalho

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1711
Nome do espaço Quinta da Bouça
Freguesia Cedofeita
Concelho Porto

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,16; -8,62.

Entre a Rua de Alves Redol, Rua de Cervantes e a linha do Metro (ao lado da estação da Lapa).

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Quinta
Área aproximada 3,4 ha

Informação recolhida pela Campo Aberto em 2014 junto da Divisão Municipal de Gestão Ambiental da Câmara Municipal do Porto

Área aproximada 26, 557 m2

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

A Quinta da Bouça é constituída na sua totalidade por explorações agrícolas na bacia da Ribeira de Massarelos, onde predominam as hortas e os pastos. De referir que os moldes deste aproveitamento agrícola são nitidamente de agricultura de subsistência dos moradores do perímetro desta Quinta. Não se conhecem espécies de relevância faunística, para além dos passeriformes comuns que aproveitam o local para nidificação. Existe uma palmeira (*Phoenix canariensis*), com relativo interesse de preservação. Encontram-se ali também vários choupos e eucaliptos. O interesse na preservação desta quinta agrícola reside na raridade de espaços com esta tipologia, inseridos numa densa malha urbana que é atualmente a cidade do Porto, sendo necessária para manter a qualidade de vida das populações que nela residem.

Relevância social

Atualmente a quinta tem uma utilização agrícola. Por ali diz-se passar a antiga galeria que ainda levava a água do reservatório de Arca d'Água para a Praça dos Leões. Quem visitar o local poderá ver as janelas da galeria com grades no muro da quinta.

Informação recolhida pela Campo Aberto junto do proponente, Daniel Carvalho, em setembro de 2014

A quinta encontra-se atualmente em total abandono, não se observando a atividade hortícola remanescente verificada quando da campanha.

Informações recolhidas pela Campo Aberto no local em 2014

O local foi visitado em maio de 2014 por uma equipa da Campo Aberto que observou o estado de total abandono da quinta, sem vestígios aparentes de hortas, já referido pelo proponente.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

É propriedade pública, da Câmara Municipal do Porto. No PDM do Porto, este espaço está integrado na UOPG nº 8 - Bouça (Unidade Operativa de Planeamento e Gestão). Esta UOPG pretende criar uma área verde pública e colmatar o tecido urbano junto da Rua de Cervantes e da Rua de Salgueiros, prevendo a integração e a renaturalização do afluente do rio de Vilar (a Ribeira de Massarelos) que se encontra canalizado ao longo da rua de Cervantes, nos terrenos ainda com uso agrícola propostos para o Parque da Bouça, onde passava o antigo leito. A área destina-se a uma área verde pública central, admitindo-se a construção de habitação coletiva e usos complementares apenas nas suas franjas. A Quinta da Bouça está ainda classificada no PDM do Porto como «área de urbanização especial», sendo atravessada por uma área de «proteção de espaços naturais», associada à Ribeira de Massarelos, e integrada em «zona especial de proteção a edifícios públicos não classificados – EP3 Instituto de Reinserção de Menores». Não está classificada como Reserva Agrícola Nacional ou Reserva Ecológica Nacional.

Ameaças à preservação

Encontra-se ameaçada pela pressão urbanística, poluição da água e do solo, abate de árvores, deposição ilegal de lixos e a construção de uma estrada.

Dinâmica local

Não existem atividades ou associações de dinâmica local.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Deveria ser preservada através da despoluição de ribeiros e recuperação das margens, a criação de um espaço verde público e de um percurso pedonal, a instalação de uma quinta pedagógica com o incentivo à agricultura biológica, criação de um parque desportivo e de manutenção e um centro de educação ambiental.

Observação da Campo Aberto em 2015 a propósito de Informação recolhida em 2014 junto da Divisão Municipal de Gestão Ambiental da Câmara Municipal do Porto

Este local não seria de propriedade pública, o que poderia dificultar a concretização dos objetivos de proteção ecológica contemplados na UOPG n.º 8 prevista no PDM ainda em vigor. Fizemos algumas diligências para obter esclarecimento junto dos serviços de urbanismo da CMP não tendo conseguido ainda obtê-lo até ao encerramento desta compilação em dezembro de 2015. Caso venhamos a obter esses esclarecimentos, atualizaremos seguidamente a informação sobre este espaço, a qualquer altura.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A Câmara Municipal do Porto, a Junta de Freguesia de Cedofeita, as Águas do Porto e a LIPOR poderiam ser parceiros na gestão e preservação deste espaço.

Fotografias e plantas relativas à Quinta da Bouça recolhidas em 2014 junto da Divisão Municipal de Gestão Ambiental da CMP



Vista geral da Quinta da Bouça

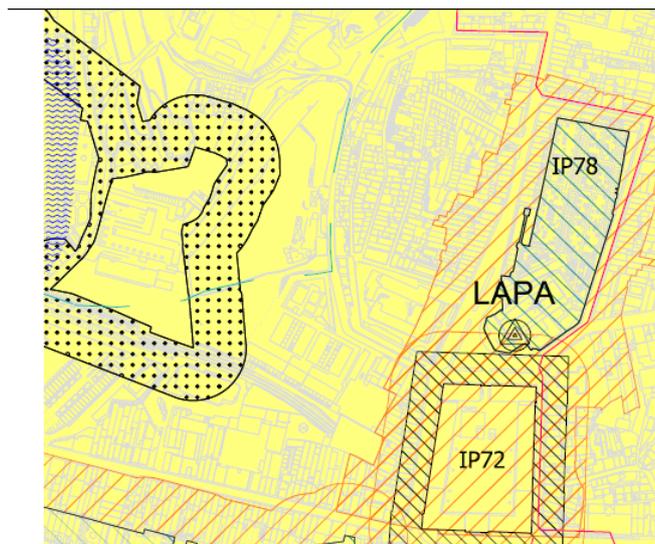


Quinta da Bouça (2014)



Planta topográfica simples com delimitação da área da Quinta da Bouça

Em PDM, da planta da área em causa consta uma Zona de Proteção a Edifícios Públicos.



Extrato da Planta de Condicionantes - PDM

[Ir para o índice](#)



Ribeira da Granja

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Artur Duarte e Rui Afonso

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1606
Nome do espaço Ribeira da Granja
Freguesias Lordelo do Ouro e Ramalde
Concelho Porto

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,16; -8,65.

Troço de Lordelo do Ouro - acesso pela Rua de Grijó. Troço de Ramalde - acesso pelas Ruas José da Silva Passos, Ramalde do Meio ou D. João Coutinho. Troço de Lordelo do Ouro - adjacente às Ruas de Serralves e Grijó. Troço de Ramalde - adjacente às Ruas José da Silva Passos, Ramalde do Meio ou D. João Coutinho.

Limites

(Troço de Lordelo do Ouro)



da Câmara Municipal do Porto, para o início do processo de concretização das ligações dos efluentes industriais aos coletores de saneamento instalados, levado a cabo pelas Águas do Porto, E.M.

Relevância social

O troço de Lordelo é um espaço abandonado que está a ser tomado para construção de prédios. Os dois socalcos superiores, na margem direita, estão a ser ocupados por materiais de construção civil e iniciaram-se ali escavações. Neste troço, do lado nascente, e na margem direita, existe uma casa sem qualquer valor patrimonial e em ruínas. No lado poente, também na margem direita, existe um açude e uma construção em ruínas que terá funcionado como moinho. O troço de Ramalde teve uma recente intervenção camarária. A margem esquerda é delimitada por quintais de pequenas casas e pelo Bairro Social de Ramalde do Meio; a margem direita é delimitada por um arruamento (R. José da Silva Passos) com moradias de dois pisos e por um espaço onde vai ser iniciada uma construção de edifício urbano, conforme painel de publicitação colocado no local da obra.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

Os terrenos são privados. No PDM do Porto, os troços de Ramalde e Lordelo do Ouro da Ribeira da Granja estão classificados como «áreas verdes de espaço canal», «proteção de espaços naturais» (carta de qualificação do solo), «leito de cheia», «presumíveis antigos leitos de ribeiras em aquedutos de águas pluviais» e «linhas de água descobertas» (carta de condicionantes), «espaço verde e imóvel de interesse patrimonial» (Ramalde) (carta de património). Nenhum dos troços está integrado em Reserva Ecológica Nacional ou Reserva Agrícola Nacional.

Ameaças à preservação

As principais ameaças à preservação do espaço são a especulação imobiliária, a deposição ilegal de resíduos, as descargas de efluentes industriais ilegais (troço mais poluído entre o Bairro do Viso e o lavadouro público de Francos), com conseqüente degradação das águas balneares das praias da Foz do Douro, a deposição ilegal de lixos e o abandono. Estes espaços, quer pela sua beleza, quer pela diversidade que conferem à cidade do Porto, merecem ser salvaguardados da especulação imobiliária a que estão sujeitos.

Dinâmica local

O Núcleo de Defesa do Meio Ambiente de Lordelo do Ouro - Grupo Ecologista (NDMALO-GE), uma associação ambientalista fundada em 1978 na freguesia de Lordelo do Ouro, tem focado a sua intervenção na sensibilização dos cidadãos para a defesa dos recursos hídricos, e mais concretamente para a defesa da Ribeira da Granja. A associação Campo Aberto tem divulgado comunicados e desenvolvido ações sobre a Ribeira da Granja desde 2002.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Como possíveis intervenções futuras, sugerem-se a valorização ambiental e requalificação do leito e margens, a despoluição da ribeira, a criação de percursos pedonais e ciclovias, a criação de um parque/jardim ou passeio público e de um centro de interpretação ambiental. Os dois socalcos existentes no lado poente, em cada uma das margens no troço de Ramalde, seriam bons locais para transformação em jardins ou passeios públicos.

A empresa Águas do Porto tem empreendido ações já neste sentido, através de intervenções de limpeza e desobstrução para evitar futuras cheias, estando já em progresso a sua despoluição através da instalação de 4500 metros de coletores e pela ligação ao saneamento de cerca de 800 casas já totalmente localizadas e referenciadas. Brevemente (em 2008) irão decorrer os trabalhos de desentubamento da Ribeira da Granja na zona da Casa do Rio, no ramal que vem da Prelada, de modo a que a ribeira fique a descoberto. Segundo a mesma empresa, estão também previstas intervenções ao nível do tratamento das margens, de modo a criar dois percursos pedonais: um entre a Circunvalação e a estação do Metro de Ramalde (articulando urbanizações, escola e Metro) e outro a ligar a zona da Boavista ao Douro, incluindo a recuperação de um moinho, na zona de Lordelo, uma belíssima peça patrimonial, histórica e cultural, que urge preservar.

Informações recolhidas pela Campo Aberto em visita ao local em junho de 2014

Foram feitos arranjos e recuperação ambiental e paisagística sob orientação das Águas do Porto em alguns trechos, sobretudo Requesende à Prelada, Ramalde e Viso, e ainda Lordelo do Ouro. A entrada da ribeira no Porto, na Circunvalação, perto da antiga rua de Congostas e atual Avenida de Xangai, evidencia o grau de poluição e sujidade que já traz consigo ao entrar no concelho. Podem ser vistas imagens dessa visita em:

<https://picasaweb.google.com/111435591575417445038/Campanha50EspacosAtualizacaoPortoRibeiraDaGranja>

Informações recolhidas em setembro de 2015 junto de Águas do Porto E. M.

A informação que solicitámos e recebemos da empresa municipal Águas do Porto destinava-se a ser disponibilizada na internet em www.ribeirasdoporto.pt, incluindo numerosas imagens e esboços topográficos, onde poderá ser ou vir a ser consultada. Dela se conclui que foram realizadas três fases de intervenção na Ribeira da Granja, entre 2009 e 2013.

A primeira fase incluiu o troço do Viso, entre 2009 e 2010, e constituiu a primeira ação de reabilitação de linhas de água no Porto. No espaço canal do Viso, em que leito e margens haviam sido anteriormente restringidos pelas urbanizações envolventes, a requalificação incidiu na limpeza e desobstrução do leito e margens, na estabilização destas em zonas de maior erosão por técnicas de engenharia natural, bem como na plantação de árvores autóctones com vista à reabilitação possível da galeria ribeirinha, em empreitada comparticipada pelo Fundo de Proteção de Recursos Hídricos.

A segunda fase de reabilitação da Ribeira da Granja ocorreu em 2011 no troço da Quinta do Rio, e incluiu o desentubamento de 620 metros da ribeira imediatamente a montante do troço do Viso. As margens e leito foram requalificadas com vista à valorização das funções de proteção de recursos hídricos, de controlo de cheias e de prevenção de riscos ambientais, bem como ao melhoramento das condições de drenagem e de escoamento de sedimentos e à restituição da boa qualidade ambiental do passado.

A terceira fase decorreu em 2012 e 2013 e abrangeu as zonas de Requesende, Ramalde do Meio e Bairro Pinheiro Torres. No troço de Requesende foram requalificados o leito e as margens entre a Rua de Requesende e a rua Eng. Artur Brás, tendo sido estabelecida uma ligação entre as estações de Metro de Francos e de Viso, a Escola EB 2/3 do Viso, a rua de Requesende, a zona habitacional da Prelada e a Circunvalação, inclusive através de um circuito pedonal e ciclável. Além de objetivos relativos ao sistema hídrico idênticos aos das intervenções anteriores, pretendeu-se também criar um corredor verde através da plantação de espécies autóctones e permitir a mobilidade da população entre os dois arruamentos referidos.

Ainda em 2012 e 2013, foi reabilitada a ribeira onde ela atravessa a zona de Ramalde do Meio, espaço invulgarmente recatado e silencioso em contraste com o intenso fluxo de pessoas e veículos motorizados que a envolve. Foi valorizada a galeria ribeirinha com vista a recuperar o ecossistema fluvial e a criar novos nichos ecológicos e a incentivar a diversidade biológica em termos de flora, incluindo prados húmidos e orlas arbustivas e arbóreas diversas. Foi também prevista uma via partilhada pedonal/ciclável, que permitisse uma ligação mais estreita da população com a ribeira e o espaço envolvente, favorecida pelo seu traçado meandrizado.

Em finais de 2012 e princípios de 2013, foi intervencionado o troço junto ao Bairro Pinheiro Torres. É aí que começa o entubamento da Ribeira da Granja até à sua foz no Rio Douro. O local estava muito degradado, com vegetação infestante e diversos tipos de resíduos no leito e nas margens. Foi por isso feita a limpeza dessa vegetação e dos resíduos, tendo sido requalificado o muro de pedra existente e construídos novos muros de pedra. Foi ainda criado um caminho pedonal a ligar a rua Dom João de Mascarenhas e a rua Dr. Nuno Pinheiro Torres.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

Como possíveis parceiros para a gestão e preservação do espaço, depois de intervencionado, deverão incluir-se a Câmara Municipal do Porto, as Juntas de Freguesia de Lordelo do Ouro e Ramalde e as Águas do Porto, E.M. As associações NDMALO-GE e Campo Aberto, pela sua experiência em ações de defesa

da Ribeira da Granja, poderiam desenvolver ações conjuntas de educação ambiental, dirigidas para as escolas e a população local.

[Ir para o índice](#)



Caminhos do Romântico

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Artur Duarte

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

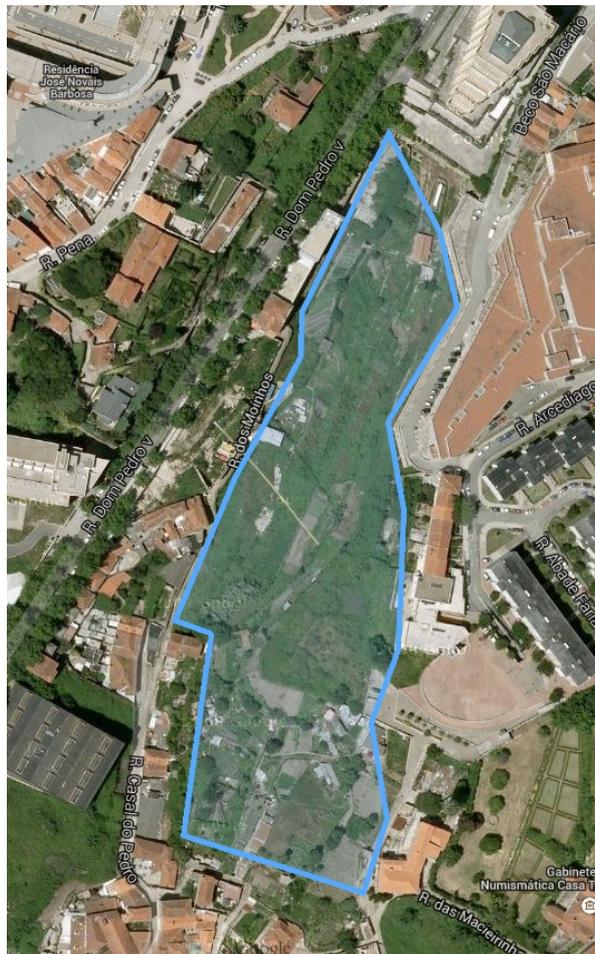
Código ID 1626
Nome do espaço Caminhos do Romântico
Freguesia Massarelos
Concelho Porto

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,15; -8,63.

Acesso pela Rua de Entre-Quintas e Rua da Macieirinha. Acessível também pelas traseiras do Seminário de Vilar, pela Rua do Abade de Baçal e pela Rua Arcediago Vanzeller. Rua D. Pedro V, Ruas de Entre-Quintas e Macieirinha e traseiras do Seminário de Vilar.

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Espaço verde
Área aproximada 1,9 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

Os Caminhos do Romântico são cinco percursos pedonais, apoiados em painéis informativos, desenhados no vale de Massarelos, que lograram escapar à voracidade da especulação imobiliária e transportar até ao século XXI o caráter rural das suas hortas, quintas, fontes e lavadouros do período romântico. Traçados pela Arq. Graça Nieto, são um convite atrativo a um mergulho no passado, a passear pelo Porto das vielas estreitas e escuras, das camélias e do cheiro a rosas para desfrutar de vistas fabulosas sobre o Douro. O ponto de partida é a rua de Entre-Quintas, perto do portão de acesso ao Museu Romântico. O percurso dos Caminhos do Romântico abrange uma vasta área, que vai do Palácio de Cristal à Faculdade de Arquitetura, na zona do Campo Alegre. Ao longo dos diferentes percursos propriamente ditos, existe um reduzido número de árvores e a fauna predominante são os passeriformes comuns. Existem outros elementos da paisagem relevantes como as vistas sobre o rio Douro e as suas margens e a bacia hidrográfica da Ribeira de Massarelos, no Vale de Vilar.

Aditamento segundo sugestão da Arq. Graça Nieto Guimarães, de agosto de 2014

Os Caminhos do Romântico fazem parte do projeto com o mesmo nome cujo âmbito abrange uma vasta área, que vai do Palácio de Cristal à Faculdade de Arquitetura, na zona do Campo Alegre. A rua de Entre-Quintas é um dos pontos de partida possíveis, não o único.

Informações prestadas à Campo Aberto em agosto de 2014

pela Arq. Graça Nieto Guimarães, autora do projeto premiado e executado em 2001

No âmbito do Projeto de Requalificação da zona, que abrange uma vasta área entre o Palácio de Cristal e a faculdade de Arquitetura, e no qual a componente ambiental teve grande importância, através de propostas para a preservação das linhas de drenagem e da flora existente, foram propostos cinco percursos interpretativos, cuja finalidade foi a de chamar a atenção para as características históricas, patrimoniais, paisagísticas e ambientais da zona. Os percursos podem ser iniciados tanto a partir da cota alta (Rua de Entre-quintas, rua do Gólgota) como a partir da cota baixa (Alameda de Basílio Teles, rua da Restauração), têm a sua duração, grau de dificuldade bem como a acessibilidade determinados por símbolos, e são constituídos por painéis de introdução e painéis interpretativos que descrevem os aspetos mais importantes de cada ponto assinalado. Cada percurso é assinalado por uma cor:

Amarelo – Percurso 1 – O Porto do Romantismo – É o mais curto e o único acessível a pessoas com mobilidade reduzida (na visita de 26 de Julho [referida adiante na secção «Ameaças à preservação»] acabámos por o percorrer todo, embora na sua variante não acessível que é pelo interior do Palácio de Cristal até à Quinta da Macieirinha). Procura retratar o Porto do século XIX e as características da zona, com as suas quintinhas de recreio.

Laranja – Percurso 2 – O Aproveitamento da Água – Percorre todo o fundo do vale da ribeira de Massarelos (também o fizemos no dia 26). Chama a atenção para os recursos da água e aproveitamento que dela se tem feito ao longo do tempo. Não fizemos a parte que seria mais interessante e representaria um olhar novo sobre o existente e que foi a Ponte pedonal que projetamos para ligar o parque de estacionamento à outra encosta do vale e assim permitir um atravessamento do vale a uma altura de mais de 30 metros. O projeto foi executado e pronto a concursar mas a verba foi desviada para repor na Praça Gomes Teixeira (Largo do Carmo) a situação que estava antes da intervenção da Porto 2001.

Vermelho – Percurso 3 – Arqueologia Rural e Industrial – Também o fizemos embora de forma não contínua. Descreve todo o «mix» de atividades rural, piscatória e industrial característico da zona.

Azul – Percurso 4 – A Fábrica de Massarelos e o Prestígio da Burguesia – Parte do cais das Pedras e sobe até à Quinta da Macieirinha mostrando a diferença entre a atividade industrial, fluvial e marítima e a atividade rural que, num curto espaço, se pode apreciar. Como ponto principal tem a chamada de atenção para a Fábrica de Cerâmica de Massarelos, que foi a primeira manufatura pombalina do país, e de que hoje resta apenas uma chaminé envolvida por um empreendimento imobiliário de habitação. Também fizemos este percurso na subida de regresso ao Palácio.

Verde – *Percurso 5 – Do Gólgota a Massarelos* – É o único percurso do lado da encosta do Bicalho; é um percurso que cruza a contemporaneidade com o antigo, pois parte da Faculdade de Arquitetura, chamando a atenção para o interessante edifício de Siza Vieira, e que também foi construído numa anterior quinta romântica. O percurso desce pela rua do Gólgota até ao cais de Massarelos. Também fizemos este percurso, mas não na totalidade.

Relevância social

Em alguns dos cinco percursos, foram feitos aproveitamentos agrícolas dos terrenos, com o cultivo de hortas pelos moradores locais, criando um ambiente rural em plena cidade do Porto. Nas proximidades, encontram-se alguns dos mais emblemáticos locais turísticos da cidade do Porto como a Casa Tait, o Museu Romântico da Quinta da Macieirinha e os Jardins do Palácio de Cristal. Os Caminhos do Romântico são um percurso obrigatório para quem queira conhecer a história da cidade do Porto e foram alvo de requalificação (incompleta) dos espaços públicos durante a Capital Europeia da Cultura – Porto 2001. Depois destas intervenções, o abandono e a degradação do espaço público transformaram-se numa realidade, com a proliferação crescente da criminalidade.

Informações prestadas à Campo Aberto em agosto de 2014

pela Arq. Graça Nieto Guimarães, autora do projeto premiado e executado em 2001

Ao longo dos cinco percursos, pudemos ver o aproveitamento dos terrenos com pequenas hortas em terrenos próprios ou cedidos pelo Episcopado do Porto, proprietário dos terrenos entre o Seminário e a ribeira de Massarelos. [Nota: esta foi sempre uma característica da zona, isto é, a exploração agrícola como complemento do trabalho, primeiro quando ligado à pesca e à navegação e atividades afins, e depois ao trabalho das fábricas e fundições que também se vieram a instalar na zona.]

Não tenho dados para afirmar se a criminalidade terá aumentado ou não após a intervenção. Como se pôde ver na visita, existe bastante habitação na zona e os caminhos são muito frequentados pelos residentes nas suas deslocações, sobretudo para a zona alta da cidade (os transportes públicos estão predominantemente no Palácio de Cristal, e menos na Alameda Basílio Teles e Praça da Galiza). O local onde está o Parque de estacionamento é agora um local vigiado e antes era um terreno abandonado.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

Os terrenos agrícolas são privados. A área não está inscrita em Reserva Agrícola Nacional ou Reserva Ecológica Nacional. No PDM do Porto, a área abrangida pelos Caminhos do Romântico está classificada como «área de habitação unifamiliar», «área histórica», «proteção de espaços verdes» e «áreas verdes mistas» (carta de qualificação do solo), «presumíveis antigos leitos de ribeiras em aquedutos de águas pluviais» (carta de condicionantes), com «conjuntos de interesse urbanístico e arquitetónico» e «imóveis de interesse patrimonial», estando ainda definido um «perímetro especial de proteção arqueológica (PEPA)» e «zona de potencial arqueológico (ZOPA)» (carta de património).

Ameaças à preservação

Existem ameaças reais e potenciais à preservação do local, nomeadamente a pressão urbanística (com efeitos visíveis na vertente da Rua D. Pedro V), a poluição da Ribeira de Massarelos e vandalismo e abandono dos espaços públicos após a reabilitação efetuada em 2001. Os sinais de degradação do espaço público e do ambiente social são visíveis pelos lixos depositados na rua, ausência de limpeza das ruas, paredes pintadas com grafitos e degradação do mobiliário urbano (candeeiros e painéis explicativos dos percursos).

Informações prestadas à Campo Aberto em agosto de 2014

pela Arq. Graça Nieto Guimarães, autora do projeto premiado e executado em 2001

Precisamente uma das intenções do projeto e do programa elaborado pela Porto 2001, era requalificar a zona, mantendo as suas características próprias, com propostas viabilizadoras da criação de uma zona da cidade com características excecionais. Permitindo densificação em zonas muito controladas, e promovendo a manutenção de todos os espaços verdes existentes.

Informações recolhidas pela Campo Aberto em julho de 2014

A Campo Aberto promoveu, em 26 de julho de 2014, uma visita a este espaço com inscrições públicas, orientada pela Arq. Graça Nieto Guimarães, autora do projeto posto a concurso no âmbito do Porto 2001 Capital Europeia da Cultura e por ela vencido. Pudemos verificar as potencialidades turísticas e

culturais dos cinco percursos que comporta (tendo esta visita sido feita com base numa síntese de todos eles e da sua intercomunicação). No entanto, alguns dos aspetos negativos, acima referidos em 2006-2008, parecem manter-se pelo menos em parte, agravados pelo facto de não terem chegado a concretizar-se vertentes importantes do projeto inicial, com destaque para a passagem superior pedonal e em ciclovia sobre o vale de Massarelos e Rua de D. Pedro V e para a reconversão em locais de cultura e lazer de algumas das quintas ainda existentes na zona. O problema do vandalismo que sofrem os painéis de informação dos percursos (embora reduzido basicamente à pintura com nebulizadores para inscrições ou tags) só talvez com outro tipo de painéis ou de informação possa ser solucionado.

Observação da Arq. Graça Nieto Guimarães em agosto de 2014 sobre o comentário da Campo Aberto, acima

O vandalismo é decorrente do desinteresse ao longo destes anos da própria Câmara. Com a proposta de revisão dos Percursos Interpretativos que está em curso e que espero venha a ser aprovada pelo executivo, pretende-se uma ação pró-ativa na manutenção dos painéis feita pela Câmara com ações imediatas de manutenção/reposição e também pela população residente chamando a atenção para qualquer situação de vandalismo nos painéis.

Dinâmica local

A atividade hortofrutícola nos campos agrícolas ao longo dos Caminhos do Romântico denota algum esforço de preservação do local, mantendo o clima de ruralidade em ambiente urbano. Existem também várias atividades de pedestrianismo relacionadas com os Caminhos do Romântico, incluindo ou não percursos históricos da cidade.

Informações prestadas à Campo Aberto em agosto de 2014 pela Arq. Graça Nieto Guimarães, autora do projeto premiado e executado em 2001

Há uma característica de «bairro» bastante forte que se pode perceber na zona. Existem algumas Associações sociais e recreativas, e a Associação de Moradores de Massarelos tem desenvolvido desde há vários anos uma função importante no apoio à infância e também à promoção de habitação social. De referir ainda o cuidado com que membros da população residente tratam das várias alminhas e imagens existentes na zona (como o Senhor dos Aflitos, Senhor dos Navegantes, Senhor de Matosinhos, Corpo Santo), as quais refletem bem a anterior atividade piscatória e de navegação. A igreja do Corpo Santo (dedicada a S. Pedro Gonçalves Telmo, padroeiro dos homens do mar) que inicialmente existiu neste local, foi construída e reconstruída pela Confraria das Almas do Corpo Santo, confraria de pescadores e marinheiros, fundada em 1394, tendo sido o seu primeiro Juiz honorário o Infante D. Henrique.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Como intervenções futuras de preservação, sugerem-se a valorização ambiental e a requalificação do património existente, e o incentivo à prática da agricultura biológica através de quintas pedagógicas. Um dos percursos, com ótima exposição solar, seria adequado para a criação de jardim público, o qual possibilitaria um bom ponto de observação da paisagem sobre o rio Douro e as margens. Justifica-se também um esforço na divulgação destes percursos históricos e turísticos da cidade após a intervenção e a manutenção regular dos espaços públicos.

Informações prestadas à Campo Aberto em agosto de 2014 pela Arq. Graça Nieto Guimarães, autora do projeto premiado e executado em 2001

Manter e rever o que foi projetado seria o ideal!

Sob o ponto de vista da requalificação paisagística, o projeto propunha do lado de Massarelos manter a zona verde através de uma transição de tipologia de zona verde, entre o arvoredo do Palácio de Cristal e a agricultura dos socacos do Episcopado. Esta transição seria feita através de zonas com plantação de árvores de fruto. Uma das zonas seria na quinta Redonda imediatamente a seguir à casa Tait e que penso ser propriedade da Câmara do Porto. Quanto às explorações agrícolas, os terrenos do Episcopado encontram-se em grande parte abandonados. As hortas urbanas são sempre uma iniciativa com muito poucos custos, e que tem imensos adeptos. A Câmara do Porto poderia, juntamente com o episcopado, estabelecer nestes terrenos um conjunto de hortas que cederia à população, residente ou não. Julgo que o papel das Associações Ambientais como a Campo Aberto, seria aqui muito importante. Existem também aqui alguns terrenos cujos proprietários estão há anos esperando a oportunidade de conseguir

uma autorização para construir, mas que a dificuldade de acessos e o próprio PDM felizmente tem conseguido suster.

Do lado do Bicalho todas as zonas verdes são terrenos cedidos pela Câmara do Porto à Universidade do Porto, e a proposta propunha mantê-los integralmente como garante da preservação das linhas de drenagem existentes no vale, e também como enquadramento da zona e da Faculdade de Arquitetura projetada por Siza Vieira. Não sem, claro, uma eliminação de algumas espécies infestantes como os eucaliptos por exemplo. Na altura havia a proposta de construir junto da Faculdade de Arquitetura um centro de documentação, a projetar por um arquiteto de renome internacional, julgo que era o Frank Gehry, mas creio que a proposta não teve seguimento. É possível que a nova Reitoria, recentemente empossada, acarínhe mais estes temas.

Anteriormente ao nosso projeto e no âmbito do projeto de Requalificação da marginal realizado anteriormente por Manuel Fernandes de Sá, existia aqui uma proposta de um funicular que ligasse esta zona da Faculdade e do Polo universitário do Campo Alegre à marginal. No projeto de Requalificação dos Caminhos do Romântico também mantivemos esta proposta.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

As entidades que poderiam contribuir para a gestão e preservação do espaço, depois de intervencionado, seriam a Câmara Municipal do Porto, a Junta de Freguesia de Massarelos e o Seminário de Vilar.

Informações prestadas à Campo Aberto em 2014

pela Arq. Graça Nieto Guimarães, autora do projeto premiado e executado em 2001

A designação da freguesia referida é atualmente União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos. Deviam também ser envolvidas as Associações existentes na zona, bem como a empresa que vai gerir o hotel atualmente em construção na Alameda Basílio Teles, onde estava o edifício conhecido como frigorífico do peixe. Trata-se de um pequeno hotel (boutique hotel) com 45 quartos, e pela sua localização e definição deverá estar aberto a uma participação conjunta para a requalificação da zona, naquilo que à preservação dos espaços verdes diz respeito. E ainda, para além do Seminário de Vilar, a Confraria do Corpo Santo. *Porto, 16 de Agosto de 2014 e 3 de novembro de 2014*

[Ir para o índice](#)



Antigos terrenos agrícolas em Aldoar e Nevogilde

ENQUADRAMENTO NA PAISAGEM

Ficha preenchida por Artur Duarte
Espaço proposto por Jaime Prata

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1898
Nome do espaço Antigos terrenos agrícolas em Aldoar e Nevogilde
Freguesias Aldoar e Nevogilde
Concelho Porto

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,16; -8,67.

Terrenos situados entre a Avenida da Boavista e a Praça do Império. Conjunto dos 3 espaços entre a Avenida da Boavista e a Praça do Império: 1. Espaço entre a Praça do Império e a Rua do Crasto; 2. Espaço entre a Rua do Crasto e a Rua do Molhe; 3. Espaço entre a Rua do Molhe e a Avenida da Boavista.

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Espaço natural
Área aproximada 25 ha

Nota da Campo Aberto em 2014

Atualmente, Aldoar e Nevogilde deixaram de existir como freguesias autónomas, pertencendo agora a uma União de Freguesias, que inclui ainda a Foz do Douro. A delimitação representada acima é correta. No entanto, na parte situada à direita da Avenida da Boavista quando voltados para poente, e que é propriamente Aldoar tal como delimitada na antiga freguesia do mesmo nome, não detetámos, em visita feita em setembro de 2014, quaisquer antigos terrenos agrícolas abandonados. De facto a ficha elaborada na campanha não descreve quaisquer terrenos agrícolas em Aldoar, podendo pois considerar-se o título algo desajustado. A proposta possivelmente mencionava Aldoar mas a equipa que a estudou terá concluído que se deveria limitar aos terrenos situados em Nevogilde. Veja-se, no entanto, na secção «Outros espaços não selecionados» a ficha sobre o Pinhal de Aldoar.

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

As três áreas que compõem este espaço possuem um pequeno número de espécies arbóreas; há zonas sem qualquer aproveitamento agrícola e outras onde são cultivadas pequenas hortas. São terrenos agrícolas banhados pela Ribeira de Aldoar, com vegetação natural, típica da sucessão ecológica de terrenos agrícolas abandonados e alguma vegetação ripícola. É um espaço importante não só por ser uma área de relativa grande dimensão, mas por estar inserido numa zona urbana muito massificada. Apresenta uma ribeira que desagua no mar, e constitui uma zona de máxima infiltração. É um importante corredor ecológico, ligando a zona do Parque da Cidade ao Parque da Pasteleira, às zonas verdes da foz e, conseqüentemente ao rio, permitindo um fluxo genético entre a fauna destas zonas e a manutenção duma elevada biodiversidade. Proporciona um contacto físico entre estes espaços que poderá ser aproveitado de futuro como um contínuo para o lazer ativo das populações.

Relevância social

Existem pequenas hortas, onde se pratica a agricultura de subsistência.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

São propriedade privada. No PDM do Porto, estes terrenos estão largamente incluídos em «área de urbanização especial» e de «habitação de tipo unifamiliar» e, em menor escala, de «edificação isolada com prevalência para habitação coletiva». Uma ínfima parte está destinada a «área verde de utilização pública», segundo a carta de qualificação do solo.

Ameaças à preservação

Para além da alameda que tem sido falada de ligação entre a Praça do Império e a Avenida da Boavista (a alameda Nun'Álvares, inserida num plano de urbanização com uma área de implantação de 342 mil metros quadrados), seguramente que é um espaço que estará a ser reservado para construção imobiliária.

Informações sintetizadas pela Campo Aberto em 2014

Em Nevogilde está prevista a abertura da avenida primeiramente designada como Nun'Álvares e ultimamente como D. Pedro, entre a Praça do Império e a Av. da Boavista (objeto de uma UOPG- Unidade Operacional de Planeamento e Gestão, prevista no PDM de 2005) com a conseqüente urbanização dos terrenos envolventes, o que ocupará a totalidade da área dos antigos terrenos agrícolas a que se refere o título deste espaço, ainda que esteja previsto que uma pequena parte dela seja destinada a parque urbano público. A CMP fez já algumas propostas para esta UOPG, que foram fortemente contestadas em Nevogilde e depois abandonadas. Desconhecemos qual o ponto da situação. Em junho de 2014, uma equipa da Campo Aberto visitou os terrenos de Nevogilde e colheu algumas imagens que mostram que o estado atual, quando ainda se não iniciaram as obras da UOPG e não foi ainda aprovado o respetivo plano, é idêntico ao descrito na ficha de campanha, com abandono ainda mais acentuado, embora se mantenha alguma atividade hortícola em parte dos terrenos.

Podem ver-se imagens de 2006-2008 em

<https://plus.google.com/photos/106541187278548543159/albums/5210747134775341329?banner=pw>

Algumas imagens colhidas na visita de 2014:

<https://picasaweb.google.com/111435591575417445038/Campanha50EspacosAtualizacaoPortoAntigosTerrenosAgricultivosEmAldoarENevogilde>

Fracionados pelas ruas do Crasto e do Molhe, esses terrenos não parecem oferecer uma «unidade» suficiente para uma UOPG coerente, parecendo antes inevitável o fracionamento do espaço pela malha urbana e viária pré-existente. Quanto a Aldoar, ver acima a nota de atualização (a propósito da área).

Dinâmica local

Desconhecem-se atividades ou associações de dinâmica local, à exceção do movimento de cidadãos em torno da construção da nova alameda.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Propõe-se a intervenção da autarquia no sentido de preservar este espaço natural viabilizando o objetivo da sua importância ecológica, salvando assim este espaço da especulação imobiliária. Deveria ser realizado um estudo sobre a importância ecológica deste local e sua futura conservação num parque público, por exemplo.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A Câmara Municipal do Porto e as Juntas de Freguesia de Aldoar e Nevogilde podiam ser parceiros na preservação destes espaços agrícolas.

[Ir para o índice](#)



Quinta agrícola perto da Prelada

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Artur Duarte
Espaço proposto por Silvino Bacelar

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1593
Nome do espaço Quinta agrícola perto da Prelada
Freguesia Ramalde
Concelho Porto

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,18; -8,63.

Espaço de cada um dos lados do Caminho das Congostas e entre a R. de Requesende (entrada pelo nº 557) e a Estrada Interior da Circunvalação. Perto do Parque de Campismo da Prelada. 1º Espaço delimitado pelo Caminho das Congostas, Travessa da Senhora do Porto, traseiras da R. Senhora do Porto, traseiras da R. Daniel Filipe e R. de Requesende. 2º Espaço delimitado pelo Caminho das Congostas, Rua e Travessa de Requesende, R. José da Silva Passos, R. das Cegonhas, Estrada Interior da Circunvalação e R. de João de Sá Peixoto.

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Quinta agrícola
Área aproximada 16 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

Trata-se de uma quinta agrícola, ainda com estruturas tradicionais, cujo caseiro foi há poucos anos dispensado. Tem um vasto terreno por onde pastam cavalos. Juntamente com os terrenos adjacentes que se prolongam até à Circunvalação, bem poderia constituir o Parque (Norte) Central da cidade do Porto. Um dos terrenos é atravessado pela Ribeira da Granja num troço a descoberto. É de grande importância preservar estes raros espaços de matriz rural, inseridos na densa malha urbana da cidade do Porto.

Relevância social

São terrenos ainda utilizados para a agricultura e pastorícia.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

Desconhece-se o tipo de propriedade (pública ou privada). No PDM do Porto, os espaços 1 e 2 estão incluídos em áreas significativas de «edificação isolada com prevalência de habitação coletiva» e «frente urbana contínua em consolidação» na carta de qualificação do solo. A maioria do espaço, na sua totalidade, está também incluído na UOPG 4, com uma pequena parte a NO consagrada como «área de proteção de espaço natural» junto à Ribeira da Granja. Na carta de condicionantes, uma pequena área de «mata de sobreiros», adjacente à Ribeira da Granja, está identificada. Existe uma proposta de ligação viária a atravessar os dois espaços incluídos nesta proposta.

De acordo com o regulamento do PDM do Porto, a UOPG 4 – Requesende Norte/Viso abrange a zona Sul da Ribeira da Granja e as áreas envolventes ao Quartel do Viso, compatibilizando-a com o atravessamento e requalificação da ribeira, criando uma zona verde de ligação ao futuro parque da Prelada. A zona a Sul da Ribeira da Granja destina-se a uma área predominantemente de habitação coletiva, podendo incluir serviços e comércio. A zona adjacente ao Quartel do Viso destina-se a habitação do tipo unifamiliar e usos complementares.

Ameaças à preservação

Dado o enquadramento urbano de grande densidade de construção, a existência de nós rodoviários de acesso à cidade do Porto e o descrito no PDM do Porto, existe a forte probabilidade de construção imobiliária neste espaço, sendo apetecível para especulação imobiliária.

Informações recolhidas junto de cidadãos em julho de 2014

De Silvino Bacelar:

A parte leste, do outro lado da Avenida de Xangai (antigo Caminho das Congostas), muito menor que a parte a oeste da mesma avenida, foi recentemente loteada e dotada de infraestruturas para futura urbanização. Na parte oeste, houve há alguns anos um grande painel a anunciar a urbanização, que terá sido parada pela crise imobiliária.

Informações recolhidas pela Campo Aberto em visita realizada em julho de 2014

A proposta de ligação viária referida mais acima (secção sobre direitos de propriedade e condicionalismos) foi já realizada, tendo transformado o velho Caminho das Congostas na nova Avenida de Xangai, sem dúvida tendo já em vista a urbanização da parte principal, a oeste desta nova avenida, parte essa que ainda se mantém sem construção e até com alguma agricultura, sobretudo de milho. O espaço está na quase totalidade incluído na UOPG 4-Requesende Norte/Viso, que segundo o PDM do Porto abrange a zona sul da Ribeira da Granja e as zonas envolventes ao Quartel do Viso.

Podem ver-se imagens recolhidas nessa visita de julho 2014 em:

<https://picasaweb.google.com/111435591575417445038/Campanha50EspacosAtualizacaoPortoAntigaQuintaPertoDaPrelada>

Dinâmica local

Alguma atividade agrícola e pastoril ainda existente.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Os terrenos destes dois espaços e os adjacentes que se prolongam até à Circunvalação poderiam constituir um futuro parque urbano a Norte da cidade do Porto. Uma outra utilização seria como quinta de agricultura biológica, dando hipótese aos cidadãos do Porto de usufruírem de uma forma de agricultura verdadeiramente sustentável, em pequenos talhões num regime de exploração de vizinhança.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A utilização como quinta de agricultura biológica poderia ter como parceiro a Lipor para a exploração do espaço, pela sua experiência na matéria, com cursos e ações de formação para o efeito. A Junta de Freguesia de Ramalde e a Câmara Municipal do Porto poderiam ser parceiras na definição e manutenção de um futuro parque público a instalar, caso se optasse por esta intervenção para usufruto das populações enquanto espaço de lazer.

[Ir para o índice](#)



Quinta da Prelada

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Artur Duarte
Espaço proposto por Júlia Maria Lourenço

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1763
Nome do espaço Quinta da Prelada
Freguesias Ramalde
Concelhos Porto

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,17; -8,63.

Espaço localizado de ambos os lados da VCI, adjacente ao Hospital da Prelada e ao Parque de Campismo da Prelada. Limitado a norte pela Rua de Maria Lamas, Rua de Santa Luzia e Rua de Monte dos Burgos, a sul pela Travessa da Prelada. O espaço é atravessado pela VCI, o Hospital da Prelada localiza-se a nascente e a Escola EB2/3 de Maria Lamas a poente.

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Jardim privado, Quinta agrícola, Área natural, Espaço verde
Área aproximada 22,8 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

A Quinta da Prelada é uma grande quinta, com um valiosíssimo património a preservar, que se encontra parcialmente esventrada pela Via de Cintura Interna na freguesia de Ramalde e por isso inserida numa zona densamente urbana da cidade do Porto. Os primeiros proprietários da Quinta da Prelada promoveram, entre 1743 e 1758, a construção de uma residência de verão na quinta, obra entregue ao italiano Nicolau Nasoni. Também a ele se deve o traçado do jardim com labirinto de buxo, de acordo com o gosto oitocentista, e de todo o envolvimento paisagístico da casa. Pela mata sucediam-se fontes, chafarizes e lanços de escadarias, em granito. No recinto do lago, numa pequena ilha, erguia-se um castelinho de recreio, constituído por um corpo circular ameado com um torreão a eixo. O lago era enquadrado pela imponente e amena paisagem projetada por Nasoni, onde se encontra hoje o Parque de Campismo da Prelada e cuja paisagem é dominada por pinheiros e eucaliptos. A fauna existente é a característica de um espaço rural e florestal ainda que inserido no núcleo urbano da cidade do Porto. A Quinta da Prelada integrava a Mata da Prelada, com árvores centenárias no seu interior. Visíveis do exterior observam-se duas tílias de grande porte, uma araucária e alguns choupos.

Relevância social

Referenciada nas Inquirições do século XIII com o nome de *Petra Lata*, em Ramalde, alguns elementos decorativos desta quinta foram transferidos para outros locais. O chafariz e os obeliscos hoje encontram-se no Passeio Alegre, na Foz do Douro. Os expedicionários liberais desembarcados ao Sul do Mindelo, em 8 de julho de 1832, entraram na cidade na manhã do dia seguinte, pelo caminho que flanqueava essa quinta, ficando esta desde então associada ao movimento liberal. Os obeliscos marcavam a entrada das reduzidas forças de D. Pedro IV. Estes dois elegantes obeliscos prismáticos, encimados por tochas, estão atualmente colocados no jardim do Passeio Alegre, na Foz do Douro, tal como o chafariz conhecido como a Fonte do Cágado. A construção do Parque de Campismo da Prelada resulta justamente da aquisição da quinta pela Câmara Municipal do Porto, que procedeu ao deslocamento de alguns elementos da propriedade, cortada pela Via de Cintura Interna da cidade (desde 1989). Parte da Quinta da Prelada é hoje ocupada pelo Parque de Campismo da Prelada, desativado e abandonado. Noutra parte da quinta, no topo da Rua dos Castelos, localiza-se a casa «senhorial» com o portão de entrada principal. Este portão barroco é mais antigo que a própria casa, mandada construir em 1754; é dos fins do século XVII e é notável pela riqueza decorativa do brasão de família e das suas sereias. Segundo desenho inicial de Nasoni, a casa senhorial da Quinta da Prelada data do início da segunda metade do século XVIII. Foi residência da família Noronha de Meneses até 1904, data em que foi doada à Santa Casa da Misericórdia do Porto.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

É privada, de propriedade da Santa Casa da Misericórdia do Porto. Pertenceu à família Noronha de Meneses até 1904, data em que foi doada à Santa Casa da Misericórdia do Porto. O lago, fontes e escadaria que restam da Quinta da Prelada e os obeliscos do jardim do Passeio Alegre são Imóveis de Interesse Público desde 1938. NO PDM do Porto, mais concretamente na carta de qualificação do solo, a Quinta da Prelada está classificada como «Espaço verde de utilização pública» e «Área de habitação unifamiliar» e integrada em 2 UOPG: a UOPG 13 – VCI e a UOPG 5 – Prelada.

A UOPG 13 – VCI (art.º 88 do regulamento do PDM) «pretende minorar o impacte negativo, em termos de qualificação urbana, introduzido pela construção da VCI, que provocou graves problemas ambientais e paisagísticos, designadamente um elevado índice de ruído e uma rutura nos tecidos urbanos da cidade; os estudos a efetuar deverão eliminar estes inconvenientes, promovendo a reconversão da área através de obras de urbanização que diminuam o efeito de rutura e que garantam, sempre que possível, a continuidade urbana; deverão ser elaborados planos de monitorização de ruído, por forma a não contrariar os níveis sonoros máximos admissíveis, definidos pelo DL n.º 292/2000 de 14 de Novembro.»

A UOPG 5 – Prelada (art.º 88 do regulamento do PDM) «pretende a intervenção urbanística com o objetivo de viabilizar a ligação entre as duas margens da VCI, o seu acesso ao nó do Regado e a criação de uma área verde pública associada à Quinta da Prelada. Pretende ainda a valorização da área incluída na zona de proteção da Quinta da Prelada e a unidade de execução a desenvolver deve considerar a reposição, a céu aberto, da linha de água existente, que deve ser associada à área verde proposta. Como parâmetros urbanísticos, a área deve ser ocupada predominantemente por habitação e verde público». Na carta de condicionantes do PDM do Porto, apresenta-se integralmente enquadrada em área de espécies arbóreas classificadas ou protegidas como «mata de sobreiros», com bordadura nos seus limites de «área classificada ou em vias de classificação» e «Zona de Proteção ZEP/ZAP» sobre a Casa e Quinta da Prelada. Uma pequena parte da quinta está classificada como «Zona de Alinhamento Especial para o IC23 (VCI)». Na carta de património do PDM do Porto, está classificada como «Espaço Verde de Valor Patrimonial» com «Zona Especial de Proteção/Zona Arqueológica de Proteção». Não integra Reserva Ecológica Nacional ou Reserva Agrícola Nacional, inexistentes na cidade do Porto.

Ameaças à preservação

A Quinta constitui um dos espaços agrícolas semi-abandonados remanescentes da cidade do Porto, à qual acresce o seu património valiosíssimo para a história da cidade do Porto. Encontra-se em avançado estado de degradação apesar da sua ocupação atual e com ameaça de pressão imobiliária em partes dos seus terrenos.

Dinâmica local

Algumas das áreas estão a ser aproveitadas para a prática da agricultura. A Invicta Film foi uma produtora portuguesa de cinema, sediada na cidade do Porto, cuja atividade se destacou nos anos vinte, com um número significativo de filmes relevantes para a história do cinema em Portugal e teve estúdios instalados na Quinta da Prelada. A Comissão de Jovens de Ramalde tem defendido a preservação da Quinta da Prelada como futuro espaço verde público da cidade.

Possíveis intervenções futuras de preservação

A requalificação e valorização do património natural e construído de toda a quinta (incluindo o curso de água que a atravessa) seriam importantes numa primeira fase. Em seguida, a ideia apresentada pelo proponente do espaço seria a criação de uma rede ecológica a partir desta quinta. Poderia ser de futuro, um espaço verde uno, inserido numa zona densamente urbana da cidade, aproveitando o viaduto abandonado sobre a via rápida para ligação das duas áreas verdes com a função de corredor ecológico suspenso sobre a VCI, bem integrado na paisagem. Existem precedentes para este tipo de projeto: uma ponte verde numa cidade perto de Frankfurt e outra em Londres. Uma outra utilização interessante seria a criação de uma quinta pedagógica, para atividades de educação ambiental. Apesar das propostas previstas pela Câmara Municipal do Porto, descritas no PDM, atualmente não se conhecem estudos para a requalificação desta quinta, em curso ou em projeto.

Informações recolhidas pela Campo Aberto em 15 de outubro de 2014

Segundo informações recolhidas junto da SCMP e numa visita da Campo Aberto, a Quinta da Prelada encontra-se fechada ao público desde dezembro de 2006, quando foi encerrado o Parque de Campismo que aí funcionava desde 1961. Nos últimos anos, embora episodicamente por ocasião de alguns eventos (feiras de artesanato, demonstrações de hipismo e de falcoaria, por exemplo), o Parque tem sido aberto a visitantes. A imprensa tem referido por diversas vezes intenções da SCMP de reabilitar o espaço e de o abrir à utilização pública. Existe já aliás um protocolo com o Sport Clube do Porto com vista a esse objetivo. A Quinta tinha ligação à Casa da Prelada através de uma extensa alameda, ligação essa cortada em 1989 com a abertura da Via de Cintura Interna, existindo no entanto um túnel que permite o acesso privado a pé entre os dois espaços. Já posteriormente à nossa campanha de 2006-2008, a Casa da Prelada foi objeto de profundas e cuidadas obras de restauro e reabilitação, e nela decorrem atualmente com frequência atividades públicas como conferências, congressos e outras, incluindo visitas guiadas à Casa e aos seus Jardins. Podem ver-se imagens dessa reabilitação no final deste álbum: <https://picasaweb.google.com/111435591575417445038/Campanha50EspacosAtualizacaoPortoCasaEQuintaDaPrelada>

[Ir para o índice](#)

OUTROS ESPAÇOS NÃO SELECIONADOS

Foram propostos mas não selecionado os espaços seguintes. O facto de não ter sido selecionado não pode de forma alguma interpretar-se como significando ausência de importância ecológica ou de valores ecológicos dignos de preservação.

Embora a atualização de informação sobre espaços não incluídos nos 50 selecionados não seja um objetivo imediato, haverá a possibilidade de introduzir novas informações por pessoas que conheçam ou venham a conhecer esses espaços e a confrontar o seu estado atual com o descrito na ficha respetiva.

A Campo Aberto incluirá com muito gosto as informações atualizadas que qualquer cidadão ou entidade lhe queira fazer chegar sobre algum dos outros espaços. A enviar para: contacto@campoaberto.pt

Se bem que utilizando as informações fornecidas, e quando identificada a sua fonte, a forma com que figuram nesta compilação em processo de atualização é sempre e somente de responsabilidade da Campo Aberto. Isso será válido apesar de, sempre que nos for possível, ser nossa intenção apresentar a quem nos informou a versão que tencionamos inserir aqui, e corrigi-la e adaptá-la segundo as recomendações que recebermos.

Campo Aberto - associação de defesa do ambiente



Pinhal de Aldoar

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Artur Duarte
Espaço proposto por Jorge Carvalho

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

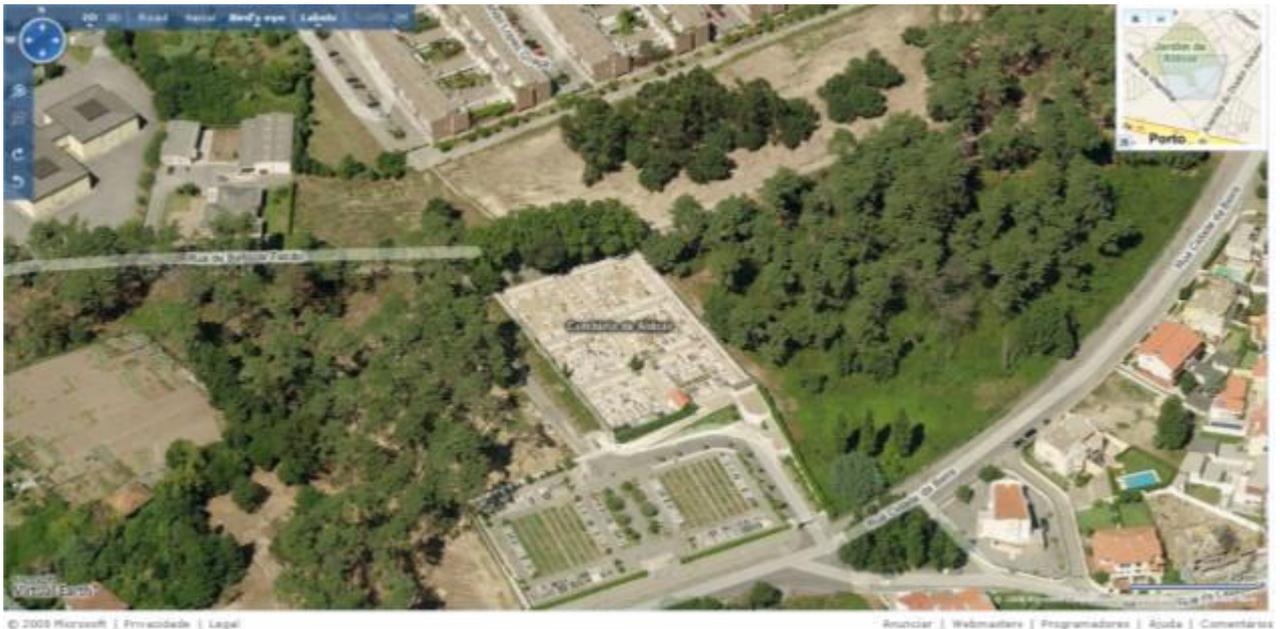
Código ID 1447
Nome do espaço Pinhal de Aldoar
Freguesia Aldoar
Concelho Porto

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,17; -8,66.

Quarteirão onde se localizam o cemitério de Aldoar, a Escola Secundária E.B. 2/3 Manoel de Oliveira e o Centro Isabel Brito e Cunha da APPACDM. Espaço delimitado pela Rua da Vilarinha, partes laterais e traseiras do cemitério de Aldoar, Ruas Cidade da Beira, Moçambique e Robert Auzelle, por um conjunto de moradias inseridas nas Ruas Soeiro Pereira Gomes, Álvaro Ferreira Alves, Fernando Lopes Graça e Teresa de Vasconcelos, pelo Centro Isabel Brito e Cunha da APPACDM, pela Escola Secundária E.B. 2/3 Manoel de Oliveira e pela Rua Baltazar Falcão.

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Espaço verde
Área aproximada 4,3 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

É um dos últimos testemunhos da zona de floresta que antigamente existia na freguesia de Aldoar e limítrofes. Encontra-se abandonado e em degradação. Não se conhecem espécies de relevância faunística, para além dos passeriformes comuns que aproveitam o local para nidificação.

Quanto à flora, existem alguns pinheiros de grande porte e um número reduzido de espécies autóctones e muito antigas como carvalhos, sobreiros, choupos, e ainda eucaliptos, assim como cinco plátanos e duas tílias na entrada traseira do cemitério. Não existem outros elementos de paisagem relevantes.

Relevância social

O Pinhal de Aldoar é envolvido por uma escola secundária, um centro da APPACDM, um conjunto de moradias e um bairro de habitação social. Não existem elementos arquitetónicos a preservar. Na frente para a Rua da Cidade da Beira, existe uma placa de anúncio de licenciamento de obras. Há vestígios de utilização do local para fins desconhecidos.

Direitos de propriedade e condicionalismo dos planos de ordenamento do território

Segundo consulta à Junta de Freguesia de Aldoar, não se conhecem os proprietários do espaço, pelo que foi remetida a questão para a Câmara Municipal do Porto. Sabe-se que a família Mata será um dos proprietários do espaço. No PDM do Porto, o Pinhal de Aldoar está definido como «área de equipamento integrada em estrutura ecológica» (carta de qualificação do solo) e com «espécies arbóreas classificadas ou protegidas (mata de sobreiros e sobreiros isolados)» (carta de condicionantes). Não se encontra integrado em Reserva Ecológica Nacional ou Reserva Agrícola Nacional.

Ameaças à preservação

Nos últimos 20 anos, o espaço tem sido palco de queimadas, por incúria da vizinhança e com fins agrícolas. O espaço encontra-se abandonado e degradado, havendo a deposição de lixos, poda de árvores e invasão de matos. Existe um painel no local com o anúncio da autorização, por parte da Câmara Municipal do Porto, para a construção de um edifício para habitação. A probabilidade de construção de mais edifícios para habitação é grande.

Dinâmica local

Não existem associações ou iniciativas organizadas de preservação e dinamização do espaço, mas ele é utilizado por alguns moradores para jogos tradicionais (cartas, malha, etc.).

Possíveis intervenções futuras de preservação

Sendo esta uma zona residencial e de equipamentos escolares e de apoio social, sugere-se a preservação deste espaço como espaço de lazer/convívio e prática desportiva através da valorização ambiental com a criação de jardim público ou «jardim de proximidade», a definição de percursos pedonais e cicláveis, a instalação de um parque desportivo e de manutenção e um centro de educação ambiental.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A Escola Secundária E.B. 2/3 Manoel de Oliveira, o Centro Isabel Brito e Cunha da APPACDM e os bairros residenciais poderão ser potenciais dinamizadores de atividades a desenvolver num espaço com dimensão adequada a diferentes utilizações, sejam de carácter recreativo, cultural e/ou de diversas iniciativas amigas do ambiente. A Câmara Municipal do Porto ou a Junta de Freguesia de Aldoar poderão igualmente dar idêntica contribuição para a gestão do espaço.

Informações recolhidas pela Campo Aberto em 2014

Numa visita em setembro de 2014, verificou-se que este terreno tinha sido adquirido há alguns anos pela Universidade Lusíada para construção de instalações, tendo sido na altura vedado. No entanto, as construções não se iniciaram ainda. Numa outra parte do terreno terão sido construídas anteriormente algumas habitações que rematam uma urbanização de uma cooperativa de habitação ali existente. Magníficos sobreiros e pinheiros destacam-se num terreno com sinais de atual completo abandono. A preservação desses exemplares seria o mínimo que se poderia esperar de uma universidade, sendo desejável o máximo de preservação do Pinhal. No entanto, uma notícia de 12 de julho de 2011 no e-sítio Universidade Lusíada-Norte exhibe um projeto de Futuras Instalações da Universidade Lusíada do Porto, que, a concretizar-se, significaria aparentemente a razia total do arvoredo que em setembro de 2014, três anos depois dessa notícia, ainda ali existia.

Algumas imagens recolhidas na visita:

<https://picasaweb.google.com/111435591575417445038/Campanha50EspacosAtualizacaoPortoAldoarPinhalEDescampado>

[Ir para o índice](#)



Quinta da família Carneiro

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Artur Duarte

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1757
Nome do espaço Quinta da família Carneiro
Freguesia Aldoar
Concelho Porto

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,17; -8,67.

Entrada pela Rua da Vilarinha. Limitada pela Rua da Vilarinha a Norte e Este e pela Rua de Roriz a Norte e a Oeste.

Limites



Legal

Anúnciar | Webmasters | Programadores | Ajuda | Comentários

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Quinta, Jardim privado
Área aproximada 2 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

É uma quinta constituída por um jardim arborizado e campo de cultivo em utilização. É um raro e encantador reduto rural. O proprietário não permitiu a visita ao local para identificação da flora e fauna predominantes.

Relevância social

A Quinta da família Carneiro, conhecida como a Casa Manoel de Oliveira, foi o local de residência do realizador portuense. A casa de habitação, datada de 1939, uma obra maior do modernismo da cidade do Porto, é da autoria do Arq. José Porto.

Direitos de propriedade e condicionalismo dos planos de ordenamento do território

É propriedade privada de habitação permanente, pertencente a uma família de apelido Carneiro. Não integra Reserva Ecológica Nacional ou Reserva Agrícola Nacional. No PDM do Porto, a Quinta da Família Carneiro está classificada como «conjunto de interesse urbanístico e arquitetónico», com «imóveis de interesse patrimonial (carta de património)», «zona de protecção (ZEP/ZAP) e área classificada ou em vias de classificação» (carta de condicionantes), estando identificada como «Casa na Rua da Vilarinha 431-475/Casa Manuel de Oliveira».

Ameaças à preservação

Não se identificaram ameaças à preservação do local.

Dinâmica local

Não existem iniciativas de preservação e dinamização do local.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Esta quinta tem sido preservada pela família sua proprietária, pelo que se não se sugerem intervenções futuras de relevo. No entanto, desconhece-se a existência (possível) de um inventário do património ecológico, histórico e arquitetónico das quintas da cidade do Porto. No caso de existir este inventário, a sua divulgação ao público seria um importante contributo para o turismo local.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

Não se sugerem parceiros na gestão e preservação do espaço em questão, para além dos proprietários. A Câmara Municipal do Porto poderia contribuir para a divulgação ao público (por exemplo, através de um inventário das quintas da cidade disponível em linha no e-sítio da autarquia).

[Ir para o índice](#)



Antiga quinta do Eng. Cunha-Lima

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Artur Duarte
Espaço proposto por Isabel Alves

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1931
Nome do espaço Antiga quinta do Eng. Cunha-Lima
Freguesia Campanhã
Concelho Porto

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,16; -8,58. Em frente desta quinta, na R. da Lameira de Cima, existe o antigo Quartel da Belavista que outrora pertenceu à GNR. Hoje são instalações da PSP. Entre a R. São Roque da Lameira e a R. da Lameira de Cima. O portão principal está localizado na R. São Roque da Lameira, entre os nºs 1828 e 1860. Existe uma outra entrada sem número pela R. da Lameira de Cima.

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Quinta
Área aproximada 1,3 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

A quinta do Eng. Cunha-Lima, muito provavelmente um dos seus antigos proprietários, consiste numa propriedade privada com algumas centenas de anos; contudo, encontra-se atualmente em total abandono. Possui no seu interior algumas árvores interessantes nomeadamente um *Quercus robur*

centenário e alguns outros espécimes mais recentes, um *Pinus pinea* com aproximadamente um século, uma tília de grandes dimensões bem como algumas magnólias, entre outras árvores. Possui um túnel delimitado por japoneiras e ainda um pequeno lago artificial no interior.

Relevância social

Sem anotações.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

É propriedade privada mas é desconhecido o seu atual proprietário. No PDM do Porto, está classificada como «área de frente urbana contínua em consolidação» na carta de qualificação do solo, parte da quinta está integrada em «zona de proteção» ao edifício do Quartel General da Bela Vista na carta de condicionantes e em «conjuntos de interesse urbanístico e arquitetónico» na carta de património. Não está classificada como REN ou RAN.

Ameaças à preservação

Existe ameaça de preservação desta quinta: a sua urbanização. Na entrada da R. da Lameira de Cima (frente ao nº 248) está afixado um painel/aviso da CMP que informa «Nos termos do DL Nº 555/99 de 16 de Dezembro a CMP torna público que em 06/02/2008 deu entrada um pedido de licenciamento para obras de edificação. Processo Camarário nº 19.227/08/CMP. Projeto em fase de apreciação. A operação urbanística não se encontra licenciada».

Dinâmica local

Embora a quinta esteja abandonada, a arborização existente é magnífica, vista a partir do exterior.

Possíveis intervenções futuras de preservação

É um espaço ideal para exploração como espaço rural. A recuperação/restauração da habitação existente poderia ser destinada à instalação de uma organização com atividade relacionada com o espaço rural e aberta ao público em geral. Numa zona tão degradada da cidade do Porto, como é o caso da freguesia de Campanhã, seria ótimo para um início de recuperação da freguesia que nos últimos anos tem sido invadida apenas por vias rápidas e desenfreada construção de imóveis que aumentam desmesuradamente a densidade de tráfego e, conseqüentemente, a poluição.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

As entidades que poderiam contribuir para a gestão do espaço, depois de intervencionado, seriam a Câmara Municipal do Porto e a Junta de Freguesia de Campanhã.

[Ir para o índice](#)



Monte do Forte

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Isabel Alves

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1882
Nome do espaço Monte do Forte
Freguesia Campanhã
Concelho Porto

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,15; -8,57.

Beco do Meiral. Este espaço é limitado pelas seguintes ruas: Rua do Meiral, Rua da Granja e Rua 8 de Setembro. Os campos agrícolas entre a Rua 8 de Setembro e o espaço em causa não se encontram incluídos nele próprio.

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Espaço verde
Área aproximada 5,1 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

O Monte do Forte é uma pequena elevação, com vistas para Gaia, Bonfim e Antas, onde se podem encontrar eucaliptos, carvalhos, plátanos e falsas acácias (*Robinia pseudoacacia*) como espécies de flora predominantes, para além do mato em grande abundância. Relativamente à avifauna, podem aqui encontrar-se espécies comuns como pardais, alvéolas brancas, pombos, não havendo qualquer espécie de maior relevo.

Relevância social

A Capela do Forte é o elemento arquitetónico relevante no Monte do Forte. É um pequeno templo, de traça muito simples, edificado entre os finais do século XVIII e princípios do século XIX. Está situado no lugar do Forte, no mesmo local onde esteve sediado um aquartelamento de tropas miguelistas durante o período das guerras liberais que ficou célebre como o Cerco do Porto, razão pela qual é também conhecida por Capela do Forte. Em 1922, os seus bens foram entregues à Confraria do Senhor do Calvário, passando esta instituição a gerir e a promover os serviços e festividades religiosas relacionadas com a capela. A principal festa é a do Senhor da Pedra, que se realiza todos os anos, a 2 de Junho, em honra do Senhor do Calvário, cuja imagem é trabalhada num só bloco de pedra. Esta festa é referida no calendário de festas da Câmara Municipal do Porto. Existe ainda um crucifixo em pedra à entrada da Capela.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

O Monte do Forte é propriedade privada, pertence a uma família que a herdou há relativamente pouco tempo mas que não manifesta qualquer interesse pela manutenção do espaço. A Capela do Forte pertence à paróquia de Nossa Senhora do Calvário. Não estão definidos quaisquer estatutos de preservação (REN, RAN, Rede Natura) para o local em questão. No PDM do Porto, a área onde se insere o Monte do Forte está classificada como «protecção de espaços naturais» e «áreas verdes de utilização pública» (carta de qualificação do solo), com a existência de «espécies arbóreas classificadas ou protegidas – mata de sobreiros» (carta de condicionantes) e «perímetro especial de protecção arqueológica (PEPA)» e «zona de potencial arqueológico (ZOPA)» (carta de património).

Ameaças à preservação

As ameaças à sua preservação são a pressão urbanística (na encosta norte, com a possibilidade de alargamento de uma cooperativa habitacional já existente), o estado de abandono e degradação (nomeadamente na encosta sul, com casas abandonadas), os fogos florestais (na encosta sudoeste) e a deposição ilegal de lixos.

Dinâmica local

A Junta de Freguesia de Campanhã tem desenvolvido ações de sensibilização junto das escolas relativamente ao património natural da freguesia. No entanto, desconhece-se a existência de ações para este local específico.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Como sugestão de intervenção futura para a sua preservação, seria bastante favorável uma valorização ambiental e do património existente.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A gestão do Monte do Forte pela Câmara Municipal do Porto seria bastante positiva. Embora seja propriedade privada, técnicos municipais têm visitado o local para avaliar a possibilidade de gestão da Câmara Municipal do Porto devido ao seu valor natural, o qual tem sido alvo de muitas pressões.

[Ir para o índice](#)



Morro das Mimosas

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Isabel Alves

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1659
Nome do espaço Morro das Mimosas
Freguesia Campanhã
Concelho Porto

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,17; -8,57.
Rua S. Roque da Lameira (em frente aos números 71 a 95).

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Área natural, Espaço verde
Área aproximada 2000 m²

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

O Morro das Mimosas é uma pequena extensão de mimosas na escarpa de um monte, ao longo desta rua muito íngreme, em que apenas existem blocos de habitação em frente. Na flora predominam as mimosas e na fauna podem encontrar-se passeriformes comuns como pardais e pombas. Não existem elementos relevantes de paisagem porque o espaço é bastante reduzido, localizando-se acima de um muro com cerca de três metros de altura.

Relevância social

Este frondoso espaço verde foi durante muitos anos apreciado e regularmente mantido mas agora encontra-se abandonado.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

É propriedade pública, da Câmara Municipal do Porto. Não está integrada em Reserva Ecológica Nacional ou Reserva Agrícola Nacional. O Morro das Mimosas está identificado no PDM do Porto como «área de edificação isolada com prevalência de habitação coletiva» (carta de qualificação do solo), com um «sobreiro isolado», sendo esta uma espécie arbórea protegida (carta de condicionantes).

Ameaças à preservação

O espaço está abandonado e não tem sido sujeito a qualquer tipo de limpeza. Para além disso, predominam espécies invasoras de flora (mimosas).

Dinâmica local

Não existem iniciativas de preservação e dinamização do local.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Poderia sugerir-se a valorização daquele espaço verde, através da plantação de espécies autóctones, com usufruto da população, funcionando como um jardim de proximidade inserido em zona residencial.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A Câmara Municipal do Porto e a Junta de Freguesia de Campanhã poderiam constituir-se como parceiros na gestão e preservação do espaço.

[Ir para o índice](#)



Quinta de Santo António de Águas Férreas

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Artur Duarte
Espaço proposto por Helena Lopes

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

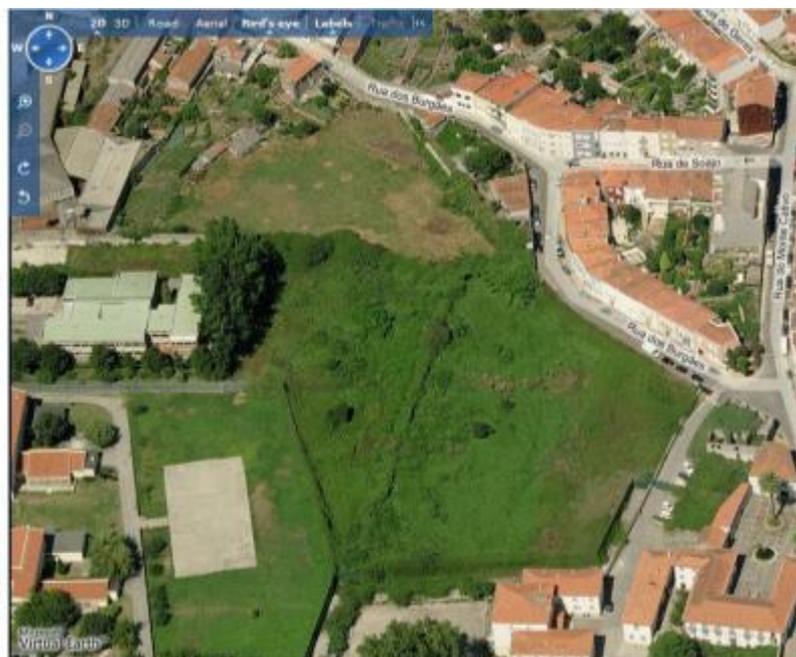
Código ID 1489
Nome do espaço Quinta de Santo António de Águas Férreas
Freguesia Cedofeita
Concelho Porto

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,16; -8,62.

Localiza-se nas traseiras do Tribunal de Família e de Menores, do edifício do Serviço de Estrangeiros do Ministério da Justiça, da Escola de Formação Profissional Infante D. Henrique e do edifício da chamada Tutoria. Defronte a este edifício estão as instalações do Instituto de Reinserção Social. Interior do quarteirão delimitado pela Rua dos Burgães, Rua do Melo, Linha do Metro do Porto e Rua do Barão de Forrester.

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Quinta agrícola
Área aproximada 2,6 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

É uma quinta com origens no século XVIII. Tem um denso contexto natural, composto por campos, vegetação, e um ribeiro. Tem ainda um palácio setecentista (classificado como Imóvel de Interesse Público), um jardim e elementos barrocos e neoclássicos. Para além de uma palmeira no pátio do palácio, a quinta encontra-se invadida por matos. Tem denso contexto natural, composto por campos, vegetação e um ribeiro. Existe ainda um chafariz.

Relevância social

Segundo a *Toponímia Portuense*, de Eugénio Andrea da Cunha e Freitas, a quinta de Santo António da Boavista, chamada das Águas Férreas, era assim denominada por ter uma fonte desta água junto aos seus muros. Era assim descrita a localização da fonte nesta quinta: «Está situada na parte externa da quinta que pertence à casa do Visconde de Veiros, [...] fica de plano inferior ao do terreno circunvizinho, num espaço ajardinado e murado, com alguns bancos de pedra destinados para descanso dos doentes e visitantes» (Lopes, 1892, 350). Lopes (1892) descreve a análise química desta água férrea e da sua temperatura (20º), feita pelo farmacêutico do Exército Manuel Nepomoceno em 1863, concluindo que são «tónicas e reconstituintes e como tal têm sido empregues». É possível ainda encontrar-se um chafariz dentro da quinta. Atualmente, no espaço delimitado pelas ruas acima referidas, estão instaladas várias entidades públicas designadamente o Tribunal de Família e de Menores, o edifício dos Serviços de Estrangeiros do Ministério da Justiça, a Escola de Formação Profissional Infante D. Henrique e o edifício da chamada Tutoria.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

A quinta pertence ao Ministério da Justiça. NO PDM do Porto, está definida como «zona de urbanização especial» e «área de frente urbana contínua em consolidação» na carta de qualificação do solo, como «zona especial de proteção a edifícios públicos» com «linha de água a descoberto» e «antigos leitos de ribeiras» enquadrados no domínio público hídrico na carta de condicionantes do solo.

Ameaças à preservação

Pensa-se que a conversão da quinta no futuro Campus da Justiça do Porto irá preservar os valores de património existente.

Nota da Campo Aberto em 2014-2015

O projeto de um Campus da Justiça do Porto neste local parece ter sido abandonado. Não foram encontradas referências à sua continuidade.

Dinâmica local

Não existem atividades ou associações de dinâmica local.

Possíveis intervenções futuras de preservação

No âmbito do programa Thémis XXI – Programa de Modernização do Sistema Judicial, a Quinta de Santo António de Águas Férreas será convertida no futuro Campus da Justiça do Porto, com Tribunal Cível, Tribunal Criminal, Registos e Notariado e Instituto Nacional de Medicina Legal, mantendo os edifícios já existentes com remodelação.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

O Ministério da Justiça, a Câmara Municipal do Porto e a Junta de Freguesia de Cedofeita poderiam ser parceiros na preservação desta quinta.

[Ir para o índice](#)



Quinta do Monte

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Rui Afonso
Espaço proposto por Vicente Olazabal

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1591
Nome do espaço Quinta do Monte
Freguesia Foz do Douro
Concelho Porto

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,15; -8,67.

Foz Velha, entre a Rua Padre Luís Cabral e a Travessa Alegre. Fica perto da Capela Nossa Senhora da Conceição na R. Diogo Botelho.

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Quinta
Área aproximada 1,6 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

A Quinta do Monte, integrada na Foz Velha classificada como Zona Histórica, é composta por um lindo jardim com árvores centenárias, mas algumas, de há um tempo para cá têm estado a morrer. O jardim dispõe de diversas árvores de grande porte e de espécies nobres, como castanheiros, áceres e tílias. Trata-se do único espaço verde da Foz Velha que ainda não foi destruído, em cujos jardins têm nidificado vários papagaios e periquitos, bem como, ao que parece, um falcão e um gaio. Não se

conhecem espécies de relevância faunística, para além dos passeriformes comuns que aproveitam o local para nidificação. Existem várias palmeiras (*Phoenix canariensis*), várias tílias, áceres e castanheiros.

Relevância social

A Quinta do Monte, do século XVIII mas com origens bastante anteriores, tem uma grande história na Foz Velha, ligada originalmente aos Beneditinos e também ao Castelo da Foz. Pertenceu ao couto de S. João Baptista da Foz do Douro, propriedade do Mosteiro Beneditino de Santo Tirso. Conhecem-se todos os foreiros desde 1600 e poucos. Nos finais do século XVIII e princípios do século XIX, pertencia a Guilherme de Nassau, Conde de Orange, sua residência no Porto, e do qual era procurador Charles Butler. Os seus herdeiros viriam a queixar-se dos danos causados pelos bombardeamentos de 1833-34, durante o Cerco do Porto. Foi residência da família de John Alexander Fladgate (1º Barão de Roeda, Comendador da Ordem de Cristo) em meados do século XIX, que ali fixou residência. Já no século XIX, esteve nas mãos dos Bessa Ribas, dos Guedes de Almeida e, finalmente, dos Folhadela (mais concretamente António Folhadela Almeida). Após a morte deste, a quinta foi vendida, desconhecendo-se o atual proprietário. Sobre esta quinta, Pinho Leal, no seu *Portugal Antigo e Moderno*, faz algumas referências. Já sobre o Barão de Roeda, veja-se o que diz Charles Sellers, no *Oporto Old and New*, e no seu sucessor *Oporto Older and Newer*. Segundo um descendente do anterior proprietário, existe um túnel que liga a Quinta do Monte à Igreja S. João da Foz. A importância patrimonial do conjunto arquitetónico é muito grande, mas tem sido votado ao abandono.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

A Quinta é privada e tem sido alvo de especulação imobiliária. Já existiram projetos para a total urbanização da Quinta, mas foram travados através da intervenção da Junta de Freguesia da Foz do Douro. Neste momento, há suspeitas de que o mesmo ou outro projeto esteja a ser preparado. Não está classificada como Reserva Agrícola Nacional ou Reserva Ecológica Nacional.

No PDM do Porto, está classificada como «Área de Frente Urbana Contínua em Consolidação» (50 por cento) e «Área verde de utilização pública (onde se inclui a casa senhorial)» (50 por cento), na carta de qualificação do solo; como «área classificada ou em vias de classificação» e «zona de proteção ZEP/ZAP», na carta de condicionantes. A capela de Nossa Senhora da Conceição na envolvente da quinta está em vias de classificação.

Ameaças à preservação

A quinta tem sido ameaçada pela pressão urbanística, abate de árvores e abandono do palacete.

Dinâmica local

Não se conhecem atividades ou associações de dinâmica local.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Esta quinta poderia ser intervencionada para turismo rural e espaço verde público, associado à perspetiva de preservação do património natural e histórico da quinta.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

Como possíveis parceiros na gestão e preservação do espaço, sugerem-se a Câmara Municipal do Porto, o IPPAR e a Junta de Freguesia da Foz do Douro.

[Ir para o índice](#)



Parque e cemitério da Igreja de Saint James

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Artur Duarte

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1760

Nome do espaço Parque e cemitério da Igreja de Saint James (vulgo Cemitério Inglês)

Freguesia Massarelos

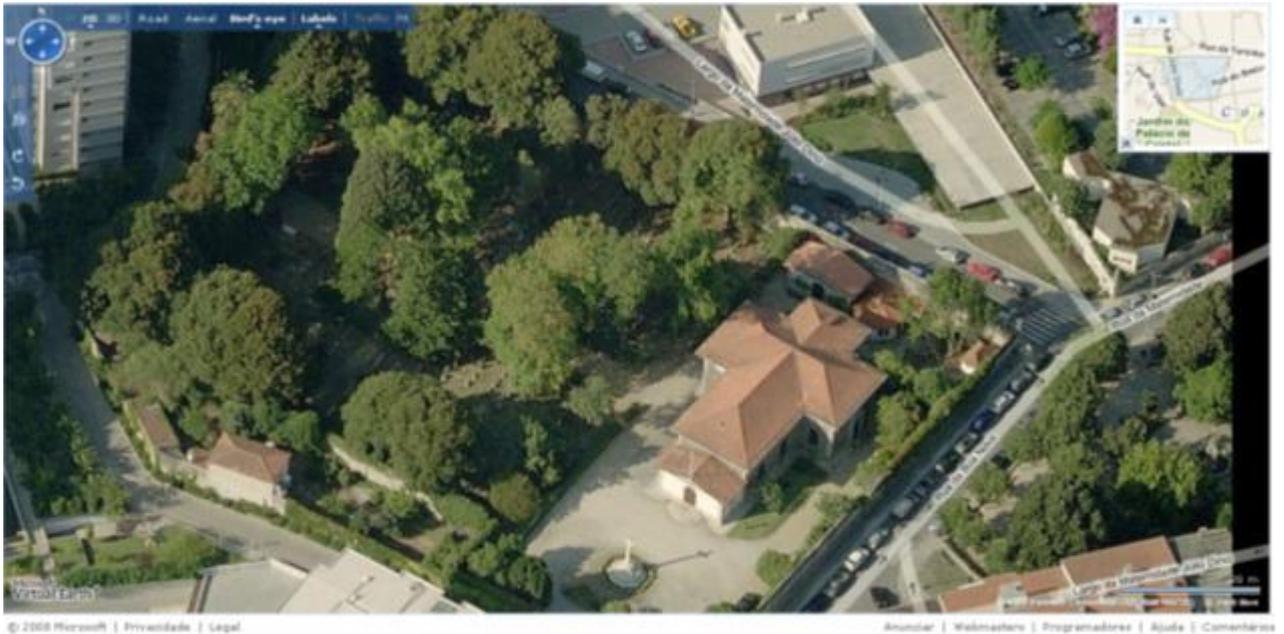
Concelho Porto

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,15; -8,62.

Frente para o Largo da Maternidade de Júlio Dinis.

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Jardim privado, espaço verde.

Área aproximada 1 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

O cemitério e jardim da Igreja anglicana de Saint James é uma propriedade murada, com elegantes portões. Possui um jardim romântico de canteiros, com árvores frondosas e lindíssimas.

Como espécies de flora mais significativas, destacam-se as árvores ornamentais, algumas anteriores a 1900 como magnólias (3), japoneiras, loureiros, tílias (17), castanheiros da Índia (6), liquidâmbares (2), plátanos (3), bétulas (3), cerejeiras (6), ciprestes (5), um carvalho americano, um suspiro (*Lagerstoemia indica*) e um teixo. Não se conhecem espécies de fauna predominantes, para além de passeriformes comuns.

Relevância social

No primeiro quartel do século XIX, o Largo da Maternidade era conhecido por Largo dos Ingleses, devido ao facto da colónia inglesa instalada no Porto ter naquele largo a capela e o cemitério, bem conhecido, ainda hoje, pelo Cemitério dos Ingleses. A pequena igreja ainda existente em estilo neoclássico tem culto religioso atual associado e foi edificada junto ao cemitério inglês, cujo terreno havia sido comprado em 1785 por John Whitehead, cônsul britânico no Porto. O primeiro cemitério protestante na cidade foi construído em 1787, por sua ordem, em local fora das muralhas e bem afastado da urbe. Atualmente a Igreja de Saint James pretende ser mais ecuménica junto da comunidade inglesa instalada na cidade. O cemitério é privativo, hoje sem grande uso corrente. Encontram-se aqui as sepulturas de muitas das famílias ligadas ao Vinho do Porto, mas também famílias germânicas e de outras nacionalidades de credos protestantes. Destacam-se os mausoléus de Eduardo Moser (o Conde de Moser), grande negociante estabelecido no Porto, bem como o do cônsul John Withehead, erigido em 1820 e fundador do cemitério, o qual ocupa a posição central do recinto. Chamam a atenção os mausoléus de Diederich Feuerheard, Edward Kebe, Frederick Brindle ou Frederick Jebb, até porque a relativa monumentalidade destes contrasta com as pequenas estelas, típicas da arte funerária britânica. Neste cemitério encontra-se o túmulo do Barão de Forrester.

Direitos de propriedade e condicionalismo dos planos de ordenamento do território

É propriedade privada. Não está integrado em Reserva Ecológica Nacional ou Reserva Agrícola Nacional. No PDM do Porto está incluído em área de «imóveis de interesse patrimonial» e «conjuntos de interesse urbanístico e arquitetónico».

Ameaças à preservação

Não se vislumbram ameaças reais ou potenciais à preservação do local.

Dinâmica local

Existem iniciativas de dinâmica local a destacar. A capelania da Igreja de Saint James edita uma publicação bimensal, *The Well*, onde é indicada a calendarização das atividades religiosas e divulgados os eventos na comunidade para o período abrangido. Entre 11 de outubro e 2 de novembro de 2007, a Câmara Municipal do Porto promoveu o IV Ciclo Cultural dos Cemitérios Municipais que incluiu uma visita ao cemitério inglês a 20 de outubro, organizada pelo Prof. Francisco Queiroz. No mesmo sentido, a autarquia promoveu a 3 de janeiro de 2008 na Quinta da Bonjónia uma sessão pública sobre «Os Ingleses e a cidade do Porto» com a intervenção do Prof. César Silva, professor e Investigador em História Toponímica e História da Cidade do Porto. Nesta sessão, abordou-se a Igreja e Cemitério de Saint James como marcas indeléveis deixadas pelos ingleses no património histórico e cultural da cidade.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Não há necessidade de intervenções futuras, uma vez que este espaço se encontra bem preservado pelos seus proprietários.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

Não há necessidade de recorrer a outras entidades para a gestão deste espaço, para além dos seus proprietários. No entanto, seria importante reforçar a divulgação deste local pelo seu interesse ecológico e patrimonial ao público em geral, através de visitas guiadas enquadradas em circuitos históricos pedestres já existentes (ver Pelouro do Turismo da CM Porto) ou visitas organizadas por personalidades da cidade (Profs. César Silva, Francisco Queiroz, Hélder Pacheco).

[Ir para o índice](#)



Quinta da família Botelho de Lacerda Lobo Vilares

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Artur Duarte

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1758
Nome do espaço Quinta da família Botelho de Lacerda Lobo Vilares
Freguesia Nevogilde
Concelho Porto

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,17; -8,68.

Em frente à Igreja de Nevogilde. Limitada a norte pela Av. da Boavista, a poente pela Rua de Nevogilde e a sul e nascente pela Rua Júlio Dantas.

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Quinta, Jardim privado
Área aproximada 1,1 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

A Quinta da família Botelho de Lacerda Lobo Vilares integra uma casa senhorial com jardim e área agrícola. Não se conhecem espécies de fauna ou flora predominantes, porque o proprietário não autorizou visita ao local. Segundo o proponente, esta quinta possui um lindíssimo jardim com

arruamentos de buxo, árvores exóticas (entre elas um jacarandá), fontes, tanques, relvados, canteiros, etc. Apresenta ainda uma zona de bosque e área agrícola abandonada.

Relevância social

Segundo indicação do proponente, é uma quinta com casarão brasonado (painel de azulejos) que se mantém na posse da família que o edificou. Durante décadas esteve alugada à família Sousa Pinto Lopes Agrelos, dos viscondes de São Mamede de Riba Tua, que a conservou impecavelmente. Possui ainda construções utilitárias de interesse etnográfico ligadas à prática agrícola.

Direitos de propriedade e condicionalismo dos planos de ordenamento do território

É propriedade privada e residência não permanente dos proprietários. Não está integrada em Reserva Ecológica Nacional ou Reserva Agrícola Nacional. No PDM do Porto, a Quinta da família Botelho de Lacerda Lobo Vilares está classificada como «área de habitação do tipo unifamiliar» e integrada em Unidade Operativa de Planeamento e Gestão (carta de qualificação do solo) e como «conjunto de interesse urbanístico e arquitetónico» (carta de património).

Ameaças à preservação

As ameaças à preservação deste espaço dependem, essencialmente, do destino que os proprietários e ou seus herdeiros lhe possam querer dar. A pressão urbanística é uma ameaça possível.

Dinâmica local

Não se conhecem iniciativas de preservação e dinamização do local.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Esta quinta tem sido preservada pela família, sua proprietária, pelo que se não se sugerem intervenções futuras de relevo. No entanto, desconhece-se a existência (possível) de um inventário do património ecológico, histórico e arquitetónico das quintas da cidade do Porto. No caso de existir este inventário, a sua divulgação ao público seria um importante contributo para o turismo local.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

Não se sugerem parceiros na gestão e preservação do espaço em questão, para além dos proprietários. A Câmara Municipal do Porto poderia contribuir para a divulgação ao público (por exemplo, através de um inventário das quintas da cidade disponível em linha no e-sítio da autarquia à semelhança do que acontece atualmente com os jardins históricos).

[Ir para o índice](#)



Villa Monte Crasto

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Luís Oliveira

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1756
Nome do espaço Villa Monte Crasto
Freguesia Nevogilde
Concelho Porto

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,16; -8,68.

Junto do cruzamento da Rua Marechal Saldanha com a Rua da Índia.

Limites



il

[Anunciar](#) | [Webmasters](#) | [Programadores](#) | [Ajuda](#) | [Comentários](#)

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Jardim privado
Área aproximada 1,6 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

A Villa Monte Crasto tem um jardim de estilo inglês e um pequeno pinhal com eucaliptos e pinheiros. As árvores ornamentais, algumas seculares, incluem magnólias, eucaliptos de flor (encarnada e cor-de-laranja), palmeiras, japoneiras, araucárias, etc.

Relevância social

Este espaço é um local histórico desde épocas primitivas e durante as guerras liberais (século XIX). Tem como património relevante balaustradas e corrimão de balaústres do século XX, uma casa de fresco/pavilhão de jardim (destruído) e taças retangulares com água (destruídas).

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

A Villa Monte Crasto foi propriedade da família inglesa Cobb e depois da família Marques Pinto. Desde a década de 1990 que pertence a empresas. Não está integrada em Reserva Ecológica Nacional ou Reserva Agrícola Nacional. No PDM do Porto, está classificada como «área verde privada a salvaguardar» (carta de qualificação do solo), com «conjuntos de interesse urbanístico e arquitetónico» e «imóveis de interesse patrimonial» e classificada como «perímetro especial de proteção arqueológica (PEPA) e zona de potencial arqueológico (ZOPA)» (carta de património).

Ameaças à preservação

A Villa Monte Crasto encontra-se ameaçada pelo abandono e ruína.

Dinâmica local**Possíveis intervenções futuras de preservação**

Como intervenções futuras de preservação, a Villa Monte Crasto deveria ser alvo de recuperação do seu património e jardim privado e proteção contra espécies infestantes.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

Como possíveis parceiros na gestão e preservação do local, deveriam envolver-se a Junta de Freguesia de Nevogilde, a Câmara Municipal do Porto e o proprietário da quinta.

[Ir para o índice](#)



Jardins do Hospital Conde de Ferreira

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Margarida Vieira e Alcina Silva

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1621
Nome do espaço Jardins do Hospital do Conde de Ferreira
Freguesia Paranhos
Concelho Porto

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,17; -8,59.

Rua de Costa Cabral. Delimitado pelas ruas de Costa Cabral, quintais de casas da Rua Honório de Lima e Via de Cintura Interna (VCI)

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Jardim privado, espaço verde, campo agrícola
Área aproximada 9,1 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

Numa área considerável distribuem-se uma série de espaços ajardinados e agrícolas em conjugação com a planimetria do edifício hospitalar. Em termos de fauna, predominam melros, pardais, chapins e ratos. Relativamente à flora, existem 280 árvores, muitas delas com mais de 100 anos, como plátanos, tílias, coníferas, ligustres, carvalhos americanos, criptomérias do Japão, liquidâmbares, sequoias, diospireiros, caneleiras e cedros. Foi realizado um estudo da história clínica das árvores, estando-se atualmente a

proceder a alguns abates, tratamentos e podas. Existe ainda um poço com 50 m de profundidade, linhas de água e dois reservatórios para rega. Com a execução da VCI, o espaço foi parcialmente amputado. Por estar próximo de uma zona de grande tráfego automóvel e poluição, é um pulmão da cidade.

Informação recolhida pela Campo Aberto em 2014-2015

Por ocasião do seu 129.º aniversário em 24 de Março de 2012, o Centro Hospital Conde de Ferreira apresentou o livro *Os Jardins do Centro Hospitalar Conde de Ferreira*. A obra, da autoria de Luísa Ramos e Romero Arós, médicos psiquiatras, e editada pela Santa Casa da Misericórdia do Porto, regista todas as espécies arbóreas existentes no hospital e sugere percursos de observação.

Relevância social

O Hospital Conde de Ferreira é o primeiro centro para o tratamento de doenças do foro mental em Portugal construído de raiz. Nos seus jardins, pode-se apreciar a estátua do benemérito, mais conhecido por Conde Ferreira, numa obra do escultor portuense Soares dos Reis. Por disposição testamentária do Conde de Ferreira (falecido em 1866), o Hospital foi mandado edificar por Joaquim Ferreira dos Santos em 1868 e inaugurado em 24 de Março de 1883. O projeto é da autoria do Arq. Manuel d'Almeida Ribeiro. Foi edificado no antigo Largo das Regateiras, hoje Largo da Cruz. Era assim denominado, pois as vendedeiras que vinham das terras da Maia à cidade paravam neste largo para vender, regateando os preços, cantando e dançando. Este largo pertencia à antiga Quinta da Cruz das Regateiras.

A existência de jardins, prados e terrenos cultiváveis foi sempre considerada fator indispensável na terapêutica psiquiátrica neste local. Atualmente, continua a servir este objetivo e é um espaço de lazer para uso exclusivo de doentes e seus familiares. Existe uma capela com culto religioso católico três vezes por semana. Realizam-se alguns festejos populares no local.

Informação recolhida pela Campo Aberto em 2014-2015

A proprietária, Santa Casa da Misericórdia do Porto, instituiu neste local, na parte antes abandonada, uma extensa horta comunitária por talhões. Em notícia do jornal Público datada de 24 de março de 2013, depois confirmada por outras notícias que viriam a assinalar a entrada em funcionamento do projeto, o Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Porto anuncia o investimento de 250 mil euros num projeto de reabilitação da quinta do Centro Hospitalar Psiquiátrico Conde Ferreira, que prevê a criação de 286 hortas sociais.

O projeto inscreve-se no âmbito de um protocolo de colaboração estabelecido com a Lipor. «Será um dos projetos de maior dimensão europeia em termos da constituição de 286 hortas sociais, cuja função é de reabilitação e terapia para os doentes do centro hospitalar. Ao mesmo tempo, serão abertas à comunidade, fazendo participar as escolas secundárias, para que percebam a vantagem da agricultura, e algumas pessoas que por questões económicas necessitem de ter esse espaço para ter acesso a determinados produtos agrícolas», segundo o Provedor.

Fonte: <http://www.publico.pt/local/noticia/misericordia-do-porto-lanca-um-dos-maiores-projectos-de-hortas-sociais-da-europa-1588971>

Designado como Parque José Avides Moreira, o projeto foi inaugurado em 24 de março de 2015. Fonte: <http://www.lipor.pt/pt/noticias/inauguracao-parque-jose-avides-moreira-centro-hospitalar-conde-ferreira/>

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

Atualmente, o hospital e os espaços envolventes são propriedade da Santa Casa da Misericórdia do Porto. O campo de cultivo encontra-se abandonado. Não integra Reserva Ecológica Nacional ou Reserva Agrícola Nacional. No PDM do Porto (planta referente ao património), os Jardins do Hospital do Conde Ferreira estão classificados como «Espaços verdes com valor patrimonial».

Ameaças à preservação

Há ameaças de utilização do espaço para outros fins que não seja a agricultura ou espaço verde.

Dinâmica local

Não se conhecem associações ou atividades de dinâmica local.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Este espaço tem ainda uma área de potencial capacidade agrícola. Os jardins apresentam exemplares vegetais de qualidade e alguns de grande porte que devem ser valorizados e protegidos para conhecimento geral do público. Em 2006, no âmbito das comemorações do 123.º aniversário do Centro Hospitalar Conde Ferreira, foi apresentado o plano de desenvolvimento para os próximos 10 anos segundo o qual se pretende transformar os jardins em espaços municipais. Deverá repensar-se a funcionalidade pedagógica dos espaços agrícolas e a fruição pública dos jardins em conjugação com o serviço hospitalar. Existe vontade de preservação, embora não existam neste momento verbas para concretizar os estudos realizados.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A Santa Casa da Misericórdia do Porto e a Câmara Municipal do Porto, na prossecução das intenções do plano de desenvolvimento do Centro Hospitalar de Conde de Ferreira.

[Ir para o índice](#)



Quinta dos Frades Menores Capuchinhos

ENQUADRAMENTO DA CAMPANHA

Ficha preenchida por Artur Duarte

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1605
Nome do espaço Quinta dos Frades Menores Capuchinhos
Freguesia Paranhos
Concelho Porto

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,18; -8,62.

Rua Nova do Tronco. Delimitado a norte e oeste pela Rua Nova do Tronco; a sul e este por moradia particular e por uma instalação industrial.

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Quinta agrícola, Jardim privado
Área aproximada 5,7 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

A Quinta dos Frades Menores Capuchinhos é composta por jardins e espaços exteriores dedicados à exploração agrícola. Possui um grande número de japoneiras (*Camellia japonica*) e várias árvores de fruto (incluindo nogueiras e nespereiras). Há ainda 2 araucárias de Norfolk (*Araucaria heterophylla*), uma criptoméria (*Cryptomeria japonica*), e uma coralina (*Erythrina crista-galli*). A fauna é maioritariamente constituída por passeriformes, típica de locais arborizados e de pequeno espaço rural inserido em área urbana. Não existem outros elementos de paisagem relevantes.

Relevância social

A Quinta e a Casa do Tronco, situadas na freguesia de Paranhos, na zona do Amial, junto da Estrada da Circunvalação, foram pertença da família Pinto Leite e posteriormente compradas pela Ordem dos Frades Menores Capuchinhos a 8 de Março de 1941. A palavra tronco tem origem num acontecimento antigo, pois era nesta zona que havia um tronco onde se prendiam os cavalos para serem ferrados. Estes cavalos é que puxavam as carroças e as diligências que se dirigiam de Coimbra para Braga e de Braga para Coimbra, através das antigas estradas ou calçadas. Também se aproveitava esta paragem do Tronco para alimentar e dar de beber aos cavalos. Fazem parte desta zona do tronco a Rua do Tronco, a Rua Nova do Tronco e parte da Rua do Amial e da Circunvalação.

A Quinta do Tronco era um solar com jardins e uma pequena capela dedicada à Imaculada Conceição, cuja imagem do século XVIII ainda se encontra na capela do convento. Nesta Quinta do Tronco, antes da chegada dos Capuchinhos, costumavam fazer retiro muitos sacerdotes da diocese do Porto, visto ser um lugar sossegado, convidativo para o recolhimento e a oração. Em 1952 começou a pensar-se em construir uma igreja na Casa do Tronco, porque a capela aí existente era muito pequena para acolher os fiéis que a frequentavam. Em 7 de Dezembro de 1958 foi solenemente benzida a nova igreja, dedicada à Imaculada Conceição. Presidiu ao ato o Bispo do Porto D. António Ferreira Gomes, tendo estado presentes autoridades civis, militares e académicas. Foi autor do projeto da cripta e da igreja do Amial e o seu principal animador, o Eng. Fernando Borges de Avelar. A linda imagem da Imaculada Conceição, colocada num nicho por detrás do altar-mor, foi obra do famoso escultor português José Ferreira Thedim. Mede de altura dois metros e quarenta centímetros. Foi nesta igreja que foi sagrado o primeiro bispo capuchinho português, D. Francisco da Mata Mourisca. Em 1966 foi inaugurado o novo convento da Casa do Tronco a fim de acolher os estudantes capuchinhos de Filosofia e Teologia. Desde 1974 que os Franciscanos Capuchinhos são párocos da paróquia do Amial e esta igreja é, desde 1980, a sede desta paróquia, com o título de Nossa Senhora do Amial, com culto religioso regular. Os Franciscanos Capuchinhos do Porto têm-se dedicado à evangelização dos fiéis, à pregação das «Missões Populares», ao apostolado bíblico, ao ministério da Confissão, à catequese das crianças e dos adultos, à assistência dos doentes nos hospitais de Santa Maria e Oncologia, à ajuda das mães solteiras, à reintegração dos toxicod dependentes e à assistência dos idosos, para o qual construíram um Centro Paroquial da Terceira Idade.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

É propriedade privada, pertencente à Ordem dos Frades Menores Capuchinhos. No PDM do Porto não tem classificação relevante. Não está integrada em Reserva Ecológica Nacional ou Reserva Agrícola Nacional.

Ameaças à preservação

Não existem ameaças, conhecidas ou potenciais, à preservação do local.

Dinâmica local

Existem as atividades inerentes à vida desta ordem religiosa.

Possíveis intervenções futuras de preservação

É um espaço amplo, onde se podia criar um local verde, agradável e ponto de atração para uma zona da cidade do Porto bastante negligenciada e rodeada de bairros de habitação social, que só teriam a beneficiar da requalificação deste espaço e sua abertura ao público. Assim, poderia tornar-se um espaço a ceder para fins ecológicos de usufruto pela população, bem compatível com uma perspetiva franciscana de defesa e proteção da natureza, através de uma quinta pedagógica com incentivo à prática da agricultura biológica, por exemplo.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, a Câmara Municipal do Porto, a Junta de Freguesia de Paranhos poderiam ser parceiros na preservação deste local. Outros parceiros poderiam constituir-se como associações ligadas a atividades de agricultura biológica.

[Ir para o índice](#)



Casa da Família Robinson

ENQUADRAMENTO DA CAMPANHA

Ficha preenchida por Artur Duarte
Espaço proposto por José Manuel de Seabra da Costa Reis

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1759
Nome do espaço Casa da Família Robinson
Freguesia Ramalde
Concelho Porto

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,17; -8,65.

Localizada no quarteirão delimitado pela Rua Felizardo de Lima, as traseiras da Rua do Dr. Melo Leote, a Rua de Campos Monteiro e as traseiras da Rua Direita de Campinas.

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Quinta agrícola, Jardim privado
Área aproximada 1 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

Quinta com jardim e quintal que foi construída por Frank Robinson (1879-1949), súbdito britânico radicado no Porto na primeira metade do século XX. Algumas obras posteriores não desvirtuaram o interesse do imóvel. Foi vendida pelos herdeiros. O jardim encontra-se danificado e integra faias, cedros, castanheiros, limoeiros, cameleiras, etc. Tem uma modesta estufa, relvados e anexos agrícolas.

Relevância social

Este é um espaço necessário no interior de uma cidade que, a manter-se na sua condição atual de casa + quintal + jardim, contribui para o descongestionamento da zona envolvente, transmitindo uma sensação de tranquilidade e de saúde, dada a sua proximidade com a natureza viva, ao invés do que acontecerá com a transformação do espaço existente.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

É propriedade privada. No PDM do Porto, está classificada como «área de frente urbana contínua em consolidação» e uma pequena parte em «área verde privada a salvaguardar», na carta de qualificação do solo; e ainda como «área de servidão aeronáutica» na carta de condicionantes. Não está integrada em Reserva Agrícola Nacional ou Reserva Ecológica Nacional.

Ameaças à preservação

Esta quinta está ameaçada pela pressão urbanística. Está afixado um painel/aviso da CMP que informa: «Nos termos do DL Nº 555/99 de 16 de Dezembro a CMP torna público que deu entrada na CMP em 10/11/2006 um PEDIDO DE LICENCIAMENTO para loteamento. Processo Camarário nº 24.915/08/CMP. Projeto em fase de apreciação. A operação urbanística não se encontra licenciada». Existe também um painel da BASCOL (www.bascol.pt) com o alvará 1779 para construção. No topo da R. Felizardo de Lima, existem prédios recentes; o local foi completamente transformado pelo asfalto, granito e alvenaria.

Dinâmica local

Não há associações ou atividades de dinâmica local. Pelo painel/aviso de pedido de licenciamento tudo leva a crer que a dinâmica vai ser no sentido de obras de construção imobiliária.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Sugere-se a utilização desta propriedade com fins idênticos aos que até aqui teve (habitação) ou outra que mantenha ativa a utilização do espaço como quintal e jardim que poderá ser aberto ao público.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A Câmara Municipal do Porto e a Junta de Freguesia de Ramalde seriam bons parceiros na preservação deste espaço verde.

[Ir para o índice](#)



Jardim de Espaço Canal

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Artur Duarte
Espaço proposto por Xavier Neves

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

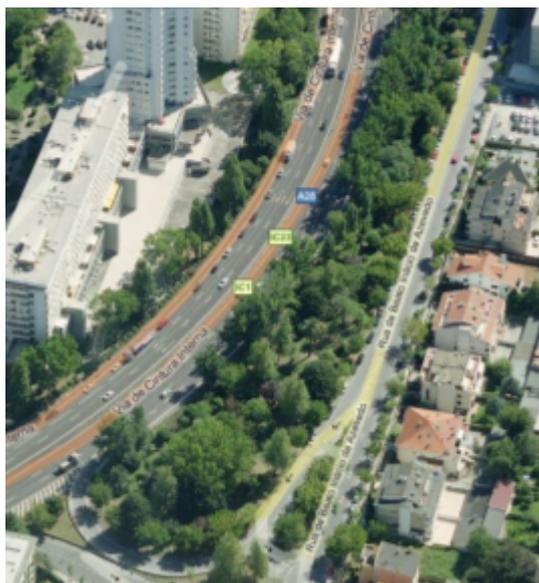
Código ID 1793
Nome do espaço Jardim de Espaço Canal
Freguesia Ramalde
Concelho Porto

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,16; -8,65.

Delimitado a nascente pela VCI, a poente pela Rua do Beato Inácio de Azevedo, a norte pelo nó de acesso da A1 para a Boavista e Parque da Cidade e a sul pela Avenida da Boavista.

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Espaço verde
Área aproximada 1,3 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

É um espaço muito bem arborizado, limpo e ajardinado que deveria servir de exemplo a todos os espaços que marginam a VCI que servem simultaneamente de barreira arbórea e espaço verde de proximidade. A flora existente inclui vários *Cupressus*, tílias, cerejeiras de jardim, palmeiras (*Phoenix canariensis*), pináceas (*Picea sitchensis*), áceres, salgueiros, freixos e choupos. A fauna característica inclui os passeriformes comuns.

Relevância social

Dada a proximidade da VCI é grande o impacto da poluição sonora e do ar nas proximidades deste pequeno jardim, não reunindo este as melhores condições para uso de lazer da população. No entanto, no que se refere ao enquadramento paisagístico cumpre totalmente a sua missão e é um bom exemplo a aplicar em espaços que ladeiam as vias rápidas urbanas, pelo que a sua relevância social é integralmente cumprida.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

É propriedade pública. Não está integrada em Reserva Ecológica Nacional ou Reserva Agrícola Nacional. No PDM do Porto, está classificado como «Área verde de enquadramento de espaço canal» na carta de qualificação do solo e pertence à UOPG 13 – VCI, estando ainda classificada como «zona de alinhamento especial – IC1» na carta de condicionantes. A UOPG 13 – VCI (art.º 88 do regulamento do PDM) «pretende minorar o impacto negativo, em termos de qualificação urbana, introduzido pela construção da VCI, que provocou graves problemas ambientais e paisagísticos, designadamente um elevado índice de ruído e uma rutura nos tecidos urbanos da cidade; os estudos a efetuar deverão eliminar estes inconvenientes, promovendo a reconversão da área através de obras de urbanização que diminuam o efeito de rutura e que garantam, sempre que possível, a continuidade urbana; deverão ser elaborados planos de monitorização de ruído, por forma a não contrariar os níveis sonoros máximos admissíveis, definidos pelo DL nº 292/2000 de 14 de Novembro. Esta UOPG deverá ser concretizada através de unidades de execução.»

Ameaças à preservação

Está ameaçado pela poluição proveniente da VCI, um dos maiores eixos rodoviários do Porto.

Dinâmica local

Não se conhecem atividades ou associações de dinâmica local.

Possíveis intervenções futuras de preservação

O proponente deste espaço refere a transformação do espaço verde em jardim de acesso público, com garantia de acessos e condições de segurança para os seus utilizadores.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

O espaço tem sido preservado e mantido pela Câmara Municipal do Porto, pelo que assim deve continuar.

[Ir para o índice](#)



Jardim junto à VCI

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Artur Duarte
Espaço proposto por Xavier Neves

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1792
Nome do espaço Jardim junto à VCI
Freguesia Ramalde
Concelho Porto

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,16; -8,65.

Junto à urbanização Foco do lado Norte e adjacente à VCI. Confina com a VCI no lado poente e com o viaduto das Andresas no lado norte. Situa-se entre a VCI, o viaduto das Andresas e a Rua Prof. Damião Peres.

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Espaço verde
Área aproximada 0,7 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

O viaduto das Andresas passa sobre o jardim do lado poente da VCI. O jardim propriamente dito é apenas um espaço com relvado e algumas árvores, sobretudo choupos. Este espaço, apesar da sua dimensão reduzida, tem duas funções importantes: serve como jardim de proximidade para a população residente e de cortina arbórea para diminuir o impacto visual de um dos nós rodoviários mais

importantes da cidade do Porto. As aves existentes são sobretudo passeriformes e aparecem por ali em resultado da vegetação existente no terreno anexo da urbanização Foco.

Relevância social

Serve como jardim de proximidade para as populações da urbanização Foco e da Escola Secundária Fontes Pereira de Melo. Foram já notados alguns problemas de alergias associados à vegetação existente nestes espaços canal (choupos) entre a população residente.

Informação registada pela Campo Aberto em 2014-2015

A ideia de que as árvores, e em particular os choupos, são causa de alergias ditas primaveris tem sido desmontada como falsa por especialistas em alergologia, embora parte da população, alguns técnicos e mesmo especialistas em árvores como alguns florestais persistam em difundir essa ideia errada, que tem sido invocada como justificação para inúmeros abates. A Câmara Municipal do Porto promoveu recentemente uma conferência de esclarecimento pelo Prof. Mário Morais de Almeida (<https://www.saudecuf.pt/infante-santo/encontre-um-medico/mario-morais-de-almeida>) em que se mostra que essas alergias se devem sobretudo a gramíneas e, quando a árvores, estas coexistem apenas como uma de várias causas, sendo que uma das identificadas como mais alergéneas, a oliveira é a mais frequente, bem como outras árvores da mesma família, que raramente são utilizadas como ornamentais em meio urbano. A mesma Câmara tem vindo também a promover palestras em escolas sobre esse assunto. Veja-se:

http://www.cm-porto.pt/criterios-do-municipio/teste_90

Ver também, da Sociedade Portuguesa de Alergologia e Imunologia Clínica:

<http://www.spaic.pt>

ou ainda, da Associação Árvores de Portugal:

<http://www.arvoresdeportugal.net/2010/05/por-um-punhado-de-polen/>

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

É propriedade pública. Não está integrada em Reserva Agrícola Nacional ou Reserva Ecológica Nacional. No PDM do Porto, está definida como «Área de frente urbana contínua em consolidação» e «Área verde de enquadramento de espaço canal» e enquadrada em Unidade Operativa de Planeamento e Gestão – UOPG 13 - VCI na carta de qualificação do solo; estando ainda classificada como «zona de alinhamento especial – IC1» na carta de condicionantes.

A UOPG 13 – VCI (art.º 88 do regulamento do PDM) «pretende minorar o impacte negativo, em termos de qualificação urbana, introduzido pela construção da VCI, que provocou graves problemas ambientais e paisagísticos, designadamente um elevado índice de ruído e uma rutura nos tecidos urbanos da cidade; os estudos a efetuar deverão eliminar estes inconvenientes, promovendo a reconversão da área através de obras de urbanização que diminuam o efeito de rutura e que garantam, sempre que possível, a continuidade urbana; deverão ser elaborados planos de monitorização de ruído, por forma a não contrariar os níveis sonoros máximos admissíveis, definidos pelo DL nº 292/2000 de 14 de Novembro. Esta UOPG deverá ser concretizada através de unidades de execução.»

Ameaças à preservação

Dada a sua localização confinante com a VCI e o viaduto das Andresas, o estado atual de conservação denota pouca vegetação e pouco variada e um forte impacto da poluição e ruído.

Dinâmica local

Não existem atividades ou associações com dinâmica local.

Possíveis intervenções futuras de preservação

O proponente deste espaço refere ser interessante transformar este espaço «vazio» em jardim, um espaço mais amplo, ajardinado e arborizado, idêntico ao existente do outro lado da VCI, entre esta via, a Avenida da Boavista e a Rua do Beato Inácio de Azevedo. Esta transformação, que seria desejável que fosse aplicada a todos os espaços adjacentes à VCI em idêntica situação de vazio e abandono, daria à cidade, ao longo de toda a Via de Cintura Interna, um aspeto paisagístico que a valorizaria de forma apreciável e seria o primeiro passo para transformar esta via numa área mais amigável. A plantação de espécies autóctones (folhosas variadas) com mais resistência à poluição induzida pelo tráfego rodoviário

poderia ser uma ação importante para beneficiar este espaço. O proponente deste espaço (Xavier Neves) apresenta uma proposta de intervenção no quarteirão da Rua das Andresas e o Viaduto das Andresas, a exemplo do que pode ser realizado em outros espaços com a mesma tipologia.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A gestão e preservação do espaço, depois de intervencionado, deveria estar a cargo da Câmara Municipal do Porto e da Junta de Freguesia de Ramalde. Ao longo da VCI, e no caso de uma intervenção sistemática, outras freguesias marginais da VCI poderiam ser gestoras destes espaços-verdes-canal. No caso em apreço, a Escola Secundária Fontes Pereira de Melo poderia colaborar em ações de educação ambiental, através da limpeza e manutenção do jardim e plantação de espécies autóctones. A Comissão da VCI do Porto poderia ter um papel importante na sensibilização das populações para a importância destes espaços verdes de proximidade e simultaneamente, barreira acústica.

[Ir para o índice](#)



Pinheiros Mansos e logradouros adjacentes

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Mafalda Sousa
Espaço proposto por Maria da Conceição Gagean de Vasconcelos

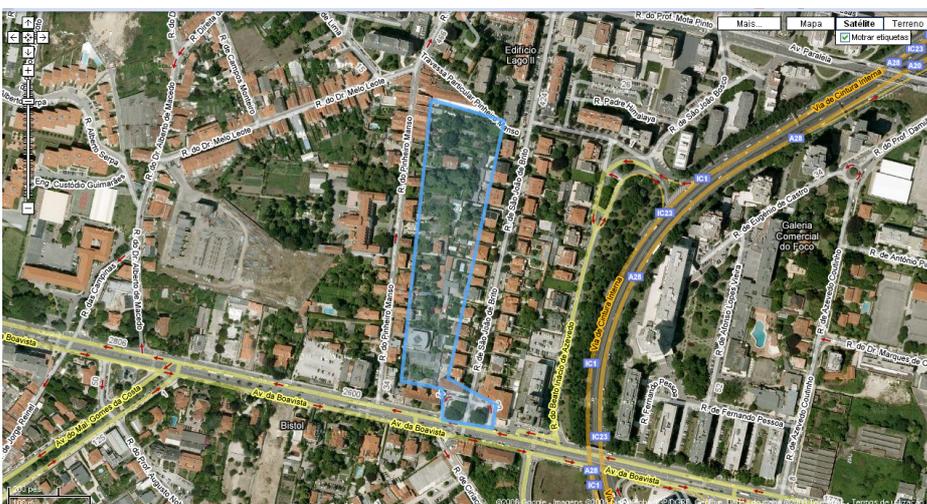
ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1548
Nome do espaço Pinheiros Mansos
Freguesia Ramalde
Concelho Porto

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,16; -8,65.
Cruzamento da Rua de S. João de Brito com a Av. da Boavista

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Espaço verde
Área aproximada 2 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

São dois pequenos espaços verdes, na zona do Pinheiro Manso, num cruzamento entre a Rua de S. João de Brito com a Av. da Boavista, no Porto. Em cada um, existem frondosos pinheiros mansos que devem ter mais de meio século de existência. O primitivo pinheiro-manso que deu o nome à rua com o mesmo nome estava no jardim de um palacete magnífico datado de 1925 e demolido em 1971, onde está atualmente um prédio com uma churrasqueira. Foi derrubado durante o ciclone de 1941. Há postais antigos do Porto que o mostram ainda de pé. Depois foi substituído por outro, não sendo claro o que aconteceu a este segundo (se caiu por si ou se o deitaram abaixo já nos anos 1990 do século XX), mas era magnífico, quase da altura do prédio ao lado. Agora está lá um terceiro exemplar.

Relevância social

A Av. da Boavista, cuja construção foi iniciada nos finais do século XIX, foi concluída entre 1915 e 1917. Durante muitos anos, era uma autêntica alameda, coberta de sombras, com duas filas de velhos plátanos. A intensificação do trânsito e a urbanização acelerada determinou, porém, a destruição das frondosas árvores, alterando a perspetiva desta avenida. O recuo de alguns cruzamentos e moradias permitiu manter a existência de alguns relvados, jardins e tufos de arvoredos, compensando a destruição das fileiras de plátanos. Ramalde é uma freguesia ligada às batalhas sangrentas do Cerco do Porto, em 25 de julho de 1833, onde se bateram mais de 43 000 homens. As linhas dos miguelistas iam desde Monte Crasto, na Foz, pelo alto da Ervilha e Serralves, até ao Carvalhido. As defesas dos liberais estavam compreendidas entre a Igreja de Lordelo, o reduto da Rua de Van-Zeller e o fortim da Ramada Alta, donde D. Pedro dirigiu a prolongada luta. A zona do Pinheiro Manso era no passado o reduto de vivendas e palacetes luxuosos, enfeitados pelos mirantes, pérgulas, varandins e festões de buganvílias e glicínias.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

São propriedade pública. Na carta de uso do solo do PDM do Porto, os espaços em questão estão classificados como «área de frente urbana contínua em consolidação». Na carta de condicionantes e de património, os espaços em questão estão incluídos em «zona de protecção (ZEP/ZAP)» e «área classificada ou em vias de classificação». O conjunto urbano da Av. da Boavista, entre o Pinheiro Manso e a Av. Marechal Gomes da Costa, encontra-se em vias de classificação pelo IPPAR.

Ameaças à preservação

A densificação do trânsito automóvel e a crescente urbanização na envolvente da Av. da Boavista e da Rua de S. João de Brito podem ser ameaças reais para a saúde destes exemplares de pinheiro-manso. A falta de cuidados de manutenção também pode contribuir para a sua destruição.

Dinâmica local

Desconhecem-se atividades ou associações com dinâmica local.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Dada a pequena extensão do espaço verde e da sua função como jardim de proximidade e cortina arbórea relativamente à Av. da Boavista, julga-se importante manter o espaço em boas condições de limpeza e manutenção da estrutura vegetal para sua preservação para o futuro.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A Câmara Municipal do Porto, a Junta de Freguesia de Ramalde e o IPPAR são possíveis parceiros para a gestão e preservação deste espaço verde.

[Ir para o índice](#)

Póvoa de Varzim

ADVERTÊNCIA SOBRE A ATUALIZAÇÃO DAS FICHAS COMPILADAS

Advertimos que os textos adiante constantes sobre fundo branco foram redigidos no âmbito da Campanha 50 Espaços Verdes em Perigo e a Preservar, que decorreu entre 2006 e 2008, e são de responsabilidade exclusiva da Campo Aberto, com a reserva expressa na Declaração de Exoneração de Responsabilidade, no início desta compilação.

Decorridos alguns anos, só em 2014-2015 foi possível, a propósito da preparação para publicação de um pequeno livro sobre os resultados dessa campanha, tentar fazer alguma atualização dos dados então recolhidos, dado ter passado entretanto um período já prolongado. Os dados recolhidos nessa atualização constam adiante em fundo de cor, com a indicação da fonte onde foram recolhidos. No entanto, a formulação em que se encontram, adaptada a partir dos dados recolhidos junto dessa fonte, continua a ser de exclusiva responsabilidade da Campo Aberto.

Apesar disso, antes de ser disponibilizada publicamente nesta compilação, a nossa formulação foi submetida ao parecer da fonte originária, para eventual deteção de erros nossos e introdução de correções. O resultado é o que adiante se apresenta, continuando a ser nossa inteiramente a responsabilidade pela forma como vão apresentados.

Agradecemos a todos os que colaboraram para que tivesse sido possível visitar e atualizar de algum modo, embora obviamente não definitivo, a informação que se segue, e que vão identificados.

No caso particular do concelho de Póvoa de Varzim, a Campo Aberto agradece de modo especial à Câmara Municipal de Póvoa de Varzim, e designadamente à Dra Elisabete Campos, Técnica Superior da DASU-RSU, Divisão de Ambiente e Resíduos Urbanos - Resíduos Sólidos Urbanos.

Campo Aberto - associação de defesa do ambiente
31 de dezembro 2014



Campos de Masseira

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Nuno Costa

Espaço proposto por Maria Augusta Azeredo e Isilda Sampaio Amorim

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1648

Nome do espaço Campos de Masseira

Freguesias Aguçadoura, Estela e Apúlia (em Esposende)

Concelho Pova de Varzim e Esposende

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,45; -8,77.

Limites



Álbum fotográfico deste espaço colocado em 2014

Fotografias de Carlos Pardilha realizadas em 2010 e colocadas como álbum da campanha aqui:

<https://picasaweb.google.com/111435591575417445038/Campanha50EspacosCamposDeMasseiraEm200910FotosDeCarlosFardilha>

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Campos agrícolas

Área aproximada 453 ha

Informações recolhidas junto da Câmara Municipal de Póvoa de Varzim em 2014

A tipologia de «campos agrícolas» do PDM em vigor, assume, no PDM em Revisão, as categorias de: espaços agrícolas de produção integrados em Estrutura Ecológica; espaços de ocupação turística integrados na Estrutura Ecológica; perímetro urbano integrado no Plano de Urbanização de Aguçadoura (P.U.A.). O cálculo aproximado da área é de 448 ha.

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

As masseiras ou campos de masseira constituem uma forma de agricultura única no mundo existente nas freguesias da Estela e Aguçadoura na Póvoa de Varzim e da vizinha Apúlia em Esposende (concelho não incluído nesta campanha).

Os campos-masseiras são uma estrutura agrícola característica da região Litoral Norte, mais concretamente desde a foz do Neiva até às terras situadas a norte da Póvoa de Varzim, e constituem-se de terrenos em areias de duna, retangulares ou quadrados, com aproximadamente três metros de profundidade e em que o fundo se aproxima do nível freático, divididos em talhões para culturas agrícolas (geralmente hortícolas) de elevada fertilidade.

Esta forma de agricultura ancestral consiste em fazer uma cova larga e retangular numa das praias largas e arenosas da região. Nas paredes inclinadas que a delimitam conhecidas como os «valos» ou «moios» quase sempre encimados por caniçais e pinheiros, são cultivadas vinhas, de forma a proteger a área central dos ventos do Norte. Na área central, no chão da masseira, encontra-se água doce, não salgada como se poderia supor, e tudo pode ser cultivado sobretudo hortícolas, mas são necessárias grandes quantidades de água e sargaço para que o que é cultivado germine e se desenvolva. Com esta cova de apenas alguns metros consegue-se um aumento térmico, que aliado aos quatro vales e às vinhas, protege o campo dos ventos e faz com que as masseiras funcionem como uma espécie de estufa. Este é um processo inteligente de produção intensiva em pequenas explorações agrícolas que obtêm excelentes produções, impensáveis em terrenos arenosos e, portanto, inorgânicos. Existem elementos da paisagem relevantes como as dunas litorais, e a fauna predominante nestes locais são os passeriformes comuns.

Informações recolhidas junto da Câmara Municipal de Póvoa de Varzim em 2014

A importância ecológica assinalada na campanha mantém-se, continuando o espaço a ser privado e encontrando-se maioritariamente em REN e RAN.

Relevância social

Os campos-masseiras – também conhecidos como campos-gamela ou campos-tabuleiro – são uma forma de agricultura inventada no século XVIII por monges beneditinos da Abadia de Tibães e são hoje em dia visitados pelas escolas em percursos de educação ambiental e por turistas que visitam a região.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

São propriedade privada de pequena dimensão e estão integrados em áreas de Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional.

Ameaças à preservação

Existem ameaças reais e potenciais à preservação do local como a pressão urbanística, a poluição de águas e solos, a deposição ilegal de lixos, o abandono das explorações agrícolas e a extração de areias para a construção civil. É um tipo de agricultura em riscos de extinção devido à popularização das estufas na região.

Informações recolhidas junto da Câmara Municipal de Póvoa de Varzim em 2014

As ameaças à preservação assinaladas mantêm-se.

Dinâmica local

Em 2002, o prémio internacional Slow Food para a Defesa da Biodiversidade concedeu um lugar na final aos produtos biológicos cultivados em campos de masseira, o que prova o elevado valor deste tipo de agricultura tradicional.

Foi realizado um estudo pelo Instituto Politécnico de Viana do Castelo [ESTG - IPVC], em articulação com o Parque Natural do Litoral Norte [PNLP], que revela a ameaça exercida sobre os campos-masseiras da Apúlia e da Aguçadoura, onde a principal atividade laboral dos habitantes é a agricultura. O estudo propõe a aplicação de um conjunto de medidas agro-ambientais para aquele efeito, possibilitando a organização de uma bolsa de agricultores de campos-masseiras, recorrendo-se a apoios de Programas Comunitários e do próprio Ministério da Agricultura, por forma a incentivar a prática de uma produção agrícola biológica mais saudável, possibilitando a preservação destas unidades fundiárias, conforme defende Duarte Figueiredo, Director do PNLN, já que aquelas terras estão integradas no atual Parque Natural do Litoral Norte.

Cruz Lopes, investigador responsável da ESTG – IPVC e a sua equipa de trabalho, por sua vez, defendem também que recorrer a incentivos, procurando motivar a agricultura tradicional e típica da região, constituiria um valor acrescentado, inculcando desta forma nos proprietários daquelas terras uma noção do valor patrimonial destas áreas, desistindo da extração de areias para reiniciar a exploração agrícola, o que trará benefícios para o progressivo desenvolvimento e, conseqüentemente, pressão urbanística que começa a fazer-se sentir, havendo já a necessidade de delimitar terrenos que são da Reserva Agrícola Nacional e da Reserva Ecológica Nacional e assim reordenar o uso sustentável do território municipal.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Poderiam sugerir-se como intervenções futuras a criação de percursos pedonais e ciclovias junto aos campos de masseira e a criação de um agro-museu ou centro de interpretação ambiental, com a possibilidade de estabelecer pequenas quintas pedagógicas para atividades de educação ambiental, com a promoção da agricultura biológica e defesa dos valores agrícolas da região. Outra intervenção de relevo poderia ser o aproveitamento dos campos de masseira para a promoção do turismo rural das freguesias em que esta forma de agricultura existe, associado às praias.

Informações recolhidas junto da Câmara Municipal de Póvoa de Varzim em 2014

Das possíveis intervenções então propostas, foi concretizada a ciclovia, no antigo canal ferroviário Póvoa de Varzim-Famalicão. Existe um projeto da Junta de Freguesia de Aguçadoura e Navais que visa a criação de um «campo de masseira-museu».

Possíveis parceiros na gestão e preservação

As Juntas de Freguesia de Aguçadoura, Estela e Apúlia e as Câmaras Municipais de Póvoa de Varzim e Esposende poderiam constituir-se como parceiros na gestão e preservação dos campos de masseira. Poderiam igualmente envolver-se associações locais como o Grupo dos Sargaceiros da Casa de Povo da Apúlia ou de âmbito nacional como a AGROBIO – Associação Portuguesa de Agricultura Biológica na preservação desta forma de agricultura.

[Ir para o índice](#)



Monte de S. Félix

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Pedro Lanhas e Isabel Gonçalves

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1897
Nome do espaço Monte de S. Félix
Freguesia Laúndos e Rates
Concelho Póvoa de Varzim

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,43; -8,71.

Saída 16 (Póvoa/Amorim) da A28 em direção a Braga/Barcelos. Seguir na EN 205 cerca de 4 Km até chegar a Laúndos. Virar à direita seguindo a indicação para o Monte de S. Félix.

Limites



Álbum fotográfico deste espaço colocado em 2014

Fotografias de Carlos Pardilha realizadas em 2010 e colocadas como álbum da campanha aqui: <https://picasaweb.google.com/111435591575417445038/Campanha50EspacosMonteDeSFelixEm200910FotosDeCarlosFardilha>

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Espaço verde
Área aproximada 52,5 ha

Informações recolhidas junto da Câmara Municipal de Póvoa de Varzim em 2014

Mantém-se com a categoria de «espaço verde» no PDM em vigor, assumindo, no PDM em Revisão, as categorias de: espaços florestais de produção integrados em Estrutura Ecológica; espaços de ocupação turística integrados na Estrutura Ecológica; Perímetro Urbano. A área foi calculada em 52,85 ha.

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

O Monte de São Félix (202 metros) é o monte mais alto da Serra de Rates e do concelho da Póvoa de Varzim. Destaca-se na paisagem por ser uma elevação em frente a uma planície litoral. Em termos de fauna, predominam os esquilos (caçadores), raposas (vistas há 2 anos), perdizes (há 10 anos), rolas. Diversas espécies de chapins, fringílidos. Águias-de-asa-redonda (*Buteo buteo*) são regularmente observadas e, ocasionalmente, gaviões (*Accipiter nisus*). Estas zonas são especialmente importantes no decurso das migrações outonais, durante as quais são muito abundantes os papa-moscas (*Ficedula hypoleuca*) e as várias espécies de andorinhas que aqui param e se alimentam da abundante fauna de insetos. Relativamente à flora, predominam os pinheiros, eucaliptos, carvalhos, castanheiros, sobreiros e plátanos. O Monte de S. Félix é atravessado pelo Ribeiro de Rapejães que seca durante o Verão. Nesse monte nasce o Rio Alto que desagua na freguesia da Estela, precisamente na Praia do Rio Alto.

Informações recolhidas junto da Câmara Municipal de Póvoa de Varzim em 2014

Mantém-se a importância ecológica assinalada.

Relevância social

O Monte de S. Félix possui uma vista panorâmica sobre a cidade e as suas praias e por isso é um espaço de lazer e de convívio das populações locais, com um miradouro e um parque de merendas. Tem moinhos, alguns convertidos em residências de férias, e a Estalagem de São Félix; não muito longe situa-se o Campo de Tiro de Rates. No sopé do monte encontra-se a capela de Nossa Senhora da Saúde (romaria no primeiro domingo de agosto) e no cume a capela de S. Félix (romaria no primeiro domingo de setembro). Na Romaria da Senhora da Saúde o andar percorre uma distância de 7 km entre a Igreja Matriz da Póvoa de Varzim e a Capela de Nossa Senhora da Saúde. No Monte de S. Félix existem ainda vestígios de um castro muito enterrado e destruído. Acredita-se que neste monte viveu outrora São Félix (o eremita), responsável por ter encontrado o corpo de São Pedro de Rates, primeiro bispo de Braga, que terá dado origem à igreja de São Pedro de Rates e justificado a primazia de Braga, em termos religiosos, na Península Ibérica.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

O Monte de S. Félix pertence a vários proprietários privados. Está incluído em Reserva Ecológica Nacional.

Informações recolhidas junto da Câmara Municipal de Póvoa de Varzim em 2014

O espaço continua a ser privado, encontrando-se maioritariamente em REN.

Ameaças à preservação

O espaço encontra-se ameaçado pela pressão urbanística e turística (possibilidade de construção de outro estabelecimento de hotelaria), abate de árvores, deposição ilegal de lixo, presença de espécies invasoras (eucaliptos e austrálias) e fogos florestais.

Informações recolhidas junto da Câmara Municipal de Póvoa de Varzim em 2014

As ameaças assinaladas mantêm-se. Não foi porém concretizada a construção referida de outro estabelecimento de hotelaria.

Dinâmica local

Sempre que solicitado pelas escolas, a ASSAL (Associação dos Amigos de Laúndos - Ambiente e Património) organiza visitas guiadas aos moinhos.

Informações recolhidas junto da Câmara Municipal de Póvoa de Varzim em 2014

Deixaram de existir visitas guiadas aos moinhos, não havendo também outras atividades que dinamizem o espaço.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Poderia propor-se como futuras intervenções a exposição ao público dos dois moinhos mais bem preservados. Um deles, estando totalmente conservado, deveria ser reativado. A criação de um parque

público, com a definição de percursos pedonais e cicláveis, também seria possível e desejável. A Câmara Municipal da Póvoa de Varzim pretende aproveitar o troço da linha férrea para uma via ciclável. A instalação de um ecoponto também seria importante no local.

Informações recolhidas junto da Câmara Municipal de Póvoa de Varzim em 2014-2015

Não se verificaram intervenções como algumas das sugeridas na campanha. Assinale-se, no entanto, a instalação no local de um ecoponto. A Junta de Freguesia de Laúndos tem em mente um projeto que visa a proteção e divulgação do Monte de S. Félix. Entretanto, foi construída a ciclovia a que se alude acima, que permite uma aproximação ao Monte de S. Félix, tendo no entanto que sair-se da ciclovia e prosseguir a pé cerca de 15 a 20 minutos, ou de bicicleta em menos tempo mas já não na ciclovia.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, a Junta de Freguesia de Laúndos e a Associação dos Amigos de Laúndos - Ambiente e Património poderiam ser potenciais parceiros na gestão deste espaço.

[Ir para o índice](#)

Valongo

ADVERTÊNCIA SOBRE A ATUALIZAÇÃO DAS FICHAS COMPILADAS

Advertimos que os textos adiante constantes sobre fundo branco foram redigidos no âmbito da Campanha 50 Espaços Verdes em Perigo e a Preservar, que decorreu entre 2006 e 2008, e são de responsabilidade exclusiva da Campo Aberto, com a reserva expressa na Declaração de Exoneração de Responsabilidade, no início desta compilação.

Decorridos alguns anos, só em 2014-2015 foi possível, a propósito da preparação para publicação de um pequeno livro sobre os resultados dessa campanha, tentar fazer alguma atualização dos dados então recolhidos, dado ter passado entretanto um período já prolongado. Os dados recolhidos nessa atualização constam adiante em fundo de cor, com a indicação da fonte onde foram recolhidos. No entanto, a formulação em que se encontram, adaptada a partir dos dados recolhidos junto dessa fonte, continua a ser de exclusiva responsabilidade da Campo Aberto.

Apesar disso, antes de ser disponibilizada publicamente nesta compilação, a nossa formulação foi submetida ao parecer da fonte originária, para eventual deteção de erros nossos e introdução de correções. O resultado é o que adiante se apresenta, continuando a ser nossa inteiramente a responsabilidade pela forma como vão apresentados.

Agradecemos a todos os que colaboraram para que tivesse sido possível visitar e atualizar de algum modo, embora obviamente não definitivo, a informação que se segue, e que vão identificados.

No caso particular do concelho de Valongo, a Campo Aberto agradece de modo especial à Câmara Municipal de Valongo, designadamente ao seu Presidente, José Manuel Ribeiro, ao Arq. Miguel Pinto, à Dra Raquel Viterbo e ao Chefe da Divisão de Ordenamento do Território e Ambiente, Luís Correia Monteiro.

Campo Aberto - associação de defesa do ambiente
31 de dezembro 2014



Margens do rio Leça em Alfena

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Mafalda Sousa
Espaço proposto por Vitor Leal

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1926
Nome do espaço Margens do rio Leça em Alfena
Freguesia Alfena
Concelho Valongo

Outras referências

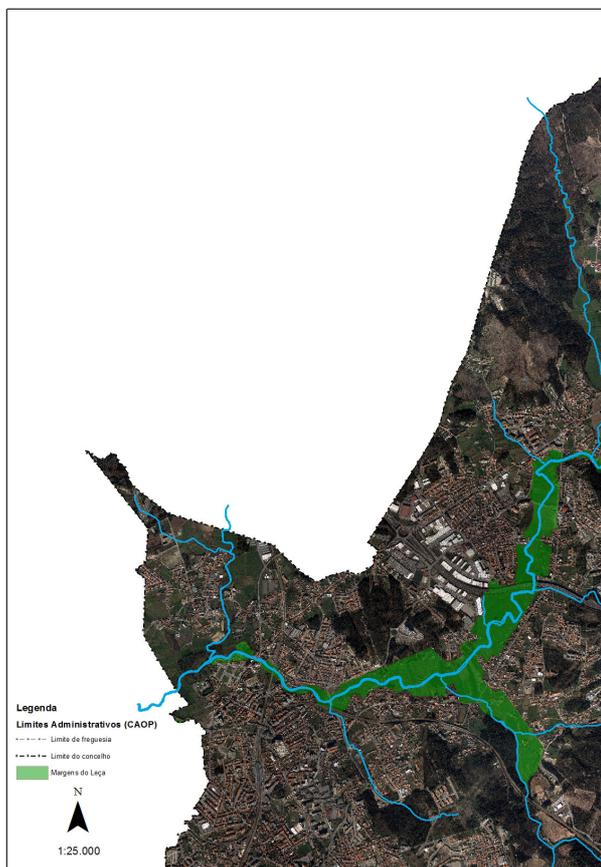
Coordenadas geográficas WGS84: 41,23; -8,53.
Entre a Ponte de São Lázaro e a Av. Padre Nuno Maria Cardoso

Limites



Informações recolhidas em 2014 junto da Câmara Municipal de Valongo

Embora este espaço não tenha sido proposto pela autarquia, e tendo-o o proponente limitado a Alfena, sugerimos que seja prolongado pelo menos até ao Parque Socer, em Ermesinde. A sugestão de delimitação agora apresentada está ajustada à ocupação do solo prevista no âmbito da revisão do PDM. Propõe-se designá-lo por Margens do Rio Leça em Alfena e Ermesinde, entre o Parque de São Lázaro e o Parque de Socer (imagem abaixo).



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Campos agrícolas, espaço verde
Área aproximada 57 ha

Informações recolhidas em 2014 junto da CMV

Quanto à tipologia, a proposta de revisão do PDM inclui: «Espaço agrícola», que coincide quase integralmente com a RAN e parte dele com a REN, assim como na generalidade com leito de cheia – abrange as margens, com exceção dos equipamentos. Quanto a «Espaços de equipamentos e outras estruturas em solo rural», abrange os equipamentos Parque São Lázaro e Parque Socer. Quanto à área, e não tendo o espaço sido sugerido pela autarquia, também não o foi a área. A sugestão de delimitação agora apresentada engloba cerca de 90 ha de «espaço agrícola» e 1,8 ha (S. Lázaro) + 5,5 ha (Socer) de equipamentos.

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

O rio Leça nasce no Monte de Santa Luzia, na freguesia de Monte Córdova (Santo Tirso), a uma altitude de cerca de 420 metros. Desde a sua nascente passa por quatro concelhos: Santo Tirso (freguesias de

Monte Córdova, Refojos, Reguenga, Agrela e Água Longa), Valongo (freguesias de Alfena e Ermesinde), Maia (freguesias de Águas Santas, Milheirós, Gueifães, Maia, Moreira), Matosinhos (freguesias de S. Mamede de Infesta, Leça do Balio, Custóias, Santa Cruz do Bispo, Guifões, Matosinhos e Leça da Palmeira). É em Leça da Palmeira, no Porto de Leixões, que desagua no Oceano Atlântico, após um percurso de cerca de 48 km. Tem como principais afluentes a Ribeira do Arquinho e a Ribeira de Leandro. O rio Leça possui uma bacia hidrográfica com uma área de cerca de 190 km², enquadrando-se entre as bacias dos rios Ave e Douro.

Durante o século XIX e princípios do século XX, o rio Leça era considerado um dos mais belos do Norte de Portugal. Existem referências aos cenários de rara beleza que o rio Leça possuía, na área entre Alfena e Ardegães, possuindo moinhos e açudes, ao longo de campos com flores, vinha, produtos hortícolas, linho e milho, regados com água do rio. A partir da década de 60 do século XX, o rio Leça começou a ficar cada vez mais industrializado, tendo os primeiros protestos surgido dos pescadores, devido à mortalidade e desaparecimento dos peixes, que anteriormente eram abundantes no rio. Até aos anos 1990, não foram tomadas medidas quanto à despoluição do rio Leça, sendo este considerado como um dos rios mais poluídos da Europa. De uma paisagem bucólica com funções ecológicas e espaço de lazer, o rio Leça e suas margens sofreram um processo de construção anárquica que, aliada à deposição de lixos e poluição, provocou a alteração deste cenário para o que se verifica hoje em dia. O rio Leça, na freguesia de Alfena, apresenta já um carácter periurbano e industrializado, diminuindo a qualidade da paisagem, com a forte pressão urbanística e elevada densidade populacional. Denota-se uma desorganização do território, em que as áreas mais urbanizadas coexistem com zonas mais rurais, como as existentes em Alfena, onde ainda se mantêm explorações agrícolas. Este troço estende-se desde Alfena (Valongo) até Leça do Balio (Matosinhos).

Relativamente à flora, encontram-se presentes na bacia do rio Leça mosaicos de matos com tojos e urzes, vegetação ripícola e palustre com salgueiros e/ou amieiros e bosquetes de carvalhos, que poderão estar associados a outras espécies como sobreiros, castanheiros e/ou salgueiros. No vale do Leça, ainda existem locais com uma diversidade florística notável, particularmente no seu curso superior. O amieiro é o representante mais comum na galeria ripícola, mas no rio Leça também é de destacar a abundância em alguns locais de choupos, salgueiros, sabugueiro, freixos, sanguinho-d'água, etc. Os carvalhos, especialmente o carvalho-alvarinho e sobreiro, destacam-se pelos exemplares de grandes dimensões existentes e pela constância na paisagem. No leito do rio surgem bolbosas como a tábua-larga e a *Alisma plantago-aquatica*. No passado teriam preponderado os bosques dominados por carvalhos, com destaque para o carvalho-alvarinho, sobreiros, salgueiros e/ou amieiros.

Relativamente à fauna, existe na Bacia do Rio Leça uma área de bastante importância: o vale do Ribeiro de Tabãos, localizado na freguesia de Alfena, em Valongo. Em Valongo, já foram avistadas lontras e enguias, estas últimas particularmente em Alfena, junto à Azenha do Barrela. Na bacia do rio Leça, presumivelmente, poderão encontrar-se mamíferos como a toupeira-de-água, o musaranho-anão e a doninha. A expansão urbana, a poluição do rio e o desaparecimento da agricultura e do habitat de nidificação das aves explicam que a avifauna se resume praticamente às espécies que toleram a presença humana. É possível a ocorrência de espécies de répteis, como o licranço, o sardão, o lagarto-de-água, a lagartixa, a cobra-de-água viperina e a cobra-de-colar, e de anfíbios como a salamandra-lusitânica, salamandra-de-pintas-amarelas, tritão-de-patas-espalmadas, tritão-marmorado, sapo-parteiro, discoglossos, sapo-de-unha-negra, sapo, sapo-corredor, rela, rã-ibérica e rã-verde, sendo estes bastante raros, devendo limitar-se aos troços iniciais e afluentes do rio Leça, devido às condições das linhas de água, bastante poluídas.

A ictiofauna é bastante reduzida ou inexistente em vários troços do rio, tendo já aqui existido as seguintes espécies: lampreia, enguia, sável, panjorca, verdemã do norte e boga, que são consideradas vulneráveis e/ou em perigo ou ameaçadas. Entre as freguesias de Alfena e Ermesinde, é de destacar a vinha, em alguns locais instalada em bardos, e os prados de Inverno. Junto ao Leça, existem campos cultivados e pequenas hortas, compostas principalmente com hortícolas, com bordaduras constituídas por ramadas de videiras. Surgem também as árvores de fruto dispersas, castanheiros e oliveiras, assim como loureiros. Aqui, podem ser observados alguns terrenos agrícolas abandonados. Em Alfena, desagua no rio Leça a Ribeira de Cabeda. A partir de Alfena, e nos restantes troços do rio Leça, os espaços florestais existentes resumem-se a pequenas manchas ocupadas com eucaliptos e pinheiros-

bravos, disseminadas na paisagem mais urbana e industrializada, ocupando essencialmente o cume de pequenas elevações e encostas com maior declive e, por vezes, compartimentando parcelas agrícolas.

Relevância social

Existe algum património religioso de relevo nas margens do rio Leça em Alfena: a Capela de São Lázaro e a Capela da Senhora do Amparo. A capela da Senhora do Amparo e o calvário de Transleça situam-se numa encosta na margem esquerda do rio Leça, de onde se obtém um amplo panorama do vale do rio, quando este entra na freguesia de Alfena, no concelho de Valongo. Nas proximidades da capela, no vale agrícola, destaca-se a vinha, instalada em bardos, e os prados de Inverno. Também existem algumas árvores de fruto dispersas, como nespereiras, macieiras e castanheiros. Nesta zona o rio Leça apresenta uma galeria ribeirinha jovem e algo descontínua. O calvário da Costa situa-se numa encosta na margem esquerda do rio Leça, muito perto da ponte de São Lázaro, de onde se obtém uma ampla visão para o vale do rio. O calvário de Aldeia Nova, datado de 1733, situa-se no cimo de uma encosta virada para o rio Leça. Em Alfena, na Zona de Lazer de S. Lázaro, localiza-se o Moinho de São Lázaro, atualmente recuperado e reconvertido em infraestrutura de apoio a este parque.

A Ponte de S. Lázaro localiza-se nessa zona de lazer. É uma ponte de origem românica que fazia parte do caminho velho que ligava Alfena a Água Longa, integrando-se no caminho medieval que seguia do Porto para Guimarães. Encontra-se classificada como Imóvel de Interesse Municipal. A Ponte do Arquinho localiza-se na Rua da Barreira (Alfena), inserida numa área agrícola. Foram avistadas bastantes noras (engenhos de rega que retiravam a água do rio para regar os campos agrícolas) no vale agrícola do rio Leça em Alfena, todas desativadas e por vezes semicobertas de vegetação. A Zona de Lazer de S. Lázaro localiza-se em Alfena, nas duas margens do rio Leça, sendo interligada através de uma antiga ponte romana e de uma nova ponte, de madeira. A ponte romana, de granito, possui dois arcos, estando atualmente encerrada a trânsito automóvel, efetuando-se assim a ligação com a Rua de S. Lázaro (na margem direita) e com a Rua das Cabanas e a Rua Central da Costa (na margem esquerda). Junto ao rio Leça, a vegetação ripícola está reduzida a apenas alguns choupos e amieiros, que se encontram junto à margem. No parque, existem choupos, carvalhos e um pinheiro. Em 1996, a Câmara Municipal de Valongo promoveu o arranjo das margens do rio, regularizando o seu curso e definindo esta Zona de Lazer de S. Lázaro, um ano após efetuar obras de consolidação da estrutura da ponte, substituindo o lajeado da ponte, reconstruindo guardas em granito e impermeabilizando o tabuleiro.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

Desconhece-se o tipo de propriedade dos terrenos marginais ao rio Leça em Alfena e a sua classificação no PDM de Valongo. O troço do rio Leça, na freguesia de Alfena, atravessa áreas de Reserva Agrícola Nacional, em domínio público hídrico.

Informações recolhidas em 2014-2015 junto da CMV

São maioritariamente terrenos privados, com exceção das áreas afetadas aos equipamentos. Note-se que a aprovação da revisão do PDM de Valongo foi publicada no Diário da República, II série - n.º 29, de 11 de fevereiro de 2015 (Aviso 1634/2015). Pode consultar-se em: <http://dre.tretas.org/dre/411633>

Ameaças à preservação

Está ameaçado pela elevada carga orgânica das águas, deposição de lixos nas margens e pressão urbanística e industrial. De acordo com o programa «Corrente Rio Leça», existem três pontos de amostragem em Alfena para aferir a qualidade da água do rio: 1 – Portal do Ribeiro, 2 – Ponte de S. Lázaro e 3 – Ponte do Punhete. A progressiva degradação da qualidade, em termos microbiológicos e físico-químicos, deve-se à destruição dos corredores ripícolas, com a intensificação do uso agrícola e da ocupação urbana e industrial nos três pontos de amostragem.

Dinâmica local

O programa «Corrente Rio Leça – Limpo por todos. Limpo para todos», com a colaboração entre as Águas de Valongo, a Câmara Municipal de Valongo, a CCDR-Norte, a Junta de Freguesia de Alfena, a Junta de Freguesia de Ermesinde e a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, pretende a despoluição deste curso de água e tem realizado diversas iniciativas como ações de limpeza das margens do rio Leça em Alfena, nas zonas de Transleça, Ponte de S. Lázaro e Ponte do Punhete.

Existem atividades frequentes de BTT e TT nas margens do rio Leça em Alfena e projetos de educação ambiental na Escola Secundária de Alfena. A Amileça - Associação de Amigos do Rio Leça, sediada em Leça da Palmeira, nasceu em 1992 e tem chamado a atenção do poder político e do público em geral para a situação do rio Leça.

[Ver mais abaixo retificações a algumas destas informações, que nos foram assinaladas por técnicos da Câmara Municipal de Valongo.]

Possíveis intervenções futuras de preservação

É prioritária a requalificação e renaturalização de toda a bacia do rio Leça, não apenas na freguesia de Alfena, mas em todo o seu percurso dentro da Área Metropolitana do Porto. Algumas medidas são especialmente recomendadas: a fiscalização e controlo das descargas de águas residuais, a eliminação das ligações clandestinas às linhas de água, a limpeza de margens, a monitorização da qualidade da água, etc. Após estas intervenções, sugerem-se ainda a utilização do corredor natural fluvial para a criação de novas áreas verdes e corredores ecológicos, através da plantação de espécies autóctones, recuperação de pontes e moinhos, abandonados e em avançado estado de degradação. É também importante implementar ações de sensibilização à população, ações pedagógicas de educação ambiental nas escolas e promover ações de voluntariado, em torno da despoluição do rio Leça.

Informações recolhidas em 2014 junto da CMV

Destaca-se a implementação do projeto «Corrente Rio Leça», sugerindo-se a consulta do texto síntese em www.valongoambiental.com (Temas/Recursos Hídricos/Projetos). No que respeita à flora e à fauna, o texto é da autoria do proponente [Nota da Campo Aberto: a responsabilidade é dos coordenadores da campanha em 2007-2008, e não do proponente], não dispondo a Autarquia de inventário para a área em questão. Pode-se no entanto referir que a monitorização piscícola efetuada no âmbito do projeto «Corrente Rio Leça» revelou a presença nesta linha de água de boga, enguia, escalo-do-norte e ruivaco, além de góbio e perca-sol. Relativamente à agricultura, Alfena mantém uma prática agrícola significativa nas margens do Leça e afluentes, que também é possível observar em Ermesinde. O projeto «Corrente Rio Leça» procurou incidir em determinadas problemáticas como ligações ilegais às redes de águas residuais e pluviais, deposição indevida de resíduos e necessidade de maior consciencialização da população, tendo abrangido toda a extensão do rio e, em algumas situações (ex. vistorias), da bacia. Teve mais parceiros do que os referidos no texto (ver pf texto descritivo no Portal do Ambiente da Câmara Municipal de Valongo) e decorreu de forma sistematizada até 2009, com um elevado envolvimento por parte de entidades e população, sendo no entanto de referir que continuam a realizar-se com relativa frequência ações pontuais de limpeza no rio e afluentes, por iniciativa da Câmara Municipal e/ou das Juntas de Freguesia, vistorias para deteção de ligações ilegais pela Be Water – Águas de Valongo e atividades de sensibilização. No que respeita a «atividades frequentes de BTT e TT», considera-se que isso não corresponde à realidade; há a referir apenas eventos muito esporádicos num terreno específico. Relativamente à Amileça, houve um contacto inicial no âmbito do projeto «Corrente Rio Leça» mas não temos evidências da sua atuação concreta no nosso território. No âmbito do projeto «Corrente Rio Leça» foram e continuam a ser implementadas diversas das intervenções mencionadas. Destaca-se também a melhoria do Parque de S. Lázaro, por parte da Junta de Alfena, nomeadamente reconversão do moinho em ruínas em cafeteria e implantação de ginásio ao ar livre, e a inauguração em agosto de 2009 do Parque Socer, em Ermesinde, um espaço verde nas margens do Leça também ao serviço da população (<http://www.valongoambiental.com/index.php?section=98>).

O enquadramento legal associado às margens do rio Leça, vertido no PDM, condiciona a utilização da área com vista à sua salvaguarda. A Autarquia pretende, no âmbito das suas competências e recursos, manter os esforços no sentido de promover ações e projetos de requalificação ambiental e de promoção do usufruto sustentável das margens do rio Leça.

[Ir para o índice](#)



Ribeira de Tabãos

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Mafalda Sousa
Espaço proposto por Câmara Municipal de Valongo

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1706
Nome do espaço Ribeira de Tabãos
Freguesia Alfena
Concelho Valongo

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,23; -8,51.

Para chegar à Ribeira de Tabãos: Seguir EN205 até ao Largo da Codiceira, virar à direita para Rua Nossa Senhora do Amparo, depois novamente à direita para Rua Vasco da Gama e seguir até ao Largo Vasco da Gama e aí virar para Rua Infante D. Henrique.

Limites



Sugestão recolhida em 2014 junto da Câmara Municipal de Valongo

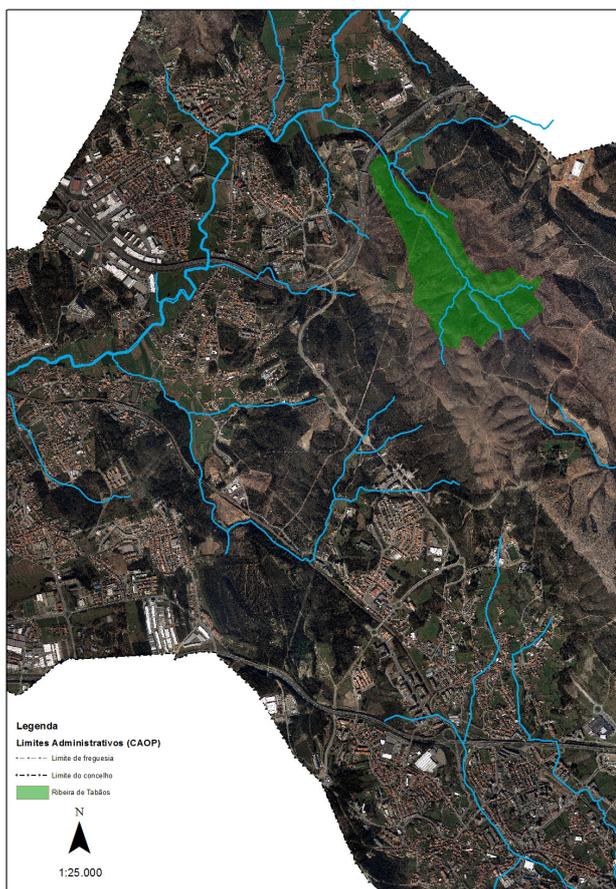
Sugere-se ajustar a delimitação à salvaguarda prevista no âmbito da revisão do PDM, correspondente ao atravessamento da Ribeira de Tabãos em área florestal.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Área natural
Área aproximada 106 ha (segundo o proponente)

Informação recolhida em 2014 junto da CMV

Na revisão do PDM foi delimitada uma área de salvaguarda da Ribeira de Tabãos, com a tipologia «Espaço florestal de conservação», correspondendo a 78 ha. O troço final da ribeira, junto à foz com o rio Leça, está inserido na RAN. Quanto à REN, no polígono de salvaguarda agora constituído apenas estavam/estão inseridos o leito e margens da ribeira, pelo que houve a necessidade de delimitar essa área específica mais alargada.



DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

A Ribeira de Tabãos, afluente da margem esquerda do rio Leça, é um local de especial interesse pois possui uma beleza singular e fragmentos de vegetação ripícola autóctone. Este local possui azenhas e locais propícios a percursos pedestres. A Ponte na Ribeira encontra-se um moinho. A Ribeira de Tabãos possui um corredor ripícola bem conservado, composto por amieiros (*Alnus glutinosa*) e Salgueiros (*Salix sp.*), bem como algumas áreas de carvalhal e espécies autóctones (incluindo feto-real). Existe a presença de *Drosophyllum lusitanicum* (erva-pinheira-orvalhada ou pinheiro-baboso). É uma planta carnívora, iberomarroquina, de distribuição altamente localizada em Portugal. Nesta área, mais a sul, ocorre um núcleo importante destas plantas carnívoras (parecer de Dr. Fernando Sequeira, CIBIO-UP).

Destacam-se como espécies de fauna com particular interesse a presença de 3 espécies que constam no anexo II da Directiva Habitats, como o lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*), a salamandra-lusitânica (*Chioglossa lusitanica*) e o morcego-de-ferradura-grande (*Rhinolophus ferrumequinum*). Duas espécies incluídas no anexo A-I do DL n.º 140/99 - Espécies de aves de interesse comunitário cuja conservação exige a designação de zonas de proteção especial - guarda-rios (*Alcedo atthis*) e felosa-do-mato (*Sylvia undata*). A Ribeira é utilizada para a reprodução de numerosas espécies de anfíbios (*Rana iberica*, *Rana*

perezi, *Alytes obstetricans*, *Salamandra salamandra*, *Lissotriton boscai*), apresentando igualmente o vale da ribeira uma fauna diversificada. O sítio engloba igualmente a presença de numerosas espécies de aves florestais (peto-verde, chapins, cuco, gaio, trepadeira-comum, etc.), répteis (*Chalcides striatus*, *Psammodromus algirus*, etc.) e mamíferos (e.g. *Vulpes vulpes*), bem como um charco, alimentado por um ribeiro subterrâneo (com alta densidade de salamandra-lusitânica – *Chioglossa lusitanica*), com adultos e larvas de *Triturus marmoratus*, *Lissotriton boscai*, *Rana perezi*; larvas de *Chioglossa lusitanica* e *Salamandra salamandra*; adultos de *Natrix maura*.

Informações recolhidas em 2014 junto da CMV

Não há novas monitorizações para o local, mas também não há a assinalar, que tenham conhecimento, intervenções que tenham prejudicado o corredor ripícola e possam ter afetado as espécies. Está em vias de ser formalizada uma área de salvaguarda, mas ao nível do novo PDM.

Relevância social

Atividades de educação ambiental são realizadas com frequência nas margens deste curso de água.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

Os terrenos atravessados pela Ribeira de Tabãos incluem-se em áreas de Reserva Ecológica e Reserva Agrícola Nacional. Os terrenos com utilização agrícola são propriedade privada. De acordo com o proponente, o PDM em vigor de Valongo não prevê qualquer figura de proteção para o local. Na revisão do mesmo, foi proposto pelo Departamento de Ambiente que esta área fosse integrada na categoria de «Espaços Naturais – Proteção Ambiental», permitindo apenas projetos turísticos ou de valorização ambiental, a realizar nas seguintes condições: 1) Só é permitida a destruição do coberto vegetal estritamente necessário à implantação das construções e demais equipamentos; 2) Os movimentos de terras que conduzam à alteração do relevo natural e das camadas superficiais do solo apenas são permitidos desde que tenham como finalidade a valorização ambiental; 3) A área mínima da parcela de terreno seja de 10 000 m²; 4) A área de implantação não deverá exceder 2 por cento da área total da parcela.

Informações recolhidas em 2014-2015 junto da CMV

Note-se que a aprovação da revisão do PDM de Valongo foi publicada no Diário da República, II série - n.º 29, de 11 de fevereiro de 2015 (Aviso 1634/2015). Pode consultar-se em: <http://dre.tretas.org/dre/411633>

Ameaças à preservação

O vale da Ribeira de Tabãos encontra-se sob pressões urbanas e industriais que colocam em causa o seu equilíbrio e manutenção das espécies de fauna e flora.

Informações recolhidas em 2014 junto da CMV

O enquadramento previsto na proposta de PDM contribui para a salvaguarda da área florestal.

Dinâmica local

Os escuteiros de Alfena, a Escola Secundária de Alfena e o grupo da Pastoral da Juventude de Alfena têm atividades regulares junto às margens da Ribeira de Tabãos.

Informações recolhidas em 2014 junto da CMV

Que tenhamos conhecimento, o Agrupamento de Escuteiros de Alfena desenvolve atividades escutistas num terreno nas margens da ribeira, promovendo assim a sensibilização dos seus membros. A Escola Secundária de Alfena desenvolve, na área das ciências, saídas de campo e outras ações de divulgação e sensibilização sobre o tema.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Como possíveis intervenções futuras, aconselha-se a criação de áreas de lazer que não impliquem grandes alterações morfológicas deste ecossistema natural, como por exemplo, através da criação de corredores pedonais ou ciclovias.

Informações recolhidas em 2014 junto da CMV

Dinamizou-se uma caminhada que englobou esta área, como primeira experiência para um eventual percurso pedestre e/ou ciclável sinalizado.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A gestão deste espaço deveria ser realizada através de uma parceria entre Câmara Municipal de Valongo, a Junta de Freguesia de Alfena, o Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade, a Universidade do Porto e a CCDR-Norte. A dinamização do espaço com atividades de educação ambiental poderia ser realizada em parceria com as escolas e os escuteiros locais.

Informações recolhidas em 2014 junto da CMV

Considera-se que se mantém a pertinência dos parceiros mencionados. O novo PDM define claramente uma área específica de salvaguarda, condicionando o seu uso. A Autarquia pretende, no âmbito das suas competências e recursos, envidar esforços no sentido de promover ações e projetos de valorização e de promoção do usufruto sustentável da Ribeira de Tabãos.

[Ir para o índice](#)



Serras de Santa Justa, Pias e Castiçal

DESTAQUE

Ver destaque no final desta secção, em fundo salmão.

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Luís Oliveira e Mafalda Sousa

Espaço proposto por Freguesia de Valongo

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1669

Nome do espaço Serras de Santa Justa, Pias e Castiçal

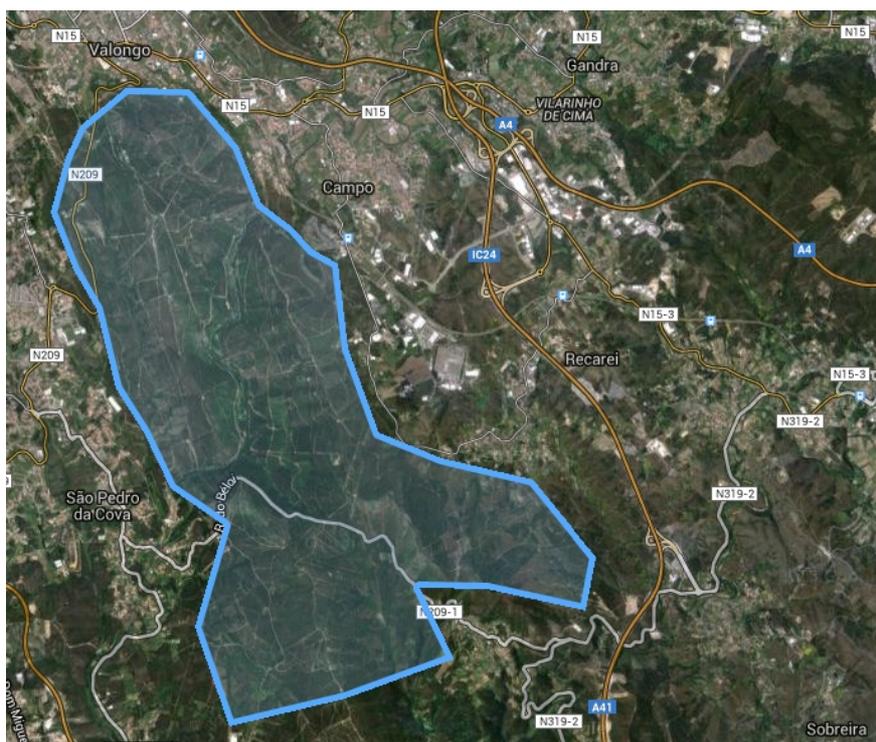
Freguesia Sobrado, São Martinho do Campo e Valongo (2); São Pedro da Cova, Foz do Sousa e Covelo (1); Aguiar de Sousa e Sobreira (3)

Concelho Valongo (1), Gondomar (2) [Paredes(3)]

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,16; -8,48.

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Área natural, Espaço verde

Área aproximada 1250 ha

Informações recolhidas em 2014 junto da CMV

Embora exista uma colaboração com os concelhos de Gondomar e Paredes, os dados adiante referidos são relativos unicamente ao território de Valongo. Quanto à tipologia, e no que respeita à classificação do solo, a Planta de Ordenamento da proposta de PDM contempla: «Espaço florestal de conservação», que abrange cerca de 80 por cento da área; «Espaço natural», que abrange os habitats salvaguardados pela Rede Natura; «Aglomerados rurais», incluindo Couce e Póvoas. A estas categorias sobrepõem-se todas as condicionantes de ordem superior (REN, Rede Natura, APPL, áreas ardidas, etc.) Esclarece-se que 824 ha de Valongo estão integrados na Rede Natura 2000 (Sítio de Importância Comunitária «Valongo») e 1070,27 ha do território estão classificados como Área de Paisagem Protegida de Âmbito Local das Serras de Santa Justa e Pias. A área aproximada presente na ficha não foi proposta pela CMV. Esclarece-se que a Paisagem Protegida Local das Serras de Sta Justa e Pias, cujo limite segue na imagem em anexo, tem 1070,27 ha. Se se considerar o Sítio Rede Natura «Valongo», este tem no total 2553 ha. Abaixo a delimitação que nos foi facultada pela Câmara Municipal de Valongo.



DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

Este espaço é considerado o «pulmão» da Área Metropolitana do Porto. A Serra de Santa Justa e Pias possui um vasto património natural e cultural que proporciona um misto de paisagens aprazíveis. Esta área é atravessada pelo Vale de Couce onde podemos encontrar o rio Ferreira, moinhos, o povoado de Couce, vestígios de povoados associados à exploração mineira, as fragas, pequenas nascentes de água, fauna e flora endémicas. Uma área considerável destas serras encontra-se incluída na Lista Nacional de Sítios da Rede Natura 2000 (Sítio Valongo PTCON00024). Para esta classificação contribuiu a presença de habitats naturais como minas e fojos, bem como a ocorrência de espécies faunísticas pertencentes ao

anexo B-II do DL nº 140/99. Alguns dos habitats que apresenta, principalmente o vale do rio Ferreira e seus afluentes, zonas de floresta mistas e os fojos e minas, proporcionam condições particulares para a existência de espécies como o bordalo (*Squalius alburnoides*), o ruivaco (*Chondrostoma macrolepidotus*), a boga (*C. duriense*), o lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*), a salamandra-lusitânica (*Chioglossa lusitanica*), o morcego-de-ferradura-grande (*Rhinolophus ferrumequinum*), e o morcego-de-peluche (*Miniopterus schreibersii*).

De realçar que as minas e fojos de Valongo constituem os locais de reprodução mais importantes para a salamandra-lusitânica, espécie endémica do Noroeste da Península Ibérica, em toda a sua área de distribuição. Os fojos albergam ainda diversas colónias do morcego-de-ferradura-grande e do morcego-de-peluche, os quais se encontram atualmente classificados pelo Livro Vermelho dos Vertebrados como em perigo de extinção e vulnerável, respetivamente. Esta área está sujeita a intensa exploração florestal, pressão urbana e poluição aquática.

Os valores naturais fazem da serra de Santa Justa um Sítio pertencente à Rede Natura 2000. Os habitats naturais e seminaturais constantes do anexo B-I do Decreto-Lei n.º 49/2005 existentes no Sítio Valongo são:

- 3260 Cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação de *Ranunculion fluitantis* e de *Callitricho-Batrachion*;
- 4020* Charnecas húmidas atlânticas temperadas de *Erica ciliaris* e *Erica tetralix* (habitat prioritário);
- 4030 Charnecas secas europeias;
- 8220 Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica;
- 8230 Rochas siliciosas com vegetação pioneira de *Sedo-Scleranthion* ou de *Sedo albi-Veronicion dillenii*;
- 8310 Grutas não exploradas pelo turismo;
- 91E0* Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior* (*Alno-Padion*, *Alnion incanae*, *Salicion albae*) (habitat prioritário);
- 9230 Carvalhais galaico-portugueses de *Quercus robur* e *Quercus pyrenaica*.

As Espécies da Flora constantes do anexo B-II e B-IV do Decreto-Lei n.º 49/2005 de 24/02, existentes no Sítio Valongo são:

- 1420 *Culcita macrocarpa*;
- 1862 *Narcissus cyclamineus*;
- 1421 *Trichomanes speciosum*.

Outras Espécies de flora dos Anexos B-IV e B-V do Decreto-Lei n.º 49/2005 de 24/02 existentes no Sítio Valongo são:

- Arnica montana* (anexo V)
- Lycopodium cernuum* (anexo V)
- Lycopodium inundatum* (anexo V)
- Narcissus triandrus* (anexo IV)
- Ruscus aculeatus* (anexo V)
- Scilla beirana* (anexo IV)
- Spaghnum capillifolium* var. *capillifolium* (anexo V)
- Spaghnum squarrosum* (anexo V)

As espécies da Fauna constantes do anexo B-II do Decreto-Lei n.º 49/2005 de 24/02 existentes no Sítio Valongo são:

- 1116 *Chondrostoma polylepis*
- 1127 *Rutilus arcasii*
- 1123 *Rutilus alburnoides*
- 1135 *Rutilus macrolepidotus*

As Espécies da Fauna constantes do anexo B-II e B-IV do Decreto-Lei n.º 49/2005 de 24/02 existentes no Sítio Valongo são:

1172 *Chioglossa lusitanica*
1259 *Lacerta schreiberi*
1301 *Galemys pyrenaicus*
1355 *Lutra lutra*
1310 *Miniopterus schreibersi*
1304 *Rhinolophus ferrumequinum*

Outras espécies de fauna dos Anexos B-IV do Decreto-Lei n.º 49/2005 de 24/02 existentes no Sítio Valongo são:

Discoglossus galganoi

A vegetação autóctone existe sobretudo na envolvente do Fojo das Pombas. O vale do rio Ferreira, que atravessa o Parque Paleozóico de Valongo, tem vegetação ripícola a este associada. Vários carvalhais e sobreirais têm presença no vale do Rio Ferreira.

Informações recolhidas em 2014 junto da CMV

Além das espécies constantes nos anexos da Diretiva Habitats mencionadas para o sítio «Valongo», ressalva-se que há outras espécies interessantes, também com estatuto especial de conservação (ex. libélulas, cabra-loura) e ainda outras que, não estando necessariamente em perigo, têm muito interesse conservacionista local até pela especificidade do seu habitat (ex. plantas insetívoras). Observam-se diversos núcleos bem conservados de vegetação autóctone, não só na envolvente do Fojo das Pombas como referido no texto – sendo de destacar as galerias ripícolas associadas às linhas de água, mas também manchas florestais de autóctones, áreas de matos, etc.

Relevância social

O Parque Paleozóico de Valongo é delimitado a norte pela cidade de Valongo, inclui a Serra de Santa Justa, parte da Serra de Pias e parte do Vale do Rio Ferreira entre as duas serras. O Parque Paleozóico foi inaugurado em 14 de Dezembro de 1998. Deveu-se a projeto conjunto da Câmara Municipal de Valongo e do Departamento de Geologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Foi criado principalmente com o objetivo de sensibilização, conhecimento e preservação das jazidas fossilíferas de Valongo e da fauna e flora endémicas, visando a criação de um espaço físico aberto onde os visitantes pudessem, através de circuitos interpretativos, contactar com os vários aspetos relacionados com a terra e a sua evolução. Tem uma área de cerca de 2553 hectares. O Parque Paleozóico possui várias entradas: uma junto ao Centro de Interpretação Ambiental, outra em Campo junto às Fragas do Castelo e uma terceira no estradão que liga Beloi à serra, no início do concelho de Valongo.

Foi implantada uma rede de percursos pedestres pela serra de Santa Justa, sendo que no seu início e final existem sinalizadores que indicam as plantas cartográficas da área, delimitações do parque, outros percursos e locais de passagem importantes. Ao longo do percurso existem postes indicativos dos diferentes percursos ou de perigo. Nestes percursos, pode visitar-se:

- Moinhos hidráulicos em funcionamento;
- O rio Ferreira e o seu vale;
- Vista sobre o vale do rio Ferreira, a partir das Fragas do Castelo;
- Vale da Tranquilidade;
- Locais de exploração mineira, como o Fojo das Pombas, Fojo da Valéria, Três Fojos Sagrados e a Mina do Campo de Trabalho;
- Locais de exploração mineira mais recentes, como a Mina de Vale do Inferno;
- A Aldeia de Couce;
- «Variabilidade» litológica;
- Prática de desportos de montanha, como escalada e alpinismo.

Os percursos possuem diferentes cores, com diferentes temáticas e dificuldades.

[Ver mais abaixo retificações a algumas destas informações dadas em fundo branco ao longo desta ficha, que nos foram assinaladas por técnicos da Câmara Municipal de Valongo, nomeadamente quanto ao código de cores, abertura sem horário fixo do Centro de Interpretação Ambiental, e outras.]

O percurso lilás inicia-se na ponte próxima dos Moinhos do Cuco, terminando na Estrada Nacional que liga Valongo a S. Pedro da Cova. Possui uma extensão de cerca de 3200 metros e uma dificuldade média. Devido aos declives bastante acentuados, existe a possibilidade da prática de escalada junto ao Vale da Tranquilidade. Podem também visitar-se moinhos hidráulicos em funcionamento, fojos (como o Fojo das Pombas, Fojo da Valéria, Três Fojos Sagrados), a Mina do Campo de Trabalho, explorações mineiras mais recentes (como a Mina do Vale do Inferno), o Vale da Tranquilidade e uma vista para o rio Ferreira.

O percurso amarelo começa também na ponte junto aos Moinhos do Cuco, onde acaba, após uma passagem pelas Fragas do Castelo. Com uma extensão de cerca de 1200 metros, é de grau de dificuldade entre média a elevada. No seu decorrer, existe a possibilidade de visitar moinhos hidráulicos em funcionamento, poços de antigas explorações mineiras, de avistar o vale do rio Ferreira e, no final do percurso, a possibilidade de praticar alpinismo e escalada.

O percurso verde inicia-se e termina na ponte junto aos Moinhos do Cuco, passando pela Aldeia de Couce. Apesar da sua extensão de cerca de 4800 metros, possui um grau de dificuldade médio a baixo. Tem como principais pontos de interesse: os moinhos hidráulicos em funcionamento, o rio Ferreira, a Aldeia de Couce, a variabilidade litológica.

Perto da cidade de Valongo, na subida para a serra de Santa Justa, localiza-se o Centro de Interpretação Ambiental, que possui na sua envolvente o Fojo das Pombas. Apenas se encontra aberto às quartas-feiras, de manhã e tarde, e aos domingos, apenas de tarde. Foi inaugurado em Maio de 2004, visando a «promoção do património natural e cultural da Serra de Santa Justa e Pias». Existe, neste centro, bastante informação, na forma de painéis, cartazes, vídeos, acerca da serra e temas ligados ao ambiente. O CIA encontra-se identificado por uma placa localizada junto ao caminho de acesso, que indica tanto o Centro de Interpretação Ambiental como o Parque Paleozóico de Valongo, que tem aqui a sua receção. Existe também um sinal que indica a direção a seguir para a serra de Santa Justa. O trilho vermelho inicia-se neste local, encontrando-se uma placa com informação sobre a Serra de Valongo, no seu início. Conduz, entre outros locais de interesse, ao Fojo das Pombas.

Os fojos resultam da atividade de exploração mineira de vários povos que passaram por Valongo: celtas, fenícios, cartagineses, árabes; têm mais de 2000 anos, tendo existido uma maior exploração na época da ocupação romana, principalmente durante o reinado do imperador Augusto durante o século I da nossa era. A exploração mineira foi bastante importante para este território, principalmente com o desenvolvimento das formas de ocupação e povoamento e da rede viária. O facto de ter aqui existido uma exploração aurífera provocou um aumento populacional, com um desenvolvimento da atividade agrícola. A população começou a deslocar-se para as áreas de vales férteis, tendo gerado os núcleos originais das freguesias atualmente existentes.

Retificações recolhidas em 2014 junto da CMV

Corrija-se a referência a um percurso «lilás» – o correto é percurso «vermelho». Os moinhos já não estão em funcionamento regular, embora mantenham as estruturas. Não se pode considerar que haja prática de «alpinismo», antes pedestrianismo, espeleologia, corrida em montanha, entre outras atividades. O Centro de Interpretação Ambiental não tem horário fixo, abre por marcação. O último parágrafo necessita de uma revisão ou que sejam mencionadas as referências bibliográficas. Será de referir o «Corredor Ecológico», percurso pedestre inaugurado em 2008 e com grande recetividade por parte da população.

[Nota da Campo Aberto: a revisão e referências bibliográficas sugeridas pela CMV não estão de momento ao alcance da Campo Aberto. Agradecemos a quem possa fornecê-las, sendo então integradas nesta compilação.]

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

Integra terrenos públicos e privados, com predominância dos últimos, estando classificada como Reserva Ecológica Nacional. As Serras de Santa Justa, Pias e Castiçal, separadas entre si pelo vale do rio Ferreira, afluente do rio Sousa e delimitadas por este a sul, integram o Sítio Valongo (PTCON0024), que foi classificado como Sítio de Importância Comunitária (SIC) pela Decisão da Comissão de 7 de dezembro de 2004. O sítio abrange uma área de 2553 ha de Rede Natura 2000, localizada aproximadamente a 12 km NE da cidade do Porto distribuída pelos concelhos, da seguinte forma:

	Área (ha)	% do concelho classificado	% do sítio no concelho
Gondomar	649	5	26
Paredes	1080	7	42
Valongo	824	11	32

O substrato xistoso, a presença de um sistema de minas e fojos e a existência de nascentes e pequenas linhas de água fornecem a este local boas condições para acolher importantes espécies de fauna e de flora, particularmente os fojos, sendo este Sítio o único em Portugal Continental onde «podem ser observados os fetos reliquiais *Culcita macrocarpa* e *Trichomanes speciosum*, espécies de distribuição restrita, sob elevado grau de ameaça». No Sítio, ocorre ainda o *Narcissus cyclamineus*, um endemismo ibérico raro e em perigo de extinção, e *Lycopodium cernuum*, único local de ocorrência em toda a Europa Continental. É também um dos sítios mais importantes para a salamandra-lusitânica (*Chioglossa lusitanica*), incluindo vários locais de reprodução confirmados para esta espécie endémica na Península Ibérica.

Informações recolhidas em 2014-2015 junto da CMV

As Serras de Santa Justa e Pias integram terrenos da Autarquia (<2 por cento) e terrenos privados. A quase totalidade da área está abrangida pela REN. Note-se que a aprovação da revisão do PDM de Valongo foi publicada no Diário da República, II série - n.º 29, de 11 de fevereiro de 2015 (Aviso 1634/2015). Pode consultar-se em: <http://dre.tretas.org/dre/411633>

Ameaças à preservação

Nas últimas décadas, o abandono do pastoreio e a instalação de povoamentos florestais com espécies de rápido crescimento (pinheiro bravo e eucalipto) tem modificado drasticamente a paisagem, ocorrendo perda de biodiversidade, alterando o regime hidrográfico e a morfologia do solo, aumentando o risco da ocorrência de fogos florestais. Estes traduzem-se em grandes perdas económicas e ambientais, pois o solo fica nu e sem vegetação que impeça a erosão das encostas das serras; o arrastamento das partículas de solo e dos resíduos da vegetação queimada pela água das chuvas vai desregular o equilíbrio hidrológico dos cursos de água cuja bacia hidrográfica abrange a área das serras. As movimentações de solo executadas nas operações de florestação e reflorestação, bem como a abertura de aceiros e novos caminhos florestais, provocam graves impactos, principalmente a nível paisagístico e ambiental, facilitando o acesso a veículos e a prática de desportos motorizados em locais não licenciados. A propagação de espécies invasoras (especialmente acácias), a recolha não autorizada de espécimes vegetais e animais raros ou com elevado valor ambiental, a deposição de lixo e entulhos, a poluição dos cursos de água, a descaraterização das serras e a pressão urbanística nas faldas das serras são outros problemas que afetam as Serras de Santa Justa, Pias e Castiçal. Uma grande parte das serras está coberta por povoamentos florestais de produção, principalmente sob gestão de empresas de celulose, as quais são proprietárias ou arrendatárias de grandes áreas. A florestação maciça com eucalipto da maior parte das serras de Valongo, pela pobreza florística associada, com a quase inexistência de estrato herbáceo e arbustivo, diminui a biodiversidade e aumenta os riscos de erosão do solo.

Informações recolhidas em 2014 junto da CMV

Desde 2007 que decorrem de forma regular ações de combate às espécies exóticas e invasoras e de reflorestação da Serra de Santa Justa, com o intuito de expandir a floresta autóctone – Valongo é parceiro do CRE_Porto e integra o «FUTURO – o projeto das 100 000 árvores na AMP». Até à primavera de 2014 já se tinham plantado mais de oito mil árvores e arbustos autóctones. Há também a assinalar

ações de limpeza, por ex. no rio Ferreira, em Couce, em fojos, etc. No caso dos desportos motorizados organizados, estes têm sido encaminhados para outra área menos sensível.

Dinâmica local

Para a conservação das Serras de Santa Justa e Pias, foram desenvolvidos projetos e ações, nomeadamente a criação do Parque Paleozóico de Valongo, o projeto de conservação de 4 espécies raras, a criação da equipa de Sapadores Florestais, a reabilitação das linhas de água, a requalificação de espaços construídos e reflorestação da Serra de Santa Justa e Pias. Para o efeito, a Câmara Municipal de Valongo estabeleceu parcerias com diversos grupos e instituições, nomeadamente a Universidade do Porto – Faculdade de Ciências / Centro de Geologia; ICETA – Instituto de Ciências e Tecnologias Agrárias e Agro-alimentares, entre outros. Este espaço natural proporciona a prática de desportos de natureza como a escalada, *rappel*, espeleologia, BTT, oferecendo também condições para caminhadas ao longo dos trilhos definidos do Parque Paleozóico.

Informações recolhidas pela Campo Aberto em 2014 junto de cidadãos e associações

Estando a bacia hidrográfica dos Rios Sousa e Ferreira abrangida pelo concelho de Valongo, veja-se na secção relativa a esses rios, no capítulo sobre o concelho de Gondomar, as informações recolhidas junto da nova associação APRISOF - Associação de Proteção dos Rios Sousa e Ferreira.

Informações recolhidas em 2014 junto da CMV

Mantém-se o empenho na preservação, valorização e dinamização das Serras de Santa Justa e Pias, por exemplo através de projetos permanentes como os Sapadores Florestais e a reflorestação. Em 2008 foi inaugurado um novo percurso pedestre - Corredor Ecológico, que liga o centro da cidade ao coração das serras. Foram também efetuadas intervenções na aldeia de Couce, recentemente classificada como Aldeia de Portugal, como construção da ETA e ETAR, melhoria dos caminhos e iluminação pública, implantação de pracetas e ecoponto. Também a assinalar atividades de usufruto sustentável, promovidas por entidades externas com o apoio/parceria da Autarquia, como provas de trail, o evento «Há Festa na Aldeia», entre outras.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Propõem-se as seguintes ações: a despoluição do rio Ferreira e do rio Sousa e seus afluentes, o combate a espécies infestantes (acácias), a reflorestação de zonas ardidas com espécies autóctones da região, o incentivo a práticas florestais e agrícolas mais sustentáveis, a prevenção de incêndios mais efetiva, a identificação das áreas correspondentes a habitats prioritários e implantação de medidas de salvaguarda, a preservação do património cultural das serras (pontes, aldeias, moinhos, fojos, etc.), mais programas de educação ambiental nas serras e a criação do estatuto de área protegida/parque metropolitano.

Informações recolhidas em 2014 junto da CMV

A Autarquia tem envidado esforços, no âmbito das suas competências e recursos, nas áreas mencionadas, no sentido de promover ações e projetos de conservação, valorização e promoção do usufruto sustentável das serras de Valongo. Valongo classificou o seu território como Paisagem Protegida Local. Neste momento, os três Municípios (Valongo, Gondomar e Paredes) estão a trabalhar em conjunto num projeto intitulado «Pulmão Verde», prevendo-se que futuramente se venham a classificar as serras como paisagem protegida de âmbito regional e se implementem projetos nas várias áreas de interesse e usufruto das serras. As parcerias de índole científica estão em processo de revisão mas deverão ser viabilizadas. Destacam-se também as parcerias com a Portucalea (Sapadores Florestais) e no âmbito do CRE_Porto (inclui projeto «FUTURO»). Promovem-se complementarmente diversas colaborações, por exemplo com entidades regionais e associações locais, sempre que necessário. A Autarquia pretende, no âmbito das suas competências e recursos, manter os esforços no sentido de promover ações e projetos de estudo, conservação, valorização e promoção do usufruto sustentável das Serras de Sta. Justa e Pias.

Informações recolhidas pela Campo Aberto em 2014

Abrangendo este espaço três concelhos (Gondomar, Valongo e Paredes; ver secção «Rio Sousa» relativa ao concelho de Gondomar, nomeadamente a situação em 2014), a cooperação entre eles é decisiva para a salvaguarda dos valores ecológicos locais. É pois promissor que tenha sido por elas criado em

conjunto o Projeto Pulmão Verde, candidato a financiamento europeu, que tem como objetivo promover a qualidade das serras, vales, rios e aldeias com grande potencial em termos ecológicos, turísticos e desportivos. Essa iniciativa intermunicipal tem acompanhamento e apoio técnico da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), e será coordenada com o ICNF - Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas e com outras entidades públicas implicadas. No âmbito do Projeto Futuro 100 000 Árvores, têm sido realizadas nos anos mais recentes ações de plantio de espécies autóctones e ações de erradicação de espécies infestantes como as austrálias (*Acacia melanoxylon*). A Campo Aberto promoveu, em junho de 2014, uma visita às Serras de Valongo, aberta ao público, com a colaboração da Divisão de Ambiente da CMV. Podem ver-se imagens em: <https://picasaweb.google.com/111435591575417445038/VisitaGuiadaAsSerrasDeValongo>

ASSOCIAÇÃO DE TRÊS MUNICÍPIOS CRIA O PARQUE DAS SERRAS DO PORTO

O território abrangido pelas Serras de Santa Justa, Pias, Castiçal, Santa Iria, Flores e Banjas, num total de cerca de 6000 hectares e que inclui o Sítio da Rede Natura 2000 «Valongo» (num total de 2553 hectares, englobando área dos concelhos de Gondomar, Paredes e Valongo) está classificado como Paisagem Protegida Regional, tendo o respetivo aviso sido publicado em Diário da República a 15 de março de 2017.

Os antecedentes e o processo de criação deste Parque estão a seguir resumidos:



Valongo é um dos três municípios que, em 2016, criaram a Associação de Municípios Parque das Serras do Porto, de que fazem parte igualmente os concelhos de Gondomar (ver nesta compilação a secção dedicada a Gondomar) e de Paredes (que não figura nesta compilação já que, quando em 2006 foi lançada a nossa campanha «50 Espaços Verdes», não integrava ainda a Área Metropolitana do Porto).

A associação resulta da necessidade de criar uma entidade com personalidade jurídica capaz de agir em nome dos três municípios envolvidos e surge na sequência de diversos passos preparatórios nos anos anteriores, tendo em vista a classificação como paisagem protegida de âmbito regional das serras de Santa Justa, Pias e Castiçal, que passou também a incluir as serras de Flores, Santa Iria e Banjas. Estas serras apresentam unidade geológica pois estão abrangidas pelo anticlinal de Valongo onde constituem uma «ilha de xisto», entre os maciços rochosos que caracterizam a região. Do ponto de vista da conservação da natureza e da biodiversidade assumem importância internacional, nomeadamente a nível da União Europeia, já que parte significativa deste território integra a Rede Natura 2000.

O projeto tem em vista constituir o Parque das Serras do Porto e conta com o apoio e participação da Área Metropolitana do Porto, da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Norte, do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas e de outras entidades. No projeto têm

desempenhado papel importante técnicos dos três municípios, incluindo obviamente Valongo. Preparado por uma equipa técnica intermunicipal das três autarquias, é coordenado pela Arq.^a Paisagista Teresa Andresen.

Considera-se que o Parque virá trazer uma maior proteção de zonas verdes que têm estado sujeitas a formas de poluição e desequilíbrio ambiental, incluindo fogos florestais recorrentes. Com uma área de cerca de 5700 hectares, poderá constituir um verdadeiro «pulmão verde» na região do Porto, designação a que os municípios promotores têm recorrido com frequência.

O presidente da Câmara de Valongo, eleito em 2013, José Manuel Ribeiro, esclareceu, numa das etapas preparatórias, que a Área de Valongo no Parque já era área protegida, e apresentou, em novembro de 2015, a disponibilidade do concelho para acolher a sede do Parque, considerando que era agora prioritário dar-lhe visibilidade. Por ocasião da assinatura de um protocolo entre as três câmaras e o Conselho Metropolitano do Porto, o Parque foi referido como um projeto de gerações e uma referência natural da AMP que contém enorme potencial dada a sua natureza multifacetada e transversal. Segundo o jornal Público de 14 de fevereiro de 2016, José Manuel Ribeiro confidenciou: «Quando tomei posse, não descansei enquanto não sentei o Marco [Martins, presidente da C. M. de Gondomar] e o Celso [Ferreira, presidente da C. M. de Paredes] à mesa para começarmos a trabalhar nisto».

A criação da associação intermunicipal, decidida em 10 de abril de 2015, foi aprovada por cada um dos três municípios, tendo a escritura pública ocorrido em 18 de abril de 2016 no Museu Mineiro de São Pedro da Cova, no concelho de Gondomar, e assinada pelos presidentes dos três municípios. A aprovação pelo executivo municipal de Valongo, por unanimidade, ocorreu em 18 de fevereiro de 2016. Em 29 de fevereiro, também por unanimidade, a aprovação foi confirmada pela Assembleia Municipal. Em informação constante do sítio eletrónico do município, referem-se palavras do Presidente da Câmara Municipal de Valongo, José Manuel Ribeiro, durante a discussão da proposta na Assembleia Municipal de 29 de fevereiro: «É uma conquista de todos. Há muitos anos que andamos a batalhar por estas Serras. Estamos a fazer história no mesmo dia em que os Municípios de Gondomar e de Paredes, que se juntaram para fazer o Parque das Serras do Porto». O autarca salientou ainda a «riqueza deste ativo estratégico, numa ótica de promoção do território», ressaltando que se trata de um primeiro passo e que há ainda muito a fazer.

Referências eletrónicas:

1. <http://www.cm-valongo.pt/noticias/noticias/associação-de-munic%C3%ADpios-parque-das-serras-do-porto-aprovada-por-unanimidade/3848>

2. Artigo «Serras de Valongo - um património natural a descobrir e conservar», <http://naturlink.pt/article.aspx?menuid=2&cid=4695&bl=1>

3. Nas Serras do Porto há um sonho de meio século que começa a ser cumprido, jornal Público, 14 de fevereiro de 2016

<https://www.publico.pt/local/noticia/nas-serras-do-porto-ha-um-sonho-de-meio-seculo-que-comeca-a-ser-cumprido-1723207>

Campo Aberto, abril de 2016

Informação colocada em 11 de setembro de 2017

Depois de um processo de consulta pública que decorreu de 5 de julho a 5 de agosto de 2016, o processo de classificação como paisagem protegida regional foi concluído em setembro do mesmo ano. No Parque ficam integradas as seguintes freguesias nos três concelhos: Valongo e União de Freguesias de Campo e Sobrado, no concelho de Valongo; União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova, Foz do Sousa e Covelos, Medas e Melres, no concelho de Gondomar; Aguiar de Sousa, Recarei e Sobreira, no concelho de Paredes. A Paisagem Protegida Regional Parque das Serras do Porto é gerida pela Associação Parque das Serras do Porto, o que dá a essa gestão um carácter claramente intermunicipal. O órgão de gestão é o Conselho Executivo, de direção do Parque, composto por três membros, que são os presidentes dos executivos municipais de Gondomar, Paredes e Valongo. A presidência desse órgão é exercida de forma rotativa, por períodos de um ano, entre os três presidentes. O primeiro Presidente do Conselho Executivo foi o Presidente da Câmara Municipal de Paredes, Celso Ferreira; após um ano,

conforme previsto nos Estatutos, esse cargo transitou para o Presidente da Câmara Municipal de Valongo, José Manuel Ribeiro. Uma representante do Município de Gondomar preside à Assembleia Geral da Associação de Municípios. A sede do Parque é em Valongo, provisoriamente no edifício do Museu Municipal, futuramente na rua do Padrão. *(Dados recolhidos em julho de 2017)*

[Ir para o índice](#)

OUTROS ESPAÇOS NÃO SELECIONADOS

Foi proposto mas não selecionado o espaço seguinte. O facto de não ter sido selecionado não pode de forma alguma interpretar-se como significando ausência de importância ecológica ou de valores ecológicos dignos de preservação.

Embora a atualização de informação sobre espaços não incluídos nos 50 selecionados não seja um objetivo imediato, haverá a possibilidade de introduzir novas informações por pessoas que conheçam ou venham a conhecer esses espaços e a confrontar o seu estado atual com o descrito na ficha respetiva.

A Campo Aberto incluirá com muito gosto as informações atualizadas que qualquer cidadão ou entidade lhe queira fazer chegar sobre algum dos outros espaços. A enviar para: contacto@campoaberto.pt

Se bem que utilizando as informações fornecidas, e quando identificada a sua fonte, a forma com que figuram nesta compilação em processo de atualização é sempre e somente de responsabilidade da Campo Aberto. Isso será válido apesar de, sempre que nos for possível, ser nossa intenção apresentar a quem nos informou a versão que tencionamos inserir aqui, e corrigi-la e adaptá-la segundo as recomendações que recebermos.

Campo Aberto - associação de defesa do ambiente

Quinta do Dr. Lage

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Mafalda Sousa
Espaço proposto por Câmara Municipal de Valongo

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

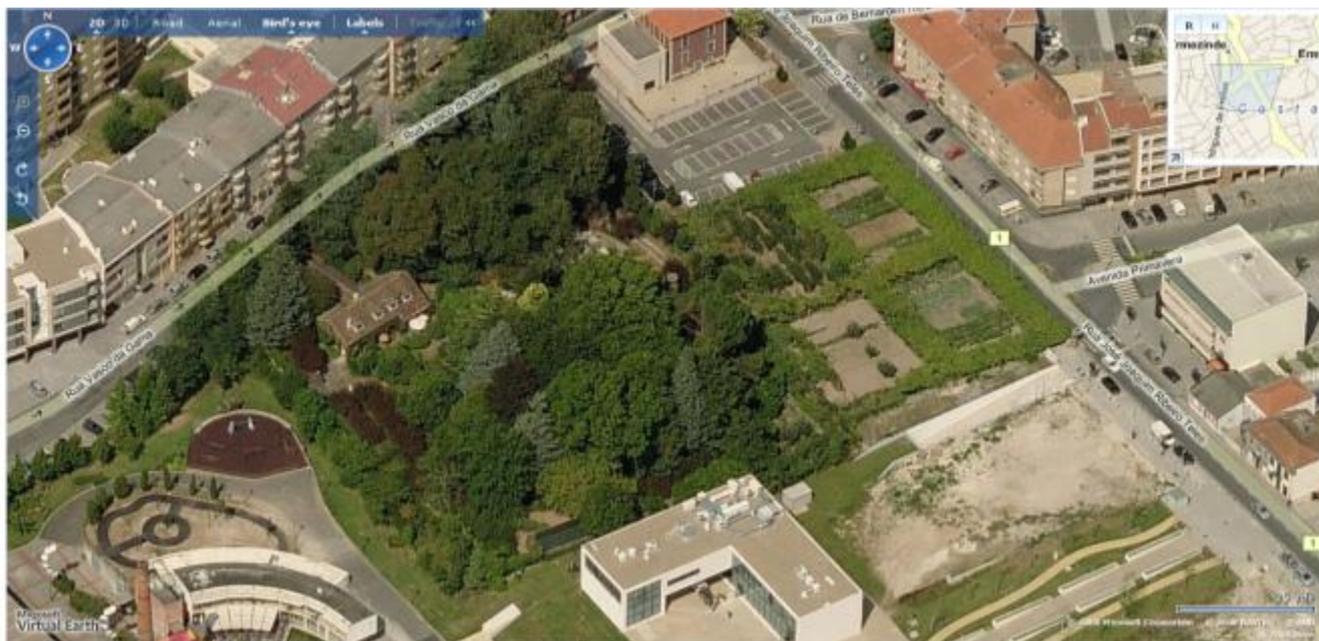
Código ID 1857
Nome do espaço Quinta do Dr. Lage
Freguesia Ermesinde
Concelho Valongo

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,22; -8,55.

Seguir A4 na saída de Ermesinde. Seguir pela ponte em direção à Rotunda da Igreja de Santa Rita, virar à esquerda, seguindo as indicações do Fórum Cultural de Ermesinde até ao centro da cidade. Aí encontra-se o Parque Urbano Dr. Fernando Melo, o qual confina com a Quinta do Dr. Lage. Este espaço localiza-se no gaveto da Rua José Joaquim Ribeiro Teles com a Rua Vasco da Gama.

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Jardim privado
Área aproximada 1,3 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

A Quinta do Dr. Lage é propriedade privada. De acordo com o parecer do Prof. Doutor F. Barreto Caldas, da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, «este jardim encerra uma grande diversidade de espécies de árvores e arbustos, que em conjunto ultrapassam as trinta espécies, sendo de salientar a presença de bidoeiro, castanheiro, carvalho americano, cedro do Líbano, cedro do Atlântico, azevinho, loureiro, tília, magnólia, japoneira, rododendro, azálea, etc. Não há nenhuma espécie muito rara, mas existe um número elevado que quase transforma este jardim num jardim botânico em miniatura. É de

assinalar especialmente o porte e diâmetro de tronco de uma árvore do âmbar (*Liquidambar styraciflua*).» Além da riqueza florística, esta área oferece excelentes condições como habitat para a fauna urbana, não se destacando no entanto nenhuma espécie em particular.

Relevância social

Não possui valores arquitetónicos a destacar.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

A Quinta do Dr. Lage é propriedade privada. De acordo com o proponente, o PDM de Valongo não prevê qualquer figura de proteção para o local. Na revisão do mesmo, foi proposto pelo Departamento de Ambiente da Câmara Municipal de Valongo que esta área fosse integrada na Estrutura Ecológica Urbana. Não está atualmente integrada em Reserva Ecológica Nacional ou Reserva Agrícola Nacional.

Informação recolhida junto da Câmara Municipal de Valongo em janeiro de 2016

Refira-se que, no novo PDM, a área de arboreto está integrada na Estrutura Ecológica Municipal e assinalada como Zona de Proteção.

Ameaças à preservação

A maior ameaça à sua preservação é a pressão urbanística.

Dinâmica local

Desconhecem-se atividades ou associações com dinâmica local. No entanto, pela sua localização privilegiada relativamente ao espaço em causa, destaca-se o Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental de Valongo, situado na Villa Beatriz, um espaço privilegiado de informação, divulgação e sensibilização ambientais no concelho de Valongo.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Sendo um espaço privado, seria importante salvaguardar esta quinta como espaço natural em meio urbano, salvaguardando-o, através dos planos municipais de ordenamento, de potenciais utilizações do espaço para construção pelos seus atuais proprietários. Dado o seu elevado valor botânico, é um espaço privilegiado para visitas ao público, através de parcerias entre a autarquia e os proprietários, em horário e condições a definir.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

Os atuais proprietários desta quinta e a Câmara Municipal de Valongo poderiam ser parceiros na preservação deste espaço.

[Ir para o índice](#)

Vila do Conde

ADVERTÊNCIA SOBRE A ATUALIZAÇÃO DAS FICHAS COMPILADAS

Advertimos que os textos adiante constantes sobre fundo branco foram redigidos no âmbito da Campanha 50 Espaços Verdes em Perigo e a Preservar, que decorreu entre 2006 e 2008, e são de responsabilidade exclusiva da Campo Aberto, com a reserva expressa na Declaração de Exoneração de Responsabilidade, no início desta compilação.

Decorridos alguns anos, só em 2014-2015 foi possível, a propósito da preparação para publicação de um pequeno livro sobre os resultados dessa campanha, tentar fazer alguma atualização dos dados então recolhidos, dado ter passado entretanto um período já prolongado. Os dados recolhidos nessa atualização constam adiante em fundo de cor, com a indicação da fonte onde foram recolhidos. No entanto, a formulação em que se encontram, adaptada a partir dos dados recolhidos junto dessa fonte, continua a ser de exclusiva responsabilidade da Campo Aberto.

Apesar disso, antes de ser disponibilizada publicamente nesta compilação, a nossa formulação foi submetida ao parecer da fonte originária, para eventual deteção de erros nossos e introdução de correções. O resultado é o que adiante se apresenta, continuando a ser nossa inteiramente a responsabilidade pela forma como vão apresentados.

Agradecemos a todos os que colaboraram para que tivesse sido possível visitar e atualizar de algum modo, embora obviamente não definitivo, a informação que se segue, e que vão identificados.

No caso particular do concelho de Vila do Conde, a Campo Aberto agradece de modo especial ao Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vila do Conde, Eng. António Maria da Silva Caetano, à Eng.ª Amélia Guimarães (Gabinete Técnico Florestal - Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística), à Vereadora do Ambiente, Dra Maria de Lurdes de Castro Alves e ao Eng. Joaquim Ponte, dos Serviços de Ambiente do município.

Campo Aberto - associação de defesa do ambiente
31 de dezembro 2014



Monte Grande

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Nuno Costa
Espaço proposto por Carminda Teixeira

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1603
Nome do espaço Monte Grande (Santa Eufémia)
Freguesias Guilhabreu e Canidelo (1), S. Pedro de Avioso (2)
Concelhos Vila do Conde (1), Maia (2)

Nota de 2015: Mais adiante refere-se também o concelho da Trofa.

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,29; -8,62.

Seguir a N318, passar cruzamento de Macieira/Junqueira, até ao Santuário Santa Eufémia (km 5.5).

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Espaço verde
Área aproximada 313 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

O Monte Grande (Santa Eufémia) é uma grande área florestal na confluência de três concelhos: Vila do Conde, Trofa e Maia. As espécies de fauna predominantes são os passeriformes. Nas espécies de flora, incluem-se sobreiros, plátanos e eucaliptos. Existem algumas nascentes e minas de água que brotam naquela área.

Informações recolhidas junto da Câmara Municipal de Vila do Conde em 2014

O Monte Grande caracteriza-se por áreas florestais privadas sem qualquer tipo de gestão, dominadas por espécies invasoras em especial austrálias (*Acacia melanoxylon*). Relativamente à ocupação florestal, observa-se o domínio do eucalipto e a disseminação das já referidas invasoras lenhosas.

Relevância social

É um espaço de lazer e de convívio frequentado pela população local, derivado do culto religioso associado. Existem miradouros, parques de merendas/jogos populares e pequenos bares. A festa religiosa em homenagem a Santa Eufémia da Carriça celebra-se no terceiro domingo de setembro. Como uma das mais conhecidas romarias do Norte do país, é visitada por milhares deromeiros vindos dos concelhos vizinhos e de terras mais distantes. É já secular esta tradição que atrai pescadores, homens da terra e operários, motivados pela programação religiosa e civil e pelas conhecidas feiras do melão, dos alhos e das louças de barro.

Existem elementos arquitetónicos a preservar como é o caso do Santuário de Santa Eufémia, e vários imóveis de culto religioso. Para além disso, existe o Castro de Alvarelhos do período castrejo, romano e medieval, classificado desde 1910 como Monumento Nacional e localizado na freguesia de Alvarelhos (Trofa), numa elevação de média altura, na margem direita do Ribeiro da Aldeia. Desempenhou um papel importante durante a ocupação romana, altura em que foi construída a estrada que ligava Bracara Augusta (Braga) a Cale (Porto). Em Setembro de 2007, a Câmara Municipal da Trofa anunciou publicamente a apresentação da candidatura dos castros do Noroeste Peninsular, nos quais se inclui o Castro de Alvarelhos, a património da Unesco.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

É propriedade pública. A área do Monte Grande incluída no concelho de Vila do Conde está abrangida em Reserva Ecológica Nacional, enquanto a parte integrante do concelho da Maia não está incluída em qualquer reserva de proteção. Relativamente à área pertencente ao concelho da Trofa, esta não está integrada no âmbito da campanha dos 50 espaços verdes, sendo de todos os três concelhos a mais extensa. Segundo o e-sítio da CM Trofa, está classificada como «área agrícola que permite estabilidade ecológica» e «manchas florestais densas a preservar e qualificar» (<http://www.mun-trofa.pt/>).

Informações recolhidas junto da Câmara Municipal de Vila do Conde em 2014

As áreas de propriedade pública na parte demarcada do concelho de Vila do Conde são insignificantes, parte essa que é na sua quase totalidade propriedade privada e se insere em Reserva Ecológica Nacional, Reserva Agrícola Nacional, Zona de Ocupação Condicionada e Zonas de Construção. Registam-se ainda áreas de interesse arqueológico, nomeadamente a zona de proteção ao Castro de Alvarelhos.

Ameaças à preservação

Existem ameaças reais ou potenciais à preservação do local, sobretudo o abandono e degradação nos últimos dois anos devido a incêndios, construção clandestina, instalação de uma pista de *autocross* e de várias indústrias, abertura de amplos acessos, extração de terras em larga escala (observável nas imagens de satélite) para as obras do metro, abate indiscriminado de árvores no pós-incêndio, lançamento de esgotos domésticos recolhidos pelas cisternas de alguns agricultores, deposição ilegal de lixos e presença de espécies invasoras (eucalipto).

Informações recolhidas junto da Câmara Municipal de Vila do Conde em 2014

Relativamente às atuais ameaças destaca-se o problema dos incêndios florestais, o depósito ilegal de lixo e a disseminação de invasoras lenhosas denominadas «Austrálias». Observa-se ainda uma rápida transformação de espaços florestais em espaços agrícolas.

Dinâmica local

Existe alguma divulgação no âmbito da promoção do turismo local, sendo este local referenciado como visita obrigatória dos concelhos abrangidos.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Deveria ser feito o levantamento do património religioso e arqueológico existente, no sentido da sua proteção e reabilitação e a realização de mais atividades culturais e recreativas neste local. O Monte Grande tem ainda potencial para a criação de um grande parque metropolitano, abrangendo uma área verde significativa dos três concelhos.

Informações recolhidas junto da Câmara Municipal de Vila do Conde em 2014

Num pequeno terreno pertencente à Junta de Freguesia de Guilhabreu, a CMVC, em cooperação com o Projeto Futuro - 100 000 Árvores na AMP, procedeu recentemente a erradicação da vegetação invasiva para criar condições para a plantação de espécies autóctones. No entanto, na parte integrante do concelho de Vila do Conde, nenhuma das iniciativas referidas acima se encontra prevista.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

As Câmaras Municipais de Vila do Conde, Trofa e Maia deveriam ser parceiras na gestão e preservação deste local.

Informações recolhidas junto da Câmara Municipal de Vila do Conde em 2014

A Câmara Municipal colabora na gestão, conservação e valorização deste espaço através de iniciativas atuais ou futuras de salvaguarda com outras entidades públicas e privadas.

[Ir para o índice](#)



Cavadas

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Nuno Costa

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1737
Nome do espaço Cavadas
Freguesia Macieira da Maia
Concelho Vila do Conde

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,35; -8,67.

Margem esquerda do Rio Ave, do extremo da freguesia até à zona envolvente da Ponte D. Zameiro/Portas da Maia. EN Junqueira /Vilarinho, a seguir à ponte sobre o Rio Ave, virar à esquerda na indicação Ponte D. Zameiro. Está referenciada na Câmara Municipal de Vila do Conde como Ponte do Ave.

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Espaço verde /Área natural/Campo agrícola
Área aproximada 1000 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

Em termos de fauna e segundo o CIBIO - UP, foram encontradas em Cavadas, utilizando um detetor de ultra-sons, as seguintes espécies de morcego, algumas raras na Europa:

- *Pipistrellus pygmaeus*: é provavelmente a espécie de morcego mais abundante em Portugal e na Europa.

- *Pipistrellus kuhli*: também é das espécies mais abundantes embora menos frequente que a anterior.
- *Nyctalus leisleri*: espécie arborícola relativamente abundante no Norte e Centro de Portugal.
- *Eptesicus serotinus*: espécie generalista de elevada abundância.
- *Barbastella barbastellus*: das espécies mais raras da Europa, estando frequentemente associada a bosques maduros autóctones (daí a sua raridade). Considerado VU (Vulnerável) pela IUCN e DD (dados Insuficientes) pelo Livro Vermelho dos Vertebrados. Proteção legal: a) Decreto-Lei nº 140/99, de 24 de Abril, Anexo B-II e B-IV, transposição da Directiva Habitats (92/43/CEE), de 21 de Maio de 1992; b) Decreto-Lei nº 31/95, de 18 de Agosto (aprovação do Acordo sobre a Conservação dos Morcegos na Europa); c) Decreto nº 103/80, de 11 de Outubro, transposição da Convenção de Bona, Anexo II; d) Decreto-Lei nº 316/89, de 22 de Setembro, transposição da Convenção de Berna, Anexo II.

Para além de morcegos, podem ainda encontrar-se várias espécies de avifauna. Em termos de flora, o espaço é composto por choupos, carvalhos, salgueiros e amieiros. Existem ainda campos de milho na envolvente. Como elementos relevantes da paisagem, existe um açude, com moinhos de água (azenhas) no Rio Ave.

Informações recolhidas em 2014 pela Campo Aberto junto de cidadãos

De Cláudia Santos

Floresta ripícola junto ao rio, bem conservada, com salgueiros e amieiros e, mais em cima na vertente tanto do lado de Macieira como de Bagunte, floresta mista de eucalipto, pinheiro bravo e alguns carvalhos. Um problema ecológico que se verifica é a invasão tanto de mimosas como de austrálias.

Informações recolhidas junto da Câmara Municipal de Vila do Conde em 2014

Os moinhos de água e os campos de milho continuam presentes na paisagem. Em termos de flora, para além das espécies que foram referenciadas, destaca-se a presença de eucalipto nas encostas do rio Ave e a disseminação de espécies invasoras lenhosas denominadas «Austrálias».

Relevância social

É um secular e importante ponto de passagem do Rio Ave, reunindo interesses variados que vão do lazer ao cultivo de campos de milho. Construída no século XI, a ponte D. Zameiro, com 130 metros de comprimento e 3,5 metros de largura, é constituída por um tabuleiro em cavalete, assente em oito arcos de volta perfeita de dimensões desiguais. Tem talhamares a montante e largos contrafortes a jusante. As guardas são de cantaria com remates a sul apresentando volutas. Esta ponte ligava as freguesias de Macieira da Maia a Bagunte. A travessia está inserida num troço da EN306 e, desde 1996, consta das listagens do IPPAR como monumento em vias de classificação (com despacho de abertura). A designação «Ponte D. Zameiro» surge num passo das Inquirições de 1220, referentes à freguesia de Bagunte. A estrutura atual mantém o essencial da primitiva traça românica, apesar de ter sofrido diversas remodelações ao longo dos séculos.

A Ponte D. Zameiro encontra-se atualmente desativada e em estado de ruína desde 2004. Era o ponto de passagem sobre o rio Ave da Via Vetera, que vinha da Arrábida (Porto) atravessando o Leça na ponte de D. Goimil e seguia para norte, ligando à Galiza (por Barcelos e Esposende). Daí que esta ponte assumia um papel preponderante na definição do caminho que os peregrinos tomavam para Santiago de Compostela, estando atualmente referenciada como o local de passagem do Rio Ave no Caminho Português de Santiago. Foi proposta a sua recuperação através de concurso público pelo IEP – Estradas de Portugal, SA a 24 Outubro de 2007, orçamentada em 660.000€ e num prazo de 150 dias. Existem ainda outros elementos arquitetónicos a preservar, como é o caso de um moinho, um açude, duas azenhas e a fachada de uma casa senhorial.

Informações recolhidas em 2014 pela Campo Aberto junto de cidadãos

De Cláudia Santos

A ponte foi reconstruída entretanto. Unicamente para passagem de pessoas a pé, sem veículos motorizados, o local ficou mais aprazível para passear, sendo apreciado devido à presença de moinhos, da ponte, do Rio Ave, de campos agrícolas em socalcos do lado de Bagunte e de floresta do lado de Macieira.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

Os terrenos são propriedade pública. Em termos de estatuto de preservação, o lugar de Cavadas é parcialmente Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional. Para além disso, está incluído em Domínio Público Hídrico.

Informações recolhidas junto da Câmara Municipal de Vila do Conde em 2014

No espaço demarcado, as áreas de propriedade pública são insignificantes, sendo na sua quase totalidade propriedade privada. No que se refere aos condicionalismos não se verificaram alterações, encontrando-se a área demarcada em área de Reserva Agrícola Nacional, Área de Reserva Ecológica Nacional e Zonas de construção diversa.

Ameaças à preservação

A poluição de águas (sobretudo em Vilarinho, após a Ponte D. Zameiro) e solos, o abate de árvores, a deposição ilegal de lixos, o abandono e a presença de espécies invasoras (eucaliptos) são ameaças à preservação do local.

Informações recolhidas junto da Câmara Municipal de Vila do Conde em 2014

As ameaças referidas continuam a estar presentes, com o agravamento da disseminação de infestantes lenhosas «Austrálias».

Dinâmica local

Existem iniciativas de preservação e dinamização do local, estando relatadas em algumas notícias que dão conta de um esforço da autarquia para recuperar aquele espaço. Atualmente, é um local muito utilizado para fazer piqueniques.

Informações recolhidas junto da Câmara Municipal de Vila do Conde em 2014

Têm sido desenvolvidas algumas ações de limpeza de vegetação em colaboração com a Junta de Freguesia de Macieira da Maia.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Sugere-se a criação de um centro de interpretação ambiental, a despoluição do Rio Ave e suas margens, a valorização ambiental e do património existente, a criação de um parque público/parque de merendas, a definição de percursos pedonais, a criação de condições para praticar desportos náuticos e pesca desportiva.

Informações recolhidas junto da Câmara Municipal de Vila do Conde em 2014

Nenhuma dessas intervenções foi realizada ou se encontra prevista.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

O IPPAR, a Câmara Municipal de Vila do Conde e a Junta de Freguesia de Macieira da Maia poderiam contribuir para a gestão do espaço, depois de intervencionado.

[Ir para o índice](#)



Reserva Ornitológica de Mindelo

[DESDE 2009: PAISAGEM PROTEGIDA REGIONAL DO LITORAL DE VILA DO CONDE E RESERVA ORNITOLÓGICA DE MINDELO]

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Pedro Macedo
Espaço proposto por Pedro Macedo

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1470
Nome do espaço Reserva Ornitológica do Mindelo
Freguesias Azurara, Árvore, Mindelo, Vila Chã e Labruge
Concelho Vila do Conde

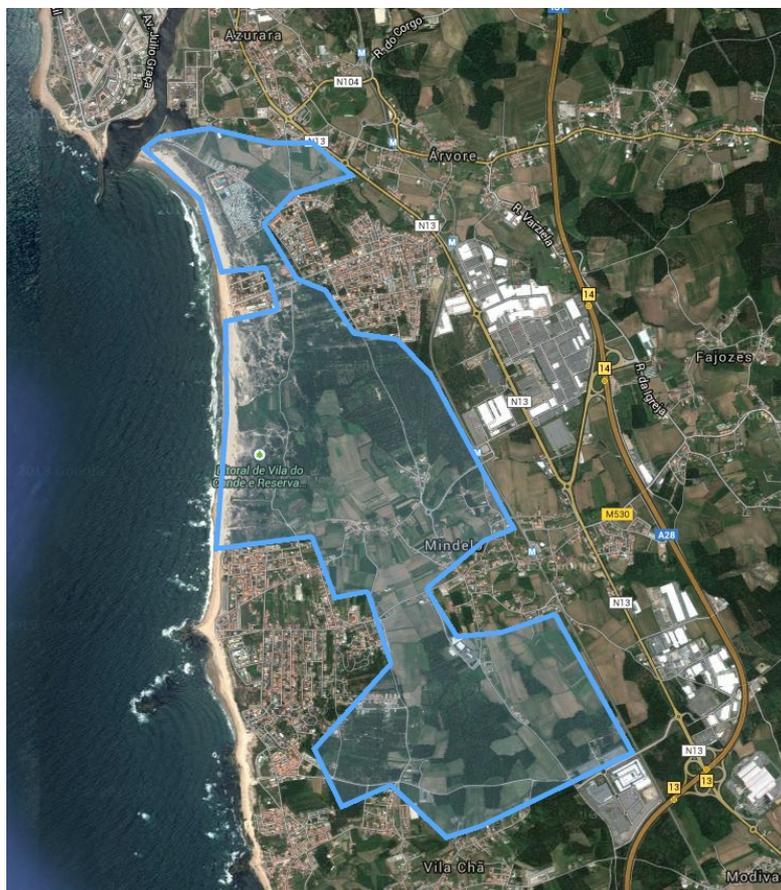
Nome do espaço - atualização: informação verificada em 2014 pela Campo Aberto

Designação oficial após a criação da reserva de âmbito local: Paisagem Protegida Regional do Litoral de Vila do Conde e Reserva Ornitológica de Mindelo; criação essa um pouco posterior à realização da fase inicial desta campanha, podendo não haver coincidência exata entre a área proposta pela Campo Aberto e a área posteriormente incluída na reserva de âmbito local.

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,31; -8,73.
Litoral a sul do Rio Ave.

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Área natural
Área aproximada 600 ha

Informações recolhidas junto da Câmara Municipal de Vila do Conde em 2014

A área referenciada não corresponde à denominada ROM nem à delimitação da Paisagem Protegida Regional do Litoral de Vila do Conde e Reserva Ornitológica de Mindelo.

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

Na Reserva Ornitológica do Mindelo (ROM), foram observados ao longo dos anos um recorde de aves: cerca de 153 espécies de rolas e garças, águias e galinhas d'água, borrelhos e gaios, chapins e pica-paus, chascos e narcejas, rabirruivos e andorinhas, cartaxos e alvéolas, abibes e patos, maçaricos e cucos, corujas e mochos, poupas e pegas, carriças e rouxinóis, piscos e tordos, pintassilgos e escrevedeiras, etc. A destacar a nível nacional o importante refúgio para os anfíbios, com a presença de 14 das 17 espécies de anfíbios de Portugal, onde sobressaem as presenças do tritão palmado (*Lissotriton helveticus*; claramente o anfíbio mais raro em Portugal), e das populações costeiras conhecidas mais a norte de sapinho de verrugas verdes, sapo de unha negra e salamandra de costelas salientes. Na ROM podem ainda ser encontradas diferentes espécies de mamíferos, entre os quais esquilos, coelhos, raposas, ouriços-cacheiros, vários roedores e morcegos, e ainda répteis como o lagarto de água.

As manchas florestais são constituídas por pinheiros, carvalhos, sobreiros, castanheiros, loureiros, amieiros, choupos e salgueiros, para além de muitas outras dezenas de espécies, embora com grande proliferação de exóticas como o eucalipto. De salientar o bom estado das matas ribeirinhas e das sebes dos campos agrícolas. Destaca-se a flora dunar com a presença de diversas espécies endémicas do Noroeste Ibérico, incluindo dois endemismos exclusivamente lusitanos. O que caracteriza melhor o património natural da ROM é o mosaico valioso constituído por dunas, zonas húmidas, extensa mata e campos agrícolas. Esta diversidade de habitats permite albergar um grande conjunto de espécies animais, constituindo um refúgio essencial para aves migratórias e anfíbios. Atualmente é um espaço único em Vila do Conde e em toda a Área Metropolitana do Porto.

Informações recolhidas junto da Câmara Municipal de Vila do Conde em 2014

Este espaço ainda mantém uma grande biodiversidade apesar das ameaças à preservação (depósitos de lixo, disseminação de espécies invasoras tais como austrálias, plumas e chorões).

Relevância social

Apesar de não existirem estruturas de receção dos visitantes é uma área muito procurada para atividades de lazer. Foi local de estudos científicos durante muitos anos, essencialmente de aves. O interesse manifestado pelos cientistas pela região de Mindelo remonta aos finais do século XIX, existindo registos de valiosas observações ornitológicas efetuadas por Reis Júnior, naturalista da Universidade do Porto, então a trabalhar na Estação Aquícola do Ave.

Nos anos que se seguiram à sua criação, a Reserva Ornitológica de Mindelo serviu de base a numerosos estudos científicos cuja importância ultrapassou as fronteiras nacionais. A ROM foi, em 2 de Setembro de 1957, a primeira área protegida instituída em Portugal, criada com o apoio expresso de todos os proprietários, que participaram ativamente na sua gestão, nomeadamente nas atividades de anilhagem (com destaque para os Roleiros de Mindelo). É um local de eleição para os piqueniques do Dia do Anjo (segunda-feira de Páscoa) que traz visitantes de toda a região. Existem na ROM casas de lavoura, azenhas e moinhos, para além da «Vila Corina», dos campos de masseira e da Igreja de São Francisco de Azurara.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

Os terrenos que integram a ROM são públicos e privados, com predominância desta última tipologia. A área da ROM ainda se encontra submetida ao regime florestal, embora na prática este já não seja

cumprido (Diário do Governo n.º 204 de 2 de Setembro de 1957 e Diário do Governo n.º 115 de 11 de Maio de 1959). Existem áreas de REN e RAN e áreas defendidas ao abrigo do POOC - Plano de Ordenamento da Orla Costeira. É Biótopo Corine (n.º C11400138) e refúgio de caça (reserva de caça VLC 1, com 411 ha), instituída pela Portaria n.º 725-E/93. No Plano de Ordenamento da Orla Costeira, a Reserva Ornitológica de Mindelo apresenta uma importância regional inegável, constituindo uma das pequenas zonas húmidas de litoral mais bem conservadas entre Caminha e Espinho. «Um importante refúgio a conservar a todo o custo.»

Informações recolhidas junto da Câmara Municipal de Vila do Conde em 2014

A área demarcada na ficha também inclui zonas de construção. Quanto à área de Paisagem Protegida Regional, que não coincide com a área demarcada, encontra-se classificada no PDM como Reserva Agrícola Nacional, Reserva Ecológica Nacional e Área de Ocupação Condicionada.

Ameaças à preservação

A pouco e pouco foi aumentando a apetência urbanística dos terrenos onde a ROM está implantada, surgindo urbanizações, acessos rodoviários e infraestruturas portuárias. A área da ROM tem sofrido uma pressão urbanística fortíssima. De 1958 a 2000 os terrenos urbanos e industriais aumentaram 600 por cento, passando de 4 por cento a 26 por cento da área total, com um crescimento médio de 89 m² por dia. Anteriormente estes terrenos tinham maioritariamente ocupação florestal. As zonas húmidas reduziram-se em 70 por cento.

As areias das principais dunas foram extraídas, depositaram-se lixos, poluíram-se as ribeiras, permitiu-se a expansão de espécies exóticas e proliferou a captura e abate ilegais de aves. Acresce ainda o avanço do mar devido à destruição do cordão dunar. Nos últimos anos, surgiram os incêndios de origem duvidosa. O seu estatuto de proteção não é respeitado, não foi incluída na lista nacional de áreas protegidas e as entidades competentes não promovem quaisquer atividades de defesa ou gestão.

Informações recolhidas junto da Câmara Municipal de Vila do Conde em 2014 e 2016

A questão da pressão urbanística encontra-se devidamente determinada no PDM. A Câmara Municipal encontra-se a reunir esforços para minimizar as restantes ameaças referidas.

Em julho de 2016, recebemos dos Serviços de Ambiente da CMVC o seguinte aditamento às ameaças à preservação: «pisoteio da zona dunar (especialmente por veículos motorizados).»

Dinâmica local

Nas últimas duas décadas (1987-2007) foram realizadas pela associação Amigos do Mindelo campanhas de sensibilização da população local e foi criado o Movimento PROMindelo – Pela Reserva Ornitológica de Mindelo que envolveu literalmente milhares de pessoas. Desde julho de 2007 que a ROM conta com o trabalho permanente do Guardião da Natureza, contratado pelos Amigos do Mindelo, sendo ele responsável por ações de vigilância, requalificação e educação ambiental. Estão em criação vários percursos pedestres e têm sido realizadas visitas guiadas. Espera-se que esta atividade culmine na criação pela Câmara Municipal e pelo Governo de um novo estatuto de proteção: para 2008 foi anunciada a Paisagem Protegida do Litoral de Vila do Conde mas nada está ainda garantido.

A ROM aguarda aprovação pelo Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade (ICNB) para passar a ser a Paisagem Protegida do Litoral de Vila do Conde. Após esta etapa, o documento terá de ser levado para aprovação à Assembleia Municipal de Vila do Conde e sujeito a um período de discussão pública durante um mês. Entretanto será enviado novamente para o ICNB que o remeterá para a Secretaria de Estado do Ambiente para ser aprovado em Conselho de Ministros. Esta nova área irá abranger as freguesias de Azurara, Árvore, Mindelo, Vila Chã e Labruge, numa proposta feita pela Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Terá uma área de 365 ha que privilegia os valores patrimoniais associados ao litoral Sul de Vila do Conde e da quase totalidade da bacia da ribeira de Silveiras. Esta área tem uma costa com a extensão de 8,6 km. Segundo este estudo, há nove razões para ser criada a área de paisagem protegida:

- 1 - presença de uma considerável diversidade de habitats naturais;
- 2 - presença de uma surpreendente diversidade florística;
- 3 - ocorrência de uma fauna diversificada;

- 4 - o caráter pioneiro da ROM na história da conservação da natureza em Portugal e no mundo;
- 5 - presença de uma extensão considerável de áreas permeáveis;
- 6 - manutenção de um agroecossistema, suportado pela complementaridade aldeia/campo/bouça;
- 7 - um repositório singular do património paisagístico do litoral da região;
- 8 - um assinalável potencial científico e demonstrativo;
- 9 - existência de um conjunto de instrumentos de ordenamento do território.

Informações recolhidas junto da Câmara Municipal de Vila do Conde em 2014

A Paisagem Protegida Regional do Litoral de Vila do Conde e Reserva Ornitológica de Mindelo foi criada como área protegida de âmbito regional nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 242/2015 de 15 de outubro, conforme Aviso n.º 17821/2009, da Área Metropolitana do Porto, publicado em DR n.º 197, 2.ª série, de 12 de outubro.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Pretende-se no futuro a criação de uma área que simultaneamente proteja o património natural e seja local de promoção de atividades económicas sustentáveis, turismo e lazer, e de uma atividade educativa em meio natural, como defendem os Amigos do Mindelo. Em 2006/2007, finalistas da licenciatura de Arquitetura Paisagista da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto propuseram a criação de um agroparque, um modelo que combina a prática agrícola sustentável com outras atividades, com destaque para o recreio e a educação para a sustentabilidade, estabelecendo uma cadeia de ligações entre essas atividades: a conservação da natureza, a qualificação da paisagem, a valorização dos produtos, o recreio das populações e o investimento imobiliário.

Informações recolhidas junto da Câmara Municipal de Vila do Conde em 2014 e 2016

Os espaços florestais existentes nesta Área Protegida são propriedade privada. Quando, em 2012, alguns proprietários florestais procederam ao corte de eucaliptos nas suas matas, a CMVC propôs aos proprietários que promovessem espécies autóctones. Em 2013 procedeu-se à plantação de pinheiro manso, com o apoio do Projeto Futuro – 100 000 árvores na AMP. Por outro lado, a Câmara Municipal tem vindo a dinamizar atividades que visam a valorização deste espaço, a saber: limpeza de caminhos florestais, remoção de espécies invasoras como chorões e plumas, recolha de lixos, plantação de árvores autóctones (no âmbito do projeto 100 000 árvores na AMP), dinamização de atividades educativas e pedagógicas como percursos exploratórios, observação de aves, promoção e apoio à investigação científica, sessões de anilhagem, divulgação da área a nível regional e nacional, reabilitação de linhas de água e charcos naturais e instalação de um passadiço paralelo à linha de costa. O Centro de Monitorização Ambiental de Vila do Conde e o CIBIO - Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos (da Universidade do Porto) têm vindo a desenvolver algumas ações de sensibilização neste espaço no âmbito da flora e fauna.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A Câmara Municipal de Vila do Conde, a Junta de Freguesia de Mindelo, a CCDR-Norte, a Universidade do Porto e as empresas da região (Qimonda, Nassica, Lactogal, Mindelo Park, etc) poderiam assumir-se como parceiras na preservação desta área protegida. Os Amigos do Mindelo e os Ecoclubes poderiam criar uma dinâmica com base em atividades de educação ambiental, dirigidas à população e escolas da região.

Observação da Campo Aberto em 2014

Quando decorreu a campanha 2006-2008, não existia ainda um estatuto específico de proteção desta área. Entretanto, por deliberação da Assembleia Metropolitana do Porto, em 21 de setembro de 2009, foi criada a Paisagem Protegida Regional do Litoral de Vila do Conde e Reserva Ornitológica de Mindelo (ver Diário da República, II série – N.º 197 – 12 de outubro de 2009, Parte H, Aviso N.º 17821/2009, página 41219) e aprovado o respetivo Regulamento Metropolitano. Segundo algumas opiniões que nos têm sido manifestadas, a proteção legal a que esta área está agora sujeita, para ser mais efetiva, necessitaria que se aumentasse consideravelmente o esforço na vigilância e fiscalização.

[Ir para o índice](#)



Monte de Santo Ovídeo

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Mafalda Sousa
Espaço proposto por Luís Miguel Morais Torres

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1589
Nome do espaço Monte de Santo Ovídeo
Freguesia Vairão
Concelho Vila do Conde

Informação recolhida junto da Câmara Municipal de Vila do Conde em 2014.
O espaço situa-se atualmente na União de Freguesias de Fornelo e Vairão.

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,32; -8,68.

Largo de Santo Ovídeo

Limites



Álbum fotográfico deste espaço colocado em 2014

Fotografias de Carlos Fardilha realizadas em 2010 e colocadas como álbum da campanha aqui:
<https://picasaweb.google.com/111435591575417445038/Campanha50EspacosMonteDeSantoOvideoEm200910FotosDeCarlosFardilha>

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Espaço verde
Área aproximada 30 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

O Monte Crasto, ou Monte de Santo Ovídeo, situa-se a 123 metros de altitude. No ponto mais alto do monte, encontra-se uma capela, orientada a nascente, rodeada por um adro e à qual se acede a partir do Largo de Santo Ovídeo e do seu cruzeiro, através de uma rampa de forte inclinação em típica calçada portuguesa. As encostas do Monte são revestidas por um prado. No topo, existe um conjunto de sobreiros centenários, assim como outras espécies de grande porte (acácias). Nas cotas mais baixas e mais planas, encontra-se um parque de merendas, com bancos e mesas que se distribuem no prado à sombra de vários sobreiros.

Na área envolvente da Tapada da Amora e Monte Crasto, distinguem-se áreas agrícolas (com campos de forragem, ladeados por fileiras de matos e eucaliptal), prados (com castanheiros, bordeados com zonas de eucalipto, carvalho-alvarinho e bidoeiro e zonas de carvalho com pinheiro-bravo, onde os matos dominam a vegetação no substrato arbustivo), áreas de bouça/carvalhal (com espécies autóctones como sobreiro, carvalho-alvarinho e borrazeira-negra, onde abundam os matos e zonas dominadas pelas exóticas austrálias); arboretos (plantações florestais de eucalipto com pequenas zonas de pinhal jovem e eucaliptal, e pequenas plantações de árvores exóticas: carvalho-americano, bétula, aveleira-de-bizâncio, plátanos e bordo, e alguns matos). A leste existe uma pequena área agrícola, sendo a restante área dominada por uma plantação de eucaliptal, mas rica em pinheiro-bravo, carvalho-alvarinho e sobreiro, havendo algumas espécies exóticas como o loureiro-cerejo e as espécies infestantes mimosa e austrália.

No que diz respeito à fauna, foi confirmada a presença de alguns mamíferos, como o ouriço-cacheiro, a toupeira, o coelho-bravo e o esquilo-vermelho. No caso das aves, já foram contabilizadas um total de 61 espécies observadas. De entre as espécies residentes ou estivais, salienta-se a presença de aves de rapina como o açor (considerado «Vulnerável» pelo Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal), o gavião e o búteo, bem como a ocorrência de um grande número de espécies protegidas ao abrigo da Diretiva das Aves (anexos B-I ou B-II), como o noitibó-cinzento, pombo-das-rochas, laverca, gralha-preta, gaio, tordo-pinto e tordoveia. Na área é também possível observar um número elevado de espécies típicas de ecossistemas agrícolas (estorninhos, andorinha-dos-beirais, mocho-galego e coruja-das-torres), florestais (pica-paus, chapins, trepadeiras, lugre e coruja-do-mato), de matos (toutinegras e felosas) e prados (petinha-dos-prados e galinhola). Quanto a anfíbios, já foi confirmada a presença do sapo-comum e da rã-verde. Ao nível dos répteis, há presença do licranço, sardão, lagarto-de-água, lagartixa-de-Bocage, cobra-bordalesa, cobra-rateira e víbora-cornuda.

Informação recolhida junto da Câmara Municipal de Vila do Conde em 2014.

Este espaço reúne belos exemplares de sobreiros. De resto, não existem alterações a registar relativamente à importância ecológica do local.

Relevância social

O Monte de Santo Ovídeo é um local de culto (com capela e cruzeiro) e recreio e lazer (parque de merendas, miradouro). Na envolvência do Largo de Santo Ovídeo, existem algumas habitações de arquitetura rural, associada a grandes propriedades agrícolas. A capela é um notável miradouro sobre a paisagem agrícola envolvente como campos, bouças e núcleos rurais de Vila do Conde, nomeadamente sobre a freguesia de Vairão, incluindo o Campus Agrário com a quinta do Crasto e a Tapada da Amora.

Na Idade Média, localizou-se no Monte de Santo Ovídeo uma importante fortificação, o Castro Boi, um castelo que dominava militarmente quase todo o sul do concelho de Vila do Conde, muito embora, em períodos anteriores, tenha sido um castro, como se conclui da análise realizada aos fragmentos de cerâmica encontrados no local. Actualmente, faz-se agroturismo nesse castro.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

Desconhece-se a disposição deste espaço relativamente ao PDM de Vila do Conde. Na envolvência deste local, nas suas encostas, os terrenos agrícolas estão classificados como Reserva Agrícola Nacional.

Informações recolhidas junto da Câmara Municipal de Vila do Conde em 2014

A área demarcada para este espaço encontra-se classificada no PDM como:

- Zona de equipamento (Área da capela, Adro, largo de Sto Ovídeo e cruzeiro);
- Área de Reserva Ecológica Nacional (Encostas do Monte Castro);
- Área de Reserva Agrícola Nacional e zona de construção (restante área).

Da área que foi demarcada para este espaço, a maioria dos terrenos são propriedade privada, à exceção do Monte de Sto Ovídeo, propriedade da União de Freguesias de Fornelo e Vairão, e um outro terreno que é propriedade do Estado.

Ameaças à preservação

O mau estado de conservação deste local pode ser uma ameaça. No presente momento, existe uma lixeira, onde são depositados lixos de demolição e construção. A invasão de espécies exóticas como a acácia e a austrália é uma ameaça a considerar, assim como o abandono da prática agrícola.

Informações recolhidas junto da Câmara Municipal de Vila do Conde em 2014

A Junta de Freguesia tomou entretanto as devidas diligências para a eliminação da lixeira referida nesta secção, e tem vindo a gerir este espaço, pelo que de momento existe um reduzido número de exemplares de espécies infestantes. Não se observa abandono da prática agrícola, um dos terrenos que apresentava abandono agrícola (propriedade do Estado) foi recentemente objeto de uma plantação de castanheiros.

Dinâmica local

Desconhecem-se atividades ou associações com dinâmica local.

Informações recolhidas junto da Câmara Municipal de Vila do Conde em 2014

No Monte de Sto Ovídeo realiza-se anualmente a festa de Sto Ovídeo organizada pela Comissão de Festas e uma feira no mês de Maio promovida pelo Agrupamento de Escuteiros de Fornelo/Vairão.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Sugere-se a requalificação paisagística do espaço relativamente à pedreira ali existente, a eliminação de espécies exóticas, a dinamização do castro e da envolvente agrícola com a prática da agricultura biológica, assim como uma manutenção e limpeza mais regulares.

Informações recolhidas junto da Câmara Municipal de Vila do Conde em 2014

Da área demarcada, o Monte de Sto Ovídeo encontra-se a ser devidamente gerido pela Junta de Freguesia (agora, pela União de Freguesias de Fornelo/Vairão), pelo que já se eliminou grande parte das ameaças à preservação que foram acima evidenciadas (lixeira, espécies infestantes, designadamente «Austrálias»). Na restante área demarcada, observa-se ao nível da ocupação florestal o domínio das espécies de eucalipto e vegetação infestante («Austrálias»), e o referido terreno onde se evidenciou o abandono agrícola deu lugar a uma plantação de castanheiros.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A Câmara Municipal de Vila do Conde, a Junta de Freguesia de Vairão e o Campus Agrário de Vairão poderiam contribuir para a preservação deste espaço.

Informação recolhida junto da Câmara Municipal de Vila do Conde em 2014.

O espaço é atualmente gerido pela União de Freguesias de Fornelo e Vairão. A Câmara Municipal de Vila do Conde continua a prestar apoio à preservação do espaço.

[Ir para o índice](#)



Quinta do Eng. Carvalho (Pinhal do Menéres)

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Mafalda Sousa
Espaço proposto por Cristina Pinto

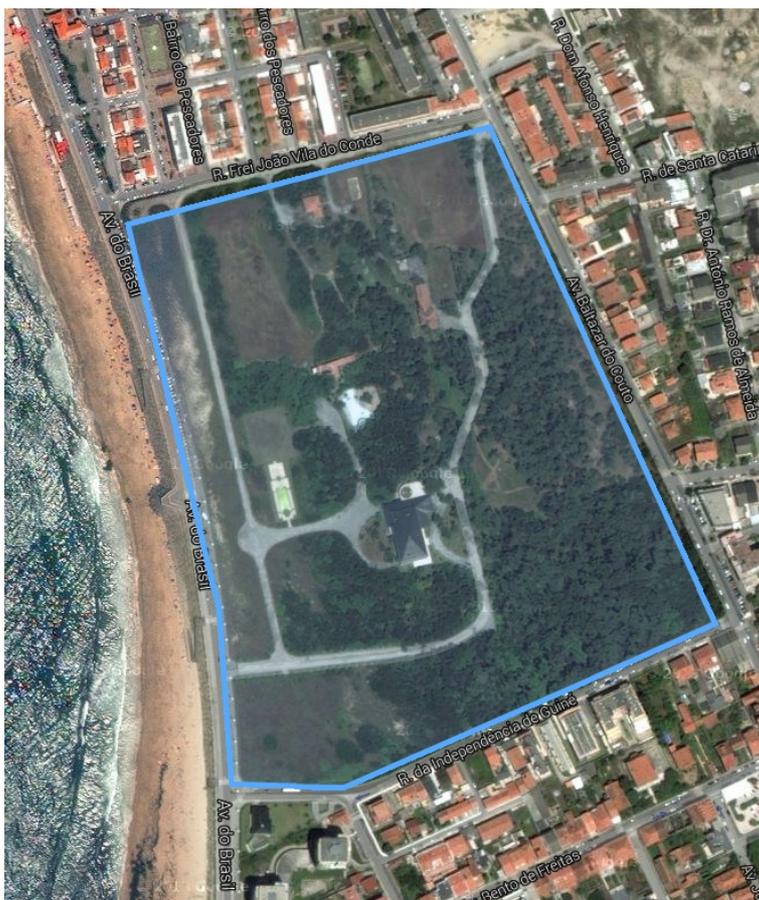
ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1743
Nome do espaço Quinta do Eng. Carvalho (Pinhal do Menéres)
Freguesia Vila do Conde
Concelho Vila do Conde

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,36; -8,75. Frente marítima de Vila do Conde, na direção das Caxinas.

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Jardim privado, quinta

Área aproximada 16 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

Na frente marítima de Vila do Conde existe uma propriedade vulgarmente conhecida por Quinta do Engenheiro Carvalho, ou mais comumente, Pinhal do Menéres. Rodeada por prédios de habitação de grande volumetria a norte, este e sul, ocupando um quarteirão inteiro, existe ainda uma área considerável de pinhal e dunas, encerrada numa propriedade privada com cerca de 18 hectares. Parece tratar-se de um testemunho único do que foi, no passado, a zona litoral de Vila do Conde, agora quase totalmente ocupada com construções. A quinta constitui o remanescente das formações dunares e pinhal do litoral de Vila do Conde, em bom estado de conservação. O Pinhal do Menéres constitui a única mancha verde que se abre para o mar e que ainda mantém algumas características morfológicas e topográficas que denunciam o modo como a urbe se articulava com a marginal, na forma de um pequeno parque natural inserido na malha urbana.

Informações recolhidas junto da Câmara Municipal de Vila do Conde em 2014

Observou-se a morte de alguns pinheiros-bravos e a disseminação de invasoras lenhosas denominadas «Austrálias».

Relevância social

Situada na marginal de Vila do Conde, em direção às Caxinas, depara-se com um longo muro de granito que protege a casa onde viveu o criador da Têxtil de Mindelo. Este espaço é, sem dúvida, a maior área privada delimitada em toda a zona urbanizada da cidade. O espaço ainda pertencerá à viúva, apesar dos rumores a darem-no como propriedade de uma conhecida empresa de construção.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

O espaço é propriedade privada. Não está integrado em Reserva Ecológica Nacional ou Reserva Agrícola Nacional. Desconhecem-se as disposições relativas à Quinta do Eng. Carvalho no PDM de Vila do Conde.

Informações recolhidas junto da Câmara Municipal de Vila do Conde em 2014

De acordo com o Plano Diretor Municipal este espaço integra-se em «Zona de Construção Tipo I» e em «Zona de Equipamento».

Ameaças à preservação

A maior ameaça à preservação deste espaço é a pressão urbanística sobre a marginal, já por si com excessiva construção de elevada volumetria.

Informações recolhidas pela Campo Aberto em 2014-2015

Em pesquisa na internet, no blogue O Vilacondense (extinto em 25 de abril de 2006), encontra-se um artigo de 6 de maio de 2005 que refere planos de construção e urbanização supostamente compatibilizada com o grande valor ambiental dos terrenos e enquadrados com o Programa Pólis. Uma maquete aí visível mostra que seria destruído grande parte do coberto vegetal caso tais planos fossem concretizados. O articulista mostra-se favorável a que, em caso de tentativas de concretização, devam «ser dados alvarás de construção na quantidade de ...zero!». Não encontramos referências mais recentes dignas de nota e não obtivemos testemunhos presenciais de moradores. Veja:

<http://ovilacondense.blogspot.pt/2005/05/quinta-do-eng-carvalho.html>

Em visita ao exterior do local realizada em dezembro de 2015, verificámos a ausência de novas construções e recolhemos imagens que podem ser vistas na seguinte ligação:

<https://picasaweb.google.com/111435591575417445038/Campanha50EspacosPinhalDoMeneresQuintaDoEngCarvalhoVilaDoConde>

No entanto, como se verifica em informação proporcionada pela Câmara Municipal e acima transcrita a seguir à rubrica sobre direitos de propriedade, o PDM consagra o local como zona de construção e zona de equipamento, pelo que, a não ser que haja futura intervenção pública que salguarde ou adquira para salguarda o espaço como zona verde, a opinião de O Vilacondense mais atrás citada dificilmente

será seguida. A não ser ainda que a crise financeira e imobiliária se mantenha até uma eventual e talvez improvável salvaguarda futura.

Dinâmica local

O Programa Polis de Vila do Conde incluiu a realização de um estudo estratégico para a Quinta do Eng. Carvalho, de autoria do Arq. Alcino Soutinho, na forma de um Plano de Pormenor. Para este espaço emblemático da cidade de Vila do Conde, com 18 hectares, cerca de seis vezes maior que o novo parque urbano, está prevista a construção de mais de 20 edifícios com 6 pisos, para além de uma área verde.

Informações recolhidas junto da Câmara Municipal de Vila do Conde em 2014

Não foi concretizada até ao momento a construção de 20 edifícios referida na secção acima.

Possíveis intervenções futuras de preservação

A solução passaria pela construção de um parque público, aproveitando o mais possível a vegetação natural e a topografia existente, eventualmente com equipamentos desportivos e lúdicos, perfeitamente integrados na paisagem envolvente, a qual ajudariam a área a tornar-se mais apelativa ao público. Esta área deverá ser preservada, em termos de planeamento municipal, enquanto património natural, livre de qualquer tipo de construção.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A Câmara Municipal de Vila do Conde e a Junta de Freguesia de Vila do Conde, assim como os atuais proprietários da quinta, deveriam ser parceiros na preservação deste espaço natural.

[Ir para o índice](#)

OUTROS ESPAÇOS NÃO SELECIONADOS

Foi proposto mas não selecionado o espaço seguinte. O facto de não ter sido selecionado não pode de forma alguma interpretar-se como significando ausência de importância ecológica ou de valores ecológicos dignos de preservação.

Embora a atualização de informação sobre espaços não incluídos nos 50 selecionados não seja um objetivo imediato, haverá a possibilidade de introduzir novas informações por pessoas que conheçam ou venham a conhecer esses espaços e a confrontar o seu estado atual com o descrito na ficha respetiva.

A Campo Aberto incluirá com muito gosto as informações atualizadas que qualquer cidadão ou entidade lhe queira fazer chegar sobre algum dos outros espaços. A enviar para: contacto@campoaberto.pt

Se bem que utilizando as informações fornecidas, e quando identificada a sua fonte, a forma com que figuram nesta compilação em processo de atualização é sempre e somente de responsabilidade da Campo Aberto. Isso será válido apesar de, sempre que nos for possível, ser nossa intenção apresentar a quem nos informou a versão que tencionamos inserir aqui, e corrigi-la e adaptá-la segundo as recomendações que recebermos.

Campo Aberto - associação de defesa do ambiente



Monte da Pinta

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Nuno Costa

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1738
Nome do espaço Monte da Pinta
Freguesia Macieira da Maia
Concelho Vila do Conde

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,34; -8,65.

EN104, km 8, Travessa da Pinta. Estrada Nacional Santo Tirso/Trofa. 3,5 Km, café à direita, subir e virar à direita (campo de jogos).

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Espaço verde
Área aproximada 39 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

O Monte da Pinta é uma área forestal maioritariamente constituída por eucaliptos e pinheiros. Não existem outros elementos da paisagem relevantes.

Relevância social

Na sua proximidade existe um campo de jogos.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

Pensa-se que a propriedade seja pública, tendo sido desmatada pela anterior Junta de Freguesia. Uma pequena parte faz parte da Reserva Ecológica Nacional.

Ameaças à preservação

Como principais ameaças à preservação do espaço, destacam-se a pressão urbanística e industrial e a invasão de eucaliptos como espécie invasora.

Dinâmica local

A entidade que fez a proposta foi a própria Junta de Freguesia de Macieira da Maia, pelo que deve ter intenção de preservar e dinamizar este espaço.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Como possíveis intervenções futuras para a preservação deste espaço, existem boas possibilidades para zona de lazer, por exemplo através de um parque desportivo e/ou de manutenção.

[Ir para o índice](#)

Vila Nova de Gaia

ADVERTÊNCIA SOBRE A ATUALIZAÇÃO DAS FICHAS COMPILADAS

Advertimos que os textos adiante constantes sobre fundo branco foram redigidos no âmbito da Campanha 50 Espaços Verdes em Perigo e a Preservar, que decorreu entre 2006 e 2008, e são de responsabilidade exclusiva da Campo Aberto, com a reserva expressa na Declaração de Exoneração de Responsabilidade, no início desta compilação.

Decorridos alguns anos, só em 2014-2015 foi possível, a propósito da preparação para publicação de um pequeno livro sobre os resultados dessa campanha, tentar fazer alguma atualização dos dados então recolhidos, dado ter passado entretanto um período já prolongado. Os dados recolhidos nessa atualização constam adiante em fundo de cor, com a indicação da fonte onde foram recolhidos. No entanto, a formulação em que se encontram, adaptada a partir dos dados recolhidos junto dessa fonte, continua a ser de exclusiva responsabilidade da Campo Aberto.

Apesar disso, antes de ser disponibilizada publicamente nesta compilação, a nossa formulação foi submetida ao parecer da fonte originária, para eventual deteção de erros nossos e introdução de correções. O resultado é o que adiante se apresenta, continuando a ser nossa inteiramente a responsabilidade pela forma como vão apresentados.

Agradecemos a todos os que colaboraram para que tivesse sido possível visitar e atualizar de algum modo, embora obviamente não definitivo, a informação que se segue, e que vão identificados.

No caso particular do concelho de Vila Nova de Gaia, a Campo Aberto agradece de modo especial ao Eng. Mota e Silva e à Arq.^a Dina Henriques, da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, que têm a seu cargo o Projeto das Encostas do Douro, desde outubro de 2014 integrado na Divisão dos Projetos Estruturantes da Direção Municipal do Urbanismo e Ambiente da CMVNG.

Campo Aberto - associação de defesa do ambiente
31 de dezembro 2014

Nota de 5 de setembro de 2017

A atualização do livro *Espaços Verdes e Vivos - um futuro para a Área Metropolitana do Porto* acabou por prolongar-se até julho de 2017, tendo a Campo Aberto recebido nesse mês uma série longa de novas informações por parte da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. Chamamos a atenção para essas informações, introduzidas agora, e que ficam a completar as que constam do referido livro, agora já em circulação.

Agradecemos à Diretora Municipal de Urbanismo da CMVNG, Luísa Lima Aparício, bem como à Divisão Municipal de Planeamento e Reabilitação Urbana da DMU da CMVNG a colaboração prestada.



Quinta dos Ananases

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Anabela Gonçalves e Artur Duarte

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1670
Nome do espaço Quinta dos Ananases
Freguesias Arcozelo
Concelho Vila Nova de Gaia

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,07; -8,63.

Em Arcozelo, próximo do lugar das Grades Verdes, na antiga EN Porto-Espinho.

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Quinta agrícola
Área aproximada 13,6 ha

Informações recolhidas junto da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, em 2014

Em PDM está definida como quinta em espaço urbano e área complementar de valores patrimoniais. Em 1994 estava classificada como área *non aedificandi*.

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

As espécies de fauna predominantes são chamariz, pêga, rola, pardal-comum, pisco-de-peito-ruivo, pintassilgo, pombo-doméstico, andorinha-dos-beirais, alvéola-branca, milhafre-preto, melro-preto, gaio-comum e outros passeriformes, bem como raposa, coelho-bravo, ouriço cacheiro, esquilo, aves de rapina (diurnas e noturnas). As espécies de flora predominantes são pinheiros, acácias, plátanos, carvalhos, palmeiras, sobreiro, choupos, tílias, araucária, castanheiros-da-índia, árvores pera-abacate, cedro e loureiros. A entrada principal da Quinta dos Ananases apresenta uma longa alameda de árvores de grande porte, de uma rara beleza e que fazem lembrar outros tempos.

Relevância social

Existe uma casa senhorial, em estado de abandono e ruína, e uma construção semelhante a uma torre de menagem junto à EN.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

Esta quinta em tempos produzia ananases (daí o nome pelo qual é conhecida) e hoje está aparentemente abandonada. A Quinta dos Ananases ou Quinta das Grades Verdes foi adquirida inicialmente por António Domingos Teixeira do Vale que nela construiu um palacete, casa de lavoura, cavalariça e arrecadação (posterior ateliê). Vendida a Cardoso Pinto, cuja esposa cedeu o espaço para a instalação da Associação Recreativa e Desportiva da Boavista da Estrada. Passou depois para a posse de Onofre Sousa Mateus que a tornou célebre com a cultura de ananases; entrou em declínio no início da década de 90 do século XX. Segundo populares, a Quinta pertenceu depois à família Bravos de Canelas e é atualmente propriedade privada de um banco. Segundo a Planta de Ordenamento/Carta de Qualificação dos Solos, o espaço surge como zona de transição em área urbana. Não está enquadrado em Reserva Agrícola ou Reserva Ecológica Nacional.

Informações recolhidas junto da Divisão Municipal de Planeamento e Reabilitação Urbana da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, datadas de 22 de junho de 2017

Segundo a Planta de Ordenamento do PDM de 1994 a área estava integrada em Área Urbana de Transição. Não é abrangida por qualquer Servidão ou Restrição de Utilidade Pública. Neste caso a referência a RAN e REN não se justifica uma vez que segundo esse PDM as áreas de RAN e de REN eram exclusivamente áreas não urbanas.

Segundo a Carta de Qualificação do Solo da Planta de Ordenamento do PDM em vigor, este espaço encontra-se integrado em Quintas em Espaço Urbano. Simultaneamente, na Carta de Salvaguardas da mesma Planta encontra-se identificado como património arquitetónico.

Ameaças à preservação

As ameaças são o abandono e o estado de degradação (em novembro de 2007 foi parcialmente desmatada a alameda de árvores da sua entrada principal) e a pressão urbanística que já se faz sentir no extremo sul-sudeste da Quinta. Segundo populares, a urbanização surge como o futuro mais provável desta Quinta.

Informações recolhidas pela Campo Aberto em 2014

Uma equipa da Campo Aberto visitou este espaço em julho de 2014, embora só o pudesse ter observado do exterior. Nele são bem visíveis, em duas extremidades do muro onde fica o que parece ser o portão principal, dois painéis que anunciam a venda de terrenos. Segundo moradores da zona, o terreno à venda teria 11 000 m², sendo apenas parte da quinta (cuja área a ficha da campanha acima avalia em 13,6 ha, estando assim pouco mais de um hectare à venda). Em todo o caso, tal venda, se destinada a construção, dificilmente se coadunaria com uma classificação *non aedificandi* que ainda estivesse em vigor. Ainda na ficha da campanha, refere-se que, em novembro de 2007, na sua entrada principal foi parcialmente desmatada a belíssima alameda de árvores ainda hoje visível, e que parece

estender-se sem sinais de descontinuidade a todo o comprimento, como espinha dorsal mais ou menos a meio da quinta, não sendo hoje visíveis efeitos de abates junto do que parece ser o portão principal. Em qualquer caso, seria de evitar a todo o custo a destruição parcial ou total dessa alameda.

Dessa visita resultou o álbum fotográfico que pode ver-se aqui:

<https://picasaweb.google.com/111435591575417445038/Campanha50EspacosAtualizacaoVNGaiaQuintaDosAnanases>

Informações recolhidas junto da Divisão Municipal de Planeamento e Reabilitação Urbana da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, datadas de 22 de junho de 2017

A informação de que a quinta estaria em zona *non aedificandi* resulta de dados recolhidas junto da CMVNG já em 2014 e não constava dos elementos obtidos durante a campanha, em 2006-2008. Eventualmente teriam sido mal interpretados por nós, já que, em junho 2017, a Divisão Municipal de Planeamento Urbano nos informa que se trata de um erro, visto que, estando integrada em Área Urbana de Transição já em 1994, sem outras condicionantes, esta área não constituía uma área *non aedificandi*. A Campo Aberto deixa aqui a correção e só lamenta que o nosso riquíssimo património de quintas agrícolas não tenha até hoje merecido uma proteção eficaz por parte do legislador e dos executivos centrais e locais.

Dinâmica local

A oeste, num casario da própria quinta, localiza-se a sede das Lavradeiras de Arcozelo, um grupo folclórico local.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Este espaço deveria ser recuperado para fins culturais através de uma fundação (do tipo Fundação de Serralves), quinta pedagógica ou mesmo turismo rural, pois trata-se de uma quinta com uma casa senhorial de elevado valor patrimonial.

Informações recolhidas pela Campo Aberto junto da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, em 2014

Esta quinta está à venda desde 2004, tendo a Câmara feito alguns estudos no sentido de avaliar a possibilidade de a reabilitar.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, a Junta de Freguesia de Arcozelo, as associações culturais locais e o proprietário da quinta poderiam constituir-se como parceiros na gestão e preservação do espaço.

[Ir para o índice](#)



Serra de Negrelos

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Mafalda Sousa

Espaço proposto por António Maia

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1566

Nome do espaço Serra de Negrelos

Freguesias Canelas, Perosinho e Pedroso

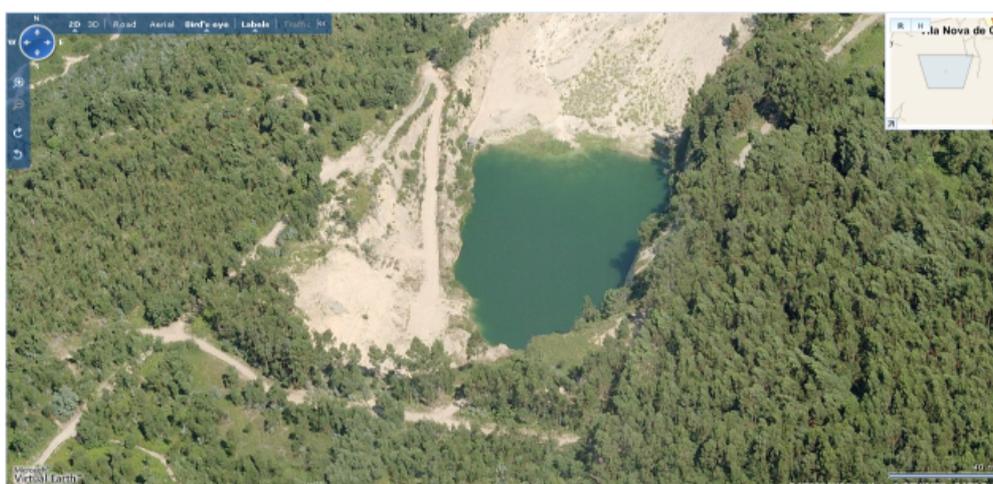
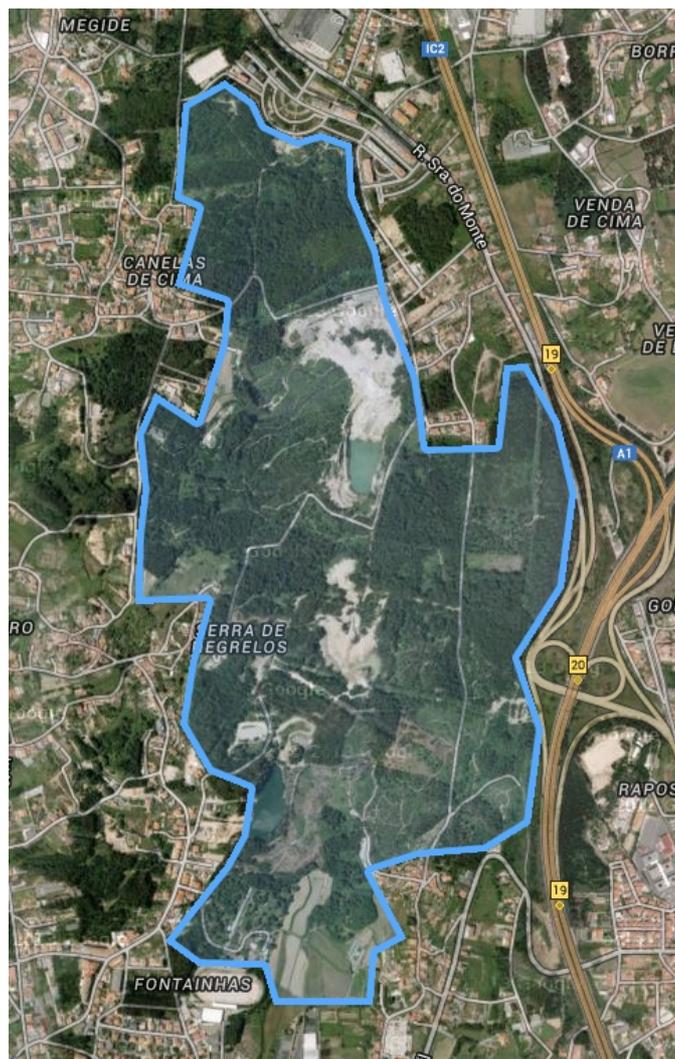
Concelho Vila Nova de Gaia

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,07; -8,59.

Lugar de Canelas de Cima

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Área natural
Área aproximada 170 ha

Informações recolhidas junto da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia em 2014

Está classificada como área florestal de produção e proteção em solo rural e integra a estrutura ecológica fundamental.

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

A Serra de Negrelos localiza-se no centro do concelho de Vila Nova de Gaia. É uma formação montanhosa granítica com declives acentuados, atingindo cerca de 243 m de altitude. Constitui, juntamente com o Monte da Senhora da Saúde (241 m de altitude) e outros, um ponto de referência na paisagem, fazendo parte da linha de fecho, com direção NNW-SSE que separa a parte litoral da parte interior do concelho de V. N. de Gaia. Constitui uma linha de fecho principal, localizando-se aqui a nascente da Ribeira de Canelas e da Ribeira da Granja. Com relevo acidentado, na Serra de Negrelos, predominam as vertentes voltadas a oeste, a sudoeste e a sul, com declive acentuado a muito acentuado, declive superior a 8 por cento. Encontra-se limitada a oeste pela A1. É uma área vasta considerada por muitos o «pulmão de Gaia», sendo uma das suas maiores áreas verdes.

A Serra de Negrelos é um espaço natural que originariamente se destacava por abrigar as terras agrícolas dos ventos marítimos. A Serra de Negrelos, pela existência de habitats de elevado valor ecológico, que coroam a paisagem com o seu denso coberto vegetal, constitui um elemento de elevado valor paisagístico e torna-se um privilegiado miradouro sobre o Oceano Atlântico. O seu coberto vegetal é essencialmente constituído por pinheiros, eucaliptos e acácias e pontuações de castanheiros, sobreiros, carvalhos-alvarinho (que seriam a cobertura vegetal primitiva) e alguns maciços de silvas. Na vegetação mais rasteira, podem encontrar-se azeda, bule-bule, cardo-leiteiro, dedaleira, urze, tojo, giesta, dente-de-leão, etc. No que toca à fauna, ainda se podem encontrar esquilos, doninhas, coelhos, raposas, gaviões, águia-de-asa-redonda, coruja-do-mato, coruja-das-torres, peto-verde, pica-pau-malhado grande, noitibós, garça-real, etc. Outros aspetos interessantes são a rede de minas de água (por exemplo, no lugar da Boavista), presas, pequenos aquedutos etc., que poderiam converter este local num verdadeiro museu natural da água.

Relevância social

Existem vestígios de uma antiga via romana na Senhora do Monte que depois seguiria para a Igreja Paroquial de Perosinho, de onde prosseguia para Crasto e através de um ramal para o Monte Murado. Os melhores vestígios desta antiga calçada romana localizam-se na Rua da Bela Vista. Esta via romana passava também na Estrada da Rechousa e ligava Olisipo a Bracara Augusta.

Existe como património religioso a destacar a Capela do Senhor do Calvário, datada de 1839, voltada a poente, com acesso através de uma calçada à portuguesa, e cruzeiros ao longo do caminho de pedra, sendo o percurso limitado entre muros. Localiza-se a meia encosta e tem acesso através de uma escadaria com espaços ajardinados de carvalhos, ciprestes, entre outros. No patamar inferior, existe um parque de merendas. Encontra-se próximo da Escola Primária, sendo que a envolvente arborizada é maioritariamente constituída por eucalipto e acácia. Possui abertura de vistas, para poente, sobre o mar e a freguesia de Canelas. Para norte existe um caminho com bancos que culmina num cruzeiro de pedra.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

No PDM de Vila Nova de Gaia (versão provisória de 2007), a Serra de Negrelos integra a Estrutura Ecológica Municipal e a Carta Verde do Município. A carta de qualificação do solo integra as categorias «áreas florestais de proteção» e «áreas florestais de produção» do Solo Rural. A carta de condicionantes identifica a área como Reserva Ecológica Nacional e uma pequena parte como Reserva Agrícola Nacional (a sul). Os ecossistemas em presença são «cabeceiras de linhas de água» e «áreas com risco de erosão».

Informações recolhidas junto da Divisão Municipal de Planeamento e Reabilitação Urbana da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, datadas de 22 de junho de 2017

Carta de Condicionantes é designação errada, a substituir por Planta de Condicionantes. Desconhece-se a existência de um documento «Carta Verde do Município. No PDM de 1994 a Serra de Negrelos encontrava-se delimitada como Área Específica de Valorização Paisagística sendo, simultaneamente, classificada na Planta de Ordenamento como Área Não Urbana de Transformação Condicionada e Área de Salvaguarda Estrita RAN/REN. No PDM de 2009 a Carta de Qualificação do Solo da Planta de Ordenamento classifica esta área como solo rural, como Área Florestal de Produção, integrada em Estrutura Ecológica Fundamental. Na Carta de Salvaguardas são identificados vários elementos como

património arquitetónico e arqueológico nesta área e na Carta de Execução do Plano a área da Serra de Negrelos encontra-se abrangida pela Unidade Operativa de Planeamento e Gestão UOPG CN1 - Serra de Negrelos e na área mais a Sul pela UOPG PR1 - Centro Cívico de Perosinho e Quinta da Pena.

Relativamente às Servidões e Restrições de Utilidade Pública identificadas na Planta de Condicionantes, esta área é abrangida pela REN, identificando áreas com risco de erosão e cabeceiras de linhas de água, e pela RAN, principalmente na área da UOPG PR1. A Carta da Estrutura Ecológica Municipal constitui um elemento que acompanha o PDM, não pertencendo às suas peças fundamentais pelo que a referência à integração da área em Estrutura Ecológica Municipal é insuficiente para definir a respetiva qualificação do uso do solo. Quanto à classificação, correta, como área florestal de produção e proteção em Solo Rural e integração na estrutura ecológica fundamental, é uma classificação definida pelo PDM de 2009, e em vigor, na sua Planta de Ordenamento - Carta de Qualificação do Solo.

Informações recolhidas junto da CMVNG em 2014

A Serra de Negrelos é objeto da Unidade Operacional de Planeamento e Gestão UOPG CN1, que inclui, entre os seus objetivos, a recuperação e valorização paisagística da Serra, a criação e manutenção de condições para que ela constitua um espaço de lazer em ambiente natural e um polo de desenvolvimento turístico dotado dos equipamentos adequados, e ainda a valorização do potencial económico decorrente das suas características. Prevê-se um programa que passa pela reconversão das pedreiras nela existentes, pela criação de uma rede de recursos pedonais e pela requalificação da mata, tendo em vista a sua sustentabilidade.

Ameaças à preservação

A extração de granito em pedreiras, na sua grande maioria desativadas e abandonadas, o seu consequente transporte em camiões, a poluição de solos e águas, a deposição de entulhos, a pressão urbanística, o abandono de terrenos, a expansão de espécies invasoras como o eucalipto e a acácia, o abate de árvores autóctones e os fogos florestais constituem-se como as principais ameaças deste potencial espaço de lazer e convívio. A limpeza dos terrenos evitaria acidentes infelizes como o que aconteceu há pouco tempo, a morte de um jovem nas suas famosas lagoas. Existem três pedreiras na Serra de Negrelos. A Pedreira da Junta de Freguesia de Canelas encontra-se inativa e foi invadida por capim-dos-pampas e eucalipto. Junto ao campo de futebol da Junta de Freguesia de Canelas existem plantações de plátanos e bordo pseudoplátano, tílias, pinheiro bravo e bordo. A pedreira da Civopal, adjacente à pedreira da JF de Canelas, também se encontra inativa. A pedreira da Benjor apresenta indícios de se encontrar em funcionamento. Pertencente a esta existe, na direção sul, uma lagoa sobre uma antiga zona de exploração.

Informações recolhidas junto de Nuno Gomes Oliveira, criador e então diretor do Parque Biológico de Gaia, em dezembro de 2015

O espaço encontra-se muito degradado, sendo utilizado para motocross, treino de cães de caça, etc. Existe proposta de reabilitação desde 1983.

Dinâmica local

Esta serra já é utilizada como parque de lazer, com piqueniques e atividades afins. A Trilha de Interpretação da Natureza delineada pela Escola EB 2/3 de Canelas tem sido utilizada desde 1983 como instrumento de educação ambiental e tem permitido chamar a atenção para o interesse da recuperação da Serra de Negrelos como espaço verde fundamental do concelho de Gaia. Apesar das ameaças à sua preservação, a serra ainda atrai muitos praticantes de desporto de natureza dado ter excelentes condições naturais, nomeadamente futebol BTT, tendo-se já realizado neste espaço campeonatos nacionais desta última modalidade. De referir também a utilização do campo de futebol existente em uma das suas vertentes. A Junta de Freguesia de Perosinho organiza passeios ecológicos à Serra de Negrelos com as escolas locais. O Movimento Cívico da Vila de Canelas tem alertado para o estado de conservação da Serra de Negrelos.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Existe um estudo para a valorização da Serra de Negrelos realizado pela Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, do qual se desconhecem pormenores. A Serra de Negrelos precisa de várias intervenções urgentes, por forma a ser preservada como um local de atração turística e de convívio com a natureza, como a erradicação das lixeiras e pedreiras espalhadas pelo seu território; a despoluição de nascentes de água e ribeiros; a reconversão paisagística das lagoas; a erradicação de espécies exóticas como o eucalipto e a acácia e a progressiva reflorestação com espécies autóctones; a valorização do património, especialmente os vestígios arqueológicos da calçada romana; a criação de percursos pedonais e cicláveis; o aproveitamento do potencial hídrico para a criação de espelhos de água; a instalação de equipamentos desportivos, etc.

Um espaço verde público na Serra de Negrelos permitiria a prática de atividades desportivas, de recreio e lazer. A definição de trilhos para a prática de BTT e outras atividades afins e de percursos pedonais definidos por grau de dificuldade, seriam boas alternativas para dinamizar o local, associadas a um parque desportivo e de manutenção, com espaço para desportos radicais (por exemplo, escalada). As lagoas existentes criaram boas condições naturais para um ecomuseu da água, ao ar livre, atendendo à riqueza em água onde abundam minas de água, presas e aquedutos. Associado a um centro de educação ambiental, envolveria os mais jovens para a preservação e enriquecimento do mesmo. Alguns equipamentos públicos poderiam ser instalados, apenas para apoio a atividades desportivas, de recreio e lazer, bem como de manutenção e segurança do espaço. Propõe-se ainda um levantamento e catalogação das espécies de flora e fauna a preservar e eliminação de infestantes. Um trilho interpretativo da riqueza biológica e geológica do espaço seria criado e inserido nas atividades do Centro de Educação Ambiental. Uma outra medida necessária, tendo em conta a utilização atual do espaço, seria a interdição total do acesso dos veículos motorizados ao espaço a preservar, devendo ser criados locais de estacionamento fora da área do mesmo.

Informações recolhidas junto da CMVNG em 2014

O estudo para a valorização da Serra de Negrelos referido na ficha de campanha acima data de 1993, e em 1999 ainda não tinha saído do papel. As intervenções que se fizeram entretanto resumiram-se à limpeza do espaço por meio da retirada de entulhos e outros lixos.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, as Juntas de Freguesia de Canelas e Perosinho, o ICNB, a Forestis – Associação Florestal de Portugal e o Parque Biológico de Gaia poderiam ser parceiros estratégicos na gestão e preservação da Serra de Negrelos.

[Ir para o índice](#)



Cabedelo

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Anabela Gonçalves
Espaço proposto por Margarida Azeredo

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1660
Nome do espaço Cabedelo

Nome do espaço atualizado em 2015: Reserva Natural Local do Estuário do Douro

Freguesia Canidelo
Concelho Vila Nova de Gaia

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,14; -8,67.
Estuário do Rio Douro

Limites



Novos limites indicados por Nuno Gomes de Oliveira, que teve papel primacial na criação da Reserva Natural Local do Estuário do Douro



Álbum fotográfico deste espaço colocado em 2014

Fotografias de Carlos Pardilha realizadas em 2010 e colocadas como álbum da campanha aqui: <https://picasaweb.google.com/111435591575417445038/Campanha50EspacosCabedeloEm200910FotoSDeCarlosFardilha>

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Área Natural
Área aproximada 67,8 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

É uma área de grande beleza natural, local de invernada para um grande número de aves aquáticas. Os estuários são importantes *nurseries* (viveiros de repovoamento das zonas costeiras), bem como áreas de passagem para peixes migradores, como a enguia e a solha. Toda esta zona tem importância vital para as aves marinhas, nomeadamente as aves migratórias, que fazem dela a área privilegiada de descanso nas suas rotas. Espécies migratórias como o corvo-marinho, ou a garça real, utilizam-na como «aeroporto de escala», como refúgio e zona de repouso, podendo também servir como área de nidificação para algumas espécies, como o peneireiro e o falcão-peregrino. Estão recenseadas mais de uma centena de espécies de aves que utilizam as areias do Cabedelo e a Baía de S. Paio e que aqui se alimentam, descansam e se reproduzem. Tem-se nos estuários numerosas espécies de avifauna, sobretudo aquáticas, sedentárias ou migradoras, como andorinhas-do-mar, pilritos, maçaricos-das-rochas, garças-reais, corvos-marinhos, guarda-rios, borrelhos, águia pesqueira, guinchos e gaivotas (ver Revista Parque Biológico de Gaia, N.º 14, pg. 33). É suporte para alguns mamíferos, répteis e anfíbios.

No que diz respeito à flora, é possível observar associações de quenopodiáceas halófitas como gramata, valverde-dos-sapais, salicórnia, bem como juncos e outras espécies como sirgo, limo-mestre, limo-de-fita, murraça, malmequer-da-praia, campana-da-praia; plantas dunares como cana-galega, cardo-das-dunas, cordeirinhos-da-praia, estorno, lírio-das-praias. O Cabedelo é uma zona de estuário do rio Douro, com restinga de areias, dunas, sapal na Baía de S. Paio (à descoberta na baixa-mar), e lodos intertidais (entre marés) e constitui elemento de referência na ligação entre o rio e o mar. A zona ribeirinha de Gaia está sujeita a inundações frequentes devidas às características do estuário e da bacia de drenagem do rio.

Relevância social

O local tem sido utilizado para recreio e lazer, durante todo o ano. É utilizado para a pesca e a prática de desportos aquáticos, mas durante o verão é utilizado pelos veraneantes e em atividades de desportos radicais (BTT, por exemplo). O Cabedelo do Douro no Porto é um dos melhores sítios em Portugal para a prática do *bodyboard*. A Câmara Municipal de Gaia tem promovido na Praia do Areinho o Festival Marés Vivas que este ano irá decorrer de 17 a 19 Julho de 2008. É provável a presença de vestígios arqueológicos nas areias do Cabedelo, devido a naufrágios de embarcações antigas. Alguns objetos como âncoras romanas têm sido encontrados em redes de pescadores locais. O local é especialmente visitado por *birdwatchers* (observadores de aves) aos fins-de-semana.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

O Cabedelo é propriedade pública. Segundo a Planta de Ordenamento/Carta de Qualificação dos Solos de Vila Nova de Gaia, surge como área natural a preservar, enquadrada em Reserva Ecológica Nacional. Existe um Plano de Pormenor para a Baía de S. Paio, mas desconhecem-se as suas orientações.

Informações recolhidas junto da Divisão Municipal de Planeamento e Reabilitação Urbana da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, datadas de 22 de junho de 2017

A Planta de Ordenamento do PDM de 1994 identificava esta área como Área de Salvaguarda Estrita RAN/REN, identificando-a como REN na respetiva Planta de Condicionantes. O Plano de Pormenor São Paio - Canidelo não foi concluído pelo que não chegou a constituir-se como instrumento de Gestão Territorial com vínculo legal. Na Planta de Ordenamento - Carta de Qualificação do Solo do PDM de 2009 esta área encontra-se classificada como solo rural e integrada em Área Natural - Área Costeira e em Estrutura Ecológica Fundamental. No que concerne às Servidões e Restrições de Utilidade Pública mantém a sua classificação como área de REN e Domínio Público Hídrico e como Reserva Natural Local do Estuário do Douro. Note-se que esta área não está nem nunca esteve abrangida pela RAN.

Observações da Campo Aberto inscritas em 5 de setembro de 2017

Ainda não há muito tempo, durante a elaboração recente do livro *Espaços Verdes e Vivos* que teve como fonte a presente compilação, portanto ainda pelo menos em 2014-2015, esteve disponível na internet um Plano de Pormenor S. Paio-Canidelo. Pelo que compreendemos, este Plano incluía salvaguardas prudenciais a toda esta zona, Cabedelo incluído, que viriam a ser «esquecidas». Recentemente, o respetivo e-sítio deixou de poder ser encontrado. Conforme vemos acima, o procedimento de aprovação do Plano de Pormenor São Paio - Canidelo, cuja proposta foi elaborada no âmbito do Programa Polis, não foi concluído pelo que não chegou a constituir-se como instrumento de Gestão Territorial com vínculo legal. Só podemos lamentar que esse processo tivesse sido interrompido, o que, ao que tudo indica, não terá sido alheio a atropelos graves aos valores naturais e mesmo urbanísticos daquela zona que se verificaram entretanto, antes de 2013.

Ameaças à preservação

A zona do Cabedelo tem estado sujeita a algumas ameaças: a poluição e a falta de limpeza das margens do Rio Douro, a utilização turística ou recreativa desapropriada, a construção dos molhes do Douro e a extração de areia que pode levar eventualmente à própria destruição do local.

A construção dos molhes do Douro previa a construção de um Molhe Norte, do lado do Porto, com 350 metros de extensão e sete metros de altura acima do nível das águas, e de um Molhe Sul, na margem de Vila Nova de Gaia, com um quebra-mar de 450 metros de extensão e seis metros de altura. O reforço do Cabedelo também faz parte do projeto. Proteger a marginal do Porto e melhorar a acessibilidade marítima ao rio Douro e a estabilização sedimentar do Cabedelo, mantendo a capacidade de escoamento das cheias do rio, são os motivos que estiveram na base da construção dos molhes do Douro.

Terminado em Dezembro de 2003, o estudo de impacto ambiental para a construção dos molhes do Douro valorizava a empreitada. O documento referia que, com a obra feita, «serão melhoradas as condições para incrementar a navegação fluvio-marítima até Espanha», assim como «o uso diário da barra do Douro pelos pescadores, barcos de recreio e tráfego local». Também no estudo de impacto ambiental se destaca como fator «muito importante» a redução do risco de cheias nas ribeiras do Porto

e de Gaia. Na obra de construção dos molhes da barra do Douro está ainda prevista a criação de uma série de zonas de lazer dotadas de um conjunto de jogos de divertimento e aventura, um bar esplanada e um espaço de aluguer de bicicletas e patins. Os molhes terão ainda dois passeios, um superior e ao ar livre, aberto sobre o mar e de utilização condicionada à meteorologia, e outro interior, em galeria fechada, com janelas rasgadas a sul e acesso permanente ao farol. Esta será uma galeria que possibilitará o uso dos molhes nos meses de Inverno, podendo assim as pessoas aceder até ao farol de Felgueiras e daí observar o mar. Encontram-se a decorrer também obras da empreitada de execução da via marítima do Cabedelo e marginal no Vale de São Paio: 3.ª fase, da responsabilidade da GAIAPOLIS, SA.

Informações recolhidas junto de Nuno Gomes Oliveira, criador e então diretor do Parque Biológico de Gaia, em dezembro de 2015

Com a criação da Reserva Natural Local do Estuário do Douro acabou a maioria dos usos desapropriados do espaço. A erosão do solo provocada pela remoção da vegetação na Quinta Marques Gomes provocou, nos invernos passados, a chegada às areias intertidais no estuário de grandes enxurradas de lama argilosa que cobriu grande parte dessas areias impedindo as trocas gasosas e destruindo a micro-fauna de que se alimentam muitas aves. Estão inventariadas na Reserva 221 espécies de aves selvagens e 19 de aves não selvagens, fugidas de cativeiro.

Informação de novembro e dezembro de 2015 recolhida pela Campo Aberto

Um empreendimento imobiliário intitulado «Douro Habitat» foi objeto de notícias na imprensa no final de 2015. A legalidade do empreendimento no que concerne a construção prevista de prédios de vários pisos junto ao rio e em zona inundável levantou acesa controvérsia. Circulou então uma petição pública designada «Embargo de obra na frente fluvial de Canidelo em Gaia» que apela à revisão do licenciamento existente. A construção ficaria praticamente contígua à área da Reserva Natural Local do Estuário do Douro pelo que seria uma presença maciça pouco compatível com os objetivos da Reserva. Segundo algumas pessoas conhecedoras do local e dos seus problemas, os três projetos imobiliários que foram licenciados para áreas contíguas ou quase contíguas à Reserva (na Quinta Marques Gomes, do Fundo de Fomento Imobiliário Imogestão; junto ao rio e quase contíguo à Reserva, da Douro Habitat Empreendimentos imobiliários S. A.; e um terceiro, da Sociedade Imobiliária do Cabedelo) condicionam negativamente os objetivos naturalistas e preservacionistas que presidiram à criação da mesma Reserva. O projeto Douro Habitat, por exemplo, vem tornar impossível a realização do festival Marés Vivas, que tem ocorrido no local de implantação daquele. Tem sido proposto como novo local para o festival, desde final de 2015, uma área a sul da Reserva, que estava destinada ao Parque do Vale de S. Paio, o qual fica assim ameaçado caso a deslocação se concretize, isto apesar de parte da Baía de S. Paio estar integrada em Reserva Ecológica Nacional. As três urbanizações previstas ocupam áreas importantes e, ao contrário de expectativas iniciais, não vão dar lugar a espaços verdes significativos mas a simples ruas arborizadas. Já antes de se falar da deslocação do festival Marés Vivas algumas organizações de defesa da natureza consideravam que a realização desse festival trazia inconvenientes graves à fauna da Reserva do Estuário do Douro, sendo que o novo local proposto acentua e agrava esses inconvenientes. Num terreno mais a oeste, na chamada Seca do Bacalhau, havia registos de ocorrências arqueológicas, mas o terreno foi arrasado sem que tivesse havido qualquer acompanhamento arqueológico. No caso da Quinta Marques Gomes, a razia da vegetação fez com que, nos últimos invernos, se tivesse verificado uma erosão muito intensa, que correu para o Douro e bloqueou as vasas do estuário, impedindo as trocas gasosas e a sobrevivência dos invertebrados de que se alimentam peixes e aves. Sobre os projetos imobiliários mencionados pode ver-se:

<http://www.cm-gaia.pt/documentos/S-Paio/Relatorio-SPAIO-CANIDELO.pdf>

Dinâmica local

Existem atividades e iniciativas de preservação da importância ecológica do local pelo Parque Biológico de Gaia, associações ambientalistas (como o Movimento dos Amigos do Ambiente de Canidelo), visitas de escolas e universidades. A Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves tem promovido atividades para a observação de aves no Cabedelo. A pensar na preservação, o Parque Biológico de Gaia já tem o acordo da Administração do Porto de Douro e Leixões (APDL) para a criação de um refúgio ornitológico e observatório de aves. O Partido Comunista Português elaborou uma proposta de classificação da Baía de S. Paio como área protegida.

Possíveis intervenções futuras de preservação

É um espaço a ser integrado na Estrutura Biofísica do concelho de Vila Nova de Gaia, que dará corpo à Carta Verde de Gaia. Neste sentido, este espaço deveria tornar-se um espaço com vocação de educação ambiental e monitorização do ecossistema natural, complementada com a vocação de recreio e lazer. As intervenções a efetuar deverão aproximar mais a população desta zona ribeirinha, talvez com locais agradáveis para se passear a pé e andar de bicicleta. Deveria tentar travar-se a extração de areia, com uma fiscalização eficaz e rigorosa, e proceder-se o mais possível à despoluição do rio e suas margens. A sensibilização e educação ambiental poderia ser uma boa medida de incentivo à preservação deste espaço, através de um centro de interpretação ambiental e da afixação de cartazes informativos nas zonas pedonais e cicláveis.

Informações recolhidas em diversas fontes incluindo junto da CMVNG e sintetizadas pela Campo Aberto em 2014

O Cabedelo e em geral a Baía de S. Paio integra agora a Reserva Natural Local do Estuário do Douro, proposta desde os anos 1990 por diversas organizações ecologistas e pelo Parque Biológico de Gaia, assumida pouco depois como pretensão da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e criada em 2009 [Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho]. Nela foi integrado o refúgio ornitológico e de observação de aves anteriormente proposto pelo Parque Biológico de Gaia e depois por ele criado e gerido no âmbito da nova Reserva. Toda esta área continua abrangida em REN e RAN.

Sobre a Reserva, veja-se:

<http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ap/amb-reg-loc/res-natur-local-estuar-douro>

O Plano de Pormenor S. Paio-Canidelo pode ver-se em:

http://www.canidelo.net/plano_prom.htm

Sobre o Vale de S. Paio

<http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ap/amb-reg-loc/res-natur-local-estuar-douro>

Um álbum fotográfico realizado em 2014-2015 em visitas da campo Aberto encontra-se aqui:

<https://picasaweb.google.com/111435591575417445038/Campanha50EspacosAtualizacaoVNGaiaCabedelo>

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A Câmara Municipal de Gaia, a Administração dos Portos do Douro e Leixões, o Parque Biológico de Gaia, o Instituto Nacional da Conservação da Biodiversidade, a Junta de Freguesia de Canidelo, associações locais de proteção do ambiente (como a Associação dos Amigos do Ambiente de Canidelo e a Onda Verde), assim como escolas e universidades, poderiam ser parceiros no estudo e preservação deste ecossistema de grande importância para a região do Douro.

[Ir para o índice](#)



Quinta Marques Gomes

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Anabela Gonçalves
Espaço proposto por Artur Nunes

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1446
Nome do espaço Quinta Marques Gomes
Freguesia Canidelo
Concelho Vila Nova de Gaia

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,14; -8,65.

Rua Marques Gomes e Rua Lago do Linho (rua que sobe da Afurada para Canidelo, em frente ao Cabedelo/Foz do Douro)

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Campo agrícola, Quinta, Área natural, Espaço verde

Área aproximada 33 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

O estuário do rio Douro ainda conserva valores naturais de grande relevância ambiental e paisagística. Com localização privilegiada, abrigada dos ventos e protegida do bater das ondas pelas areias do Cabedelo, a Quinta Marques Gomes é a extensão natural do estuário. Também chamada Quinta do Montado é uma vasta propriedade que integra a Baía de S. Paio e alterna áreas cultivadas, pastagens e prados selvagens com uma vasta zona florestal, num conjunto notável, como que emoldurando o belo cenário estuarino, com a sua paisagem bela e surpreendente.

As espécies de fauna mais relevantes são gaviões, águia-de-asa-redonda, coruja do mato, coruja das torres, noitibós, garça-real, e vários passeriformes, bem como coelhos, raposas, esquilos, aves de rapina. As espécies de flora predominantes são o metrosídero gigante (com raízes aéreas), pinheiros (bravo e manso), eucaliptos, castanheiros, carvalhos, japoneiras, tílias, amoreiras, camélias, palmeiras-das-Canárias, melaleuca, araucárias, acácias, pereiras e laranjeiras. Na quinta, persistem ainda campos agrícolas cultivados e mantidos por um caseiro.

Relevância social

Manuel Marques Gomes, antigo proprietário da quinta com o seu nome, foi um rapaz que nasceu pobre, filho de pescadores, em Santo André do Canidelo. Viveu os primeiros anos da sua vida sempre ao sabor da sorte. Com nove anos uma senhora de bom coração e dinheiro tira-o da rua e dá-lhe educação. Em 1885, com dezoito anos, parte para o Brasil, dizendo-lhe a sua benemérita que só voltasse quando fizesse fortuna.

No Pará, imediatamente se integrou no comércio, na firma Nunes & Almeida Lda, que em pouco tempo se iria transformar em Marques Gomes & Ca. Importavam aguardente, café e açúcar em grosso. Conhece e casa-se com Dona Rosalina dos Santos Gomes, brasileira de pais portugueses da Figueira da Foz. Era uma família muito rica e assim a bola de neve dos negócios de Marques Gomes vai crescendo, criando com outros sócios a Empresa de Navegação do Grão-Pará. Sempre se dedicou aos movimentos sociais com destaque para a cultura. Destacou-se em várias instituições como a Venerável Ordem Terceira de São Francisco. Isto mostra a sua personalidade, facilmente se tornava líder como aconteceu no Grémio da Literatura e outros mais.

Em 1890, com problemas de saúde devido ao clima do Pará ser bastante húmido, volta a Portugal com a mulher e treze filhos. Podendo viver como um rei, mas tendo ainda a alma de um pobre rapaz, exerce a atividade mercantil em Matosinhos, na firma Bento Cunha & Ca, exportadora de vinhos. Inicia nessa altura a construção do seu palacete, na Alumiara, Canidelo, na conhecida Quinta do Montado. Fixado na terra que lhe tinha servido de berço constrói um apeadeiro em Coimbrões e uma Escola Primária, lembrando-se da sua infância de tantas dificuldades. Jamais se esquecia dos pobres, distribuindo por eles grandes quantias de dinheiro. Chegou a eletricidade ao Canidelo e pensou na juventude da terra, construindo o campo de futebol, ainda bem conhecido. Na sua quinta, ergueu a fábrica da conserva do peixe, dando trabalho a muita gente. À volta do seu palacete mandou plantar uma frondosa floresta, com árvores únicas na região e grandes jardins.

Faleceu em Janeiro de 1932, com a idade de 65 anos, deixando ao povo de Canidelo uma grande herança. Com o decorrer dos anos, os treze filhos deitam tudo a perder, com inúteis e desastrosas partilhas. Desabitado, no 25 de Abril de 1974 a Cercigaia utiliza o grande espaço para fins sociais, juntamente com um infantário. Entre 1975 e 1991, no edifício esteve instalado o Centro Popular de Canidelo e a Cooperativa para a Educação de Crianças Inadaptadas. Mas a posse era ilegal. Apareceu então um novo proprietário chamado Pereira Júnior, que comprou a quinta aos herdeiros. Pretendia construir um empreendimento turístico. Esbarrou com a anulação deste projeto pela Câmara Municipal de Gaia, porque Marques Gomes deixou no seu testamento o desejo de que a Quinta fosse um sítio que fizesse feliz todos aqueles que o habitassem. A propriedade é depois vendida ao Banco Espírito Santo, seu atual proprietário. Embora propriedade vedada em toda a sua bordadura, é um espaço de lazer

utilizado para a prática de BTT, através de entradas clandestinas dos seus velhos portões. É um miradouro privilegiado sobre o estuário e Foz do Douro.

No centro da quinta existe um palacete de finais do século XIX, construção única no país, atualmente a necessitar de obras urgentes de recuperação. O palacete é uma casa ampla e de boa traça, com 37 salas, rés-do-chão e dois andares, ladeada de árvores frondosas e um jardim. No interior tem tetos lavrados e paredes ornamentadas com frescos. Tem ainda uma casa agrícola e um espigueiro. Na casa agrícola viveu o irmão do antigo proprietário Manuel Marques Gomes, que se suicidou num ataque de ciúmes. Atualmente, é ocupada por um caseiro que mantém cultivados os campos agrícolas.

A quinta é propriedade da ESAF - Espírito Santo Fundos Imobiliários (Banco Espírito Santo) que apresentou à Câmara Municipal de Gaia um projeto que previa a construção de 1 100 casas, ocupando uma área de 148 mil metros quadrados. Este ambicioso projeto construtivo gerou muita polémica, levando a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte a chumbá-lo. Por acordo com a GaiaPolis e a Câmara Municipal de Gaia, a entidade promotora acabou por aceitar uma redução em dois terços da capacidade construtiva, apenas podendo ser ocupados 50 mil metros quadrados numa antiga fábrica em ruínas. Para além disso, prevê-se preservar 100 mil metros quadrados de espaço verde que, cedidos à autarquia, irão permitir a criação do Parque Urbano do Vale de São Paio, que deverá estar concluído no verão de 2008, e cuja construção está dependente das vias marginais a construir no âmbito do Polis.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

É atualmente propriedade privada do Banco Espírito Santo. Segundo informações de populares, o espaço verde que está circunscrito pela Rua Marques Gomes, Rua Lago do Linho e Rua da Marginal é um espaço que se divide em três Quintas, sendo elas: Quinta Marques Gomes, Quinta de Pereira Júnior, cuja posse passou, por compra, para Benito Garcia (do Algarve), e Quinta do Zagala, pelo que, a ser verdade, a área da Quinta Marques Gomes é inferior à indicada pelo proponente. A Quinta Marques Gomes está integrada na Estrutura Ecológica Municipal e Reserva Ecológica Nacional.

Informações recolhidas junto da Divisão Municipal de Planeamento e Reabilitação Urbana da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, datadas de 22 de junho de 2017

No PDM de 2009, em vigor, a área encontra-se classificada como solo urbano, na subcategoria Quintas em Espaço Urbano, integrada em Estrutura Ecológica Fundamental. Não tem a REN como condicionante. No PDM de 1994, a área desta Quinta encontrava-se classificada na Planta de Ordenamento como Área Não Urbana de Transformação Condicionada, à exceção de uma área mais pequena, junto ao Rio Douro, que se encontrava classificada como Área Urbana de Edificabilidade Intensiva. A Planta de Condicionamentos não identificava esta área como REN. Com o PDM de 2009 a área junto ao Rio Douro, numa faixa a Este, passou a integrar a categoria Área de Expansão Urbana de Tipologia Mista – tipo III (1.2) e a restante área ficou integrada em Quintas em Espaço Urbano e em Estrutura Ecológica Fundamental. Simultaneamente integra a Carta de Salvaguarda da Planta de Ordenamento como património arquitetónico.

Ameaças à preservação

A língua de areia do Cabedelo e a Baía de S. Paio constitui um vasto património natural, de uma riqueza e diversidade biológica enorme. Encontra-se hoje fortemente condicionada pela enorme pressão urbana, facto que explica o nível de degradação e destruição nas áreas pantanosas, bem como a crescente deterioração da qualidade de água e, conseqüentemente, a perda da elevada biodiversidade que caracteriza este ecossistema aquático. A pressão urbanística é a principal ameaça sobre a Quinta Marques Gomes e esta será responsável pela perda de valor ecológico desta quinta muito brevemente. Neste momento, apesar da colocação de placas alusivas a «propriedade privada» e da presença de um caseiro, o espaço apresenta-se muito pouco cuidado.

Observações da Campo Aberto em 2014

Durante anos, associações ecologistas da região do Porto e muitos cidadãos opuseram-se tenazmente à destruição desta quinta. O próprio plano sobre a Baía de S. Paio [Plano de Pormenor S.Paio-Canidelo], elaborado em âmbito municipal, incluía inicialmente alguma preservação dos valores ecológicos deste

espaço, que esteve integrado em Estrutura Ecológica Municipal e REN. Apesar de tudo isso, o que pode hoje ver quem, do Porto, da margem do Douro em Lordelo, observe o que resta da quinta situada em frente do outro lado do rio, é uma enorme ferida na paisagem onde quase todo o coberto vegetal foi arrasado. Esta intervenção brutal, destinada a uma operação urbanística cujo futuro a atual crise financeira e imobiliária não deixa adivinhar, é uma das mais lamentáveis alterações sofridas em espaços selecionados nesta campanha em 2007-2008, pois a nossa sociedade mostrou-se incapaz de preservar valores apesar de largamente reconhecidos, inclusive a nível oficial. A razia da vegetação fez com que, nos últimos invernos, se tivesse verificado uma erosão muito intensa, que escorreu para o Douro e bloqueou as vasas do estuário, impedindo as trocas gasosas e a sobrevivência dos invertebrados de que se alimentam peixes e aves. Ver acima a ficha sobre o Cabedelo.

Podem ver-se algumas imagens recentes (resultantes de visita feita a esta Quinta em dezembro de 2014, embora com observação unicamente do exterior) aqui:

<https://picasaweb.google.com/111435591575417445038/Campanha50EspacosAtualizacaoVNGaiaQuintaMarquesGomes>

Estas imagens contrastam com a que surge na rubrica «Elementos de Localização» (mais acima), que mostra um estado anterior ao documentado atualmente nos mapas Google:

<http://maps.google.com/maps/ms?ie=UTF8&hl=pt->

[PT&msa=0&msid=113331594153643312961.00045090582dd3311a1a6&t=h&z=10](http://maps.google.com/maps/ms?ie=UTF8&hl=pt-PT&msa=0&msid=113331594153643312961.00045090582dd3311a1a6&t=h&z=10)

[Na visita referida acima, a Campo Aberto anotou um telefone de contacto existente num painel no local e o nome da entidade atual proprietária, uma marca comercial designada Naturalmente Exclusiva, junto da qual obteve um endereço de correio eletrónico e a quem por esse meio enviou uma mensagem solicitando informações acerca da situação urbanística e ecológica resultante da intervenção documentada nas fotografias acima indicadas. Não tendo obtido resposta, repetimos algum tempo depois (fevereiro de 2015) o envio das nossas perguntas anteriormente formuladas. A resposta nunca chegou [nota de novembro de 2015: Eis as perguntas que fizemos:

- Qual é o proprietário do empreendimento Quinta Marques Gomes Naturalmente Exclusiva (designação oficial e contactos)?

- Em síntese, e dado o espaço se encontrar já infraestruturado mas ainda não urbanizado, quais são os traços principais do projeto de empreendimento?

- Qual o ponto em que se encontram os trabalhos e qual o cronograma previsível para o seu prosseguimento?

- Como se situa esse empreendimento perante as disposições do Plano Diretor Municipal vigente na data em que o projeto foi apresentado ao município para aprovação?]

Dezembro 2015: Já depois de escrita a nota de atualização supra, a imprensa noticiou contornos polémicos e de legalidade no mínimo problemática a respeito de um empreendimento imobiliário que, sendo exterior aos limites da Quinta Marques Gomes, fica muito próximo dela. É o designado empreendimento Douro Habitat. Nas notícias da imprensa não encontramos a designação «Naturalmente Exclusiva» que referimos acima. Quanto à Douro Habitat, a controvérsia relaciona-se sobretudo com a construção de edifícios de vários pisos em zona inundável. Tem pois especial interesse pelas repercussões que possa ter sobre a Reserva do Estuário do Douro (ver o espaço «Cabedelo», mais acima, também em Vila Nova de Gaia; aí se dão mais referências sobre esta questão, sendo que o projeto imobiliário da Quinta Marques Gomes é do Fundo de Fomento Imobiliário Imogestão. Pomos a hipótese da designação «Naturalmente Exclusiva» ser uma designação unicamente destinada a efeitos de comercialização). Segundo informações obtidas pela Campo Aberto junto de pessoas conhecedoras do local, o primeiro projeto imobiliário para a Quinta Marques Gomes incluía um parque verde público com 15 ha, sendo que o mais recente contempla praticamente apenas ruas arborizadas.

Informações recolhidas junto da Divisão Municipal de Planeamento e Reabilitação Urbana da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, datadas de 22 de junho de 2017

O Plano de Pormenor São Paio-Canidelo não chegou a constituir-se como instrumento de Gestão Territorial com vínculo legal dado que o procedimento de aprovação da proposta de plano, elaborada no âmbito do Programa Pólis não foi concluído. A área da Quinta classificada como Área de Quinta em Espaço Urbano integra a Estrutura Ecológica Municipal, figura essa que não existia antes da entrada em vigor do PDM de 2009. Nenhuma das áreas referidas está ou esteve integrada em REN.

Observações da Campo Aberto inscritas em 5 de setembro de 2017

A Campo Aberto constata, uma vez reconhecidos os lapsos em que incorreu e corrigidos pela informação recebida acima, que a sociedade portuguesa, quer a nível legislativo quer a nível executivo central e local, se mostrou incapaz de proteger importantes valores naturais e até urbanísticos neste caso preciso da Quinta Marques Gomes. Como escrevemos em 2014 na presente compilação (ver quadro azul anterior a este) deu-se nesse espaço, diga-se o que se disser, uma intervenção brutal que criou uma enorme ferida na paisagem e cuja urbanização prevista não poderá sanar. No que toca ao Plano de Pormenor São Paio-Canidelo, a não aprovação deste, que incluía ao que sabemos alguma preservação dos valores ecológicos deste espaço, não pode deixar de ser considerada do nosso ponto de vista como um facto infeliz e dificilmente independente de pressões e interesses que constituíram um prejuízo para o nosso património natural e paisagístico. Note-se que em 2014-2015 era ainda possível encontrar esse Plano ou informações sobre ele em determinado local da internet, o que mais recentemente se tornou impossível. Podem ver-se algumas imagens recentes aqui: <http://tiny.cc/e41-novas> Este desastre urbanístico e ambiental estava consumado antes das eleições autárquicas de outubro de 2013.

Dinâmica local

A Quinta Marques Gomes tem sido um cavalo de batalha de várias associações de defesa do ambiente da região do Porto na tentativa de travar a ameaça da pressão urbanística ao longo dos anos, de que são exemplo a Campo Aberto, o Terra Viva e o MAAC - Movimento dos Amigos do Ambiente de Canidelo. Existem iniciativas muito ativas de preservação deste local através do Movimento dos Amigos do Ambiente de Canidelo, que tem realizado ações de sensibilização acerca da Quinta Marques Gomes nas escolas da freguesia com exposições fotográficas. Para além disso, tem exercido pressão sobre o poder político para cumprir o seu objetivo de «relevar a importância que toda a área do Estuário do Douro tem no equilíbrio de todo o ecossistema ambiental, único em toda a área do grande Porto, sensibilizando a população, para a necessidade de proteger todo aquele património ambiental». O público alvo a atingir é o mais jovem, incidindo a ação nas escolas EB1/JI, as escolas EB 2/3 e secundária, mas também junto das Associações Recreativas e Culturais da Freguesia.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Pretende-se para esta quinta a valorização ambiental numa perspetiva de integração na estrutura verde do concelho, constituindo um importante «pulmão» para a AMP. Neste sentido, deveria tornar-se um espaço aberto ao público – onde a população pudesse desfrutar de convívio e de lazer – com um acesso relativamente vigiado de modo a não colocar em perigo a riqueza que contém em flora e fauna. Para tal, seria igualmente importante que fosse feita uma gestão da área semelhante à Mata da Serra do Buçaco e da Serra de Sintra. A existência de um posto (in)formativo também seria de importância relevante para as pessoas que visitassem a Quinta. A criação do novo Parque Urbano do Vale de S. Paio poderá eventualmente trazer as valências que aqui se propõem, numa réstia da área sobrance de construção.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

Propõem-se como possíveis parceiros para a gestão e preservação da Quinta a Câmara Municipal de Gaia, a Junta de Freguesia de Canidelo, o Parque Biológico de Gaia e a APDL - Administração dos Portos do Douro e Leixões. O atual proprietário da Quinta Marques Gomes, sendo uma instituição bancária de relevo, poderia constituir-se como parceiro através do mecenato ambiental como compensação pelo projeto imobiliário de que vai beneficiar. As associações ambientalistas com interesse na preservação da quinta poderiam também ser parceiros na dinamização do espaço, através de programas de educação ambiental e de defesa do património.

[Ir para o índice](#)



Encostas declivosas do Rio Douro

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Maria José Amaral
Espaço proposto por Vilma Silva

Elementos de localização

Código ID 1875

Nome do espaço Encostas declivosas do Rio Douro

Freguesias Crestuma, Oliveira do Douro, Avintes, Olival e Lever [informação a verde: CMVNG-2017]

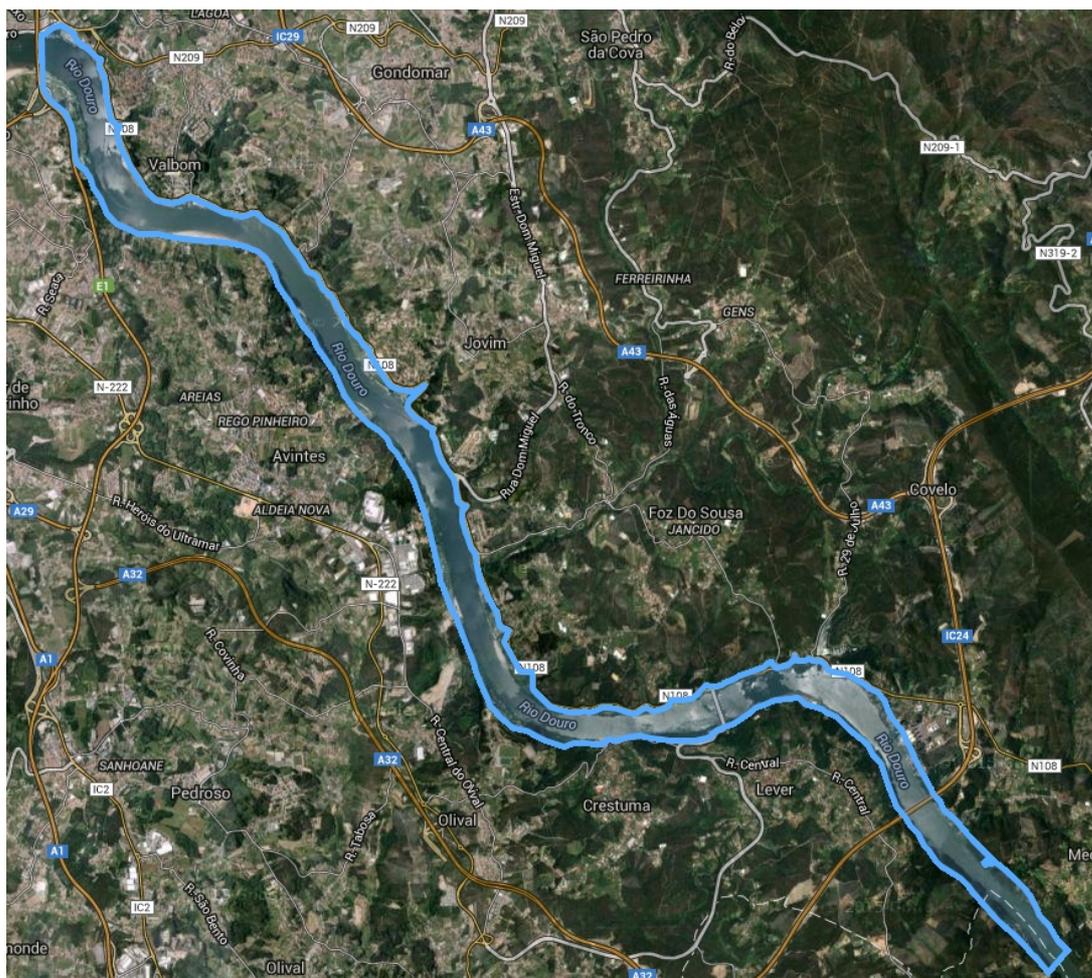
Concelhos Vila Nova de Gaia

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,07; -8,51.

A proposta inicial faz referência às encostas declivosas do Rio Douro em Crestuma. Outras áreas poderão ser identificadas com as mesmas características nos concelhos vizinhos de Porto e Gondomar.

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Área natural

Área aproximada 952 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

O Vale do Rio Douro e suas encostas declivosas representam uma área paisagística singular no contexto da Área Metropolitana do Porto. Ao nível do território continental, pode dizer-se que este canal navegável e respetivas encostas têm um caráter único, apresentando-se assim como uma área natural que deve ser potenciada e valorizada, tanto do ponto de vista ecológico como paisagístico. As encostas declivosas do Rio Douro estendem-se por mais de 20 km, nos concelhos de Gaia, Porto e Gondomar. Nesta área, predominam os povoamentos de pinheiro e eucalipto, sendo atualmente um espaço que urge requalificar e valorizar.

A encosta do Rio Douro em Crestuma, Vila Nova de Gaia, é constituída por uma área de floresta dominada pelo eucalipto (*Eucalyptus globus*) e pinheiro bravo (*Pinus pinaster*) e manso (*Pinus pinea*), com acácia-mimosa (*Acacia dealbata*), acácia-de-folhas-longas (*Acácia longifolia*) e sabugueiro (*Sambucus nigra*) também muito comuns. Não foi possível agregar informação sobre fauna neste local. No Rio Douro, espécies indígenas, como o escalo, a enguia e a truta, têm sido dizimadas ou pela pesca à rede descontrolada e/ou pela modificação das condições ambientais (parte do ano estão perto do limite de resistência de algumas espécies). Após a construção da barragem de Crestuma-Lever, foi feita a introdução da carpa que, podendo atingir acima dos 20 kg, tem a propriedade de se alimentar de tudo, fazendo a limpeza das barragens mesmo em condições precárias de oxigenação das águas. Mais recentemente, surgiram o achigã, a perca, o lúcio (peixes carnívoros) e o lagostim-vermelho (todos eles originários de outros países). Pode ainda encontrar-se, com abundância, a boga e o barbo e até mexilhão (idêntico ao do mar).

Viajando até junto do Douro, que serpenteia entre as arribas, pode ver-se onde vivem e/ou nidificam abutres, grifos, águias (nas encostas mais a montante do Rio Douro, não incluídas nesta campanha), pombos bravos, andorinhas, etc, e nas ladeiras do mesmo, a perdiz, a rola, o estorninho, o melro, o papa figo, etc.

Relevância social

A maior parte do espaço em Crestuma não é acessível ao público devido ao forte declive, apenas sendo visível a partir do leito do rio ou da margem oposta. Na zona superior, junto à estrada existe um espaço aberto com entulho, com provável utilização agropecuária. Relativamente perto existe um parque de merendas e um miradouro virado para a barragem de Crestuma-Lever.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

As encostas declivosas do Rio Douro estão enquadradas em Domínio Público Hídrico, uma margem de 50 m a partir das águas navegáveis ou fluviáveis, e na Unidade Homogénea de Planeamento Baixo Douro-Litoral definida pelo Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Douro. Desconhecem-se as disposições relativas às encostas nos Planos de Ordenamento da Albufeira de Crestuma-Lever, e no Plano Regional de Ordenamento da Zona Envolvente do Douro (PROZED) dos concelhos ribeirinhos integrantes da bacia visual do Douro a montante de Crestuma. Em termos de zonamento, o PROZED (Decreto regulamentar nº 60/91 de 21 de Novembro) procura estabelecer uma disciplina da edificabilidade por forma a permitir a preservação dos valores patrimoniais, urbanísticos e paisagísticos, pelo que grande parte das áreas diretamente ligadas ao rio são designadas como áreas de proteção ao património natural. Mas esse plano incide sobre as encostas declivosas do concelho de Gondomar (Medas, Melres, Lomba e parte do Covelo).

O Plano de Ordenamento da Albufeira de Crestuma-Lever envolve a definição de zonas de proteção e zonas reservadas, bem como a regulamentação dos usos. A zona reservada engloba as faixas marginais às albufeiras numa largura de 50 m a partir do nível de pleno armazenamento (NPA), com descontinuidades nas áreas urbanas, de recreio e de acostagem de embarcações, enquanto que a zona de proteção envolve uma faixa de 500 m a partir do NPA. Significa isto que, numa perspetiva espacial, em alguns locais esta faixa não se estende muito além deste valor mas noutros, devido às condições topográficas, prolonga-se por uma área mais vasta. As encostas do Rio Douro em Vila Nova de Gaia e Gondomar estão em áreas de Reserva Ecológica Nacional.

Ameaças à preservação

A encosta do Rio Douro em Crestuma é dominada por espécies de flora invasora. Na zona aberta junto à estrada ocorre alguma deposição ilegal de lixo e corte de árvores. Pode haver um risco potencial de incêndio dado o forte declive de terreno sobre o rio.

Dinâmica local

Não existem iniciativas ou associações com dinâmica local. Foi adjudicada a 22 de Abril de 2008 a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento das Encostas do Douro (PEDED) entre Crestuma e o Centro Histórico de Gaia, pela Câmara de Gaia, a Luís Ramos, especialista em questões de Planeamento e Ordenamento do Douro, da Universidade de Trás-os-Montes. O plano para as encostas do Douro tem como principal aposta a criação de zonas residenciais de baixa densidade urbanística (as quintas no Douro), que poderão ter características urbanas ou rurais. Aposta ainda na navegabilidade do Douro, por forma a permitir alguns desportos aquáticos e também o aproveitamento dos espaços verdes para a prática de golfe. O PEDED deverá ter em conta a proteção e valorização do rio e das encostas, estabelecendo como estratégias o recreio e lazer, a prevenção do risco de erosão e de inundação e o ordenamento florestal.

Possíveis intervenções futuras de preservação

O espaço das encostas de Crestuma no estado atual, apesar de ser uma área verde, tem pouco interesse ambiental, uma vez que a flora é dominada por espécies invasoras. A zona é de muito difícil intervenção quer pela dificuldade de acesso quer pela quantidade de árvores invasoras. A requalificação ambiental passaria por um combate à expansão das plantas invasoras em toda a encosta do Rio Douro. No espaço aberto junto à estrada poderia criar-se uma zona de acesso público. A estrada é bastante usada por ciclistas durante os fins-de-semana e poderia criar-se uma zona de descanso com alguma informação sobre a importância deste tipo de encostas para a valorização do Rio Douro.

Informações recolhidas junto da CMVNG em 2014

Este espaço está abrangido no Projeto Municipal Encostas do Douro. Esse projeto inclui ainda outros espaços selecionados na campanha de 2006-2008, ou parte deles: parte do espaço designado adiante como «Rio Uíma», o espaço «Margem do Rio Douro entre a Ponte de D. Maria Pia e a Ponte do Freixo» e parte do espaço «Rio Febros». Assim, parte das anotações que se seguem poderão também dizer-lhes respeito.

A área de intervenção do projeto Encostas do Douro abrange 960 hectares, 12 por cento da área total do concelho de VNG, com uma extensão de orla fluvial de cerca de 20 km, o que revela bem a importância da intervenção em termos de dimensão e localização. Na origem, encontra-se o PEDED-Plano Estratégico de Desenvolvimento das Encostas do Douro, entre Crestuma e o Centro Histórico de Gaia. Com base nesse plano, foi criado o Projeto Municipal Encostas do Douro (DR II Série, n.º 29, de 11-02-2010), com duração de três anos, tendo como objetivo executar algumas das orientações do plano. Entretanto, o seu início foi prorrogado até à entrada em vigor da nova estrutura dos serviços do município, o que ocorreu com a publicação de legislação referente a essa nova estrutura no DR, II Série, n.º 104, de 30-05-2013, que criou a Divisão Municipal do Projeto Encostas do Douro.

Atualmente encontra-se em execução a construção de passadiço para ligação ciclopedonal entre o Cais de Quebrantões e o Areinho de Oliveira do Douro e a requalificação da frente natural do rio Douro no Areinho de Oliveira do Douro, operação financiada no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte (ON.2). Nessa execução, destaca-se a requalificação do troço da Rua Cabo Simão, obra executada através de financiamento do QREN II, e a obra executada entre a Ponte do Infante e o Cais de Quebrantões, em parceria com a empresa Águas de Gaia, com reconstrução de muros de suporte e colocação de vedação e iluminação pública e cénica.

Sobre o Projeto Municipal Encostas do Douro, ver:
www.cm-gaia.pt/projetosmunicipais

Desde outubro de 2014 integrado na Divisão dos Projetos Estruturantes da Direção Municipal do Urbanismo e Ambiente da CMVNG. Algumas imagens mais expressivas facultadas pela CMVNG:

<https://picasaweb.google.com/111435591575417445038/Campanha50EspacosAtualizacaoEncostasDoRioDouroVilaNovaDeGaia>

Para a área Crestuma - Lever: ver plano de albufeira Crestuma-Lever

POACL – Plano de ordenamento da Albufeira Crestuma-Lever

http://195.23.12.198:8001/SNIT/Diplomas/RCM%20187_2007.pdf

Artigos mais importantes: Cap. III – artigo 10 e 11; Cap. IV – artigo 19, 22, 26, 27 e 29

Informações recolhidas junto de Nuno Gomes Oliveira, criador e então diretor do Parque Biológico de Gaia, em dezembro de 2015

Foi criado em 2009 o Parque Botânico do Castelo, em Crestuma, que se revelou muito importante do ponto de vista arqueológico e onde já decorreram quatro campanhas arqueológicas.

[Ir para o índice](#)



Rio Uíma

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Maria José Amaral
Espaço proposto por Maria Fernanda Amorim de Sousa

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1886
Nome do espaço Rio Uíma
Freguesias Sandim, Olival, Lever e Crestuma
Concelho Vila Nova de Gaia

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,06; -8,49.

A proposta inicial deste espaço refere um troço específico do Rio Uíma, na Rua da Fontinha (sem saída), perto do centro de Crestuma, seguindo pela EN222. No entanto, o rio estende-se ao longo de outras freguesias com troços potencialmente interessantes em termos de preservação, como Sandim, Olival e Lever.

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Vale de rio ou ribeira, Espaço verde
Área aproximada 22,3 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

O Rio Uíma é um afluente da margem esquerda do Rio Douro. Nasce no lugar de Duas Igrejas, na freguesia de Romariz, concelho de Santa Maria da Feira e tem a sua foz em Crestuma, no concelho de Vila Nova de Gaia, ligeiramente a jusante da Barragem de Crestuma-Lever. Da nascente até à foz percorre, predominantemente de sul para norte, as freguesias de Romariz, Pigeiros, Caldas de São Jorge, Lobão, Fiães, Vila Maior (todas do concelho de Santa Maria da Feira), Sandim, Lever e Crestuma (do concelho de Vila Nova de Gaia). É o principal curso fluvial do concelho de Santa Maria da Feira. Outrora um rio rico em trutas e outros peixes fluviais, desde há muito anos que tem sido maltratado com descargas de efluentes industriais, inicialmente provenientes de indústrias ligadas a puericultura e brinquedos, localizadas nas Caldas de São Jorge, e mais recentemente provenientes das pedreiras de extração de granito, também da mesma zona.

O troço do rio em Crestuma é constituído por uma galeria ribeirinha, leito do rio heterogéneo com zonas de rápidos e zonas de menor velocidade de água com zonas rochosas expostas, num vale bastante encaixado. Existem algumas estruturas construídas pelo homem no leito do rio. As condições atuais do corredor ribeirinho permitem a existência de diversas espécies de diferentes grupos; no entanto, para as inventariar, seriam necessários estudos mais detalhados quer nas margens (pequenos mamíferos, répteis e anfíbios) quer no leito do rio (peixes e invertebrados aquáticos).

Relativamente a répteis e anfíbios, foram encontrados no Rio Uíma o tritão marmorado (*Triturus marmoratus*), tritão-de-ventre-laranja (*Lissotriton boscai*), salamandra-de-pintas-amarelas (*Salamandra salamandra*), rã castanha (*Rana iberica*), salamandra lusitânica (*Chioglossa lusitanica*), sapo-comum (*Bufo bufo*), cobra-de-água-viperina (*Natrix maura*), fura-pastos (*Chalcides striatus*), licranço (*Anguis fragilis*), lagarto-de-água (*Lacerta shreiberi*), lagartixa-do-mato (*Psammotromus algirus*) e lagartixa-ibérica (*Podarcis hispanica*).

Em relação às aves, registaram-se pardais (*Passer domesticus*) e rolas (*S. turtur*), entre outras. A fauna invertebrada terrestre é bastante variada, na superfície do rio existiam muitos alfaíates. Em 1990, Almeida dizia que a fauna piscícola num passado recente era mais abundante que a do Febros e incluía trutas, bogas, escalos, barbos e enguias. O coberto vegetal não é contínuo, sendo mais extenso na margem esquerda (70 por cento), até ao aparecimento de pequenas plantações agrícolas, do que na margem direita (~40 por cento). A comunidade arbórea é dominada por choupos (*Populus spp.*), freixos (*Fraxinus spp.*), salgueiros (*Salix spp.*) e amieiros (*Alnus glutinosa*). Ocorrem também eucaliptos (*Eucalyptus globulus*) principalmente na zona superior da vertente esquerda. Menos abundantes são árvores do género *Prunus*, figueiras (*Ficus spp.*) e pinheiros bravos (*Pinus pinaster*), mimosas (*Acacia dealbata*). Existem algumas árvores de fruto dispersas, nomeadamente limoeiros e laranjeiras. Na parte inferior a flora é dominada por silvas (*Rubus fruticosus* agg), trevos (*Trifolium sp.*), heras (*Hedera helix*), feto comum (*Pteridium aquilinum*) e urtigas (*Urtica dioica*). Ocasionalmente ocorre tojo (*Ulex spp.*) e giestas. No leito do rio havia alguns jacintos (*Hyacinthus sp.*). Na margem direita do Rio Uíma, em Crestuma, podem ser vistas algumas casas e campos agrícolas ainda em utilização. A vegetação ripícola é exuberante, entremeada de matos localizados junto aos edifícios abandonados de velhas indústrias, em estado de ruína.

Informações recolhidas junto do criador e então diretor do Parque Biológico de Gaia, Nuno Gomes Oliveira, em setembro de 2014

Havendo ainda campos agrícolas em utilização, tem no entanto diminuído a área cultivada.

Relevância social

Em Crestuma, não existe nenhum espaço adaptado à utilização pública para lazer. Existem alguns acessos ao rio, mas não é possível realizar um percurso em toda a extensão das suas margens. Existe uma estrutura que desvia parte do leito para o interior das fábricas atualmente abandonadas que abundam nas suas margens, constituindo o espólio do património industrial da freguesia de Crestuma. Nas freguesias de Olival e Sandim, no troço superior do rio, são muitos os elementos arquitetónicos com história ligados à presença do Rio Uíma (moinhos, açudes, pontes, fontes e antigas fábricas do papel),

pelo que fazem parte do património cultural das populações. O Rio Uíma está também ligado à lenda da Moura Encantada da freguesia de Sandim.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

Os terrenos da margem do rio são na sua maioria privados. Integram Domínio Público Hídrico com diversas infraestruturas privadas em diferentes estados de conservação. Ao longo do tramo, mas principalmente junto à foz do rio, existem diversas zonas de plantação agrícola. Os terrenos adjacentes ao rio Uíma pertencem à Reserva Ecológica Nacional e, em menor extensão, à Reserva Agrícola Nacional. Desconhece-se a sua classificação relativamente a outras condicionantes do PDM de Vila Nova de Gaia.

Informações recolhidas junto do criador e então diretor do Parque Biológico de Gaia, Nuno Gomes Oliveira, em setembro de 2014

Além da REN e da RAN, como proteção esta zona é abrangida pela Estrutura Ecológica Municipal.

Ameaças à preservação

Na extensão do rio em Crestuma, a principal ameaça é a degradação das margens envolventes. Quer através do aumento de entulho proveniente dos edifícios degradados existentes em seu redor, quer pelo aumento de plantas invasoras. No entanto, a extensão do rio reflete também o impacto que este sofre a nascente: em Santa Maria da Feira é habitual a ocorrência de descargas de poluentes. No final de 2007 foi entregue um requerimento ao Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território relacionado com estas descargas. Em Sandim, também foram descritos diversos incidentes de poluição do rio. Estes impactos têm um efeito na qualidade da água em Crestuma. Numa primeira avaliação, o leito do rio está coberto de sedimento escurecido indiciando uma falta de oxigenação do sedimento. A água do rio também aparenta ser demasiado limpa, o que pode ser sinal da inexistência de uma cadeia alimentar típica num rio. Foram realizadas algumas limpezas das margens do rio, para remoção de vegetação e lixos ali depositados, mas são pontuais.

Informações recolhidas junto do criador e então diretor do Parque Biológico de Gaia, Nuno Gomes Oliveira, em setembro de 2014

Não se verificaram intervenções para combater as ameaças referidas.

Dinâmica local

A interação com a população local faz-se apenas através do uso da água para rega. Atualmente as preocupações ambientais são maiores, existindo uma associação ambientalista, os Amigos do Uíma, que tem procurado lutar pela sua preservação, sobretudo no concelho da Feira. Tem realizado inúmeras atividades, entre as quais descidas do rio em caiaque e passeios de BTT nas suas margens e denunciado sistematicamente casos de poluição. Os parques de lazer junto às belas margens do Uíma em Santa Maria da Feira são já muito visitados, nomeadamente o de Nadais-Escapães, o da Várzea-Pigeiros e outros mais, para além do Parque das Termas, na freguesia de Caldas de S. Jorge. A Junta de Freguesia de Sandim, em Vila Nova de Gaia, criou uma rota dos moinhos que existem ao longo do Rio Uíma.

Informações recolhidas junto do criador e então diretor do Parque Biológico de Gaia, Nuno Gomes Oliveira, em setembro de 2014

Assinale-se a dinamização também realizada pelo Parque Botânico do Castelo, dependente do Parque Biológico de Gaia, que está a dinamizar a arqueologia local. Também tem havido dinamização do espaço graças à rota dos moinhos criada. Parque botânico do Castelo - Crestuma:
http://www.cm-gaia.pt/portais/_cmg/Noticia.aspx?contentid=4A95808A80CO

Possíveis intervenções futuras de preservação

Este rio necessita de uma intervenção ao longo de toda a sua extensão que vise a despoluição do mesmo e das suas margens. Em particular na zona de Crestuma é necessária uma requalificação urgente das margens e dos diversos edifícios abandonados em elevado estado de degradação. Alguns destes edifícios poderiam ser intervencionados para a criação de infraestruturas de apoio a uma zona de utilização pública ou de educação ambiental, como um fluviário, um centro de interpretação ambiental e zonas pedonais e cicláveis. Com uma intervenção mais de fundo, seria possível criar um percurso pedestre ao longo da margem. Uma vez que existem algumas hortas ao longo das margens do rio, é

possível incentivar os agricultores à utilização de práticas mais ecológicas, nomeadamente na utilização das águas de rega e produtos químicos.

Informações recolhidas junto da CMVNG em 2014

Parte da bacia hidrográfica deste rio foi abrangida pelo Projeto Municipal Encostas do Douro (ver atrás «Encostas declivosas do Rio Douro»). O vale do Rio Uíma (parte sul), por outro lado, é objeto da UOPG SD6 cujos objetivos incluem fomentar o rio Uíma como corredor verde de usufruto concelhio e metropolitano integrando os valores históricos, paisagísticos e ambientais das áreas ribeirinhas e das encostas florestais adjacentes e potenciando os equipamentos existentes, no sentido de criar um núcleo cultural, turístico e de lazer no vale do Douro e AMP, abrangendo ainda a recuperação do património industrial e a salvaguarda do património paisagístico. Esses objetivos traduzem-se num programa que visa reabilitar o património cultural existente (moinhos, fábricas, núcleos antigos e castro de Sandim), viabilizando a possibilidade do seu uso público, criar um conjunto de percursos pedonais e cicláveis no vale e promover a requalificação dos espaços públicos e das áreas ribeirinhas e florestais.

Informações recolhidas junto do criador e então diretor do Parque Biológico de Gaia, Nuno Gomes Oliveira, em setembro de 2014

Houve intervenções para a despoluição do rio e das suas margens, mas não para a recuperação de edifícios. Não foram concretizadas as possíveis intervenções acima propostas.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

Qualquer intervenção só faz sentido de uma maneira coordenada entre os municípios ao longo de toda a extensão do rio. Por isso, quer a Câmara de Vila Nova de Gaia quer a da Feira são possíveis parceiros, assim como as empresas municipais Águas de Gaia e GAIURB, e Juntas de Freguesia atravessadas por este rio. O Parque Biológico de Gaia coordenou a recuperação do Rio Febros e por isso poderia ter um papel ativo na preservação do Uíma, já que são rios bastantes semelhantes. O Rio Uíma foi classificado no Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Douro como ecossistema a recuperar, daí que o Ministério do Ordenamento e Ambiente e o Instituto da Água sejam também possíveis entidades parceiras. No município da Feira existe um grupo de cidadãos, os Amigos do Uíma, bastante ativos na proteção e preservação do mesmo, que poderiam incentivar futuramente atividades de educação ambiental. A Câmara Municipal da Feira já tentou conseguir financiamento europeu para a requalificação do Uíma, pelo que poderia ser uma boa oportunidade a explorar.

[Ir para o índice](#)

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

Contém ainda partes sobranes das antes bem desenvolvidas Dunas de Mira, que deram o nome ao local e a algumas ruas da zona. A importância deste espaço reside na sua grande dimensão e mosaico de vários ecossistemas distintos (agrícola, florestal e ripícola), na existência de um resquício de duna terciária ou duna castanha (único em Vila Nova de Gaia) e de dunas quaternárias com vegetação dunar e pinheiros (visíveis em algumas fotografias), bosquetes mistos de pinheiro, eucalipto, carvalho e sobreiro (existentes em solos abandonados), bem como vegetação ripícola ao longo da ribeira do Espírito Santo que atravessa o lugar. Serve de zona de descanso, alimentação e de nidificação para várias espécies de aves migradoras e de aves marinhas. Quanto à fauna, predominam a pega-rabuda (*Pica pica*), o gaio (*Garrulus glandarius*), a rola brava (*Streptopelia turtur*), a rola turca (*Streptopelia decaocto*), o guarda-rios (*Alcedo Atthis*), o melro preto (*Turdus merula*) e o pintassilgo (*Carduelis carduelis*), para além de outros passeriformes. Existem também predadores como a águia-de-asa-redonda (*Buteo buteo*), o falcão peneireiro vulgar (*Falco tinnunculus*), o que indicia a presença de presas sobretudo pequenos mamíferos e micromamíferos e também répteis caraterísticos de um ecossistema ainda equilibrado. A área proposta constitui um importante corredor ecológico entre o litoral e o interior do concelho, potenciado pela presença da Ribeira do Espírito Santo e respetivas margens.

Relevância social

A proximidade da Ribeira de Espírito Santo recentemente recuperada pelas Águas de Gaia permite criar alguns espaços agradáveis para lazer e convívio. Não existem outros elementos de relevância social ou patrimonial a destacar.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

As Dunas de Mira e áreas adjacentes são propriedade privada, sendo de destacar, como proprietária de alguns dos terrenos agrícolas, a Sra. D. Mariazinha Barbosa que em forma de exploração por arrendamento mantém os terrenos com atividade agrícola. Uma pequena parte da área é Reserva Ecológica Nacional. O Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Caminha-Espinho abrange uma faixa de proteção ao longo do litoral com largura máxima de 500 metros, contados a partir do limite da margem das águas do mar, e uma faixa marítima de proteção que tem como limite inferior a batimétrica - 30. Para além disso, a área encontra-se integrada no Domínio Público Hídrico pela existência da Ribeira do Espírito Santo.

Informações recolhidas junto da Divisão Municipal de Planeamento e Reabilitação Urbana da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, datadas de 22 de junho de 2017

A área assinalada como Dunas de Mira é muito superior à área que integra o Domínio Público Marítimo, associada à Ribeira de Espírito Santo. De facto, esta Ribeira encontra-se no limite norte da área indicada no mapa e o Domínio Público Hídrico corresponde ao leito e à margem dessa linha de água (uma faixa de 10 metros para cada lado do limite do leito).

No PDM de 1994 a área assinalada no mapa encontrava-se parcialmente classificada como Área Urbana (de Transição, de Edificabilidade Extensiva e de Edificabilidade Intensiva ao longo do traçado previsto de uma via municipal de ligação) e a área do Golfe de Miramar encontrava-se classificada como Área Não Urbana de Transformação Condicionada, sendo a restante integrada em Área de Salvaguarda Estrita RAN/REN.

Segundo o PDM de 2009, a área do campo de golfe e uma faixa adjacente à linha de caminho-de-ferro, a nascente, encontram-se classificadas como Área para Equipamentos em Área Verde Existente. A área que é abrangida pela RAN e pela REN, e que não integra a categoria anterior, está igualmente classificada como solo rural, nas categorias Áreas Naturais Ribeirinhas (parcialmente correspondentes a Zonas Inundáveis ou Ameaçadas pelas Cheias) e Áreas Agrícolas, ambas integradas em Estrutura Ecológica Fundamental. A faixa ao longo da Rua Nova de Mira também está classificada como solo rural, na categoria Área Agrícola. A restante área está classificada como solo urbano, integrando as subcategorias Áreas Urbanizadas Consolidadas de Moradias, Áreas de Transição e Áreas de Expansão Urbana de Tipologia Moradias. A Carta de Execução da Planta de Ordenamento identifica para esta área uma Unidade Operativa de Planeamento e Gestão, a UOPG AR1 - Mira. Parte da área considerada é

ainda abrangida pela área de aplicação do POOC (Plano de Ordenamento da Orla Costeira) Caminha-Espinho.

Ameaças à preservação

A pressão urbanística surge como a mais próxima ameaça aos terrenos agrícolas que se encontram cultivados por agricultores que arrendaram os terrenos à referida proprietária. As culturas de hortícolas e frescos servem de abastecimento às grandes superfícies comerciais, assegurando assim os agricultores locais o escoamento das suas culturas. É de salientar a proximidade de terrenos que tinham o mesmo aproveitamento mas que atualmente constituem solos abandonados onde se depositam lixos e onde abundam espécies invasoras com perigo de ocorrência de fogos florestais. O pisoteio humano e atividades recreativas propiciam a erosão dos solos e a destruição da biodiversidade do ecossistema.

Dinâmica local

Na própria zona não se conhecem atividades ou associações de dinâmica local mas é de referir a proximidade deste lugar ao Centro de Educação das Ribeiras de Gaia em Miramar, ao Parque de Dunas da Aguda e à Estação Litoral da Aguda.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Parte desta área (50 por cento) constitui uma zona agrícola de elevada produtividade, com alto valor económico e estratégico (destaque para a proximidade de grandes mercados consumidores de frescos com a possibilidade de menor consumo de CO₂), pelo que as sugestões de preservação do local passariam por aproveitar o potencial agrícola dos solos mais ligado à prática da agricultura biológica e realizar ações de educação ambiental associada à agricultura e preservação do ecossistema dunar (através de atividades do Centro de Interpretação Ambiental das Ribeiras de Gaia). Uma maior fiscalização da construção e ações de valorização com projetos que contemplem o revestimento e reposição dunares, a arborização e o enchimento artificial de praias e zonas dunares também deveriam ser consideradas como intervenções de preservação.

Informações recolhidas junto da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia em 2014

Esta zona de Mira está abrangida pela UOPG AR1 - Mira cujos objetivos visam ampliar o campo de golfe de Miramar e prever áreas turísticas complementares, conter a expansão do núcleo de clandestinos existente e estruturar as áreas de expansão propostas na Carta de Qualificação do Solo. Os parâmetros urbanísticos a ter em conta admitem programas mistos de desporto, lazer e habitação e é fixado um índice de construção bruto máximo, devendo qualquer intervenção nesta área ter em conta os valores ambientais e patrimoniais existentes e igualmente a dominância quer tipológica quer volumétrica da envolvente construída.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, o Parque Biológico de Gaia, a Estação Litoral da Aguda, a empresa Águas de Gaia e a Junta de Freguesia de Arcozelo poderiam ser parceiros na gestão e preservação das Dunas de Mira.

[Ir para o índice](#)



Margem do rio Douro entre a Ponte D. Maria Pia e a Ponte do Freixo

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Anabela Gonçalves

Espaço proposto por João Medina

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1567

Nome do espaço Margem do rio Douro entre a Ponte D. Maria Pia e a Ponte do Freixo

Freguesia Oliveira do Douro

Concelho Vila Nova de Gaia

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,14; -8,59.

Areinho de Oliveira do Douro. Espaço limitado a norte pela margem esquerda do rio Douro, a oeste pela Ponte D. Maria Pia, a leste pela Ponte do Freixo e a sul pela curva de nível dos 15m (ver Carta Militar). Incluem-se as encostas com ocupação agrícola e em leito de cheia entre as referidas pontes até ao IC23.

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Área natural, quintas, campos agrícolas e vale de rios ou ribeiras

Área aproximada 58 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

O espaço apresenta-se com altitudes entre os 5 a 60-70 m sendo que as cotas menores ocupam uma maior extensão junto ao areinho de Oliveira do Douro subindo as cotas altimétricas, gradualmente, da área ribeirinha do rio Douro para o interior. Estamos, portanto, perante uma área sujeita a cheias, que nos meses mais pluviosos obrigam ao enchimento do rio Douro, encaixando-se nas zonas de declive do concelho entre 0 a 5 por cento, estando as suas encostas voltadas a norte. Com uma paisagem caracterizada pela sua diversidade natural e cultural, o espaço delimitado fazia a ponte entre as atividades ligadas à terra (marcadas pela prática da agricultura e pelos moleiros de Quebrantões) e ao rio (onde havia as atividades da pesca e das lavadeiras). Contudo, a receção de população proveniente de outras regiões do país bem como a proximidade com a cidade do Porto explicam o fenómeno da construção de habitações que na freguesia de Oliveira do Douro se está a verificar a ritmo elevado. É este crescimento apressado que torna perceptível que neste espaço se esteja perante uma diversidade ecológica vítima de abandono.

As espécies de fauna predominantes neste espaço são coelhos, passeriformes variados (alvéola-branca, andorinha-dos-beirais, gaio comum, melro preto, milhafre preto, pardal comum, pombo doméstico, pintassilgo, pisco-de-peito-ruivo, verdilhão comum), etc. As espécies de flora são visíveis na galeria ripícola, distribuindo-se no espaço manchas verdes de eucaliptos, acácias, choupos, salgueiros, carvalhos, pinheiro bravo, pinheiro manso, plátano, salgueiro chorão, sobreiro, etc, e vegetação herbácea variada (canabraz, urtiga-branca, ranúnculos, hera terrestre, dedaleira, cardo-penteador-bravo, trepadeira/corriola, trevo branco/trevo dos prados, etc). Existem ainda elementos da paisagem relevantes como o rio Douro, que nesta área, onde o relevo é menos acidentado, recebe diversas linhas de água que, embora não tenham caráter permanente, constituem importantes linhas de drenagem natural. No entanto, com alguma frequência, certas linhas de água encontram-se canalizadas. Entre as linhas de água identificadas nesta situação, destaca-se a que desagua próximo de Quebrantões e nasce junto ao Monte da Virgem, apresentando uma extensão de cerca de 4 km. Ali também são evidentes depósitos de praias antigas e terraços fluviais e formação areno-pelítica de cobertura assentes sobre granito e xisto-grauvaque.

Relevância social

Neste espaço existe um parque de merendas com restaurante, sendo ponto de encontro de eventos. Pratica-se nos terrenos voltados para o rio Douro a agricultura tradicional, e junto ao areinho existe uma praia fluvial extensa utilizada por muitos frequentadores na época estival, acontecendo ainda a prática de desportos aquáticos (vela, *windsurf*, etc). Este lugar serve ainda de recreio aos alunos de escolas que visitam a ETAR do Areinho. De referir a existência de um cais de aportagem de barcos de recreio: o Cais de Quebrantões. A pesca foi atividade económica dominante noutros tempos, e marca ainda a sua presença como atividade de lazer e desportiva no presente.

Existem elementos arquitetónicos ou arqueológicos a preservar na envolvência deste espaço: a Capela Romana de Quebrantões e a Capela de Santo António do Aleixo. Foram muito conhecidos no passado os Moinhos de Quebrantões. As Pontes D. Maria Pia e do Freixo são elementos de património construído. De menor significado, também se salientam os pontões de atravessamento das ribeiras. Inseridas na proximidade deste espaço, há quintas cuja presença é de assinalar, como sejam a Quinta de Santo Aleixo, Quinta do Cunha, Quinta de Campo Belo e a Quinta de S. Salvador. A nascente natural da Quinta do Cunha e a nascente natural em frente da Capela de Santo António do Aleixo são também elementos a destacar. A existência de espigueiros, alguns caminhos rurais ladeados por muros altos de granito, bem como a presença da Real Companhia Velha merecem referência para preservação. Uma última referência às ruínas da fábrica de conservas que ali existiu em tempos, junto à marginal.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

Existem terrenos públicos, privados e baldios. No PDM de Gaia, o espaço está classificado como REN e RAN, integrando a estrutura biofísica fundamental e complementar do concelho, em que os usos agrícola e florestal surgem como formas de aproveitamento do espaço. O espaço verde está incluído em zona de risco de cheias.

Informações recolhidas junto da Divisão Municipal de Planeamento e Reabilitação Urbana da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, datadas de 22 de junho de 2017

Não sendo o PDM o instrumento que define as áreas de RAN e REN, remete no entanto para estas condicionantes que constituem servidões e restrições de utilidade pública. Já o PDM classifica o solo exclusivamente como urbano ou rural. Quanto à expressão utilizada nesta compilação «estrutura biofísica fundamental e complementar», não deve confundir-se com os termos definidos no PDM em vigor desde 2009 «Estrutura Ecológica Fundamental e Complementar».

No PDM de 1994, esta área encontrava-se classificada como solo rural em Áreas de Salvaguarda Estrita RAN/REN, integrando ambas as reservas. Pontualmente integrava Áreas Não Urbanas de Transformação Condicionada e uma pequena Área Urbana de Transição a nascente. À época, como condicionantes, integrava parcialmente o Domínio Público Hídrico, para além de REN e RAN.

Segundo o PDM de 2009, esta área encontra-se maioritariamente classificada como solo rural nas categorias e subcategorias Áreas Naturais Ribeirinhas (maioritariamente correspondentes a Zonas Inundáveis ou Ameaçadas pelas Cheias), Áreas Florestais de Proteção e Áreas Agro-Florestais, integradas em Estrutura Ecológica Fundamental. Pontualmente, a nascente, integra as subcategorias de solo urbano Áreas Urbanizadas em Transformação de Moradias e Quinta em Espaço Urbano integrada em Estrutura Ecológica Fundamental e, a sul-poente, Área de Expansão Urbana de Tipologia Mista (tipo I). A Carta de Execução da Planta de Ordenamento identifica a Unidade Operativa de Planeamento e Gestão UOPG OD4 - Quebrantões, a qual abrange a totalidade da área considerada. Quanto às condicionantes, a maior parte da área considerada integra REN, RAN e Domínio Público Hídrico.

Ameaças à preservação

Apesar de ser um espaço de salvaguarda de um corredor fluvial, a proximidade do elemento de água poderá motivar uma forte pressão urbanística sobre o mesmo. A poluição da água ou do solo é também uma ameaça potencial. Embora exista uma ETAR na proximidade, questiona-se se o saneamento básico cobre na totalidade este espaço na freguesia de Oliveira do Douro. Existem vestígios de poluição proveniente dos campos agrícolas em algumas das ribeiras e aquíferos que escoam para o rio Douro, que pode ser uma das origens da poluição orgânica e biológica do rio Douro. A deposição ilegal de lixos é perceptível nas bermas de caminhos pedonais, ribeiras, área de recreio e lazer, resultante em parte do descuido e falta de sensibilização dos frequentadores do espaço. O IC23 poderá de futuro desencadear a construção de novas vias rodoviárias de acesso à marginal, que acompanhará a intensidade de urbanização que porventura venha a acontecer no local. De um modo geral, o espaço está visivelmente abandonado e degradado, o que, em parte, contrasta com a beleza paisagística subjacente ao mesmo e merecedora de uma intervenção requalificante. De referir ainda a existência de um projeto para a construção de uma via panorâmica entre a Ponte D. Luis I e o Areinho de Oliveira do Douro, da responsabilidade da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.

Dinâmica local

O areinho de Oliveira do Douro já foi palco do Festival Marés Vivas e de festivais de folclore e é utilizado para campismo selvagem e provas de agilidade canina. A praia fluvial não faz parte dos locais destinados a banhos nas margens do rio Douro, mas é utilizada dessa forma na época do Verão, apesar da falta de limpeza, da falta de vigilância e da poluição das águas. Existe ali um espaço para a prática de desporto, utilizado pelo Areinho Futsal Clube. O Centro Popular dos Trabalhadores do Areinho ou o Centro de Recreio Popular do Areinho têm a sua sede no lugar do Areinho, com atividades regulares.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Propõe-se para aquele espaço a despoluição de ribeiros e recuperação das margens, inseridas no programa de recuperação e requalificação das ribeiras já levado a cabo pelas Águas de Gaia - EM no litoral do concelho. Com a seleção de espécies adaptadas às condições climáticas e morfopedológicas do espaço, poderia ser convertido em espaço verde público, a ser usufruído por todos aqueles que frequentem as atividades a dinamizar no mesmo. Poderia ainda propor-se a construção de uma pista ciclável, ligando o percurso entre pontes até à foz do Rio Febros, e um percurso pedonal, paralelo à pista ciclável. Sensibilizar para a prática de agricultura biológica, uma forma de agricultura sustentável ambientalmente, como complemento a outras atividades económicas, seria também uma medida recomendável. A criação de um parque desportivo e de manutenção, com atividades desportivas ligadas à pesca e à água (como *windsurf*, canoagem, etc) poderia ser igualmente bem acolhida e contribuir para a dinamização do espaço. A existência da ETAR do Areinho (visitada frequentemente por escolas), a

requalificação dos cursos de água, a pesca e a promoção da agricultura biológica poderiam ser aglutinadas num Centro de Educação Ambiental com vista a promover o conhecimento da fauna e flora dos ecossistemas ribeirinhos, e desenvolver ações pedagógicas, sensibilizando os visitantes para as suas responsabilidades ambientais, particularmente para as questões relacionadas com a água e a conservação da natureza. O turismo balnear, aproveitando as potencialidades da praia fluvial do Areinho, a ser complementado com o turismo rural, dinamizado com base nas quintas aí existentes, seria outra ideia para a preservação do local.

Informações recolhidas junto da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia em 2014

Este espaço foi abrangido pelo Projeto Municipal Encostas do Douro (ver atrás a ficha «Encostas declivosas do Rio Douro»). Nesse âmbito, inclui-se a construção de passadiço de ligação ciclopedonal entre o cais de Quebrantões e o Areinho de Oliveira do Douro e a requalificação da frente fluvial do rio Douro no Areinho, em execução, abrangendo a marginal, alameda e largo do Areinho – Freguesia de Oliveira do Douro. Mantêm-se as árvores de grande porte existentes e serão plantadas mais árvores obedecendo ao princípio de manter toda a alameda enquadrada por árvores de grande porte. Complementarmente serão devidamente tratados os espaços destinados a zonas verdes. Nesta operação de requalificação adotaram-se soluções técnicas e escolheram-se materiais que garantem a longevidade e reduzida manutenção e garantem simultaneamente a integração paisagística da obra a executar na envolvente, que possui características ambientais muito sensíveis. Pode consultar-se o álbum fotográfico seguinte:

<https://picasaweb.google.com/111435591575417445038/Campanha50EspacosAtualizacaoEncostasDoRioDouroVilaNovaDeGaia>

Possíveis parceiros na gestão e preservação

Poderiam contribuir para a gestão do espaço, depois de intervencionado, a Câmara Municipal de V. N. de Gaia, a Junta de Freguesia de Oliveira do Douro, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, a Direção Regional de Agricultura, o IPPAR e o Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade, o Porto do Douro e Leixões, e empresas em regime de mecenato ou desenvolvendo parcerias público-privado (por exemplo, Parque Biológico de Gaia E.M. e Águas de Gaia E.M.).

[Ir para o índice](#)

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Área natural, espaço verde
Área aproximada 76 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

O Monte Murado inclui o Sítio Arqueológico e o Parque da Senhora da Saúde e de S. Bartolomeu. Localiza-se numa elevação na zona oriental do concelho, a SE da cidade de Vila Nova de Gaia, na bacia hidrográfica do Rio Febras, atingindo a cota de 241 m de altitude. Faz parte da Estrutura Ecológica Municipal. Podem ali encontrar-se árvores ornamentais de grande porte como plátanos, tílias, faias, cedros e ulmeiros, para além do eucalipto e pinheiro bravo. Observa-se, ainda, a regeneração de espécies autóctones, nomeadamente do carvalho-alvarinho mais a norte. Nas imediações da EN1 predominam as habitações unifamiliares com quintais, hortas e jardins. Do alto deste monte, e para poente, avista-se uma larga e soberba vista panorâmica do mar, de Leixões ao Furadouro; de nascente a vista alcança o Rio Douro e as suas encostas desde Gaia, Porto, Gondomar, Valongo, até Cinfães. Há conhecimento da existência de povoamentos de coelho-bravo no passado e por isso era um conhecido local de caça na região.

Relevância social

No Parque de Nossa Senhora da Saúde existem locais para piqueniques e percursos a pé pela mata, embora não constitua propriamente um parque de manutenção. A utilidade religiosa e turística deste local é evidenciada pela presença de um miradouro, duas capelas dedicadas a Nossa Senhora da Saúde (festa a 15 de Agosto) e a S. Bartolomeu (festa no último fim de semana de Agosto), e vestígios de ruínas castrejas.

O Santuário da Senhora da Saúde tem acesso a NE por uma alameda arborizada (inicialmente plátanos, na parte final tílias) – a Alameda Nossa Senhora da Saúde. A norte, com acesso a partir da EN1, localiza-se a Capela de São Bartolomeu implantada num morro com 219 m de altitude. Para além das referidas capelas, existem ainda um parque de estacionamento, um parque de merendas, o restaurante Monte Murado, o Palhinhas Bar, o Parque Infantil Nossa Senhora da Saúde, uma casa de cera, sanitários e um miradouro. O cruzeiro de Nossa Senhora da Saúde data de 1901. As ruínas castrejas denunciam a existência de um castro. O Castro da Senhora da Saúde ou Monte Murado está implantado no topo do Monte Murado, cujo povoado fortificado foi erguido durante o Bronze Final e objeto do processo de romanização, encontrando-se classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público, desde 1992. Trata-se de um povoado fortificado conservando vestígios de muros correspondentes a habitações, rodeados por várias linhas de muralhas cujo perímetro ultrapassa os 3 km. São também observáveis alguns arruamentos, sendo um deles calcetado.

A intervenção arqueológica de 1983 permitiu identificar no interior da plataforma média do castro, entre a primeira e a segunda linha de muralhas a partir do exterior, uma casa circular com átrio com porta para leste para um pátio lajeado e uma segunda construção circular, semelhante à anterior, e dela separada por uma zona de circulação em parte lajeada. No sopé do monte foram também escavadas três paredes com alinhamentos ortogonais que definiam uma sala localizada na zona central da parte leste de um edifício de vastas proporções protegido por um muro de contenção pelo exterior. As escavações levadas a cabo durante a década de 80 do século XX permitiram ainda encontrar duas *tesserae hospitales*, cuja leitura permitiu identificar a *cella* da habitação romana de Decimus Iullius Cilo, em cujos alçados tinham sido afixadas. Trata-se de um importante povoado castrejo da Idade do Ferro, posteriormente romanizado, e deverá ter constituído um lugar central, ou seja, com funções de capitalidade entre os finais da Idade do Ferro e o século I da nossa era (www.ippar.pt). Atualmente, o espólio aqui encontrado encontra-se na coleção Marciano Azuaga depositada na Casa da Cultura de Vila Nova de Gaia no Solar dos Condes Resende. O povoado do Monte Murado era atravessado pela via romana que ligava Olissipo (Lisboa) a Bracara Augusta (Braga). Nos dias de hoje, essa via fica perto da EN1, que liga Lisboa ao Porto.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

O processo de revisão do PDM de Vila Nova de Gaia encontra-se em fase avançada de elaboração. O Monte Murado integra a Estrutura Ecológica Municipal do concelho. A qualificação do solo integra, na sua grande maioria, as categorias «áreas florestais de proteção» e «áreas florestais de produção» do solo rural. A qualificação do solo na área da capela da Senhora da Saúde é de «áreas para equipamentos correntes – existente». A área pública adjacente à capela integra a categoria de espaço «áreas verdes de utilização pública». Para além destas, o PDM prevê uma área para equipamento, qualificando-a como «áreas para equipamentos correntes – previsto». A carta de condicionantes do PDM em revisão identifica a zona arqueológica classificada: o castro da Senhora da Saúde ou Monte Murado e zona de proteção ao marco geodésico ali existente (15 metros). O Monte Murado está integrado em Reserva Ecológica Nacional.

Informações recolhidas junto da Divisão Municipal de Planeamento e Reabilitação Urbana da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, datadas de 22 de junho de 2017

A descrição correta atual da proteção legal é a seguinte: no PDM de 1994, esta área encontrava-se maioritariamente classificada como solo rural, em Área de Salvaguarda Estrita RAN/REN, integrando a REN. Parcialmente integrava Áreas Não Urbanas de Transformação Condicionada e pontualmente Áreas Urbanas de Edificabilidade Extensiva, de Edificabilidade Extensiva Consolidada, de Transição de Equipamento. Encontrava-se ainda assinalada como imóvel classificado como património cultural e delimitada como Área Específica de Valorização Paisagística.

Segundo o PDM de 2009, a maior parte desta área está classificada como solo rural nas categorias e subcategorias Área Florestal de Proteção e Áreas Agrícolas, ambas integradas em Estrutura Ecológica Fundamental. Como solo urbano, a área considerada integra, ao longo da Alameda da Senhora da Saúde, Áreas de Equipamentos Gerais Previstos abrangendo ainda Áreas de Infraestruturas e Instalações Especiais e, no seu extremo norte-nascente, Áreas Urbanizadas Consolidadas e Em Transformação de Moradias, assim como, no extremo sul-poente da mesma, Áreas de Equipamentos Gerais Existentes e Áreas Verdes de Utilização Pública em Estrutura Ecológica Fundamental; no núcleo da Idanha e envolvente, Áreas Urbanizadas Consolidadas de Moradias e Áreas de Transição. Na Carta de Salvaguardas da Planta de Ordenamento a área considerada integra a Zona Arqueológica Classificada do Monte Murado, assim como a Alameda e a Capela da Senhora da Saúde como património arquitetónico inventariado. A Carta de Execução da Planta de Ordenamento identifica a Unidade Operativa de Planeamento e Gestão UOPG PD3 - Monte Murado, a qual abrange a totalidade da área considerada. Quanto às condicionantes, a área integra: REN; a área classificada como Monumento de Interesse Público «Castro da Senhora da Saúde ou Monte Murado» e a sua zona de proteção; e faixas de proteção da autoestrada A1/IP1. Este monumento encontra-se classificado desde 1992 (conforme indicado na legenda da Planta de Condicionantes do PDM).

Ameaças à preservação

As principais ameaças a este espaço são as pedreiras abandonadas, a invasão do eucalipto, a deposição ilegal de lixos e a pressão urbanística, sobretudo nas vertentes a sul, junto à EN1.

Dinâmica local

Existem várias atividades de recreio/lazer aos fins-de-semana naquele espaço: piqueniques, jogos tradicionais, futebol e caminhadas, para além da prática do culto religioso.

Possíveis intervenções futuras de preservação

É prioritária a renaturalização dos terrenos onde se instalaram as pedreiras atualmente abandonadas, a eliminação de espécies exóticas, a plantação de espécies autóctones, a preservação das ruínas arqueológicas e o seu enquadramento na paisagem e a fiscalização da construção nas vertentes voltadas para a EN1 e A1.

Informações recolhidas junto da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia em 2014

No PDM foi prevista a UOPG PD3—Monte Murado, cujos objetivos incluem a requalificação deste espaço em termos ambientais, paisagísticos, arqueológicos e de usos, o controlo da expansão urbana nas áreas envolventes aos núcleos urbanos existentes, a preservação e valorização das condições naturais do Monte de forma a constituir um espaço de lazer, cultura e culto em ambiente natural, a requalificação urbana da Alameda da Senhora da Saúde e do núcleo antigo da Idanha, tendo em conta os valores

ambientais e históricos em presença, bem como a relação com os núcleos do Crasto e de Guimarães (em Perosinho) e dos Carvalhos (Largo do Moeiro, Largo de França Borges e EN1), a implementação de ações de reconversão florestal no sentido da utilização de espécies autóctones, a criação de percursos pedonais qualificados de ligação do núcleo da Idanha à EN1, e ainda a previsão de equipamentos necessários à utilização pública da área, privilegiando programas de turismo religioso e didático-cultural, que potenciem e dinamizem o lugar, tais como os vocacionados para a investigação e divulgação dos vestígios arqueológicos encontrados no concelho, e em particular neste local, e centro de interpretação ambiental e histórica.

Os parâmetros urbanísticos a adotar para esta área são os constantes da Carta de Qualificação do Solo. Nas Áreas de Transição abrangidas por esta UOPG são proibidos os usos de indústria e armazenagem. Qualquer operação urbanística avulsa que incida diretamente na paisagem, nomeadamente na perspetiva do seu enquadramento no perfil do Monte ou noutros elementos, tais como muros e socalcos, deve ser avaliada e ponderada no âmbito do cumprimento dos objetivos desta UOPG.

Foi entretanto criada a zona arqueológica classificada. Ver:
http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5357

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, a Junta de Freguesia de Pedroso e o IPPAR poderiam ser parceiros na gestão e preservação deste espaço verde.

[Ir para o índice](#)

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Quinta agrícola
Área aproximada 53 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

A Quinta do Mosteiro de Pedroso (privada) é uma propriedade com cerca de 18 hectares, adjacente ao Mosteiro de Pedroso, hoje Igreja Paroquial (espaço público). Os muros da quinta são altos, sendo difícil a observação do seu interior. O adro da Igreja (antigo mosteiro) tem alguns exemplares de árvores em caldeira (pinheiro-americano, salgueiro-chorão). Na entrada principal, há um pequeno jardim com espécies herbáceas, arbustivas e arbóreas (pé-de-urso, agapantos, hortênsia, buxo, japoneira, ciprestes e carvalho), sendo um local de descanso. A S-SE o espaço confronta com a Casa da Quinta do Mosteiro e o muro da Cerca, localizando-se aqui um terreiro com plantações de jarro, ciprestes, ameixeira e um palco. Em redor do Mosteiro, existe carvalho-americano, japoneira, robínia, abrunheiro-dos-jardins, salgueiro-chorão, magnólia, olaia e abeto. No estrato arbustivo, espécies como o buxo, hortênsias, agapantos estão presentes. Os terrenos da Quinta do Mosteiro englobam a Casa da Quinta e grandes áreas agrícolas, existindo também um carvalhal, a SE, com infraestruturas (muros, candeeiros) para a construção de uma urbanização (moradias de luxo). A Casa da Quinta possui um acesso a nascente, através de uma alameda de plátanos. A Quinta é atravessada por linhas de água, com nascente no Monte Murado, localizado a Poente, sendo afluentes do Rio Febros.

Relevância social

Na zona envolvente ao Mosteiro existem habitações unifamiliares e indústria, destacando-se o Centro Social e Paroquial, os cemitérios, o novo edifício da Junta de Freguesia, e o futuro Complexo Desportivo. Na Quinta do Mosteiro podem encontrar-se edifícios rurais, estábulos, eira, espigueiro, que possuem algum interesse etnográfico. Dentro da quinta existem zonas de terreno arável assim como zonas arborizadas, criando condições favoráveis à prática da agricultura biológica.

Pedroso faz parte do principal roteiro arqueológico de Portugal, dado que a sua identidade histórica remonta a muito antes da Nacionalidade Portuguesa. O Mosteiro de Pedroso era um mosteiro beneditino, foi doado por D. Gondezindo e fundado, segundo Frei Luís de S. Tomás, no ano de 897. Pedroso teve a honra de ser Couto em foral concedido por D. Afonso em carta de 3 de Agosto de 1128. Em consequência, este diploma definiu uma zona de influência do Mosteiro de Pedroso, que se distribuiu por 37 freguesias que foram desde Vila Nova de Gaia até Santa Maria da Feira, ao termo de Aveiro, do Vouga, ao concelho de Lafões e à Freguesia de Santa Eulália de Vila Maior, no concelho de Pereira Jusã. Além das terras referidas, o Mosteiro possuía 11 igrejas, nas quais tinha o direito de representação. Pedroso e o seu Mosteiro tiveram ainda a honra de ter acolhido no seu seio Frei Pedro Julião, que foi seu abade comendatário, mais tarde nomeado Papa João XXI (ou Pedro Hispano). A fachada granítica do mosteiro está ladeada por duas torres com ameias, composta por um corpo central com entrada por uma galilé formada por três arcos. A igreja do mosteiro foi projetada em estilo românico, passando a ser igreja matriz em 1759. No interior da sua igreja conservam-se alguns elementos de diferentes estilos arquitetónicos com realce para a pia batismal românica, brasão gótico e a torre medieval. Merece ainda destaque a coleção de vinte imagens, nomeadamente a de São Pedro e São Miguel do século XVI. No Largo do Mosteiro, apresenta-se um pequeno jardim com bancos para recreio e lazer da população.

Nota de atualização elaborada em 2014 pela Campo Aberto

O mosteiro foi classificado como Monumento de Interesse Público, estando a decisão publicada no Diário da República de 14 de maio de 2014. Na fundamentação lê-se: «Apesar das profundas transformações sofridas ao longo dos tempos, o conjunto do Mosteiro de Pedroso ainda assume o valor simbólico de um mosteiro beneditino de fundação anterior à própria nacionalidade, conservando de alguma forma a unidade edificada da igreja e edifícios complementares, integrados num notável enquadramento agrícola e florestal.» O processo resultou de uma proposta de classificação apresentada

pela Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia em 2 de março de 2010. Os documentos do processo de classificação põem em relevo alguns aspetos que esclarecem a história da quinta, que «é resultado do desmembramento do mosteiro, podendo ser identificados vários núcleos e fases de construção. A área da actual quinta, sensivelmente metade da área original, é constituída por um núcleo habitacional que corresponde à residência da quinta e a outras construções, ligadas à última função da quinta: a da criação de cavalos.» No mesmo documento diz-se que o que se encontra atualmente no local «são a igreja, a casa da quinta e a área da quinta (área bastante reduzida).» Entretanto, a freguesia onde fica situada a Quinta e o Mosteiro tem hoje a designação de União de Freguesias de Pedroso e Seixezelo.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

A Quinta do Mosteiro é privada. A maior parte da quinta está integrada em Reserva Agrícola Nacional. A Quinta do Mosteiro de Pedroso integra as categorias «áreas de expansão de tipologia mista» e «áreas urbanizadas consolidadas», «áreas de quinta em espaço rural» e «áreas naturais – áreas ribeirinhas», na carta de qualificação do solo do PDM de Vila Nova de Gaia (versão provisória de 2007).

Informações recolhidas junto da Divisão Municipal de Planeamento e Reabilitação Urbana da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, datadas de 22 de junho de 2017

No PDM de 1994, a área considerada encontrava-se maioritariamente classificada como solo rural em Área de Salvaguarda Estrita RAN/REN, integrando a RAN e parcialmente a REN; como solo urbano, integrava o edifício do mosteiro e envolvente em Área de Equipamento, áreas a norte em Área de Edificabilidade Intensiva (integradas em UOPG) e área a sudoeste em Área de Edificabilidade Extensiva. O mosteiro encontrava-se assinalado como imóvel classificado como património cultural.

Segundo o PDM de 2009, a área considerada encontra-se classificada em duas partes: solo rural, na categoria de Áreas de Quintas em Espaço Rural e na subcategoria de Áreas Naturais Ribeirinhas em Estrutura Ecológica Fundamental; solo urbano, a norte/poente em Áreas de Expansão de Tipologia Mista Tipo II (0,8) e Tipo I (0,4), a sul/nascente em Áreas Urbanizadas Consolidadas de Moradias e o núcleo edificado do antigo mosteiro em Áreas de Equipamentos Gerias Existente. Na Carta de Salvaguardas da Planta de Ordenamento, a área em causa encontra-se também identificada com valor patrimonial arqueológico (na íntegra como zona arqueológica inventariada), e arquitetónico (com nível de proteção integral - I, no edifício do mosteiro e envolvente, e com nível de proteção estrutural - II, na parte atualmente correspondente à quinta). Na Carta de Execução da Planta de Ordenamento, a mesma área encontra-se predominantemente integrada na Unidade Operativa de Planeamento e Gestão UOPG PD2 - Quinta do Mosteiro e envolvente.

Quanto às condicionantes, a área integra: a RAN na maior parte correspondente à quinta; REN e domínio hídrico fluvial nas linhas de água; e a área classificada como Monumento de Interesse Público «Mosteiro de Pedroso» (correspondente à quinta e ao mosteiro) e parte da sua zona de proteção.

Observação da Campo Aberto em 11 de setembro de 2017

O caso extremo de destruição na Quinta Marques Gomes (Vila Nova de Gaia, ver atrás) reproduz-se parcialmente noutros casos, como em numerosas quintas ao longo do país e também no chamado Grande Porto. Para já não falar de entorses à legislação, que não são raras, com legislação adequada a permitir essas destruições, na qual os PDM representam também uma ferramenta fulcral, traduz-se a falta de vontade do legislador e dos executivos das administrações centrais e locais de impedir a urbanização intensiva de espaços que, quanto mais não fosse como proteção visual a monumentos de grande valor nacional, deveriam ter outro destino. Dir-se-á que todas as condicionantes legais são respeitadas e que nada há pois a dizer. A única coisa que não pode deixar de ser dita é que as proteções existentes não foram e não são suficientes para salvaguardar um mínimo de saúde ecológica, estética e paisagística a grande parte do nosso território e que as gerações de responsáveis e dirigentes do segundo terço do século XX e das duas primeiras décadas do século XXI ficarão associadas à série vasta de erros grosseiros nesses domínios, constantemente denunciados, sem que sejam ouvidos, pelos vultos mais destacados da nossa escola de arquitetura paisagista decorrente do ensino do fundador Professor Francisco Caldeira Cabral, bem como de numerosas associações de defesa da natureza e do ambiente e outras associações cívicas, e ainda de eminentes jornalistas e homens de cultura das mais diversas orientações.

Ameaças à preservação

A quinta encontra-se em bom estado de conservação. Mas parte dela está atualmente em obras de urbanização de um condomínio de luxo. A pressão desta nova área residencial, com a impermeabilização do solo consequente, pode ter impacto no ambiente ecológico das ribeiras que atravessam a quinta.

Dinâmica local

O Mosteiro de Pedroso tem um coro de jovens com atividade regular.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Este espaço daria oportunidade para inúmeras atividades, incluindo a recuperação de zonas construídas que pudessem ser utilizadas por associações, ou a criação de pequenos espaços comerciais relacionados com o artesanato e o comércio justo. Poderia ser igualmente criado um espaço para atividades lúdicas, como por exemplo andar a cavalo, agricultura biológica, artesanato, etc.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

Os proprietários da quinta, a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, a Junta de Freguesia de Pedroso e o IPPAR poderiam ser parceiros na gestão e preservação deste espaço.

[Ir para o índice](#)



Monte da Virgem

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Anabela Gonçalves

Espaço proposto por Mafalda Sousa e AP - Associação de Proprietários da Urbanização de Vila D'Este

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1542

Nome do espaço Monte da Virgem

Freguesia Mafamude, Vilar de Andorinho e Oliveira do Douro [apenas a informação a verde é correta: CMVNG-2017]

Concelho Vila Nova de Gaia

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,10; -8,59.

Alameda do Monte da Virgem (chegando à Rotunda de Santo Ovídio, subir a Rua Conceição Fernandes em direção ao Hospital Santos Silva; após a entrada principal do hospital virar na primeira rua à esquerda).

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Área natural, Espaço verde
Área aproximada 65,5 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

Localizado a 223 metros de altitude, o Monte da Virgem é um espaço verde consagrado do concelho de Gaia. No que respeita à flora, subsistem poucos sobreiros, tílias, carvalhos, castanheiros e criptomérias, mas abundam os eucaliptos, austrálias e acácias (todas espécies invasoras). No parque de merendas e na alameda que dá acesso ao espaço de culto dominam os plátanos. Relativamente à fauna, podem encontrar-se gaviões, águia-de-asa-redonda, coruja do mato, coruja das torres, noitibós, vários passeriformes e ainda coelhos, raposas, esquilos. O Monte da Virgem integra a Estrutura Ecológica Municipal do concelho. Para além disso, encontra-se na envolvência do Hospital Santos Silva, o que lhe confere fins terapêuticos.

Informações recolhidas junto de cidadãos em 2014

De Jorge Moreira

Há alguns anos foram avistados javalis no Monte da Virgem.

Relevância social

O Monte da Virgem (designado desde a Alta Idade Média como Monte Grande e também Monte da Serpente) deve o seu nome ao culto mariano que se celebra na capela-santuário aí construída em 1906, onde se pode encontrar uma imagem de Nossa Senhora da Conceição. Tradicionalmente foi um local rodeado por férteis terrenos na sua base e banhado por abundantes fios de água. Do seu miradouro

pode ter-se uma vista da cidade do Porto e parte norte do concelho de Gaia. O observatório astronómico do Prof. Manuel de Barros ali existente é um ponto de referência no concelho, onde se desenvolvem atividades de investigação, serviços à comunidade e extensão cultural nas Ciências da Terra, do Espaço e da Engenharia Geográfica, com particular incidência na geodesia espacial e geodinâmica, posicionamento e navegação por satélite, deteção remota, sistema de informação geográfica, altimetria aérea e por satélite e radioastronomia solar. Promovem-se ali também ações de formação e divulgação científica nos domínios da sua especialidade (Programa Ciência Viva, por exemplo). No largo ali existente, há um marco geodésico, um monumento dedicado à Virgem e uma igreja com culto religioso. Existem miradouros e parques de merendas/jogos populares.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

É propriedade privada da Confraria do Monte da Virgem. Segundo a Planta de Ordenamento/Carta de Qualificação dos Solos do PDM de Vila Nova de Gaia, o espaço surge como integrando a Estrutura Ecológica Municipal e constitui um dos pontos de interesse ecológico do concelho.

Informações recolhidas junto de cidadãos em 2014

De Jorge Moreira

Só uma parte do Monte pertence à Confraria do Monte da Virgem. O resto pertence a numerosos proprietários particulares.

Informações recolhidas junto da Divisão Municipal de Planeamento e Reabilitação Urbana da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, datadas de 22 de junho de 2017

No PDM de 1994, a área considerada encontrava-se classificada como Área Não Urbana de Transformação Condicionada. Segundo o PDM de 2009, a área considerada encontra-se classificada como solo urbano nas seguintes categorias e subcategorias: predominantemente em Áreas Verdes de Enquadramento Paisagístico e Áreas Verdes de Utilização Pública, ambas integradas em Estrutura Ecológica Fundamental; Áreas de Equipamentos Gerais Existentes e Previstos; e pontual e periféricamente, a sul e poente, em Áreas para Infraestruturas e Instalações Especiais e Áreas Urbanizadas Consolidadas de Moradias. Na Carta de Salvaguardas da Planta de Ordenamento, a área encontra-se integralmente identificada como valor patrimonial arquitetónico, de interesse paisagístico, com nível de proteção estrutural (II), correspondendo aos imóveis «Observatório Astronómico da FCUP - Faculdade de Ciências da Universidade do Porto Prof. Manuel de Barros e área envolvente» e «Alameda do Monte Virgem e Monumento da Imaculada Conceição». Quanto às condicionantes, a área encontra-se totalmente incluída na zona especial de proteção do Monumento de Interesse Público «Observatório Astronómico da FCUP - Faculdade de Ciências da Universidade do Porto Prof. Manuel de Barros», integrando este imóvel e ainda, a sul, áreas correspondentes a «Povoamentos de Sobreiros».

Ameaças à preservação

Este espaço tem vindo a ser ameaçado pela pressão urbanística, com o aparecimento de empreendimentos imobiliários nas suas vertentes (de que é exemplo a Quinta do Cravel <http://www.quintadecravel.pt/>). De destacar ainda a deposição de lixo ilegais e a falta de limpeza dos espaços públicos e florestais que tornam a ameaça de fogos florestais uma realidade. A presença de espécies invasoras (eucaliptos e acácias) é a ameaça mais significativa e tem justificado cortes de árvores por motivos fitossanitários realizados pela Confraria do Monte da Virgem.

Informações recolhidas junto de cidadãos em 2014

De Jorge Moreira

Teria havido plantações de eucaliptos promovidas pela Confraria, sendo que o aconselhável seria substituir estes por espécies autóctones.

Informações recolhidas junto de Nuno Gomes Oliveira, criador e então diretor do Parque Biológico de Gaia, em dezembro de 2015

Abatida uma área considerável de sobreiros, para construção de um parque de estacionamento. À informação supra em fundo amarelo sobre javalis deveria ser acrescentado que hoje são comuns em Gaia, nas zonas rurais.

Dinâmica local

A propósito desta campanha, a Confraria do Monte da Virgem referiu que durante o ano de 2006 foi cortado todo o mato dos terrenos do Monte da Virgem e algumas árvores doentes ou que ameaçavam cair, tendo sido plantadas cerca de 2000 novas árvores de várias espécies. Nesta intervenção, procedeu-se também à vedação de grande parte dos terrenos para evitar, entre outras coisas, o despejo de lixo; tendo sido entretanto plantadas, na parte nascente da capela, 55 novas árvores nobres. Uma outra associação com interesse na preservação do Monte da Virgem como área natural e espaço verde e com atividades educativas e recreativas realizadas neste local é a Associação de Proprietários de Vila d'Este. Destaca-se nas imediações a Associação da Malha com dinâmica de jogos populares no local.

Possíveis intervenções futuras de preservação

O Monte da Virgem, enquanto espaço religioso, turístico e de lazer, deveria ser requalificado, quer através da introdução de alguns equipamentos para melhor fruição do espaço quer através da erradicação das espécies invasoras com a introdução progressiva de espécies de flora autóctones.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A Confraria do Monte da Virgem, a Câmara Municipal de Gaia, o Parque Biológico de Gaia, as Juntas de Freguesia de Mafamude, Vilar de Andorinho e Oliveira do Douro, assim como as associações com dinâmica local poderiam constituir-se como parceiros na gestão e preservação do local e dinamização de atividades (educação ambiental, astronomia, etc), de modo a tornar este espaço mais acessível ao público.

Observações recolhida junto de cidadãos em 2014

De Jorge Moreira

Para a preservação e gestão da estrutura verde do Monte da Virgem será necessária a colaboração dos proprietários privados, que são os que possuem a maior área, o que exige possam ir além da expectativa de venda da madeira e da urbanização de terrenos.

[Ir para o índice](#)



Quinta do Soeime

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Anabela Gonçalves e Maria Eduarda Pinto
Espaço proposto por Maria Fernanda Amorim de Sousa

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1615
Nome do espaço Quinta do Soeime
Freguesia Vilar de Andorinho
Concelho Vila Nova de Gaia

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,10; -8,58.

Localiza-se, grosso modo, entre: N e NW - Rua Comendador Inácio de Sousa (sopé do Monte da Virgem); NE - Praceta Luís de Camões e Rua da Água da Sombra; SE - Praceta Henrique Navegador; S - Bairros da Câmara; SW - Rua dos Heróis do Ultramar

Limites





CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Quinta agrícola, espaço verde

Área aproximada 32 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

As espécies de fauna predominantes deste espaço são chamariz, pega, rola, pardal-comum, pisco-de-peito-ruivo, pintassilgo, pombo-doméstico, andorinha-dos-beirais, alvéola-branca, milhafre-preto, melro-preto, gaio-comum, raposa, coelho-bravo, ouriço cacheiro, esquilo, aves de rapina (diurnas e noturnas). As espécies de flora predominantes são camélias, palmeiras, castanheiros, pinheiros-mansos, pinheiros bravos, carvalhos, cedros, azevinhos, pimenteiras, faias, plátanos, acácias, eucaliptos, limoeiros, laranjeiras, pessegueiros, medronheiros, bananeira, cerejeiras, ameixeiras, macieiras e vegetação arbustiva e subarbustiva. Existe ainda um pequeno ribeiro afluente do Rio Febros.

Relevância social

Na Quinta do Soeime existe uma capela particular (com altar datado dos finais do século XVII) e uma casa com elevado valor arquitetónico e mobiliário doméstico (da época barroca). Pode ainda ser encontrada a Fonte de S. João Batista (do século XVIII), brotando a água de três bicas para um artístico tanque, e ainda uma mata de elegância aristocrática, pomares, roseirais e um belo jardim de buxo e cameleiras raras. Existem ainda espigueiros e caminhos rurais de acesso aos campos cultivados, estes com elevado potencial agrícola.

É feita referência à Quinta desde o século IX, data em que dizem ter sido propriedade de um nobre mouro de nome Zoleima, evoluindo esta designação para Soeima e atualmente para Soeime. Ao longo dos tempos foi mudando de dono, e foi também beneficiando de diversos melhoramentos que a enriqueceram em beleza e qualidade. A Quinta do Soeime foi palco da rodagem do filme *Francisca*, um filme de Manoel de Oliveira (1981).

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

Foi propriedade privada de Carlos Dias de Almeida (dono também da antiga Tipografia Lusitânia) e de sua esposa Maria Efigénia Russel de Sousa Dias de Almeida que a doou à Companhia de Jesus. Mas a posse da Quinta pela Companhia de Jesus terá lugar aquando da morte da atual usufrutuária, aia da esposa do proprietário (da família Bandeira). Segundo a Planta de Ordenamento/Carta de Qualificação dos Solos Provisória (a aprovar no próximo PDM) o espaço surge como «Quinta em Espaço Rural» a preservar. A Quinta do Soeime está localizada em área de Reserva Agrícola Nacional.

Informações recolhidas em 2014 junto da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia em 2014

No PDM de 1994 era considerada zona *non aedificandi*, que incluía imóveis classificados, sendo no entanto permitida edificação extensiva à volta de toda a quinta, nomeadamente na rua Comendador Inácio de Sousa. No PDM de 2009, a classificação do solo inclui-a em áreas de quintas em espaço rural, áreas de expansão de tipologia mista com índice de construção mais baixo (só na frente da Rua Heróis de Ultramar), área complementar – quintas, edifícios a proteger.

Informações recolhidas junto da Divisão Municipal de Planeamento e Reabilitação Urbana da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, datadas de 22 de junho de 2017

Esta área não integrava RAN à época do PDM de 1994, nem integrou posteriormente.

No PDM de 1994, a área considerada encontrava-se predominantemente classificada como Área Não Urbana de Transformação Condicionada e, ao longo dos arruamentos que circundam a quinta, como solo urbano em Áreas de Edificabilidade Extensiva.

Segundo o PDM de 2009, a área considerada encontra-se classificada quase integralmente como solo rural, em Áreas de Quinta em Espaço Rural, em Áreas Naturais Ribeirinhas (ao longo da linha de água), integrando-se este corredor em Estrutura Ecológica Fundamental, e em Áreas Verdes de Enquadramento de Espaço Canal (numa faixa ao longo da autoestrada); no limite sul, a faixa ao longo da rua e entre áreas urbanizadas encontra-se classificada como solo urbano, em Áreas de Expansão de Tipologia Mista - Tipo I (0,4). Na Carta de Salvaguardas da Planta de Ordenamento, a quinta encontra-se identificada como área com valor patrimonial, correspondendo a zona arqueológica inventariada e a património arquitetónico com nível de proteção integral (I). Quanto às condicionantes, a área integra domínio hídrico fluvial, na linha de água, e faixas de proteção da autoestrada A20/IP1.

Ameaças à preservação

A pressão urbanística surge como a ameaça real mais próxima. O abate de árvores e a possibilidade de incêndio poderão também ocorrer.

Informações recolhidas junto de cidadãos em 2014

De Jorge Moreira

Por volta de 2011, recentes novos proprietários desta quinta mandaram abater todas as árvores, algumas centenárias, para instalarem uma plantação de quivis. Sem árvores, a fauna característica desapareceu na sua maioria.

Informações recolhidas pela Campo Aberto em 2014

Uma equipa da Campo Aberto visitou este local em julho de 2014, tendo apenas podido observá-lo do exterior, porém com boa visibilidade para grande parte do interior. Parece ter sido maciça a destruição de árvores para dar lugar a uma plantação de quivis, o que se pode ver bem comparando com o mapa de vista aérea acima. Dessa visita resultou um álbum fotográfico que pode ser visto aqui:

<https://picasaweb.google.com/111435591575417445038/Campanha50EspacosAtualizacaoVNGaiaQuintaDoSoeime>

O blogue Grupo Anti Arboricida, do Núcleo Regional do Porto da Quercus, refere, em 24 e 27 de janeiro de 2011, uma moção de protesto contra o abate, aprovada em Assembleia na Freguesia de Vilar de Andorinho, que menciona prejuízos ecológicos causados pela eliminação de correntes superficiais e subterrâneas de águas. A maioria dos veios de água que passam por esta quinta, porém, já tinha sido desviada quando da construção de uma autoestrada com destino à Ponte do Freixo. O comunicado evoca possível violação da sua classificação como Quinta Rural em Espaço Urbano. Segundo a mesma fonte, os proprietários afirmam estar a fazer tudo legalmente, aconselhados tecnicamente pela UTAD, sendo aliás beneficiários do PRODOR. Segundo a Quercus, a quinta desenvolvia atividades florestais e, com a mudança de proprietários, foi reconvertida em plantação de quivis, com aparente autorização e reconhecimento da Direção Regional de Agricultura do Norte, sem que pareça ter sido abatida qualquer espécie protegida, não podendo pois a CMVNG intervir para impedir o abate. No entanto, a Quercus «lamenta desde já o ocorrido, salientando a má gestão deste espaço verde que, apesar de ser privado, tem um grande impacto na comunidade envolvente», sugerindo, para casos como estes, uma consulta pública.

Esta mudança de uso do solo poderá explicar por que razão esta Quinta não aparece atualmente integrada na Rota Verde dos Parques de Gaia, em contradição com o que é dado na ficha de campanha como sendo intenção da CMVNG e do Parque Biológico de Gaia; a propósito veja-se o Regulamento

municipal de parques e áreas de conservação da natureza e da biodiversidade do concelho de VNG, publicado no DR, II Série, n.º 7, de 12-01-2010.

Dinâmica local

A Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e o Parque Biológico de Gaia pretendem incluir a Quinta do Soeime na Rota Verde dos Parques de Gaia, a ser criada brevemente com fundos comunitários.

Possíveis intervenções futuras de preservação

O facto de vir a pertencer à Companhia de Jesus deixa possíveis usos em aberto. A valorização ambiental numa perspectiva de integração na estrutura verde do concelho, através de uma casa-museu ou habitação de turismo em espaço rural, zona de lazer e parque de manutenção ou quinta pedagógica poderia ser uma possível intervenção para futura preservação. A ocupação por uma fundação também poderia ser um dos usos possíveis.

[Ir para o índice](#)



Rio Febros

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Anabela Gonçalves
Espaço proposto por Nuno Miguel Carvalho

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1594
Nome do espaço Rio Febros
Freguesias Seixezelo, Olival, Pedroso, Vilar de Andorinho, Avintes e Oliveira do Douro
Concelho Vila Nova de Gaia

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,08; -8,54.

A proposta inicial deste espaço refere um troço menos conhecido do Rio Febros na Rua Ponte do Pereiro que tem acesso a partir da rotunda de Santo Ovídio, Rua Conceição Fernandes e Rua Heróis do Ultramar em Vilar de Andorinho. No entanto, o rio estende-se ao longo de outras freguesias com troços igualmente interessantes em termos de preservação. Outros locais de acesso ao Rio Febros são, por exemplo, a ETAR do Rio Febros (em Oliveira do Douro), Parque Biológico de Gaia (Avintes) e o Parque das Corgas (Seixezelo).

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Vale de rio ou ribeira, Espaço verde

Área aproximada 71,5 ha

Informações recolhidas junto do criador e então diretor do Parque Biológico de Gaia, Nuno Gomes Oliveira, em setembro de 2014

A área deste espaço foi entretanto diminuída com a construção da A32.

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

O Rio Febros é o último afluente da margem esquerda do Rio Douro, com cerca de 15 km de extensão e 37 km² de área de sub-bacia hidrográfica. Nasce no Parque das Corgas, recentemente criado (Seixezelo), a 170 metros de altitude, atravessando as freguesias de Seixezelo, Olival, Pedroso, Vilar de Andorinho, Avintes e Oliveira do Douro até desaguar no Cais do Esteiro (Oliveira do Douro), a 10 km da foz do Douro. A sua cota máxima é de 250 metros de altitude no seu trecho superior. É o único curso de água que nasce e desagua no concelho de Vila Nova de Gaia, seguindo uma direção preponderante S-N em vale granítico.

Nas margens do Rio Febros predominam os núcleos urbanos (24 por cento da sua bacia hidrográfica) e ocupação agrícola (entre 28 a 42 por cento sem afetação definida), e aí se encontra um conjunto considerável de espaço florestal ripícola em corredor, pouco dependente do clima e com uma distribuição espacial relacionada com o curso de água e o regime deste e com a morfologia do fundo do vale. De acordo com o inventário realizado em 1985 pelo Parque Biológico de Gaia e atualizado por Serafim Silva, o Rio Febros apresenta a seguinte fauna e flora:

Ictiofauna: desde finais da década de 1980, estão em recuperação após total desaparecimento as populações de truta do rio (*Salmo trutta*), barbo (*Barbus barbus*), barbo-do-norte (*Barbus bocagei*), escalo (*Leuciscus cephalus cabeda*), góbio (*Gobio gobio*), boga (*Chondrostoma polylepsia*), boga-do-Douro (*Chondrostoma polylepis duriensis*), pimpão (*Carassius carassius*), enguia (*Anguilla anguilla*), solha (*Platichthys flesus*).

Aves: Águia-de-asa-redonda (*Buteo buteo*), açor (*Accipiter gentilis*), gavião (*Accipiter nisus*), peneireiro (*Falco tinnunculus*), milhafre-preto (*Milvus migrans*), perdiz (*Alectoris rufa*), maçarico-galego (*Tringa hypoleucos*), maçarico-de-perna-verde (*Tringa ochropus*), gaivota-de-asa-escura (*Larus fuscus*), pombo-torcaz (*Columba palumbus*), rola (*Streptopelia turtur*), cuco (*Cuculus canorus*), mocho-galego (*Athene noctua*), andorinhão (*Apus apus*), pica-peixe (*Alcedo atthis*), poupa (*Upupa epopa*), pica-pau-verde (*Picus viridis*), pica-pau-malhado-grande (*Dendrocopos major*), gira-pescoço (*Jynx torquilla*), andorinha-das-chaminés (*Hirundo rustica*), andorinha-dos-beirais (*Delichon urbica*), lavandisca amarela (*Motacilla cinerea*), lavandisca-cinzenta (*Motacilla alba*), papa-figos (*Oriolus oriolos*), estorninho-malhado (*Sturnus vulgaris*), gaio (*Garrulus glandarius*), pega rabuda (*Pica pica*), carriça (*Troglodytes troglodytes*), ferreirinha (*Prunella modularis*), toutinegra (*Sylvia borin*), toutinegra-de-barrete-preto (*Sylvia atricapilla*), toutinegra-de-cabeça-preta (*Sylvia melanocephala*), felosa (*Phylloscopus trochilus*), felosa comum (*Phylloscopus collibyta*), papa-moscas (*Ficedula hypoleuca*), cartaxo (*Saxicola torquata*), pisco-de-peito-ruivo (*Erithacus rubecula*), melro (*Turdus merula*), tordo (*Turdus philomelos*), chapim-carvoeiro (*Parus ater*), chapim-real (*Parus major*), chapim-rabilongo (*Aegithalus caudatus*), pardal (*Passer domesticus*), tentilhão (*Fringilla coelebs*), chamariz (*Serinus serinus*), verdelhão (*Carduelis chloris*), pintassilgo (*Carduelis carduelis*), pintarroxo (*Carduelis cannabina*), gaivota-cinzenta (*Larus argentatus*), pato-real (*Anas platyrhynchos*), garça-real (*Ardea cinerea*), pomba-doméstica (*Columba livia*), alvéola-branca (*Motacilla alba*).

Mamíferos: ouriço-cacheiro (*Erinaceus europaeus*), toupeira (*Talpa europaea*), morcegos (*Chiroptera ssp.*), coelho (*Oryctolagus cuniculus*), ratazana (*Rattus norvegicus*), rato-das-casas (*Mus musculus*), rato-de-água (*Arvicola sapidus*), raposa (*Vulpes vulpes*), doninha (*Mustela nivalis*), esquilo (*Sciurus vulgaris*). A lontra (*Lutra lutra*) desapareceu nos anos 80, estando agora prevista a sua reintrodução no rio.

Anfíbios: tritão-de-ventre-laranja (*Triturus boscai*), sapo comum (*Bufo bufo*), rã ibérica (*Rana iberica*), rã verde (*Rana ridibunda*).

Répteis: cágado europeu (*Emys orbicularis*), cágado comum (*Mauremys caspia*), lagarto verde (*Lacerta scheibleri*), lagartixa ibérica (*Podarcis hispanica*), licranço (*Anguis frangilis*), cobra-de-escada (*Elaphe scalaris*).

Borboletas: foram encontradas 41 ropalóceros ou borboletas noturnas das famílias *Hesperiidae*, *Papilionidae*, *Pieridae*, *Nymphalidae*, *Lycaenidae* e sub-família *Satyrinae*.

Fetos: feto-real (*Osmunda regalis*), feto (*Anogramma leptopylla*), feto ordinário (*Pteridium aquilinum*), avencão (*Asplenium trichomanes*), *Asplenium obovatum*, feto-negro (*Asplenium adiantum-nigrum*), feto-fêmea (*Athyrium filix-femina*), fentanha (*Polystichum setiferum*), feto pente (*Blechnum spicant*), polipódio (*Polypodium vulgare*).

Plantas: foram identificadas cerca de 150 espécies de plantas silvestres, entre as quais azevinho (*Ilex aquifolium*), madressilva (*Lonicera periclymenum*), urze (*Erica cineria*), urze portuguesa (*Erica lusitanica*), hipericão (*Hypericum sp.*), tojo (*Ulex europaeus*), jacinto (*Hyacinthoides italica*), etc.

Árvores: medronheiro (*Arbutus unedo*), castanheiro (*Castanea sativa*), carvalho (*Quercus robur*), sobreiro (*Quercus suber*), choupo (*Populus sp.*), macieira (*Malus domestica*), olmo (*Ulmus minor*), diospireiro (*Diospiros virginiana*), ameixeira (*Plunus domestica*), plátano (*Platanus sp.*), loureiro (*Laurus nobilis*), acácia (*Acacia melanoxylon*), figueira (*Ficus carica*), eucalipto (*Eucalyptus globulus*), oliveira (*Olea europaea*), pinheiro bravo (*Pinus pinaster*), tília (*Tilia sp.*), salgueiro (*Salix atorcinerea*), vidoeiro (*Betula sp.*), amieiro (*Alnus glutinosa*), teixo (*Taxus bacata*), marmeleiro (*Cydonia oblonga*).

Foi realizado um estudo às populações piscícolas do Rio Febros, com a medição trimestral de parâmetros físico-químicos (temperatura, pH, velocidade da corrente e condutividade), da autoria do Prof. Dr. Alexandre Carlos Valente da Universidade do Porto no início dos anos 1990. O rio Febros apresenta qualidade da água bastante degradada, fruto do crescente nível de poluição, quer de origem urbana, quer de origem industrial e agrícola. Apresenta níveis de poluição orgânica elevados, evidenciados pela elevada carência bioquímica de oxigénio e pelas elevadas concentrações de amónio, nitratos e fosfatos. É no entanto um curso de água com boa oxigenação, provocada quer pelos numerosos turbilhões formados pela presença de blocos no curso de água, quer pela pouca profundidade e desníveis, quer pela presença de inúmeras macrófitas que através da fotossíntese contribuem para a oxigenação da água. Os problemas de poluição não são recentes, já em 1956 se debatia esta questão. A melhoria da qualidade da água, com a construção da ETAR do Rio Febros, da responsabilidade das Águas de Gaia, tem permitido recuperar comunidades piscícolas como o góbio, enguia, pimpão, ruivaco, não se conseguindo ainda o retorno das trutas (Revista PBG, n.º14, p.18/19). Mesmo assim, a ETAR do Febros recebe apenas 70 por cento das águas residuais da parte ocidental da sua bacia. A instalação da ETAR, o desvio das águas residuais da urbanização de Vila D'Este e o fecho de algumas unidades industriais que existiam na bacia do Febros permitiram a melhoria da qualidade da água a que hoje se assiste.

Informações recolhidas pela Campo Aberto em 2014

Lontras repovoam o Rio Febros:

<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/gaia-lontras-estao-de-regresso-ao-rio-febros-1437733>

Informações recolhidas junto do criador e então diretor do Parque Biológico de Gaia, Nuno Gomes Oliveira, em setembro de 2014

Parte das margens encontra-se agora ocupada com a A32. Em termos de fauna, há a registar o regresso da lontra, possibilitado pela melhoria da qualidade da água devida ao processo de reabilitação. Continua a existir um conjunto considerável de espaço florestal em forma de corredor ripícola.

Relevância social

No troço do rio identificado pelo proponente existe uma ponte, não se sabendo a data de construção. No trabalho de Serafim Silva para a implementação de um trilho de interpretação da natureza e da paisagem do Rio Febros, é referida, em toda a sua extensão, a existência de várias pontes antigas em cimento, alvenaria e ferro, com moinhos individuais e complexos de moinhos, adaptados para

habitação, alguns em ruínas, outros a funcionar já recuperados. Também são descritos tanques, fontanários, cruzeiros, entre outro património de arqueologia industrial que deveria ser preservado.

Várias são as referências bibliográficas em prosa e poesia ao Rio Febros (*De Avintes e o Rio Febros*, Pereira, J.A., 1953; *Caminho Novo*, Pereira, João Alves, 1954), onde se ressalta a beleza rústica do rio e dos seus moinhos, as tradições ligadas ao Febros (a produção de pão que tornou célebre a freguesia de Avintes e as suas lavadeiras), a sua ecologia (fertilização dos campos agrícolas e alimentação do gado). O Esteiro, foz do Rio Febros, ficou conhecido pelo local de onde partiam as padeiras de Avintes com a famosa broa para abastecer a cidade do Porto, nos barcos típicos (valboeiros) para desembarcarem nas escadas das padeiras na Ribeira do Porto. O leito do rio possui inúmeros açudes que, através das levadas, desviam parte das suas águas. Este facto possibilitou a utilização do Febros como fonte de energia para fazer os muitos moinhos que, outrora, se espalhavam ao longo do seu curso, alguns dos quais em atividade. O Febros foi assim um agente da indústria de moagem e um motor de desenvolvimento da freguesia de Avintes. A origem do nome do rio perde-se no tempo, contudo pensa-se que estará associada a um deus romano a quem estava consagrado o mês de Fevereiro, por sua vez dedicado à purificação. Daí *Februm* significar purificação.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

Os terrenos das margens do Rio Febros são propriedade privada, alguns classificados como Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional, pela aptidão agrícola dos solos marginais ao curso de água. Desconhecem-se outras condicionantes relativamente ao Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Gaia.

Informações recolhidas junto da Divisão Municipal de Planeamento e Reabilitação Urbana da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, datadas de 22 de junho de 2017

Na área considerada, as condicionantes existentes são: a REN e o domínio hídrico fluvial, no curso do Rio Febros e linhas de água afluentes; outras áreas de RAN e de REN que acompanham as suas margens.

No PDM de 2009, a área considerada encontra-se classificada como solo rural, em Áreas Naturais Ribeirinhas, Áreas Agrícolas e Áreas Florestais de Proteção, predominantemente integradas em Estrutura Ecológica Fundamental.

Ameaças à preservação

A pressão urbanística, o abate de árvores, a deposição ilegal de lixo nas margens, a presença de espécies invasoras (acácias e eucaliptos), as descargas ilegais de águas residuais e consequente poluição do leito e margens são ameaças à preservação do Rio Febros.

Informações recolhidas junto do criador e então diretor do Parque Biológico de Gaia, Nuno Gomes Oliveira, em setembro de 2014 e dezembro de 2015

Não se registaram intervenções para combater as ameaças acima detetadas, às quais se veio acrescentar uma nova ameaça: a sedimentação no rio dos inertes arrastados pela erosão dos taludes da A32. - (Dezembro 2015): O rio encontra-se agora muito degradado devido a receber as águas pluviais da A32, carregadas de sedimentos resultantes da erosão dos taludes da autoestrada. Uma próxima cheia pode ter consequências complicadas. Presença de lontra e melro-de-água.

Dinâmica local

Existem várias iniciativas de preservação do Rio Febros. As Águas de Gaia iniciaram a despoluição do Rio Febros, com a construção de uma ETAR para drenagem das águas residuais que nele desaguavam. Com a progressiva melhoria da qualidade da água, o Parque Biológico de Gaia pretende repovoar o leito do Febros com lontras, animal emblemático deste rio mas muito sensível à poluição que afetou o seu habitat natural. O Parque Biológico de Gaia promove também visitas ao longo de parte do percurso do Rio Febros, assim como aos moinhos existentes dentro do parque.

Também Serafim Silva, da associação Onda Verde, realizou em 2006 trabalhos para a implementação de um trilho de interpretação da natureza e da paisagem do Rio Febros, começando e terminando em Avintes, atravessando Oliveira do Douro e Vilar de Andorinho. Começando no Cais do Esteiro, percorre 500 m de corredor ripícola, onde se pode observar um moinho em ruínas. Depois segue até à ETAR do Rio Febros, percorre 1000 metros com pontes e moinhos adaptados para habitação, com paragem na

antiga fábrica do papel no lugar do Padrão. Cerca de 250 metros adiante, pode ser observado um moinho sem levada no leito do rio. Mais 500 metros à frente, no lugar de Ponte Pedra, pode ser observado um conjunto de moinhos transformados em habitações. Andando mais 500 metros, existe um novo conjunto de moinhos transformados em habitação e uma ponte antiga em arco. Um pouco mais acima, encontra-se um moinho ainda bem conservado dos finais do século XIX, deduzindo-se pela sua envergadura que produzia muita farinha para abastecer a panificação em Avintes. Cerca de 200 metros mais acima, podem encontrar-se dois moinhos recuperados, nos quais se produz farinha para consumo do seu proprietário. Aqui o rio confina com o Parque Biológico de Avintes e daqui continua-se pelo trilho assinalado, passando na Fonte da Catanora até à entrada das traseiras do Parque Biológico, onde existe a capela de Santo Tusso. Este trilho tem a duração de 4,5 horas (ida e volta). A associação Onda Verde tem promovido igualmente ações de limpeza do Rio Febros. A ETAR do Rio Febros, enquadrada nas atividades de educação ambiental promovidas pelas Águas de Gaia, promove também visitas de estudo das escolas nas suas instalações (Programa Ciência Viva). No primeiro semestre de 2008, a Câmara Municipal de Gaia promoveu a candidatura ao QREN - ON.2 para requalificação e reabilitação do Rio Febros.

Informações recolhidas junto do criador e então diretor do Parque Biológico de Gaia, Nuno Gomes Oliveira, em setembro de 2014

Continua a verificar-se como importante presença de dinamização local a ação do Parque Biológico de Gaia. Houve apenas uma candidatura ao QREN, por 2004, com bons resultados.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Propõe-se a valorização ambiental numa perspetiva de integração na estrutura verde do concelho, pois o Rio Febros representa valores naturais e culturais da comunidade onde se insere. Seria interessante implementar corredores ecológicos com circuitos pedonais e cicláveis, devidamente integrados ambientalmente, desde a nascente do rio Febros até à sua foz. Segundo o proponente, o património paisagístico é de grande relevância e o património construído engloba dezenas de moinhos, açudes e pontes.

Informações recolhidas junto do criador e então diretor do Parque Biológico de Gaia, Nuno Gomes Oliveira, em setembro de 2014

Não foram concretizadas as intervenções acima referidas nem definidas outras.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

Sugerem-se parcerias para a gestão deste património natural e cultural entre a Câmara Municipal de Gaia, as Juntas de Freguesia de Avintes, Vilar de Andorinho, Oliveira do Douro, Pedroso, Olival e Seixezelo, as Águas de Gaia e o Parque Biológico de Gaia. Associações locais como a Onda Verde e os Amigos do Parque Biológico de Gaia poderiam também dar importantes contributos, especialmente na dinamização de atividades de educação ambiental associadas ao Rio Febros.

[Ir para o índice](#)

OUTROS ESPAÇOS NÃO SELECIONADOS

Foram propostos mas não selecionados os espaços seguintes. O facto de não terem sido selecionados não pode de forma alguma interpretar-se como significando ausência de importância ecológica ou de valores ecológicos dignos de preservação.

Embora a atualização de informação sobre espaços não incluídos nos 50 selecionados não seja um objetivo imediato, haverá a possibilidade de introduzir novas informações por pessoas que conheçam ou venham a conhecer esses espaços e a confrontar o seu estado atual com o descrito na ficha respetiva.

A Campo Aberto incluirá com muito gosto as informações atualizadas que qualquer cidadão ou entidade lhe queira fazer chegar sobre algum dos outros espaços. A enviar para: contacto@campoaberto.pt

Se bem que utilizando as informações fornecidas, e quando identificada a sua fonte, a forma com que figuram nesta compilação em processo de atualização é sempre e somente de responsabilidade da Campo Aberto. Isso será válido apesar de, sempre que nos for possível, ser nossa intenção apresentar a quem nos informou a versão que tencionamos inserir aqui, e corrigi-la e adaptá-la segundo as recomendações que recebermos.

Campo Aberto - associação de defesa do ambiente



Arboreto da Escola EB2 de Canelas

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Anabela Gonçalves e Artur Duarte

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1765
Nome do espaço Arboreto da Escola EB2 de Canelas
Freguesias Canelas
Concelho Vila Nova de Gaia

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,08; -8,60.

A partir da A28, saída para Canelas centro, seguir indicação das escolas. A EB2 fica por trás da Escola Secundária (a sul desta última). O espaço verde localiza-se no interior da referida escola.

Limites



CrITÉRIOS de avaliação e seleção

Tipologia Espaço verde, Jardim privado
Área aproximada 2 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

O Arboreto é um espaço verde integrado na Escola EB2 de Canelas, embora se caracterize pela sua descontinuidade relativamente à área de ocupação. As espécies de fauna predominantes são charmariz, pardal, andorinha e outros passeriformes. Das espécies de flora, destacam-se 3 freixos, 8 quercus, 2 larícios, 3 sorbos, 8 bordos, 2 choupos, ciprestes, tuias, pinheiros, abetos, oliveiras e zambujeiros, adernos, cadornos, lilazeiros, videiros, carpino, amieiros, ulmeiros, lódãos, tílias, eucaliptos,

liquidâmbares, ginkgos, hibiscos, azevinhos, azereiros, folhados, loureiros, pilriteiros, teixos, pados, cerejeira, ginjeira, amendoeira, macieiras, pessegueiros, ameixieiras-de-jardim, aroeiras, gilbardeiras, aromáticas, entre outras arbustivas e espécies de jardim.

Relevância social

O Arboreto está integrado no espaço da Escola EB2 de Canelas como espaço de educação ambiental. Foi criado no ano letivo de 1997/98 com o apoio do Parque Biológico de Gaia. Foi inicialmente um projeto de descoberta contínua porque tanto o professor responsável como os seus alunos colaboradores não percebiam muito de botânica. As colaborações da Eng.^a Maria Domingas e do Dr. Henrique Alves do Parque Biológico e do Dr. Jorge Marinho da Escola Secundária de Valadares tornaram o projeto mais consistente. Começou por se limpar o terreno, erradicar infestantes, definir espaços e caminhos, vedar canteiros, passando-se depois à plantação das espécies que hoje existem.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

É propriedade pública do Ministério da Educação. Não está integrada em Reserva Ecológica ou Reserva Agrícola Nacional.

Ameaças à preservação

Com o fim de integrar os três ciclos de ensino (1.º, 2.º, 3.º CEB), mais o ensino secundário, no espaço atualmente ocupado pelas 3 escolas – que confinam entre si – o arboreto poderá estar em risco de desaparecer.

Informação recolhida junto de Nuno Gomes Oliveira, criador e então diretor do Parque Biológico de Gaia, em dezembro de 2015

Com a fusão da antiga Escola Preparatória com a Escola Secundária, e com as obras feitas pela empresa Parque Escolar, o arboreto foi suprimido e desapareceu.

Dinâmica local

Desde 1997 que o arboreto foi criado com objetivos educativos e, de uma forma ativa, os alunos (com idades compreendidas entre os 10 e os 13 anos) inscritos no Clube de Ar Livre semanalmente cuidam do espaço e aí plantam as diversas espécies vegetais, proporcionando «aulas vivas» nas disciplinas de Ciências da Natureza, Educação Visual e Tecnológica, Educação Musical e Português. De destacar que a educação ambiental, ao integrar o conjunto dos objetivos da criação do arboreto, faculta hoje uma ferramenta à formação cívica para desenvolver o «saber-estar» em espaços verdes, parques e reservas. Atualmente, estão inscritos no Clube de Ar Livre 150 alunos e há um sítio na Internet para divulgar as suas atividades (<http://arboretocanelas.planetaclix.pt>), embora ainda em construção.

Nota da Campo Aberto de 2014-2015

Este sítio eletrónico parece não ter tido continuidade ou atualização.

Possíveis intervenções futuras de preservação

A valorização ambiental, numa perspetiva de integração na estrutura verde do concelho aliada à importante função de educar para a cidadania, poderia, através de um centro de interpretação ambiental ou quinta pedagógica, ser fundamental para a preservação deste espaço.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

O Ministério da Educação, mais especificamente a Direção Regional de Educação do Norte, a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, a Junta de Freguesia de Canelas, a Associação de Pais da Escola EB2 de Canelas e o Parque Biológico de Gaia poderiam constituir-se como parceiros na gestão e preservação deste espaço, especialmente dedicado à educação ambiental.

[Ir para o índice](#)



Quinta dos Passais

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Anabela Gonçalves

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1790
Nome do espaço Quinta dos Passais (ou Quinta do Paço)
Freguesias Canidelo
Concelho Vila Nova de Gaia

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,13; -8,65.

Entre a Rua do Meiral e Largo da Igreja (junto ao cemitério e Igreja Matriz)

Limites





CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Quinta agrícola
Área aproximada 11,7 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

A Quinta dos Passais (ou do Paço, como é mais conhecida) tem características eminentemente agrícolas. Parte encontra-se em exploração para agricultura biológica (como viveiro de plantas aromáticas). As espécies de fauna predominantes são gaviões, águia-de-asa-redonda, coruja-do-mato, coruja-das-torres, noitibós, garça-real, e vários passeriformes, bem como coelhos, raposas, esquilos e aves de rapina. As espécies de flora predominantes são loureiros, choupos, pinheiros mansos e carvalhos (não incluem as espécies integradas no Cantinho das Aromáticas). Existe ainda um pequeno ribeiro.

Relevância social

Canidelo foi concelho autónomo por outorga do Rei D. Pedro I em 1363. Este Rei também doou o padroado da Igreja de Santo André de Canidelo a D. Inês de Castro, com quem aqui terá vivido, razão do nome de Paço à Quinta existente junto à Igreja Matriz. Nesta Quinta, existe uma casa senhorial de fundação medieval e muito transformada ao longo dos séculos, mas de grande riqueza arquitetónica e artística e uma pequena construção com funções de miradouro.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

É propriedade privada do Eng. Rui Leite de Castro, estando parte à exploração pela empresa Cantinho das Aromáticas do Eng. Luís Alves. Toda a Quinta dos Passais está integrada em Reserva Agrícola Nacional.

Ameaças à preservação

A Quinta dos Passais não apresenta ameaças identificáveis, reais ou potenciais.

Dinâmica local

Como iniciativa de preservação e dinamização do local, destaca-se a instalação do Cantinho das Aromáticas (<http://www.cantinhodasaromaticas.pt/>) que se destina à produção e comércio de plantas aromáticas, medicinais, condimentares, bem como outras espécies espontâneas da nossa flora, aliando os princípios da agricultura biológica aos métodos de produção, afirmando-se como a **primeira e única** do género em Portugal, contando já com uma produção de cerca de 150 espécies e variedades distintas.

Tem uma área de produção de 3.000 m², ocupando na totalidade cerca de 1 hectare. Comporta uma área coberta com 600 m² onde estão cultivadas as plantas-mãe, que dão origem às sementes e propágulos vegetativos utilizados na propagação de todas as plantas, sendo que inicialmente a sua recolha, na maior parte dos casos, foi efetuada a partir de exemplares espontâneos, assegurando a origem do material genético, fundamental para a futura adaptação das plantas às nossas condições edafo-climáticas. O seu grande objetivo é poder apresentar no mercado plantas da flora mediterrânica, como verdadeiras alternativas para a construção de espaços verdes, recuperação de jardins históricos, introdução em parques naturais e zonas protegidas, recuperação de zonas degradadas, taludes, dunas e zonas costeiras, e produção em agricultura biológica.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Tendo em conta a prática agrícola relacionada com as plantas medicinais e aromáticas como atividade de exploração da Quinta dos Passais, seria interessante promover neste espaço atividades de educação ambiental, dirigidas a escolas e a outros interessados sobre as aplicações destas plantas e as suas vantagens para a saúde e promover cursos de agricultura biológica e jardinagem, através de uma quinta pedagógica.

[Ir para o índice](#)



Quinta do Mosteiro de Grijó

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Mafalda Sousa
Espaço proposto por Alberto Caeiro Pereira de Sousa

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1477
Nome do espaço Quinta do Mosteiro de Grijó
Freguesia Grijó
Concelho Vila Nova de Gaia

Outras referências Coordenadas geográficas WGS84: 41,03; -8,58.
Saída A1 em Grijó, seguir a indicação de Mosteiro de Grijó (em direção a Santo António de Grijó)

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Quinta agrícola, Espaço verde
Área aproximada 104 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

O Mosteiro de Grijó situa-se numa elevação, no lugar de Murracezes. O acesso ao Mosteiro faz-se a ponte pela Avenida Mosteiro Grijó. O Mosteiro é antecedido por um terreiro murado com portal no centro do qual se ergue um cruzeiro simples. Este é ladeado por alinhamentos de carvalhos-alvarinho, tílias, palmeiras, cedros-do-Líbano, bétulas, azáleas e relva no estrato herbáceo. Duas placas centrais ajardinadas definem vias de acesso automóvel e local de estacionamento.

A Quinta do Mosteiro de Grijó tem entrada pelo lado oposto ao edifício da Junta de Freguesia. Outrora pertenceu ao clero. Atualmente é privada. A área proposta para conversão em parque público é uma pequena faixa da Quinta do Mosteiro encostada ao muro, perto da rotunda de Santo António. Esta faixa estende-se até depois da ponte do Cabouco (na Rua da Guarda, quem desce a partir do Largo de Santo António) e nela corre um pequeno ribeiro. É uma área muito arborizada, com árvores de grande porte, sobretudo eucaliptos e também algumas espécies autóctones. Essa porção está densamente arborizada e é cercada por um muro bastante alto. A função social pretendida seria a de um parque público, com bancos, zonas de lazer, um pequeno lago (se possível) e com um circuito de manutenção, a exemplo do Parque da Cidade de Aveiro. As espécies arbóreas do terreiro do mosteiro são tílias, bétulas, tamareiras-Canárias, cedro-do-Líbano, carvalho-alvarinho. No estrato arbustivo surgem rododendros.

Relevância social

A norte do adro está implantado o edifício da Junta de Freguesia de Grijó, sendo que no extremo oposto se estabelece um outro edifício que teria sido a Casa do Professor e Maestro Joaquim Teixeira. Adossado, a sul, à Igreja localiza-se o claustro, no qual se encontra o Túmulo de D. Rodrigo Sanches. O claustro possui planta quadrangular, pavimentada a laje de granito, com um chafariz ao centro e painéis de azulejos no espaço circundante. A Rua da Guarda e Rua da Cerca delimitam, através de muros altos de pedra, a área de terreno pertencente à cerca do Mosteiro. No extremo oposto ao mosteiro, fora da cerca, com construções recentes na envolvente, nomeadamente a escola C+S de Grijó, e com alguns troços cobertos por vegetação, encontra-se o Aqueduto das Amoreiras. O Mosteiro encontra-se em fase de obra – 1.ª fase, num projeto co-financiado pela EU, integrado no Programa Operacional da Cultura.

O Mosteiro de São Salvador de Grijó está classificado como Imóvel de Interesse Público desde 1938. Segundo a tradição, o primitivo Mosteiro de São Salvador de Grijó foi fundado em 922, no lugar de Murracezes por dois clérigos, Guterre e Ausindo Soares, tendo adotado a regra e hábito de Santo Agostinho em 938. No ano de 1112 foi transferido para a localização onde se encontra atualmente, mas a nova igreja só seria sagrada na centúria seguinte, em 1235, pelo bispo do Porto, D. Pedro Salvador. No início do século XVI o convento encontrava-se em ruínas, e, em 1535, D. João III autorizou a transferência do mosteiro para a Serra de São Nicolau, em Gaia. No entanto, nem todos os clérigos concordaram com a transferência, e por isso em 1566 o Papa Pio V separou os dois mosteiros. Com a volta dos monges a Grijó, a comunidade verificou que o mosteiro necessitava ser reformado, e como tal em 1572 contratou o arquiteto Francisco Velasquez, mestre de obras da Sé de Miranda do Douro, para desenhar o novo projeto. Dois anos depois, a 28 de Junho de 1574, era lançada a primeira pedra do dormitório. Até 1600 estavam concluídas duas alas do claustro, o refeitório e a sala do capítulo. No entanto a construção da igreja arrastou-se por mais cerca de trinta anos, uma vez que a capela-mor só seria fechada em 1629. No ano de 1770 o convento era extinto, passando os seus bens para o Convento de Mafra.

O complexo conventual é constituído pela igreja, de planta longitudinal de nave única, e pelas dependências conventuais, situadas à direita, com claustro de planta quadrada. A fachada principal da igreja divide-se em três registos, possuindo no primeiro a galilé, à qual se tem acesso por arcada. Sobre esta, um entablamento divide este espaço do segundo registo, que possui ao centro um janelão rasgado a toda a altura, ladeado por dois nichos com as imagens de São Pedro e São Paulo, encimados por janelas quadradas. As pilastras que ladeiam os nichos são estriadas, com terço inferior decorado por motivos florais. O registo é rematado por entablamento. A fachada é coroada por frontão triangular interrompido, antecedido por varandim, com duplos pináculos sobre acrotério e relógio ao centro, emoldurado por motivos *roll werk* e encimado por pináculos e cruz. A fachada de São Salvador de Grijó apresenta um modelo retabular, que destaca a verticalidade e a sobreposição de ordens arquitetónicas, numa ambiguidade tipicamente maneirista. São evidentes as semelhanças entre esta fachada e a do templo do Mosteiro de São Salvador de Moreira da Maia, para a qual Grijó deve ter servido de modelo. Interiormente, o templo apresenta nave única coberta por abóbada de caixotões, possuindo seis capelas colaterais comunicantes com retábulos de talha maneiristas. O arco triunfal é ladeado por pilastras coríntias e rematado por entablamento decorado. A capela-mor, coberta por abóbada de caixotões decorada por motivos geométricos, possui painéis de azulejos enxaquetados, tendo um cadeiral de madeira e retábulo-mor de talha, elaborado em 1737 pelo mestre António Vidal, com painel representando a Transfiguração de Cristo pintado em 1795 por Pedro Alexandrino.

De elementos de arte contemporânea, destacam-se os vitrais do mestre Júlio Resende, que representam a Trindade e a Criação, e a escultura de Irene Vilar, que representa o Menino Jesus Salvador do Mundo no colo da sua mãe, e é outra peça de arte sacra contemporânea que sobressai no mosteiro. Esta peça foi colocada junto à entrada da igreja para assinalar o Jubileu, no ano 2000. No espaço adjacente à igreja foi construído o claustro, de planta quadrada, com dois registos, tendo no primeiro a ordem jónica e no segundo a ordem coríntia. O registo superior é coberto por teto de madeira. No espaço do claustro existem diversos painéis de azulejos policromos com figurações de apóstolos e doutores da igreja. Ao centro do espaço claustal foi edificado um chafariz de modelo flamengo, decorado por carrancas e motivos *roll werk*. Na ala norte do claustro foi colocado o túmulo de D. Rodrigo Sanches, filho ilegítimo de D. Sancho I. O Túmulo de D. Rodrigo Sanches encontra-se classificado como Monumento Nacional desde 1910. É talvez o mais antigo exemplar dos monumentos funerários portugueses a possuir estátua jacente, se excetuarmos o túmulo dito de D. Urraca, presente na Igreja do Mosteiro de Alcobaça, sobre o qual existem dúvidas de identificação e cronologia.

O bastardo régio, filho de D. Sancho I, morto em combate nas Lides de Gaia (1245), às mãos de Martim Gil de Soverosa, só veio a receber tumulação monumental alguns anos mais tarde, por vontade de sua irmã, D. Constança Sanches. Sendo esta filha de D. Sancho I uma monja do Convento das Donas de Coimbra, e sendo o túmulo do cavaleiro esculpido em calcário brando das pedreiras de Coimbra, os diferentes autores que escreveram sobre esta obra tendem a ver o sarcófago de Rodrigo Sanches como uma realização das chamadas oficinas de Coimbra que, a partir do século XIII, deixam mostras da sua qualidade em túmulos como os dos bispos D. Egas Fafes e D. Tiburcio (Sé Velha de Coimbra). Na atualidade, devido à inserção do túmulo em arcossólio numa das paredes do claustro do mosteiro, situação que ocorreu no século XVII, apenas é visível uma das faces da arca e a tampa, com a sua estátua jacente e outras figuras que a acompanham. O tratamento plástico das composições figurativas e arquitetónica é essencialmente de perfil românico.

O Aqueduto das Amoreiras ou Aqueduto de Murracezes está classificado como Imóvel de Interesse Público desde 1974. Fundado no século X em Muraceses, o mosteiro agostinho de São Salvador de Grijó foi edificado na sua localização atual no século XIII. No início do século XVI, devido ao estado de ruína do cenóbio, foi ordenado à comunidade que se transferisse para a Serra de São Nicolau, em Gaia. No entanto, parte do grupo de monges voltou a Grijó em 1566, e como o mosteiro se encontrava em ruínas, foi contratado em 1572 o arquiteto Francisco Velasquez, mestre de obras da Sé de Miranda do Douro, para desenhar um novo conjunto monacal; as obras do mosteiro iriam arrastar-se até 1629. Em meados do século XVIII os monges de Grijó patrocinaram uma nova obra, a edificação de um aqueduto fora da cerca, possivelmente em substituição de uma conduta de água mais antiga, que abastecia o mosteiro. A construção seria terminada em 1765, data inscrita no pano murário da cerca onde desemboca o aqueduto. A estrutura sólida apresenta alçado direito e cobertura abobadada, tendo a particularidade de alguns troços serem encimados por arcas de água troncopiramidais. O troço final do aqueduto possui uma arcada com catorze arcos plenos, de grandes dimensões e pé direito baixo. O aqueduto termina no interior da cerca num chafariz com tanque e espaldar retangular.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

A Quinta do Mosteiro é privada (da propriedade de Fernanda e Américo Amorim). O PDM de Vila Nova de Gaia (em fase provisória de 2007), na carta de qualificação do solo, integra as categorias de «áreas de expansão urbana de uso geral», «áreas de quinta em espaço rural» e «áreas naturais – áreas ribeirinhas». A área adjacente ao mosteiro integra a categoria «áreas para equipamentos correntes existentes». Em matéria de servidões administrativas e restrições de utilidade pública, a carta de condicionantes do PDM em revisão identifica a Reserva Agrícola Nacional, a Reserva Ecológica Nacional e a Zona de proteção ao mosteiro de Grijó, ao claustro e à cerca da quinta. O túmulo de D. Rodrigo Sanches apresenta-se classificado como Monumento Nacional (MN) – Mosteiro de Grijó. O Conjunto formado pela Igreja, Sacristia, Claustro, e Cerca, com Chafariz, apresenta-se classificado como Imóvel de Interesse Público (IIP). O Decreto de 16 de Junho de 1910 classifica como Monumentos Nacionais vários imóveis, entre os quais o Túmulo de D. Rodrigo Sanches (Grijó). O Decreto n.º 28/536 de 22 de Março de 1938 classifica monumentos nacionais e de interesse público vários imóveis entre os quais o Mosteiro de Grijó (Conjunto formado pela Igreja, Sacristia, Claustro, e Cerca, com Chafariz) (IIP).

Ameaças à preservação

A quinta encontra-se em bom estado de conservação pelos seus proprietários.

Dinâmica local

Além do culto religioso, a Paróquia também se preocupa com a dimensão histórica do mosteiro. O sino partido e o relógio manual, que deixaram de ter serventia, foram conservados e estão expostos nos claustros do mosteiro, conjuntamente com pedras do mosteiro primitivo, encontradas nas escavações arqueológicas.

Possíveis intervenções futuras de preservação

A área proposta para conversão em parque público é uma pequena faixa da Quinta do Mosteiro encostada ao muro da cerca, junto à rotunda de Santo António. Esta faixa estende-se até depois da ponte do Cabouco (na Rua da Guarda, quem desce a partir do Largo de Santo António) e nela corre um pequeno ribeiro. É uma área muito arborizada, com árvores de grande porte, sobretudo eucaliptos e também com algumas espécies autóctones. A função social pretendida seria a de um parque público, com zonas de lazer e um espelho de água.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

Os proprietários da quinta, a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, o Parque Biológico de Gaia, o IPPAR e a Junta de Freguesia de Grijó poderiam contribuir para a gestão e preservação do espaço.

[Ir para o índice](#)



Quinta da Alemã

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Anabela Gonçalves
Espaço proposto por João Medina

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

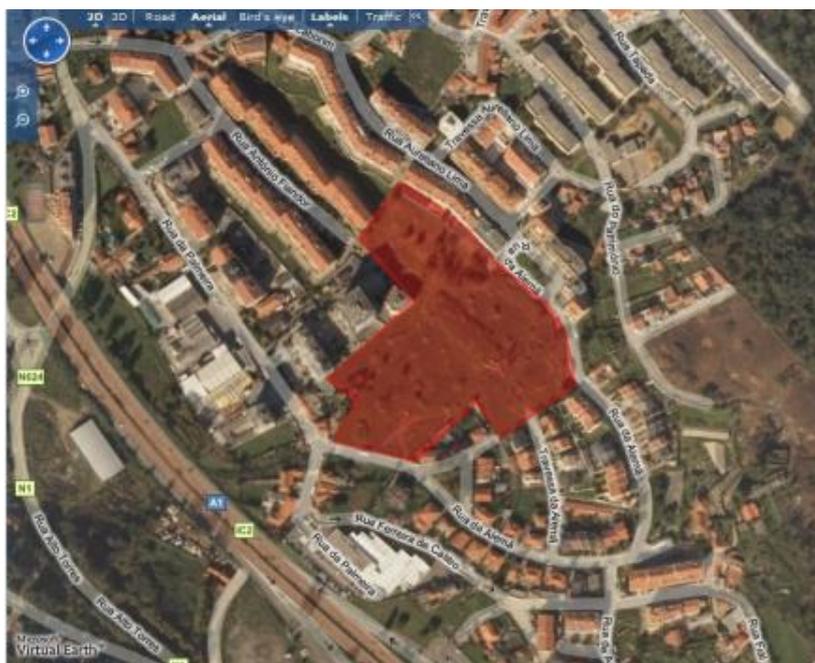
Código ID 1568
Nome do espaço Quinta da Alemã
Freguesias Mafamude (Laborim de Baixo)
Concelho Vila Nova de Gaia

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,11; -8,60.

Próximo da Rua da Alemã e da Rua da Palmeira (na proximidade da UTIC, Ford e Tintas Barbot)

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Espaço verde, Quinta agrícola
Área aproximada 1,4 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

As espécies de fauna predominantes são chamariz, pega, rola, pardal-comum, pisco-de-peito-ruivo, pintassilgo, pombo-doméstico, andorinha-dos-beirais, alvéola-branca, milhafre-preto, melro-preto, gaio-

comum, raposa, coelho-bravo, ouriço-cacheiro, esquilo, aves de rapina (diurnas e noturnas). As espécies de flora predominantes são choupos, castanheiros, carvalhos, loureiros, pessegueiro, figueira, para além da vegetação arbustiva e subarbustiva.

Relevância social

Não existem elementos de relevância social ou patrimonial a destacar.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

A Quinta da Alemã é propriedade privada do Sr. Bestiais. Não se encontra integrada em Reserva Ecológica ou Reserva Agrícola Nacional.

Ameaças à preservação

Dada a envolvente do espaço densamente construída, a pressão urbanística surge como a ameaça real mais próxima.

Dinâmica local

Não se conhecem atividades ou associações de dinâmica local.

Possíveis intervenções futuras de preservação

A valorização ambiental numa perspetiva de integração na estrutura verde do concelho, como jardim de proximidade de uma zona com forte crescimento urbano recente poderia ser uma futura intervenção para o espaço que se encontra atualmente abandonado.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, o Parque Biológico de Gaia e a Junta de Freguesia de Mafamude poderiam ser parceiros na gestão e preservação do espaço em causa. Empresas privadas poderiam também ser envolvidas em ações de mecenato na manutenção do espaço.

[Ir para o índice](#)



Quinta da Fonte Formosa

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Anabela Gonçalves e Maria Eduarda Pinto
Espaço proposto por Onda Verde

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1858

Nome do espaço Quinta da Fonte Formosa (ou Quinta da Boucinha)

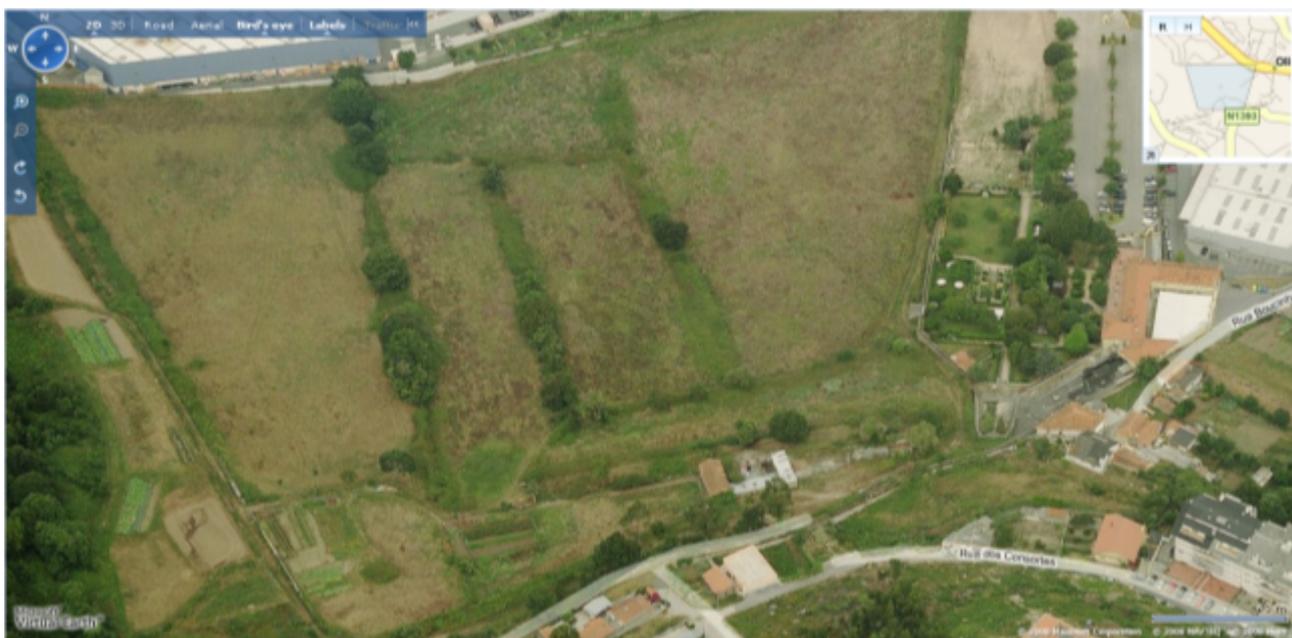
Freguesias Oliveira do Douro e Mafamude

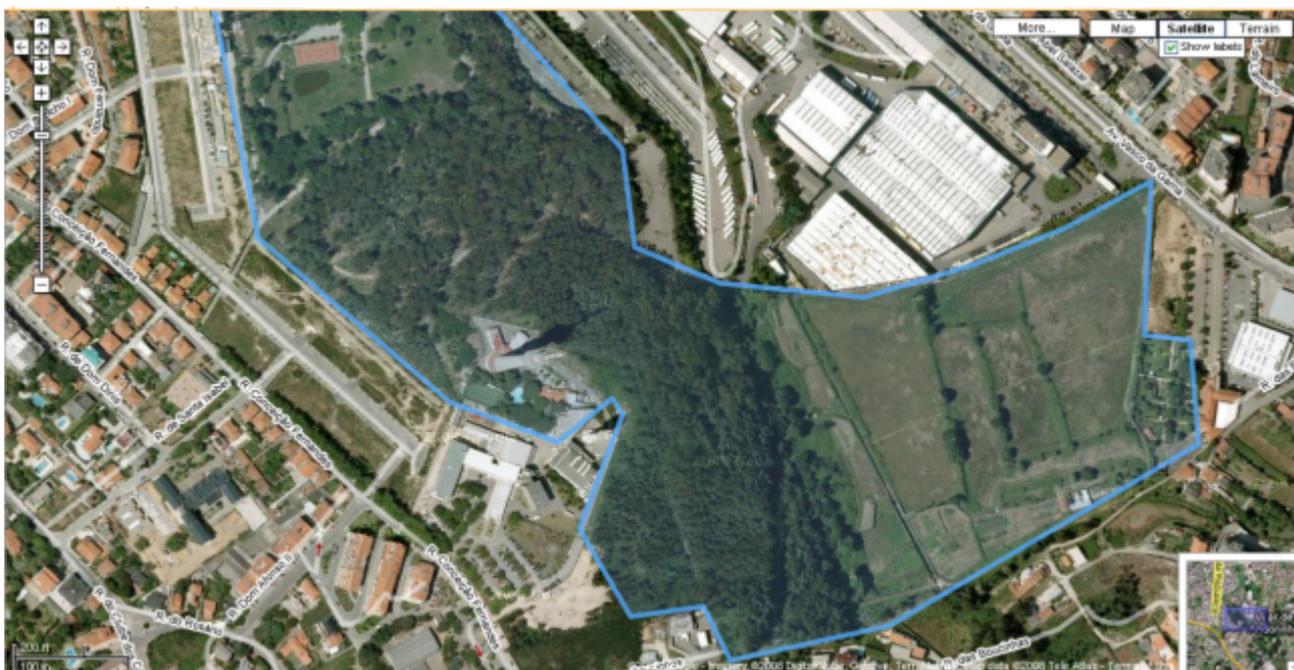
Concelho Vila Nova de Gaia

Outras referências Coordenadas geográficas WGS84: 41,11; -8,60.

Localiza-se entre a Salvador Caetano (a Norte), a EN 222 (a Este), o Restaurante Boucinha e Modelo; Rua das Boucinhas (a Sul) e as traseiras da RTP (a Oeste).

Limites





CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Quinta agrícola, área natural
Área aproximada 15,1 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

A Quinta da Fonte Formosa é uma quinta com área de bosque e solos com aproveitamento agrícola. De acordo com um inventário realizado pelas associações ambientalistas Onda Verde e Quercus, estão presentes as seguintes espécies de fauna e flora:

Aves: O espaço serve de nidificação ou de passagem à águia-de-asa-redonda (*Buteo, Buteo*), peneireiro-de-dorso-malhado (*Falco tinnunculus*), gavião (*Accipiter nisus*), pombo-torcaz (*Columba palumbus*), rola-turca (*Streptopelia decaoto*), rola-comum (*Streptopelia turtur*), coruja-das-torres (*Tyto alba*), coruja-domato (*Strix aluco*), mocho-galego (*Athene noctua*), noitibó-comum (*Caprimulgus europaeus*), andorinhão (*Apus apus*), andorinha-das-chaminés (*Hirundo rustica*), andorinha-dos-beirais (*Delichon urbica*), poupa (*Upupa epops*), pica-pau-verde (*Picus viridis*), gaio (*Garrulus glandarius*), gralha-preta (*Corvus corone*), cuco (*Cuculus canorus*), alvéola-branca (*Motacilla alba*), carriça (*Troglodytes troglodytes*), pisco-de-peito-ruivo (*Erithacus rubecula*), rabirruivo (*Phoenicurus ochruros*), melro-preto (*Turdus merula*), felosa-de-cabeça-preta (*Sylvia melanocephala*), toutinegra (*Sylvia atricapilla*), chapim-carvoeiro (*Parus ater*), pardal-comum (*Passer domesticus*), tentilhão-comum (*Fringilla coelebs*), serino (*Serinus serinus*), verdilhão (*Carduelis chloris*), papa-moscas (*Ficedula hypoleuca*), chasco-ruivo (*Oenanthe hispanica*), pato-real (*Anas platyrhynchos*), Abibe (*Vanellus vanellus*), codorniz (*Coturnix coturnix*).

Mamíferos: ouriço-cacheiro (*Erinaceus europaeus*), toupeira-cega (*Talpa caeca*), morcego-de-ferradura-grande (*Rhinolophus ferrumquinum*), morcego-anão (*Pipistrellus pipistrellus*), coelho-bravo (*Oryctolagus cuniculus*), rato-do-campo (*Apodemus sylvaticus*), rato doméstico (*Mus musculus*), raposa (*Vulpes vulpes*)

Anfibios: Discoglossos (*Discoglossus pictus*), sapo-comum (*Bufo bufo*), sapo-parteiro (*Alytes obstetricans*), tritão-de-ventre-laranja (*Triturus boscai*), tritão marmorado (*Triturus marmoratus*), salamandra-de-pintas-amarelas (*Salamandra salamandra*), rã verde (*Rana perezi*), rã ibérica (*Rana iberica*)

Répteis: licranço (*Anguis fragilis*), lagartixa (*Podarcis bocagei/Podarcis hispanica*), lagarto-de-água (*Lacerta scheiberi*), cobra-de-água-de-colar (*Natrix natrix*), cobra-rateira (*Malpolon monspessulamus*), cobra-de-escada (*Elaphe scalaris*), cágado-de-carapaça-estriada (*Emys orbicularis*)

Árvores (bosque, campos agrícolas e viveiros): carvalho-alvarinho (*Quercus robur*), sobreiro (*Quercus suber*), castanheiro (*Castanea sativa*), eucalipto (*Eucalyptus globulus*), pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*),

pinheiro-manso (*Pinus pinea*), pinheiro silvestre (*Pinus silvestris*), teixo (*Taxus baccata*), austrália (*Acacia melanoxylon*), mimosa (*Acacia dealbata*), medronheiro (*Arbutus unedo*), loureiro (*Prunus laurocerasus*), salgueiro (*Salix alba*), amieiro (*Alnus glutinosa*), choupo (*Populus alba*), sabugueiro (*Sambucus nigra*), azevinho (*Ilex aquifolium*), noqueira (*Juglans regia*), fiteira (*Raphia ruffia*), pereira (*Pirus communis*), macieira (*Malus communis*), ameixoeira (*Prunus domestica*), laranjeira (*Citrus aurantium*), damasqueiro (*Armeniaca vulgaris*), cerejeira (*Cerasus avium*), pessegueiro (*Prunus persica*), aveleira (*Carylus avellana*), choupo (*Populus alba*), nespereira (*Mespilus germanica*), estando o sobreiro e o azevinho protegidos por lei.

As monografias de Oliveira do Douro e Mafamude acrescentam a esta lista a pega-comum (*Pica pica*), rola, pardal-comum (*Passer domesticus*), pintassilgo (*Carduelis carduelis*), milhafre-preto (*Milvus migrans*), melro-preto (*Turdus merula*), esquilo (*Sciurus vulgaris*), etc.

A maior parte das espécies de mamíferos, anfíbios e répteis estão protegidas pela Convenção de Berna, anexo I e II e o seu habitat no anexo IV (por exemplo, o sapo-parteiro). É atravessada por duas pequenas ribeiras, que confluem, provenientes de terrenos adjacentes do lado nascente aos estúdios da RTP no Monte da Virgem.

Relevância social

Existe uma casa senhorial, uma fonte/chafariz e uma capela, pertença do Restaurante Boucinha. Na capela não é praticado regularmente culto religioso.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

A propriedade é privada. Inicialmente, toda a Quinta era propriedade do Restaurante Boucinha, a quem pertence a casa senhorial, a capela e a fonte/chafariz, atualmente suportes de exploração hoteleira. Entretanto, segundo informação de populares, parte da Quinta foi vendida ao Grupo Salvador Caetano para ter entrada para a fábrica pelo Monte da Virgem, e vendeu parte dos terrenos ao ISPGAYA e à TVI. A Quinta da Fonte Formosa encontra-se localizada em área de Reserva Agrícola Nacional.

Ameaças à preservação

A pressão urbanística é a ameaça real à preservação das potencialidades faunísticas e florísticas que a quinta apresenta, segundo a Associação Onda Verde.

Dinâmica local

A Associação Onda Verde - Associação Juvenil de Ambiente e Aventura é uma Organização Não Governamental de Ambiente (ONGA) de âmbito regional e uma organização juvenil, sem fins lucrativos e fundada em 1996. A Onda Verde tem sede na freguesia de Avintes, concelho de Vila Nova de Gaia e desenvolve inúmeros projetos e campanhas de conservação da natureza, património construído, ambiente urbano, indústria e sensibilização ambiental. Tem, ainda, uma rede de escolas com parceria onde desenvolve diversas atividades. Esta associação foi a proponente do espaço em questão. Em Dezembro de 2001, a Onda Verde defendeu, através de carta dirigida à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, a manutenção desta quinta em RAN e a inclusão de áreas não urbanas de transformação condicionada do Monte da Virgem em REN no âmbito da revisão do PDM de Gaia.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Como possíveis intervenções futuras de preservação, poderiam ser criados um parque/jardim público de proximidade, com percursos pedonais e cicláveis gratuitos (escassos em V. N. de Gaia) que enriquecessem o espaço público do concelho. A área envolvente é de natureza residencial e industrial pelo que esta proposta poderia ter grande sucesso entre a população local.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, o Parque Biológico de Gaia e as Juntas de Freguesia de Mafamude e Oliveira do Douro poderiam ser parceiros na gestão e preservação desta quinta, bem como o Grupo Salvador Caetano e a Brisa, numa perspetiva de mecenato. A dinamização do espaço, através de atividades de educação ambiental, poderia estar a cargo da Associação Onda Verde.

[Ir para o índice](#)



Vale das Devesas

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Anabela Carvalho
Espaço proposto por Nuno Miguel Carvalho

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1593
Nome do espaço Vale das Devesas
Freguesia Santa Marinha
Concelho Vila Nova de Gaia

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,13; -8,61.

Espaço confinado a sul pela Rua Conselheiro Veloso da Cruz, a leste pela Rua do Bairro da CP, a norte pela Linha do Norte da CP e a oeste pela Rua Serpa Pinto.

Limites



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Espaço verde, Campo agrícola, Vale de rios ou ribeira
Área aproximada 9,3 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

O Vale das Devesas integra uma área com altitudes entre os 70m e 60m, constituindo um espaço verde onde surge vegetação ripícola ao longo da pequena ribeira com orientação sul-norte, afluente do Douro. Ligeiramente acima da cota dos 70m, na margem direita da ribeira, encontra-se um conjunto de

vivendas (algumas aparentemente desabitadas) de antigos funcionários da CP na Rua do Bairro da CP. A norte do espaço para além da confrontação com a linha de caminho-de-ferro, encontram-se ainda as Caves do Vinho do Porto. Este espaço, alvo de aproveitamentos agrícolas de subsistência, está integrado na área da cidade que abrange o centro histórico e que apresenta uma maior densidade ao nível da ocupação urbana do concelho. Relativamente a fauna, salientam-se os passeriformes comuns e coelhos. Na flora, destacam-se eucaliptos, pinheiros, plátanos, acácias e vegetação ripícola. Parte do espaço encontra-se ocupada por vegetação arbustiva.

Relevância social

As pequenas hortas existentes, algumas abandonadas, denunciam a prática da agricultura tradicional. Há também a existência de uma ponte, à cota alta, de caminho-de-ferro e alguns edifícios industriais abandonados na paisagem do vale. O Bairro da CP constitui um conjunto arquitetónico interessante e que marca a utilização daquele espaço no passado.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

Este espaço, devido ao ribeiro que o atravessa, parece integrar a estrutura biofísica fundamental do concelho. Integrado na Zona Norte, no que respeito diz à Unidade de Paisagem, de acordo com o PDM, corresponde na sua quase totalidade à área da cidade que abrange o centro histórico e que se apresenta fortemente relacionada com o Rio Douro e com o centro da área metropolitana, o Porto. É também a zona com maior densidade ao nível da ocupação urbana do concelho. Não está integrada em Reserva Agrícola Nacional.

Ameaças à preservação

Atendendo que a área é densamente urbanizada em toda a sua envolvente e apesar do indicado em PDM relativamente à sua integração na estrutura biofísica, esta área será com certeza objeto de pressão urbanística. A prática agrícola, embora de cariz tradicional, e a existência de efluentes agrícolas e domésticos descarregados na ribeira podem poluir águas e solos. A deposição ilegal de lixo é outra ameaça, visível ao longo da Rua do Bairro da CP. O abandono das propriedades agrícolas nota-se no tipo de espécies agrícolas (como videiras, limoeiros, etc.) que anteriormente deveriam ocupar aquele espaço e na densidade de mato que ali domina.

Dinâmica local

Não se conhecem atividades ou associações de dinâmica local.

Possíveis intervenções futuras de preservação

A despoluição do ribeiro e a recuperação das suas margens poderiam constituir um primeiro passo para potenciar a prática da agricultura sustentável. Sendo um vale fértil, poderia ser aproveitado por uma associação de moradores que, em coordenação com a Junta de Freguesia, dinamizasse a ocupação do espaço (por sistema de ocupação rotativa, alugando talhões a particulares que os quisessem ocupar) com vista à prática da agricultura biológica. A proximidade de escolas também poderia ganhar com esta utilização. Uma outra intervenção possível seria a conversão em espaço verde público de proximidade.

Informação recolhida junto de Nuno Gomes Oliveira, criador e então diretor do Parque Biológico de Gaia, em dezembro de 2015

Foi criado em 2013 o Parque da Quinta do Conde das Devesas, dedicado às camélias.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A Câmara Municipal de Gaia, a Junta de Freguesia de Santa Marinha, empresas em regime de mecenato e associações locais de moradores poderiam ser parceiros na preservação deste vale agrícola.

[Ir para o índice](#)



Área adjacente ao Parque Biológico de Gaia

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Anabela Gonçalves

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1910
Nome do espaço Área adjacente ao Parque Biológico de Gaia
Freguesias Vilar de Andorinho
Concelho Vila Nova de Gaia

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,10; -8,56.

Estrada Nacional 222, junto ao Nó do IP1, em Vilar de Andorinho - Vila Nova de Gaia. Confina a leste com o nó do IP1 em Vilar de Andorinho, a sul com a EN 222 e a oeste com o Parque Biológico de Gaia.

Limites





CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Quinta, Campo agrícola, Área natural
Área aproximada 20 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

É uma área com vários terrenos agrícolas em atividade. As espécies de fauna mais representativas são mamíferos (coelho-bravo, ouriço cacheiro, esquilo, raposa); aves de rapina (diurnas e noturnas), passeriformes vários e também frangos-d'água, galeirões e patos; répteis e anfíbios (cobra de água, cobra de escada, rã ibérica e sapo comum). As espécies de flora mais predominantes são carvalho alvarinho, castanheiro, pinheiro bravo, tojo, giestas, urze, azevinho, gilbardeira e sobreiro. Existe ainda um pequeno ribeiro.

Relevância social

Como elemento de relevância social, pode destacar-se um edifício principal com eira e espigueiro. A quinta está em estado de habitabilidade.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

É propriedade privada, com vários proprietários. Segundo a Planta de Ordenamento/Carta de Qualificação dos Solos de Vila Nova de Gaia, o espaço surge como área para ampliação do Parque Biológico de Gaia. Cerca de 50 por cento da sua extensão está integrada em Reserva Agrícola Nacional.

Informação recolhida pela Campo Aberto em novembro de 2015

junto do criador e então diretor do Parque Biológico de Gaia, Nuno Gomes Oliveira

Dos 20 ha de área prevista no PDM para ampliação do Parque Biológico (atualmente com 35 ha) foram adquiridos, por meio de uma subscrição pública, em 2012, cerca de 8 ha. No entanto não se podem ainda ligar ao Parque dado haver outros terrenos pelo meio ainda não adquiridos. Não há aparentemente perspectivas seguras de que venha a ser um dia possível essa ligação.

Ameaças à preservação

O abandono e os fogos florestais podem ser potenciais ameaças à preservação deste espaço.

Dinâmica local

Não existem iniciativas de preservação e dinamização do local.

Possíveis intervenções futuras de preservação

A valorização ambiental numa perspetiva de integração na estrutura verde do concelho e ampliação do atual Parque Biológico de Gaia é uma intervenção futura a considerar, podendo constituir com este uma reserva natural com potencial para educação ambiental e zona de lazer.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, a Junta de Freguesia de Vilar de Andorinho e o Parque Biológico de Gaia poderiam contribuir para a gestão do espaço, depois de intervencionado.

[Ir para o índice](#)

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

É uma pequena área florestal inserida em terrenos do Hospital Santos Silva, junto à unidade de tratamento de resíduos hospitalares. A área possui como espécies de flora predominantes sobreiros, carvalhos-comuns e pinheiros. Da fauna, podem-se destacar a presença de pombos-torcazes e pegas e há vestígios da presença de esquilos, coelhos e diversos passeriformes.

Relevância social

A dimensão do espaço em causa, nas imediações da Urbanização de Vila D'Este, sendo esta uma zona densamente residencial e que carece de espaços verdes na sua envolvente, assim como a função terapêutica desta mancha verde associada ao uso hospitalar, tornam relevante a existência deste espaço do ponto de vista social. Segundo o proponente, existe um trilho pedonal desde Vila D'Este até às moradias que circundam o terreno. O Hospital Santos Silva é um hospital pavilionar, criado em 1975, que transformou em hospital geral o Sanatório D. Manuel II. O sanatório, que começou a funcionar em 1947, foi uma das grandes referências nacionais, nas décadas de 1950 e 1960, na luta contra a tuberculose.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

É propriedade pública, do Hospital Santos Silva. Não está incluído em Reserva Ecológica Nacional ou Reserva Agrícola Nacional.

Ameaças à preservação

Esta zona verde está em risco de reduzir a sua extensão ou mesmo desaparecer com a ampliação das instalações do Hospital Santos Silva, a acontecer até 2012-2013. Atualmente, as ameaças mais reais são a existência de ocasionais depósitos de lixo e entulho e a infestação de espécies exóticas como o eucalipto e as acácias.

Dinâmica local

Não se conhecem atividades ou associações de dinâmica local do espaço em causa.

Possíveis intervenções futuras de preservação

Apesar de existirem condições naturais para a criação de um parque público urbano que servisse as populações de Vila D'Este e Vilar de Andorinho, este espaço pertence ao Hospital Santos Silva, não podendo ser utilizado para outros fins e objetivos que não seja o uso dos serviços hospitalares. No entanto, qualquer intervenção no sentido de manter, requalificar ou estender a área da mancha verde existente tendo em conta a sua função terapêutica, deve ser implementada.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A administração do Hospital Santos Silva, assim como a Liga dos Amigos do Centro Hospitalar de Gaia, poderiam assumir parcerias na preservação e manutenção desta área verde, como um elemento determinante para a recuperação dos doentes que visitam esta unidade hospitalar.

[Ir para o índice](#)



Quinta dos Condes Paço Vitorino

ENQUADRAMENTO NA CAMPANHA

Ficha preenchida por Anabela Gonçalves e Maria Eduarda Pinto

ELEMENTOS DE LOCALIZAÇÃO

Código ID 1615
Nome do espaço Quinta dos Condes Paço Vitorino (ou Quinta de Baixo)
Freguesia Vilar de Andorinho
Concelho Vila Nova de Gaia

Outras referências

Coordenadas geográficas WGS84: 41,11; -8,58.

Entradas pela Rua S. João Batista e Rua do Mariz (próxima do centro de Vilar de Andorinho, nas traseiras do cemitério e da escola primária). A antiga Quinta foi atravessada pela EN 222 e estendia-se pela atual área do Parque Biológico de Gaia.

Limites





CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

Tipologia Quinta agrícola
Área aproximada 13,9 ha

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

Importância ecológica

Nas espécies de fauna predominante, incluem-se pega, rola, pardal-comum, pisco-de-peito-ruivo, pintassilgo, pombo-doméstico, andorinha-dos-beirais, alvéola-branca, milhafre-preto, melro-preto, gaio-comum, raposa, coelho-bravo, ouriço cacheiro, esquilo, aves de rapina (diurnas e noturnas). Nas espécies de flora predominantes, incluem-se araucária, loureiros, carvalhos, acácia, camélia, choupos e vegetação subarbustiva. A imagem de satélite demonstra que a vegetação arbórea reduz-se atualmente a poucos exemplares.

Relevância social

A Quinta dos Condes Paço Vitorino possui uma capela própria com galilé vistosa e altar barroco todo dourado, e um solar com amplo pátio, escadaria dupla e varanda de pedra em redor, suspensa de pilares, outrora povoada de abóboras. De referir que o edificado existente está «em vias de classificação (com despacho de abertura)» pelo IPPAR desde 1998.

Direitos de propriedade e condicionalismos dos planos de ordenamento do território

É propriedade privada da família Calheiros Lobo (Condes de Vitorino das Donas), atualmente abandonada e apresentando, no geral, um elevado grau de abandono. Segundo a Planta de Ordenamento/Carta de Qualificação dos Solos, Provisória (a aprovar no próximo PDM), o espaço surge como «Quinta em Espaço Urbano», em que uma percentagem da área da Quinta – a que inclui a capela e a casa senhorial – será preservada, sendo alvo de urbanização a área que confina com a Rua Mariz. O espaço está incluído em área de Reserva Agrícola Nacional.

Ameaças à preservação

O estado de abandono e a pressão urbanística constituem-se como principais ameaças à preservação do espaço em causa.

Dinâmica local

Tem sido utilizada para atividades culturais organizadas pela Junta de Freguesia de Vilar de Andorinho (como por exemplo a Festa da Cebola).

Possíveis intervenções futuras de preservação

Sugere-se a valorização ambiental numa perspetiva de integração na estrutura verde do concelho, através da criação de um espaço com fins de prestação de serviço público: por exemplo, a utilização desse espaço pela Junta de Freguesia associada a um Centro Cívico.

Possíveis parceiros na gestão e preservação

A Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, o IPPAR e a Junta de Freguesia de Vilar de Andorinho poderiam constituir-se como parceiros na gestão e preservação da Quinta dos Condes Paço Vitorino.

[Ir para o índice](#)

FIM DA COMPILAÇÃO

A atualização permanente desta compilação é solicitada a quem puder colaborar nela. Ver mais informação a respeito no início da compilação, antes do índice.

Para envio de toda a informação ou para qualquer dúvida:

contacto@campoaberto.pt